

LIANE MARIA BERTUCCI

INFLUENZA, A MEDICINA ENFERMA.

Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profª Drª Maria Clementina Pereira Cunha

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20 / 02 / 2002

BANCA

Profª Drª Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)

Profª Drª Maria Stella Martins Bresciani – IFCH / UNICAMP

Prof. Dr. Sidney Chalhoub – IFCH / UNICAMP

Profª Drª Maria Amélia Mascarenhas Dantes – FFLCH / USP

Prof. Dr. Gilberto Hochman – FIOCRUZ / Casa de Oswaldo Cruz

Profª Drª Vera Regina Beltrão Marques – SE / UFPR (1º suplente)

Prof. Dr. Michael McDonald Hall – IFCH / UNICAMP (2º suplente)

FEVEREIRO / 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	B0
Nº CHAMADA	T/UNICAMP B462i
V	
TOMBO BC	48478
PROC	16-837/02
C	<input type="checkbox"/> A
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	
Nº CPD	

CM00166694-9

018 ID 237824

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bertucci, Liane Maria

B463i

B462i

Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo / Liane Maria Bertucci . - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Influenza São Paulo (SP). 2. Epidemias Séc. XX História. 3. Epidemias São Paulo (cidade). 4. Medicina Brasil História. 5. Medicina Aspectos sociais. 6. Saúde pública História. 7. Medicina popular. 8. Charlatães e charlatanismo. 9. Homeopatia Matéria médica e tratamento. I. Cunha, Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

A partir do estudo da epidemia de gripe espanhola na cidade de São Paulo, o trabalho procura recuperar a desestruturação do cotidiano na Capital, a mobilização popular e oficial diante da catástrofe epidêmica e, principalmente, como os doutores agiram (e reagiram) diante do estrondoso fracasso da ciência médica representado pela influenza epidêmica. O texto resgata aspectos de uma época em que “arautos” da medicina científica buscavam, pouco a pouco, se diferenciar e distanciar de maneira mais contundente daqueles que exerciam outras práticas de cura, “especializando” seus pronunciamentos e indicando o local onde eles deveriam ser feitos, tornando-os cada vez mais opacos aos leigos. Partindo da idéia de que os caminhos da ciência são feitos e refeitos por homens em seus relacionamentos sociais, acompanhar a trajetória de alguns desses indivíduos em uma época singular, a da influenza de 1918, é tentar resgatar percursos sinuosos de um conhecimento que é gerado na sociedade e se transforma e sustenta através da interação social das pessoas, inclusive dos chamados pacientes, com suas críticas e reivindicações, e dos portadores de outras formas de saber sobre a saúde e a doença, quer através de discussões e conflitos, quer por meio de aproximações e identificações.

ABSTRACT

A study of the Spanish influenza epidemic of 1918 in the city of São Paulo has been made including the change that it caused in the daily life of the city; a well as the official and popular mobilization in the face of the catastrophe, especially the actions (and reactions) of the doctors in the face of the total failure of medical science to deal with the problem. The text recuperates aspects of a period in which practitioners of scientific medicine started to distance themselves, little by little, from those who practiced other kinds of cures, developing an exclusive jargon and identifying the social space of the profession, gradually becoming ever more incomprehensible to the layman. Starting from the point of view that the paths of science are created and re-created by the social relationships of human beings, a study was made of the trajectories of various individuals in the unique period of the flu epidemic; this is followed by an attempt of medical knowledge as it generated by the society and transformed and sustained by means of social interactions, including those of patients, with their complaints and criticisms, and those people that had other kinds of knowledge about health and illness. The interactions included arguments and conflicts, as well as approximation and identification.

06/14/2008

AGRADECIMENTOS

“Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo.

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.”

Adélia Prado Ensinar

Cresci ouvindo histórias de tropeiros, comerciantes, vitivinicultores, fazendeiros, alfaiates e barbeiros: os Figueiredo Urbano e os Filippi Bertucci. Entre elas, todas muitas vezes repetidas, uma era a de Cyro e José Bento de Figueiredo, irmãos de minha avó Albertina, dois jovens que morreram de gripe espanhola na pequena Jacutinga, interior de Minas Gerais. Os anos passaram e, em parte por ter sido embalada por aquelas narrativas, eu agora agradeço aos que me ajudaram a escrever um pouco da história do período da influenza de 1918 na cidade de São Paulo.

Muitas pessoas marcam as páginas do meu trabalho, difícil agradecer a cada uma, assim, gostaria que todas, mencionadas ou não, soubessem de minha gratidão e carinho. Obrigada !

Maria Clementina Pereira Cunha, minha orientadora desde os tempos do mestrado, com sua leitura atenta e sugestões pertinentes e instigantes foi imprescindível para os rumos do trabalho. Nossas conversas poucas vezes foram longas, mas cada encontro para mim foi decisivo. Eu nunca esquecerei.

Cheguei no IFCH com menos de 18 anos e, desde a graduação, tive o privilégio de ser aluna e de conviver com grandes mestres, agradeço a todos. Tenho uma dívida especial com Maria Stella Martins Bresciani, cuja generosidade só não é maior que a capacidade

intelectual. Gostaria ainda de mencionar Sidney Chalhoub e Edgar de Decca, suas aulas foram fundamentais. Michael Hall merece destaque. Michael continua sendo meu professor na Biblioteca do IFCH, a ele devo o que sei sobre ser bibliógrafa e com ele aprendo a cada dia. Espero que a aluna não decepcione muito. Gostaria ainda de lembrar uma professora que mudou de “casa”, mas que permanecerá comigo durante toda a minha trajetória profissional: Déa Ribeiro Fenelon, minha primeira orientadora.

Durante todos esses anos, freqüentando as salas de aula do IFCH, fiz ótimos colegas, peço licença para mencionar cinco deles: Maria Carolina Bovério Galzerani, Marisa Varanda T. Carpintéro, Marcos Alberto Horta Lima, Glaura Paiva Leone e Lília Pierine. Na biblioteca do IFCH tenho excelentes companheiros de trabalho: Solange, José Carlos, Luciano, Roberto, Paulo, Cláudio e também Ana Paula e Julião. Agradeço particularmente o apoio da diretora Clarinda Rodrigues Lucas, fundamental para a conclusão deste trabalho. Aos meus caros colegas, Edna Inácio (exemplo de seriedade e devoção ao trabalho), Míriam Costa (e sua competência), Sandra Ferreira Moreira (e sua dedicação apaixonada aos periódicos), Cecília Consul (e sua determinação) e Maria Fabiana B. Müller (exemplo de profissionalismo), serei eternamente grata. Deise Tallarico Pupo é um ser humano especial, cuja convivência é um privilégio. Ariovaldo Faccioni, com sua maneira alegre de ser, ilumina o ambiente de trabalho, ensinando como é possível ser um profissional minucioso, sem perder o bom humor. Ari é um amigo. Agradeço ainda Maria Alice Rabelo Nascimento e a amizade de Rosângela Maria Soares Parreira.

Meu muito obrigada ao pessoal que cuida da burocracia da pós-graduação e do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, especialmente Júnior e Lurdinha e, lembrando outros tempos, Terezinha, Esmeralda e Marli. Agradeço

também, de forma especialíssima, os funcionários dos arquivos e bibliotecas que visitei, sem eles meu trabalho não existiria.

Mas essa caminhada só foi possível com o apoio e o amor incondicional de meus pais, Walter e Lélia e de meu irmão João Geraldo, que com a Maria Eliza me deu João Daniel e Marília, os pequenos amores da tia Niná. Agradeço também seu Arcy e dona Anna, Arcy Veimar e Sílvia (com a Luiza, minha outra sobrinha) e toda a família Martins, Martins Costa, pelo carinho com que me acolheu.

Devo muitíssimo aos meus amigos Mônica Nardini (quase irmã), Vera Regina Beltrão Marques (também colega de ofício) e Wilson Roberto Vitorio, Celso Pedro Bom, Marlene e Calvino Camargo (com a Mariana e a Ana Beatriz), Ione Imada e Cezar Rosa, Walter Alexandre Carnielli, Carolina Rodriguez e Luciano Migliaccio, Nathalia Peixoto e também meus queridos padrinhos de Jacutinga.

Valter Martins acompanhou cada momento deste trabalho e esteve sempre ao meu lado, me incentivando e sustentando quando eu acreditava que tudo ia desabar. Para ele todo o meu amor.

E assim, com os impostos pagos por pessoas como meus pais, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) financiou mais uma tese.

**Para o Valter, amor de minha
história**

“(...) a ciência não é senão um jogo de crianças no crepúsculo, um querer apanhar sombras de aves e parar sombras de ervas ao vento.”

**Fernando Pessoa Livro do Desassossego por
Bernardo Soares**

“Eu antes tinha querido ser os outros para conhecer o que não era eu. Entendi então que eu já tinha sido os outros e isso era fácil. Minha experiência maior seria ser o outro dos outros: e o outro dos outros era eu.”

Clarice Lispector A experiência maior

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Alcatrão-Guyot – “Os micróbios vencidos por um novo São Jorge”. Página 53
Fonte: O Estado de S.Paulo São Paulo, 22 de setembro de 1918, nº 14.512, ano XLIV, p.17
- Figura 2 - Alcatrão-Guyot – “Artilharia da higiene”. Página 55
Fonte: O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de setembro de 1918, nº 14.498, ano XLIV, p.15.
Página 55
- Figura 3 - Comunicado – “Diretoria Geral do Serviço Sanitário”. Página 105
Fonte: A Nação São Paulo, 19 de outubro de 1918, nº 122, ano IV, p.3. Página 105
- Figura 4 - “Conseqüências da “espanhola”” e “O medo da influenza”. Página 121
Fonte: A Gazeta São Paulo, 19 e 21 de outubro de 1918, nº 3.830 e 3.831, ano XIII, p.1
- Figuras 5 e 6 - Água Purgativa Queiroz e Quinino Ballor. Página 157
Fontes: O Combate São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 1.044, ano IV, p.1 e A Gazeta São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 3.831, ano XIII, p. 3
- Figura 7 - “Conselhos ao Povo” e “Cura da gripe espanhola”. Página 185
Fonte: O Estado de S.Paulo São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p.3
- Figuras 8 e 9 - “Vicente, o “santo” de S. Caetano” e “A charlatanice, a impostura, a cartomancia, a nigromancia e o vegetarianismo de feira”. Página 241
Fontes: A Capital São Paulo, 31 de março de 1917, nº 260, ano V, p.3 e A Gazeta São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 3.833, ano XIII, p.1
- Figura 10 - “Epidemia de gripe, organização de serviços”. Página 269
Fonte: O Estado de S.Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p.4
- Figura 11 - “Cruz Vermelha Brasileira”. Página 279
Fonte: Jornal do Commercio São Paulo, 15 de novembro de 1918, nº 15, ano III, p.2

ABREVIATURAS

- ACM – Arquivo “Dom Duarte Leopoldo e Silva” da Cúria Metropolitana de São Paulo
- AEL - Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP
- AMSP - Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”, São Paulo
- ANM - Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro
- APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo
- BCMC – Biblioteca “Júlio Mariano” da Câmara Municipal, Campinas
- BCRAROS – Biblioteca Central da UNICAMP. Setor de Obras Raras
- BESALQ – Biblioteca da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP
- BFAU – Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP
- BFCM – Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP
- BFM – Biblioteca da Faculdade de Medicina, USP
- BFSP – Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública, USP
- BIBIFCH – Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP
- BIFFLCH – Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP
- BMMA – Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo
- BN – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
- CCLA – Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas
- CMU – Centro de Memória, UNICAMP
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas
- IB – Instituto Butantan
- IIC – Instituto Italiano di Cultura, São Paulo

MOEDA

No início do século XX, a moeda brasileira era o réis: \$300 (trezentos réis), 300\$000 (trezentos mil réis), 300:000\$000 (trezentos contos de réis). Em 1918, o metro quadrado de terreno para indústrias na afastada estação de São Bernardo, arredores da cidade de São Paulo, custava \$400. O salário mensal de um prático de farmácia variava de 120\$000 a 150\$000.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	XIII
ABREVIATURAS – MOEDA	XV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O TEMPO DA INFLUENZA	13
Apresentação	13
1. Ciência e saúde na São Paulo daquele período	16
2. Idéias de mudança e transformações na ordem sanitária no final dos anos 1910	52
3. Os “amargos dias” de 1918	87
CAPÍTULO II - GRIPE ESPANHOLA: A PESTE E AS TENTATIVAS DE CURA	147
Apresentação	147
1. O comércio de remédios: alopáticas <i>versus</i> charlatanices	150
2. Medicina dos sintomas: a epidemia e a homeopatia	184
3. Saberes de cura: mezinhas, curandeirias e orações	216
CAPÍTULO III - MUITAS INTERROGAÇÕES, POUCAS EXPLICAÇÕES. A EPIDEMIA ACABOU	255
Apresentação	255
1. O começo do fim	258
2. Labirintos da ciência	294
3. “Ecos da gripe”	328
CONSIDERAÇÕES FINAIS	361
FONTES	367
BIBLIOGRAFIA	379
ANEXOS	399

INTRODUÇÃO

“Os que chegavam e saíam estavam sobressaltados; o número dos acometidos era esmagador; a devastação da doença era exposta pelas faces azuladas, a respiração difícil e as mortes tão súbitas e numerosas; muitos exclamavam: “Essa é a peste ! ””¹

E.T. Edgerly; F.M. Manson; J.G. Carr – “The influenza-pneumonia epidemic at Camp Dodge, Iowa, 1918” The American Journal of the Medical Sciences v. CLVIII, 1919

Profecia de Arthur Neiva, o diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo em 1918:

“O historiador que, no futuro, procurar descrever as principais epidemias que assolaram o Brasil, com muita dificuldade poderá fazer idéia da formidável calamidade que foi a gripe epidêmica.”²

Algo de insondável distinguiria a gripe espanhola de outras epidemias ? O que esconderia a doença epidêmica que os brasileiros passaram a chamar simplesmente de “influenza” ? Para os 528.295 paulistanos da época, informações sobre a epidemia e sua presença em São Paulo se multiplicaram na mesma proporção em que a doença fazia suas vítimas na cidade e dava a volta ao mundo no segundo semestre de 1918: reuniões de autoridades, conselhos e boletins diários à população, estatísticas, debandada de políticos. Ciência médica e sistema de saúde em xeque. Médicos doentes, inúmeros indivíduos

¹ Todas as citações originalmente em espanhol, inglês e italiano foram traduzidas livremente pela autora

² NEIVA, Arthur. “Prefácio”. In: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidêmica no Brasil e especialmente em São Paulo São Paulo: Casa Duprat, 1920, p. III-VI, p.III

enfermos, muitas pessoas morrendo. Desespero. Organização de postos de socorro e hospitais, distribuição de remédios e comida. Mobilização civil. Solidariedade.³

A maior epidemia da história, uma pandemia. Enquanto a Primeira Guerra Mundial, de 1914-1918, matou, aproximadamente, oito milhões de pessoas, a gripe espanhola, contemporânea dos últimos dias do conflito, foi fatal para mais de vinte milhões de seres humanos em todo o mundo (alguns falam em cinquenta milhões). Nada matou tanto em tão pouco tempo. Quanto ao total de enfermos, as dificuldades para o cálculo são ainda maiores e os números mais assustadores: para uma parcela significativa de estudiosos, seiscentos milhões de pessoas teriam sofrido com a pandemia gripal, mas alguns supõem que adoeceram entre 80 ou 90% da população do planeta, o que somaria um bilhão de pessoas.⁴ Talvez Arthur Neiva estivesse com razão. Como avaliar o impacto e os desdobramentos de tamanha tragédia ?

Pouco depois da influenza, três livros foram publicados no Brasil sobre a gripe espanhola. Dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo. Os cariocas relatavam a epidemia através de experiências muito pessoais. O do dr. Carlos Seidl, A proposito da pandemia de gripe em 1918, editado em 1919, expõe as opiniões, discussões e agruras do então Diretor

³ Relatorio apresentado ao Exmo.Snr.Dr.Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Estado sanitário. Anos, população, óbitos, p. 102

Durante a epidemia de 1918, os jornais de São Paulo, denominaram a doença gripe espanhola e, mais freqüentemente, influenza espanhola. Neste trabalho, gripe epidêmica, influenza espanhola e, principalmente, gripe espanhola e influenza foram nomes usados para denominar a moléstia. Algumas vezes, influenza foi usada como sinônimo da gripe comum, mas em contexto que impede confusão com a epidemia de 1918.

⁴ ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. La gripe española. La pandemia de 1918-1919 Madrid: Siglo XXI, 1993, p.IX. BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e sociedade. A gripe espanhola no município de São Paulo São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986 (Dissertação de Mestrado), p. 95. OLDSTONE, Michael B. A. Viruses, plagues, and history New York; Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 174-175

As ilhas Gilbert, Ellice, Novas Hébridas, Norfolk, Salomão, Nova Guiné e Nova Caledônia, da Oceania, graças a um controle sanitário e isolamento rigorosos, escaparam da pandemia de 1918. Na Austrália, a gripe espanhola só se manifestou em janeiro de 1919 fazendo poucas vítimas. Com rígido controle marítimo, Samoa Americana (Pago Pago) foi outro local que também escapou da influenza de 1918. Cf.: CROSBY JR., Alfred. W. Epidemic and Peace 1918 Westport: Greenwood, 1976, p. 234-240

Geral da Saúde Pública quando os primeiros casos da doença foram notificados na Capital Federal e no Brasil. As discussões acadêmicas, o apoio recebido por Seidl da classe médica, os embates na imprensa, a demissão do Diretor Geral e os protestos de solidariedade, foram registrados no livro. A obra do dr. Moncorvo Filho, O pandemonio de 1918 publicada em 1924, depois de histórico sobre as epidemias de gripe no mundo e no Brasil, descreve, minuciosamente, a mobilização, organização e ação de uma instituição dirigida pelo próprio autor, o Departamento da Criança do Brasil, que tratou enfermos de gripe espanhola de todas as idades no Rio de Janeiro. Moncorvo Filho pontua sua narrativa com fatos trágicos, críticas sutis a Seidl e elogios explícitos aos médicos e enfermeiros cariocas, ao citado Departamento e, indiretamente, a si próprio. Em São Paulo, foram dois funcionários do Serviço Sanitário, dr. Carlos Luiz Meyer e dr. Joaquim Rabello Teixeira, que, com as bençãos de Arthur Neiva, escreveram, em 1920, A gripe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo, um compêndio de dados e informações sobre a epidemia, reproduzindo todos os boletins oficiais editados em São Paulo durante a influenza, as relações de hospitais (os profissionais que neles atuaram) farmácias e postos de socorro da Capital paulista e comentários sobre os diferentes serviços públicos e privados prestados durante a gripe espanhola. Estatísticas sobre São Paulo e o interior e relatos das cidades de todo o Estado, são complementados com uma panorâmica do Brasil, estado por estado, com destaque para a influenza no Rio de Janeiro.⁵

Depois dessas edições um grande silêncio das publicações que, de doutores ou não, pretendiam abranger um público maior que o da restrita comunidade médico-científica. Passados mais de oitenta anos, raros são os estudos no Brasil que tematizam a gripe

⁵ SEIDL, Carlos. A Proposito da Pandemia de Gripe em 1918. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1919
MONCORVO FILHO. O Pandemonio de 1918. Rio de Janeiro: Departamento da Creança, 1924

espanhola. Cláudio Bertolli Filho escreveu Epidemia e Sociedade. A gripe espanhola no município de São Paulo em 1986, onde destacou o aspecto nada democrático da influenza, que vitimou mais pobres que ricos, e deu ênfase àquilo que, para ele, foi o atestado de falência da organização sanitária (e da ciência médica) em São Paulo, quando a epidemia se propagou e o apelo para que a ajuda particular se intensificasse foi acompanhado de uma reordenação dos serviços de combate à gripe espanhola, dividindo o comando daqueles encargos. O grande mérito do trabalho é o minucioso levantamento que o autor realizou nos Livros de Cemitérios, das dez necrópoles então existentes na Capital, na tentativa de resgatar com precisão o número de mortos pela doença, o que contribuiu para determinar as áreas de maior mortalidade na cidade e possibilitou uma comparação com os dados do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, divulgados pouco depois do fim da epidemia. Bertolli concluiu que o número de mortes por influenza em São Paulo foi de 5.429 pessoas. O cálculo foi realizado com base nos Livros pesquisados, que apontavam 5.100 mortos por influenza, e em estudo da mortalidade por causa específica na Capital nos dez anos antes da epidemia. Esse estudo indicou um pequeno excesso de mortes por outras doenças respiratórias durante a gripe espanhola, óbitos que o pesquisador atribuiu, indiretamente, à influenza (foram eles: 175 por pneumonia, 88 por broncopneumonia e 66 por tuberculose). Os números oficiais apontaram 5.331 vítimas fatais da gripe espanhola e uma projeção, feita por pessoal do próprio Serviço Sanitário, concluía que até 6.891 indivíduos poderiam ter morrido de influenza se fosse feita uma comparação com a mortalidade registrada no ano anterior (1917).⁶ Aparentemente, o governo não teria “escondido cadáveres” como

MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit.

⁶ BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., especialmente, p.106-128. O autor publicou em 1992 um artigo onde resumiu as idéias centrais de sua dissertação, notadamente, a da falência do Serviço Sanitário e a da ação popular na epidemia. Veja: BERTOLLI FILHO, Cláudio. “A gripe espanhola no município de São Paulo”. In: SPÍNOLA, Aracy W. de P. et al (coord.) Pesquisa social em saúde São Paulo: Cortez, 1992, p. 280-291

alguns suspeitavam ainda durante a gripe espanhola e muitos acreditavam nos anos seguintes ao período epidêmico.

Outro trabalho que tematiza a influenza é A “espanhola” em Porto Alegre, 1918, estudo feito por Janete Silveira Abrão em 1995. Abrão recuperou aspectos das implicações cotidianas e político-sociais que a presença da epidemia representou para os gaúchos da Capital. A autora centrou seu trabalho na maneira como a gripe espanhola desnudou as deficiências sanitárias da cidade e os limites do saber médico oficial, o que teria contribuído para o recrudescimento da utilização de chás, beberagens e outras terapêuticas (como a homeopática), na tentativa de acabar com a moléstia. Nesse contexto de desorganização médica, propagandas de vários produtos, e não apenas os tidos como medicamentosos, teriam ganho as páginas de jornais e revistas na tentativa de lucrar com a epidemia.⁷

As diferentes substâncias utilizadas para combater a influenza e o aspecto “comercial” da gripe espanhola, foram objeto também da análise de um artigo de Cláudio Bertolli Filho, “Anunciando a gripe”, publicado em 1984 nos Anais do III Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.⁸ Bertolli, que depois retomou a discussão em sua tese de 1986, analisou anúncios variados do período e, como Abrão, destacou o aspecto financeiro que permeou as transações que utilizaram a influenza como propaganda. Contudo, o autor deixou de explicitar uma questão que Janete Abrão faz questão de destacar: a distinção, que deve ser considerada, entre os anúncios de medicamentos e, por exemplo, os de chocolates ou cigarros que usavam o nome influenza para chamar a atenção

⁷ ABRÃO, Janete Silveira. A “espanhola” em Porto Alegre, 1918 Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995 (Dissertação de Mestrado)

⁸ BERTOLLI FILHO, Cláudio. “Anunciando a gripe”. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, III Encontro, 1984, São Paulo. *Anais ...* São Paulo, p. 167-169, 1984

dos consumidores. Segundo a pesquisadora, os primeiros, mesmo revelando oportunismo e desejo de lucro, seriam indicativos dos conhecimentos científicos e tecnológicos da época e mereceriam ser analisados de forma distinta.

Outro artigo sobre a gripe espanhola foi escrito em 1997 por Nara Azevedo de Brito. O texto “La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro”, analisa o impacto psicológico da chegada e desenvolvimento de influenza na Capital Federal, assinalando o transtorno que a epidemia causou no Rio de Janeiro: a paralisia das atividades sócio-financeiras; o desmantelamento dos serviços de saúde inviabilizando o socorro médico e a venda de remédios; os problemas com abastecimento da cidade, principalmente, de seus bairros mais afastados, e o pavor causado pelo grande número de cadáveres, muitos deles insepultos vários dias. O medo da gripe e de seus desdobramentos, a tragédia das mortes que pareciam intermináveis, são assim resgatados por Brito, que termina seu estudo lembrando a euforia provocada pela sensação do fim da influenza. Euforia que, como registraram os jornais da época, teve sua maior expressão no carnaval de 1919.⁹

E foi nos jornais que Valêncio Xavier encontrou material para recortar, colar e, assim, contar um pouco da trajetória da gripe espanhola no Paraná, em Curitiba. O mez da grippe, editado em 1981, admite várias leituras, revelando para o leitor, na forma de flashes ilustrados e diversificados, o período trágico de desorganização, muito medo, vários remédios e poucos médicos que foi o dia-a-dia da influenza para os curitibanos.¹⁰

Em terras mais distantes foram feitos estudos que em parte abordaram a gripe espanhola, entre eles os de Lion Murard e Patrick Zylberman L’Hygiène dans la

⁹ “La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro”. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v.IV, nº 1, p.11-30, mar./jun.1997

République. La santé publique en France, ou l'utopie contrariée (1870-1918) e o realizado por Michael Oldstone Viruses, plagues, and history, que enquadraram a influenza no conjunto de problemas epidêmicos, de saúde e sanitários que analisaram.¹¹ Trabalhos como Influenza: the last great plague de W.I.B. Beveridge e La gripe española. La pandemia de 1918-1919 de Beatriz Echeverri Dávila, se dedicaram a resgatar as origens e história da gripe e da gripe pandêmica, refazendo o percurso de uma das doenças que mais epidemias causou entre os homens (oficialmente, a primeira epidemia na Europa dataria de 1170 ou 1173), organizando informações sobre o vírus mutante da moléstia e reconstituindo o início e os caminhos trilhados pela epidemia de 1918.¹² Epidemia que em poucas semanas transformou-se em pandemia, desestruturou sistemas de saúde em todo o mundo e, de maneira geral, matou de forma descomunal principalmente jovens adultos, algo inédito na

¹⁰ XAVIER, Valêncio. O mez da gripe Curitiba: Fundação Cultural; Casa Romário Martins, 1981

¹¹ MURARD, Lion et ZYLBERMAN, Patrick L'Hygiène dans la République. La santé publique en France, ou l'utopie contrariée (1870-1918) Paris: Fayard, 1996. OLDSTONE, Michael B. A. Op.cit.

¹² BEVERIDGE, W.I.B. Influenza: the last great plague London: Heinemann, 1977

ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. Op. cit. Segundo a autora, epidemias aparentemente de gripe foram relatadas pelos gregos durante o cerco de Siracusa, em 395 a.C. e por Hipócrates no ano 412 a.C.; entretanto, aquela que por seus sintomas foi, de forma inequívoca, a primeira epidemia da doença dataria de 1170 (segundo Piga e Lamas e André a data seria 1173). Desde então pelo menos quarenta e sete importantes epidemias de gripe aconteceram na Europa, muitas chegaram a América. Destaque para as de 1580 e 1781. O século XIX foi marcado pelas epidemias de 1847, 1889, 1891 e 1892, sendo as duas primeiras verdadeiras pandemias. A de 1889 foi extremamente contagiosa. Veja, p. 4 -7. Cf.: PIGA, Antonio y LAMAS, Luis. Infecciones de tipo gripal Madrid: Talleres Tipográficos de "Los Progresos de la Clínica y de "Plus-Ultra", 1919, p.9. ANDRÉ, G. La gripe ou influenza Paris; Toulouse: Masson; Ch.Dirion, 1908, p.14

No Brasil, uma epidemia de 1552 na Bahia pode ter sido de gripe. Nos séculos seguintes, surtos de doenças cujos sintomas incluíam tosse, opressão e sufocação foram atribuídos, posteriormente, ora a gripe ora a outras enfermidades. Entre essas moléstias de definição duvidosa estava a denominada, por duas vezes, "Zamparina" (corruptela do sobrenome de uma cantora lírica que atuava em Portugal). Foi apenas em 1835 que uma epidemia, possivelmente de gripe, chamou um pouco mais a atenção dos médicos nacionais. No século XIX, enfermidades como "Corcunda" ou "Carcunda" (devido a tosse, que obrigava o paciente a andar curvado) e a "Polca" (nome que homenageava o ritmo da moda), foram apontadas como epidemias de gripe; no caso da última, houve quem a classificasse como epidemia de febre reumática. De diagnóstico impreciso e despertando pouco interesse, até mesmo a pandemia de 1889 mereceu pouca reflexão nas terras nacionais. Cf.: MONCORVO FILHO. Op. cit., p. 13-27. SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História geral da medicina brasileira São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1991, v.1, p. 181-183; v. 2, p. 217-218

história, pois velhos, lactentes e enfermos crônicos, sempre foram as vítimas prediletas de doenças epidêmicas.¹³

Na obra de Echeverri Dávila a Espanha mereceu destaque, na tentativa de resgatar o impacto social e demográfico, as características, desenvolvimento e formas de combate da influenza em solo ibérico. O estudo da epidemia possibilitou ainda que a autora vislumbrasse como se vivia e morria naquele país nas primeiras décadas do século XX.¹⁴ Mas, a gripe de 1918 não seria espanhola?

A resposta negativa de todos os estudiosos da influenza também seria dada pela autora de La gripe española. La pandemia de 1918-1919. A denominação gripe espanhola, segundo Beveridge, surgiu na Inglaterra em fins de abril de 1918. Duas são as principais hipóteses para a denominação: a primeira, partia do pressuposto errôneo de que a moléstia havia se originado na Espanha e/ou lá fizera o maior número de vítimas. Idéia sustentada, no início da pandemia, por instituições de prestígio como a Royal Academy of Medicine de Londres. Já no final de setembro de 1918, poucos eram os que acreditavam na possibilidade da origem espanhola da enfermidade. Outra explicação afirmava que a Espanha, país neutro durante a Primeira Guerra Mundial, não censurava as notícias sobre a existência da epidemia, daí a dedução equivocada de que a doença matava mais naquele país, consagrando o nome gripe espanhola. Além dessas possibilidades, uma terceira dizia que durante o conflito mundial uma facção do governo espanhol mostrou simpatia pelos alemães, a Inglaterra não perdoou e, como fizera no século XVII, imputou à Espanha a responsabilidade pela “peste” de 1918. Estudo recente relembra a tendência antiga de se

¹³ Sobre a faixa etária dos mortos da epidemia, em São Paulo os dados de Bertolli apontam para sentido diverso daquele assinalado pela maioria dos trabalhos sobre a influenza. As crianças com menos de quatro anos seriam a maioria, representando 40,75% do total de óbitos, 5,73% a mais que as mortes entre as pessoas de 20 a 44 anos. A questão se São Paulo foi ou não uma exceção e porquê não foi respondida pelo autor. Cf.: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., 1986, p.114-119

batizar epidemias com o nome do país (vizinho) de onde chega o contágio, e assim teria feito Portugal em 1918, concorrendo para a difusão do nome gripe espanhola. Finalmente, outros sustentam que a denominação poderia envolver questões político-sociais entre países fronteiriços. Franceses, xenófobos diante de trabalhadores espanhóis que cruzavam a fronteira em 1918 teriam denominado a gripe epidêmica de espanhola.¹⁵

Mais uma vez, poderíamos nos questionar se Arthur Neiva não estaria correto em sua avaliação, sobre as dificuldades que aguardariam quem ousasse estudar a gripe espanhola. Afinal, as especulações e entraves começariam no porquê daquela denominação para a doença epidêmica. Provavelmente, muitos teriam preferido desistir do desafio representado pelo estudo de tão catastrófica e enigmática doença.

Beatriz Echeverri Dávila, no início de seu livro, se pergunta sobre o silêncio em torno de um acontecimento de tamanha importância e proximidade histórica. Como bem assinalou a autora, sabemos mais sobre a peste negra no século XIV do que sobre a gripe espanhola no XX. Uma hipótese da autora: a “concorrência” de significativos acontecimentos contemporâneos, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917. Outras possíveis explicações seriam, as características epidemiológicas da enfermidade, que com rapidez extraordinária chegou e se foi, ou suas poucas seqüelas econômicas e sociais, apesar do grande número de mortes. Echeverri Dávila lembra ainda a tragédia representada pela Segunda Guerra Mundial, que pode ter contribuído para esmaecer da memória de sobreviventes da epidemia e de jovens, tanto terrores vividos vinte anos antes quanto as histórias ouvidas na infância sobre uma doença que matou como

¹⁴ ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. Op. cit., p.61-162, 181-192

¹⁵ Cf.: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p. 98-99. BEVERIDGE, W.I.B. Op. cit., p.42. ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. Op. cit., p.21-22. MURARD, Lion et ZYLBERMAN, Patrick. Op. cit., p.565. OLDSTONE, Michael B. A. Op. cit., p. 175. KAPLAN, Martin M. e WEBSTER, Robert G. “ The

nenhuma outra. Por último, a pouca gravidade das grandes pandemias de gripe pós-1918, as de 1957 e 1968-1969, teria diminuído o temor da comunidade científica em relação a uma nova catástrofe motivada pela gripe e assim contribuído para amenizar as lembranças sobre a gripe espanhola.¹⁶

Especulações. Com certeza, cada uma concorreu, em grau diverso, para que a pandemia de 1918, vivida de forma dramática em todo o mundo, fosse, pouco a pouco, deixada na penumbra. No Brasil, questões demográficas e falência de sistemas de saúde foram os temas recorrentes daqueles que, partindo de pressupostos da história social e fazendo incursões na história das mentalidades (como Abrão e Brito) ou baseados em parâmetros da “nova epidemiologia” de inspiração marxista (como Bertolli), procuraram tirar do esquecimento acontecimento tão importante como a influenza.¹⁷

Marcos Cueto, resumindo o pensamento de uma gama variada de historiadores da ciência, acertadamente, chamou atenção para o aspecto sócio-político de todas as epidemias, afirmando: “a variedade de percepções, práticas e testemunhos que surgem em uma crise epidêmica, tornam evidente que a enfermidade não é um simples fato biológico de responsabilidade médica.”¹⁸ Como, então, “arautos” da ciência médica na cidade de São

epidemiology of Influenza” *Scientific American* vol. 237, nº 6, p.88-106, December 1977, p.89. Veja ainda, entre outros, “A nova epidemia” *A Capital* São Paulo, 23 de setembro de 1918, ano VII, p.1

¹⁶ ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. Op. cit., p. X

¹⁷ Enquanto Abrão e Brito têm nos estudos (e estudiosos) oriundos da Escola dos Annales suas matrizes teóricas mais evidentes, Bertolli fundamenta seu trabalho na “nova epidemiologia” ou “epidemiologia social”, modelo teórico que firma suas bases no marxismo. Entre os primeiros estudos brasileiros realizados com tais pressupostos estão os de Maria Cecília Donangelo e Sérgio Arouca.

¹⁸ CUETO, Marcos. *El regreso de las epidemias. Salud y sociedad en el Perú del siglo XX* Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1997, p. 18

O estudo das implicações sociais das enfermidades e da importância das epidemias como reveladoras do cotidiano e de suas transformações tem em Mirko Grmek, da escola dos Annales, um de seus pioneiros, confira entre os seus textos: “Géographie médicale et histoire des civilisations” e “Préliminaires d’une étude historique des maladies”. *Annales E.S.C.* Paris, v. 18, p. 1071-1097, 1963 e v. 24, nº 6, p. 1473-1487, 1969

Paulo enfrentaram essa verdadeira crise social em 1918, crise que colocou em xeque o aparato médico-sanitário sustentado pelas práticas e discursos científicos ?¹⁹

Partindo da idéia de que os caminhos da ciência são feitos e refeitos por homens em seus relacionamentos sociais, acompanhar um pouco da trajetória de alguns desses indivíduos em uma época singular, marcada pela epidemia, é tentar resgatar caminhos sinuosos de um conhecimento que é gerado na sociedade e se transforma e sustenta através da interação social das pessoas, inclusive dos chamados pacientes, com suas críticas e reivindicações,²⁰ e dos portadores de outras formas de saber sobre a saúde e a doença, quer através de discussões e conflitos, quer por meio de aproximações e identificações. Trabalhos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier e, especialmente, Edward P. Thompson, com suas reflexões sobre a complexidade das relações entre os homens e suas manifestações sociais, inspiram essa perspectiva.

O resgate da epidemia de gripe espanhola de 1918, duplamente significativa, pelo seu caráter fulminante e por traduzir a letalidade de uma moléstia corriqueira e, aparentemente, inofensiva, torna assim possível o deslindamento de alguns percursos do discurso e do fazer (social) dos médicos, em seu diálogo com a sociedade de São Paulo e, de maneira peculiar, com outros portadores de saberes de cura, lapidando frases e atos na tentativa de manter e firmar seu conhecimento sobre o sadio e o enfermo, reassegurando seu espaço social, no período desestruturador da epidemia de gripe, que mobilizou toda a população, além de autoridades governamentais. Buscando recuperar diferentes facetas desse complexo processo, as pesquisas realizadas foram balizadas pelos anos de 1917 e

¹⁹ Neste estudo, as expressões ciência médica, medicina e saber e/ou conhecimento médico-científico ou sanitário, referem-se a alopatia, salvo declaração explícita em contrário.

²⁰ Roy Porter chama atenção para a necessidade do resgate do ponto de vista dos pacientes, da relação médico-paciente e do aspecto social que envolve a prática médica, para que a história da medicina não seja

1924, anos marcados pela Greve Geral e pela revolta de Isidoro Dias Lopes, os dois momentos mais próximos do período da gripe espanhola que, como a epidemia, convulsionaram a sociedade, paralisando a Capital e desorganizando o cotidiano dos paulistanos.

Seria a análise desse processo multifacetado uma das difíceis questões que fazem parte da “*formidável calamidade*” representada pela gripe espanhola ? Só Arthur Neiva poderia responder.

apenas um encadear de “feitos espetaculares” de médicos e cientistas, veja: PORTER, Roy. “ The patients views. Doing medical history from below”. Theory and Society v.14, n° 2, p.175-198, March 1985

CAPÍTULO I – O TEMPO DA INFLUENZA

“(...) S. Paulo na frase feliz de um jovem cientista que o percorreu, é como que uma nação culta estrangeira encravada no território brasileiro.”

Belisário Penna – Saneamento do Brasil

“Transpondo os mares, galgando a cordilheira, frustrando as quarentenas e as desinfecções, vencendo as barreiras e as defesas científicas (...); assaltou-nos e abateu-se sobre nós, na vertiginosa violência de um furacão, a tremenda epidemia da gripe”

Altino Arantes – Passos do meu caminho

Apresentação

A cidade de São Paulo no final da década de 1910 está transformada pelo crescimento da população e a diversidade econômica, que acabam por redesenhar o urbano. Na Capital, que assombra moradores e visitantes, os problemas relacionados à salubridade e a saúde das pessoas se avolumam. Tentativas para solucionar essas questões e “planejar” a cidade invadem a academia e as páginas dos jornais: doutores e leigos debatem, denunciam, reivindicam. A primeira parte deste capítulo pretende perceber, de forma panorâmica, como a ciência, apresentada como portadora de meios para a elaboração de soluções para os problemas da Capital e o planejamento urbano, foi assimilada e manipulada por diferentes segmentos da sociedade paulistana. A reforma de ruas e praças, a casa operária, tanto quanto o trato da tuberculose e da febre tifóide, as enfermidades que mais vítimas faziam em São Paulo na época, possibilitam a percepção da utilização do conhecimento

científico como uma referência, muitas vezes reelaborada, para a formulação de elogios ou críticas sobre a cidade, propostas de solução para os problemas da Capital e planos para o futuro de São Paulo.

Como essa ciência, presente de várias maneiras no cotidiano dos paulistanos, era oficialmente organizada para cuidar da saúde na cidade pouco antes da epidemia de gripe espanhola castigar os paulistanos ? O Serviço Sanitário do Estado era o principal órgão encarregado dessa questão. No final dos anos 1910, sob as ordens de Arthur Neiva, o Serviço Sanitário e seus institutos anexos foram objeto de constantes reivindicações que visavam melhorar instalações, renovar equipamentos e suprir de pessoal especializado aqueles locais, “aperfeiçoando” os serviços prestados. Em mais de um momento o “*determinismo científico*” foi o argumento utilizado para as solicitações feitas ao governo do Estado, com o objetivo de atender as necessidades de remodelações apresentadas como imperiosas diante do presente de São Paulo e do futuro que parecia anunciado para a Capital. Entre as mudanças solicitadas destaquei, na segunda parte do Capítulo I, o caso do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, pois a construção de novas e modernas instalações para a instituição e a questão da direção do Laboratório acabaram explicitando nuances da concepção de ciência de Neiva e a afinidade que, em diversos aspectos, existia entre suas idéias de saber científico e a de muitos moradores de São Paulo. Concepções de muitos, que tiveram nas reformulações do Serviço Sanitário do Estado, em 1917-1918, uma de suas mais visíveis traduções, por sistematizar, implementar e redirecionar práticas sanitárias que então pontuavam as ações daquele Serviço e uma idéia de conhecimento sobre a saúde que podia ser percebida até nas queixas e reivindicações de vários paulistanos

Essa concepção de saúde, baseada em pressupostos científicos, e o Serviço Sanitário do Estado, seriam postos em xeque no segundo semestre de 1918 com a nova e devastadora epidemia de gripe espanhola. A parte final do Capítulo I busca desvendar como moradores da Capital, médicos e governo do Município e do Estado receberam a notícia da influenza e de que maneira as autoridades sanitárias e os paulistanos reagiram e agiram diante da realidade da doença na cidade. As primeiras informações sobre a enfermidade que grassava na Europa, a triste história da Missão Médica Brasileira, a gripe espanhola no Rio de Janeiro, as declarações sobre a moléstia feitas pelo dr. Carlos Seidl, Diretor Geral da Saúde Pública, iniciam o texto. Mas a influenza se tornaria um pesadelo para os moradores de São Paulo quando os primeiros casos da doença foram confirmados na cidade em meados de outubro e a enfermidade foi, repetidamente, anunciada como microbiana, endêmica, mundial e sem meio de tratamento específico: a gripe. Procuo então acompanhar o discurso e as ações implementadas pelo Serviço Sanitário, o esgotamento dessas medidas diante da epidemia e a concomitante organização de um grande aparato particular de auxílio aos gripados e seus familiares, assim como o desmoronar da vida cotidiana da cidade, destacando o impacto da doença sobre a população mais pobre, operária, de São Paulo (revelando aspectos de uma face miserável da Capital que muitos tentavam esquecer). Paralelamente, acompanhando esse processo, que foi resultando no descrédito progressivo do Serviço Sanitário, pude verificar como, em um momento que o próprio Arthur Neiva admitia publicamente não ter condições de *“dominar a crise que experimenta a saúde pública”*, o discurso médico apelou para a hospitalização, subvertendo o que afirmara quinze dias antes, quando chamava atenção apenas para os cuidados individuais e domésticos contra a influenza. Organizados em meio a críticas que clamavam pelo isolamento da cidade e a segregação dos doentes, os hospitais iriam se transformar, no final

de outubro, na “grande solução” para o desastre epidêmico, possibilitando uma rearticulação do discurso e da prática dos homens de ciência quando tudo parecia ruir o que, mais uma vez, tornava possível a apresentação dos médicos como detentores dos meios para tentar controlar a doença e restaurar a saúde.

1. Ciência e saúde na São Paulo daquele período

A sala do Grêmio da Escola Politécnica estava lotada quando dia 15 de fevereiro de 1911, aniversário da escola, o professor e diretor de Obras Municipais da cidade de São Paulo dr. Victor da Silva Freire iniciou sua conferência “Melhoramentos de São Paulo”. Convidado pelos alunos para falar sobre “*complexo assunto*”, segundo suas palavras, Freire pretendia contribuir com sua exposição para a correção e a melhoria da organização da cidade.²¹

Durante os 17 anos de existência da escola as transformações urbanas e sociais de São Paulo impressionavam pela rapidez e proporções: o pequeno “burgo dos estudantes” das primeiras décadas do século XIX, em 1890 já abrigava 64.934 habitantes e em 1910 contava com 357.324 moradores. Em 1907 a cidade possuía 326 empresas e 24.186 operários.²² Resultado principalmente da imigração, ligada à expansão e mudanças econômicas que se processavam, o crescimento da cidade oscilou com as variações que economia e política sofreram ao longo dos anos. Mas, mesmo quando houve a maior retração do número de estrangeiros que se dirigiam para o estado de São Paulo, nos

²¹ FREIRE, Victor da Silva. “Melhoramentos de S. Paulo”. Revista Polytechnica, t.6, v. 33, fev./mar. de 1911, p. 91-145. Freire foi chefe da Diretoria de Obras Municipais da cidade de São Paulo por 26 anos, a partir de 1899.

²² ROLNIK, Raquel. “De como São Paulo virou a Capital do Capital”. In: VALLADARES, Lícia do P. (org.) - Pensando a Habitação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.109-134. p. 111

primeiros anos do século XX (notadamente devido a crise na cafeicultura), o fenômeno atingiu mais as fazendas que a cidade. A pujança da Capital atraía e seu crescimento continuou.²³

Foi nas décadas de 1880 e 1890 que São Paulo perdeu sua aparência colonial, tornando-se uma cidade economicamente completa. As ruas outrora silenciosas começavam a fervilhar com a passagem das pessoas, bondes e carroças. Lojas luxuosas, confeitarias, cafés, livrarias e artífices em profusão completavam o quadro de uma cidade cujos subúrbios cresceram, as estradas de ferro atravessaram e as belas casas, dos enriquecidos com toda essa transformação, se multiplicaram. Aumentaram, também, o número dos cortiços e casebres ocupados por muitas das pessoas que haviam ocorrido à cidade em busca de trabalho nas fábricas e oficinas e, quem sabe, fortuna.²⁴

A cidade que avançava pelo século XX assombrava visitantes e, principalmente, moradores, inquietos diante do seu futuro. O dr. Victor Freire perguntava à atenta platéia daquele 15 de fevereiro de 1911:

“Será, pois, possível (...) preparar com antecipação as disposições de uma cidade, tendo em vista a fácil circulação, a boa distribuição de ar e luz?”

E respondia triunfante:

MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo. São Paulo: DIFEL, 1970, p. 148 e 235

²³ SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 6ªed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 62-70 e 79

O Relatório Rossi que denunciava as péssimas condições de vida em São Paulo dos trabalhadores vindos da Itália e a proibição, pelo Decreto Prinetti, da imigração subvencionada de italianos, concorreram também para a queda do número de pessoas que se dirigiam para o Estado. Maria Alice Rosa Ribeiro defende a tese do papel significativo das epidemias nesse processo, afugentando as pessoas das terras paulistas e/ou do interior do Estado. Confira: RIBEIRO, Maria Alice R. História Sem Fim... Inventário da saúde pública. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993, p. 84-85 e 105

Além dos imigrantes, os trabalhadores nacionais, negros e brancos, estavam por toda a cidade de São Paulo. Entre os estudos que buscaram resgatar aspectos do universo desses indivíduos está o de Carlos José Ferreira dos Santos Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915 São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998

²⁴ MORSE, Richard M. op. cit., p. 216, 265-267

*“Não só é possível, como conveniente e, até, necessário.”*²⁵

A crença na possibilidade de *“antecipação”*, isto é, na ordenação satisfatória do espaço urbano prevendo seu desenvolvimento, aparecia no discurso de Freire respaldada pela possibilidade singular que São Paulo teria de poder mirar-se nas grandes cidades fabris européias. Uma palavra resumia o necessário para o gerenciamento da cidade: competência. O exemplo, as cidades anglo-saxônicas.

As palavras de Victor Freire colocavam os homens reunidos no Grêmio da Escola Politécnica, homens de ciência, em posição ímpar: poderiam fazer uma interpretação da cidade e de suas mudanças a partir de um vértice, olhando ao mesmo tempo para o passado e para o futuro, (re)escrevendo ambos a partir da posição de observadores e interventores privilegiados, porque competentes.

E foi isto que Freire fez. Denominando os melhoramentos de São Paulo uma questão permanente, dividiu sua história em duas fases: a primeira fase, presente ainda no final do século XIX, seria a *“do saneamento”*, quando a abundância de recursos estaduais investidos no município garantiu o aumento do abastecimento de água, o estabelecimento de rede de esgoto e obras de drenagem do solo; a segunda fase seria a *“da metodização”* do desenvolvimento desordenado do período anterior. Realizado exclusivamente pela municipalidade, com seus próprios recursos, os trabalhos nivelaram, revestiram e arborizaram ruas da cidade, criaram jardins e corrigiram o traçado de algumas vias da parte antiga. Nas palavras do conferencista, *“resolvendo apenas questões de momento porque os meios não davam para mais.”*²⁶

²⁵ FREIRE, Victor da Silva. op. cit., p. 94

²⁶ Id. ibid., p.92

Organizando o passado Freire revelava sua concepção de futuro e sua percepção do presente. As intervenções para transformação do espaço urbano conduziram, segundo a história que construiu, à possibilidade de uma maior e melhor modelação da cidade. Mas o futuro seria inscrito em São Paulo a partir da ação de homens como aqueles que o escutavam naquele momento, pessoas que podiam beneficiar-se com o estudo das experiências de outras cidades industrializadas e de um saber técnico-científico cada vez mais especializado, ministrado por escolas como a Politécnica e resultado de contatos intensos com colegas de profissão e de preocupações do Brasil ou do exterior.

Assim, tornando o passado inteligível e apostando em uma ação saneadora que garantiria o futuro — garantia dada pelo exemplo inspirador de outras cidades industrializadas — o discurso competente de Victor Freire integrava teoria e história urbana para a efetivação de uma prática salutar que conduziria São Paulo pelos caminhos do progresso que a aguardava.²⁷ Segundo Françoise Choay, a palavra urbanismo, criada em 1910, corresponde ao surgimento da nova realidade da sociedade industrial que resulta um novo tipo de arte urbana, de caráter reflexivo e crítico com pretensão científica,²⁸ algo que podia ser percebido, sem muito esforço, nas palavras de Victor da Silva Freire.

Olhando para São Paulo como se a cidade coubesse em sua prancheta, Freire pretendia tratar em conjunto os melhoramentos urbanos, mas privilegiava as questões sobre a circulação no centro da cidade e duvidava que até mesmo essas pudessem ser solucionadas de uma única vez: apostava nas etapas.

Falando sobre seus planos Freire usava expressões como *inspirar* e *analogia* ao se referir as idéias vindas de outras terras. O desejo de refazer/fazer cidades nos trópicos

²⁷ Sobre o “discurso competente”, confira: CHAUI, Marilena. “O discurso competente”. In: Critica e ideologia São Paulo: Moderna, 1980, pp.3-13

deveria ser formulado simultaneamente ao olhar atento para o presente da cidade. O modelo importado era inspirador, o que implicava na problematização singular da realidade urbana existente (por mais que os problemas da Capital paulista e das cidades anglo-saxônicas pudessem ser vistos em termos idênticos). E neste particular Freire não estava sozinho. O relatório enviado ao prefeito Raymundo da Silva Duprat, no mesmo ano de 1911, por Joseph Antoine Bouvard, autor de outro projeto para remodelação do centro da cidade e do Vale do Anhangabaú, também afirmava categoricamente a necessidade de não se negligenciar o presente da cidade para planejar seu futuro.²⁹

Assim, Victor Freire, leitor de Camilo Sitte, o mais importante teórico do urbano na segunda metade do século XIX, pretendia que as transformações da área central respeitassem a topografia e o traçado colonial das ruas da Capital e tinha planos que teriam que necessariamente considerar o presente da cidade. Local que em poucos anos dobrara mais de uma vez seu número de habitantes e sentia o cheiro da fumaça das fábricas que manchava de negro o céu de São Paulo. Entre o plano e a cidade ideal estavam o povo e a cidade real.

Planos diversos eram apresentados para esta cidade, em diálogo constante com sua realidade. Os de Victor Freire, preocupados fundamentalmente com a circulação, respondiam à ânsia de fazer respirar a plenos pulmões o corpo urbano que necessitava de ar e luz para crescer. Metáforas relacionadas ao corpo humano, quando ruas são artérias e há um centro privilegiado — o coração da cidade, constituíram representações recorrentes de

²⁸ CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 2

²⁹ FREIRE, Victor da Siva. op. cit., p. 105. Confira p. 97

Plano Bouvard, confira: DUPRAT, Raymundo da Silva Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito - 1911. São Paulo: Vanorden, 1912 p. 12-15, p. 14. O francês Joseph Antoine Bouvard havia sido contratado pela prefeitura de São Paulo para resolver disputa entre planos dos governos estadual e municipal para a remodelação do centro da cidade. Bouvard apresentou então um terceiro projeto. Raymundo da Silva Duprat foi prefeito de São Paulo de 1911 a 1914.

São Paulo naquela época: as mesmas expressões que descreviam no século XIX as cidades industriais européias. Fascinante e amedrontadora, a cidade surgia como espaço privilegiado da transformação e do controle da natureza. Nela o homem pensava comandar seu próprio destino.³⁰

Esta convicção na possibilidade de traçar o futuro de São Paulo, de conduzir sua história, teria que se desenvolver necessariamente no “diálogo” com o desenho urbano e com os habitantes do lugar, eles também participantes, cada qual em uma medida, da construção da cidade e desejosos de conhecer e conduzir a própria criação. Neste ponto a história e o saber especializado são conjugados com as noções de ciência e técnica que, juntamente com a idéia de progresso (e de ordem ?), espalhava-se pela sociedade paulistana desde o final do século XIX, em grande parte pela forma com que os doutores alardeavam estar solucionando muitos dos problemas de São Paulo e do Brasil: a ciência, ancorada nas descobertas microbianas, estaria acabando com a febre amarela e, gradativamente, nocauteava a varíola, entre outros feitos repetidamente lembrados. A ciência “popularizava-se”, ganhava novos significados (inclusive reivindicatórios) penetrando, pouco a pouco, no cotidiano das pessoas, notadamente devido à propaganda que era feita de sua eficácia no trato de questões que haviam povoado de terríveis pesadelos o sono de homens e mulheres.

A multiplicação, no final dos anos 1910, dos pedidos enviados à Câmara Municipal de São Paulo para que providenciasse a colocação de guias nas sarjetas e realizasse o calçamento das ruas da cidade revelavam, além do próprio crescimento de São Paulo e da preocupação com a organização do espaço urbano, aspectos do arraigamento de noções científicas entre os moradores da Capital que tinham na idéia de salubridade um eixo

³⁰ Cf.: BRESCIANI, Maria Stella M. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)” *Revista Brasileira de História* .v.5, nº 8/9, p. 35-68, set./1984-abr.1985

fundamental. Noção basilar da teoria miasmática de séculos passados, a salubridade ganhara novo prisma ao ser enfocada à luz das modernas descobertas pasteurianas, sendo atualizada pela ação de higienistas desde o final do século XIX. A maneira como diversos paulistanos efetuavam suas reivindicações desvenda um pouco este processo, ao assinalar a preocupação com ruas esburacadas que empoçavam “*águas putrefadas*” e com terrenos transformados em verdadeiros pântanos com a cheia dos rios e as águas das chuvas — locais de doenças infecciosas. De vereadores ou populares, as solicitações para correção e delimitação das ruas e para a pavimentação dos chamados logradouros públicos, representavam mais de 90% dos requerimentos e indicações que ocuparam a Câmara Municipal paulistana. Ruas, avenidas e praças, os pedidos transbordavam das páginas dos jornais, dos debates dos legisladores e dos limites do perímetro urbano.³¹

*“Moradores da rua Affonso Arinos |próxima ao rio Tamanduateí| e respectivas travessas escrevem-nos dizendo que há absoluta necessidade de serem colocadas guias nessas vias públicas procedendo-se em seguida ao respectivo calçamento. É verdade que, de vez em quando a Prefeitura ali manda remover o lodo podre da rua Affonso Arinos. Mas que adianta isso, se o colocam junto das casas, prejudicando a saúde dos moradores? O trânsito por ali não é mais possível. Os próprios lixeiros não se atrevem a levar até lá as carroças.”*³²

³¹ O Estado de S. Paulo São Paulo, 8 de setembro de 1918, nº14.498, ano XLIV. “Queixas e Reclamações”, p.7 e 12 de setembro de 1918, nº 14.502, ano XLIV. “Queixas e Reclamações”, p.6 Confira principalmente as seções “*Queixas e Reclamações*” e “*Câmara Municipal*” do jornal O Estado de S. Paulo entre o final dos anos 1910 e início dos anos 1920. Como exemplo, em 1918, veja os números: 14.323 (17/3), 14.379 (12/5), 14.449 (21/7), 14.484 (25/8), 14.500 (10/9), 14.526 (6/10) e 14.589 (8/12). Muitos dos pedidos incluíam a solicitação de arborização das ruas e praças e retificação do traçado das vias públicas.

Teoria miasmática, confira: CORBIN, Alain. Saberes e Odores São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Sobre higienista, depois chamado sanitário, geralmente médico ou engenheiro, que a partir de meados do século XIX, faz da saúde pública sua preocupação, relacionando salubridade urbana e higiene e saúde da população, veja entre outros: ROSEN, George Da Polícia Médica à Medicina Social. Rio de Janeiro: Graal, 1979

³² “Queixas e Reclamações” O Estado de S. Paulo São Paulo, 14 de outubro de 1918, nº14.534, ano XLIV, p.5

No dia seguinte ao da publicação da queixa pelo jornal O Estado de S. Paulo, o mesmo periódico, pela coluna intitulada “Câmara Municipal”, estampava o pedido encaminhado ao Legislativo pelo vereador José Piedade: *“para que o sr. prefeito mande colocar guias para passeios na rua Affonso Arinos, e, bem assim, proceder aos reparos de que carece essa via pública, que se encontra em lastimável estado.”*³³

A ocupação do espaço urbano era desmedida. A possibilidade (tantas vezes ilusória) de lucro fácil a muitos fascinava. E era com indisfarçável ufanismo que o jornal A Nação afirmava, em fevereiro de 1917:

*“O caso é que São Paulo vai crescendo com rapidez e as novas ruas vão sendo calçadas e arborizadas, outras são remodeladas, ajardinam-se praças, asfaltam-se avenidas, mantem-se a cidade limpa (...). Podemos confiar que ao festejarmos o Centenário da Independência, a nossa capital se apresentará como uma grande metrópole, ocupando um dos postos principais no hemisfério sul.”*³⁴

Era com esta certeza no futuro portentoso de São Paulo que o mesmo dr. Victor da Silva Freire, como diretor que era de Obras Municipais da cidade de São Paulo, anunciava o contrato celebrado em 9 de setembro de 1918 para a construção de um parque na Várzea do Carmo. Ele escrevia ao dr. Washington Luis, prefeito que governava São Paulo desde 1914:

“As condições pecuniárias em que foi lavrado o respectivo contrato, cujas obras são pagas em lotes de terrenos adjacentes ao projetado logradouro, são o mais seguro penhor da fé dos capitalistas na trajetória progressivamente ascendente da metrópole paulista. As suas condições técnicas refletir-se-ão, por outro lado, dentro em pouco, em melhoria

³³ “Câmara Municipal” O Estado de S. Paulo São Paulo, 15 de outubro de 1918, nº14.535, ano XLIV, p. 3

³⁴ “A Administração da Cidade” A Nação São Paulo, 28 de fevereiro de 1917, nº 225, ano II, p. 1

sensível nos coeficientes de salubridade e nos de subida do nível moral e social da população.”³⁵

A preocupação de vários moradores de São Paulo com a Várzea do Carmo, área banhada pelas águas do rio Tamanduateí nos períodos de grandes chuvas, remontava aos meses que precederam a independência do Brasil em 1822, mas cresceu a proporção que casas e casebres, fábricas e oficinas passaram a pontilhar de maneira mais efetiva a região conhecida como Brás. Data de 1914 a lei que autorizava a construção de um parque no local, o que finalmente ligaria o centro comercial de São Paulo ao seu mais importante bairro industrial. O estratagema usado em meados da década de 1910 para viabilizar o grande empreendimento seria a venda, pela municipalidade, dos terrenos loteados da área subjacente ao lugar onde se construiria o referido parque. Assim o novo local seria pago através de recursos obtidos na própria região — a obra valorizaria o espaço e atrairia os imprescindíveis compradores para os terrenos, era o que pensavam. Plano interessante, execução desanimadora, a prefeitura encontrava dificuldades para vender os lotes e os dias passavam.³⁶

Finalmente em 3 de março de 1917 a prefeitura abriu concorrência pública para que particulares construíssem o parque, cuja denominação deveria ser Parque da Várzea do Carmo. O contemplado receberia como forma de pagamento pela obra três quartas partes em terrenos (a 30\$000 o metro quadrado) e o restante em títulos da municipalidade em três prestações anuais. A Companhia Mecânica e Importadora, do engenheiro Antônio de

³⁵ FREIRE, Victor da Silva. Relatório enviado ao prefeito Wasinghton Luiz pelo diretor da Diretoria de Obras Municipais da cidade de São Paulo. In: SOUZA, Wasinghton Luiz Pereira de. São Paulo Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito São Paulo: Typ. Oficial, 1919, v. II, p.363
Washington Luis Pereira de Souza foi eleito e reeleito prefeito de São Paulo, governou de 1914 a 1919.

³⁶ MARTINS, Antonio Egídio. São Paulo Antigo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 64-67
SOUZA, Wasinghton Luiz Pereira de. Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito São Paulo: Typ. Oficial, 1917, p. 172

Almeida Braga, foi a única a participar da concorrência. Vitorioso, Braga constituiu a Companhia do Parque da Várzea do Carmo, que teria o prazo de 20 meses, a partir da assinatura do contrato, para a conclusão do parque, o orçamento: aproximadamente 2.600:000\$000. A imprensa acompanhou tudo atentamente e artigos e cartas exultantes pelo fim próximo de *“uma chaga no coração da cidade”*, saudavam o esforçado e capaz administrador da cidade que havia levado avante, de maneira criativa, tarefa há tantos anos sonhada. Foco de mosquitos e vagabundos, cenário predileto de gatunos que agiam sob a proteção da escuridão da noite e pela vastidão do inóspito local, o desenho feito da Várzea do Carmo por alguns habitantes de São Paulo abusava das cores sombrias para grafar o perfil de um local de *“perigo permanente”*, como afirmava artigo do Jornal do Comercio.³⁷

As palavras de diversos moradores de São Paulo se confundiam com aquelas pronunciadas por Washington Luis ao afirmar, em 1917, a imperiosidade da remodelação da Várzea, um dos locais onde, para desgostos das autoridades e de vários paulistanos, a diversidade racial da cidade era exibida em uma de suas formas mais miseráveis (a Greve Geral daquele ano foi uma das formas de manifestação desses homens). O prefeito de São Paulo dizia então que a obra não podia ser adiada porque o local formava uma *“superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda sua extensão.”* Lugar onde negros vagabundos, negras embriagadas e *“restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as*

³⁷ “A Transformação da Várzea do Carmo”. Jornal do Comercio São Paulo, 29 de abril de 1917, nº 178, ano I, p.5. Veja também: “Os Melhoramentos da Várzea do Carmo”. A Nação São Paulo, 16 de junho de 1917, nº 23, ano III, p. 1 e “Notas e informações” O Estado de S. Paulo São Paulo, 10 de agosto de 1918, nº 14.469, ano XLIV, p. 3

idades, todos perigosos (...) atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar.” E Washington Luis concluía:

*“Demunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo”.*³⁸

Habitantes e freqüentadores do local poderiam ser contra as mudanças, inútil, o local mudou. Diversos moradores da Capital eram a favor das transformações prometidas havia décadas. Em setembro de 1918, pouco antes de ser assinado o contrato para as obras na Várzea do Carmo, um cidadão preocupado com a administração de São Paulo escreveu para o jornal O Estado de S. Paulo louvando os melhoramentos propostos para o referido local e dando sugestões sobre outras medidas que julgava necessárias na Capital. A harmonia entre as idéias do leitor do jornal e as do prefeito é flagrante. Sentenciava o leitor:

*“É obra de grande utilidade pública, que atestará a nossa vontade de progredir e que o sr. prefeito não deverá esquecer.”*³⁹

Diversos paulistanos não economizavam palavras para expressar seus desejos em relação aquela que queriam ver como a primeira dentre as metrópoles do País e da América do Sul. Com um misto de alerta, pedido e ordem afirmavam que necessário era demolir velhos e imundos pardieiros como o Mercado de Peixes e o dos Caipiras, que estavam atravancando o belo trabalho que se realizava na Várzea do Carmo. Outros sugeriam que também fossem arrasadas as centenárias casinhas que ficavam nas imediações do antigo convento de Santa Tereza. Localizado próximo ao Largo da Sé, o convento estava com a

³⁸ SOUZA, Washington Luis Pereira de. *Idem*, p. 182-183

Pela lei municipal nº 2.360 de 4 de fevereiro de 1921 o Parque da Várzea do Carmo passou a chamar Parque D. Pedro II.

³⁹ O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de setembro de 1918, nº14.492, ano XLIV. “Queixas e Reclamações”, p.6. Sobre as reações às mudanças implementadas na Várzea do Carmo, veja SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Op. cit.*, p. 83-119

demolição decretada e derrubar aquelas pequenas construções colaboraria para o melhor aproveitamento da área. E mais, atentos ao que se edificava na cidade, habitantes de São Paulo denunciavam irregularidades envolvendo questões higiênicas em edifícios remodelados pelo próprio governo. Apontavam problemas, com a ventilação e o revestimento (inadequado) das latrinas de um prédio que as autoridades pretendiam transformar em quartel: o poder público deveria respeitar as normas, científicas, que ele próprio decretava para a existência de uma vida sadia em uma cidade salubre e progressista.⁴⁰

Ruas novas sendo rasgadas juntamente com a remodelação, calçamento e arborização das já existentes, o ajardinamento das praças realizado, novas construções ocupando espaços ainda marcados pelo verde intenso da vegetação original do planalto paulista, era São Paulo que crescia. Mas as transformações que aconteciam em nome do progresso, que faziam da cidade um permanente canteiro de obras, também não escapavam ao questionamento de muitos. Diversas reclamações eram “*contra a distribuição dos melhoramentos*”, como diziam. Pessoas que, mesmo incitadas a entender que saneamento e embelezamento não podiam acontecer em todos os lugares no mesmo instante, julgavam o preço da espera alto demais porque ele poderia significar, em muitos casos, uma sentença de morte. Afinal, saneamento mais que algo relacionado às belas obras urbanas era sinônimo de saúde, pelo menos era o que muitos haviam aprendido nos últimos anos.⁴¹

⁴⁰ O Estado de S. Paulo São Paulo, 6 de setembro de 1918, nº14.497, ano XLIV.” Queixas e Reclamações”, p.6 ; 12 de setembro de 1918, nº 14.502, ano XLIV. “Queixas e Reclamações”, p. 7 e 3 de outubro de 1918, nº 14.523, ano XLIV.”Queixas e Reclamações”, p. 5. O prédio destinado ao 4º Batalhão, localizava-se na rua dos Bandeirantes, no Bom Retiro.

⁴¹ “A Administração da Cidade”. A Nação São Paulo, 28 de fevereiro de 1917, nº 225, ano II, p. 1 Confira, um mixto de questões relacionadas ao crescimento urbano (planejamento) e saúde quando das discussões sobre a necessidade de abertura de uma nova avenida ligando a cidade ao Parque Jabaquara: “Câmara Municipal”O Estado de S. Paulo São Paulo, 29 de setembro de 1918, nº 14.519, ano XLIV, p.6.

Para os vários moradores de São Paulo que haviam vindo para o lugar em busca de trabalho e de um novo lar, aspirar melhores condições de salubridade no seu dia-a-dia implicou, cada vez mais, o conhecimento da cidade e das alterações que ela vinha sofrendo ao longo dos anos. Conhecer justificativas técnico-científicas foi tão importante quanto perceber os interesses econômicos e políticos que determinavam algumas mudanças em detrimento de outras. Assim, projetos como o de remodelação do centro da cidade, ainda no tempo do prefeito Antonio Prado na virada do século XX, foram veementemente criticados por muitos trabalhadores por serem realizados em prejuízo de necessárias medidas de saneamento nos bairros operários de São Paulo. Quando, ainda em 1908, epidemia de varíola ameaçou a cidade o jornal operário Folha do Povo alertou:

*“O mal da miséria |a varíola| onde pode encontrar confortante abrigo ? (...) E diga-se ao povo que se vacine, que se prepare contra o mal ! Quando se vive no meio da imundice, da poeira, dos charcos, quando se tem o corpo estenuado por um longo e brutal trabalho, quando se habitam pocilgas sem ar nem luz, úmidas, amontoados como porcos em chiqueiro, quando se sofre miséria, de muito há de valer a vacinação ! Quem está precisando de uma poderosa e radical vacinação é este miserável estado social !”*⁴²

“Os Melhoramentos na Capital” O Estado de S. Paulo São Paulo, 13 de outubro de 1918, nº 14.533, ano XLIV, p.7; 15 de outubro de 1918, nº 14.535, ano XLIV, p.6 e 16 de outubro de 1918, nº 14.536, ano XLIV, p.6. LEIROZ, Manuel. “Uma Grande Avenida”. O Estado de S. Paulo São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 14.546, ano XLIV, p.4. “Melhoramentos na Capital”. Correio Paulistano São Paulo, 24 de maio de 1919, nº 20.074, p.2

Veja ainda a discussão sobre a urbanização do Morro dos Ingleses e sobre as reformas no Largo São Paulo: “O Morro dos Ingleses. A exposição do prefeito à Câmara Municipal” A Platéia São Paulo, 31 de março de 1917, nº 268, ano XXIX, p.6. LUCCI, Victor M. “O Morro dos Ingleses” Idem 2 de abril de 1917, nº 270, p.4. “Não ata nem desata !” A Gazeta São Paulo, 21 de novembro de 1923, nº 5.364, ano XVIII, p.1. Sobre o Largo São Paulo, “Urbanismo” A Platéia São Paulo, 17 de setembro de 1924, nº 43, ano XXXVII, p.1

⁴² “Variola”. Folha do Povo São Paulo, 16 de agosto de 1908, nº 22, ano I, p. 1 apud BERTUCCI, Liane Maria. “A Ameaça Iminente. As Epidemias - Um Momento: Variola, 1908”. In: BRESCIANI, Stella (org.) Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX. São Paulo, Marco Zero/ANPUH-SP/FAPESP, 1994. p.77-91. p.81

Confira: BERTUCCI, Liane Maria. “As Transformações Urbanas na Imprensa Operária: São Paulo na virada do século XX”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. e PECHMAN, Robert (org.) Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 81-94
Antonio da Silva Prado foi o primeiro prefeito de São Paulo, de 1899 a 1910.

Os trabalhadores tinham um dia-a-dia marcado por lutas por melhores condições de vida, o que imprimia ao presente de cada um significados diversos daqueles anunciados pelos urbanistas, mas ambos (trabalhadores e planejadores) possuíam uma cidade-sonho, ideal.⁴³ Cidade planejada, modelo idealizado, segundo Leonardo Benevolo distinto e contraposto à realidade urbana.⁴⁴

Mas, para além das diferenças, o que unia as cidades-sonho, quando essas projeções ideais eram traduzidas em palavras e desenhos, era algo tido como objetivo e exato, tanto pelo discurso dos planejadores, quanto pela fala de muitos trabalhadores: o conhecimento — a ciência e a técnica. No discurso dos engenheiros-arquitetos e urbanistas, era o modelo, o cálculo exato, o aspecto estético. O sonho da cidade planejada a partir do olhar lançado por aqueles homens, através das vidraças de suas janelas, para os horizontes cada vez mais delineados pelas chaminés das fábricas paulistanas. Para o discurso operário, construído a partir da vivência na cidade, longe de régua e compassos, ciência e técnica representavam um argumento poderoso de denúncia da ordem existente, pois esta não oferecia a todos os moradores urbanos aquilo que era repetidamente alardeado como necessário para a vida sadia nas cidades modernas. Cidade saudável, ideal — sonhada — que só existiria para os trabalhadores depois da derrocada da sociedade capitalista, era o que afirmavam os discursos dos militantes operários do início do século XX.⁴⁵

⁴³ Sobre os projetos dos urbanistas: CARPINTÉRO, Marisa V. T. “O Urbanismo no Instituto de Engenharia: São Paulo, 1920-1940”. In: RIBEIRO, Luiz César de Q. e PECHMAN, Robert (org.). Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 227-244. p. 240-241. Veja ainda: BRESCIANI, Maria Stella M. “A algaravia das pequenas memórias encontrando-se com a linguagem especializada: estética moderna e cidadania em São Paulo de 1890 a 1940” Communication au Seminaire “Les Mots de la Ville” Atelier 3 “Registres sociolinguistiques et production langagière urbaine”, décembre 1997-Versão em português (mimeo)

Neste trabalho operário e trabalhador são usados, efetivamente, como sinônimos e de maneira ampla.

⁴⁴ BENEVOLO, Leonardo. As Origens da Urbanística Moderna. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1981, p. 132

⁴⁵ Confira: BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: Arma Revolucionária. São Paulo - 1891/1925. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997

“Com o que sonham os operários ?”⁴⁶ Resposta muitas vezes presa entre palavras dispersas de um texto, tradução imprecisa dos desejos, das apirações de homens que reivindicando algo sonham com muito mais. Conforto, palavra que se esvae pouco a pouco do discurso militante operário em São Paulo nas décadas de 1910 e 1920, qual sonho desfeito ou desejo contido. Conforto que exerce uma opressão suave e incidiosa sobre os trabalhadores na sociedade capitalista. Água encanada e esgoto, ruas calçadas, arborizadas e iluminadas e, de forma mais pessoal e contundente, casas individualizadas, vão fazer com que, em vários momentos, um operário se submeta ao trabalho explorador para conseguir dinheiro para adquirir aquilo com o que sonhou — defendendo assim, muitas vezes indiretamente, a organização social que lhe proporcionou um certo “*nível de vida*”.⁴⁷ Entretanto, desejo não satisfeito pode ser arma revolucionária ...

E era exatamente este medo de revolta que movia o paulistano Albertino Moreira ao escrever um artigo para o Jornal do Comercio, em 5 de fevereiro de 1917. Poucos meses antes da Greve de 1917, com uma ingenuidade pouco verossímil, o cidadão afirmava que era apenas graças aos “*bons salários*” do operariado que a situação em São Paulo não era mais grave, se não fosse isso o resultado seriam greves, uma após outra. A causa, as péssimas condições de habitação dos trabalhadores, que viviam em lugares insalubres por falta de oferta de boas casas, condizentes com o seu ganho.

Para Moreira tudo era uma questão de decisão política. Oferecendo boas moradias aos que trabalhavam na cidade se garantiria não só a “*imunidade*” dos operários contra idéias subversivas, como também estaria garantido o aumento da produção, porque esta

⁴⁶ A pergunta é feita por Michelle Perrot ao estudar a cidade de Paris, seus trabalhadores e suas casas no final do século XIX. Veja: Os Excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 113

⁴⁷ BEGUIN, François. “*Les Machineries Anglaises du Confort*”. Recherches. Fontenay-sous-Bois, nº 29, p. 155-186, 1978. p.172-176

seria feita por satisfeitos habitantes de casas saudáveis. Logo no início do artigo ele era categórico: *“Dar ao operário um conforto, relativo embora, é uma necessidade para o desenvolvimento da produção.”*

Albertino Moreira ansiava por ver concretizada a iniciativa da prefeitura municipal de São Paulo que, em 1916, promovera um concurso público para a escolha do melhor tipo de casa proletária econômica. O concurso foi disputado, 49 projetos de autoria de 35 profissionais da área, que buscavam a melhor maneira de satisfazer as exigências do edital: higiene, comodidade, estética e economia. O edital também não deixava dúvidas quanto ao seu objetivo primordial: *“casas proletárias econômicas, destinadas a habitação de uma só família.”* Os projetos apresentados procuravam contemplar, por exigência do regulamento do concurso, as necessidades de famílias pouco ou muito numerosas, prevendo o aumento da quantidade de quartos (algo considerado imperativo no caso de filhos de ambos os sexos) e a existência de jardins. Era também preciso que cada projeto trouxesse um orçamento detalhado e um memorial tratando particularmente dos materiais de construção que deveriam ser usados, das vantagens do sistema de cobertura escolhido, da canalização da água e do esgoto, das ligações elétricas ou dos canos de gás, do sistema de ventilação, bem como das disposições das janelas e de seu funcionamento. Dos projetos apresentados 2 eram para edificações formando blocos de quatro casas contíguas entre si, 14 para habitações em série contíguas umas às outras, 20 para moradias geminadas e 13 para casas completamente isoladas. O distinto júri formado por Adolpho Augusto Pinto, Francisco de Paula Ramos de Azevedo e Victor da Silva Freire desclassificou os projetos do primeiro grupo e distribuiu prêmios pelos outros três, tudo em nome do *“mérito real”* dos concorrentes, não esquecendo de assinalar que a finalidade do concurso era *“estimular a*

melhoria da residência urbana e levantar o conforto e padrão de vida da população da Capital".⁴⁸

Concurso público, projetos de domínio público. Mas quem se habilitaria a realizá-los? Essa era a questão de Albertino Moreira. Para ele era absolutamente necessária a construção de casas higiênicas e confortáveis para os operários. Segundo seus cálculos, os trabalhadores gastariam para morar nessas novas casas o mesmo que dispendiam para habitar as imundas, escuras e insalubres acomodações dos porões e cortiços da cidade.

A descrição que fazia da vida dos trabalhadores em suas moradias, mesclando considerações físicas e intelectuais, retratava com tintas fortes e preconceitosas o cotidiano de um grande número de pessoas na cidade de São Paulo. Moreira explicitava os perigos, tanto morais quanto econômicos que, para ele, podiam representar homens e mulheres que viviam em condições tão degradantes. Em casa era a falta de higiene, a promiscuidade, a dispersão das crianças pelos pátios e ruas dos bairros operários e mulheres penduradas nos muros a tagarelar inutilidades. Enfim era a inexistência efetiva daquilo que considerava um lar, posto que ninguém ficava dentro de moradias (as vezes de um único cômodo) a não ser para comer e dormir. Resultado: na fábrica ou oficina eram as tarefas mal feitas, os objetos defeituosos, devido ao desgosto que resultava de um dia-a-dia familiar miserável. Era o prejuízo econômico para quem os havia contratado.

A preocupação de Albertino Moreira quanto à questão da moradia e seu significado, faz com que retomemos a pergunta: afinal, com que sonham os operários? A luta dos trabalhadores franceses no início da década de 1910 por moradias salubres e a forma como

⁴⁸ MOREIRA, Albertino. "Em Torno de um Projeto". Jornal do Commercio São Paulo, 5 de fevereiro de 1917, nº 96, ano I, p.4. São Paulo, Directoria Geral da Prefeitura do Município de. Concorrência de Projectos para Casas Proletarias Economicas - Edital - 1916, 2p. e Projectos Premiados (Relatorio do Jury e Plantas) - 1917, 29p. Grifos meus.

foi progressivamente construída a imagem da *home* como sinal e condição de felicidade, podem oferecer uma pista para a resposta da questão. Se as greves em São Paulo, que tiveram um de seus momentos mais avassaladores em julho de 1917, puseram fim ao já pouco consistente argumento de Albertino Moreira sobre os bons salários paulistanos, talvez tenham sido a confirmação mais contundente de que sonhos não realizados, desejos negados, associados à miséria e exploração, podem resultar em revolta.⁴⁹

Problema que marcou o crescimento urbano em uma cidade que não acompanhou a demanda por novas casas, a gravidade da questão da moradia motivou até mesmo propagandas cujo produto era justamente o que, parecia, todos ansiavam desesperadamente: um lugar para morar. “*Quereis resolver a crise da habitação ?*” era o slogan, irônico e revelador, de uma das inúmeras ofertas de terrenos e loteamentos que pulularam por São Paulo a partir do final dos anos 1910 e que tentaram empurrar o trabalhador para locais cada vez mais distantes do reurbanizado e embelezado centro da cidade.⁵⁰

Em 1924 eram operários aqueles que afirmavam:

“(...) aluguel desmedido, esmagador e abusivo, por verdadeiros casebres, por pardieiros insalubres, escuros, anti-higiênicos”⁵¹

Crescimento acelerado, a ganância daqueles que sonhavam enriquecer rapidamente acompanhava o ritmo frenético em que a cidade recebia novos moradores. Segundo Jorge

⁴⁹ MOREIRA, Albertino. Idem. A construção das “casas econômicas” (5.000), foi autorizada em 1920 pela Câmara Municipal de São Paulo, veja: SÃO PAULO, Anais da Câmara Municipal de 1920 (1º ano da 10ª legislatura) São Paulo: Typ. Piratininga, 1920. 2 v. p.403-405

PERROT, Michelle. op. cit., p. 122-125. Sobre o movimento grevista de 1917, veja: LOPREATO, Christina Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917 São Paulo: Annablume, 2000

⁵⁰Veja: CARPINTÉRO, Marisa V. T. A Construção de um Sonho. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997, p.78-79.

“Quereis resolver a crise da habitação ?” Diário Popular São Paulo, 30 de maio de 1922, nº 12.828, ano XXXVIII, p.8

⁵¹ “Miséria, sempre miséria ...” A Plebe São Paulo, 31 de maio de 1924, nº 238, ano VI, p.1 apud BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: Arma Revolucionária. São Paulo - 1891/1925. op. cit., p.171

Americano entre 1910 e 1924 praticamente inexisteriam casas para alugar em São Paulo. Os habitantes da Capital do Estado que haviam aumentado, de maneira recorde, 269% entre 1890 e 1900 continuaram a crescer em média 25% a cada 5 anos. Mas como abrigar todas essas pessoas ? Apesar de planos elaborados e dos terrenos anunciados repetidamente pela imprensa, os mortos revelavam o quanto era deficiente a salubridade de São Paulo e das construções paulistanas. Tuberculose e febre tifóide eram as duas moléstias que mais vítimas faziam na cidade governada desde 1914 por Washington Luis, poucas vezes perdendo a triste primazia entre as doenças infecto-contagiosas que mais matavam na Capital.⁵²

Grande mal do moderno mundo fabril, com suas cidades a reunir enorme contingente de moradores, a tuberculose ocupava a atenção dos homens desde o mundo antigo. Vitruvius Pólio, que viveu no século I a.C., assinalava a presença da moléstia em Roma: *“frio na traquéia, tosse, pleurisia, tísica, cuspir sangue, (...) doenças que se curam com dificuldade”*. No final do século I d. C. Arete da Capadócia fez uma descrição dos doentes de tuberculose que se tornou clássica: *“febre baixa mas continua, perda progressiva das forças. Aspecto final de um cadáver vivo com faces rosadas e salientes, olhos brilhantes encerrados nas órbitas.”*⁵³

Fazendo vítimas durante toda a Idade Média, a tuberculose teve seu quadro nosológico elaborado mais completamente no início do século XIX por René Laënnec (inventor do estetoscópio), que julgava a doença hereditária. Os estudos sobre a moléstia

⁵² AMERICANO, Jorge. São Paulo Neste Tempo - 1915/1935 . São Paulo: Melhoramentos, 1960, p. 48. RIBEIRO, Maria Alice R. op. cit., p.105. MORSE, Richard M. op. cit., 315. SPOSATI, Aldaiza de Oliveira e outros. A Secretaria de Higiene e Saúde da Cidade de São Paulo - história e memórias São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985. Tabela 2

⁵³ ROSEN, George. Uma História da Saúde Pública. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC, Ed. da UNESP/Abrasco, 1994, p.45 e notas do tradutor Marcos Fernandes da Silva Moreira, p.49. GUERRAND,

prosseguiram durante todo o Oitocentos e, em 1865, Antoine Villemin, médico do exército francês, realizou experiências que demonstravam ser possível a transmissão da doença por inoculação, de um animal a outro. Alguns anos depois Robert Koch identificava, em 1882, o bacilo transmissor da tuberculose. Os estudos que se seguiram relacionavam a salubridade e a boa constituição física como os melhores meios do organismo combater e se precaver contra a enfermidade, confirmando e atualizando idéias e medidas profiláticas preconizadas por muitos daqueles que ao longo dos séculos haviam estudado a doença. Mesmo quando Albert Calmette introduziu em 1926 a vacina B.C.G. para combater a tuberculose eram as medidas relacionadas com o cotidiano das pessoas as veiculadas como a melhor forma de erradicar a enfermidade.⁵⁴

Nas primeiras décadas do século XX a tuberculose representava um desafio que parecia assim, se não dominado, pelo menos desvendado: uma doença que dependia para sua existência de onde e como viviam os homens — nas casas, ruas, fábricas e escritórios estavam o mal e a cura. Assim é que a preocupação de Albertino Moreira com as habitações dos operários paulistanos (que chamou de verdadeiros ingressos para as enxergas de um hospital) ou o concurso para habitações econômicas patrocinado pelo prefeito de São Paulo (com sua atenção à higiene), acabavam fazendo eco com as idéias daqueles que desde o início do século denunciavam, na imprensa ligada aos operários, as condições de vida do trabalhador: *“Dão-lhe para moradia pocilgas infectas, para*

Roger-Henri “Guerra à tuberculose !”. In: LE GOFF, Jacques As Doenças Têm História. Lisboa, Terramar, s.d., p.187-201. p. 187-188

⁵⁴ GUERRAND, Roger-Henri. op. cit., p. 188. ROSEN, George. Uma História da Saúde Pública. op. cit., p. 241-246, 257-260. B.C.G. sigla de Bacilo de Calmette e Guérin, empregado como vacina contra a tuberculose e a lepra. A descoberta da estreptomomicina por Selman A. Waksman em 1944 facilitou o combate à tuberculose.

*alimentação pão negro e como salário o que baste para retardar, de alguns poucos anos, a morte pela inanição ou pela tísica.”*⁵⁵

Situação de tal forma miserável e flagrante que foi usada por Arthur Neiva, quando já era diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, para expressar sua indignação diante do pedido de indenização de um proprietário de casas de aluguel. O cidadão ficara revoltado por ter que fechar seus imóveis e se negava a fazer as reformas exigidas pelo Serviço Sanitário:

*“Estou convencido de que se os procuradores da Fazenda Pública forem mais diligentes e ativos, a questão terminará pela vitória do Serviço Sanitário; contrário, firma-se a doutrina e o Serviço Sanitário terá de cruzar os braços diante da falta de escrúpulos de proprietários gananciosos, sempre dispostos a explorar os desgraçados inquilinos que lhes alugam as casas e a bater moeda com a miséria alheia e isto sob a proteção dos nossos tribunais (...)”*⁵⁶

Problema cada vez mais relacionado com a vida diária nas cidades industriais, a tuberculose teve seu combate em São Paulo desdobrado nas discussões para a construção de sanatórios em lugares saudáveis (onde pretendiam isolar o doente e o bacilo); na tentativa do controle da qualidade do leite e da carne consumidos pela população da Capital (com a eliminação dos animais tuberculosos) e na ação do dr. Clemente Ferreira e colaboradores na Liga Paulista contra a Tuberculose e seu Dispensário para doentes pobres, inaugurado em 1904. Medidas que contavam com o aval da mais moderna ciência e com a

⁵⁵ “O que pensam”. Folha do Povo. São Paulo, 26/27 de junho de 1909, nº 86, ano II, p.1 apud BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: Arma Revolucionária. São Paulo - 1891/1925. Op. cit., p. 176

Sobre a tuberculose e a militância operária, veja: BERTUCCI, Liane Maria. Idem, p.169-212 e BERTUCCI, Liane Maria. “Casa e Comida. Aspectos do cotidiano operário em São Paulo, no início do século XX”. Cadernos de História Social. Campinas: nº 2, p. 43-57, out. 1995

⁵⁶ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 18 de setembro de 1917, item 1º. Fundo Arthur Neiva
Tentativas de suborno ou processos judiciais contra funcionários que exigiam o chamado “expurgo preventivo” para “desinfetar” prédios vagos antes que eles fossem novamente habitados ou contra aqueles que determinavam a interdição de casas para reforma, aconteceram várias vezes e o Serviço Sanitário do Estado

presença, ao mesmo tempo, ativa e quase invisível do governo, que realizava repetidas desinfecções nas casas dos tuberculosos através do Serviço Sanitário, aviava gratuitamente muitas das receitas dos doentes atendidos pelo Dispensário e cedia médicos contratados pelo governo para atuarem no Dispensário da Liga, chamado Dispensário Clemente Ferreira.⁵⁷

A educação como forma privilegiada de tentar combater e eliminar a tuberculose, atividade constante da Liga Paulista contra a Tuberculose, aparecia também em publicações variadas da imprensa paulistana. Artigo da revista A Rolha, de 30 de abril de 1918, abordava a doença e a necessidade de instrução popular sobre a enfermidade. Segundo o autor do longo texto, a moléstia, inspirando um misto de terror e piedade, fruto da ignorância, motivava uma cumplicidade entre a família e os amigos do enfermo (inclusive seu médico) para esconderem do doente seu verdadeiro estado. Isto agravaria a doença e as chances de sua propagação, uma vez que nenhum cuidado especial era tomado pelo tuberculoso ou por aqueles que o cercavam: pratos, talheres e roupas de cama continuavam em comum, quarto com janelas sempre fechadas era compartilhado com seus parentes, além de persistirem tanto o contato do doente com todos os vizinhos da casa, quanto o terrível hábito de escarrar pelo chão. O autor concluía:

de São Paulo e seu pessoal se viram às voltas com a Justiça em mais de um momento. Confira, além do Relatório citado, o de 8 de maio de 1917, item 3º

⁵⁷ O Dispensário Clemente Ferreira fornecia ao tuberculoso instrução sobre higiene, alimentação, cuidados familiares e até ajuda financeira para o doente pagar seu aluguel. Isto junto com consultas e visitas médicas, exames e cirurgias, fortificantes, expectorantes e desinfetantes (para as casas dos enfermos).

RIBEIRO, Maria Alice R. op. cit., p.125-131. BERTOLLI FILHO, Cláudio. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950. São Paulo: Departamento de História - FFLCH / USP, 1993. 2 v., 593 p. (Doutorado em História Social), v.2. p.334-359. O primeiro sanatório paulista data de 1924, o Vicentina Aranha, em São José dos Campos.

“Dispensário C. Ferreira”. O Estado de S. Paulo São Paulo, 1 de setembro de 1918, nº 14.491, ano XLIV, p.6
O primeiro Dispensário do mundo foi criado em Edimburgo (Escócia) em 1887 pelo dr. Robert W. Philip. Na França a primeira instituição deste tipo data de 1901, organizada em Lille por Albert Camette. Confira: ROSEN, George. Uma História da Saúde Pública. Op. cit. p. 293-300 e GUERRAND, Roger-Henri. Op. cit., p.192-198

“Para a luta contra o bacilo de Koch parece-me indispensável levar ao povo a convicção de que a tuberculose é curável (...). Os médicos sabem que a moléstia não é invencível e pensam que toda a gente o sabe. A verdade é que está formada a opinião em contrário e dela participam 95% das massas populares. (...) E dizer que o remédio não é mais do que repouso, boa alimentação e ar, muito ar.”⁵⁸

Em 1º de setembro de 1918 o Dispensário Clemente Ferreira tornava pública suas atividades de agosto, quando o número de pessoas, bem informadas ou apavoradas, que havia recorrido aos seus serviços atingira 382.

“[Haviam saído] por não sofrerem de tuberculose e nem se acharem predispostos, 46; por se terem retirado para o interior e para a Europa, 2; por abandono de tratamento, 7; por baixarem à enfermaria de tuberculosos da Santa Casa, 3; por não precisarem de assistência gratuita, 1; tiveram alta bastante melhorados, 6; falecidos, 3, dos quais 2 inscritos em fase terminal; ficaram em assistência [para setembro] 315, dos quais 6 em observação.”⁵⁹

Metáfora de aniquilamento pessoal, protótipo da morte passiva (ou suicídio),⁶⁰ a tuberculose estigmatizada durante os séculos como fatalidade ou destino, retratava com nitidez a São Paulo das primeiras décadas do século XX, onde a certeza nos conhecimentos científicos esbarrava em um cotidiano marcado pelo excesso, da pobreza de muitos e da riqueza de poucos, obstáculos para a vida sadia e regrada que, antes de qualquer remédio “definitivo”, seria a arma eficaz contra a enfermidade.⁶¹ Em 1924, refletindo sobre a

⁵⁸ RAMALHO, João. “O Problema da Tuberculose”. A Rolha. São Paulo, 30 de abril de 1918, nº 8, ano I, p.4-5. Veja também: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit. v.2, p.308-325, 404-414

⁵⁹ “Dispensário C. Ferreira”. O Estado de S.Paulo. São Paulo, 1 de setembro de 1918, nº14.491, ano XLIV, p.6.

⁶⁰ SONTAG, Susan. A Doença como Metáfora. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.33

⁶¹ PÔRTO, Ângela e NASCIMENTO, Dilene R. do. “Tuberculosos e seus Itinerários”. História. Ciências. Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v.I, nº 2, p.129-141, nov.1994/fev.1995. “Depoimentos”. SOARES, Pedro Paulo. “A Dama Branca e suas Faces: a representação iconográfica da tuberculose”. História. Ciências. Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v.I, nº 1, p. 127-134, jul./out. 1994. “Imagens”

situação da sociedade paulistana, Maria Lacerda de Moura, libertária, jornalista, escritora e poetisa, radicalizava e escrevia no jornal operário O Internacional :

*“(...) descubram-se soros e tratamentos para a cura da tuberculose: a tuberculose zombará dos paliativos porque a sua causa é a miséria fisiológica, é a fome, é a falta de higiene, é o trabalho exaustivo, é a ociosidade boêmia dos fartos e as noites de vigília dos miseráveis, é o frio que retalha as carnes tenras das crianças e a cama foja das alcovas do vício, é o luxo e o “cabaret” a causa da tuberculose das classes ricas, é o cortiço e a fábrica a razão da tuberculose nas classes proletárias.
O excesso, sempre o excesso !”⁶²*

Mas não eram apenas jornais operários (com seus militantes revolucionários) as publicações que traduziam regularmente as insatisfações de moradores paulistanos com sua cidade e com as condições de vida e saúde que ela proporcionava. Popular entre os leitores do jornal O Estado de S. Paulo a coluna “Queixas e Reclamações” era um dos espaços encontrados pelos habitantes de São Paulo para manifestar suas insatisfações com a Capital do Estado e cobrar providências daqueles que julgavam competentes para solucionar seus problemas. Marcadas por solicitações ao governo, as “queixas e reclamações” criavam um entrelaçar de palavras e idéias dos moradores da Capital que revelavam aspectos das complexas relações entre o povo e a cidade, mediadas por aqueles que reconheciam como autoridade.⁶³

Naquele outubro de 1918, poucos dias antes de a gripe espanhola catalisar todas as preocupações dos habitantes de São Paulo, um morador da cidade apontava a incapacidade do Serviço Sanitário para conter a “*invasão de moscas*”, que estava acontecendo na

⁶² LACERDA DE MOURA, Maria. “ O Alcoolismo e a Questão Social”. O Internacional São Paulo, 1 de maio de 1924, nº 73, ano IV, p. 3 apud: BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: Arma Revolucionária. São Paulo - 1891/1925. Op. cit., p.200

⁶³ Eduardo Silva realizou estudo, tendo como fonte a coluna “Queixas do Povo” do Jornal do Brasil, onde resgatou o “*exercício cotidiano da cidadania*” da “*gente simples*” do Rio de Janeiro no início do século XX (p.28 e 34). Cf.: SILVA, Eduardo. As queixas do povo Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

Avenida Paulista e estava martirizando seus moradores, mesmo lá não havendo cocheiras, esclarecia o cidadão.⁶⁴

A preocupação que tirava o sono do atento habitante de São Paulo estava na associação da presença das moscas (muitas vezes chamadas equivocadamente de mosquitos) com a temida febre tifóide, doença que, como a tuberculose, estava entre aquelas que mais vítimas faziam na Capital paulista no período. A observação sobre as cocheiras denota o quanto o anônimo denunciante estava em sintonia com as medidas sanitárias postas em prática em São Paulo pelo Serviço Sanitário do Estado para combater a “febre maligna”. Arthur Neiva, o diretor daquele Serviço havia mais de um ano, declarara verdadeira guerra às cocheiras como uma das principais medidas para tentar erradicar a febre tifóide da cidade.

Conhecidas pelos seres humanos desde priscas eras as “febres” inspiravam temor, cuidados e curiosidade nos homens. “*Das Febres*” é o Capítulo I do Livro II da obra Historia Naturalis Brasiliae escrita por Willem Piso em 1648. Nele, em um emaranhado de detalhes, o autor nos conta sobre a existência de várias febres de duração e gravidade variada nas terras brasileiras desde dias distantes. Aproximadamente 150 anos depois, um livro do dr. Francisco de Mello Franco procurava classificar as febres em vários grupos. Entre eles estava o das “*febres malignas ou malinas ou pestilentas, causadas pelos miasmas pestíferos, de gravíssima sintomatologia. Incluíam-se entre as malinas as febres pútridas, as tíficas, o tabardilho (tifo exantemático), as intermitentes graves, as disentéricas ...*” Mas a confusão continuava e poucos eram aqueles que concordavam quanto ao diagnóstico e classificação de uma febre como a tífica ou tifóide. Foi o dr.

⁶⁴ O Estado de S. Paulo. São Paulo, 14 de outubro de 1918, nº14.534, ano XLIV. “Queixas e Reclamações”, p.5.

Adolpho Lutz quem efetivamente comprovou, no final do século XIX, a presença da febre tifóide como moléstia endêmica no Brasil.⁶⁵

Adolpho Lutz parasitologista, protozoologista e entomologista, diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo despertara a oposição de grande parte da comunidade médica de São Paulo ao afirmar que as chamadas febres paulistas, que estudava em 1895, não passavam da internacionalmente conhecida, e temida, febre tifóide.⁶⁶ Apesar dos debates e ofensas recíprocas, o tempo e as indispensáveis análises bacteriológicas dariam razão ao dr.Lutz, mesmo tendo a recém-fundada Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, depois de intensa discussão, condenado sua tese.⁶⁷

Os atritos de Adolpho Lutz com a classe médica paulista, enquanto permaneceu em São Paulo, foram tão ou mais numerosos que os louvores que recebeu por seus acertados

⁶⁵ SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História Geral da Medicina Brasileira. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1991, vol.I p. 66, 165-169 e vol.II p.185-188, 206-208. Livro de Mello Franco: “Ensaio sobre as febres com observações analíticas acerca da topografia, clima, e demais particularidades, que influem no caráter das febres do Rio de Janeiro”. Lisboa: Typ. Academia Real das Ciências, 1829. As conclusões de Lutz aconteceram pouco depois de, na Inglaterra, William Budd publicar suas descobertas sobre o papel da água na transmissão da moléstia, de Eberth ter encontrado, em 1880, o bacilo da doença em tecido humano e de Gaffky, em 1884, ter isolado o microrganismo causador da enfermidade. Sobre Budd, Eberth e Gaffky, veja: ROSEN, George. Uma História da Saúde Pública. Op. cit., p.220-222, 245. A vacina contra a febre tifóide foi criada por Pfeiffer e Kolle e Wright, p. 257.

⁶⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luis Antonio. Cobras, Lagartos & Outros Bichos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. p.13. STEPAN, Nancy . Gênese e Evolução da Ciência Brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1976. p.68-69

Outro momento polêmico da trajetória do carioca, filho de pais suíços, Adolpho Lutz foi o do combate à peste bubônica em Santos, em 1899. Lutz e seu auxiliar e aluno Vital Brazil diagnosticaram a peste no porto paulista, mesmo enfrentando a oposição de médicos e comerciantes da cidade (preocupados com os prejuízos financeiros que a confirmação da moléstia e seu combate causariam). Expondo desencontros entre os poderes municipal, estadual e federal o episódio rendeu ao dr. Lutz elogios da “patriótica” imprensa paulistana, que se indignara com os santistas que haviam chamado o professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro dr. Chapot Prévost para fazer novo estudo da doença. Convidado pela Câmara Municipal e comissionado pelo governo federal, o dr.Oswaldo Cruz também veio ao porto paulista para confirmar ou não a presença da peste — temia-se pela sorte da Capital federal. Adolpho Lutz e Vital Brazil estavam certos, concluíram os outros médicos.

⁶⁷ As várias nuances dos debates envolvendo bacteriologistas e clínicos sobre a questão da febre tifóide em São Paulo e as diferentes e pertinentes formulações de seus “diagnósticos” foram analisadas de maneira muito instigante por Luiz Antonio Teixeira em A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo 1895-1913 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de doutorado), p.104-124

diagnósticos.⁶⁸ Falta de habilidade do cientista ao relatar suas idéias ? Publicidade incorreta das divergências entre os profissionais da área médica, que ganhando as páginas dos jornais, exacerbavam ataques pessoais ? O certo é que Lutz já em 1908 fazia parte da equipe de pesquisadores de Oswaldo Cruz em Manguinhos, onde podia dedicar-se à sua grande paixão: a pesquisa, o que em São Paulo tornava-se difícil com as atividades pragmáticas exigidas do Instituto Bacteriológico.

Histórias e polêmica à parte, as palavras do leitor do O Estado de S. Paulo exprimiam uma preocupação justificada, em meados da década de 1910 e por mais de uma década a febre tifóide foi uma das principais preocupações do Serviço Sanitário. Se o surto epidêmico da doença em 1914 fora motivado pela água contaminada do Tietê, como sugeria a rapidez com que se espalhou, vitimando a população do Brás e do Belenzinho que consumia a água sem tratamento do rio⁶⁹, não é menos correto que as epidemias de febre tifóide da virada do século XX, atribuídas às moscas, ainda motivavam a ação do governo anos depois no combate a estes insetos que infestavam a Capital paulista.

Atribuições do poder municipal, a construção de esgoto, o abastecimento de água, a drenagem do solo e das águas pluviais, o calçamento e asseio das vias e locais públicos, a remoção e destino final do lixo, bem como a fiscalização da construção e higiene das habitações, eram constantemente supervisionadas pelo Serviço Sanitário estadual que

⁶⁸ A tradição oral (carente de confirmação), do Instituto Bacteriológico, depois Instituto Adolfo Lutz, guardou como derradeira polêmica de Lutz com parte da comunidade médica paulista a questão da transmissibilidade para o homem da tuberculose bovina, via leite contaminado. Lutz e alguns colegas defendiam esta tese e muitos médicos eram contra a idéia. O debate era antigo e surgiram inclusive suspeitas de que interesses comerciais e empresariais determinavam o rumo das discussões: um dos que discordavam da tese era o respeitável dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, proprietário da leiteria Modelo. Aparentemente, essa polêmica, envolvendo a elite do corpo clínico de São Paulo, teria influenciado a decisão de Adolpho Lutz deixar o Bacteriológico. Adolpho Lutz foi diretor do Instituto Bacteriológico de 1893 a 1908. Cf.: ANTUNES, José Leopoldo F.; NASCIMENTO, Cláudia Barleta do; NASSI, Lúcia Castilho. "Laboratório de saúde pública (1892-1925): cronologia histórica". In: ANTUNES, José Leopoldo Ferreira et al (org.) Instituto Adolfo Lutz. 100 anos do laboratório de saúde pública São Paulo: Letras & Letras, 1992, p.43-87. p.73-74. Veja também, RIBEIRO, Maria Alice R. Op. cit., 129-131

ditava normas e tinha como função fiscalizar as ações municipais e, em casos excepcionais, intervir. Era uma indisfarçável hierarquia em que a primazia da opinião emitida pelo órgão estadual estava alicerçada no poder de suas conclusões científicas, realizadas por especialistas e em laboratórios e institutos, “seções anexas” do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.⁷⁰

Relação nem sempre pacífica foi a do governo do Estado com os municípios quando os temas em discussão eram as atribuições do Serviço Sanitário. Ao longo dos anos a autonomia municipal, “o progresso da ciência” e questões econômicas mesclaram as justificativas para modificações destas atribuições. Mas, tanto na fala de seus defensores quanto na daqueles que delas discordavam, estiveram presentes a melhora das condições de higiene e salubridade do Estado e das cidades e a eficiência do combate às doenças que vitimavam a população paulista. Na cidade de São Paulo a relação entre o Serviço Sanitário e a prefeitura municipal parecia amena na segunda metade dos anos 1910 e isto não representava novidade para a Capital do Estado: o relacionamento amistoso entre o prefeito Antonio Prado e o médico sanitariano Emílio Ribas, terceiro diretor do Serviço Sanitário do Estado, marcou a virada do século XIX para o XX. Ribas foi substituído por Arthur Neiva, quando na prefeitura municipal já estava Washington Luís, a cidade crescera ainda mais e os problemas urbanos também.⁷¹

⁶⁹ RIBEIRO, Maria Alice R. Op. cit., p. 154 e 245

⁷⁰ SÃO PAULO. Decreto nº 2.141 - 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Tomo XXI, 1912, p.376-448. p.377-379,390-394. SÃO PAULO. Decreto nº 2.918 - 9 de abril de 1918. Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Tomo XXVII, p.35-144. p.36-39,52-58.

⁷¹ Como exemplo dos debates que aconteciam quando das modificações no Serviço Sanitário e em seu Código, confira: SÃO PAULO. Câmara dos Deputados do Estado de Anais da Sessão Extraordinária e Ordinária de 1911. São Paulo, Typ. Official, 1912. SÃO PAULO. Câmara dos Deputados do Estado de Anais da Sessão Ordinária de 1917. São Paulo Typ. Official, 1918. SÃO PAULO. Câmara dos Deputados do Estado de Anais da Sessão Ordinária de 1918 São Paulo, Typ. Official, 1919

RIBEIRO, Maria Alice R. op. cit., p.112

Em um de seus primeiros relatórios ao seu chefe imediato, o Secretário do Interior, dr. Oscar Rodrigues Alves, o novo diretor do Serviço Sanitário afirmava acreditar na solução do problema da febre tifóide na Capital se ocorresse uma ação conjunta entre a prefeitura e o Serviço Sanitário para a erradicação das moscas, responsáveis, segundo ele, em mais de 60% pela propagação da moléstia. Lembrando a boa vontade do prefeito e sua promessa verbal e formal (através de um ofício) de colaborar com ações que melhorassem as condições sanitárias de São Paulo, Arthur Neiva mostrava-se otimista. Poucos dias antes havia relatado ao dr. Rodrigues Alves como acompanhara o combate ao pernicioso inseto nos Estados Unidos, afirmando que as vantagens do método bioquímico criado pelo dr. Vital Brazil, organizador e diretor do Instituto Butantan de São Paulo, superavam em praticidade e eficiência qualquer idéia alienígena.⁷²

O método de Vital Brazil havia sido exposto pelo dr. Heitor R. Maurano no 1º Congresso de Medicina, realizado em São Paulo em 1916. Tecendo considerações sobre a contribuição do inseto para propagação de várias moléstias infecciosas, por carregar em sua tromba, asas, patas, pelos e aparelho digestivo micróbios e ovos de parasitas, Maurano afirmava que as moscas só seriam eficazmente combatidas caso o extermínio buscado fosse dos seus ovos e larvas e não dos insetos alados (algo necessário mas complementar). “*Experiência aliada à observação*” e “*pacientes pesquisadas*” resultaram, segundo ele, na constatação de que sendo o esterco de cavalo o principal foco onde eram geradas as moscas era sobre ele que deveriam agir aqueles que queriam acabar com o inseto. Mas como atuar sem que o valor fertilizante do esterco fosse reduzido? O dr. Vital

Os primeiros diretores do Serviço Sanitário em São Paulo foram: Sérgio Meira (1891-1892), Joaquim José da Silva Pinto (1892-1898), Emílio Marcondes Ribas (1898-1917). Ribas afastou-se do Serviço Sanitário em 1913 assumindo interinamente Guilherme Álvaro (agosto 1913-junho 1916) e José Bento de Paula Souza (junho/dezembro 1916)

Brazil, chamado de “*eminente mestre*” por Heitor Maurano, encontrara a solução, criando um método bioquímico que consistia no emprego nas fezes do cavalo da cal extinta (isto é, diluída em água) na proporção de 5 a 10%. Maurano concluía:

*“Para aperfeiçoar mais o seu método, e torná-lo o mais prático possível, o dr. Vital Brazil ideou um aparelho misturador, simples, acompanhado de um dispositivo anexo destinado a compressão do esterco. O estrume assim misturado à cal extinta e comprimido além de perder o cheiro característico, apresenta a grande vantagem de poder ser mais facilmente transportado e utilizado.”*⁷³

O método inventado pelo diretor do Instituto Butantan empolgava o diretor do Serviço Sanitário de São Paulo. Arthur Neiva escrevia em seu relatório ao Secretário do Interior, em 9 de fevereiro de 1917, que havia recebido notícias que em Buenos Aires reproduziam as experiências do dr. Vital Brazil com absoluto êxito e que o prefeito da cidade havia sido aconselhado a adotar o método do cientista brasileiro para destruir as moscas na capital Argentina. Neiva concluía: “*Pediria permissão para que V.Ex. levasse ao conhecimento do ilustre prefeito, dr. Washington Luis, a notícia por mim recebida e que certamente muito o interessará.*”⁷⁴

Mais que compartilhar o êxito alcançado por um pesquisador nacional, o interesse de Neiva em noticiar o fato ao prefeito de São Paulo buscava fortalecer a aliança entre prefeitura e Serviço Sanitário no combate às moscas através da confirmação, internacional, da eficiência do método científico que ele procurava empregar em São Paulo. Mas combater as moscas, para o Serviço Sanitário, significava em grande parte eliminar ou

⁷² Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 5 de janeiro de 1917, item 1º e 25 de dezembro de 1916, item 3º. Fundo Arthur Neiva

⁷³ MAURANO, Heitor R. “A Mosca Perante a Hygiene”. In: Collectanea dos Trabalhos - Instituto Butantan. São Paulo, Typographia Official, v. 1, p. 333-350, 1918. p.350

⁷⁴ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 9 de fevereiro de 1917, item 2º. Fundo Arthur Neiva

sanear os locais onde ficavam os cavalos, as cocheiras, como percebera o atento leitor do jornal O Estado de S. Paulo, e aí começavam os problemas.

Multas, advogados, medidas inconstitucionais, regulamentos diferentes para uma mesma questão. Embaraçando a ação do Serviço Sanitário, pendências começaram a surgir quando os donos de cocheiras, intimados a modificar ou demolir seus estabelecimentos, reagiram. Com advogado contratado para tratar de seus interesses vários proprietários não realizaram as determinações do Serviço Sanitário e muito menos pagaram as multas estipuladas pelo desrespeito às intimações da autoridade sanitária — mas tudo na mais completa ordem; afinal o advogado conseguira audiência com o próprio Secretário do Interior na qual expusera as razões para a radical atitude de seus clientes. Segundo o doutor em direito haveria choque entre os regulamentos da prefeitura e do Serviço Sanitário quanto a denominação de “*lugares impróprios*” para a existência de cocheiras na cidade, pois todos os estabelecimentos autuados pelo Serviço Sanitário haviam sido construídos com alvará da prefeitura de São Paulo. Quanto as modificações exigidas, segundo o Código Civil elas não se aplicariam à construções antigas. Ciente do método inventado pelo dr. Vital Brazil, cujo uso iria considerar com os donos dos estabelecimentos em questão, o advogado concluía sua exposição afirmando que o melhor meio para acabar com estrume e moscas era eliminar os “carros de praça” puxados por cavalos: o número de cocheiras seria assim drasticamente diminuído naturalmente — aos cocheiros aconselhava, impiedosamente, a procura de outra profissão. Isto sim facilitaria a ação do Serviço Sanitário.⁷⁵

⁷⁵ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário. 9 de janeiro de 1917, item 7º e Notas taquigrafadas na palestra do dr. Carlos Garcia. Fundo Arthur Neiva

No final do mês de janeiro, apesar das pendências jurídicas, os números mostravam o quanto esta ação do Serviço Sanitário estava se efetivando. O inspetor sanitário encarregado do levantamento do número de cocheiras ainda existentes no perímetro urbano relatava: 572 cocheiras em funcionamento, 378 interditadas e desocupadas e 113 demolidas, perfazendo um total de 1063 estabelecimentos. Das ainda em funcionamento o inspetor listava mais 112 que deveriam ser fechadas “à bem da saúde pública”; quanto às que necessitavam de reformas, o prazo para início da realização dos melhoramentos fora estipulado em um ano por edital da Diretoria do Serviço Sanitário, período mais que razoável. Entre os endereços das cocheiras condenadas estavam as ruas Consolação e Augusta e a Avenida Angélica. Não causava admiração portanto a existência de moscas na Avenida Paulista, onde poderia até não haver cocheiras, afinal elas estavam inclusive nas áreas próximas da elegante avenida. Para resolver o problema da desativação das cocheiras listadas, Arthur Neiva solicitava mais uma vez a intervenção do Secretário do Interior junto ao prefeito municipal:

“Contamos que o ilustre prefeito desta Capital, dr. Washington Luis, queira nos auxiliar, como já nos prometeu, principalmente neste particular porquanto concerne ao combate à mosca, campanha esta que há de dar grande realce sob o ponto de vista de higiene pública a benemérita administração do ilustre prefeito desta cidade, peço a V. Ex. para, de acordo com aquela autoridade, pedir o fechamento, o mais rápido possível, das cocheiras (...) mencionadas.”⁷⁶

O diretor do Serviço Sanitário era incansável em lembrar que os casos de febre tifóide da capital estavam, segundo suas próprias palavras, “em relação, de alguma forma, com as proximidades de algumas cocheiras”. Mas nem só de moscas era feita a

⁷⁶ Relatório da Diretoria do Serviço Sanitário 23 de janeiro de 1917, itens 1º e 7º. Fundo Arthur Neiva Sobre inspetor sanitário veja a nota nº 96

propagação da “febre maligna”. A água, o líquido imprescindível para a manutenção da vida, poderia veicular a morte, caso contaminada por fezes ou urina de doentes infectados pelo bacilo tifóide, o *Salmonella typhi*. Enquanto o deputado Júlio Prestes afirmava “*todas as águas da capital têm bacilos [tifóides]*”, o dr. Neiva não hesitava em mudar estrategicamente de opinião para denunciar, em 11 de maio de 1917:

“Está acima das forças do Serviço Sanitário fazer mais em prol da população no que concerne [as molétias veiculadas] (...) em S. Paulo, na grande maioria dos casos, pela água, por cuja pureza o Serviço Sanitário não pode ser responsável, e que sinceramente deplora.”⁷⁷

Mas, malgrado as farpas lançadas pelo dr. Arthur Neiva na direção de outros poderes públicos, o que ficava patente em todo o empenho para livrar São Paulo da febre tifóide eram as dificuldades reais para organizar a cidade de forma saudável e projetar seu desenvolvimento, como sonhavam muitos homens daquele tempo. Moscas ou água a dificuldade era a mesma: a cidade e seus moradores “atropelavam” as iniciativas públicas com seu número crescente, suas atitudes (inclusive de desconfiança quanto às medidas do Serviço Sanitário) e reivindicações. Era difícil, por exemplo, para o prefeito da Capital proibir a construção de novas cocheiras em áreas de “*população densa*”, como determinava o artigo 380 do Código Sanitário e como solicitava o dr. Neiva: por quantos dias uma área não seria de população densa em uma cidade que crescia como São Paulo? O que os moradores da cidade consideravam área de população densa? O que os donos de cocheiras pensavam ser essas áreas? ⁷⁸

⁷⁷ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 9 de março de 1917, item 7º. Fundo Arthur Neiva. SÃO PAULO. Câmara dos Deputados do Estado de. Anais da Sessão Ordinária de 1917. São Paulo, Typ. Oficial, 1918, p. 886. Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 11 de maio de 1917, item 3º. Fundo Arthur Neiva

⁷⁸ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 2 de março de 1917, item 2º. Fundo Arthur Neiva
Confira: SÃO PAULO. Decreto nº 2.141 - 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Tomo XXI, 1912, p.376-448. p.424.

As questões envolvendo a saúde eram muitas. A rede de esgoto que não chegava por poucos metros à várias casas do Brás, hortas regadas com “*água poluída por fezes humanas*” em Santana, o leite contaminado porque transportado desde os estábulos, no bairro da Casa Verde, através de um canal de esgoto a céu aberto. Problemas cuja resolução algumas vezes parecia depender apenas de poucos estudos e algum empenho. Mas nem todos pensavam da mesma forma.⁷⁹

A população também dizia “não”. Da Avenida Paulista às ruas do Brás ou do Bom Retiro vários proprietários de São Paulo recusavam-se a receber os inspetores sanitários e atender suas intimações, muitas vezes feitas e refeitas ao longo de vários anos na tentativa de evitar confronto direto entre o poder sanitário e os paulistanos. Apelava-se para tudo, dependendo do cidadão intimado e da gravidade do problema encontrado pelo inspetor sanitário. Assim é que nos idos de 1913 o então Secretário do Interior Altino Arantes visitava juntamente com o dr. Emílio Ribas uma chácara na região do Brás cuja fossa era usada como depósito de fezes de várias casas vizinhas, todas do mesmo proprietário — um advogado, que se dizia chefe político e muito bem relacionado com “*pessoas influentes*”. A visita fora uma tentativa extrema para convencer o dono dos imóveis a realizar as ligações necessárias à rede de esgoto. Nada adiantou. O “*espetáculo anti-higiênico*” continuava em 1917 e o Serviço Sanitário “*não podendo se desmoralizar*” iria lançar mão do último recurso que lhe cabia, depois de “*persuasão, solicitações, rogos e intimações*”,

Estudo de Bruno Rangel Pestana de 1917 confirmava o papel primordial da água na transmissão da febre tifóide, sendo portanto secundários na transmissão o leite, legumes crus, frutas e as moscas. Veja: ANTUNES, José Leopoldo F.; NASCIMENTO, Cláudia Barleta do; NASSI, Lúcia Castilho. Op. cit, p.80
⁷⁹ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 9 de janeiro de 1917, item 4º; 26 de janeiro de 1918, item 1º e 28 de agosto de 1917, item 2º. Fundo Arthur Neiva

determinaria a mudança dos inquilinos das referidas habitações no prazo de 30 dias caso as solicitadas ligações não fossem feitas.⁸⁰

Na Avenida Paulista, apesar de suas boas maneiras e do apelo feito à responsabilidade que teriam os ricos de darem exemplo de respeito à lei, o inspetor sanitário encarregado da vistoria de rotina naquela área foi solenemente barrado pelos criados do proprietário do prédio de número 35. Fato desagradável mas esperado em um lugar onde a visita da autoridade sanitária era dificultada pelos moradores e “*recebida pela maioria com visível contra gosto*”. Diretor do Serviço Sanitário comunicado, memorando expedido para que o morador marcasse dia para a visita do inspetor, caso a vistoria fosse novamente impedida Arthur Neiva determinara multa, conforme mandava o artigo 301 do Código Sanitário. Um pouco mais drástica foi a resolução tomada pelo inspetor sanitário no Bom Retiro, que chamou a polícia diante da resistência (e maus modos) de um comerciante mais de uma vez intimado a franquear as portas de seu estabelecimento para a visita do Serviço Sanitário. Polícia também convocada em janeiro de 1918 para ajudar na persuasão do proprietário de um pequeno capinzal, também no Bom Retiro, que já tentara impedir, de carabina na mão, a entrada no terreno de uma turma do Serviço Sanitário que pretendia realizar trabalhos de limpeza e drenagem no local. Estratégias de ação que dependiam da ocasião ... e, talvez, do endereço.⁸¹

Questões financeiras, a decantada liberdade individual e o inviolável direito de propriedade, pareciam ditar, naqueles momentos, mais o padrão de conduta daqueles

⁸⁰ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 6 de setembro de 1917, item 1º. Fundo Arthur Neiva

⁸¹ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 28 de agosto de 1917, item 1º; 4 de setembro de 1918, item 1º e 29 de janeiro de 1918, item 1º. Fundo Arthur Neiva. Confira: SÃO PAULO. Decreto nº 2.141 - 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Tomo XXI, 1912, p.376-448. p.417

indivíduos do que discordâncias quanto às “razões científicas” do Serviço Sanitário.⁸² Mas, mesmo acontecimentos como esses, não impediam Arthur Neiva de, eufórico, relatar ao Secretário do Interior, em fevereiro de 1918, como os paulistanos estavam solicitando com menos reserva a presença do Serviço Sanitário para acabar com águas estagnadas (perigoso criadouro de mosquitos), que haviam resultado das copiosas chuvas que caíam na Capital. Afirmando então:

*“Não há dúvida que são sintomas esses muito lisongeiros para o Serviço Sanitário, pois mostra que a eficiência de tal serviço vai ganhando a confiança da população desta capital (...)”*⁸³

Assim, de Victor da Silva Freire a Arthur Neiva, dos tantas vezes anônimos escritores dos jornais operários aos cidadãos que tinham como tribuna a coluna “Queixas e Reclamações”, o conhecimento científico foi uma grande referência, explícita ou mal disfaçada (muitas vezes reelaborado), para as palavras que vários paulistanos usavam, de elogios ou críticas, com maior ou menor elaboração, para escrever sobre a cidade de São Paulo, as doenças de seus habitantes, seu traçado e sua condição sanitária.

Não por acaso, em meio à campanha de Arthur Neiva para acabar com a febre tifóide, o Jornal do Commercio publicava artigo onde se lia:

⁸² Casos haviam de indivíduos que se rebelavam, por convicção filosófica, preceitos morais, discordância dos métodos científicos, ou simples desconfiança, contra as medidas proclamadas como imprescindíveis para manutenção da saúde dos homens e da coletividade - a aplicação de vacinas é exemplar nestes casos: ainda no final dos anos 1910 no estado de São Paulo, alguns positivistas se recusavam a usá-las como meio de precaução contra qualquer moléstia pois não consideravam válidas as idéias e ações que resultavam da teoria microbiana; distintas senhoras alegavam não aceitar ter seus braços maculados pelos vacinadores, e simples trabalhadores eram obrigados a deixar seus empregos ou por não aceitarem a imunização ou por não permitirem que a medida fosse extensiva às suas famílias. Casos em que se mesclavam dúvida ou discordância quanto ao meio profilático e afirmação de liberdade pessoal. Confira: Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 17 de agosto 1917, item 4º e 8 de janeiro de 1918, item 1º. Fundo Arthur Neiva. SÃO PAULO, Secretaria do Interior do Estado de. Ofícios da Agricultura maço 459, caixa 468, ordem 7073, nº 3553, 1918. Sobre a polêmica questão da vacinação, veja: CHALHOUB, Sidney. CHALHOUB, Sidney. Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.97-162

⁸³ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 1 de fevereiro de 1918, item 6º. Fundo Arthur Neiva

*“O melhoramento do estado sanitário de São Paulo constitui o mais palpitante problema que o Governo tem de resolver. (...) Da orientação de S. Ex. |o Secretário do Interior| e da acertada direção que vai tendo a Repartição de Higiene |o Serviço Sanitário| surgirá em breve a fórmula feliz para a solução do interessante problema.”*⁸⁴

Desta forma, para muitos, desafio colocado era desafio solucionado. A invenção do dr. Vital Brazil era um pequeno exemplo do que, com seus conhecimentos, esses homens poderiam realizar. Afinal, para eles, a ciência parecia fornecer os meios para solução de todos os problemas, uns mais fáceis outros mais difíceis, insolúveis jamais, pois sempre haveria uma *“fórmula feliz”* para resolver os desafios da cidade e os problemas de saúde de seus moradores. Isto tornava possível, para algumas pessoas, julgar que poderiam traçar o futuro de São Paulo, concretizando aquilo, aparentemente, anunciado pelas rápidas mudanças daquela época: o destino de metrópole da Capital.

2. Idéias de mudança e transformações na ordem sanitária no final dos anos 1910

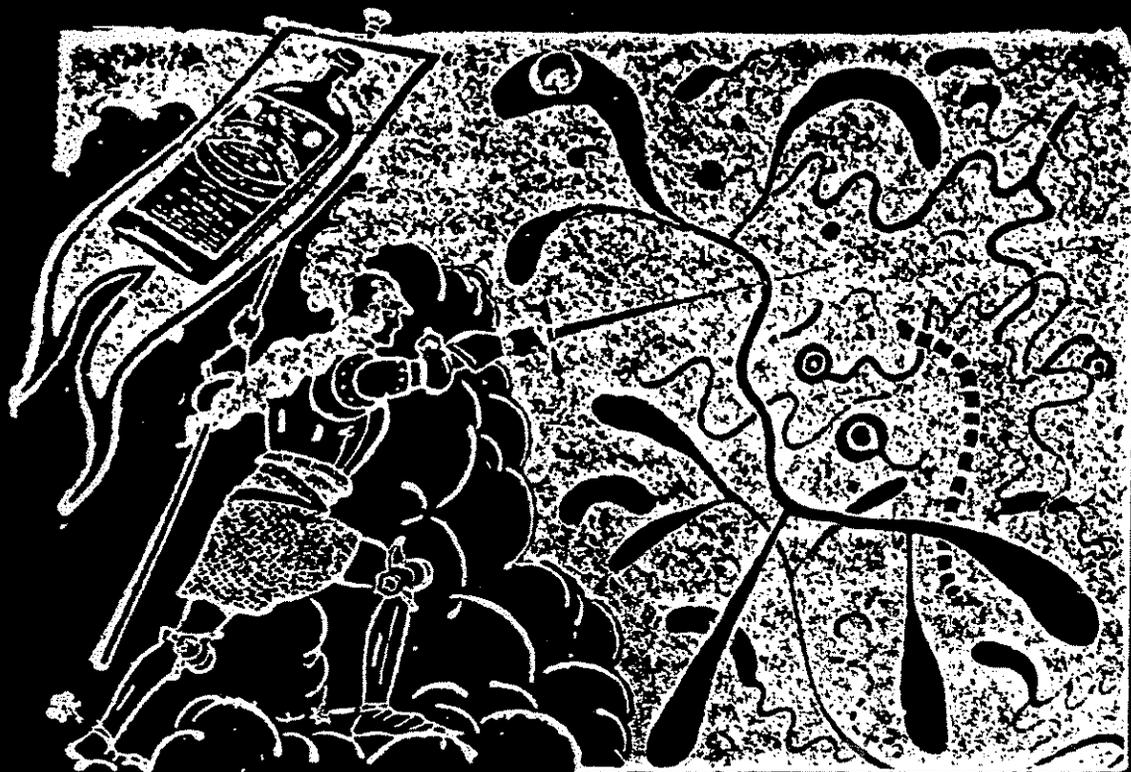
Com armadura medieval, espada em punho e estandarte desfraldado (onde se via uma garrafa) um destemido e saudável varão lutava e derrotava um sem número de pequenos seres que se agigantavam diante do moço intrépido. Em outra cena, uma jovem determinada liquidava seres perigosos ao ter a chance de detonar poderosa arma em forma de garrafa — um verdadeiro canhão — que tinha ao seu alcance. Era a vitória contra os micróbios causadores de moléstias.⁸⁵ (Figuras 1 e 2)

⁸⁴ “Os Portadores de Bacilos”. Jornal do Commercio. São Paulo, 25 de janeiro de 1917, nº 85, ano I, p.4

⁸⁵ “Artilharia da Higiene” O Estado de S. Paulo 8 de setembro de 1918, nº 14.498, ano XXIV, p. 15. “Os Micróbios Vencidos Por Um Novo São Jorge” O Estado de S. Paulo 22 de setembro de 1918, nº 14.512, ano XXIV, p. 17

OS MICROBIOS VENCIDOS

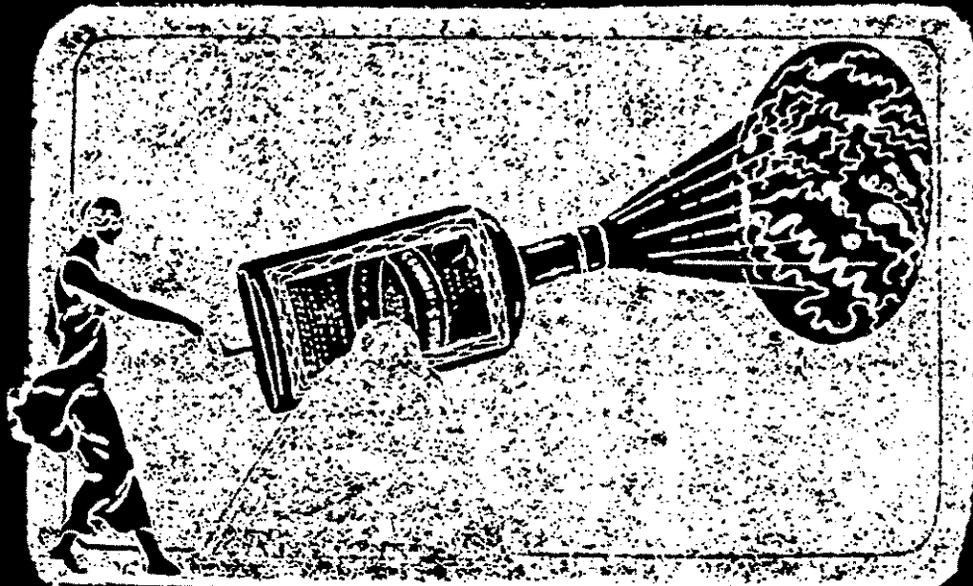
por um
NOVO SÃO JORGE



Todos sabem que os maus microbios são causa de quasi todas as nossas grandes doenças: tuberculose, influenza, diphteria, febre typhoide, meningite, cholera, peste, carvão, tetano, etc.

Figura 1 - Alcatraz-Guyot - "Os micróbios vencidos por um novo São Jorge"
Fonte: O Estado de S. Paulo São Paulo, 22 de setembro de 1918, nº 14.512, ano XLIV, p.17

ARTILHARIA DA HYGIENE



Do mesmo modo que o canhão mata os inimigos da Pátria, assim também o ALCATRÃO GUYOT mata os maus microbios que são os OS INIMIGOS DE NOSSA SAUDE e mesmo de nossa vida.

Todos sabem que os microbios são causa de quasi todas as grandes doenças. O ALCATRÃO-GUYOT mata a maior parte desses microbios. De sorte que o melhor meio de nos preservarmos contra as doenças epidêmicas é tomar em nossas refeições ALCATRÃO-GUYOT. E a razão disso é que o Alcatrão é um antiseptico de primeira ordem; e, matando os microbios nocivos, preserva-nos e cura-nos de muitas moléstias. Este é sobretudo recomendado, particularmente contra as doenças dos brônquios e do peito.

Figura 2 - Alcatrão-Guyot - "Artilharia da higiene"

Fonte: O Estado de S. Paulo São Paulo, 8 de setembro de 1918, nº 14.498, ano XLIV, p.15

A propaganda do Alcatrão-Guyot (chamado de anti-séptico de primeira ordem), traduzia a luta do bem contra o mal ao encarnar um São Jorge guerreiro, vencedor de inimigos poderosíssimos, ou ao lembrar a Primeira Guerra Mundial que, pelo menos segundo os fabricantes do produto, acabaria com a derrota dos *“inimigos da Pátria”*. Para sensibilizar seus potenciais consumidores, os anúncios apelavam para crenças religiosas e para um tema, a Guerra, que freqüentava o cotidiano dos paulistanos nos últimos anos. Na tentativa de vender o produto, os autores da propaganda afirmavam que o xarope tanto preveniria quanto combateria muitas doenças, principalmente *“moléstias dos brônquios e do peito”*, liquidando micróbios e afastando enfermidades epidêmicas. Da tuberculose à influenza de todo ano, da febre tifóide à peste, o remédio, diziam, era eficaz.

Mas temidos micróbios, santos guerreiros e armas infalíveis, não eram apenas imagens bem elaboradas de uma estratégia pontual de propaganda, eram elementos presentes de forma cada vez mais marcante e diversificada no universo dos paulistanos das primeiras décadas do século XX. Ao fazer a preleção inaugural do Curso de Higiene que seria ministrado no Instituto Butantan aos diretores de várias escolas do estado de São Paulo, o dr. Vital Brazil afirmava:

*“(...) à guerra sem tréguas contra os germens das moléstias microbianas, aos seus portadores e hospedeiros, para o saneamento da sociedade, para a salvação da parcela paulista da humanidade”*⁸⁶

A revolução pasteuriana do século XIX modificara os termos de uma disputa mais que secular que era travada nos domínios da saúde/doença, disputa entre aqueles que eram partidários da idéia do contato/contágio como forma de difusão das moléstias e os que viam

⁸⁶ “A Higiene e o Ensino em S. Paulo - Curso de Higiene Publica”. *Annaes Sanitarios* São Paulo, nº 1, ano I, outubro de 1918. p.19-41. p.29

na infecção miasmática o grande perigo para a saúde dos povos. Na origem e ao longo dos anos, estas duas concepções sobre a existência e propagação das doenças nem sempre foram conflitantes, combinando em mais de um caso medidas de isolamento de pessoas — a quarentena — e coisas (para evitar o contato), com práticas de fumigação, ventilação e utilização de substâncias odoríficas para garantir a imunidade contra moléstias (ações para evitar/afastar os miasmas deletérios provenientes de substâncias animais ou vegetais em putrefação).⁸⁷ Em terras brasileiras não só disputas, mas singulares fusões de idéias aconteciam, entre os que defendiam o contágio e aqueles que aceitavam como incontestável a teoria da infecção — afinal a morte rondava e os meios para combatê-la eram escassos, para não mencionar os poderosos argumentos dos ingleses, ardorosos infeccionistas, “instruídos” que estavam “*pelos pressupostos científicos do livre-comércio entre as nações*”.⁸⁸

Mas, quer pelo apelo irresistível dos argumentos ingleses, quer pela dificuldade dos contagionistas em definir a base de sua teoria e as intervenções específicas que deveriam ser feitas quando detectado o “ser” da doença (essa entidade que passaria de um indivíduo para outro), o certo é que a teoria miasmática dominou o pensamento científico por muitos

⁸⁷ Veja CZERESNIA, Dina. Do Contágio à Transmissão. Ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. p.41-57

Girolano Fracastoro (1478-1533) publicou em 1546 o livro De Contagione. Contagiosis Morbis et Eorum Curatione onde sistematiza uma teoria do contágio.

A teoria da infecção estava diretamente associada as idéias hipocráticas sobre o meio. Veja: CORBIN, Alan. Op. cit. Sobre Pasteur, os trabalhos desenvolvidos e seus desdobramentos, entre vários estudos: LATOUR, Bruno. Pasteur Paris: Perrin, 1994. SOLOMON-BAYET, C. S. (org.) Pasteur et la revolution pasteurienne Paris: Payot, 1986. ROSEN, George. Op. cit., 1994, p.231-375

⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p.62-68

anos, informando no século XVIII a medicina urbana e a higiene pública que se desenvolveram na França e definiram a interferência sanitária sobre a cidade.⁸⁹

Assim, durante décadas a saúde dos povos esteve associada primordialmente aos “bons ares” dos locais onde os homens habitavam e sua manutenção ou recuperação esteve em relação íntima com a possibilidade das localidades se colocarem a salvo dos terríveis miasmas (esses “ares impuros”) que, de muitas formas, ameaçavam a sobrevivência de todos. Não por acaso o primeiro livro médico editado no Brasil chamava-se Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro de autoria de Manoel Vieira da Silva e publicado pela Imprensa Régia em 1808. Preocupado em colaborar com o diagnóstico das causas próximas ou remotas das doenças que vitimavam os leais súditos de Sua Alteza Real o Príncipe Regente D. João, bem como seus possíveis remédios, o livro do doutor Vieira da Silva discutia as implicações para a circulação do ar, e assim para a saúde dos moradores do Rio de Janeiro, da existência do Morro do Castelo na cidade.⁹⁰

Em meados do século XIX, os estudos de Louis Pasteur reordenaram várias questões e pesquisas, desenvolvidas há anos, que tinham como tema a possibilidade das doenças resultarem da ação de pequenos seres. Desvendando aspectos desse processo, Pasteur e outros homens realizaram verdadeira revolução científica ao mudarem os rumos

⁸⁹ Confira: ACKERKNECHT, Erwin H. “Anticontagionism between 1821 and 1867”. Bulletin of the History of Medicine n° 22, 1948, p.562-593. Sobre a medicina urbana francesa: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.85-93

⁹⁰ “Higiene da cidade do Rio de Janeiro em 1808”. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, v. 1, p. 187-190, 1876. Variedades

do entendimento sobre os minúsculos organismos observados sob o microscópio desde o século XVII.⁹¹

Muitas práticas próprias dos infeccionistas foram então, pouco a pouco, subjugadas às orientações daqueles que dominavam o conhecimento dos microrganismos causadores de doenças. Exemplo do poder que este saber foi adquirindo ao longo dos anos são tanto as imagens utilizadas pela propaganda do Alcatrão-Guyot quanto a fala do dr. Vital Brazil: identificar o inimigo, eliminar o perigo. Idéias bélicas mescladas com saber científico em uma combinação que, mais que estratégia de vendas ou fragmento de um discurso, representavam a convicção de várias pessoas na força da ciência naquela época.⁹²

“*A medicina brasileira é ja agora uma realidade*” assim se expressava, em 1913, o dr. Dias de Barros quando solicitado a fazer um relato das conquistas da medicina pátria. Em rápidas penadas o doutor rememorava dos pagés aos jesuítas, de Ferreira da Rosa a Curvo Semedo, arrematando a primeira parte de suas palavras com um comentário digno de ser transcrito:

“Chegamos, portanto, a fundação da Escola Médica no Brasil.(...) Digo apenas que atingimos a fase mais ou menos científica da medicina, tendo atravessado, a largos passos, bem vedes, o período da medicina por assim dizer mitológica, no qual se entendia que as causas das doenças eram os ares maus, as emanções da terra, os eflúvios, os miasmas, enfim tudo quanto se achava que pudesse alterar a saúde do homem, sem se saber exatamente o “porquê”, que é, afinal, toda a ciência; de tal sorte, tinha o médico a triste sina de como que degladiar no escuro (...), não tinha noção exata da patogenia”⁹³

⁹¹ Sobre a idéia de revolução científica (e paradigma), confira: KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. Antoni van Leeuwenhoek (1632-1723) foi o primeiro a usar o microscópio para examinar bactérias e outros organismos.

⁹² Ilana Löwy escreveu interessante artigo sobre o uso de metáforas pelos estudos de imunologia, sendo a da guerra a primeira delas, ainda no século XIX. Cf.: LÖWY, Ilana. “Les Métaphores de L’immunologie: Guerre et Paix”. História, Ciências, Saúde - Manguinhos Rio de Janeiro, v.III, nº1, p.7-23, mar./jun.1996

⁹³ DIAS DE BARROS. “Conquistas da Medicina Brasileira”. Annes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, nº 35, p.147-163, 1916, p.153

Segundo o douto conferencista tudo mudara a partir de 1880, quando noções científicas exatas foram sendo conquistadas pelos brasileiros, formando a partir de então o alicerce dos estudos médicos no Brasil, engrandecendo nosso país e enriquecendo o saber mundial. Vital Brazil, Carlos Chagas, Adolpho Lutz e, de forma destacada, Oswaldo Cruz, eram alguns dos nomes citados pelo dr. Dias de Barros ao lembrar a gloriosa ciência tupiniquim. Quanto a Domingos Freire e o suposto micróbio da febre amarela, o expositor tinha um comentário condescendente, reconciliador e revelador:

“Domingos Freire teimava em sustentar a existência do bacilo icteróide suposto descoberto e estudado sem as regras da arte, o que vale dizer, sem a técnica indispensável (...)”⁹⁴

Técnica, era isto que havia faltado ao pioneiro dos estudos microbiológicos no Brasil para verificar seu erro. Precariedade foi a palavra usada pelo dr. Dias de Barros para comentar, rapidamente, as desastrosas “descobertas” de outro brasileiro preocupado em elucidar as causas da febre amarela, o dr. João Baptista de Lacerda. Na história que emergia das palavras do conferencista a ciência e os cientistas do final do século XIX e início do XX surgiam então como praticamente infalíveis sempre que a arte estivesse sob o jugo da razão: técnica científica, essa era a regra para desvendar os porquês. Instrução e aparelhamento para combater as doenças e livrar os homens de suas terríveis mazelas — esse era o caminho.

O Instituto Bacteriológico de São Paulo foi o primeiro na aplicação sistemática da microbiologia à saúde pública no Brasil. O Instituto, encarregado da microscopia e bacteriologia em geral (especialmente das epidemias mais freqüentes no Estado) e do

⁹⁴ Id. *ibid.*, p.158. Veja o livro: BENCHIMOL, Jaime L. Dos micróbios aos mosquitos. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora UFRJ, 1999

preparo de produtos com aplicações terapêuticas, era parte da estrutura sanitária que começara a ser montada em São Paulo a partir da lei nº 12 de 28 de outubro de 1891. Em poucas linhas o então presidente Américo Braziliense criou o Serviço Sanitário do Estado instituindo um Conselho de Saúde Pública e uma Inspeção Geral de Higiene, ambos dependentes em sua nomeação e organização de regulamento a ser confeccionado pelo presidente de São Paulo e aprovado pelo Congresso do Estado. A verba votada era de 300:000\$000 para aquisição do material necessário e para saldar as futuras despesas resultantes do Serviço que se implantava.⁹⁵

Em 1892 novas medidas começavam a concretizar a idéia apenas esboçada na lei de 1891 determinando a criação de instituições que deveriam promover e garantir a saúde da população do Estado: o Instituto Vacinogênico, para fornecer a cultura da vacina animal contra a varíola, e os Laboratórios Farmacêutico (formado pela antiga Farmácia do Estado) e o de Análises Químicas e Bacteriológicas. Um ano depois o Laboratório Bacteriológico transformara-se em Instituto independente, com orçamento próprio, e o Laboratório de Análises com o nome de Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, ficava com a incumbência de analisar além de drogas e fórmulas médicas, substâncias alimentares e bebidas — tudo para que as pessoas se mantivessem saudáveis.

Zelar pelo saneamento das cidades e dos edificios urbanos, fiscalizar os alimentos, prevenir de todas as formas possíveis as doenças, notadamente na forma epidêmica, eram as principais incumbências do diretor de higiene, que deveria coordenar todo o serviço de

⁹⁵ Veja: BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). Manguinhos-Do Sonho à Vida. A Ciência na Belle Époque. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990, p.15. O primeiro diretor do Laboratório (depois Instituto) Bacteriológico foi o francês Felix Le Dantec. O Instituto foi efetivamente organizado por Adolpho Lutz, a partir de 1893

SÃO PAULO. Lei nº12 - 28 de outubro de 1891. Organiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1898, p.14. O Conselho de Saúde Pública iria ser formado pelo

saúde que o Estado estava organizando. O diretor de higiene tinha ainda como obrigação supervisionar a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia, o trabalho de estatística demógrafo-sanitária e a inspeção dos institutos e laboratórios de São Paulo. Para realizar esta portentosa tarefa ele contava com os chamados ajudantes (que sugeriam medidas para melhorar a saúde pública e o substituíam em casos emergenciais), com os delegados de higiene (que realizavam o trabalho de visitas e vistorias sanitárias) e com os fiscais desinfetadores (que acompanhavam os delegados em suas atividades, realizando o trabalho de desinfecção quando necessário).

Um engenheiro sanitário completava a organização de uma estrutura de saúde que sofreu várias alterações antes mesmo que o século XIX fosse deixado para trás. Funções desapareceram, se desdobraram ou foram criadas, serviços foram implementados, acrescentados e modificados. Neste movimento continuo a Diretoria de Higiene passou a ser denominada Diretoria do Serviço Sanitário e já a partir de 1893 os inspetores sanitários ficaram encarregados do trabalho pela boa ordem sanitária das localidades. O Serviço Geral de Desinfecção, bem como as normas para funcionamento dos Hospitais de Isolamento, ganharam destaque e em 1894 foi elaborado o primeiro Código Sanitário do Estado, regulamentando detalhadamente o cotidiano na e da cidade. Dois anos depois houve a criação de um lazareto em Santos, um posto de quarentena entre Santos e a Capital e um posto de observação junto à estrada de ferro Central do Brasil, para vigiar os limites dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tentando proteger os paulistas contra uma invasão inimiga — de inválidos, doentes e doenças.⁹⁶

diretor de higiene, pelos chefes de laboratórios e pelo engenheiro sanitário, sendo presidido pelo Secretário do Interior.

⁹⁶ SÃO PAULO. Lei nº 43 - 18 de julho de 1892. Organiza o Serviço Sanitário do Estado São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo II, 1929, p.24-27. Há a primeira divisão do

Em 1918 a estrutura do Serviço Sanitário montada pelo governo do Estado incluía outros dois institutos, o Soroterápico de Butantan e o Pasteur, que preparava a vacina anti-rábica. O Instituto Vacinogênico passara a funcionar como dependência do Instituto Bacteriológico, o Código Sanitário havia sofrido modificações em 1911, ano em que foi instituída a figura do delegado de saúde (para coordenar os trabalhos dos inspetores sanitários) e, desde 1917, existia o Código Sanitário Rural e a Inspeção dos Serviços de Profilaxia Geral. Também em 1917 o Laboratório Farmacêutico do Estado havia sido extinto e em seu lugar surgira um Almoxarifado que mediante autorização do diretor geral fornecia produtos químicos e farmacêuticos e outros materiais aos estabelecimentos dependentes do Serviço Sanitário. Na direção geral desse Serviço estava Arthur Neiva.⁹⁷

território do Estado em seções, as da Capital, Santos e Campinas que foram subdivididas em distritos sanitários.

SÃO PAULO. Decreto nº 87 - 29 de julho de 1892. Regulamenta a lei nº 43 de 18 de julho do corrente ano, que organiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo II, 1929, p.166-183

SÃO PAULO. Lei nº 240 - 4 de setembro de 1893. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo. São Paulo, Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo III, 1913, p.160-178. As mudanças na nomenclatura foram efetivadas a partir de 1896. O *inspetor sanitário* era o funcionário que tinha como função aconselhar, fiscalizar e executar medidas relacionadas com a saúde (e combate às doenças) da população e a salubridade da cidade, bem como o controle do exercício da medicina, farmácia, obstetrícia e odontologia. Era auxiliado pelos fiscais e desinfetadores.

SÃO PAULO. Decreto nº 233 - 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo IV, 1918, p.75-109

SÃO PAULO. Lei nº 432 - 3 de agosto de 1896. Sobre o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo VI, 1896, p.38-57

SÃO PAULO. Decreto nº 394 - 7 de outubro de 1896. Aprova o Regulamento do Serviço Sanitário. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo VI, 1896, p.395-430

⁹⁷ Funcionando de forma anexa ao Instituto Bacteriológico desde 1900 o Butantan foi oficialmente criado em 1901. O Instituto Pasteur foi organizado por particulares em 1903 e incorporado ao Estado em 1916.

Confira: SÃO PAULO. Decreto nº 2.141 - 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXI, 1912, p.376-448

SÃO PAULO. Lei nº 1.596 - 29 de dezembro de 1917. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVI, 1918, p. 158-207

SÃO PAULO. Decreto nº 2.918 - 9 de abril de 1918. Dá Execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVII, 1919, p. 35-144

Entre outras mudanças que aconteceram estava a criação da inspeção de amas de leite e consultório para lactentes em 1906. Confira: SÃO PAULO. Decreto nº 1.343 - 27 de janeiro de 1906. Divide o território do Estado em distritos sanitários e dispõe a respeito da polícia sanitária. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XVI, 1907, p.5-13

O baiano Arthur Neiva, que assumira a direção da saúde pública em São Paulo interinamente em 21 de dezembro de 1916, foi efetivando no cargo em 11 de abril do ano seguinte. Antes de trabalhar em São Paulo, Neiva havia desenvolvido importantes atividades em Manguinhos, pesquisando e combatendo a malária em várias localidades brasileiras, realizando com Belisário Penna, em 1912, a mais longa expedição médico-sanitária que partiu daquele instituto. Arthur Neiva tinha atuado também no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, para onde se transferiu em 1915, com o propósito de organizar e dirigir a seção de zoologia e parasitologia. Deixou a Argentina ao ser convidado por Oscar Rodrigues Alves, Secretário do Interior do Estado de São Paulo, para dirigir o Serviço Sanitário.⁹⁸

Locais bem equipados, pessoal competente e em número suficiente, verbas condizentes com a importância do trabalho efetuado e do próprio estado de São Paulo, eram essas as reivindicações mais recorrentes nos relatórios que Neiva enviava ao seu chefe, o Secretário do Interior. Pleiteava, incansavelmente, a reorganização e reequipamento do Serviço Sanitário, em nome da modernização dos cuidados com a saúde de uma população que multiplicara em poucos anos.

Nos seus relatórios, o diretor geral, articulando passado e presente, apelava para aquilo que chamava de “*determinismo científico*” ao lembrar que a passagem do tempo e as

⁹⁸ Participando de excursões e de campanhas que visavam a erradicação do impaludismo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul, Arthur Neiva empreendeu, com Belisário Penna uma expedição que em 1912 percorreu o norte da Bahia, o sudoeste de Pernambuco, o sul do Piauí e o estado de Goiás, aproximadamente 7.000 quilômetros. Neiva continuou a trabalhar na área científica enquanto Penna dedicou-se plenamente a luta pelo saneamento rural, sendo sua principal criação a Liga Pró-Saneamento de 1918. Arthur Neiva foi diretor do Serviço Sanitário até 29 de abril de 1920, ano em que empreendeu viagem de estudo ao Japão a convite do governo daquele país, convite feito por intermédio do Instituto Kitasato. De volta ao Brasil, Neiva assumiria a direção do Museu Nacional e a chefia dos serviços de combate à broca do café em São Paulo (origem do Instituto Biológico de Defesa Agrícola). Várias outras atividades marcariam a vida do cientista e do homem público, entre elas a de interventor na Bahia e deputado pelo mesmo Estado. Neiva morreu em 1942, aos 62 anos. Veja: FONSECA, FILHO, Olympio da. “Arthur Neiva” Anais da Academia de Ciências Tomo XVI, nº 2, 30 de junho de 1944, p.152-162

mudanças que haviam acontecido em São Paulo e na ciência justificavam, ou melhor, determinavam, os pedidos de equipamentos, verbas e reformas para instituições que compunham o Serviço Sanitário do Estado. Rememorava constantemente o quanto os rigorosos métodos científicos empregados nesses locais haviam sido decisivos para que doenças fossem identificadas e combatidas.

Neiva elaborava discursos longos ou notas concisas sobre instituições ou seções, flagrando momentos e realidades específicas mas que se fundiam quando se buscava nas suas palavras uma definição para a situação do Serviço Sanitário do Estado e de suas repartições anexas naqueles dias: a necessidade urgente de remodelações para atender as demandas do presente e principalmente do futuro — competência para isso havia.

Livros, microscópio binocular e contratação de pessoal para o Instituto Bacteriológico, calculadora para a seção de Demografia, automóveis para o Desinfectório, novo pavilhão para diftéricos no prédio do Hospital de Isolamento; algumas solicitações prontamente atendidas, outras, como o novo pavilhão, teriam que esperar.⁹⁹ Mas foi a construção de um novo prédio para o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, finalmente inaugurado em novembro de 1920 à rua Pires da Motta (no bairro Vergueiro), que possibilitou a Arthur Neiva uma das mais explícitas avaliações do presente, e futuro, da questão da saúde em São Paulo.¹⁰⁰

⁹⁹ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 12 de janeiro de 1917, item 3º; 27 de fevereiro de 1917, itens 8º e 9º; 6 de março de 1917 item 10º; 18 de maio de 1917, item 2º; 17 de julho de 1917 item final; 10 de agosto de 1917, item 1º; 3 de outubro de 1918, item 2º; 26 de fevereiro de 1918, itens 1º e 2º; 19 e abril de 1918, item 1º. Fundo Arthur Neiva

Relatorio apresentado ao Exmo.Snr.Dr.Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Hospital de Isolamento, p.231. SÃO PAULO, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1918 pelo presidente Dr.Altino Arantes Hospital de Isolamento, p.29. SÃO PAULO, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1919 pelo presidente Dr.Altino Arantes Hospital de Isolamento, p. 31-32

¹⁰⁰ Sobre o novo prédio do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas confira: SÃO PAULO, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1921 pelo presidente Washington Luis Pereira de Souza Laboratorio de Analyses Chemicas e Bromatologicas, p. 139-140

Desde os primeiros relatórios enviados ao Secretário do Interior o Laboratório de Análises foi objeto de atenção do diretor geral do Serviço Sanitário. A situação era desanimadora: de pessoal habilitado a reagentes e retortas, no local faltava tudo. Elogios, apenas para dois esforçados funcionários que chegavam até a pagar do próprio bolso obras de consulta e materiais químicos para manter o Laboratório em pleno funcionamento. O Secretário do Interior prometia uma visita ao local.

Cinco meses depois, em 5 de junho de 1917, uma breve nota esclarecia um pouco mais sobre a situação do Laboratório. Em 4 linhas habilmente escritas Neiva sugeria a aposentadoria do diretor da instituição, dr. Antonio Carlos de Campos Salles, ao mesmo tempo que insinuava que este era desejo do próprio diretor por se achar doente (diabético) e quase cego. O governo do Estado deveria portanto ir ao encontro de um desejo que era na verdade o daquele servidor.¹⁰¹

Mas a questão continuava. O Secretário do Interior queria mais informações sobre o Laboratório ? Elas foram apresentadas em um longo relatório efetuado a partir de dados fornecidos por um dos funcionários da própria instituição. Narrando de forma breve, em apenas um parágrafo, a história do Laboratório até chegar a gestão Campos Salles (iniciada em 1896) e aos primeiros anos do século XX, Neiva então denunciava, detalhadamente, do desaparecimento de drogas compradas em Paris até a falta de um atualizado regimento interno. Segundo o diretor geral do Serviço Sanitário, em 1917 havia no Laboratório o mesmo número de funcionários que no início do século e durante os últimos 15 anos a instituição recebera apenas 2 pequenos sortimentos de produtos químicos e aparelhos necessários para realização de análises. Arthur Neiva propunha mudanças: um novo prédio,

¹⁰¹ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 12 de janeiro de 1917, item 2º (com anotação a lápis sobre visita do Secretário do Interior) e 5 de junho de 1917, item 2º. Fundo Arthur Neiva

um Laboratório com equipamentos novos e mais técnicos. Contas feitas, modelo escolhido (“o sistema americano, de conforto e segurança, porém sem luxo (...) em um só andar”), o diretor do Serviço Sanitário afirmava que as mudanças somariam pouco mais de 200:000\$000, quantia que resolveria uma das mais prementes necessidades de São Paulo, que não podia continuar com um Laboratório de Análises “*inútil, caro, sem prestígio*”. Para prestar este relevante serviço a São Paulo e ao Brasil o Secretário do Interior deveria começar, segundo Neiva, substituindo o diretor. Um químico, como muitos desejavam, deveria dirigir novamente o Laboratório — um especialista — e não um médico, como havia determinado o regulamento da instituição em 1894. Caso isto ocorresse continuaria, segundo Arthur Neiva “*a dispendiosa comédia de manter uma inutilidade rotulada “Laboratório de Análises”*”.¹⁰²

E o dr. Campos Salles, consultado, vacilava quanto à possível aposentadoria. Segundo boatos, haveria um candidato para o cargo, apadrinhado por políticos e do agrado do próprio Campos Salles. Mas Neiva não desistia, queria mudanças. Apelando para opiniões científicas emitidas no exterior sobre a ineficiência do Laboratório de São Paulo, críticas que ele próprio ouvira e não tivera como contestar, Arthur Neiva, apresentava em suas considerações um outro aliado poderoso: o povo. A ineficiência dos serviços do Laboratório estaria contribuindo para o aumento da mortalidade na cidade de São Paulo,

¹⁰² Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 10 de agosto de 1917, item 3º e 14 de setembro de 1917, item 3º. Fundo Arthur Neiva

O primeiro regulamento do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas foi promulgado em 1893, pouco antes do local começar a funcionar. Seu primeiro diretor foi o engenheiro químico francês Marcel Lachaud, que retornou à Europa em meados de 1894 e foi substituído, por aproximadamente um ano, pelo farmacêutico brasileiro Henrique Schaumann. O substituto de Schaumann, Caramuru Pais Leme, farmacêutico, passaria o cargo ao clínico Antonio Carlos de Campos Salles em 1896, quando a reforma do Serviço Sanitário confirmou que um médico deveria ser o diretor do Laboratório. Veja: SÃO PAULO. Decreto – 3 de agosto de 1896. Sobre o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo VI, 1896, p. 38-57. p.44. ANTUNES, José Leopoldo F.; NASCIMENTO, Cláudia Barleta do; NASSI, Lúcia Castilho. Op. cit, p.47-56

onde o número de óbitos por ingestão de alimentos deteriorados ou falsificados era grande. Era necessário defender as pessoas, disso o diretor do Serviço Sanitário tinha certeza e os paulistanos também. Jornais diários e revistas como A Rolha denunciavam do azeite à massa de tomate consumidos pelos moradores de São Paulo, enquanto Neiva afirmava ser perfeitamente justificada a grita contra a qualidade dos gêneros alimentícios. O diretor do Serviço Sanitário aproveitava para condenar a legislação que ainda dividia o controle da qualidade dos alimentos entre estado (estabelecimentos particulares) e município (mercados) e a incompetência do Laboratório de Análises para realizar suas funções a contento, com sua falta de pessoal habilitado e direção de “*um homem evidentemente inválido e que nada conhecia do assunto*”.¹⁰³

Para ver concretizado seu intento de reestruturação Neiva, com a competência de um grande estrategista, articulava em vários de seus relatos ao dr. Rodrigues Alves, comentários sobre artigos da imprensa diária que vinham corroborar suas idéias. Em outubro de 1917 em pequena nota, no final de um relatório ao Secretário do Interior, afirmava:

*“Questão da falsificação dos gêneros alimentícios. Editorial do Diário Popular. Não seria conveniente fazer constar nos órgãos oficiais que o Governo vai reprimir tais fraudes e pretende para isso construir laboratório e aparelha-lo com novas instalações, que o atual não possui ?”*¹⁰⁴

Argumento poderoso nesta conjuntura foi a falsificação dos vinhos consumidos pelos moradores da Capital, que em 1918 sobrecarregou ainda mais os já extenuados

¹⁰³ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 14 de setembro de 1917, item 3º (citação) ; 15 de março de 1918, item 1º, 19 de janeiro de 1917, item 7º e 28 de agosto de 1917, item 3º. Fundo Arthur Neiva. A Rolha. São Paulo, março a julho de 1918

A inspeção de leite também era incumbência municipal, o que gerou várias discussões quanto ao acerto ou não dessa atribuição.

¹⁰⁴ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 16 de outubro de 1917, item b. Fundo Arthur Neiva

funcionários do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas. Nas palavras do diretor do Serviço Sanitário, estes funcionários só milagrosamente conseguiam realizar sua tarefa no prazo estipulado por lei, 10 dias a partir da data de apreensão do produto — caso contrário a mercadoria voltaria para as prateleiras de onde havia sido retirada e ficaria nula a multa imposta a quem tentava vendê-la.¹⁰⁵

Transformar a instituição, que parecia defasada (em sua organização, direção e instalação) face as novas necessidades de São Paulo e os ditames da mais moderna ciência era uma idéia que se combinava com a propalada competência dos — poucos — funcionários qualificados que atuavam no Laboratório. As considerações do dr. Arthur Neiva nos relatórios da diretoria geral do Serviço Sanitário de São Paulo exprimiam tanto a destreza científica da maioria das pessoas que atuava nestes serviços, o que possibilitaria um futuro brilhante para a ciência e para o atendimento à saúde no Estado, quanto o aspecto arcaico de suas instalações e organização, que não haviam acompanhado a mudança vertiginosa pela qual São Paulo e o mundo haviam passado. Estas considerações, pulverizando-se pelos parágrafos dos relatos enviados pelo diretor geral ao seu chefe, o Secretário do Interior, mesclando pedidos de verbas, propostas de reformas e esclarecimentos sobre serviços efetuados, pouco a pouco, configuravam tanto um perfil do aparelho sanitário do Estado no final dos anos 1910, quanto o que Neiva pretendia realizar para, segundo suas concepções, modernizar o Serviço Sanitário e suas instituições.

Em setembro de 1917, Arthur Neiva enviava mais um de seus relatórios diários ao dr. Oscar Rodrigues Alves. Parte dele versava sobre assunto já conhecido do Secretário do

¹⁰⁵ Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 6 de julho de 1918, itens 1º e 2º; 30 de julho de 1918, item 1º; 7 de agosto de 1918, item 1º e 20 de agosto de 1918, item 1º. Fundo Arthur Neiva. Sobre a polêmica causa pela falsificação e adulteração dos vinhos, confira: BERTUCCI, Liane Maria Saúde: arma revolucionária São Paulo 1891-1925. Op.cit., p.92-97

Interior: as novas instalações do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas. Envolvente em suas argumentações, começava escrevendo sobre o interesse da Câmara de Comércio Portuguesa no caso da falsificação dos vinhos em São Paulo para, em seguida, sentenciar, *“a planta para o novo Laboratório está pronta e a despesa de construção orça pela quantia de 130 contos, caso tenha o Governo terreno.”* Neiva então apontava a solução: o Butantan. Sim, segundo opinião que havia manifestado em ocasião anterior Arthur Neiva acreditava que a construção do novo edifício em terrenos do Instituto Butantan seria um meio de superar o problema da carência de um prédio adequado para o referido Laboratório e não onerar em demasia os cofres públicos em dias difíceis, como os que transcorriam; mas havia mais: justificando a sugestão que fazia, Neiva lembrava aquela que era, segundo suas considerações, uma das maiores instituições científicas do globo, o Instituto Smithsonian de Washington, onde conviviam em um mesmo e amplo espaço várias edificações com instalações científicas diversas, independentes uma das outras, mas que davam à todos que visitavam o local uma perfeita idéia do *“magnifico aparelhamento científico que possui a União americana”*, como enfatizava, apontando o quanto o local causava admiração nos europeus que o visitavam pela *“manifestação de progresso”* que espelhava pelo simples fato de refletir concretamente, e de um só golpe de vista, a importância (e força) da ciência nos Estados Unidos.¹⁰⁶

Alguns dias antes, em 25 de maio de 1917, pequeno comentário sobre uma notícia publicada no jornal O Estado de S.Paulo havia trazido a baila o Instituto Butantan:

“(...) acho que é de toda a oportunidade lembrar que, pelo menos quanto ao que se refere ao Instituto Butantan, o Serviço Sanitário compreendeu bem os novos processos

¹⁰⁶ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 25 de setembro de 1917, item 3º. Fundo Arthur Neiva

utilizados e postos em prática pelos grandes institutos do mundo.”¹⁰⁷

Criado para suprir de soro antipestoso o Estado ameaçado pela bubônica no final do século XIX, o Instituto Butantan realizara ao longo dos anos importantes pesquisas principalmente na área do ofidismo, graças a competência e interesse apaixonado de seu diretor, o dr. Vital Brazil, o que singularizou e destacou o estabelecimento no cenário científico nacional e internacional. Memorável foi a disputa de Vital Brazil com Albert Calmette, quando aquele defendeu, corretamente, a especificidade dos soros antiofídicos de acordo com o tipo de serpente, contrariando a tese então vigente do cientista francês. Nos primeiros anos da década de 1910 embalado pela popularização do uso dos soros e pelo reconhecimento da comunidade científica Vital Brazil tentou ampliar o Butantan, insinuando até mesmo a incorporação das funções do Instituto Bacteriológico que, orfão com a saída de Adolpho Lutz, amargava uma crise havia algum tempo. Assim, *“embora formalmente a pesquisa fosse prerrogativa do Bacteriológico, Vital Brazil conseguira transformar o ofidismo na espinha dorsal do Butantan, reforçando desse modo sua identidade de instituição soroterápica, mas sem se limitar a prover o serviço de saúde de imunobiológicos para apagar incêndios epidêmicos.”*¹⁰⁸ Desta forma, o Butantan parecia associar de maneira eficiente pesquisa científica à prestação de serviços de saúde.

Mas Vital Brazil não foi o único a sonhar com a ampliação do Butantan. Arthur Neiva revelou, desde seus primeiros dias no comando geral da saúde no Estado, suas intenções de transformar o Instituto. Citando a conjuntura mundial, que devido a guerra dificultava a aquisição dos soros produzidos por instituições européias e norte-americanas

¹⁰⁷ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 25 de maio de 1917, item 2º. Fundo Arthur Neiva

¹⁰⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luiz Antonio. Op. cit., p. 85

(cuja qualidade muitas vezes também deixava a desejar) e a incapacidade do Instituto Oswaldo Cruz em suprir o mercado nacional com os produtos que fabricava, Neiva pleiteou, logo no primeiro relatório que enviava ao Secretário do Interior, a ampliação do Instituto paulista: queria melhor aparelhamento do local, a contratação de mais pessoal habilitado e sua melhor remuneração, maior produção e diversificação de produtos.

Para embasar suas considerações, Arthur Neiva usava sua experiência no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, onde enfrentara problemas com a qualidade dos soros utilizados pela instituição, e a de sanitarista, que havia constatado a abundância de doenças e carência de médicos e remédios em boa parte do território nacional. Mas as palavras de Neiva iam além, afirmavam que a produção do Instituto Butantan, por sua qualidade, poderia dominar o mercado brasileiro e até ser exportada. Apelando para o orgulho paulista, aliava o renome do Instituto à sua singularidade — argumento mais que suficiente para justificar a proteção e ampliação da instituição:

“(...) nos institutos norte-americanos e sul-americanos onde trabalhei e visitei, vi com ufania o nome de S. Paulo ser conhecido por alguma coisa outra que não fosse o café. Butantan salvava toda a cultura paulista e disputava com Manguinhos em tornar conhecido o Brasil como um centro de civilização na América do Sul. E o que faz ser mais relevante tal propaganda é a circunstância de Butantan ser uma instituição científica sem similar no mundo inteiro. O modelo dos institutos bacteriológicos veio da Europa, São Paulo está fornecendo a outros países um novo modelo com o seu instituto anti-ofídico, pois a Argentina já procura um moldado pelo do Butantan”¹⁰⁹

Elogios ao “*digno diretor*” do Butantan encerravam os primeiros comentários sobre a instituição. Durante os meses seguintes Neiva fez com o Butantan o que o senador

¹⁰⁹ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 25 de dezembro de 1916, item 1º. Fundo Arthur Neiva

romano Catão fizera com Cartago — uma lembrança permante, no caso do cientista não para a destruição do local mas para a ampliação do Instituto e suas funções. Tema recorrente, os planos de Arthur Neiva para o Instituto paulista eram parte da reformulação que vinha paulatinamente se efetivando nas ações e organização sanitárias do Estado (o caso do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas era um exemplo) e que se harmonizavam com as mudanças sócio-econômicas que estavam acontecendo em São Paulo no período.¹¹⁰ Neste processo o Butantan foi também guindado ao centro de uma disputa entre Arthur Neiva e Carlos Chagas iniciada anos antes em Manguinhos, onde Neiva era assistente. A questão foi deflagrada com o processo que culminou com a definição das regras (um concurso de títulos) para preenchimento de uma vaga de Chefe de Serviço. Comandada pelo próprio Oswaldo Cruz a seleção gerou desentendimentos entre vários dos homens que com ele haviam iniciado a implantação do Instituto carioca e marcou a sedimentação de uma hierarquia entre as diferentes funções dos cientistas na instituição, determinando inclusive a própria sucessão da direção de Manguinhos depois da morte de Oswaldo Cruz em 1917. Carlos Chagas foi o primeiro colocado.¹¹¹

¹¹⁰ Regina Cândida Ellero Gualtieri, realizou trabalho onde analisa as transformações ocorridas no Instituto Butantan relacionando-as de maneira privilegiada ao combate as epidemias e endemias que flagelavam a população de São Paulo. Confira: Ciência e Serviço São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994 (Dissertação de mestrado)

¹¹¹ Sobre a sucessão em Manguinhos e a polêmica Manguinhos X Butantan, confira: BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luiz Antonio. op. cit.. Os cientistas que primeiro trabalharam em Manguinhos com Oswaldo Cruz foram: Henrique Figueiredo de Vasconcellos, Henrique da Rocha Lima, Ezequiel Dias, Antonio Cardoso Fontes, Alcides de Godoy, Henrique de Beaurepaire Aragão, Carlos Chagas e Arthur Neiva. Entre 1917 e 1918, período agudo de uma crise de anos anteriores, o que Neiva mais criticava em Carlos Chagas era o exercício simultâneo da direção do Instituto Oswaldo Cruz e da clínica particular, além do fato de, segundo ele, Chagas não desejar o desenvolvimento do Butantan. Outro motivo foi a disputa pela direção da saúde pública em nível nacional à qual Neiva quase foi conduzido quando da segunda eleição de Rodrigues Alves. Entre outras confira: Correspondência. Carta de Arthur Neiva ao dr. Carlos Seidl (Rio de Janeiro), 18 de junho de 1917. Carta de Arthur Neiva ao dr. Manoel V. Carbonell (Buenos Aires), 7 de setembro de 1918. Carta de Arthur Neiva ao dr. Manoel V. Carbonell (Buenos Aires), 17 de abril de 1919. Carta de Arthur Neiva ao dr. Bernardo A. Houssay (Buenos Aires), 17 de abril de 1919. Fundo Arthur Neiva. Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 31 julho de 1917, item 5º. Fundo Arthur Neiva

Os anos de 1917 e 1918 marcaram assim o rompimento entre Neiva e Chagas, mas sinalizaram mais: apontaram para as transformações que estavam se processando na estrutura das instituições de saúde de São Paulo, sintonizadas com a idéia de ciência que vinha sendo sedimentada ao longo dos últimos anos em toda a sociedade (as propagandas do Alcantrão-Guyot são apenas um exemplo) e cujo poder catalisador justificaria a renovação, especialização de pessoal e, em uma perspectiva mais ampla, a centralização ainda maior das instituições sanitárias do Estado nas mãos daqueles que detinham o conhecimento. A referência ao Instituto Smithsonian por Arthur Neiva é extremamente significativa enquanto tradução deste ideal, pois a instituição norte-americana, concentrando em um único local várias organizações científicas, era apresentada como o que havia de mais moderno no mundo. Por que não o Butantan ?

Talvez esta tenha sido uma questão que povoou a mente do diretor do Serviço Sanitário ao afirmar a singularidade do Instituto paulista, propor a construção do novo prédio do Laboratório de Análises nas dependências do Butantan e ao trabalhar pela reforma do Instituto dirigido pelo dr. Vital Brazil. Para Butantan, Neiva pleiteou mais pessoal habilitado e livros especializados, subvenção federal, exploração de produtos patenteados e franquia postal — regalias gozadas por estabelecimentos como Manguinhos. Segundo Neiva, havia uma luta entre Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz e por isso não titubeava em apelar ao Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves:

“V. Exc. que é médico e filho do presidente que ordenou a construção do Instituto Oswaldo Cruz tem uma dupla responsabilidade no assunto e estou convencido de que procurará dar a Butantan os mesmos elementos de sucesso que o venerando Conselheiro Rodrigues Alves proporcionou

a Manguinhos e que constituirá um dos maiores serviços entre os muitos já por ele prestados a esta terra.”¹¹²

O Instituto Butantan ganhou então novas instalações e multiplicou suas atividades, mas acabou perdendo seu diretor e com ele vários assistentes, desgostosos com a ingerência de Arthur Neiva no Instituto comandado por Vital Brazil (o que abalou irremediavelmente a instituição por alguns anos).¹¹³ Quanto ao Laboratório de Análises, finalmente conseguiu suas novas dependências, formadas, segundo as palavras do dr. Oscar Rodrigues Alves, *“além do grande edifício central de outros pavilhões, reunindo as condições necessárias para uma primorosa montagem dos diversos departamentos do Laboratório,(...) provido de todos os aparelhos precisos ao seu perfeito funcionamento.”*¹¹⁴ E se essas novas instalações ficavam longe do Butantan, contrariando em parte o que Neiva havia sugerido, as reformas empreendidas pelo diretor do Serviço Sanitário na legislação referente à saúde em 1917 e 1918 traziam de maneira contundente as marcas de suas idéias, que eram as de muitos, sobre a mais moderna ciência sua organização e direção — significativamente,

¹¹² Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 6 de março de 1917, item 13º. Confira os Relatórios dos dias 16 de fevereiro de 1917, item 1º; 24 de julho de 1917, item 1º; 27 de julho de 1917, item 3º; 31 de julho de 1917, item 3º; 17 de agosto de 1917, item 2º; 11 janeiro de 1918, item “Pessoal para Butantan”; 15 de janeiro de 1918, item 3º e 26 de janeiro de 1918, item D; 30 de junho de 1918, item 2º, e 27 de agosto de 1918, item H. Fundo Arthur Neiva

¹¹³ Em 1918 o Instituto Butantan contava além do serviço de produção de soros, vacinas e soluções medicamentosas, com o Horto Botânico “Oswaldo Cruz” e a Estação Biológica do Alto da Serra, um ano depois seria criado o Instituto de Medicamentos Oficiais. No Butantan também era ministrado o Curso de Higiene Pública promovido pelo Estado.

Segundo Lael Vital Brazil: *“(…) a política dos invejosos não podia ser outra senão a de tentar afastar aquele que a causou. Não admitindo a interferência escusa e descabida de algumas autoridades do Estado, o Diretor do Butantan se afasta ...”* Vital Brazil. Vida e Obra 1865-1950 Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001, p.39.

Vital Brazil deixou oficialmente o Instituto em julho de 1919 (seria novamente diretor de 1924 a 1928), na época o Butantan também passava por grave crise financeira motivada em grande parte pelo desastroso contrato com a Casa Armbrust, firmado para a comercialização dos produtos do estabelecimento. Cf.: Relatório Final de 6 de dezembro de 1919 do dr. Antônio de Ulhôa Cintra, diretor interino do Butantan, ao dr. Arthur Neiva. Fundo Arthur Neiva

¹¹⁴ Comentário do Secretário do Interior pouco antes da conclusão das obras do novo Laboratório: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretário do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, p.249

segundo a nova legislação o diretor do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas deveria ser um químico.¹¹⁵ Havia os que eram contra as mudanças, mas até que ponto ?

Na Câmara Municipal de São Paulo e no Congresso do Estado os debates que envolveram as reformas do Serviço Sanitário nestes anos ocuparam várias sessões. Em todas elas o Código Sanitário Rural, a questão da autonomia municipal e dos poderes dos homens que trabalhavam no Serviço Sanitário foram objeto de atenção. Em 1917 o vereador José Piedade chegou a sugerir que se encaminhasse um requerimento ao Congresso do Estado com o intuito de assegurar a defesa da autonomia dos municípios ameaçada por esta nova organização que centralizava as decisões sobre saúde na esfera estadual. No Senado do Estado, Luiz Piza mais de uma vez observou o quanto o poder médico — especializado — se imiscuia no cotidiano das pessoas e dos locais onde elas viviam e trabalhavam. Joaquim Miguel foi outro senador preocupado com o poder que teriam as autoridades sanitárias de penetrar nos lares paulistanos com “*completa e absoluta liberdade*” como dizia.¹¹⁶ Inconformado afirmava:

*“Não há hoje, sr. presidente [do Senado], na capital, no interior, quem faça oposição às autoridades sanitárias, desde que elas procedam com a urbanidade necessária, na altura da educação do povo paulista”*¹¹⁷

Mas que educação era esta ? Na defesa do projeto de reforma sanitária feita dias antes na Câmara dos Deputados do Estado, educação significava aceitação das novas medidas “*aconselhadas pelo progresso da ciência*”, como dizia o deputado Cazemiro da

¹¹⁵ SÃO PAULO, Lei nº 1.596 - 29 de dezembro de 1917. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVI, 1918, p. 158-207.p.162

SÃO PAULO, Decreto nº 2.918 - 9 de abril de 1918. Dá Execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVII, 1919, p.35-144. p. 53-54

¹¹⁶ SÃO PAULO, Anais da Câmara Municipal de 1917 (1º ano da 9ª legislatura) São Paulo: Tipografia Piratininga, 1917. p.879 e 881. SÃO PAULO, Anais do Senado do Estado de 1917 (2º ano da 10ª legislatura) São Paulo: s.c.p., 1918. p. 504, 511 e 533-535

¹¹⁷ Idem, 1918, p. 536-537

Rocha, com a autoridade de quem havia participado da própria organização do Serviço Sanitário há quase 20 anos. Segundo ele, pequenos sacrifícios da liberdade individual e do direito de propriedade só não seriam acatados pela população por pura ignorância pois, se as medidas sanitárias eram apontadas como necessárias pelos homens de ciência, não havia o que discutir. E o veterano deputado usava palavras de Stuart Mill para endossar suas idéias, afirmando que segundo o pensador inglês os indivíduos em sociedade deveriam ter uma linha de conduta que não prejudicasse os outros — a coletividade era mais importante.

Caso um homem não seguisse os mais modernos preceitos científicos para manutenção da saúde das cidades e das pessoas, iria portanto contra os interesses de todos, o que era totalmente condenado e demonstrava uma grande falta de educação. Mas os moradores de São Paulo eram bem educados. O senador Dino Bueno, ardoroso defensor do projeto de reforma sanitária encaminhado pelo governo, não hesitava em proclamar que a população da Capital “*aprendera*” ao longo dos anos a observar as prescrições da legislação sobre saneamento, prevenção e combate às doenças. Mesmo entre legisladores preocupados com os possíveis danos que as mudanças pudessem causar ao poder do município e aos direitos dos cidadãos, como o vereador José Piedade, foi geral a convicção que as alterações nas leis e decretos do Serviço Sanitário correspondiam ao que de melhor podia existir para a promoção da saúde de São Paulo e de sua população. Piedade afirmava:

*“A Câmara Municipal de São Paulo jamais negou, nem negará, em absoluto, o seu apoio a todas as medidas, provenham de onde provierem, uma vez que elas tragam o benefício público, uma vez que delas resulte o bem público.”*¹¹⁸

¹¹⁸ SÃO PAULO, Anais da Câmara do Estado de. 1917 (2º ano da 10ª legislatura) São Paulo, s.c.p., 1918. p. 599. SÃO PAULO, Anais do Senado do Estado de. 1917 (2º ano da 10ª legislatura) São Paulo: s.c.p., 1918. p. 537-557, especialmente, p. 545. SÃO PAULO, Anais da Câmara Municipal de. 1917 (1º ano da 9º legislatura) São Paulo, Tipografia Piratininga, 1917. p. 879

Segundo o projeto proposto, a polícia sanitária teria “*sempre livre ingresso*” (como dizia textualmente a lei), em moradias, estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos e lugares e logradouros públicos. Ela viria complementar, com o Código Sanitário Rural e a Inspeção dos Serviços de Profilaxia Geral, encarregada das medidas de saneamento no Estado (onde se destacavam a campanha contra o impaludismo e a ancilostomíase), o grupo das medidas que implementavam as transformações na condução dos serviços de saúde em São Paulo no final dos anos 1910.¹¹⁹

A polêmica causada pelos poderes concedidos aos inspetores sanitários foi grande. Tanto os que eram contra, como aqueles que apoiavam as mudanças, procuravam convencer os seus colegas de Casa Legislativa com argumentos calcados em idéias e dados científicos, nacionais ou estrangeiros, todos, sempre, “irrefutáveis”. Manipuladas com extrema habilidade, essas informações foram conjugadas com a diversificada realidade paulista do período, fazendo com que se decidisse em favor das alterações: o Serviço Sanitário mudou. Encarregada, em 1911, da observação das leis sanitárias, da prevenção e combate a tudo quanto pudesse prejudicar a saúde pública, a polícia sanitária teve assim seus poderes alterados o que garantiu uma presença ainda mais efetiva dos homens chefiados por Arthur Neiva junto à população. Havia a ressalva de que seriam sempre observadas as leis municipais, estaduais e federais nas ações sanitárias — como aliás não se cansavam de repetir aqueles que defendiam a necessidade de mudança do Serviço Sanitário do Estado. Assim, mais do que nunca as decisões e a ação efetiva sobre a saúde em São

Em 1924, Neiva, lembrando as mudanças no Serviço Sanitário, falaria sobre a facilidade de “*acomodação às transformações*” dos paulistanos. Veja: NEIVA, Arthur. “Condições sanitárias do estado de São Paulo”. In: Conferência Internacional de Emigração 1924, Roma. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p.24

Paulo concentrava-se nas mãos de poucos, os “especialistas” que atuavam sob o comando de Neiva.¹²⁰

Quando em 1918 um decreto reviu e deu execução às mudanças sanitárias prescritas pela lei votada no ano anterior, a nova regulamentação já era bem recebida pelos paulistas. Os governantes de diversas localidades do interior do estado de São Paulo apressaram-se em elogiar aquilo que chamavam de sábias e modernas medidas contidas na nova legislação, prometendo colaborar para sua execução nas cidades e no campo.¹²¹

Sanear o interior era uma preocupação que crescera em São Paulo à medida que a expansão da zona cafeeira e o avanço das estradas de ferro cortavam caminhos onde pululavam mosquitos e moléstias. Preocupação que aumentara ainda mais durante o conflito mundial que dificultava sobremaneira a vinda de imigrantes — trabalhadores — para o Estado. Salvar o homem que já estava em terras brasileiras, especialmente o nacional, cada vez mais apresentava-se como uma alternativa imperiosa para que São Paulo continuasse a produzir suas riquezas — as disposições sanitárias de 1917 e 1918 buscavam colaborar com a solução desta questão. A organização da Inspeção dos Serviços de Profilaxia estava entre as medidas mais significativas, além do Código Sanitário Rural.

¹¹⁹ SÃO PAULO. Lei nº 1.596 - 29 de dezembro de 1917. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVI, 1918, p. 158-207. p.166

¹²⁰ Confira: SÃO PAULO. Decreto nº 2.141 - 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXI, 1912, p.376-448.p.395

SÃO PAULO. Decreto nº 2.918 - 9 de abril de 1918. Dá Execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVII, 1919, p. 35-144. p.59

¹²¹ SÃO PAULO, Secretaria do Interior do Estado de. Câmaras Municipais - Ofícios. 1918 maço 69, caixa 70, ordem 6675, 1918. Entre as localidades: São Joaquim, Avaré, Itapetininga, Pindamonhangaba, Piracicaba, São José dos Campos, Jaboticabal, Mogi Guaçu, além da Capital. O que não significava unanimidade: São Carlos foi uma localidade onde houve resistência às determinações do Serviço Sanitário no final dos anos 1910. Segundo Neiva, a causa do movimento foram exigências de reforma em vários prédios da localidade. Relatório da Diretoria Geral do Serviço Sanitário 2 de agosto de 1918, item 2º. Fundo Arthur Neiva Rodolpho Telarolli Júnior, estudando as epidemias que assolaram o Estado e sua relação com as mudanças no Serviço Sanitário, buscou elucidar aspectos do controvertido debate que havia sobre a autonomia municipal resgatando para isto vários episódios marcados pelas desavenças que envolveram o Serviço Sanitário e

Como em outras ocasiões daquela época, o que parecia preocupar sobremaneira vários dos legisladores de São Paulo (e certamente muitos de seus habitantes) era *como* estas novas medidas seriam implementadas.¹²² Pensando o futuro do Estado sem perder de vista interesses de diversos paulistanos, o decreto de 1918 determinava:

“Artigo 756 - As disposições referentes ao Código Rural só se aplicam às fazendas e propriedades agrícolas e industriais que se instalarem depois da publicação da lei nº 1596 de 29 de Dezembro de 1917.

§ Único - Poderá o Serviço Sanitário intervir nas fazendas atuais para executar serviços de profilaxia, contra endemias ou epidemias nelas reinantes.

Artigo 757 - No início da exploração de uma fazenda, toleram-se em caráter provisório, construções sem as

diferentes municípios paulistas. Cf.: TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Poder e Saúde. São Paulo: Ed.da UNESP, 1996

¹²² Diferentes estudos têm analisado esse período da história sanitária de São Paulo. O trabalho de Maria Alice Rosa Ribeiro, baseado na montagem dos serviços de saúde pública no Estado, procurou resgatar as relações entre a imigração, a formação dos centros urbanos (principalmente da Capital) e as doenças epidêmicas ou endêmicas de São Paulo. A entrada de Arthur Neiva no Serviço Sanitário do Estado resultaria em uma política sanitária para o interior, tanto quanto a reforma Paula Souza, em 1925, significaria política de educação sanitária. As idéias que Ribeiro desenvolveu em sua análise fazem eco, em alguns aspectos, às formuladas na década de 1980 por Emerson Elias Merhy, sobre a relação entre desenvolvimento capitalista e a organização do aparato de saúde: campanhas visando debelar epidemias (período campanhista /bacteriológico) seriam sucedidas, a partir da década de 1920 por serviços permanentes que teriam como objetivo principal a educação popular para erradicação de doenças (período médico-sanitário ou de educação sanitária). Merhy reelaborou estas idéias nos anos 1990, incorporando à sua análise a noção de políticas governamentais de saúde, resultado de diferentes modelos tecno-assistenciais, cujos “formuladores” seriam médicos, políticos, intelectuais etc. Outro autor, Rodolpho Telarolli Júnior, lembra como nas diversas reformas do Serviço Sanitário predominaram em alguns momentos a gestão municipal, como em 1893, para se consolidar, já a partir de 1896, o modelo de gestão estadualizante, que sofreria profundas mudanças sob as diretrizes da educação sanitária a partir da década de 1920. Todos acabam por repetir, com diferentes nuances, um modelo de análise que tem em Rodolfo Mascarenhas sua matriz mais evidente. Foi Mascarenhas que, no final da década de 1940, definiu etapas (campanhista, médico-sanitária) de mudanças no Serviço Sanitário de São Paulo. Ribeiro, Merhy e Telarolli usam como inspiração o modelo de Mascarenhas, o que acaba por embaçar a visão de um outro aspecto mais plural e dinâmico da política de saúde que foi se constituindo ao longo dos primeiros anos da República em São Paulo. Cf.: RIBEIRO, Maria Alice R. Op. cit. MERHY, Emerson Elias. O Capitalismo e a Saúde Pública. Campinas: Papyrus, 1985. MERHY, Emerson Elias. A Saúde Pública como Política. São Paulo: HUCITEC, 1992. TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Op. cit. MASCARENHAS, Rodolfo dos S. Contribuição para o estudo da Administração Sanitária Estadual em São Paulo. São Paulo: 1949, Faculdade de Higiene e Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1949 (Tese de livre-docência). Muitos outros estudos, como o de John Allen Blount, têm a mesma perspectiva.

*exigências do Código Rural, devendo a autoridade sanitária conceder prazo razoável ao proprietário para que ponha as suas instalações de acordo com as disposições legais.”*¹²³

As mudanças realizadas durante a gestão Arthur Neiva no Serviço Sanitário do Estado de São Paulo seriam menos um “marco inicial” de transformações e muito mais uma tentativa de tradução ordenada de idéias e projetos que vinham sendo discutidos e que eram, pontualmente, realizados na sociedade: um processo.¹²⁴ A importância capital das reformas dos anos 1917 e 1918 estaria então em sua contribuição para sistematizar, implementar e redirecionar práticas sanitárias na São Paulo do final dos anos 1910, colaborando assim para a formulação de uma política de saúde pública que marcaria o Serviço Sanitário pelas décadas seguintes.¹²⁵

¹²³ SÃO PAULO. Decreto nº 2.918 - 9 de abril de 1918. Dá Execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVII, 1919, p.35-144, p.136-37. Das moléstias que grassavam no interior as que mais atenção mereceram das autoridades sanitárias de São Paulo foram a malária ou impaludismo, o tracoma e a ancilostomose. Nesta empreitada tomou parte ativa a Fundação Rockefeller. Instalada em São Paulo em 1916, depois de estabelecida em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a Fundação dividiu com o Serviço Sanitário o combate a estas enfermidades e sua presença em São Paulo consolidou-se com a organização de um curso de higiene na Faculdade de Medicina e Cirurgia (sob a responsabilidade dos drs. Samuel T. Darling e Wilson G. Smillie) e pouco depois do Instituto de Higiene. Nos seus primeiros anos de atuação em terras paulistas o Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller era dirigido no Brasil pelo dr. L.W. Hackett e seu diretor em São Paulo era o dr. J.L. Hydrick. Confira: Sugestão de Neiva para a atuação separada (complementar) dos norte-americanos e do Serviço Sanitário: Relatório da Diretoria Geral do Serviço Sanitário 31 de janeiro de 1917, item 7º. Fundo Arthur Neiva. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1916. Impaludismo, p.78-82 e Ankylostomose, p. 82. Sobre a instalação do curso de higiene e do Instituto, que muita polêmica causaram: The Rockefeller Foundation. Annual Report New York. 1917, p. 200-203 e 1918, p.104-107. SÃO PAULO, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1925 pelo presidente Dr. Carlos de Campos Instituto de Higiene (lei nº 2.018 de 1924), p.40

¹²⁴ Marta de Almeida lembra, por exemplo, que, além de endemias de caráter parasitológico como as verminoses, mesmo antes da reforma de 1917 havia o combate à tuberculose, malária e lepra, no interior, além do socorro à cidades do estado atacadas por epidemias de varíola, febre tifóide etc, veja: ALMEIDA, Marta de. República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917) São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 1998 (Dissertação de mestrado), p.247

¹²⁵ Outro enfoque, diverso do estudo que realizo, têm algumas pesquisas de matriz foucaultiana que estabelecem uma relação praticamente absoluta entre saber médico, medidas sanitárias ou relacionadas à saúde da população e os interesses da classe dominante, que se expressaria, entre outros momentos, em um processo avassalador de regulamentação do urbano (Machado et al), na cooptação e manipulação irresistíveis de organizações médico-científicas (Luz) ou no controle e manutenção da força de trabalho (Costa). Cf.:

Reorganizar o Butantan, remodelar o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, mudanças específicas mas que ganhavam harmonia quando percebidas enquanto um projeto, de variadas nuanças, que foi sendo forjado na sociedade durante anos e que teve sua melhor tradução, naquele período, na reestruturação do Serviço Sanitário do Estado.¹²⁶ Fracassos não faltaram nesta empreitada. A insistência em uma organização sanitária moderna e eficiente, argumento comum às transformações sanitárias desde o final do século XIX, esteve então viceralmente ligada a idéia da competência científica especializada.

“Todos os países cultos da Europa, o Japão na Ásia, os Estados Unidos e a Argentina na América, devem a sua grandeza à especialização dos seus homens nas províncias e sub-províncias dos conhecimentos humanos, e cada qual na sua especialidade fornece os materiais para a confecção das leis e sua execução posterior.”¹²⁷

Belisário Penna, o companheiro de Arthur Neiva na expedição pelos sertões em 1912, assim se expressava ao defender ao longo das páginas do livro Saneamento do Brasil uma mudança no próprio sistema político nacional, que seria inadaptação para um país como o Brasil, de população escassa, dispersa, mal informada e doente:

MACHADO, Roberto et al. Danação da norma Rio de Janeiro: Graal, 1978. LUZ, Madel T. Medicina e ordem política brasileira Rio de Janeiro: Graal, 1982 e COSTA, Nilson do Rosário Lutas urbanas e controle sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil Petrópolis: Vozes, 1985.

Massako Iyda também privilegiou a relação poder estatal – saúde pública, mas em estudo de inspiração marxista. Para a autora, também de maneira diversa do estudo que realizo, seria na “contribuição para a constituição de relações políticas [na formação do estado burguês], das idéias sanitárias, de sua organização, mais do que no controle de doenças, que a saúde pública se impõe” (p.47). Atrilando mudanças a supostas alterações na “natureza” do estado, a autora se aproxima de José Carlos Braga e Sérgio Goes de Paula, que associam a efetivação de políticas públicas de saúde à centralização do poder estatal do pós 1930 e um “efetivo” desenvolvimento capitalista, que se iniciaria a partir daquela data. Cf.: IYDA, Massako. Cem anos de saúde pública São Paulo: Ed. UNESP, 1994. BRAGA, José Carlos de S. PAULA, Sérgio Góes de. Saúde e previdência. Estudos de política social São Paulo: HUCITEC, 1981

¹²⁶ Neste trabalho limito-me a tentar perceber alguns aspectos da repercussão dessas idéias, disputas e mudanças sanitárias em São Paulo no período imediatamente anterior a epidemia de gripe espanhola. A relação São Paulo-Brasil, antes e depois influenza, aparecerá de forma secundária em meu estudo. Sobre esta última questão, veja o texto de HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento São Paulo: HUCITEC; ANPOCS, 1998, p.209-242

“Não permite a Constituição licenciosa, que nos infelicita, a intervenção da União nos Estados e Municípios, para a defeza da saúde dos seus habitantes, sem que preceda a requisição dos primeiros. Isso é positivamente um disparate.”

E continuava algumas páginas depois,

“ Mesmo entre povos cultos, de analfabetismo nulo, as medidas higiênicas são impostas por leis e regulamentos, com penalidades para os recalcitrantes, e são rigorosamente executadas.”¹²⁸

Conhecimento / centralização / educação: os argumentos de Belisário Penna, pródigo em elogios a Alberto Torres,¹²⁹ eram os mesmos que ecoavam em São Paulo, não apenas nas idéias e obras do diretor do Serviço Sanitário, mas também nos jornais, com anúncios de remédios que atribuíam à ciência um poder quase miraculoso, ou nas palavras do diretor do Butantan, conclamando os professores do Estado a se instruírem para participar do combate às enfermidades que assolavam o interior. Mais que argumentos de poucos essas eram idéias de muitos, e não apenas em São Paulo.

O dr. Carlos Seidl, em 1918 chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública, órgão do governo federal, havia defendido em conferência realizada no Rio de Janeiro cinco anos antes, não apenas a necessidade, mas o dever do Estado intervir sempre que questões de saúde assim o exigissem. Citando Herbert Spencer que, segundo ele, mesmo sendo partidário ferrenho do individualismo, julgava a presença do poder público em casos excepcionais uma obrigação para com a coletividade, Seidl defendia a propaganda e a observação por todos os brasileiros das leis e normas de saúde e sua centralização e

¹²⁷ PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. p.29

¹²⁸ Id. Ibid., p.91 e 107

¹²⁹ Id. Ibid., p.82 e 83. Alberto Torres, advogado, político, autor de A organização nacional e O problema nacional brasileiro, é considerado um dos mais importantes representantes do pensamento nacionalista no Brasil do final do século XIX início do XX. Suas teses seriam retomadas e reelaboradas pelo pensamento autoritário após 1930.

unificação como forma de regular e possibilitar a intervenção da União nos estados caso fosse necessário. Afirmava o médico:

*“Nos países de integral disciplina social, em os quais a evolução se faz efectiva nas leis e costumes, não se discute mais. Aceita-se o princípio da intervenção do Estado em nome do interesse coletivo e o progresso é a consequência e o prêmio.”*¹³⁰

O Brasil precisava mudar, era o que diziam. Mas São Paulo com sua legislação (e organização) sanitária seria uma exceção na federação, seus habitantes *“um povo à parte na comunhão brasileira”*,¹³¹ conforme escreveu Belisário Penna.

Posição ímpar, pioneirismo, que Arthur Neiva fazia questão que todos reconhecessem. Em 1918 o diretor do Serviço Sanitário de São Paulo reagiu energicamente às declarações feitas pelo jornal carioca O Paiz que creditavam a Minas Gerais a primazia no saneamento das regiões rurais do Brasil. Indignado, Neiva bradava que mais de um ano antes dos mineiros São Paulo havia estabelecido seu Código Sanitário Rural. Arthur Neiva chegou ao requinte de cotejar a legislação dos dois estados mostrando inclusive o “plágio” pelos mineiros das medidas sanitárias de São Paulo.¹³²

Mas nem só de discursos inflamados e palavras de efeito se sustentava a apregoada superioridade paulista no tratamento das questões de saúde e salubridade: Arthur Neiva, em 1917, para tentar impedir a penetração de uma nova epidemia de varíola em São Paulo, enviou com ligeireza para a zona noroeste do Estado um médico do Serviço Sanitário com ordens para realizar a vacinação da população da região até a cidade de Campo Grande em pleno território mato-grossense. Poucos dias depois era a vez do sul do Brasil, de Curitiba

¹³⁰ SEIDL, Carlos. “A Função Governamental em Matéria de Higiene”. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, nº 35, p.175-190, 1916. p.176

¹³¹ PENNA, Belisário. op.cit., p. 11

notícias alarmantes sobre a febre tifóide eram acompanhadas com muita atenção pelo Serviço Sanitário de São Paulo. Prevendo o contato dos paranaenses com Manguinhos Neiva ofereceu os serviços paulistas deixando claro o que pretendia : “(...) tomei a liberdade de ir ao encontro dos acontecimentos, procurando subordinar o Paraná à influência científica de S. Paulo.” Assim quando finalmente partiu de Curitiba o pedido de socorro foram os paulistas que aportaram nas terras do Paraná. Os doutores Theodoro Bayma e Bruno Rangel Pestana, nas palavras de Neiva “os melhores entendedores no assunto”, foram os homens encarregados do trabalho. Neste mesmo ano o Instituto Butantan fazia os primeiros acordos com o município gaúcho de Pelotas para a instalação de uma filial nos pampas onde seriam realizadas pesquisas bacteriológicas e preparadas vacinas contra a varíola e a raiva.¹³³ Era São Paulo, que procurava reorganizar e modernizar suas instituições sanitárias, exportando ciência e tecnologia para outros estados, ditando regras quando o tema era saúde. Modelo nacional, orgulho para muitos paulistas,¹³⁴ a ciência triunfante seria colocada em xeque no segundo semestre de 1918.

¹³² Relatório da Diretoria Geral do Serviço Sanitário 25 de junho de 1918, item 2º. Fundo Arthur Neiva

¹³³ Relatório da Diretoria Geral do Serviço Sanitário 27 de julho de 1917, item 5º (acordos para filial gaúcha); 1º de outubro de 1918, item 2º (a presença de paulistas em território do Mato Grosso foi autorizada pelas autoridades locais); 9 de outubro de 1917, item 1º (febre tifóide). Fundo Arthur Neiva
Correspondência - Telegramas Altino Arantes para o presidente Affonso de Camargo (Curitiba), 8 de novembro de 1917. Fundo Altino Arantes. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretário do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Instituto Sôrotherapico, p.240. Instituto de Hygiene de Pelotas, p.241-242. SÃO PAULO, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1918 pelo presidente Dr. Altino Arantes; p.22, 26, 29 e 30. Confira correspondência de Arthur Neiva com Octavio Veiga (primeiro diretor do Instituto de Pelotas) em 1917 e 1918. Fundo Arthur Neiva

¹³⁴ “São Paulo foi singular não porque se tenha aliado voluntariamente da questão sanitária nacional, mas justamente por se ter constituído como uma resposta aos problemas de interdependência sanitária enfrentado pelas elites brasileiras. (...) As elites paulistas recorriam seletivamente ao poder central, tanto para administrar a interdependência sanitária entre São Paulo e os demais estados [sem os recursos financeiros dos paulistas] como para regular [no seu interesse] a economia do café.” Cf.: HOCHMAN, Gilberto. Op. cit., p.210 e 242.

3. Os “amargos dias” de 1918

Ao enviar sua mensagem ao Congresso do Estado para a abertura dos trabalhos legislativos de 1918, o presidente de São Paulo, dr. Altino Arantes, era otimista, principalmente quanto à Capital do Estado. O número de falecimentos na cidade de São Paulo havia diminuído em 1917: 7.908 pessoas contra 8.176 em 1916. E se a mortalidade por tuberculose e malária ainda preocupava, o número de óbitos por febre tifóide e gripe apresentava sensível queda, inclusive no restante do Estado. No quesito morbidade São Paulo levava vantagem sobre importantes cidades, como Madri, Berlim e Montevideú. Segundo Arantes, as condições de salubridade da Capital haviam portanto melhorado, em grande parte graças à campanha contra as doenças transmissíveis realizada pelo Serviço Sanitário do Estado.¹³⁵

As palavras do presidente procuravam destacar o constante aprimoramento das instituições que concorriam para o cuidado da saúde da Capital, dos paulistas e até dos brasileiros, uma vez que a presença dos homens dirigidos por Arthur Neiva em outros estados da União era um sinal da competência científica de São Paulo, transformada em ações concretas reconhecidas até fora de suas fronteiras.

O que emanava das frases de Altino Arantes no item saúde era satisfação e confiança no que estava sendo realizado e nos seus resultados. Escritas de maneira a minimizar fatos e dados desabonadores, empalidecidos diante de citações e considerações que apontavam para o saber e operosidade dos homens da saúde de São Paulo, as palavras do presidente do Estado eram sempre a tradução das soluções, mesmo que parciais, que

¹³⁵ SÃO PAULO, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1918 pelo presidente Dr. Altino Arantes p. 20-35, 66-67

estavam sendo implementadas para liquidar os problemas que atormentavam os moradores de São Paulo, da ancilostomiase, que flagelava principalmente o Interior, ao abastecimento de água da Capital.

Entretanto, infelizmente, nem todas as frases eram de alento. As notícias da Guerra Mundial, que ainda matava em território europeu, reverberavam tragicamente nos ouvidos dos paulistanos. Uma luta em que o Brasil acabara por se envolver efetivamente no último ano, mas que mesmo antes trazia conseqüências desastrosas para a população: o aumento da carestia. Mas, quando o número de reclamações sobre preços, principalmente dos gêneros de primeira necessidade, indicou que a situação ficava insustentável, o governo federal decretou a criação, dia 12 de junho, do Commissariado de Alimentação Pública: *“considerando que o governo brasileiro, se por um lado cumpre com firmeza seus deveres de aliado, não pode, por outro, deixar de atender aos justos reclamos das classes consumidoras | especialmente os operários |, cujos legítimos interesses podem e devem ser conjugados aos dos produtores | que exportam |.*”¹³⁶

¹³⁶ O Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial dia 26 de outubro de 1917 ao lado da Entente (formada por Grã-Bretanha, França, Rússia, Bélgica, Sérvia, Japão e depois Estados Unidos, entre outros países), mas desde maio de 1917, “motivado” pelos americanos e por ataques alemães à embarcações nacionais, o Brasil declarara o fim de sua neutralidade. Veja alguns detalhes em: CAVALCANTI, Pedro. A presidência Wenceslau Braz (1914-1918) Brasília: Ed.UnB, 1983, p.97-108

Cf.: “A carestia da vida” O Estado de São Paulo São Paulo, 13 de junho de 1918, nº 14.411, ano XLIV, p. 2
O decreto estabelecia : “Art. 1º - É criado o Commissariado de Alimentação Pública, composto de um comissário, um sub-comissário e tantos auxiliares quantos forem necessários. Art. 2º - Ao Commissariado de Alimentação Pública, composto incumbe: a) verificar semanalmente o estoque de gêneros alimentícios e de primeira necessidade em armazéns, trapiches, depósitos e mais estabelecimentos congêneres para o fim de conhecer sua quantidade, qualidade e procedência, respectivamente; b) inquirir do custo desses gêneros, dos preços de aquisição nos centros produtores, ou à entrada nos mercados e dos preços pelos quais são os mesmos vendidos aos consumidores; c) adquirir por compra os gêneros referidos e quando for necessário requisitá-los ou desapropriá-los por necessidade pública, como medida excepcional do estado de guerra em que nos achamos para lhe dar destino conveniente; d) convencionar com os armazéns, outros estabelecimentos ou casas idôneas a venda de gêneros alimentícios ou de primeira necessidade nas quantidades e nos limites dos preços estipulados ou estabelecer armazéns destinados ao mesmo fim; e) atender as cooperativas operárias em tudo o que for possível para que elas alcancem o objetivo que se propõem; f) tomar quaisquer outras medidas, atinentes ao equilíbrio entre as necessidades da exportação e as do consumo interno do país.” Os artigos 3 e 4 determinavam que as despesas com o decreto seriam pagas pelo Ministério da Fazenda e que o ministro da Fazenda providenciaria para que mercadorias não fossem

As manifestações foram imediatas. A revista A Rolha via com ceticismo a realização de uma tarefa que considerava “*espinhosíssima*”, uma vez que os principais produtos estavam nas mãos de açambarcadores, como os Matarazzo, enquanto o Senado do Estado se dividia entre a proposta de Pádua Salles, de elogios à iniciativa do governo da União, e as considerações de Luiz Piza, quanto a fiscalização do transporte de gêneros, que se não fosse resolvida frustraria o controle de preços e estoques que se pretendia realizar.¹³⁷

Nos jornais, durante as semanas seguintes, a questão da carestia rivalizou um pouco com as notícias vindas da Europa. O paulistano também lia com o estômago, e ficou ainda mais apreensivo quando a forte geada de 26 de junho não apenas queimou cafezais em todo o Estado, mas diminuiu a oferta de alimentos para aqueles que já podiam comprar tão pouco. Depois ainda viriam os gafanhotos.¹³⁸

Mas havia aqueles que, revelando aspectos do cotidiano da cidade, procuravam com crítica bem humorada, tirar proveito da situação. Em época de pouco dinheiro vender foi sempre uma arte:

*“Farrambamba.
Com a guerra, a geada, a vida difícil, o diabo, todos nós
ficamos caruaras ...*

exportadas sem autorização do Comissariado. Chefiado pelo dr. Leopoldo de Bulhões, o Comissariado existiu por poucos meses.

¹³⁷ “A carestia da vida e as providências do Governo Federal” A Rolha São Paulo, 18 de junho de 1918, nº 15, ano 1, p.3. SÃO PAULO. Senado do Estado de Anais de 1918. 3º ano da 10ª legislatura São Paulo, Typ. Official, 1919, p. 124-126

¹³⁸ Entre “queixas e reclamações” da população: O Estado de São Paulo São Paulo, 11 e 14 de junho de 1918, nº 14.409 e 14.412, ano XLIV, p. 7 e 5. Mais ou menos, a partir destas datas os textos sobre a carestia ganham progressivamente mais colunas e autores nos jornais.

“A geada” Correio Paulistano São Paulo, 27 de junho de 1918, nº 19.746, p. 4. Nos dias seguintes mais informações foram publicadas. Veja entre outros: Correspondência - Telegramas Altino Arantes para o Secretário da Agricultura, dr. Cândido Motta, em 23 de julho de 1918. Fundo Altino Arantes

“Praga de gafanhotos” O Estado de São Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 14.552, ano XLIV, p.5. Outro problema que atormentava os agricultores de São Paulo nesse período era a lagarta rosada que devastava os algodoads. Tema de várias reportagens de jornais e revistas, a praga foi objeto de preocupação do Serviço Sanitário do Estado, confira: Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 17 de agosto de 1918, item B e 10 de setembro de 1918, item E. Fundo Arthur Neiva

A vida só é boa para meia dúzia de patifes. Alegra-nos, no entanto, saber que as almas desses amaldiçoados vão direitinho para o inferno. E Pedro Botelho não é brincadeira.

...

O inferno é a repartição do mundo onde se faz justiça. Lá não há redes do Ceará para descansar o corpo, xarope de Urucu para curar asma ou a coqueluche, nem é permitido às diabinhas usarem saias de renda ...

Mas temos a certeza que as panelas de pedra, não se usam outras.

Procurar estas coisas na Casa Freire, enquanto não se sabe para onde se vai.”¹³⁹

Em meio aos problemas com a carestia e as informações da guerra, poucos moradores de São Paulo devem ter lido detidamente as pequenas notícias que havia alguns dias falavam de uma doença, de diagnóstico ainda incerto mas já classificada de epidêmica, que mobilizava a atenção das autoridades da Espanha. O próprio rei adoecera e ninguém arriscava dizer qual era a enfermidade. Em poucas semanas, de Londres, informavam que a epidemia era de influenza e parecia estar atingindo outros países europeus. Vários soldados estavam doentes. Seria esta influenza espanhola ? Naquele 1º de julho de 1918 os paulistanos não pareciam muito interessados em uma enfermidade que, se espanhola ou não, pouco importava, afinal influenza não era uma doença tão perigosa. As atenções estavam centradas nas notícias sobre os problemas na agricultura e a respeito da Missão Médica Brasileira, que se organizava e em breve partiria para prestar assistência aos combatentes aliados.¹⁴⁰

¹³⁹ “Farrambamba ...” O Estado de São Paulo São Paulo, 18 de agosto de 1918, nº 14.477, ano XLIV, p. 10. Segundo o Novo Dicionário Aurélio 1ª ed. 5ª impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d., *farrambamba* é muito barulho por coisa sem importância, p.612; *caruara*, do tupi, pode significar: mal ou enfermidade causada por feitiço, quebranto, mal-olhado, achaque ou doença, p.290 e *urucu* :fruto do urucuzeiro, substância que se extrai da polpa desse fruto, açafrão, p.1.433.

¹⁴⁰ “Espanha” O Estado de São Paulo São Paulo, 25 e 28 de maio de 1918, nº 14.392 e 14.395, ano XLIV, p. 4 e 2. “Notícias da Espanha” Idem, 1º de junho de 1918, nº 14.399, p.2. “Na Alemanha” e “Organiza-se a Missão Médica Brasileira” Idem, 1º de julho de 1918, nº 14.429, p. 2 (noticias sobre a Missão Médica Brasileira eram publicadas nos jornais há dias). “A Guerra. Epidemia de influenza na Alemanha” Jornal do

Durante os dias seguintes as notícias sobre a epidemia continuaram e em 6 de julho a moléstia já aparecia para os paulistanos com o nome de “*gripe espanhola*”. Mas a maioria das informações a que os moradores de São Paulo tinham acesso, falavam da propagação da doença justamente nos países não aliados ou em uma nação que se dizia neutra, a Espanha, onde a censura de guerra não existia. Seria apenas coincidência ou estratégia dos combatentes ? Impossível saber. Quando algum depoimento era publicado nos jornais, o que se lia era tranquilizador: “*funcionário do governo argentino em visita a Madri diz que aquela enfermidade, chamada de gripe pelo povo, não tem a menor gravidade curando-se os enfermos em poucos dias.*”¹⁴¹

Para alívio daqueles que começavam a ficar preocupados, em meio a notícias sobre os banquetes de despedida oferecidos à Missão Médica que estava de partida, informações sobre a influenza começaram a falar em declínio da enfermidade e explicavam a ocorrência de vítimas fatais da doença devido a fraqueza da população europeia, por insuficiência alimentar — a guerra, a fome. Mas tudo parecia estar acabando.¹⁴²

Jubiloso, o presidente Altino Arantes enviava telegrama ao deputado Nabuco de Gouvêa, com a relação dos médicos paulistas que iriam compor a Missão Médica Brasileira, chefiada pelo deputado. A Faculdade de Medicina preparou-se então para, em sessão solene, homenagear os representantes de São Paulo na importante Missão. Eram eles

Commercio São Paulo, 1º de julho de 1918, nº 231, ano II, p. 1. Nos dias seguintes as notícias continuaram falando em doentes e mortos.

Veja o decreto do presidente da República que criou a Missão Médica e informações sobre o grupo paulista em: “A missão médica brasileira na França” Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia São Paulo, v. IX, nº 9, ano VI, p.211-216, setembro 1918.

¹⁴¹ “Alemanha” O Estado de São Paulo São Paulo, 6 de julho de 1918, nº 14.434, ano XLIV, p.2. “Notícias da Argentina” Idem, 1º de agosto de 1918, nº 14.460, p.2

¹⁴² “Informações ... (causas da mortalidade pela epidemia)” O Estado de São Paulo São Paulo, 7 de agosto de 1918, nº 14.466, ano XLIV, p. 3. “Alemanha (declínio da influenza)” Idem, 14 de agosto de 1918, nº 14.473, p. 2. “Missão Médica” Idem, 18 de julho de 1918, nº 14.446, p. 2. A primeira onda mundial epidêmica de gripe espanhola, sem gravidade e de pouca duração, ocorreu entre março e julho; no Brasil, provavelmente, foi confundida com a gripe de todos os anos.

os doutores: Benedicto Montenegro, Raphael Penteado de Barros, Adolpho Corrêa Dias Filho, Christiano de Souza, Raul Vieira de Carvalho e Baeta Neves. Como adidos seguiram ainda os doutores João Monlevade e Arsênio Galvão Filho.¹⁴³ Entre discursos e vivas calorosos, versos, dedicados ao dr. Montenegro, glorificavam a medicina e exaltavam o grupo que partia:

I

*“ Enquanto o negro Gênio mau da Guerra
Passa — espalhando o incêndio do terror,
E a Bondade — trântita de pavor —
Do coração dos homens se desterra;*

*Enquanto a Morte nos espaços erra
E vae, de lar em lar, levando a Dor,
E ensangüentada, a luz do sol do Amor
Morre a chorar no coração da Terra,*

*Só ela, a boa fada não se cansa
De perlongar seu caridoso olhar
Por sobre os leitos, onde a Dor se lança:*

*É a Medicina, a Deusa, que a velar
Junto da ara sagrada da Esperança,
Vai reconstruindo o Amor de lar em lar ! ...*

II

*Bendita seja a mão que a sementeira
Da caridade pela terra lança,
Que leva a luz duma esperança à beira
Dos leitos, onde a Morte já descansa ! ...*

*Mensageiro da Pátria brasileira ! ...
Sacerdote do Amor e da Esperança ! ...
Parte à sombra sagrada da bandeira,
“Que a brisa do Brasil beija e balança !”*

¹⁴³ Correspondência - Telegramas Altino Arantes para o Deputado Nabuco de Gouvêa, em 24 de julho de 1918. Fundo Altino Arantes. “Missão Médica Brasileira” Revista de medicina São Paulo, agosto-setembro de 1918, v. II, nº 9-10, p.74-77, ano II, p. 74

*Parte ! E nos campos de batalha oculto
Pela Bandeira, onde o Amor se encerra,
Espalha a esmola do sagrado Culto !*

*Que a mesma estrela que te leva à guerra
Glorioso, traga-te empulhando o vulto
“Do auri-verde pendão de nossa Terra !””¹⁴⁴*

E assim, abençoados e convictos da nobre missão que os aguardava, enquanto portadores do “sagrado” saber da medicina, os médicos paulistas partiram junto com outros doutores brasileiros. A travessia do oceano não foi fácil: um triste presságio do que os aguardava.

Desde final de agosto os casos de influenza haviam reaparecido na Europa e se alastravam rapidamente. Mais uma vez, foi uma notícia sobre a Espanha que alarmou os paulistanos mais atentos. Era 14 de setembro de 1918 quando os moradores de São Paulo leram: *“Na Espanha. Rebentou uma nova epidemia de influenza no país. Foram denunciados inúmeros casos na cidade | de Madri | e província de Múrcia. A guarnição inteira de Alicante acha-se afetada do mal.”* Era só o começo. Em Dakar, no Senegal, a enfermidade se manifestou na primeira quinzena de setembro de forma violenta. Brasileiros adoeceram, vários morreram, inclusive os da Missão Médica, cujo paquete havia ancorado naquele porto francês da África em 5 de setembro. Outros navios do Brasil, da divisão de guerra, já estavam no local, depois de realizarem parada para reparos e abastecimento em Freetown, Serra Leoa.¹⁴⁵

¹⁴⁴ “Missão Médica Brasileira” Revista de medicina São Paulo, agosto-setembro de 1918, v. II, nº 9-10, p.74-77, ano II, p. 74-75

¹⁴⁵ “Na Espanha” O Estado de São Paulo São Paulo, 14 de setembro de 1918, nº 14.504, ano XLIV, p.1. “Telegramas. Espanha” Idem, 18 de setembro de 1918, nº 14.508, p. 2. “Telegramas. Espanha” Idem, 21 de setembro de 1918, nº 14.511, ano XLIV, p. 4

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. A marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial Rio de Janeiro: Capemi, 1982, p. 92-93, 150-154. A divisão de guerra que passara por Freetown tocou o porto de Dakar em 26 de

Dia 22 de setembro, as informações chegadas do Rio de Janeiro eram imprecisas, mas falavam em pequeno número de vítimas entre os oficiais brasileiros. No Senado Federal, Paulo de Frontin, com base em telegrama do comandante da esquadra brasileira que partira para a guerra, seu irmão Almirante Pedro de Frontin, solicitava benefício para os herdeiros dos militares mortos em Dakar. Enquanto isso, o Ministro da Marinha dava providências para auxiliar os homens que estavam naquele momento na África (reforços humanos e medicamentos seriam enviados) e preparava medidas para o isolamento dos portos nacionais, ameaçados de serem atingidos pelo que já chamavam de “*terrível mal*”.¹⁴⁶

Nos dois dias seguintes as notícias sobre a doença ganharam alguns detalhes: mais de 50 brasileiros teriam morrido, entre eles, pelo menos três membros da Missão Médica. A incerteza e o medo começaram a rondar os paulistanos. Em telegrama “*urgente e reservado*” ao Ministro do Exterior, dr. Nilo Peçanha, o presidente de São Paulo solicitava informações sobre o que constava a respeito dos médicos da Missão brasileira que seguira para a guerra, pois “*boatos alarmantes*” falavam de morte de diversos clínicos. Com o “*especial obséquio*” pretendia, reservadamente, tranquilizar familiares apreensivos.¹⁴⁷

Entre as informações sobre o número de brasileiros mortos pela doença no exterior, o inspetor sanitário dr. João Lopes Machado, da Inspetoria de Saúde do Porto do Rio de Janeiro, declarava, dia 22 de setembro, não ter conhecimento de nenhuma medida oficial

agosto. MONCORVO FILHO. O pandemônio de 1918 Rio de Janeiro: Departamento da Criança do Brasil, 1924, p.29

O segundo, e terrível, ciclo mundial da gripe espanhola começou em agosto e só terminaria em janeiro de 1919.

¹⁴⁶ “No Brasil. Epidemia em Dakar” e “Telegramas. Senado Federal” O Estado de São Paulo São Paulo, 22 de setembro de 1918, nº 14.513, ano XLIV, p. 2 e 4. “A Influenza Espanhola” Idem, 24 de setembro de 1918, nº 14.514, p. 4. “A “influenza espanhola”” A Capital São Paulo, 24 de setembro de 1918, nº 110, ano VII, p. 1. Nas semanas seguintes, o envio de reforços foi contínuo.

¹⁴⁷ “No Brasil. Epidemia em Dakar” O Estado de São Paulo São Paulo, 23 de setembro de 1918, nº 14.513, ano XLIV, p.4. Correspondência - Telegramas Altino Arantes para dr. Nilo Peçanha, Ministro do Exterior. 23 de setembro de 1918. Fundo Altino Arantes

“Missão Médica Brasileira” Jornal do Commercio São Paulo, 24 de setembro de 1918, nº 316, ano II, p. 2

determinando especial atenção com embarcações procedentes de locais infectados ou suspeitos de infecção contagiosa; entretanto, segundo o inspetor, as visitas a todos os navios que haviam partido da Europa, principalmente dos países em guerra, estavam sendo feitas com o máximo rigor. Desconhecia uma moléstia chamada “*influenza espanhola*”.¹⁴⁸ A ignorância duraria pouco tempo.

Ainda no dia 14 de setembro, um navio, o Demerara, aportava no Rio de Janeiro depois de passar por Lisboa, Recife e Salvador. Algumas pessoas doentes, segundo o Diretor Geral de Saúde Pública, dr. Carlos Seidl, poucas, se comparadas aos mais de 500 passageiros só na 3ª classe. Metade ficaria na capital do Brasil. Durante a viagem ocorreram cinco óbitos, um por influenza. Devidamente desinfetado pelas autoridades sanitárias, o navio foi autorizado a desembarcar homens e carga, depois de examinados os passageiros da 3ª classe. Dois enfermos foram para o Hospital de Isolamento. Uma mulher que havia chegado no Demerara adoeceu e foi internada no Hospital da Gambôa, morreu poucos dias depois, causa da morte: influenza. Seidl determinou a desinfecção do hospital e do prédio onde a senhora havia se hospedado. Nenhum outro caso teria surgido. “*E tal é a simples história do “Demerara”*”, concluía Seidl.¹⁴⁹

Entretanto nos jornais a história era outra: o número de casos fatais de gripe no Demerara seria mais que o dobro daquele relatado pelo Diretor Geral da Saúde Pública, e no Rio de Janeiro os casos de gripe entre pessoas que haviam chegado naquele navio aumentava. Paralelamente, notícias falavam em jovens cujos pais haviam morrido da doença epidêmica em Portugal e que chegavam em outro navio, o Highland Glen. Destino:

¹⁴⁸ “ No Brasil. Epidemia em Dakar” O Estado de São Paulo São Paulo, 23 de setembro de 1918, nº 14.513, ano XLIV, p.4

¹⁴⁹ SEIDL, Carlos. A propósito da pandemia de gripe de 1918 Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1919, p.10-11

a cidade de São Paulo, onde tentariam recomeçar a vida com a ajuda de parentes.¹⁵⁰ O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo que ficasse atento.

Desde 24 de setembro os jornais publicavam as determinações de Seidl para evitar que a epidemia se propagasse, era o que chamava de profilaxia indeterminada: *“que sejam rigorosamente desinfetados todos os navios, quer estrangeiros quer nacionais, de procedência suspeita, bem como cuidadosamente examinados todos os passageiros. Esse serviço fica a cargo dos inspetores de saúde do porto desta capital | federal |.”*¹⁵¹

E entre votos de pesar, convites para missas pela alma dos mortos em Dakar e festas adiadas, em sinal de luto, cogitava-se no retorno imediato da Missão Médica e da esquadra brasileira para tentar evitar mais mortes (já seriam 89 os falecidos), enquanto as medidas de vigilância dos portos eram estendidas à toda a costa do Brasil. O lazareto da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, começou a ser preparado para receber possíveis enfermos.¹⁵² Oficialmente, a moléstia epidêmica era ainda uma incógnita.

Notícias sobre doentes de gripe na Bahia e a passagem por Pernambuco, e em seguida pelo Rio de Janeiro, de mais um navio que havia passado por Dakar, sobressaltaram ainda mais os paulistanos. O Diretor Geral da Saúde Pública tomava outras medidas para tentar impedir uma possível importação epidêmica: proibiu que o navio

¹⁵⁰ “A “influenza espanhola” na Capital da República” O Estado de São Paulo São Paulo, 23 de setembro de 1918, nº 14.513, ano XLIV, p.4. O texto fala, com detalhes, em moças vindas do Porto. “A nova epidemia” A Capital São Paulo, 23 de setembro de 1918, nº 109, ano VII, p.1. O artigo fala de moços.

¹⁵¹ “A influenza espanhola. Providências para evitar ...” O Estado de São Paulo São Paulo, 24 de setembro de 1918, nº 14.514, ano XLIV, p. 4. Determinava também a suspensão das prerrogativas dos inspetores sanitários marítimos da empresa Lloyd Brasileiro procedentes de portos europeus.

¹⁵² “A Missão Médica Brasileira” A Capital São Paulo, 24 de setembro de 1918, nº 110, ano VII, p. 1. “Pátria em Luto” Idem 25 de setembro de 1918, nº 111, p. 1. “Santos. A festa do Tiro Naval adiada” O Estado de São Paulo São Paulo, 25 de setembro de 1918, nº 14.515, ano XLIV, p. 3. “Medidas Sanitárias” e “Embaixada dos Estados Unidos. Pêsames” Idem 26 de setembro de 1918, nº 14.516, p.5. “Exéquias às vítimas da gripe espanhola”, “Em sufrágio das vítimas ...”, “Lordes do Almirantado Inglês. Pêsames”, “Pêsames do ministro do Uruguai” e “Tenente Octavio Gomes do Passo. Missa”, Idem 28 de setembro de 1918, nº 14.518, p.4 e 10. Os votos de pêsames e celebrações pelas vítimas da epidemia no exterior continuaram por várias semanas.

tocasse o cais e que passageiros em trânsito desembarcassem, determinou o embarque em Recife de um inspetor sanitário que deveria observar os passageiros até a Capital federal e a atenção das autoridades sanitárias sobre aqueles que desembarcassem, exigindo inclusive que declarassem onde iriam residir. Escrevendo sobre o navio que chegava, o jornal O Combate não titubeou em anunciar de maneira explosiva: “A “espanhola” já chegou ao Brasil”. Mesmo com texto que colocava em termos relativos a contundente afirmação, o impacto sobre as pessoas deve ter sido grande.¹⁵³

Mas não apenas os moradores de São Paulo pareciam impactados com as diversas e desconcertantes informações sobre essa espanhola e as providências tomadas para seu combate. Além de nossas fronteiras, das terras do sul, vinham pedidos de explicação. Uma semana depois do chefe da Missão Médica Brasileira (que seguia para Marselha e depois Paris) ter confirmado ser de gripe a epidemia que matava os brasileiros na África, o dr. Seidl enviava, dia 2 de outubro, um longo telegrama ao dr. Vidal y Fuentes, presidente do Conselho Nacional de Higiene do Uruguai:

“ Respondo ao telegrama em que pedia noticia das medidas profiláticas brasileiras contra a enfermidade endêmica que grassa com suma intensidade na Espanha, medidas que a imprensa do vosso país, ao que dizeis, classificou de enérgicas. Esta diretoria teve necessidade de tomar medidas de profilaxia indeterminada relativamente ao porto de Dakar, onde numerosos brasileiros morreram em poucos dias vitimados da doença cuja natureza não foi a principio caracterizada, chegando sérios boatos a supor tratar-se de cólera ou peste pneumônica. Logo, porém, que se soube pelo telegrama do chefe da missão médica brasileira ser epidemia de gripe ou influenza, os casos ocorridos, ficaram reduzidas as medidas de defesa sanitária as suas justas proporções,

Projeto legislativo determinou a construção de um mausoléu em Dakar, em memória dos brasileiros mortos pela epidemia: A Nação São Paulo, 2 de outubro de 1918, nº 108, ano IV, p.1

¹⁵³ “A gripe. São Salvador” A Capital São Paulo, 26 de setembro de 1918, nº 112, ano VII, p. 1. “Medidas sanitárias ...” O Estado de São Paulo São Paulo, 26 de setembro de 1918, nº14.516, ano XLIV, p.5. “A gripe espanhola” Idem São Paulo, 2 de outubro de 1918, nº 14.522, p. 4. “A “Espanhola” já chegou ao Brasil” O Combate São Paulo, 27 de setembro de 1918, nº 1.014, ano IV, p. 1

procurando esta diretoria somente quanto possível impedir a disseminação da pandemia gripal, isolando os doentes chegados a bordo de vapores, desinfetando as bagagens e navios, proibindo o desembarque dos passageiros em trânsito, aparelhando o lazareto para a possibilidade de chegada de navios com numerosos enfermos para a melhor execução das medidas sanitárias.

Esta diretoria preocupa-se principalmente em aparelhar-se para eventualidades de aparecimento de outras moléstias epidêmicas que não a gripe, tais como o cólera, o tifo exantemático, febre recorrente, sabendo ser a gripe moléstia comum para a qual, conforme lembrais, não existem disposições profiláticas expressamente acordadas pelas autoridades sanitárias.

A declaração do porto infeccionado de Dakar ainda não foi feita. Lembrei ao governo essa medida enquanto não houver a certeza da natureza da epidemia que surgiu em Dakar na esquadra e na missão médica brasileira. Agradeço muito penhorado os pêsames que enviastes, em vosso nome e do eminente Conselho que presidis, pela grande perda que sofremos dos nossos colegas vitimados pela epidemia de Dakar. Agradeço também o desejo que manifestais e que é recíproco de harmonizar as medidas sanitárias do respeitável Conselho que presidis com as da diretoria da Saúde Pública desta capital.”¹⁵⁴

Cético quanto à gravidade de uma moléstia conhecida e suportada há milênios pelo homem, o dr. Carlos Seidl ainda tomou medidas para evitar que a doença chegasse ao Brasil: o receio maior era que com ela viessem outras enfermidades historicamente associadas às guerras — cólera e tifo. E ele não parecia ser o único a sentir esse temor. Das propagandas nacionais de dentifrícios às notícias sobre desinfecções feitas em San Sebastian, na Espanha, e em Milão, na Itália, era a limpeza pessoal e dos lugares que

¹⁵⁴ “Missão Médica” O Estado de São Paulo São Paulo, 26 e 28 de setembro de 1918, nº 14.516 e 14.518, ano XLIV, p. 1. “A gripe espanhola. Resposta ...” Idem São Paulo, 3 de outubro de 1918, nº 14.523, ano XLIV, p. 4. Telegrama de Nabuco de Gouvêa, afirmando ser de gripe a epidemia em Dakar, foi recebido pelas autoridades brasileiras dia 26 de setembro.

aparecia como uma possível garantia de imunidade contra a gripe e, muito mais, contra os outros terríveis males que a guerra poderia acarretar.¹⁵⁵

Inútil: pelos jornais o número de países onde a epidemia fazia vítimas aumentava. Quando, em 8 de outubro, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma nota a respeito de boatos que circulavam no Rio de Janeiro sobre a existência de soldados enfermos de gripe espanhola na Vila Militar, o medo aumentou.¹⁵⁶

Gripe motivada pelo mau tempo, gripe benigna (isto é, que não oferecia risco de vida ou de deixar seqüelas graves), gripe de cura rápida. Mas havia operários doentes ... e o movimento no Hospital de Isolamento começou a aumentar. Reuniões, desinfecções, declarações: *“apesar do grande número de casos de gripe nos quartéis não constituem motivo para alarma ...”* afirmava o general dr. Ferreira do Amaral, chefe do corpo de saúde do exército. E Carlos Seidl informava ao Ministro da Justiça e Negócios do Interior que a gripe no Rio de Janeiro não exigia nenhuma medida excepcional, por se tratar de uma enfermidade que visitava a cidade periodicamente de forma benigna. Seidl dizia continuar agindo severamente contra os casos importados de Dakar, pois aqueles tinham gravidade descomunal, mesmo sendo de gripe.¹⁵⁷

¹⁵⁵ “Influenza ! Odorans” O Estado de São Paulo São Paulo, 26 de setembro de 1918, nº 14.516, ano XLIV, p.14. “Espanha. San Sebastian” Idem São Paulo, 4 de outubro de 1918, nº 14.524, p.2. “Itália. Milão” Idem São Paulo, 5 de outubro de 1918, nº14.525, p.2. “O cólera morbus” Idem 7 de outubro de 1918, nº14.527, p.4. O cólera também mobilizou a atenção do diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, do Secretário do Interior e, até do presidente do Estado. Altino Arantes chegou a enviar telegrama sigiloso ao presidente da República pedindo informações sobre *“casos suspeitos de outras doenças que não gripe”* que existiriam no Rio de Janeiro. Outra doença que assustou foi a febre amarela, que estaria grassando na Capital da República: Carlos Chagas desmentiu *“sob a responsabilidade de seu nome”*. Cf. Relatórios da Directoria do Serviço Sanitário 22 de outubro de 1918, item 3º. Fundo Arthur Neiva. Correspondência - Telegramas Altino Arantes para Wenceslau Braz, em 23 de outubro de 1918. Fundo Altino Arantes. “Declaração ... Chagas” O Estado de S. Paulo São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 14.544, ano XLIV, p.2

¹⁵⁶ Entre outros: “Suiça” O Estado de São Paulo São Paulo, 5 de outubro de 1918, nº 14.525, ano XLIV, p. 2. “África do Sul” e “Gripe espanhola. Boatos ...” Idem São Paulo, 8 de outubro de 1918, nº 14.528, p.2 e 4

¹⁵⁷ “Gripe espanhola. Boatos ...” Idem São Paulo, 8 de outubro de 1918, nº 14.528, ano XLIV, p.4. “Gripe espanhola” Idem São Paulo, 9 de outubro de 1918, nº 14.529, p. 4

Infelizmente, para a população da Capital federal e de todo o Brasil, a doença não considerou a separação acadêmica, entre os vindos da guerra e os que estavam na terra, que fizera o doutor em medicina. O número de enfermos e mortos cresceu vertiginosamente em poucos dias e em várias cidades, primeiro as portuárias, como Salvador e Recife, além do Rio de Janeiro. Em algumas semanas o país inteiro estava enfermo.¹⁵⁸ Nos jornais a explicação corrente era uma só: a influenza ou gripe espanhola havia chegado ao Brasil, a mesma que matava na Europa e na África e que avançava pelos outros continentes. Agora, além da guerra e da fome, era a peste: a gripe espanhola, como os paulistanos rapidamente descobriram.

Nos primeiros dias de outubro, a cidade de São Paulo vivia atormentada. As notícias sobre a epidemia eram cada vez mais alarmantes e próximas. Dia 10 o jornal O Combate em manchete de primeira página afirmava: “*A “espanhola” em S. Paulo. Numerosos casos suspeitos*”. A agonia estava apenas começando. Era 13 de outubro quando deu entrada no Hospital de Isolamento o primeiro caso oficialmente registrado de gripe espanhola: um estudante vindo do Rio de Janeiro. Os casos pioneiros de influenza na cidade estariam, entretanto, ligados a um time carioca de futebol amador que havia visitado São Paulo. Os jogadores adoeceram na Capital dia 9 de outubro e teriam sido os transmissores da moléstia que fez muitas vítimas no famoso Hotel D’Oeste, onde o grupo havia se hospedado. Independente da primazia, dia 15, o Serviço Sanitário do Estado confirmava para a população a existência da doença epidêmica na cidade de São Paulo. No dia seguinte, as manchetes anunciavam: “*A “espanhola” em S. Paulo. Confirma-se a notícia que demos da*

¹⁵⁸ Entre muitos: “A influenza na Bahia” e “Pernambuco” O Estado de São Paulo São Paulo, 2 e 9 de outubro de 1918, nº 14.522 e 14.529, ano XLIV, p. 4 e 1. “Gripe espanhola. Rio” Idem São Paulo, 12 e 14 de outubro de 1918, nº 14.532 e 14.534, p. 4. “Do Rio” A Gazeta São Paulo, 15 de outubro de 1918, nº 3.826, ano XIII, p. 3. As informações sobre a epidemia em várias localidades cresceram de maneira impressionante nos dias seguintes, no final de novembro a doença havia se alastrado por todo o Brasil.

sua existência”; “A *“influenza espanhola”*. *A terrível enfermidade faz a sua aparição em S.Paulo*”. Os comentários variavam, da crítica pela demora no reconhecimento da presença da influenza em terras paulistanas ao elogio pelas medidas anunciadas para seu combate.¹⁵⁹

Os casos rapidamente se multiplicaram. O jornal A Gazeta, dia 16 de outubro, mesmo chamando a atenção para o tipo benigno da doença, informava que famílias inteiras haviam adoecido. Enquanto O Combate cobrava do governo mais ação, queria o fechamento imediato de todas as escolas: *“nós não esqueçamos de que as crianças, reunindo-se as centenas nos grupos escolares e espalhado-se depois por todos os bairros, quase que por todas as casas, serão agentes transmissores da moléstia para as suas respectivas famílias, além do perigo a que ficam expostas individualmente.”*¹⁶⁰

O Serviço Sanitário já havia emitido uma série de considerações para tentar controlar a epidemia. Reunidos sob o comando de Arthur Neiva, no dia 14 de outubro, vários profissionais da saúde elaboraram pareceres, redigidos pelos doutores Eloy Lessa e Enjolras Vampré, que a imprensa publicou como “Comunicado do Serviço Sanitário”:

“ A população, não só de S. Paulo, como do Rio e de todo o Brasil de Norte a Sul, tem estado ultimamente alarmada com o aparecimento da chamada “gripe espanhola”, que nada mais é senão a gripe, a influenza comum.

O alarme tem sido infundado, porque a moléstia, apesar de sua grande contagiosidade, tem reinado com caráter muito benigno: os poucos óbitos até hoje registrados são devidos a complicações secundárias, dependentes talvez de condições individuais. Não é a primeira vez que assistimos a tais surtos epidêmicos da influenza.

¹⁵⁹ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidêmica no Brasil e especialmente em São Paulo São Paulo: Casa Duprat, 1920, p. 4

“A *“espanhola”* em S.Paulo. Numerosos casos suspeitos” e “A *“espanhola”* em S.Paulo... Hotel infeccionado” O Combate São Paulo, 10 e 16 de outubro de 1918, nº 1.025 e 1.028, ano IV, p.1 e 1. “A *Influenza espanhola*” O Estado de S. Paulo São Paulo, 15 e 16 de outubro de 1918, nº 14.535 e 14.536, ano XLIV, p.5 e 5. “A *“influenza espanhola”*” A Gazeta São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 3.827, p.1

¹⁶⁰ “A *gripe* em S.Paulo” A Gazeta São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 3.827, p.6. “A *“espanhola”* em S.Paulo. O fechamento das escolas” O Combate São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 1.028, ano IV, p.1

De 1889 a 1891, toda a Europa foi assolada por uma grande pandemia de influenza de caráter benigno, e que chegou até nós. No Brasil, parece, pelas notícias telegráficas, que os primeiros casos de influenza foram importados pelo "Demerara"; em 26 de setembro surgia na Bahia; em 30 de setembro manifestava-se a moléstia em Niterói, depois de já grassar no Rio; a 8 de outubro, em Pernambuco, a 10 no Pará, sendo que a 12 já estava no Rio Grande do Sul.

Em S. Paulo o seu aparecimento tem sido mais tardio e os primeiros casos verificados foram todos importados do Rio: em Guaratinguetá o primeiro deu-se em pessoa vinda do Rio, onde fora visitar a família atacada pela moléstia; em Lorena existem 90 casos em soldados dos exército ali aquartelados; em Santos, nos vapores "Carlos Gomes" e outros deram-se vários casos e na Companhia das Docas deixaram de comparecer ao serviço 80 trabalhadores por se sentirem doentes. Na capital os clínicos começam a notificar os primeiros casos, apesar da gripe não ser moléstia de notificação compulsória. Desde 1902, em França, a gripe não é considerada moléstia de notificação obrigatória e os doentes não precisam ser tratados nos hospitais de isolamento, dada a insuficiência das medidas de profilaxia coletiva e a rapidez com que se faz a propagação do mal. Não pode haver profilaxia eficaz, regional ou local, para a influenza, toda ela deve ser "individual".

Para evitar a influenza todo indivíduo deve fugir das aglomerações, principalmente a noite; não frequentar teatros, cinemas; não fazer visitas e tomar cuidados higiênicos com a mucosa naso-faríngeana que, muito provavelmente, é a porta de entrada dos germens. Tais cuidados devem ser feitos por meios brandos; não devem ser usados desinfetantes enérgicos ou aplicações mecânicas que possam irritar a mucosa naso-faríngeana. As inalações de vaselina mentolada, os gargarejos com água e sal, com água iodada, com ácido cítrico, tanino e infusões de plantas contendo tanino, como folhas de goiabeira e outras, são aconselháveis. Como preventivo, internamente, pode-se usar qualquer sal de quinino nas doses de 0,25 a 0,50 centigramas por dia, devendo usá-los de preferência no momento das refeições para impedir os zumbidos nos ouvidos, os tremores, etc. Estas doses, salvo em casos muito excepcionais, não têm o menor inconveniente. Deve-se evitar toda a fadiga ou excesso físico. Todo doente de gripe, aos primeiros sintomas, deve procurar o leito, pois o repouso auxilia a cura e diminui não só as probabilidades de complicações, como de contágio. Os doentes não devem ser visitados, pois a moléstia se transmite de indivíduo para indivíduo, por contágio direto.

As pessoas idosas devem ser extremadas nestas medidas, não devendo, nem mesmo, receber visitas de simples cortesia, pois a moléstia é nelas mais grave. Os doentes recolhidos a hospitais e casas de saúde não devem ser visitados; as informações poderão ser dadas na portaria ou pelo telefone.

O governo vai determinar o fechamento das escolas noturnas e solicitar providências junto aos poderes eclesiásticos para que os ofícios religiosos cessem à noite. À Prefeitura será pedido o fechamento da Exposição | Industrial | à noite. As manobras da Força Pública deverão ser sustadas.

Se todas estas precauções forem adotadas, é muito possível que a duração da epidemia entre nós tenha atingido ao seu auge no fim de seis semanas. A população deverá evitar, mais que tudo, as causas de resfriamento, não só porque abrem a porta à infecção, como as reincidências, como está acontecendo atualmente na Espanha, Portugal e França.

O Serviço Sanitário pediria aos clínicos e diretores de fábricas para informar pelo telefone, à Diretoria, qual o número de atacados, para que ela possa dar publicidade a dados verdadeiros que impeçam os exageros tão comuns nesta época e que levam o pânico à população, como se está observando no Rio.”¹⁶¹

Instalado o telefone número 1092, especialmente para receber as notificações de novos casos, emitida circular solicitando colaboração dos gerentes de fábricas e oficinas nessa tarefa (Figura 3), e reiterado o apelo para colaboração da população no combate à enfermidade, o Serviço Sanitário começou a se preparar para acudir os doentes, motivando reações contraditórias desde os primeiros dias da epidemia em São Paulo. Acusados de incompetência e de deixar as pessoas à própria sorte (“*nada fizeram em defesa da cidade*”), Neiva e o órgão que dirigia foram apontados como incapazes de combater a influenza, como haviam sido no caso de outras enfermidades, como a escarlatina, que semana após semana fazia vítimas na Capital em 1918 — vários paulistanos rapidamente esqueceram as

¹⁶¹ “A Influenza espanhola. Comunicado do Serviço Sanitário” O Estado do S.Paulo São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 14.536, ano XLIV, p. 5

palavras de elogios que até então pululavam na imprensa quando o assunto era o Serviço Sanitário. Para outros, entretanto a questão era diferente:

“Do nosso lado continuamos a aconselhar à população que tenha confiança na direção do nosso serviço de higiene, e se submeta inteiramente às suas prescrições e avisos.(...) Se as autoridades sanitárias, com o seu saber, esforço e boa vontade podem cometer enganos e cair em faltas, que dizer dos particulares (...).”¹⁶²

Mas, de crítica ou apoio, as palavras acabavam apontando na mesma direção: o povo que se prevenisse. Esta parecia ser a única maneira real de não adoecer. Enquanto para alguns isto significava o abandono das pessoas pelo Serviço Sanitário, para outros era a maneira correta de combater a influenza. Ambos, de uma forma ou outra, repetiam as considerações de Neiva, que afirmava depender, em última instância, de cada indivíduo o agravamento ou não da epidemia. Nesta circunstância, o Comunicado do Serviço Sanitário foi, de forma resumida, publicado e reeditado pela imprensa nos dias seguintes. Independente dos esforços do governo, às pessoas caberia evitar que a influenza se propagasse como no Rio de Janeiro. E as notícias chegadas da Capital federal eram apavorantes: cidade deserta, desorganização no abastecimento de gêneros e no fornecimento de remédios, falta de atendimento médico e hospitalar, cadáveres insepultos. A grande solução era não adoecer.

Informado, como toda a população, sobre o que acontecia no Rio de Janeiro o Serviço Sanitário tentou organizar, o mais rápido possível, o atendimento àqueles que

¹⁶² Cf.: “Ai está a epidemia de influenza espanhola.O Serviço Sanitário nada fez e pouco fará...” e “Diretoria Geral do Serviço Sanitário” A Nação São Paulo, 17 e 19 de outubro de 1918, nº 120 e 122, ano IV, p.1 e 3. “A influenza espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº 14.537, ano XLIV, p. 5. Sobre a escarlatina que, com a gripe epidêmica, atormentou as famílias paulistanas naquele ano, veja: DUARTE, Paulo. Memórias São Paulo: HUCITEC, 1976. Os mortos de Seabrook, vol.4., p.419-430.

Directoria Geral do Serviço Sanitario

A's fabricas e officinas

Sr. Gerente

Tendo surgido nesta Capital a gripe hespanhola, ve-
glio, contando com o indispensavel concurso de a. e.
na defesa da saude publica, solicitar-lhe providencias pa-
ra que sejam systematica e disriamente notificados pelo
telephone, n. 1092 cidade, casos da molesia que occur-
rerem entre operarios desse estabelecimento.

A notificação deve ser dada pelo medico da em-
preza, ou na falta deste, pelo proprio gerente, com a
declaração do numero de doentes verificados, afin de que
o Serviço Sanitario possa estar sempre ao par da
evolução do mal, agir como for de mister e evitar que
se estabeleça panico, como se deu no Rio de Janeiro.

Para maior facilidade das notificações, installou se
um telephone especial, destinado exclusivamente a esse
serviço e cujo numero é o já acima referido (Cidade—
1.092).

No caso, porém, de que não haja aparelho no es-
tabelecimento ou occorra qualquer outro impedimento,
póde a notificação ser feita por escripto.

O director do Serviço Sanitario

contraíssem a moléstia. O tom profético, e arrogante, utilizado no Comunicado, ao determinar o caráter, desenvolvimento e dias de duração da epidemia, continuou imperando ao serem, gradativamente, anunciadas e postas em prática as ações, que sob o comando de Arthur Neiva, foram sendo tomadas no combate à influenza durante a segunda quinzena de outubro.

Na reunião feita pelo diretor do Serviço Sanitário ainda no dia 14, ficou acertado que aquela repartição estatal iria organizar a assistência domiciliar aos doentes e, para viabilizar e agilizar tal serviço, seria a cidade dividida em setores e as cinco delegacias de saúde transformadas em postos de socorro. Cogitou-se também a instalação de hospitais provisórios (o primeiro, mediante autorização do secretário de Agricultura, poderia funcionar no prédio vago da Hospedaria dos Imigrantes) e a solicitação do auxílio de professores e estudantes da Faculdade de Medicina, uma vez que os médicos que eram funcionários do governo poderiam adoecer.¹⁶³ Em poucos dias, para desespero dos paulistanos, as ações discutidas não somente foram postas em prática como tiveram que ser ampliadas.

O número de gripados aumentou rapidamente: eram 29 dia 16 de outubro e 179 dia 18. Alguns falavam que os conselhos do Serviço Sanitário não estavam sendo rigorosamente seguidos pela população, principalmente no que dizia respeito à proibição de visitas aos doentes de gripe. Os médicos não sabiam como impedir que seus pacientes, em casa, nas clínicas e até nos hospitais, fossem visitados por familiares ou amigos. Eram as relações sociais, culturais, ainda resistindo ao flagelo desestruturador da gripe espanhola e ao poder médico que, no momento singular da epidemia, buscava se imiúscir de forma avassaladora na vida das pessoas. O Serviço Sanitário tomava então novas medidas para

tentar minimizar a propagação epidêmica. Foram publicadas pelos jornais dia 18 de outubro, mesmo dia que no Rio de Janeiro era demitido, pelo presidente da República, o Diretor Geral da Saúde Pública, dr. Carlos Seidl, acusado de incompetente e negligente por vários jornais cariocas. *“A surpresa com que surgiu essa epidemia [no Rio de Janeiro] não desculpa a atitude indiferente das autoridades, a quem cabe a responsabilidade do flagelo.”*¹⁶⁴

O Serviço Sanitário de São Paulo solicitava, no dia 18, que as sociedades literárias, esportivas e recreativas suspendessem reuniões e jogos, determinava, em conjunto com a diretoria de Instrução Pública, o fechamento dos grupos (muitos transformados em postos médicos) e escolas primárias — medida que poderia se estender às faculdades; as visitas aos internatos foram proibidas, os externatos fechados como os jardins públicos e os concertos de bandas foram suspensos.¹⁶⁵ O cidadão paulistano, pouco a pouco, era reduzido a um indivíduo isolado e a mercê dos ditames da medicina, que pretendia responder ao desafio representado pela influenza epidêmica. Grande teste para a ciência.

Parte das novas medidas, a proibição do acompanhamento de enterros a pé mereceu destaque. Resolução publicada por ordem do prefeito municipal, com base na lei nº 402 de 12 de junho de 1899, determinava que ficava *“absolutamente proibida a condução, para os cemitérios, de cadáveres, à mão, por crianças, sendo proibido também acompanhamentos a pé para a condução de cadáveres”*. Multa de 50\$000 puniria os infratores. Dias depois Washington Luis, atendendo solicitação do diretor do Serviço Sanitário, suspendia as

¹⁶³ MEYER, Carlos Luiz; TELXEIRA, Joaquim Rabello. *Op.cit.*, p.4-5

¹⁶⁴ “A influenza espanhola” e “A “espanhola”” A Gazeta São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº 3.828, ano XIII, p.1 e 19 de outubro de 1918, nº 3.830, p.1. Notícias do Rio de Janeiro: “Gripe espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 16 e 17 de outubro de 1918, nº 14.536 e 14.537, ano XLIV, p.4 (frase citada) e 4

¹⁶⁵ “A epidemia de gripe” A Platéia São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 110, ano XXXI, p.2. “Postos médicos para os alunos dos grupos” O Estado de S.Paulo São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 14.538, ano XLIV, p.4

visitas aos cemitérios municipais e particulares. O costume católico de visitar os túmulos de entes queridos no dia de finados estava definitivamente ameaçado.¹⁶⁶ A preocupação com os que morriam teria ainda outros desdobramentos: o que fazer com o crescente número de cadáveres e a possível falta de local para enterrar os mortos? Arthur Neiva, em relatório enviado ao secretário do Interior, afirmava:

“torna-se imprescindível, a todo o transe, dar-se uma solução urgente à questão de remoção de cadáveres e enterramentos. O número de corpos que se estão acumulando na Imigração é um atestado de que a Casa Rodovalho |firma com monopólio dos serviços funerários de São Paulo| é incapaz de afrontar a crise. (...)

A oficina do Liceu de Artes e Ofícios, onde há maquinismos montados, pode rapidamente fornecer grande número de esquifes. O dr. Ramos de Azevedo |seu diretor|, com a atividade que todo o mundo conhece, soluciona facilmente tal crise.

O espetáculo que se observou no Rio de Janeiro deve ser evitado de qualquer maneira....”¹⁶⁷

Mas toda essa preocupação não conseguiria impedir que cenas, inimagináveis poucos meses antes, acabassem ocorrendo: em uma carroça, sentado sobre caixões que deveriam ser enterrados no cemitério da Penha, um enfermeiro, indiferente aos olhares assustados das pessoas, caçoava dos transeuntes que encontrava pelo caminho.¹⁶⁸ A tétrica imagem de um veículo carregado de urnas funerárias se somaria a figura de um homem, aparentemente, desprovido de sensibilidade e respeito, embrutecido pela “peste” — mais

¹⁶⁶ “Visita aos cemitérios” A Platéia São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 115, ano XXXI, p.6

¹⁶⁷ Relatório da Directoria Geral do Serviço Sanitário 2 de novembro de 1918, item 1º. Fundo Arthur Neiva. Ramos de Azevedo ainda colaborou com o combate à influenza oferecendo uma das alas do edifício da Penitenciária do Estado (Carandiru) ainda em construção, que foi acabada e adaptada para atendimento aos gripados. No Liceu que dirigia, Ramos de Azevedo mandou fabricar camas para o local. Cf.: MEYER, Luiz Carlos; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.40

¹⁶⁸ “Notícias diversas. Nossa correspondência” O Estado de S. Paulo São Paulo, 17 de novembro de 1918, nº 14.568, ano XLIV, p.4. Propagandas, por exemplo, de casas de tecidos especializadas em luto também colaborariam tanto para insuflar o medo da morte, quanto para banalizar o acontecimento. Muitos desses anúncios chegaram a primeira página dos jornais.

um triste resultado da gripe espanhola, cuja letalidade, além de provocar atitudes que deixavam os paulistanos perplexos, gerava cada vez mais questionamentos.

“*Não há máquina para fazer covas ?*” perguntaria no final de outubro o amigo Eugenio Egas ao diretor do Serviço Sanitário.¹⁶⁹ Várias providências administrativas pretenderam antecipar e solucionar a questão dos sepultamentos: luz elétrica para enterros noturnos nos cemitérios do Araçá (que seria depois ampliado) Brás, Consolação e Penha; número de coveiros quadruplicados para atender a tétrica demanda (foram 11.762 covas abertas e 8.040 utilizadas e não apenas por gripados); mais veículos para transportar defuntos; fornecimento de caixões e transporte gratuitos para os que comprovadamente não pudessem pagar (serviço instalado na garagem do Palace Theatre, avenida Brigadeiro Luiz Antonio); a criação de novo cemitério na Lapa (prometido havia anos e que se tornaria realidade devido a epidemia).¹⁷⁰ Apesar de algumas críticas e denúncias de que pessoas “*bem colocadas e quase ricas*” estariam se aproveitando do auxílio público, inclusive para obter e revender caixões, até o jornal O Combate, sempre pronto a questionar, publicou

¹⁶⁹ Correspondência - Cartas de Eugenio Egas para Arthur Neiva, 30 de outubro de 1918. Fundo Arthur Neiva

¹⁷⁰ “Várias notícias” O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 14.552, ano XLIV, p. 4 (cemitério da Lapa); “Queixas e reclamações” Idem 16 de novembro de 1918, nº 14.567, p.5. “O serviço funerário. Outras notas” Jornal do Commercio São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 355, ano III, p.3; “Outras notas” Idem 4 de novembro de 1918, nº 357, p.2; “Aumento do cemitério do Araçá” Idem 19 de novembro de 1918, nº 19, ano IV, p.5. “O serviço funerário” A Gazeta São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 3.837, ano XIII, p.1. Cf.: SANTOS, Wanderley dos. Lapa São Paulo: Gráfica Municipal, [s.d.], p. 90
Veja: SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de. Offício nº 477. Apresentado à Camara pelo sr. Prefeito Municipal dr. Washington Luis, relativamente às providencias tomadas pela Municipalidade durante a epidemia da gripe, e de acordo com a resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, da Camara São Paulo: Typographia Piratininga, 1918, p. 399-452. p.412-415. Foram 30 novos coveiros só para o cemitério do Araçá e o do Brás. Muitos funcionários públicos e de companhias privadas foram deslocados para auxiliar no serviço dos dez cemitérios de São Paulo (além do Araçá e Brás, Consolação, Vila Mariana, Santana, Penha, Freguesia do Ó, Lageado, São Miguel e, depois, Lapa). O número de sepultamentos consta do trabalho de Meyer e Teixeira (Op. cit. p. 18). Os dados apresentados pelo prefeito de São Paulo apontavam 7.103 mortos, provavelmente devido a data do relatório de Washington Luis, 7 de dezembro. Mais pessoas ainda faleceriam.

frases elogiando os serviços funerários de São Paulo.¹⁷¹ Em poucas semanas a prefeitura municipal comunicava que:

*“(...) a Casa Rodovalho |com tabela de preços e serviços simplificados durante a influenza| possui estoque de caixões suficiente para todos os enterramentos, e que diversas firmas, contratadas pela Prefeitura, muitas empresas e algumas instituições, a pedido do sr. prefeito, estão trabalhando no fabrico constante e contínuo de caixões, de modo a não faltar a quantidade precisa. Em todos os cemitérios existem covas já abertas, em número muito superior às necessidades de diversos dias, para os sepultamentos. Os transportes são feitos pela Casa Rodovalho, que os tem muito aumentados, e pela seção de transportes instalada pela Prefeitura (...)”*¹⁷²

Mas poucos e fugazes eram os motivos para alguma satisfação, mesmo que administrativa. Enquanto informavam que o governo federal pretendia estabelecer censura para todas as notícias relativas à gripe espanhola, o que aparentemente não ocorreu em São Paulo de maneira ostensiva,¹⁷³ a Capital do Estado tinha seu ritmo de vida alterado: o Liceu Salesiano e o Liceu de Artes e Ofícios encerravam suas aulas, atitude em poucos dias

¹⁷¹ “Cuidando dos mortos” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.3; “O serviço de enterramentos” e “Uma exploração” Idem 9 de novembro de 1918, nº 1.046, p.3. Quando o período epidêmico chegava ao fim, mais elogios aos serviços funerários foram publicados, entre outros: “Seção livre. O serviço funerário” O Estado de S.Paulo São Paulo, 15 de dezembro de 1918, nº 14.596, ano XLIV, p.8. “O serviço funerário” O Combate São Paulo, 16 de dezembro de 1918, nº 1.075, ano IV, p.2

¹⁷² “Prefeitura” O Estado de S.Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p. 3. Alteração temporária do contrato da Casa Rodovalho: “Prefeitura municipal” O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 14.560, ano XLIV, p.6. As novas tabelas foram publicadas inclusive nas primeiras páginas dos jornais nos dias seguintes. Essa reorganização dos serviços funerários seria revogada em dezembro.

¹⁷³ O jornal O Combate crítico do Serviço Sanitário e do governo do Estado, publicava artigo em 30 de outubro: “Se a censura nos tolhesse a liberdade (...) as nossas colunas sairiam em branco ou o jornal seria suspenso (...).|A censura | teria efeitos contraproducentes (...) para notícias da gripe, como se deu no Rio, onde teve de ser imediatamente suspensa porque os espaços em branco produziam pânico de terror, mais do que os fatos ocultados ao público.” Cf.: “A verdade deve ser dita, inteira, ao povo” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.1. Colunas em branco apareceriam no jornal (muitas em dezembro quando a epidemia praticamente acabara), mas sua relação com a gripe espanhola parece secundária. A censura envolvendo outras questões, mais diretamente ligadas à política, já existia e continuaria vigorando. Boatos e informações médicas truncadas sobre a influenza pululavam na imprensa, mas essa é uma história para o Capítulo III. Veja: “Notas e informações” o Estado de São Paulo São Paulo, 10 de agosto de 1918, nº 14.106, ano XLIV, p.3; “Notas e informações” Idem 18 de dezembro de 1918, nº 14.599, ano XLIV, p.3. O Combate São Paulo, 19 de novembro e 4 de dezembro de 1918, nº 1.053 e 1.071, ano IV, p. 3 e 1. Veja Arthur Neiva escrevendo sobre o tema: “Da restrição à imprensa”. In: Daqui e de longe... São Paulo: Melhoramentos, [1926?], p.92-101

imitada por outros estabelecimentos de ensino. Os escoteiros suspendiam seus exercícios e as visitas ao Butantan, ao Museu do Ipiranga e até ao Hospício de Juquery foram proibidas. Na Hospedaria dos Imigrantes, transformada em enfermaria dos pobres, o número de pessoas internadas crescia e as ofertas de auxílio começaram a surgir em número cada vez maior: a Cruz Vermelha Brasileira punha a disposição seu corpo de enfermeiras e sua sede para atender aos gripados, a Congregação da Esperança, de irmãs de caridade, oferecia seus préstimos ao Secretário de Interior e o diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia, dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, antecipava-se a Arthur Neiva, oferecendo os serviços de seu pessoal docente e discente para atender aos doentes. Médicos de São Paulo se colocariam à disposição para o atendimento aos enfermos.¹⁷⁴

Apesar da insistência de que em São Paulo não existiam as conseqüências funestas do Rio de Janeiro, e da exortação constante para que a população seguisse as recomendações do Serviço Sanitário, a incidência da influenza começava a levantar suspeitas entre os paulistanos, desconfiavam que o número de gripados era bem maior que o anunciado pelo governo. Muitos, sem desacreditar nos dados divulgados pelo Serviço Sanitário, apontavam a postura de algumas pessoas que, por receios infundados de terem seus nomes em uma lista, se recusavam a notificar às autoridades médico-governamentais que haviam contraído a moléstia, várias vezes com a cumplicidade de seus médicos. O Serviço Sanitário apelava:

¹⁷⁴ “A gripe espanhola” A Platéia São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 110, ano XXXI, p.6. “A “influenza espanhola”” A Capital São Paulo, 19 de outubro de 1918, nº132, ano VII, p. 1. Além de outros profissionais, seriam mais de 100 médicos atuando sob as ordens do Serviço Sanitário, veja: SÃO PAULO, Secretaria do Interior do Estado de. Serviço Sanitário maço 238, caixa 243, ordem 6848, 1918

A Cruz Vermelha Brasileira foi fundada em 5 de dezembro de 1908, é constituída com base nas Convenções de Genebra e nos Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha. Sobre a origem e os ideais da organização internacional, veja: GUMPART, Martin. História da Cruz Vermelha Rio de Janeiro: Ocidente, 1944. Sobre a Cruz Vermelha Brasileira: <http://www.oca.org.br.CruzVemelha/index.htm/CruzVermelhaBrasileira>

*“ dispensa-se a declaração do local da ocorrência dos casos e a relação nominal dos atacados do mal para, tão somente, se esperar que os clínicos façam a comunicação de que atenderam a tantos doentes novos, e isso sem a superveniência do menor incômodo aos doentes por parte da administração sanitária. Só assim estaremos armados para tentar destruir qualquer pânico que possa surgir pela propalação de boatos alarmantes e sem visos de verdade ”.*¹⁷⁵

Mas, mesmo com a declaração de Arthur Neiva, a simples idéia de poder ser estigmatizado, de alguma forma, como doente de influenza, de ser portador da peste, parecia apavorar paulistanos incrédulos, temerosos quanto as conseqüências que poderiam advir da constatação da existência de gripados em um bairro, rua ou casa da cidade. Entretanto, essa era uma questão para os poucos que podiam dispor de um médico particular: aos operários, por exemplo, era, em grande parte, alienada a decisão de se declarar ou não enfermo, pois gerentes e médicos das fábricas e oficinas poderiam fazê-lo; enquanto nomes e endereços de pessoas que procuravam socorro na Assistência Policial eram publicados regularmente na imprensa.¹⁷⁶

A epidemia já atingia todos os bairros da Capital, e o temor da população, mais de uma vez apontado como exagerado e prejudicial em momento tão delicado, começava a beirar o pânico quando, dia 19 de outubro, o número de enfermos registrados pelo Serviço Sanitário caiu. Falava-se em possível declínio da epidemia e frases como “O Serviço Sanitário Age” ganharam um sentido concreto para os paulistanos. Parecia que o pesadelo estava no fim. Entretanto, tudo estava apenas começando: no dia seguinte os casos, que haviam sido 156 na véspera saltaram para 358. Os pedidos para que os paulistanos

¹⁷⁵ “A influenza ... Necessidade de notificação” O Estado de S.Paulo São Paulo, 20 de outubro de 1918, nº14.540, ano XLIV, p. 6. “A “influenza (...) Clínica Particular” A Gazeta São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 3.831, ano XIII, p.1

¹⁷⁶ A já mencionada circular do Serviço Sanitário solicitando a notificação dos gripados aos gerentes era datada de 16 de outubro de 1918 e foi repetidamente publicada pelos jornais de São Paulo. Confira: “Os que a Assistência socorreu hoje” O Combate São Paulo, 28 de outubro de 1918, nº 1.038, ano IV, p.3

mantivessem a calma redobram: “*não há razão para pânico e, ainda que houvesse, tudo aconselharia a resistir-lhe. O terror nada adianta, e nada modifica, senão para pior. É absolutamente necessário que a população se previna contra as sugestões do temor exagerado.*”¹⁷⁷ Era como se todos ouvissem os preceitos medicinais de séculos passados, que consideravam o desânimo e o medo predisposição para o contágio. Até uma antiga lenda sobre a peste, que matava mais pelo temor que despertava, foi reeditada, na tentativa de conter os ânimos mais exaltados.¹⁷⁸

Mas dia 21 São Paulo estremeceu: a gripe espanhola fazia oficialmente sua primeira vítima fatal, um homem. Discutiam a importância da ocorrência e se deveria ser considerada como causada pela influenza — o homem era cardíaco. Mas uma menina havia morrido dias antes no Hospital de Isolamento e todos falavam que a causa era gripe espanhola. Para os moradores da cidade, quantos, onde e quem, pouco importava, o fato era que a doença agora estava matando.¹⁷⁹

A Capital já havia começado efetivamente a parar: seguindo recomendação do Serviço Sanitário, as compras de várias famílias passaram a ser realizadas por uma única pessoa, para diminuir a probabilidade de contágio (os “gelados” foram vedados); missas e

¹⁷⁷ “A gripe espanhola |Em todos os bairros|” A Platéia São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 110, ano XXXI, p. 5. “A “influenza espanhola” O Serviço Sanitário Age” A Capital São Paulo, 19 de outubro de 1918, nº 132, ano VII, p.1. “A Influenza espanhola” O Estado de S. Paulo São Paulo, 20 de outubro de 1918, nº 14.540, ano XLIV, p.6 (casos diminuem). “A “Influenza espanhola” O Estado de S. Paulo São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p.4

¹⁷⁸ Veja: DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.125-127. Presente durante outras epidemias no Brasil e no mundo, o apelo a calma, coragem e “bom humor” muitas vezes levou ao excesso e a libertinagem, como relataram Tucídides, Boccaccio e Defoe, para depois resultar em prostração, resignação e descuido.

Cf.: “A lenda da peste” A Gazeta São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 3.839, ano XIII, p. 1. “A peste negra” Almanach litterario de S. Paulo para 1884 São Paulo: Typ. da “Provincia de São Paulo”, 1883, p.165-166

¹⁷⁹ “A “influenza espanhola”” A Gazeta São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 3.831, ano XIII, p.1. Muitos jornais do dia 22 registraram a ocorrência deste primeiro caso oficial de morte por gripe espanhola, ocorrido no dia anterior. Segundo a estatística final do Serviço Sanitário, feita depois, seriam dois os casos de morte no dia 21 e teriam ocorrido 2 casos fatais da moléstia já no dia 17. Cf.: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit 50, 79-80

orações diurnas nas igrejas católicas tinham sido reduzidas drasticamente e rezas coletivas a noite tornaram-se proibitivas; os cultos noturnos e a escola dominical da Igreja Presbiteriana foram suspensos. Os proprietários do Jardim da Acimação e do Parque Antártica foram solicitados a fechar os locais. Teatros e cinematógrafos cerraram suas portas. Todas as reuniões noturnas estavam especialmente condenadas: a diferença de temperatura, dentro e fora desses locais já favoráveis a propagação da doença, poderia ser fatal para as pessoas e, assim, para a difusão da gripe espanhola. Ao mesmo tempo, aumentaram as ofertas de ajuda para combater a epidemia: prédios religiosos foram transformados em enfermarias, os portugueses do Centro Monárquico D. Manuel II ofereceram as salas de sua sede para atendimento aos doentes (depois seria a vez dos republicanos da Câmara Portuguesa de Comércio, do Centro Republicano Português e da Cruzada das Mulheres Portuguesas), a União Farmacêutica de São Paulo colocou às ordens os serviços profissionais dos seus sócios e a sede da associação.¹⁸⁰ Também em sua sede, a Liga Nacionalista¹⁸¹ passou a socorrer a população doente, além de continuar atendendo os alunos enfermos de suas escolas (inclusive com a distribuição de quinino); a Cruz

¹⁸⁰ A epidemia de gripe” A Platéia São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 110, ano XXXI, p.2 (igrejas católicas). “A gripe espanhola” e “Culto evangélico” A Platéia São Paulo, 17 e 21 de outubro de 1918, nº 109 e 113, ano XXXI, p.6 e 6. “ A gripe espanhola ” A Nação São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 123, ano IV,p.1. A colônia portuguesa, então dividida entre monarquistas e republicanos, colaborou também com o atendimento aos enfermos abrindo as portas do Hospital São Joaquim (controlado pelos partidários da monarquia), que funcionou irregularmente e acabou fechando devido a enfermidade dos funcionários e problemas administrativos. Os republicanos, que contavam com o apoio do consul português Sampaio Garrido, organizaram postos de socorro. Veja: NOBRE, Antonio de Goes. Esboço histórico da real e benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência em São Paulo São Paulo: Companhia Paulista, 1919-1920, v. 2. MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.37-38

¹⁸¹ A Liga Nacionalista foi oficialmente organizada em São Paulo dia 30 de maio de 1917. Era constituída por professores e estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina. Organização supra-partidária, tinha como ideal supremo o nacionalismo, lutava pelo voto secreto e pela educação da população (mantinha várias escolas de “ensino fundamental”). Foi extinta em 1924 quando da revolta de Isidoro Dias Lopes, vários de seus membros fundaram então o Partido Democrático. Além de seu organizador, Frederico Vergueiro Steidel, faziam parte da Liga, entre outros: Antonio Carlos de Abreu Sodré, Júlio de Mesquita Filho, Prudente de Moraes Neto, Afonso Pais de Barros, José Carlos de Macedo Soares, Tomás Lessa, Arthur Neiva, Emílio Ribas, Assis Neto e Luís Americano. Cf.: BANDECCHI, Brasil. Liga Nacionalista São Paulo: Parma, 1980

Vermelha Brasileira organizou postos de socorro aos gripados (onde forneceria atendimento médico e distribuiria remédios aos necessitados). Paralelamente, o Serviço Sanitário suspendia férias, licenças ou qualquer resolução que afastava seus funcionários da repartição e determinava que os ausentes que alegassem doença, mas não apresentassem comprovação, fossem exonerados imediatamente, a bem do serviço público: todos precisavam estar em seus postos. Arthur Neiva seria autorizado a contratar pessoal sem os costumeiros procedimentos burocráticos e o Serviço Sanitário apoiaria, com pessoal, remédios e o que mais fosse possível àqueles que se organizavam para colaborar no combate da influenza.¹⁸²

Enquanto isso, o Senado do Estado fazia uma indicação declarando, *“dar absoluto apoio moral a todos os atos urgentes que a situação reclamar e o presidente do Estado autorizar, bem como oferece a sua aprovação às medidas de governo que carecem da colaboração do poder legislativo”*. O senador Herculano de Freitas elaborou então projeto que, aprovado dias depois, autorizava o presidente do Estado a abrir os créditos extraordinários que julgasse necessários para custear serviços públicos ou socorros à população durante a epidemia de gripe (grupos que se mobilizavam para socorrer os enfermos seriam auxiliados com verba estatal). Na Câmara, o projeto mereceu aplausos e apoio. A lei seria sancionada por Altino Arantes dia 31 de outubro.¹⁸³

¹⁸² “A influenza espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 20 e 21 de outubro de 1918, nº 14.540 e 14.541, ano XLIV, p. 6, 4 e 5. Veja: SÃO PAULO, Secretaria do Interior do Estado de. Serviço Sanitário maço 238, caixa 243, ordem 6848, 1918. Funcionários ligados ao Serviço Sanitário que serviam no interior poderiam ser convocados.

¹⁸³ SÃO PAULO. Senado do Estado de. Anais de 1918. 3º ano da 10ª legislatura São Paulo, Typ. Official, 1919, p.164 -165,167,169. SÃO PAULO. Câmara dos Deputados do Estado de Anais da Sessão Ordinária de 1918 São Paulo: Typ. Official, 1919. Indicação nº 2

“Várias notícias. O sr. presidente ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº14.551, ano XLIV, p.4. A Cúria Metropolitana foi uma das entidades que recebeu auxílio do estado: 253:500\$000.Cf.: “Assistência domiciliar e hospitalar. Relatório apresentado ao Exm.Sr.Dr. Presidente do Estado pela Cúria Metropolitana de S.Paulo” Boletim Ecclesiastico São Paulo, nº 6, ano X, p. 237-243 , nov.e dez. 1918, p.239

A ânsia dos paulistanos em ajudar foi paralela ao crescimento do número de enfermos. Colaboração motivada pelos insistentes apelos feitos à população pelo Serviço Sanitário e por um discurso que traduzia segurança e controle sobre o que estava acontecendo e o que deveria ser feito para não deixar que a epidemia extrapolasse aquilo que muitos chamavam de “*marcha natural da moléstia*”.¹⁸⁴ Mas, quando a notícia das primeiras mortes atravessou ruas e bairros de São Paulo, as discordâncias, até então veladas, somadas ao medo, começaram discretamente a surgir.

Procurando não se comparar com os alarmistas, que pontilhavam na imprensa do país, e dizendo apoiar as medidas governamentais de combate à epidemia, um dos articulistas do jornal O Estado de S.Paulo, declarava, dia 21 de outubro, que não poderia mais manter a atitude que até aquela data havia sustentado quanto ao combate à gripe espanhola em São Paulo, pois “*essas medidas deparam falhas lamentáveis*”. Era inadmissível que alguns parques continuassem abertos e várias escolas particulares permanecessem em atividade. Não poupando as pessoas que freqüentavam estes locais em momento tão impróprio e seus gananciosos proprietários, que teimavam em mantê-los funcionando, o autor do texto cobrava maior rigor nas ações do Serviço Sanitário e ia além, sugerindo: cuidados extremos com o desembarque descontrolado em São Paulo de pessoas vindas pelos trens procedentes do Rio de Janeiro e atenção redobrada sobre os gêneros de primeira necessidade (como carne, aves, verduras) que começavam a rarear e encarecer de forma assustadora — acusava o Comissariado da Alimentação de ineficiente.¹⁸⁵

Dois dias depois, o diretor geral da Instrução, dr. Oscar Thompson, anunciava que iria tomar “*medidas severas afim de impedir que continuem funcionando escolas*

¹⁸⁴ Veja: “A gripe espanhola” A Platéia São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 114, ano XXXI, p.6

¹⁸⁵ “Notas e informações” O Estado de S.Paulo São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p.4

particulares depois que o governo entendeu indispensável encerrar instantaneamente as aulas das escolas oficiais.” Enquanto Arthur Neiva determinava a desinfecção diária de todos os trens que chegassem a São Paulo procedentes da Capital federal e Santos; entretanto, o desembarque de passageiros continuava livre, o que despertava críticas e temores,¹⁸⁶ que se avolumaram a medida que o número de enfermos cresceu.

“*Isolemos S.Paulo !*”, a frase escrita como um grito desesperado estava sob uma das notícias que informava aos paulistanos as primeiras mortes de influenza em São Paulo. Idéia nada original, que havia circulado discretamente nas semanas anteriores, ela ganhou destaque quando a morte mostrou de maneira contundente que ciência e doutores não eram infalíveis e suas explicações não bastavam para deter a doença. Discutido por aqueles que buscavam um meio de conter a difusão epidêmica, o isolamento, prática sanitária usada há anos para barrar a propagação de moléstias, ressurgiu como última esperança de pessoas que viam esvaír a possibilidade de imunizar São Paulo da peste e que suspeitavam que a influenza se alastraria pela cidade com conseqüências graves. Era a vivência de outros períodos epidêmicos, rememorada e atualizada, ditando propostas para o presente.¹⁸⁷

Neste contexto, a preocupação com a higiene pessoal expressa nos Conselhos do Serviço Sanitário foi muitas vezes reinterpretada sob o prisma de saberes arraigados na memória popular. A sugestão para a queima de alcatrão, comum no combate a febre amarela no século XIX, e para a limpeza do interior de edifícios pouco higiênicos, bueiros e ruas (para livrá-las de água estagnada, moscas e mosquitos, ratos e fezes de animais),

¹⁸⁶ “Notas e informações” O Estado de S.Paulo São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 14.543, ano XLIV, p.3

¹⁸⁷ “A “influenza espanhola”” A Gazeta São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 3.832 ano XIII, p.1

Veja também: “Estamos alerta contra a “influenza espanhola”” A Nação São Paulo, 23 de setembro de 1918, nº 100, ano IV, p.1. “Notas e informações” O Estado de S.Paulo São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 14.544, ano XLIV, p. 3

evocavam a peste bubônica de outras épocas e a febre tifóide cotidiana. Medidas discutidas e sugeridas quando o tema era o necessário asseio para tentar barrar a influeza. Os desdobramentos foram muitos. Enquanto o arcebispo metropolitano de São Paulo, sempre à disposição de Arthur Neiva, determinava que igrejas e confessionários fossem desinfetados diariamente e que a água-benta dos templos fosse trocada todos os dias, propagandas de desinfetantes (como o Creolisol, “*eficiente*” também contra a escarlatina) eram estrategicamente colocadas ao lado das colunas de jornais que traziam notícias sobre a epidemia de gripe espanhola. A preocupação com o cotidiano das pessoas atingiu detalhes. O Serviço de Saúde da 6ª Região determinou a oficiais e praças que adotassem a continência, deixando o perigoso aperto de mão para ocasiões mais amenas; que falassem o menos possível, especialmente nas ruas e, como se fosse possível, não conversassem sobre a epidemia nem se ocupassem com ela. Entre a população civil, além das visitas proibidas, beijos e abraços passaram pouco a pouco a significar quase um ato de traição.¹⁸⁸ Com o passar dos dias e o número de doentes crescendo, a vida da cidade foi ganhando um novo compasso, o da epidemia, com as pessoas se isolando, impotentes diante da gripe espanhola. O tempo da epidemia é o da solidão, da suspeição generalizada, onde o

Sobre memória, veja: BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas de Baudelaire”. In: Os Pensadores São Paulo: Abril Cultural, 1975, v. XLVIII e “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987

¹⁸⁸ “A “influenza espanhola”” A Gazeta São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 3.833, ano XIII, p.1. Confirma, entre outros: “A gripe epidêmica” A Platéia São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 116, ano XXXI, p.2. “Escarlatina”, “Queixas e reclamações” e “O sr. arcebispo” e “Creolisol” O Estado de S. Paulo São Paulo, 19, 23 e 25 de outubro de 1918, nº 14.539, 14.543 e 14.545, ano XLIV, p.6, 4 e 4-5. “A epidemia no correio central” e “Conselhos para evitar o mal” A Capital São Paulo, 24 e 25 de outubro de 1918, nº 136 e 137, ano VII, p.3 e 3. Veja: AMERICANO, Jorge. São Paulo neste tempo (1915-1935) São Paulo: Melhoramentos, 1960, p.316

Além do Creolisol, para incrementar suas vendas, muitos produtos abusavam das idéias de higiene e salubridade como forma de acabar com a gripe espanhola: Cloro Naphtoleum, Filtro Fiel, Dentifricio Lidol, água da Fonte Áurea e muitos mais. As propagandas das Casa Edson e Bazar Columbia de São Paulo e Bazar Edson de Santos afirmavam “*melhor medida preventiva contra a influenza espanhola*” e anunciavam diversos meios para liquidar de moscas a ratos. Durante os primeiros dias da influenza, enquanto o número de funcionários permitiu, o Mappin Stores atendeu seus fregueses por telefone ou enviando mostruário para que escolhessem o produto desejado, que seria prontamente entregue.

esgarçamento das relações humanas expõe de maneira cruel o egoísmo e a fragilidade do homem.

Retratos dessa situação que convulsionava a sociedade começaram a aparecer na imprensa em forma de desenhos e frases curtas: cocheiros disputando de maneira violenta cliente para o transporte de caixão até o cemitério ou a cena de duas mulheres, uma com os cabelos lisos e presos, provavelmente na porta de sua casa, e outra, significativamente de traços negróides, usando um chapéu (portanto estava na rua) e fumando um cachimbo, que oferecia seus serviços de cozinheira “*si a patroa não for espanhola*”; traduzem medo, preconceito e mesquinharia em uma época em que a sociedade é exposta em suas entranhas, revolvida em seus valores sociais e morais devido às mudanças causadas pela possibilidade da morte iminente.¹⁸⁹ (Figura 4)

Em uma cidade onde o afluxo de pessoas havia crescido vertiginosamente, alterando de maneira definitiva a paisagem urbana, o povo, enquanto sinônimo de uma multidão poliglota e multiracial de operários, biscateiros, vadios e criminosos, que despertava espanto e medo, foi alvo de atenção e tentativas de ordenação. Se durante séculos a alguns grupos religiosos ou não, como judeus e leprosos, foi imputada a culpa por catástrofes epidêmicas (muitas vezes, um castigo divino);¹⁹⁰ no século XX, quando a ciência parecia ter para tudo explicação e solução, a população pobre ocupou em muitos aspectos o lugar antes reservado àqueles grupos. Mas o tempo era outro e o local diferente, agora ao invés

¹⁸⁹ *A Gazeta* São Paulo, 19 e 21 de outubro de 1918, nº 3.830 e 3831, ano XIII, p.1 e 1

¹⁹⁰ DELUMEAU, Jean. Op. cit. p.140-141. DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000. Na pista de nossos medos* São Paulo: EdUNESP, 1998, p.87-89. SLACK, Paul. “The response to plague in early modern England: public policies and their consequences”. In: WALTER, John; SCHOFIELD, Roger. *Famine, disease and the social order in early modern society* Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 167-187, p.167-168



Figura 4 - “Conseqüências da “espanhola”” e “O medo da influenza”
 Fonte: A Gazeta São Paulo, 19 e 21 de outubro de 1918, nº 3.830 e 3.831, ano XIII, p.1

de segregação e extermínio de uma parcela da população, era necessário educar e socorrer para transformar os que com sua presença, nem sempre agradável, concorriam para a construção da São Paulo metropolitana. Livres da responsabilidade primeira pela existência da peste, aqueles que eram genericamente chamados de *pobres*, com sua situação de penúria, seus hábitos não recomendáveis e pouca instrução, poderiam concorrer para proliferação da gripe espanhola: “*o bairro do Brás, (...) por ser o mais populoso e habitado pelos operários, é o que está mais sujeito a propagação do mal.*” Agora, mais do que nunca, elas eram as “classes perigosas”.¹⁹¹ Era preciso agir e rápido.

Sugestão para que instruções resumidas do Serviço Sanitário, escritas em português e italiano, fossem entregues de porta em porta, chamavam atenção para os bairros do Brás, Mooca, Pari, Belenzinho, Bom Retiro, Bexiga, locais que deveriam ser priorizados na empreitada, junto com os subúrbios: Santana, Penha, Lapa, Pinheiros, Quarta Parada e adjacências. Liga Nacionalista e Cúria Metropolitana colaborariam com essa empreitada. Insinuação de que o governo poderia dar ajuda financeira para prover a subsistência de operários e enfermos em dias tão difíceis e apelo para que todos contribuíssem com as subscrições que começavam a ser organizadas para socorrer as vítimas pobres da gripe espanhola, eram impulsionadas não apenas pelo altruísmo que todos faziam questão de salientar, mas também por aspectos egoístas, que o medo da gripe espanhola despertava, que poucos tinham a ousadia de explicitar:

“Urge, pois, que todas as pessoas generosas se prontifiquem a dar o que puderem. Note-se, mais uma vez, que não vai nisto um simples movimento de filantropia, mas também de defesa própria. É interesse

¹⁹¹ “A Influenza espanhola. Criminosa exploração ...” O Estado de S. Paulo São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº 14.537, ano XLIV, p.5. Confira: PULLAN, Brian. “Plague and perceptions of the poor in early modern Italy”. In: RANGER, T.; SLACK, P. (org.) Epidemics and ideas. Essays on the historical perception of pestilence Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 101-123

A idéia de *classes perigosas* foi desenvolvida por: CHEVALIER, Louis. Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXème siècle Paris: Librairie Générale Française, 1978.

de todos os habitantes da cidade que haja dentro desta quanto menos miséria, desocupação, orfandade e doença.

O saudável equilíbrio da vida urbana resulta em benefício direto de cada família, de cada indivíduo, por mais altamente colocado que esteja. Cooperar para restabelecer esse equilíbrio ameaçado não é grande virtude, é quase apenas um ato de egoísmo esclarecido.”¹⁹²

“Os bairros pobres naturalmente mais ameaçados e mais atingidos pelo terrível morbo não têm postos de socorro”, a frase, insinuando uma situação de miséria, abandono e doença, tornava explícito o atropelamento das ações do Serviço Sanitário não apenas pela influenza mas pelas condições de vida de grande parte da população de São Paulo. Chamando a gripe espanhola de “pequena peste”, artigo do O Estado de S.Paulo lembrava os operários do Brás, Mooca, Bom Retiro e Bexiga que vivendo em uma situação difícil, em casebres e cortiços, necessitavam de atenção especial.¹⁹³ As “classes pobres” poderiam precisar de informação, mas careciam mesmo era de médicos, remédios e, como ficou patente em poucos dias, de comida.

Instalados os postos de socorro, faltavam médicos. Apesar do comunicado do Serviço Sanitário, publicado nos jornais com destaque em 29 de outubro, afirmando que o serviço clínico estava devidamente organizado nos postos da Mooca, Brás, Pari e Quarta Parada, em relatório enviado ao Secretário do Interior, Arthur Neiva informava: “os médicos do Brás, contratados ontem, desistiram de continuar a tarefa, de tal forma se avoluma o serviço”. Remédios tabelados começaram a ser distribuídos pelo Serviço Sanitário e farmácias foram credenciadas para entregar os medicamentos à população carente, mediante guia fornecida pelo governo. Quanto a comida, em poucos dias ela

¹⁹² Citação: “Notas e informações” O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de outubro de 1918, nº 14.547, ano XLIV, p.3. Veja: “Conselhos ao povo” O Combate São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 1.035, ano IV, p.1. “Crédito ao governo” O Estado de S.Paulo São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 14.545, ano XLIV, p.4

passou a ser doada. Vários postos iniciaram a distribuição de sopa e mantimentos aos mais necessitados e, pelos jornais, doentes e convalescentes eram informados que poderiam substituir, “*talvez com vantagem*”, o caldo de galinha pelo de carne sem gordura.¹⁹⁴

Versos reveladores, como os de Miguel Meira, surgiriam na imprensa:

*“Baratear a vida, eis a primeira
Medida, que ao Governo já propuz ...
Obrigar a lavar-se a quem não queira,
No Brás, no Cambuci, na Lapa e Luz ! ...*

*Dá fome a Gripe, é filha e da sujeira,
Transmite-se no escarro e pelo pús ...
Evitar dar a mão ! Desta maneira
É que o mal se propaga e reproduz !*

*Alimentado o corpo e bem lavado,
A casa varridinha, onde se mora,
Juro ! Não haverá um só gripado ! ...*

*Sem isso, todo o povo a perna estica,
E com Pão a cada hora,
—Salvo São Paulo inteiro sem botica ! ...”*¹⁹⁵

E o medo da fome crescia, poderia haver inclusive desabastecimento pela falta de quem plantasse ou transportasse os alimentos. O prefeito de São Paulo, que se encarregara de zelar pela eficiência dos serviços municipais, ou seja, os de comunicação, transporte, força e luz, funerário, de cemitérios e limpeza pública, era ainda o responsável pelo abastecimento da cidade. Washington Luis estipulou então vinte prêmios, de 300\$000 cada um, para serem distribuídos aos mercadores que, até 31 de dezembro, mais aves vendessem

¹⁹³ Frase citada: “A influenza espanhola. Os bairros ...” A Gazeta São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 3835, ano XIII, p.1. Veja: “Coisas da cidade. Pelos necessitados” O Estado de S.Paulo São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 14.550, ano XLIV, p.5

¹⁹⁴ “Cruz Vermelha Brasileira” e “A epidemia de gripe” O Estado de São Paulo São Paulo, 25 e 29 de outubro de 1918, nº 14.545 e 14.549, ano XLIV, p.5 e 2

Relatório da Directoria Geral do Serviço Sanitário 29 de outubro de 1918, frase final. Fundo Arthur Neiva . Sobre os remédios, veja o capítulo II, item 1. No início de novembro, a Prefeitura Municipal autorizava, enquanto durasse a epidemia, a abertura aos domingos e feriados das drogarias que atendiam os pedidos das farmácias. Cf.: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.110

à população. Era um incentivo à produção e uma tentativa de conter a carestia, ato que seria fiscalizado pelos administradores, zeladores e encarregados dos mercados fixos e livres de São Paulo.¹⁹⁶ Paralelamente, o presidente do Estado, Altino Arantes, entrava em contato com o deputado federal Álvaro de Carvalho para solicitar ao governo federal a melhora no tráfego ferroviário: os trens estavam parando não apenas por falta de passageiros mas pela ausência de quem os colocasse em movimento. O suprimento de mercadorias para São Paulo poderia ser afetado.¹⁹⁷

Outra questão crucial foi a do abastecimento e controle de preço da carne vermelha. Para tentar resolver o problema Altino Arantes enviou, dia 21 de outubro, telegrama urgente ao presidente da República, Wenceslau Braz, solicitando autorização para que os representantes do Comissariado da Alimentação em São Paulo efetuassem o tabelamento do produto, satisfazendo assim os açougueiros, que aceitavam o preço proposto de 1\$400 réis o quilo, e consumidores, que teriam a oferta do alimento — há três dias que o comércio de varejo estava suspenso aguardando tabela que deveria ser feita pela direção federal do Comissariado. Dia 1º de novembro, outro problema envolvendo o abastecimento de carne: a tentativa dos marchantes do matadouro municipal de elevarem o preço do produto, de \$950 para 1\$100 “em grosso” (isto é, no atacado). O prefeito Washington Luis ameaçou com a suspensão das licenças de trabalho daqueles que insistissem na alta e

¹⁹⁵ “Pão e sabão” Jornal do Commercio São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº361, ano III, p.6

¹⁹⁶ Sobre as funções da prefeitura municipal: SÃO PAULO. Anais da Camara Municipal de. Officio nº 477. Apresentado à Camara pelo sr. Prefeito Municipal dr. Washington Luis, relativamente às providencias tomadas pela Municipalidade durante a epidemia da gripe, e de acordo com a resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, da Camara São Paulo: Typographia Piratininga, 1918, p. 400

“A questão da alimentação” O Combate São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 1.035, ano IV, p.1. “A venda de aves” A Capital São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 138, ano VII, p.4

¹⁹⁷ Correspondência – Telegramas 29 de outubro de 1918, do presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes para o deputado federal Álvaro de Carvalho. Fundo Altino Arantes. SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura. Directoria de Viação. Ano 1918. 28 de outubro, nº 21, prot. nº 15, fl. 264 (29 folhas) e 11 de novembro, nº 117, prot. nº 15, fl. 313 (9 folhas). O tráfego de trens só foi efetivamente normalizado em janeiro de 1919

providências foram tomadas para reorganizar o serviço — pessoal e animais poderiam ser importados de outras cidades. A compra de estoques de frigoríficos particulares também foi articulada. Os marchantes paulistanos desistiram do aumento.¹⁹⁸

A gripe espanhola fazia cada vez mais vítimas, concorrendo para o recrudescimento das dificuldades de alimentação e transporte. Mais uma vez eram os mais pobres os que mais sofriam — para eles parecia restar apenas torcer que, pelo menos, em momento excepcional como o da epidemia alguns acordos fossem respeitados.

O transtorno para a vida econômica e social de uma comunidade que uma epidemia de grandes proporções sempre acarreta, teve na cidade de São Paulo o poder de fazer aflorar o cotidiano miserável de muitos trabalhadores, realidade que os discursos que exaltavam a exuberância da localidade procuravam esquecer. Era difícil ocultar os doentes e mais ainda os mortos. Mas, se nos jornais ganhavam destaque os nomes de falecidos ilustres, ou pelo menos “graduados”, frases escritas em meio a informações sobre a gripe espanhola poderiam revelar mais do que diziam e do que votos de condolências que a imprensa estampava para madames e doutores: *“hoje, o Serviço Sanitário declara que o maior número de óbitos se deve atribuir ao abuso dos operários que, embora sentindo-se enfermos, insistem em continuar no trabalho e só o abandonam quando o tratamento já não pode ser eficaz, por vir quando a evolução da moléstia já vai muito adiantada.”* Outros, reproduzindo *ipsis verbis* as palavras oficiais, afirmavam que devido a atitude dos operários *“o obituário não dever ser tomado como elemento absoluto do caráter com que se manifesta o mal nesta capital”*. Poucas palavras, literais ou não, transformavam a vítima

¹⁹⁸ Correspondência – Telegramas 21 de outubro de 1918, do presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes para o Exmo. Sr. Dr. Wencelao Braz, Presidente da República. Fundo Altino Arantes. SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de. Offício nº 477. Apresentado à Camara pelo sr. Prefeito Municipal dr. Washington Luis, relativamente às providencias tomadas pela Municipalidade durante a

em algos, inclusive no jornal “de oposição” O Combate.¹⁹⁹ Mas a manobra lingüística não conseguia ofuscar plenamente a triste constatação de que os operários, aqueles que precisavam trabalhar para não morrer ou matar a família de fome, eram as maiores vítimas da influenza. A epidemia não tinha nada de “democrática”, apesar dos enfermos se espalharem por toda a cidade.²⁰⁰

Com o número de mortos aumentando, os freqüentes apelos para que a população tivesse calma e confiança no Serviço Sanitário ganharam novo significado. Manter a tranqüilidade traduziria uma necessidade justamente porque a situação era preocupante e não o contrário. A tentativa de suicídio de um operário, que acreditou estar com gripe espanhola porque tinha dor de cabeça, dava a dimensão de quanto assustadora era a simples idéia de se estar com a epidêmica.²⁰¹

As tragédias que aconteciam “*no delírio da febre*” se repetiam com uma freqüência que alarmava os paulistanos: tiros, facadas, pauladas, afogamentos, saltos para a morte. Pessoas gripadas tentavam o suicídio ou matavam quem estava mais próximo. Alguns não alcançavam seu intento, graças a intervenção dos que ouviam os gritos por socorro ou da “providência divina”. Era um vaqueiro que agredia a mulher com um pedaço de madeira e

epidemia da gripe, e de acordo com a resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, da Camara São Paulo: Typographia Piratininga, 1918, p.404-405

¹⁹⁹ “Medidas a adotar. Hoje, o Serviço ...” O Combate São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 1.037, ano IV, p.3.” A epidemia de gripe. Os casos fatais” A Platéia São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 118, ano XXXI, p. 2. Confira o comunicado oficial do Serviço Sanitário, dia 25 de outubro de 1918, em MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit 88-90. Outros textos, sobre o Rio de Janeiro, culpavam “o povo” pela propagação epidêmica, veja: “A epidemia de gripe. No Rio ...” A Platéia São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 115, ano XXXI, p.2. Entre os mortos ilustres, de São Paulo ou não, estava a esposa do deputado paulista Galeão Carvalho, sra. Maria José : A Nação São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 126, ano IV, p.1

²⁰⁰ A idéia de “democracia epidêmica” está, em geral, equivocadamente baseada no fato de pessoas ricas e/ou ilustres terem adoecido ou morrido de gripe espanhola, como o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson ou os primeiros-ministros de França e Grã-Bretanha, Georges Clemenceau e David Lloyd George, para ficarmos apenas em personalidades internacionais. Veja os dados organizados por BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e sociedade. A gripe espanhola no município de São Paulo São Paulo: Dep.de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986 (Dissertação de Mestrado), p.119-125

²⁰¹ “Uma tentativa de suicídio” A Gazeta São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 3.833, ano XIII, p.4

acabava matando o vizinho que tentava ajudar a infeliz; uma jovem que se atirava a um poço e para a felicidade da família era resgatada com vida; os operários Francisco Rizzo e João Nello Celioni, encontrados em coma depois de usarem uma arma contra o próprio ouvido, ou o gripado e febril Arthur, de apenas nove anos, que aparecera boiando nas águas do Tietê depois de sair sozinho de casa.²⁰²

Havia doentes que saltavam para a morte da janela de suas casas ou dos hospitais, como João Sestari, o infeliz morador da rua Lopes de Oliveira, nº 47; Francisco Gonçalves Dias, internado na Beneficencia Portuguesa, e Ferreira de tal, em tratamento no Hospital Italiano do Brás. Algumas notícias motivavam pedidos de retificação: foi quando se matou, com facadas no peito, o empregado da Limpeza Pública, João Gomari ou Gusmann, argentino, casado, que acabara de perder um filho com gripe espanhola, ele também gripado. Enquanto alguns jornais da Capital atribuíam seu ato ao estado febril outros contavam história diferente. O Estado de S.Paulo noticiava: *“Faltavam-lhe por completo recursos e, além disso, via-se impossibilitado de salvar quatro filhinhos que tinha consigo, alguns dos quais se encontravam gravemente enfermos por causa da gripe.”* O vigário do Brás respondeu imediatamente aos *“vespertinos ... naturalmente mal informados”* relatando o atendimento à família Gusmann, que incluía visitas médicas, ajuda alimentar e doação de medicamentos, leite, roupas e até pequenas quantias em dinheiro. Segundo o

²⁰² Entre outros jornais: “Um vaqueiro enlouquecido pela gripe” Jornal do Commercio São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 354, ano III, p.4.”O delírio de um gripado” A Gazeta São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 3.841, ano XIII, p.6. “Um caso triste” O Estado de S.Paulo São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 14.555, ano XLIV, p.5 (Francisco Rizzo). “O delírio da gripe. Um operário...” O Combate São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 1.045, ano IV, p.1 (João Nello Celioni). “No delírio da gripe, atirou-se no Tietê e pereceu afogado” Idem, 16 de novembro de 1918, nº 1.048, p. 3. “A “espanhola”. No delírio da febre. Uma moça...” Idem, 26 de novembro de 1918, nº 1.059, p.2

vigário, a própria viúva de Gusmann afirmava que o triste caso teria sido “*feito do delírio e não da fome*”.²⁰³ Os que acompanhavam as notícias que tirassem as suas conclusões.

Alguns casos tinham requintes tétricos, como o da família Schonhardt, onde o fanatismo religioso teve papel fundamental: mãe e filho mataram o pai asfixiado com uma pedra de amolar e deceparam sua cabeça. Segundo a polícia, tudo havia começado depois que o pai, Ernest, gripado, foi tratado no hospital provisório do Clube Germânia e voltou para casa ainda doente, piorou e com febre alta delirava. O imigrante alemão trocou então o protestantismo pelo catolicismo e começou a atormentar a família com suas crenças sobre uma luta entre Deus e o Diabo em que todos deveriam tomar parte para que o Bem fosse vencedor. Elisa, a mãe, acabou adoecendo com influenza e chamou o filho Ernesto para ajudar a cuidar do marido, que parecia cada vez mais transtornado e tentava agredir a mulher. Em pouco tempo, mãe e filho estavam com a idéia fixa de que o corpo do pai, cuja alma já estaria em outro mundo, era na verdade a encarnação do Demônio, daí todo o tormento que a família estava vivendo. Começaram a acreditar que um cheiro de enxofre exalaria de Ernest e até as moscas fugiriam dele: precisavam fazer alguma coisa para livrar a família, e o mundo, de Satanás. Desta constatação à execução do crime foram poucos dias e tudo aconteceu quando, depois de uma luta entre pai e filho, Ernest ficou desacordado. A tragédia acabou sendo descoberta pela filha do casal, Rosa, que, ao visitar a família, havia

²⁰³ “Delírio fatal” O Estado de S. Paulo São Paulo, 20 de outubro de 1918, nº 14.540, ano XLIV, p.7 (Francisco Gonçalves Dias). “No delírio da febre” O Estado de S. Paulo São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº 14.557, ano XLIV, p.5 (João Sestari). “Um pobre doente atirou-se de uma sacada” A Gazeta São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº 3.844, ano XIII, p.1 (Ferreira de tal). Sobre o caso João Gomari ou Gusmann: “Um pobre lixeiro suicidou-se” O Combate São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº 1.047, ano IV, p.3. “Os casos dolorosos ...” A Platéia São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº 134, ano XXXI, p.6.”Dois suicídios” O Estado de S. Paulo São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 14.563, ano XLIV, p.4. “Nossa correspondência. Escrevenos o sr. vigário...” Idem 13 de novembro de 1918, nº 14.564, p.4

se deparado com a terrível cena. Elisa e Ernesto foram presos. Alucinados, rezavam, gritavam e cantavam em louvor a Deus...²⁰⁴

As histórias eram muitas, médicos foram ouvidos a respeito, tratados seriam escritos sobre as perturbações nervosas provocadas pela gripe espanhola. O dr. A. Austregesilo, autoridade em neurologia e psiquiatria, afirmaria:

*“Como toda a moléstia infecciosa — e podemos citar o tifo, a febre amarela, etc — a gripe produz casos de loucura, que são, em geral, numerosos (...). Os casos de loucura de gripe são curáveis, salvo, aqueles cujos indivíduos manifestavam uma grande predisposição para essa psicose. O tratamento não tem nada de importante: é o tratamento vulgar dos loucos facilmente curáveis.”*²⁰⁵

Movidas pelo medo, alimentado ao longo das semanas por relatos de suicídios e assassinatos e por palavras como as do dr. Austregesilo, que eram tão lacônicas quanto outras explicações científicas sobre a gripe espanhola, as pessoas, pobres e ricas, passaram a buscar com insistência insana vários médicos e diversos lugares onde era fornecido tratamento aos gripados. O Serviço Sanitário solicitou então à população que recorresse aos doutores e postos de socorro mais próximos de suas residências pois, como muitas vezes um mesmo indivíduo se dirigia a vários postos, estava havendo um aumento inútil de serviço naqueles locais. Pedia ainda, que as pessoas recorressem aos serviços médicos que estavam sendo organizados apenas quando fosse realmente necessário, para poupar tempo e

²⁰⁴ “Loucura religiosa” *O Estado do S.Paulo* São Paulo, 2 de dezembro de 1918, nº 14.583, ano XLIV, p.3 e 4.
“Loucura trágica” *O Combate* 3 de dezembro de 1918, nº 1.064, ano IV, p.1

²⁰⁵ “A loucura causada pela gripe” *O Combate* São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 1.061, ano IV, p.1
A relação gripe-distúrbios mentais foi objeto de estudos nacionais e internacionais. Entre os textos publicados no Brasil, os da revista *Archivos Brasileiros de Medicina* Rio de Janeiro, ano IX, maio 1919, tinham entre seus autores Juliano Moreira, Murillo de Campos e Waldemar de Almeida. O artigo “Influenza and neurosyphilis” do dr. Karl A. Menninger, de Topeka, Kansas, um de três estudos sobre psicoses associadas à influenza, fazia parte de discussões publicadas pelo Boston State Hospital, Psychopathic Department, Series of 1919, e começava com frase contundente: “*Influenza é há muito reconhecida como um fator desencadeador de doenças metais*”. Cf.: “Influenza and neurosyphilis” *Archives of Internal Medicine* Chicago: American Medical Association Publishers, vol. 24, 1919, p.98-115

trabalho dos profissionais que atendiam os doentes. Os médicos eram cada vez menos numerosos, afinal eles também começavam a adoecer: Silva Aranha, Melchiades Junqueira, Mangin da Cunha, Spinola de Castro, Carvalho Lima, Rodrigues Guião, Caetano Petraglia e o diretor da secretaria do Serviço Sanitário, Joaquim Rabello Teixeira.²⁰⁶

O trabalho era cada vez maior nos postos de socorro do Serviço Sanitário, Liga Nacionalista e Cruz Vermelha Brasileira, locais onde funcionários do Estado e voluntários se mesclavam, e na Assistência Policial, sobrecarregada pelo atendimento aos enfermos depois das 20:00 horas, horário em que os postos do Serviço Sanitário encerravam suas atividades. Como os doutores dos postos de socorro, os médicos da Assistência também atendiam chamados a domicílio. Diante da calamidade, as colônias estrangeiras da Capital foram se mobilizando para atender os patricios, concorrendo para a instalação de mais postos e depois hospitais pela cidade. Além dos portugueses, italianos, austríacos, espanhóis, israelitas e sírios, todos ajudavam como podiam. A Associação dos Pastores Evangélicos criou um local para atendimento médico aos enfermos em sua sede, prometendo distribuir remédios aos carentes. Maçons pagavam a conta da farmácia para *“pessoas reconhecidamente necessitadas”* e espíritas organizaram locais de atendimento aos doentes. Rivais nos campos, Sport Club Corinthians e Palestra Itália, estavam unidos contra a influenza, ambos ofereceram ajuda para a Cruz Vermelha Brasileira, um abrindo subscrição em benefício dos pobres atendidos por aquela instituição, começando com 100\$000 da própria *“sociedade sportiva”*; o outro colocando à disposição sua sede, onde caberiam mais ou menos 30 leitos, para socorro dos enfermos (a Cruz Vermelha Brasileira

²⁰⁶ “A epidemia de gripe. Abusos que convem evitar” A Platéia São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 118, ano XXXI, p. 2. “Médicos sanitários enfermos” “A gripe ... Calma, calma, calma” A Platéia São Paulo, 23 e 24 de outubro de 1918, nº 115 e 116, ano XXXI, p.6 e 6. Palavras como as do dr. Desiderio Stapher, sobre uma providência importantíssima para combater a gripe espanhola que deveria ser mantida em segredo, porque

iria transferir o hospital de sua sede, na rua São Bento, para o local). As listas oferecendo dinheiro, gasolina, carne, o pão de cada dia, sala para atender os doentes ou “*uma cama tipo americano*”, cresciam e se diversificavam. Serviços de leigos empenhados em colaborar no combate à doença e ofertas de carros para o transporte de médicos (e remédios) se multiplicaram. Fábricas, grandes e pequenas, organizaram atendimento aos funcionários ou colocaram a disposição espaço onde podia ser instalado um lugar para atendimento aos gripados: Companhia Antártica, Companhia Nacional de Juta, Cristaleria Itália, Companhia Paulista de Aniagens (Fábrica Penteado), Cotonificio Rodolfo Crespi, Companhia Vidraria Santa Marina, estavam entre elas. Cruz Vermelha Brasileira e Liga Nacionalista dividiram a maior parte das ofertas e da organização do trabalho leigo de assistência.²⁰⁷

Em meio a toda essa mobilização, outros grupos foram organizados e muitos anônimos socorreram amigos e desconhecidos. Dia 26 de outubro, os jornais anunciaram que a Associação Comercial havia aberto uma subscrição que recolheria fundos para os enfermos mais carentes e que se colocava à disposição do presidente do Estado para colaborar no que mais fosse preciso. Um dia antes, o jornal O Estado de S. Paulo havia organizado uma lista para colaborar no socorro aos gripados pobres. Em poucos dias o jornal ganhou um grande colaborador, o Fanfulla, que pretendia mobilizar a colônia italiana para socorrer os que precisavam. Surgia a Comissão de Socorro Estado-Fanfulla,

“*divulgá-la seria anulá-la*”; também colaboravam para insular medo e desconfiança nos paulistanos. Confira, entre outros: “Uma opinião” A Capital São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 131, ano VII, p.1

²⁰⁷ “Um gesto louvável” A Platéia São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 118, ano XXXI, p. 2. “A “Influenza”. Os acadêmicos ..., Os israelitas, Palestra Itália, A ação da polícia e Hospitais estrangeiros” A Capital São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 138, ano VII, p. 4. “Excelente iniciativa da Companhia Antártica”; “Para os pobres e As medidas da Companhia Nacional de Tecidos de Juta”, “Subscrição do “Estado” e do “Fanfulla” e Auxílios à Campanha” e “Várias notícias, Cruz Vermelha Brasileira, Liga Nacionalista” e “Epidemia reinante-Indicador dos postos de socorro” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25, 27, 28 e 29 de outubro de 1918, nº 14. 545, 14.547, 14.548 e 14.549, ano XLIV, p. 4, 5, 4 e 3-4

formada por seis membros e dirigida pelo médico Francisco Pignatari e pelo advogado Alfredo Pujol. Com a imprescindível aprovação do diretor do Serviço Sanitário, a Comissão arrecadou grande quantidade de pequenas contribuições, repassando o dinheiro que recebia à entidades que cuidavam dos gripados e organizando uma distribuição de alimentos aos pobres. O jornal A Capital seguiria o exemplo, coletando fundos e instalando um posto de socorro em sua sede poucas semanas depois.²⁰⁸

A idéia de que o Serviço Sanitário não poderia, mesmo querendo, fazer tudo que era necessário para amenizar os efeitos da gripe espanhola, pontuava em discursos que apelavam para *“a generosidade e inteligência das classes abastadas”* para organização do serviço de socorro médico e alimentar dos pobres, que reduzidos à miséria, constituíam verdadeiros focos infecciosos (e de revolta). Todos aqueles aptos para alguma colaboração precisavam agir: *“a ação oficial, ainda na hipótese simpática de que seja inspirada pelo desejo mais vivo de prover a tudo, não poderá ser tão completa quanto seja talvez necessário daqui a pouco”*.²⁰⁹

A mobilização cresceu à medida que o mês de outubro foi se aproximando do final, todos multiplicavam seus préstimos na mesma proporção que a gripe espanhola somava vítimas: eram oficialmente 2.241 os enfermos em 25 de outubro, menos da metade dos doentes de 5 dias depois, 4.887. Desde o dia 25, os confrades de São Vicente de Paulo haviam organizado um serviço de assistência domiciliar para ajuda das *“classes operárias e menos favorecidas da fortuna”*. Pouco depois, sob a coordenação do arcebispo metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, distribuiriam carne (pela metade do preço da

²⁰⁸ “Associação comercial” A Platéia” São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 118, ano XXXI, p. 2. “Influenza espanhola”, “Subscrição do “Estado” e do “Fanfulla”” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25, 28 e 29 de outubro de 1918, nº 14.545 e 14.548 ano XLIV, p. 3 e 4. “Per i poveri colpiti” Fanfulla São Paulo, 29 de outubro de 1918, nº 14.432, ano XXVI, p.3 Sobre o posto da “A Capital” veja, entre outros: A Capital São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 142, ano VII, p.4

praça), gêneros alimentícios e medicamentos aos gripados mais carentes, dando também a assistência pessoal que fosse necessária. Realizavam visitas domiciliares, bastando que, em nome do doente interessado, fosse retirado um vale na Cúria Metropolitana. Vales, com a chancela do arcebispo, seriam distribuídos em diferentes locais (cuja lista a imprensa publicaria), também para controlar as doações que os mais pobres levariam para casa. Nestes mesmos lugares haveria uma sopa para os mais necessitados.²¹⁰

Com o número de enfermos e mortos sempre aumentando, os comentários sobre a situação epidêmica começaram sutilmente a se metamorfosear. Até então frases de crítica às ações governamentais eram esporádicas, como as que ganharam as manchetes dos jornais devido ao funcionamento do Teatro Municipal, o teatro “da elite”, quando todas as casas de espetáculos cerravam suas portas. Mas elas eram diluídas com rapidez diante da presença imponente de Arthur Neiva e suas determinações para o combate à epidemia. A forma como a imprensa reproduzia, sem muitas indagações ou críticas, os boletins oficiais do Serviço Sanitário, são indícios de como os homens de saúde do governo impunham suas idéias e seu modo de agir. Palavras irônicas, como “*o Municipal tem licença para infeccionar a cidade*”, eram efêmeras, restritas a poucos casos, que existiam por motivos nem sempre confessáveis, ... entretanto em poucos dias o Teatro Municipal foi fechado e tudo ficou esquecido.²¹¹

Mas, em 27 de outubro, um artigo começava a questionar o sistema montado para o socorro aos doentes de influenza: “*Todavia, ainda uma vez diremos, há alguma*

²⁰⁹ “Notas e informações” O Estado de S. Paulo São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 14.546, ano XLIV, p.3

²¹⁰ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit. p.48. “Assistência domiciliar e hospitalar. Relatório apresentado ao Exm.Sr.Dr. Presidente do Estado pela Cúria Metropolitana de S.Paulo” Boletim Ecclesiastico São Paulo, nº 6, ano X, p.237-243, novembro e dezembro de 1918, p.237-239. “Influenza espanhola”; “Socorros aos pobres” e “Socorros aos pobres” O Estado de S. Paulo São Paulo, 22 e 28 de outubro e 2 de novembro de 1918 nº 14.542, 14.548 e 14.553, ano XLIV, p.4, 4 e 4

desorganização nisso tudo". Segundo o texto, essa situação era até certo ponto inevitável, mas se tornava imperdoável quanto a inconvenientes que a simples atenção ao *"terrível exemplo"* do Rio de Janeiro deixavam entrever. Era necessário melhorar a distribuição de serviços entre as farmácias, requisitar e solicitar veículos (das secretarias e repartições do Estado, das empresas de automóveis e dos particulares) para conduzir médicos e remédios até os doentes.²¹² Comentários que não discordavam do que estava sendo realizado, mas que indicavam temor pelo crescimento do número de enfermos, o que poderia resultar na rápida falência do esquema existente de combate à gripe espanhola.

As idéias propostas podiam não ser originais, mas a forma como eram colocadas para aqueles que as liam era diferente: havia questionamento, cobrava-se uma atitude imediata. Quando foi decretado cinco dias de feriado na cidade de São Paulo a situação pareceu ainda mais perigosa.²¹³

No dia seguinte a publicação do artigo, em entrevista concedida ao O Estado de S.Paulo, Arthur Neiva afirmava a necessidade cada vez mais premente das coletividades e corporações de São Paulo, sem perda de tempo, organizarem socorros para os seus membros ou o povo em geral, pois o Serviço Sanitário não poderia atender as múltiplas e crescentes obrigações que a situação estava exigindo. Era preciso *"repartir pelo maior número possível de entidades os encargos da luta, cujos reveses não de recair sobre toda a população urbana."*²¹⁴ Fazendo eco às palavras de Neiva, o comunicado oficial do Serviço Sanitário de 28 de outubro, apelava para a *"filantropia humana"*, solicitando

²¹¹ "A espanhola" A Nação São Paulo, 22 e 23 de outubro de 1918, nº 124 e 125, ano IV, p. 1 e 1. Veja: "A jogatina e a epidemia" O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de outubro de 1918, nº 14.547, ano XLIV, p.5

²¹² "Notícias diversas. A influenza espanhola" O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de outubro de 1918, nº 14.547, ano XLIV, p.5. Veja também "Queixas e reclamações", p.6

²¹³ Sobre as regras para o feriado prolongado, até 31 de outubro: "Cinco dias feriado" A Platéia São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 118, ano XXXI, p.2

²¹⁴ "Notícias diversas" O Estado de S.Paulo São Paulo, 28 de outubro de 1918 nº 14.548, ano XLIV, p. 3

*“todas as iniciativas que os particulares possam tomar, colaborando com o Governo para dominar a crise que experimenta a saúde pública, diante da invasão epidêmica do mal de extraordinária expansibilidade e cuja profilaxia específica ainda ignora a ciência”.*²¹⁵

No mesmo comunicado era reiterada a autorização, feita no boletim anterior, para que todas as farmácias da Capital aviassem receitas para indigentes. As prescrições médicas deveriam estar em formulários especiais, já usados pelas 27 primeiras farmácias credenciadas. O governo pagaria as despesas (seriam aviadas 8.833 receitas em 83 farmácias).²¹⁶ O Serviço Sanitário emitiu ainda o que chamou de *“insistente apelo”* para que nos bairros mais distantes, e pobres, fossem organizadas cooperativas alimentares, pois, como diziam, era prevista a devastação epidêmica naqueles lugares e o conseqüente desmantelamento do comércio de gêneros de primeira necessidade; o resultado seria a fome. O órgão de saúde do Estado parecia esgotado diante das proporções da doença. Neiva, o homem chamado de *“admirável administrador”*, apontado como dotado de uma capacidade magnífica de previsão, organização e trabalho, aparentemente estava sendo tragado pela influenza e delegava, de forma um tanto sombria, tarefas para uma população assustada: as listas de donativos passaram a ocupar cada vez mais as colunas dos jornais, que tinham suas páginas reduzidas pela falta de pessoal que transformasse informações em palavras impressas. O número de gripados era assustador.

São Paulo, a grandiosa capital do estado, aparentemente caminhava para um ponto crítico. Mas, em meio ao aumento de enfermos e diminuição expressiva de pessoal sadio que pudesse tratar os doentes, o Serviço Sanitário emitiu um novo apelo, não de socorro,

²¹⁵ “Notícias diversas. A Influenza espanhola. Comunicado do serviço sanitário” O Estado de S.Paulo São Paulo, 29 de outubro de 1918, nº 14.549, ano XLIV, p.3. Os grifos são meus.

²¹⁶ Cf.: Relatório apresentado ao Exmo.Snr.Dr.Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Gripe epidêmica, p.118-119

mas de confiança em uma nova estratégia de combate à epidemia: a hospitalização dos gripados. A internação hospitalar foi apresentada como a possibilidade mais eficiente para tratar e barrar a influenza nas circunstâncias vividas pela Capital naquele momento.

Louvados, a partir de então, na prosa diária das autoridades e pelos meios de comunicação, os hospitais para gripados surgiram, de maneira esparsa, com os primeiros casos de influenza. Entretanto, esses locais de atendimento aos doentes nem sempre eram bem vistos pela população das vizinhanças, temerosa quanto à propagação da doença. Na Barra Funda, moradores reclamavam das precárias instalações do Hospital Israelita, que ficava em uma sinagoga não terminada da rua Capitão Matarazzo. Temiam o resultado do acúmulo das fezes dos pacientes que os enfermeiros despejavam em buracos abertos nos fundos do hospital, o que, diziam, predispunha o ambiente à propagação da epidemia reinante. Apavorados, os moradores do lugar pediam a ação imediata e enérgica do Serviço Sanitário e estavam dispostos a fazer *“desaparecer pelas suas próprias mãos esse antro de micróbios, caso não sejam imediatamente atendidos”*.²¹⁷

Reação desesperada diante de uma ameaça que parecia iminente. Lembrando as palavras de Daniel Defoe, sobre a peste em Londres no século XVII, *“autopreservação, na verdade, parecia ser a primeira lei. (...) O perigo da morte imediata | tirava | o sentido do amor e de toda consideração para com o próximo.”*²¹⁸

E foi esse mesmo desespero que embasou a opção pela hospitalização como forma terapêutica eficaz. Os hospitais foram organizados em meio a críticas que reclamavam

²¹⁷ “Uma reclamação” *A Platéia* São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 123, ano XXXI, p.6. Sobre hospitais: “Hospitais estrangeiros” *A Capital* São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 138, ano VII, p.4. “Filantropia dos Lusitanos” e “A ação da colônia italiana” *O Estado de S. Paulo* São Paulo, 29 de outubro de 1918, nº 14.549, ano XLIV, p.3. Caso semelhante ocorreu dias depois com o hospital organizado pela Cruz Vermelha Brasileira em sua sede, na rua São Bento. A entidade beneficente alugava parte de um prédio comercial e os outros inquilinos exigiram a retirada do nosocômio, que poderia significar contaminação e assustava fregüeses. O hospital foi transferido para o Palestra Itália.

havia muito o isolamento da cidade e começavam a falar em segregação dos doentes como forma de frear a propagação da influenza. Os chamados nosocômios, repudiados pela população há séculos como lugar de morte e tratamento de miseráveis, transformaram-se no final de outubro na “grande solução” para o desastre epidêmico.²¹⁹ Mais que atestado de falência das providências implementadas e gerenciadas pelo Serviço Sanitário até então, os hospitais provisórios, como passaram a ser denominados, possibilitaram uma rearticulação do discurso e da prática dos chamados homens de ciência em um momento em que tudo parecia ruir.²²⁰ Habilmente tecida, a justificativa para a transformação operada sinalizava os culpados pela situação de calamidade e apontava para a solução hospitalar: faltavam pessoas aptas para auxiliar no tratamento de enfermos, portanto uma fatalidade, e aumentava a quantidade de gripados, em muitos casos devido a imprudência das próprias pessoas que não seguiam corretamente as prescrições médicas. Assim, aquilo que seria a declaração de um fracasso resultou na reformulação das ações médico-sanitárias diante das proporções da doença e de sua impossibilidade de cura. Dia 30 de outubro, o dr. Arnaldo

²¹⁸ DEFOE, Daniel. Um diário do ano da peste Porto Alegre: L&PM, 1987, p. 111-112

²¹⁹ Vários estudos sobre a organização hospitalar, como conhecemos hoje, assinalam que em sua origem medieval o local era “*um lugar onde morrer*” e não de tratamento e cura. Veja o texto clássico de FOUCAULT, Michel. “O nascimento do hospital” Microfísica do poder 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.99-111. Entretanto, estudo mais recente de Annie Saunier aponta o hospital medieval como um “*verdadeiro estabelecimento de cuidados, representando, na cidade, um papel sanitário e profilático*”, que atendia alguns ricos e muitos pobres. A autora conclui que o hospital era um lugar de “*cura ou saúde que as pessoas afortunadas podem obter ou assegurar fazendo apelo ao seu médico, mas que os desprotegidos privados de teto, de família e de recursos só podem esperar da caridade pública. Uma caridade pública que, na Idade Média, encarnava nas instituições hospitalares*” Veja: “A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques (org.) As doenças têm história Lisboa: Terramar, s.d., p.205-220

Importante assinalar que, arraigado na memória como local de morte ou lugar privilegiado de tratamento dos desamparados, na São Paulo do início do século XX, o hospital despertava receios e reservas entre muitos moradores da Capital. O ideal de assistência à pobreza, que norteou a organização das Santas Casas de Misericórdia, desde sua origem em Portugal, certamente contribuiu para isso. Cf.: CORREIA, Fernando da Silva. Origens e formação das misericórdias portuguesas Reedição. Lisboa: Livros Horizonte; Misericórdia de Lisboa, 1999 e MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599 ?-1884) São Paulo: Conselho Est. de Cultura, 1976

²²⁰ Veja, sobre a idéia de falência do Serviço Sanitário: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e Sociedade. Op. cit. p.209-217

Vieira de Carvalho era anunciado por Arthur Neiva como coordenador dos hospitais provisórios.²²¹

Na imprensa, em meio a críticas ferinas à Câmara Municipal, que nada fazia, se limitando a conceder “*moção de aplausos*” ao presidente do Estado e amplos poderes ao prefeito municipal,²²² surgiram elogios explícitos à iniciativa da hospitalização dos gripados e temor que a “*velha e arraigada prevenção do povo inculto contra hospitais*” pudesse prejudicar a medida. Um cidadão aventava então um motivo singular para o horror que a hospitalização despertava em muitos paulistanos: a falta de atendimento àqueles que recorriam ao hospital para saber notícias de parente ou amigo internado. Certamente, fantasias apavorantes povoavam a mente das pessoas e o famoso chá da meia-noite foi a mais popular delas: os médicos prescreveriam a beberagem para abreviar a agonia dos doentes em fase crítica e assim liberariam leitos para tratar daqueles com possibilidade de recuperação. Independente do motivo e do medo, para tentar superar o problema os jornais aconselhavam o uso de cartazes em cada bairro, informando onde ficava o hospital ou posto

²²¹ Cf.: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit. p.104. As organizações hospitalares existentes na Capital, como a Santa Casa de Misericórdia, abriram suas portas aos gripados mais ou menos a partir dessa data. Esses hospitais haviam, até então, privilegiado o atendimento aos seus internos e doentes de outras enfermidades. A primeira enfermaria exclusiva para “*gripadas em estado interessante*”, da Maternidade de São Paulo, dataria da mesma semana, confira: “Na maternidade” O Estado de S.Paulo São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 14.553, ano XLIV, p.4

²²² A Câmara Municipal de São Paulo, praticamente nada fez durante a epidemia de gripe espanhola. Discutiu um projeto que autorizava o prefeito estabelecer postos médicos e ambulâncias nos distritos municipais que julgasse mais conveniente e a organizar hospitais provisórios para os mais pobres, caso fosse imprescindível, utilizando para isso edifícios escolares (sempre em acordo com o governo do Estado e o Serviço Sanitário). O projeto, que recebeu o nº 46, foi arquivado, pois a Câmara votou e aprovou, em primeira discussão e por unanimidade, a resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918 (projeto nº 52), que autorizava, em seu parágrafo único: “*o prefeito municipal a tomar todas as providências necessárias à assistência pública relativamente à pandemia reinante, bem como a usar das medidas extraordinárias que forem precisas para o regular andamento da administração, abrindo para esses fins os créditos que lhe parecerem suficientes.*” Pouco depois, os nobres edis deixaram a cidade. Cf.: SÃO PAULO. Câmara Municipal de. Anais das Sessões de 1918. São Paulo: Typographia Piratininga, 1918, p.316-317, 378-379 (inclusive moção de aplausos ao governo do Estado) e 461

mais próximo, e a criação de um grupo de visitantes que fizesse a propaganda da hospitalização.²²³ O jornal O Combate era categórico:

“a quase totalidade dos casos fatais |de gripe espanhola| se deram nos bairros habitados pela população proletária, especialmente, o Brás, o Bom Retiro, o Bexiga e a baixada que margeia as várzeas do Carmo e do Glicério. Este fato significa o que muitas vezes temos dito: o maior mal da “espanhola”, já por si perigosa, é a falta de tratamento ocasionada pela demora dos médicos que assistem os enfermos necessitados e pela desorganização dos lares pobres, em que todos caem ao mesmo tempo e não há quem os acuda. O remédio, repetimos, está na hospitalização dos enfermos de formas mais graves e dos que se achem sem recursos pela generalização da moléstia. Essa medida precisa ser tomada compulsoriamente em certos casos e aconselhada geralmente à população (...). Cumpre fazer-se, pois, a mais intensa propaganda dos hospitais, providenciando ao mesmo tempo para que não falem alojamentos quando essa propaganda começar a produzir efeitos.”²²⁴

Dia 1º de novembro, junto com 22 postos de socorro, eram 7 os hospitais anunciados em destaque pelo jornal O Estado de S.Paulo: da Colônia Italiana, da Caridade do Brás, do Mosteiro de São Bento, das Irmãs Missionárias do Coração de Jesus — para mulheres e crianças, da Liga Nacionalista, de Santa Inês — também para mulheres e crianças e o do Colégio Diocesano. O Israelita, como o Hospital da Imigração (na Hospedaria dos Imigrantes), continuavam atendendo, assim como os da Cruz Vermelha Brasileira, o do Palestra Itália e outro na sede da União Mútua de Socorros da Barra Funda.

²²³ Veja: “Notas e informações” e “Nossa correspondência” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º e 7 de novembro de 1918, nº 14.552 e 14.558, ano XLIV, p.3 e 4. Sobre a falta de informações, o hospital da Hospedaria dos Imigrantes foi citado por mais de um paulistano. Sobre o chá da meia-noite: PENTEADO, Jacob. Belénzinho. 1910 São Paulo: Martins, p.282-283. A idéia do terrível chá aparentemente seria importada do sul da Itália, lembranças da epidemia de cólera do século XVII. Sobre a epidemia em Nápoles, confira: RENZI, Salv.de Napoli nell’anno 1656 Napoli: Celi Editore, 1968

²²⁴ “A necessidade da hospitalização” O Combate São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 1.042, ano IV, p. 3 (os grifos são meus)

O número de estabelecimentos hospitalares sob a coordenação de Arnaldo Vieira de Carvalho cresceria rapidamente, no dia seguinte já seriam 21.²²⁵

Falando dos médicos adoecidos, da escassez de remédios (inclusive pela falta de quem os manipulasse) e da sobrecarga das pessoas que atendiam aos enfermos nos postos e nas casas, Arthur Neiva deixava entrever a quem preferencialmente se destinavam os hospitais: a população pobre, para muitos o temido foco de propagação da doença. Seriam dois os telefones colocados à disposição dos paulistanos para os pedidos de remoção até um hospital: cidade 790 e cidade 2009. Quem precisaria pedir transporte? Principalmente os pobres, que não teriam carro ou meios para pagar um. “*Para os indigentes*” a Light & Power, anunciando colaborar com o esforço para hospitalização, colocava a disposição dois bondes que circulariam de graça pela cidade conduzido até os hospitais aqueles que precisassem de internação. Medida que, segundo Neiva, muito ajudaria o sobrecarregado Desinfectório Central encarregado da condução de enfermos, pois a falta de pessoal se fazia sentir: vários funcionários estavam doentes.²²⁶ Dia 3 de novembro o diretor do Serviço Sanitário, afirmava em reveladoras palavras:

“o serviço de remoção de doentes para hospitais foi feito hoje regularmente e em muito maior escala, o que prova que o público já vem compreendendo as vantagens da hospitalização. A hospitalização é um fator que muito contribui para a diminuição da mortalidade pela moléstia, pois nos hospitais o doente poderá contar com outros recursos terapêuticos, que muitas vezes não encontraria em sua própria casa, além de ficarem sujeitos a uma dieta mais rigorosa, que deve ser mantida principalmente entre as crianças, cujo obituário se eleva pela quebra, muitas vezes, do regime dietético.”

²²⁵ “A epidemia reinante. Indicadores de Hospitais e Postos...” O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 14.552, ano XLIV, p.5. MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit. p. 36

²²⁶ “Notícias Diversas” O Estado de São Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 14.552, ano XLIV, p.3. As pessoas que trabalhavam na assistência aos enfermos pobres usariam muito o serviço dos bondes.

Chamamos também a atenção do público para os cuidados que devem tomar os convalescentes, pois as recaídas são freqüentes e mais perigosas, principalmente, entre os operários que se entregam a trabalhos que dependem de grandes esforços físicos.

A moléstia tem produzido maiores destruições nos distritos do Brás, Mooca, Belenzinho, Bom Retiro e Bela Vista, que somente hoje concorreram com 101 óbitos.”²²⁷

O número de gripados era assombroso, foram 5.371 (aproximadamente 1% da população de São Paulo) os casos novos notificados dia 3 e 7.786 no dia seguinte. A epidemia atingia seu ápice. Mas há dias falava-se em convalescentes, para alento de alguns e desespero daqueles que, desolados com o que supunham não ter feito, contavam seus mortos: 138 dia 3 e 172 um dia depois. As vítimas fatais cresceriam ainda mais.²²⁸ Os pobres, operários, eram citados direta e indiretamente (através dos lugares onde moravam), como os que mais adoeciam e morriam. E a culpa, mais uma vez, parecia deles mesmos, que não seguiam o tratamento como deviam. Entretanto, alguns jornais denunciavam a falta de postos de socorro (em lugares como Lapa, Mooca, Pinheiros e Freguesia do Ó), de atendimento adequado e de condições de vida dos trabalhadores paulistanos. O Combate, comentando o boletim do Serviço Sanitário, estampava manchete, “A “espanhola” mata mais nos bairros pobres”, e repetia considerações já feitas em outra data, com palavras pouco diferentes: a incidência de mortos podia ser resultado do socorro que chegava tarde, quando chegava, ou a prova das conseqüências da falta de higiene, do acúmulo das pessoas em poucos aposentos e da carência de recursos terapêuticos ou alimentares de que padeciam os trabalhadores. Mas no periódico, como no comunicado do governo, a

²²⁷ “Notícias diversas” O Estado de São Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p.2

²²⁸ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p. 48 e 51. A partir de novembro, o discurso sobre os convalescentes aumentou imensamente, jornais publicavam Conselhos aos Convalescentes, da Cruz Vermelha Brasileira, e progandas de remédios para os que haviam tido a doença cresceram muito, veja entre

hospitalização era a grande solução. Logo acima da reportagem do jornal, sob uma fotografia onde se via “*um hospital para gripados*”, assepticamente organizado, havia a frase: “*Convença-se o povo de que nos hospitais os enfermos serão mais bem tratados do que em casa, porque lá não lhe faltarão médicos, enfermeiros, remédios e alimentos, sem falar no asseio e na abundância de ar e de luz que não pode haver nos lares pobres.*”²²⁹

Um mesmo discurso, o científico, e uma mesma solução, a hospitalização, estavam embasando tanto as frases que procuravam denunciar a terrível situação dos moradores mais pobres de São Paulo e desqualificar a ação do governo, quanto o discurso das autoridades sanitárias.

E não foi apenas o crítico jornal O Combate que aplaudiu a iniciativa de internar os gripados em hospitais especialmente organizados para isso. Merecedor de elogios explícitos do Serviço Sanitário pela iniciativa, o jornal O Estado de S.Paulo publicava em sua primeira página, ainda no dia 1º de novembro, um comunicado “Ao Povo” onde se lia:

“É da maior conveniência para os enfermos a sua ida para um dos hospitais montados pelo governo ou por particulares. Nesses hospitais, arejados, limpos, claros, há todo o conforto — boas camas, boa roupa, remédios, médicos e enfermeiros para acudir ao doente a tempo e hora. Todos os pobres que tenham um doente em sua casa, se tiverem amor ao mesmo e à sua família, devem tratar sem a menor demora de remover esse doente para o hospital mais próximo.

Com a escassez de médicos e de farmácias para atender a todos os enfermos espalhados pela cidade, muitos desses enfermos poderão perecer por falta de tratamento e de remédios. Indo para o hospital não lhes faltará nada, e sairão curados dentro de três ou quatro dias.

vários: “A “influenza”” A Capital São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 141, ano VII, p.3 e “Depois da Influenza” O Estado de S.Paulo São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 14.553, ano XLIV, p.5

²²⁹ “A “espanhola” mata mais nos bairros pobres ” e foto O Combate São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 1.043, ano IV, p.1. Veja: “Nos bairros operários” A Gazeta São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 3.842, ano XIII, p.1. “Os bairros mais atingidos” Idem 6 de novembro de 1918, nº 3.844, ano XIII, p.1.

Os enfermos que tiverem suas famílias necessitadas de recursos poderão reclamar, nos hospitais, aquilo de que as mesmas precisem, e serão atendidos imediatamente.

As famílias de cada quarteirão devem interessar-se umas pelas outras, mandando saber diariamente o que necessitam, e socorrer-se mutuamente com alimentos, remédios, auxílios de toda a espécie. Um desses auxílios consistirá em convencer os doentes pobres de que devem ir quanto antes para um hospital, onde terão médico, enfermeiro, medicamentos, leitos excelentes e tudo que é necessário, a tempo e hora.

Quando alguém se sentir incomodado deve ir a um posto de socorro, se houver perto de sua casa; se não, acomodar-se sem perda de tempo, ficar quieto na cama, tomar um purgante e depois um sudorífico, mandando dar aviso ao posto de socorro, ou médico, mais próximo.

A experiência tem demonstrado que grande número de mortes se dão por falta de resguardo e de outros cuidados, principalmente no período de convalescença. O enfermo, enquanto não ficar completamente bom, não deve sair dos seus comodos, não deve cometer o menor abuso de comida, não deve fazer nenhum esforço muscular, evitar as correntes de ar e a humidade, etc.

Fugir dos remédios aconselhados por ignorantes ou por simples anúncios, não dar ouvidos a curandeiros nem a maniacos que se julgam capazes de substituir o médico: tudo isto são precauções indispensáveis.”²³⁰

Passados quinze dias da publicação pela imprensa do “Comunicado do Serviço Sanitário”, onde se falava no tipo comum e benigno da influenza e se faziam considerações sobre a inutilidade do isolamento dos enfermos, o que se pregava era a hospitalização e a vigilância generalizada. Apelos insistentes aos cuidados individuais para debelar a moléstia haviam sido substituídos pelo aviso da necessidade de auxílio profissional ao primeiro sintoma da gripe espanhola e pelo destaque aos cuidados com os convalescentes e as

²³⁰ “Ao Povo” O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 14.552, ano XLIV, p.1

perigosíssimas recaídas. No lugar dos preventivos e conselhos de tratamento contra a influenza, o que se destacava era a condenação de formas e fórmulas contra a doença que escapassem do restrito controle do saber da ciência médica.

Com um discurso que fazia um giro de cento e oitenta graus, o Serviço Sanitário procurava manter o controle de uma população sobrecarregada, esgotada e apavorada diante de uma doença que matava de forma descomunal. Mesmo impotente para realizar a cura da gripe espanhola, o saber da ciência médica era mais uma vez apresentado como aquele que poderia contornar e eliminar aquela terrível ameaça à saúde e a vida, através da hospitalização. O que não impedia as pessoas de se questionarem: existiriam opções de tratamentos, quem sabe mais eficazes, para a terrível epidemia daqueles que foram chamados de “*amargos dias*” ?²³¹

CAPÍTULO II – GRIPE ESPANHOLA: A PESTE E AS TENTATIVAS DE CURA

“(...) não haverá tratado de terapêutica mais completo do que ... as últimas páginas dos jornais.”

O Estado de S.Paulo - 18/10/1918

“Hoje quando uma criatura tem uma dor de cabeça mais forte, ou um resfriado demora mais do que uma semana, vai ao especialista. É grande a encenação ... Vai para casa, toma injeções e instilações com bombas moderníssimas. Custa a sarar do mesmo jeito. Mas, tem o conforto de se ver amparado pela medicina.”

Raul Duarte São Paulo de ontem e de hoje ...

Apresentação

Desde os primeiros dias da epidemia de gripe espanhola, muitos medicamentos foram apresentados à população de São Paulo como dotados do poder de aliviar os transtornos causados pela enfermidade, impedir seu aparecimento e restabelecer o vigor aos sobreviventes. Respaldados no discurso médico sobre os possíveis e limitados efeitos de algumas substâncias (como quinino) e preparados, que poderiam ajudar no trato dos gripados e até concorrer para a não manifestação da moléstia, muitos comerciantes de remédios inundaram as páginas dos jornais com suas propagandas. Tentativas de tabelar preços, distribuição de remédio para os mais pobres, farmácias abertas 24 horas. Governo e particulares procuraram socorrer uma população desesperada que corria atrás de alguma

²³¹ A expressão é do dr. Moncorvo Filho, ao relatar suas experiências durante a gripe espanhola no Rio de Janeiro. Veja: MONCORVO FILHO. O pandemonio de 1918 Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil, 1924, p.129

forma de alívio contra a gripe espanhola; entretanto, os abusos foram muitos, como veremos na primeira parte do Capítulo II. Explorando do medo das pessoas de adoecerem até a alegria por terem sobrevivido a influenza, indivíduos ofereciam diferentes produtos e serviços visando lucrar com a desgraça chamada gripe espanhola: dos cigarros Sudan (*“Nada de pânico: fumem Sudan! ...”*) ao Parque Balneário-Hotel de Santos (*“...o melhor ponto para o restabelecimento dos convalescentes de gripe é o Parque Balneário-Hotel”*). E havia os que, para o Serviço Sanitário, extrapolavam, entre eles, Madame Virgínia, que dizia curar a influenza manipulando o aparelho chamado Farador, ou Moura Lacerda e seus ensinamentos de *“autocura física”*. Charlatanices, segundo aquele Serviço. Entretanto, como coibir tais práticas quando, em todos os jornais da Capital, remédios oficialmente aprovados pelas autoridades sanitárias apareciam lado a lado com poções, fórmulas e inventos milagrosos das mais diversas, e “obscuras”, autorias? E mais, quando este espaço em comum significava muitas vezes a partilha de uma linguagem que parecia eficiente para atingir os prováveis clientes? Recuperar este universo, exposto de maneira singular na época da epidemia é o que pretendo. Contudo, passada a gripe espanhola, os sinais de uma empreitada quase imperceptível ganharam um pouco mais de nitidez: aquela que tentava separar os medicamentos “oficiais” dos outros preparados que freqüentavam as páginas dos jornais. Era o discurso dos homens de ciência buscando diferenciar e firmar ainda mais o seu espaço na sociedade.

Durante a gripe espanhola, uma outra ciência colocou à disposição dos paulistanos seus meios de cura: a homeopatia. A segunda parte do Capítulo II faz um breve histórico da “medicina dos sintomas”, inclusive suas relações com o magnetismo e o espiritismo, e resgata a participação dos homeopatas e a utilização dos produtos que preparavam no combate à influenza em São Paulo, destacando o remédio Grippina, do dr. Alberto Seabra e

as declarações e indicações terapêuticas do dr. Murtinho Nobre. Conhecida dos moradores da Capital desde o século XIX, disputando clientes com a alopatia e diferentes artes de curar, a homeopatia nas primeiras décadas do século XX ainda trazia, em várias propagandas de seus medicamentos e falas de seus seguidores, os ecos (muitas vezes combinados) de uma disputa interna ocorrida entre seus adeptos no Oitocentos: enquanto alguns acreditavam que qualquer pessoa poderia ser um homeopata, bastando para isso aprender os ensinamentos de Hahnemann; outros julgavam que homeopata era o médico, com formação em uma faculdade regular, que adquirisse conhecimentos homeopáticos. Mas, como destaque, durante a influenza, o que mais chamou atenção em São Paulo, além da aparente cordialidade entre homeopatas e alopatas, foi a diferença dos dois discursos médicos, científicos, sobre a gripe espanhola: enquanto a alopatia colocava a possibilidade de cura no futuro, graças às pesquisas e métodos progressivamente aperfeiçoados de sua ciência; os homeopatas prometiam a cura no presente, pois não haveria “*segredos na gripe*”, como afirmava Murtinho Nobre. Assim, ao longo do período epidêmico, com o número de doentes e mortos crescendo, certamente foi mais fácil para os adeptos da ciência alopática manipular seu malogro que para os homeopatas explicarem seu pouco sucesso. Não seria a convivência afável durante a gripe espanhola uma forma de diversos seguidores dessas duas ciências dividirem esse estrondoso fracasso chamado epidemia de gripe espanhola ?

Muitos paulistanos teriam respondido “sim”, caso a questão tivesse sido feita em 1918. Na tentativa de se livrar ou proteger da doença, vários deles recorreram a meios e remédios que não eram exatamente os propostos pelos doutores, alopatas ou homeopatas. A última parte do Capítulo II resgata os saberes de cura, nativos ou vindos de outras terras, que foram usados em São Paulo na tentativa de debelar a influenza. Limão (com ou sem a

pinga), canela, folhas de eucalipto, cebola e alho. Produtos “caseiros” que mereceram inclusive a atenção das autoridades governamentais e sanitárias, alguns, como a canela, acabaram industrializados e diversos foram largamente empregados na tentativa de debelar o padecimento dos gripados. Na indicação dessas e outras mezinhas, onde era grande a variedade de ervas e raízes, foi possível percebermos um pouco do imbricamento da medicina popular com noções científicas difundidas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX e como o Serviço Sanitário do Estado preocupou-se, naqueles anos, em conhecer, classificar e controlar esses saberes de cura, onde rezas e orações, principalmente de curandeiros, mas também de fiéis católicos, eram destaque. O levantamento feito pelo botânico F.C. Hoehne nas ervanárias de São Paulo foi exemplar pois, além de explicitar uma tentativa de conhecimento e controle, acabou revelando aspectos de um mundo onde as separações de comerciantes, curandeiros e mezinheiros eram tênues e a popularidade dos tratamentos e remédios “naturais” enorme (inclusive aqueles manipulados em farmácias). Diferentes saberes de cura, resultado da diversidade, trocas e recriações culturais entre paulistanos de diferentes classes e grupos sociais, tanto quanto das diversas manifestações religiosas dos moradores da Capital.

1. O comércio de remédios: alopáticas *versus* charlatanices

Em outubro de 1918, entre as diversas informações sobre a nova epidemia, o autor de um pequeno artigo do jornal O Estado de S.Paulo, entre perplexo e desconfiado, relatava o assombroso número de medicamentos que em poucos dias haviam sido nomeados como “*preservativos infalíveis*” da gripe espanhola.²³² Afinal qual era o remédio ?

Na Academia de Medicina no Rio de Janeiro, em sessão do dia 10 de outubro, o dr. Carlos Seidl, então Diretor Geral de Saúde Pública, havia relatado, pontualmente, suas observações sobre a epidemia. Com convicção no saber médico, e palavras similares àquelas que seriam usadas dias depois no comunicado à população do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, o dr. Seidl tinha concluído ser a doença a mesma gripe conhecida do homem há milênios, que de tempos em tempos se alastrava de forma pandêmica pelo globo. Doença microbiana sem uma única causa específica, zombando de todos os meios que visavam impedir sua presença em uma cidade ou território (inclusive do isolamento, caso não fosse prolongado e absoluto). Apenas a profilaxia individual teria alguma probabilidade de êxito. E eram cuidados pessoais que o respeitável médico indicava como remédio contra a influenza, apesar de suas reconhecidas limitações.

*“Em primeiro lugar é recomendável a rigorosa antisepsia da boca e das fossas nasais. À prática de vários médicos deve-se o conselho da administração pela via gástrica, de sais de quinino, em dose útil, como preservativo.(...)”*²³³

Remédio para muitos males desde os tempos coloniais, a quina se tornara, ao longo dos anos, objeto de estudos detalhados e emprego generalizado no combate às febres que pululavam pelo território nacional. A substância foi usada na Europa desde o século XVII no combate à malária. No Brasil, a cinchona peruana alcançou importância redobrada na

²³² “Coisas da Cidade - Anúncios” O Estado de S.Paulo São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº14.538, ano XLIV, p.6

²³³ SEIDL, Carlos. A proposito da pandemia de gripe em 1918 Rio de Janeiro: Typ.Besnard Frères, 1919, p.44-45

Segundo o mais popular dicionário de medicina da época, a quinina é uma substância branca alcalina extraída da quina e combinada com ácidos para ser melhor utilizada, daí resultando os sais de quinino. O ácido mais usado é o sulfúrico que origina o sulfato de quinina. Cf.: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851, v.3, p.331-338

medida em que as incursões pelo interior vitimavam com febres terçãs, quartãs, perniciosas ou intermitente, homens que nomeavam de diversas maneiras aquilo que muitas vezes os mataria. Mas, a malária assombrava não apenas os primeiros europeus que pisaram em solo nacional, aterrorizava aqueles que por necessidade de sobrevivência ou ambição, se embrenhavam pelo interior do estado de São Paulo no início do século XX, em busca de novos lugares para o plantio do café.²³⁴

A preocupação com a enfermidade que dizimava imigrantes e alguns fazendeiros mobilizou o diretor geral do Serviço Sanitário do Estado, conhecedor dos problemas causados pela doença no interior do país e chamado de “*malariólogo de fama*” por Afrânio Peixoto. Em fevereiro de 1918, Arthur Neiva escrevia relatório ao Secretário do Interior insistindo na necessidade de fabricação do sal de quinino — “*aspiração dos higienistas do país*”. A União havia aberto crédito para o serviço de profilaxia rural e o regulamento sanitário de São Paulo determinava a produção do sal pelo Estado. Arthur Neiva calculava custos e sugeria que o Butantan produzisse a substância.²³⁵

Incansavelmente procurada pelo sertão tupiniquim, ingrediente indispensável de poções como a Água de Inglaterra ou Água Inglesa, que atravessou os séculos sendo empregada como remédio para quase todas as enfermidades, a quina era ainda no século XX utilizada para o combate de muitos males. Mais de um século havia passado desde que José Maria Bomtempo escrevera sua Memória sobre algumas enfermidades do Rio de

A utilização dos sais de quinino na gripe espanhola foi internacionalmente discutida no período da epidemia e nos anos seguintes. Como exemplo, confira: The British Medical Journal London, v.I, January to June 1922, p.02. Reviews. “Prophylactic quinine in Influenza” The Lancet London, v. CCVII, v. II for 1924, p. 1.152

²³⁴ Informações sobre malária nos séculos XIX e XX, confira: SANTOS FILHO, Lycurgo de C. História geral da medicina brasileira São Paulo: Hucitec / EDUSP, 1991, v.1, p.176-179; v.2, p.189-194

Waldemar Peckolt escreveu livro sobre as falsas quininas brasileiras, cujo grande número foi resultado da busca pela famosa casca peruviana, originalmente conhecida como Quina da Condessa. Veja: Monographia das falsas quininas brasileiras Rio de Janeiro, s.c.p., 1916

Janeiro e muito particularmente sobre o abuso geral e pernicioso efeito da aplicação da preciosa casca peruviana ou quina, quando em julho de 1917, confirmando o generalizado emprego do produto, os jornais de São Paulo anunciavam o Laxativo Bromo-Quinina que debelaria prontamente a gripe ou preveniria contra a moléstia, “*como afirmam todos os clínicos*”.²³⁶ Assim, quando a gripe espanhola chegou prostrando as pessoas e fazendo subir a temperatura dos paulistanos, mais uma vez os sais de quinino foram utilizados.

Recomendado oficialmente pelo Serviço Sanitário do Estado, o uso do quinino como possível preventivo contra a influenza ganhou as páginas dos jornais juntamente com a vaselina mentolada (para inalações), a água iodada, o ácido cítrico e o tanino (para os gargarejos). A corrida às farmácias foi inevitável e os preços cresceram na mesma proporção do número de enfermos. O governo tentava coibir os abusos, enquanto cenas que lembrariam comédias de vaudeville ocorriam entre os atordoados farmacêuticos e seus ajudantes, ao procurarem aviar receitas para desesperados fregueses acotovelados em espaços exíguos para a pequena multidão que, papeleta na mão, implorava por atendimento rápido em altos brados. Os disparates se multiplicavam: alguns tentavam comprar quinino com receita roubada e falsificada, enquanto poucas gramas de vaselina mentolada dobravam de valor entre a farmácia da Cruz Vermelha Brasileira, no Brás, e a farmácia Santos, na rua São Bento, no Centro.²³⁷

²³⁵ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 5 de fevereiro de 1918, item 1º. Correspondência - Cartas de Afrânio Peixoto para Arthur Neiva, 7 de setembro de 1917. Fundo Arthur Neiva

²³⁶ Sobre a busca da quina nas terras brasileiras e a Água de Inglaterra, veja: MARQUES, Vera Regina Beltrão Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista Campinas: Ed. da UNICAMP / Centro de Memória - UNICAMP, 1999, p.131-136, 237-241. SANTOS FILHO, Lycurgo de C. Op. cit., v.2, p.190. Durante a gripe espanhola a Água Ingleza de Freire d’Aguiar era oferecida aos doentes, confira: “A influenza espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 14.546, ano XLIV, p. 4. Propaganda: Jornal do Commercio São Paulo, 3 de julho de 1917, nº243, ano I, p.12. Veja também: O Estado de S.Paulo São Paulo, 4 de novembro de 1917, nº14.192, ano XLIII, p.2

²³⁷ “A “hespanhola” em S.Paulo” O Combate São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº1.028, ano IV, p.1
“A Influenza Hespanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº14.537, ano XLIV, p.5 e
“Dois patifes” 20 de outubro de 1918, nº 14.540, p.7 Os dois indivíduos roubaram uma folha do receituário do

Os sais rareavam e seu preço subia (dia 16 de outubro o sulfato de quinina, que era comercializado a 320\$000 o quilo, em menos de 12 horas passou a custar 450\$000). Os farmacêuticos culpavam os droguistas, que estariam especulando com o produto que forneciam, e o governo, com seus impostos municipais, estaduais e federais. Os jornais, em meio ao caos que parecia se desenhar, clamavam por uma ação mais enérgica das autoridades: “*o culpado é o governo*”, escrevia O Combate, pois havia anunciado “*empafiosamente, que fizera diligências coroadas de êxito para impedir a alta especulativa dos medicamentos ...*” A diretoria do Serviço Sanitário reagia, declarando ao O Estado de S.Paulo que estava equipada para evitar a alta artificial dos preços, podendo fazer ela própria a venda dos medicamentos pelo valor de custo. Alguns farmacêuticos se comprometeram a não elevar os preços dos produtos mais aconselhados para o tratamento da epidemia. Tudo para tentar, inutilmente, conter o avanço da gripe espanhola.²³⁸

Poucos dias depois, quando a influenza já havia feito suas primeiras vítimas fatais na cidade de São Paulo, algumas substâncias indicadas para o combate à epidemia começaram a ser vendidas pelo Serviço Sanitário: mentol, tintura de iodo, canfora, essência de canela, vaselina mentolada, sulfato de sódio e de magnésia, além de cápsulas do imprescindível sal de quinino e uma mistura de acetato de magnésio e água purgativa gasosa de L. Queiroz. Fórmulas de poções para combater a moléstia, vindas até do exterior, foram publicadas pelos jornais.²³⁹ (Figura 5)

dr. Ovídio de Campos e tentaram comprar 4 caixas de quinino, afirmando que o médico pagaria depois. Foram presos graças a desconfiança do farmacêutico que telefonou para o clínico e chamou a polícia.

²³⁸ “A influenza hespanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº14.537, ano XLIV, p.5. “A “hespanhola” em S.Paulo” O Combate São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº1.029, ano IV, p.1.

“A venda de medicamentos” A Platéia São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº109, ano XXXI, p.6

²³⁹ “A gripe hespanhola” A Platéia São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº113, ano XXXI, p.6. “Conselhos aos que se acham no início da infecção” A Gazeta São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº3.833, ano XIII, p.1. “Remédios” O Combate São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº1.035, ano IV, p.1 e “A venda de

O Instituto Butantan, através da Casa Armbrust, contratada havia meses para comercializar seus produtos, passou a recomendar o uso de seus preparados para combater a influenza e auxiliar no tratamento de suas complicações (entre os mais indicados estava o “*soro anti-pneumococcico |que| prestou excelente auxilio no tratamento da pneumonia gripal*”²⁴⁰). Críticas quanto ao preço dos remédios não faltaram: lucro seria a única preocupação de Armbrust & Cia. e o governo parecia de mãos atadas diante do acordo entre o Instituto e aquela casa comercial. O nome Butantan foi também utilizado para ajudar a vender medicamentos com fórmulas pouco conhecidas, como o Extrato Tonsilar (ou “*amigdaliano*”), do dr. Erico Coelho, produto que estimularia as defesas do organismo.²⁴¹ Ainda no Instituto, Vital Brazil, com base na análise de escarro dos gripados e da “*observação feita no Rio de Janeiro e aqui, de que a gravidade do mal estava principalmente nas complicações pulmonares*”, preparou uma “vacina polivalente” contra a doença, utilizando “*o bacillus influenzae de Pfeiffer, | e | outros germes como o Pneumococcus e o Micrococcus catarrhalis*”. Tentativa parecida realizou outro médico de

medicamentos”, 25 de outubro de 1918, nº1.036, ano IV, p.3. “As fórmulas para combater a influenza” Jornal do Commercio São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº354, ano III, p.4

²⁴⁰ Relatorio apresentado ao Exmo.Snr.Dr.Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Instituto Sórotherapico, p. 149

²⁴¹ “A indignação contra o Butantan” O Combate São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 1.043, ano IV, p. 3. Segundo o artigo, até o governo do Estado, mesmo na circunstância excepcional representada pela gripe espanhola, teria que comprar os medicamentos do Butantan comercializados por Armbrust & Cia. Sobre o preparado do médico carioca Erico Coelho houve controversias: desde pedido de amostra ao Butantan (para que a filial de Manguinhos em Belo Horizonte preparasse o produto), até o questionamento pela imprensa da fabricação (não confirmada ou desmentida por Arthur Neiva) pelo Butantan de um medicamento que ainda careceria de “*rigorosa verificação de sua eficácia*”. Cf.: “Notícias.A gripe epidêmica...” A Platéia São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 116, ano XXXI, p.5. “A gripe epidêmica” e “Notícias. A gripe espanhola.Uma fórmula para a gripe” Idem 25 de outubro de 1918, nº 117, p.1 e 6. “Gripe espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 14.546, ano XLIV, p.1. “Telegramas. Gripe Espanhola. Minas Gerais” Idem 27 de outubro de 1918, nº 14.547, p.4. “A fiscalização de preparados contra o mal” O Combate São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº1.042, ano IV, p.1. “Instituto Butantan” Idem 3 de dezembro de 1918, nº1.064, p.2. Improvável é a tese de Cláudio Bertolli Filho que afirma ser o Extrato Tonsilar uma poção cujos fabricantes apenas utilizavam o nome do dr. Erico Coelho na tentativa de legitimar suas propriedades terapêuticas e que o médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro não teria sequer conhecimento do remédio.Cf: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e sociedade. A gripe espanhola no

São Paulo, o dr. Ulysses Paranhos. Em Manguinhos, a partir de estudos semelhantes, eram igualmente preparadas vacinas na expectativa de deter a epidemia. Nos outros países a procura não foi diferente: os mesmos “germes” detectados e composições análogas sugeridas para as vacinas.²⁴²

Enquanto isso o governo paulista não hesitava em requisitar o cobiçado quinino que, sabia, estava no navio Highland Piper, atracado em águas brasileiras — era necessário socorrer também o interior do Estado onde o produto rareava e a doença começava a se propagar. “*Acudir calamidade pública*”, como afirmava telegraficamente o governo de São Paulo ao Comissário da Alimentação Pública, no Rio de Janeiro, a quem dirigia o pedido.²⁴³

Contudo, nos relatórios do diretor do Serviço Sanitário ao Secretário do Interior as denúncias de que os droguistas haviam formado um “*trust*” na Capital, elevando os valores de seus produtos, continuaram a reclamar medidas urgentes, como o confisco imediato de estoques paulistas das substâncias mais indicadas contra a influenza e a determinação de um limite máximo para o valor das drogas usadas em São Paulo. Em meio a estas propostas e muitas especulações, a Sociedade de Produtos Químicos L. Queiroz apressava-se em vir a

município de São Paulo São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986 (Dissertação de mestrado), p.166

²⁴² Relatório apresentado ao Exmo.Snr.Dr.Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Instituto Sôrotherapico, p. 149-151 (citações). Veja : “Gripe espanhola. O Instituto Butantan” O Estado de S.Paulo São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº14.546, ano XLIV, p.1. “Telegramas. Gripe espanhola.Vacina...” Idem 28 de outubro de 1918, nº14.548, ano XLIV, p.2.CUNHA, Aristides Marques.; MAGALHÃES, Octavio de; FONSECA, O. da. “Estudos experimentais ...” Memorias do Instituto Oswaldo Cruz Rio de Janeiro: Manguinhos, tomo X, fascículo II, p. 174-191, ano 1918, p. 175. SUSVIELA GUARCH, F. La gripe en Rio de Janeiro Buenos Aires: Spinelli, 1919, p. 9-10. PARANHOS, Ulysses. “Ensaio de esputovacina anti-gripal”. Archivos de Biologia São Paulo, nº 31-32, ano III, p.519-520, janeiro-fevereiro de 1919. A busca por uma vacina contra a gripe espanhola envolveu muitos cientistas e instituições de pesquisa em todo o mundo, originando inúmeros debates (muitas vezes a grande questão foi a dosagem) e tentativas frustradas, como os que resultaram da War Office Conference, realizada dia 14 de outubro. Cf.: HORDER, T. et al “Influenza and preventive inoculation” The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Nov. 9 1918, p.642-643. Correspondence. WYNN, W.H.; LOND, M.R.C.P. “The use of vaccines in acute influenza” The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Dec.28 1918, p.874-876

²⁴³ Correspondência - Telegramas Em nome do Presidente do Estado (assina Álvaro de Carvalho) para o dr.Leopoldo de Bulhões (Comissário da Alimentação Pública), Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1918. Fundo Altino Arantes.

- Grippe hespanhola

O antídoto mais seguro ou a melhor arma de
combate ao terrível flagello «Grippe Hespanhola»,
é a **AGUA PURGATIVA QUEIROZ**

Drogaria Americana — R. Libero Ba-
- darò, 144 -

A^a venda em todas as drogarias e pharmacias
- REMEDIO AO ALCANCE DE TODOS -

TELEPHONE, 517 - CIDADE

INFLUENZA HESPAÑHOLA

Evitar com o uso do Quinino do Il-
mão, o mais recommendavel é o Quini-
no Ballor que a Casa Coalto Irmão ven-
derá durante a epidemia a Rs. 732500
a caixa de 12 litros, correspondente a
18 garrafas. -|

Figuras 5 e 6 - Água Purgativa Queiroz e Quinino Ballor
Fontes: O Combate São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 1.044, ano IV, p.1 e A Gazeta
São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 3.831, ano XIII, p. 3

público declarar que mantinha no varejo os preços mais baixos possíveis (“*para minorar as aflições das classes pobres*”) e que fornecia ao almoxarifado do Serviço Sanitário seus preparados pelo preço de custo, tendo inclusive posto à disposição daquela repartição, gratuitamente, seus laboratórios.²⁴⁴ E o povo, este adoecia mas reclamava:

“ — *Um leitor protesta contra os preços exorbitantes que a Farmácia Humanitária, a avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 209, está cobrando na ganância de tirar proveito das desgraças alheias. Por exemplo: cobra 1\$000 pela metade do alcoolato de canela que o Serviço Sanitário esta vendendo a \$300. Pouco humanitária a tal farmácia.* ”²⁴⁵

Foi para tentar combater tais abusos que o governo de São Paulo passou a utilizar talões de receita carimbados e numerados que garantiriam, com o subsídio estatal, o remédio necessário aos mais pobres. Estabelecimentos farmacêuticos passaram a funcionar 24 horas, com a ajuda do Serviço Sanitário, para suprir a crescente demanda e os postos de socorro começaram a fornecer, na medida do possível, os comprimidos de quinino a doentes e sãos que procuravam pela droga, na esperança de vencer ou deter a epidemia.²⁴⁶ O que mais poderia ser feito ? Para os médicos, que se arvoravam em detentores do saber sobre a moléstia, pouco. As palavras do dr. Carlos Seidl, proferidas no início de outubro, quando a gripe espanhola não passava de notícia de jornal para os paulistanos, eram impressionantemente precisas em suas vagas considerações sobre a doença “*sem causa específica*”, em cujo combate eram “*recomendadas*” algumas práticas “*aconselhadas*” por vários clínicos, porque “*pareciam*” garantir “*certa imunidade*” contra a influenza. Fala

²⁴⁴ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 29 de outubro de 1918, item 1º e 31 de outubro de 1918, item 1º. Fundo Arthur Neiva

²⁴⁵ “A Hespânica - Reclamações” O Combate 4 de novembro de 1918, nº1.043, ano IV, p.3. As reclamações, que se iniciam ainda no mês de outubro, estiveram presentes nas páginas dos diversos jornais de São Paulo.

²⁴⁶ A partir do dia 29 de outubro, as farmácias foram desobrigadas a registrar em livro próprio o receituário, bastando que o farmacêutico conservasse em seu poder a própria receita ou, quando os clientes exigissem a

reveladora que mesmo assumindo os limites do conhecimento da medicina indicava o saber do médico como aquele que desvendava (e poderia continuar revelando) os enigmas da doença que, segundo Seidl, era microbiana, endêmica e mundial.

No rastro desta imprecisão que, contraditoriamente, era apresentada como confirmação do saber da medicina, em 22 de outubro, artigo do jornal A Platéia comentava:

*“ (...) todas as medidas de que lançam mão as autoridades competentes são no sentido de evitar o caráter maligno da epidemia e não de tolher a sua marcha, que obedece a ordem natural das coisas. Felizmente, os esforços empregados até hoje, vão sendo coroados de êxito ... ”.*²⁴⁷

Nesta singular situação vários medicamentos oficialmente aprovados pelas autoridades sanitárias para diversas enfermidades passaram, miraculosamente, a combater ou prevenir a terrível influenza, fato que havia chocado o atento articulista do jornal O Estado de S. Paulo logo nos primeiros dias da epidemia na Capital. A utilização da vacina contra a varíola como um possível preventivo da gripe espanhola, também sugerida pelo Diretor Geral da Saúde Pública aos inspetores de todos os portos do país, dá uma dimensão das diversas tentativas empregadas no combate à epidemia. E, assim como a recomendação de Seidl baseava-se em *“obra de valor, publicada pelo professor G. André, da Faculdade de Medicina de Toulouse, sobre a gripe ou influenza (...)”*, as indicações (e usos) de diversos produtos para a cura ou prevenção da gripe espanhola estavam respaldadas pela fluidez do diagnóstico científico da gripe, moléstia comum de todos os anos, para a qual remédios específicos, era notório, não existiam.²⁴⁸

devolução da mesma, anotasse a dose do medicamento ativo utilizado. Cf.: “Comunicado do Serviço Sanitário”. In: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p. 101

²⁴⁷ “A gripe hespanhola” A Platéia São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 114, ano XXXI, p. 6

²⁴⁸ SEIDL, Carlos. Op. cit., p. 45. Cf.: ANDRÉ, G. La gripe ou influenza Paris; Toulouse: Masson; Ch. Dirion, 1908. A discussão sobre a eficácia da antivariólica era longa: “A ação da fagocitose na gripe” A Platéia São Paulo, 29 de abril de 1918, nº 276, ano XXXI, p. 2. “Telegrammas-A gripe hespanhola. A vaccina jenneriana como preventivo” O Estado de S. Paulo São Paulo, 30 de setembro de 1918, nº 14.520, ano XLIV, p. 4

Os medicamentos compostos de quinino, ou que se valeram do nome da substância para ganhar a preferência popular, estiveram entre os primeiros a se apresentar para a população como a grande panacéia contra a epidemia, que mesmo parecendo tão conhecida e inofensiva estava matando os moradores de São Paulo. Trazendo o nome gripe espanhola ou influenza espanhola em letras maiúsculas, as propagandas destes remédios revelavam o oportunismo comercial de seus vendedores, muitos dos quais já exploravam o medo das febres. Entre outros medicamentos anunciavam o Quinado Constantino, “único que é preparado com quina pura, para evitar as febres dos países quentes”, o Elixir de Quina, “único digestivo e anti-malárico (analisado e aprovado pela diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo)” e o Quinino Ballor, preparado com limão, que em uma de suas propagandas explorava a fama da quina dizendo:

*“INFLUENZA ESPANHOLA
Evitar com o uso do Quinino do limão, e mais recomendável é o
Quinino Ballor que a Casa Cocito Irmão venderá durante a
epidemia a Rs.73\$500 a caixa de 12 litros, correspondente a 18
garrafas.”*²⁴⁹ (Figura 6)

Como lembraria Pedro Nava: “fórmulas industriais bestas, fizeram verdadeiras fortunas”.²⁵⁰ No universo comercial estabelecido pela presença da influenza, os remédios muitas vezes eram apregoados como possuidores de mais de uma das virtudes necessárias para o combate à moléstia. O Elixir de Quina aparecia assim tanto como digestivo quanto recomendado para eliminar a febre (“*anti-malárico*”), em sintonia com o diagnóstico das autoridades médicas que determinava o cuidado com a temperatura corporal e com as

²⁴⁹ O Estado de S.Paulo São Paulo, 19 de outubro de 1918, nº 14.539, ano XLIV, p.6. A Platéia São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 113, ano XXXI, p.3 e 6. Em outra propaganda, o texto era um pouco diferente: “Influenza espanhola. Evitar com o uso do quinino e do limão. O mais recomendável é o Quinado Ballor que a Casa ...”, veja: O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de outubro de 1918, nº 14.547, ano XLIV, p. 6 Alguns medicamentos lembravam imediatamente outras doenças, tais como, Maleitosan e Tiphol.

²⁵⁰ NAVA, Pedro. Memórias 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Chão de Ferro, v. 3, p. 203

funções digestivas como fundamentais para controlar e acabar com a gripe espanhola. Crença antiga ainda presente no saber médico, a preocupação com “humores” (que incluía o cuidado com o sistema urinário, as fezes e até as sangrias) era tributária de um tempo em que os microscópios nada significavam, mas constituíam práticas que haviam sido reelaboradas depois do crescente domínio da medicina pelos trabalhos bacteriológicos — afinal o corpo precisava expelir o que era indesejável. O próprio Serviço Sanitário de São Paulo colocava à disposição da população substâncias, como magnésia e água purgativa, que contribuiriam para um bom funcionamento do aparelho digestivo, e o imprescindível sal de quinino, que combatendo a febre provocava a transpiração, algo fundamental.²⁵¹

Mas o medo de febre, espirros e má digestão, empalideceu em face de outro temor, maior, o da tosse, que poderia indicar problemas no pulmão — quando dava a “pneumônica” a morte seria praticamente certa. A sangria de outrora foi então indicada para alguns desses casos (“aliviaria” a pressão sob o órgão doente), o que assustou alguns médicos, preocupados com os danos que poderia causar nos pacientes se praticada de maneira incorreta.²⁵²

²⁵¹ Sobre os “humores” e a medicina hipocrática, veja: MOSSÉ, Claude. “As lições de Hipócrates”. In: LE GOFF, Jacques. As doenças têm história Lisboa: Terramar, s.d., p.39-55

Na Idade Média, para combater a peste, um dos preparado, que tinha entre seus componentes sangue de touro, garantia o necessário sudor, conforme está escrito no Livro dos conselhos de el-rei D.Duarte (Livro da Cartuxa) Lisboa: Estampa, 1982, p. 278. Nara Azevedo de Brito mostra como durante a epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro práticas pré-pasteurianas, como a desinfecção do ar com incenso ou alcatrão e alfazema, foram sugeridas pelos médicos. Cf. “La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro” História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v.IV, nº 1, p.11-30, mar./jun.1997, p.21

²⁵² “Escrevem-nos” A Platéia São Paulo, 28 de outubro de 1918, nº 120, ano XXXI, p. 1. A sangria foi indicada também para gripados com problemas renais: REVOREDO, Galeno de, MEIRA, Rubião e MONTEIRO, Eduardo. “Diagnóstico, prognóstico e tratamento da gripe” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p. 10. Veja ainda: PERDOMO HURTADO, B. “Edema agudo do pulmão de origem gripal. Indicações de sangria na gripe” Archivos de Biologia São Paulo, nº 40-41, ano IV, p.675-677, outubro-novembro de 1919

Sangria era uma terapêutica comum na busca da cura das gripes até o século XIX: SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro História geral da medicina brasileira São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1991, v.1, p.183; v. 2, p.217

Mas o que se assistiu mesmo em São Paulo foi uma corrida desenfreada aos xaropes e às pílulas que possivelmente impediriam uma fatalidade. As propagandas desses medicamentos acompanharam a demanda. Os fabricantes das “soberanas” Cápsulas Contra a Influenza de Vita já em julho de 1918 haviam comunicado ao público a mudança (estratégica ?) de seu nome, pois o medicamento era até aquela época anunciado como “*cápsulas contra constipação*”. Aprovada pela Saúde Pública, como faziam questão de frisar, as cápsulas seriam indicadas com “*ótimo resultado*” no tratamento de bronquites, resfriados e seus sintomas. Em outubro as conhecidas de Vita apareciam como o exclusivo “*específico para a influenza espanhola*”. Enquanto isso o “*afamado*” Xarope S. João, sem qualquer modéstia, era anunciado como “*o único remédio capaz de evitar e facilitar a cura das terríveis complicações: pneumonia, bronquite, pleurisia, etc.*”, que a gripe espanhola poderia acarretar.²⁵³

A utilização da epidemia para a venda de medicamentos, que poucas vezes aliviavam os sofrimentos causados pela doença, era evidente. Havia quem usasse um mesmo espaço de jornal para descrever as vantagens de mais de um produto que supostamente deteria o avanço da influenza. A “Seção Livre” do O Estado de S.Paulo publicava em 27 de outubro o texto “Como evitar e curar a influenza espanhola” onde se lia:

“Evita-se e cura-se com as Balas Peitorais, pois esses deliciosos bombons, pela sua ação antiséptica, põem a boca, a garganta e as vias respiratórias ao abrigo dos micróbios patogênicos. As Balas Peitorais curam Influenza ou Gripe, Constipação, Tosse, Bronquite, Dor de Garganta, Rouquidão, Catarro, etc.

Para evitar complicações e manter o organismo em condições de resistir vitoriosamente ao ataque traiçoeiro da terrível

²⁵³ O Estado de S.Paulo São Paulo, 16 de julho de 1918, nº14.444, ano XLIV, p.10 e 19 de outubro de 1918, nº14.539, ano XLIV, p.10. Diário Popular São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº11.739, ano XXXIV, p.5

*doença, deve-se procurar ter perfeitamente regularizadas as suas funções, conforme aconselham os médicos. Para isso nada melhor do que o uso do Sal de Uvas: ele favorece a digestão, estimula o fígado e os rins, aumentando as secreções biliar e urinária e eliminando as toxinas e o ácido úrico; ele regulariza e depura os intestinos e refrigera e purifica o sangue, dando novo vigor à vitalidade.(...)”*²⁵⁴

As Pílulas Sudoríficas de Luiz Carlos, usadas no século XIX para combater a febre amarela, anunciadas como eficientes para eliminar de dores de dente até asma e alardeadas como preventivas e curativas da “*influenza espanhola*”, eram recomendadas aos possíveis consumidores junto com o fortificante Vanadiol “*o mais enérgico tônico reconstituente*” para uso dos convalescentes.²⁵⁵ Eficaz contra a tuberculose, segundo seus fabricantes, o Vanadiol utilizava depoimento médico (verdadeiro ou falso ?) em sua propaganda, onde alguns termos científicos buscavam dar legitimidade ao preparado. Estratégia de venda que indicava a popularidade de uma nomenclatura utilizada e combinada de diferentes maneiras, mas que, efetivamente, pouco elucidava às pessoas sobre seus padecimentos. O texto da propaganda do Vanadiol afirmava:

“Depois de uma moléstia debilitante como a gripe é preciso tomar cautela com o pulmão, pois um corpo fraco e sem resistência é a porta aberta para que a TUBERCULOSE SE DESENVOLVA. Para levantar as forças perdidas, drenar o pulmão com um agente anti-bacilar e ao mesmo tempo enérgico reconstituente-fosfatado aconselhamos o uso do VANADIOL, hoje receitado pelas maiores notabilidades médicas do Brasil e da Europa.

Pode ser usado em toda idade e sem a menor dieta, é de um gosto delicioso. Usar VANADIOL, é uma necessidade à pessoa fraca e magra.

Nas farmácias e drogarias.

*Dr. Ferri.”*²⁵⁶

²⁵⁴ “Seção Livre” O Estado de S. Paulo São Paulo, 27 de outubro de 1918, nº14.547, ano XLIV, p.8

²⁵⁵ O Estado de S. Paulo São Paulo, 8 de março de 1918, nº14.314, ano XLIV, p.14. A Platéia São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº108, ano XXXI, p.6

²⁵⁶ O Estado de S. Paulo São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº14.557, ano XLIV, p.1

Alertar para a importância da restituição da força física e mental, como forma de evitar as recaídas e a instalação da tuberculose nos organismos debilitados pela gripe espanhola, foi uma das melhores maneiras de vender produtos a base de ferro e fosfato. Empregados pela população em uma época em que saúde (e beleza) significava peso, em oposição ao aspecto esquelético dos enfermos do pulmão e dos nervos, os remédios prometiam mais gordura e vigor sanguíneo e cerebral aos seus usuários. Farinha de Cereais Maltada, Pílulas Rosadas do Dr. Williams, Stenolino (que cicatrizava “*os pulmões doentes com pontadas*”), além do, ainda hoje popular, Biotônico do Dr. Fontoura, foram alguns dos preparados indicados para aqueles que procuravam um meio de não adoecer novamente de influenza e ficar imunes à tuberculose. Entre frases que buscavam convencer o cidadão dos benefícios deste ou daquele produto, o Composto Ribott abusou das sentenças de impacto: “*pode-se dizer, sem exagero, que uns 60% das vítimas da influenza espanhola foi devido às recaídas*” ou “*não são poucas [as pessoas convalescentes] que enlouquecem, e outras ficam com grande debilidade mental, principalmente nos casos de pessoas de profissão liberal*”. Naturalmente, toda esta fatalidade poderia ser evitada com o uso do Composto Ribott, “*o tônico supremo do sangue e do cérebro*”. Algumas poções foram indicadas por médicos, como o dr. Figueiredo de Vasconcellos, chefe de serviço do Instituto Manguinhos e ex-Diretor Geral da Saúde Pública no Rio, que teve sua fórmula para convalescentes publicada pelo jornal O Combate, em novembro de 1918. Composto por água de canela,

George Rosen lembra o esforço didático do Iluminismo para esclarecer pessoas pobres em matéria de saúde e higiene, o que certamente colaborou para a popularização, ao longo dos anos, de termos médicos. Cf.: Uma História da Saúde Pública São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994, p.146-147. Sobre vulgarização de conceitos científicos entre operários de São Paulo no início do século XX: BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: arma revolucionária. São Paulo 1891/1925 Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997

carbonato de amônia, tintura de cola e xarope de alcatrão, o remédio podia ser usado por adultos e crianças.²⁵⁷

Preocupado com o grande número de fórmulas e produtos farmacêuticos empregados contra a gripe espanhola, o Serviço Sanitário, ainda em meados de outubro, fazia um apelo para que os clínicos uniformizassem e simplificassem suas receitas, facilitando seu aviamento. Vários médicos acataram a idéia e o dr. Ulysses Rocha, inspetor sanitário e médico do Hospital Beneficência Portuguesa, ia além sugerindo:

*“Proibir anúncios de drogas e artigos que se relacionem com a epidemia sem o prévio visto do diretor geral da Saúde Pública [o Serviço Sanitário].”*²⁵⁸

Houve protesto. Segundo o jornal O Combate, a proposta, embora feita com as melhores intenções, instauraria efetivamente a ditadura do Serviço Sanitário. E, devido a queixa ou não, a idéia do dr. Rocha não vingou, as propagandas continuaram e não só aquelas de medicamentos. Explorando desde o medo das pessoas em contrair a doença até a alegria dos homens por terem se livrado da terrível moléstia, produtos e serviços exploraram a desgraça representada pela gripe espanhola para tentar ganhar dinheiro. Cigarros Sudan, Água Tônica de Quinino Antártica, Confeitaria Brasserie Paulista, Vinho do Porto, Parque Balneário-Hotel (de Santos), Loja Casa Verde (de tapeçarias e ornamentos), e até as redes cearenses da Fábrica Iracema de Fortaleza, estavam entre

²⁵⁷ Diário Popular São Paulo, 28 de outubro de 1918, nº11.743, ano XXXIV, p.3. O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº14.560, ano XLIV, p.7; 10 de novembro de 1918, nº14561, ano XLIV, p.4; 16 de novembro de 1918, nº14.567, ano XLIV, p.8 e 19 de novembro de 1918, nº 14.570, ano XLIV, p.6. Jornal do Commercio São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº364, ano III, p.3 e 15 de novembro de 1918, nº15, ano IV, p.3.

Entre outros: “Poção para convalescentes” O Combate São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº1.043, ano IV, p.1. Os remédios para convalescentes foram anunciados durante várias semanas em 1919

²⁵⁸ “Simplifique-se as receitas” A Platéia São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº117, ano XXXI, p.1
Dr. Ulysses Rocha: “Sugestões a considerar” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 14.434, ano XLIV, p.3. Veja: “Comissão de Socorros “Estado-Fanfulla”. O dr. Emílio de Mattia...” 4 de novembro de 1918, nº14.438, XXXVI, p.4

aqueles que ligaram seus nomes à influenza para angariar a atenção, e preferência, dos paulistanos. O que importava era vender, usando frases curtas e bem construídas, como “*Nada de pânico: fumem Sudan !...*” ou manipulando a suposta credibilidade da medicina: “*Está provado pela classe médica, em geral, que o melhor ponto para o restabelecimento dos convalescentes de gripe é o Parque Balneário-Hotel ...*”.²⁵⁹ E, entre xaropes e pílulas, redes e cigarros, surgia Madame Virgínia. Atendendo chamados a domicílio, a tal senhora curava de forma certa e rápida, em poucos minutos, os enfermos de gripe espanhola. Como? Exclusivamente pelo Farador.²⁶⁰

Anunciado em outros momentos como “*a mais importante e recente descoberta científica*”, o Farador já era utilizado para tentar acabar com os padecimentos de todos aqueles que procuravam o Instituto Therapeutico, enquanto “*correntes farádicas*” aliviavam o sofrimento dos clientes do Gabinete Electro-Therapico da rua Líbero Badaró, nº 140. Segundo a propaganda, ambos eram dirigidos por doutores. Era a faradização ou tratamento por meio de correntes elétricas. Baseado nos trabalhos de Michael Faraday, descobridor da indução eletromagnética. O método foi utilizado até mesmo para tentar

²⁵⁹ “A fiscalização dos preparados ...” O Combate São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº1042, ano IV, p.1 Sobre propagandas: Diario Popular São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº11.742, ano XXXIV, p.2; “Contra a espanhola” Idem 6 de novembro de 1918, n.º 11.750, p.6 e Idem 12 de novembro de 1918, nº 11.755, p.6. O Estado de S.Paulo São Paulo, 17 de novembro de 1918, nº 14.568, anoXLIV, p.8; 23 de novembro de 1918, nº14.574, p.1 e 24 de novembro de 1918, nº 14.575, p.9. Jornal do Commercio São Paulo, 15 de dezembro de 1918, nº 45, ano III, p.3

Cláudio Bertolli Filho arrola este tipo de anúncio junto com os remédios que classificou de “preservativos” utilizados pela população contra a influenza.Cf.:“Anunciando a gripe”.In:Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica,III Encontro,1984, São Paulo. Anais ... São Paulo,1984,p.167-169

Concordo com Janete Silveira Abrão que assinala que em 1918 se deve fazer uma distinção entre os anúncios de medicamentos e os de chocolates e cigarros, porque os primeiros, mesmo revelando oportunismo e desejo de lucro, seriam indicativos dos conhecimentos científicos e tecnológicos da época. Veja: A “espanhola” em Porto Alegre, 1918 Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, 1995. (Dissertação, Mestrado em História), p.92

²⁶⁰ “Gripe Espanhola”O Estado de S.Paulo São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº14.556, ano XLIV, p.7

amenizar o sofrimento de Oswaldo Cruz em seus últimos dias de vida. Com certeza o Farador devia seu nome ao físico inglês.²⁶¹

No início do século XX, os tratamentos com eletricidade e aparelhos denominados eletromagnéticos eram populares em São Paulo, freqüentemente empregados em institutos ou gabinetes de massagem para o cuidado de seus clientes. Instituições e instrumentos variados, utilizavam correntes farádicas, galvânicas ou diatérmicas, faziam eletrólise, eletrocoagulação e até “*banhos hydro-electricos*”. Realizavam “*electro-diagnostico*” e diziam curar paralisias e nevralgias, angiomas ou afecções cutâneas, além de produzir fantásticos efeitos nas pessoas fracas e nervosas. Com a moderna eletricidade pretendiam ainda acabar com a impotência, como prometiam aqueles que vendiam os “Suspensórios Eletro-Magneticos do Dr. Wilson”, e com a hérnia, tratada com o cinto “*herniario electrico do Instituto Orthopedico*”.²⁶² Uma maravilha. Muitas vezes bem distante daquilo que os homens comandados por Arthur Neiva consideravam científico e capaz de produzir efeitos curativos.²⁶³

²⁶¹ “Doentes Desenganados” Correio Paulistano São Paulo, 13 de janeiro de 1917, nº19.221, p.7. “Instituto Therapeutico” O Estado de S.Paulo São Paulo, 26 de janeiro de 1917, nº 13.911, ano XLIII, p. 14; “Doentes desenganados. Instituto Therapeutico” Idem 11 de março de 1917, nº 13.954, ano XLIII, p. 12; “Electricidade medica” Idem 19 de junho de 1919, nº 14.777, ano XLV, p. 9

Em 1917, nos seus últimos dias de vida, Oswaldo Cruz foi tratado pelos médicos Sales Guerra e Carlos Chagas com o método de faradização na tentativa, inútil, de deter os soluços que quase o impediam de dormir e causavam náuseas. Veja: BRITTO, Nara. Oswaldo Cruz. A construção de um mito na ciência brasileira Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995, p. 35

²⁶² Idem. Confira ainda: “Nova Vida” Correio Paulistano São Paulo, 27 de junho de 1917, nº 19.384, p. 7. “Instituto de Physiotherapia” A Cigarra São Paulo, 11 de outubro de 1917, nº 77, ano IV, p.30. “Impotencia” O Combate São Paulo, 20 de janeiro de 1918, nº 812, ano III, p. 4. “Cultura Physica. Instituto Jaguaribe” O Estado de S.Paulo São Paulo, 11 de agosto de 1918, nº 14.470, ano XLIV, p. 15; “Hernia” 21 de setembro de 1918, nº 14.511, ano XLIV, p. 12 (várias eram as propagandas oferecendo tratamentos para hérnia). Nesta época também faziam sucesso em São Paulo os tratamentos com a água (hidroterápicos) e o ar. Vários profissionais e instituições ofereciam seus serviços, entre muitas outras: “Indicações úteis-Aeroterapia” e “Instituto Físico-Hidroterápico S.Paulo” O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de julho de 1920, nº 15.176, ano XLIV, p. 7 e 30 de novembro de 1924, nº 16.719, ano L, p.23. “O sanatório Campineiro” Correio Paulistano São Paulo, 22 de agosto de 1919, nº 20.163, p.10

²⁶³ O emprego generalizado da eletricidade para o tratamento de enfermidades acompanhou as experiências realizadas nos séculos XVIII e XIX na Europa. Os conhecimentos e aparatos tecnológicos desenvolvidos pelos pesquisadores rapidamente ganharam a atenção da medicina, as páginas dos formulários médicos e dos

Assim, em outubro de 1917, no Relatório da Diretoria do Serviço Sanitário de São Paulo havia a nota curta e indignada: “*Pascoal de Luca – “Prof. Naturalista Pascoal de Luca” – Operador-massagista” – Largo de S.Bento. Com consultório no mesmo edifício que o de um inspetor sanitário*”. Um mês depois, a revista O Parafuso comunicava, exultante, aos seus leitores:

*“Paschoal de Lucca, curandeiro numa cidade do interior |do estado de São Paulo|, foi processado por exercer ilegalmente a medicina e pronunciado. Defendera-se o explorador da credulidade dos tolos e imbecis alegando que não curava. Aplicava apenas massagens elétricas”*²⁶⁴

Mas, dia 7 de dezembro de 1917, um “*cientista-massagista*” oferecia seus préstimos a quem o procurasse no Largo de São Bento, nº 5. Curava sem remédios ou operações, de reumatismo ao vício da cocaína, além de aplicar duchas de ar quente e frio, ventosas e bichas. Dispensava remuneração pelos serviços prestados, pois seu intuito era fazer propaganda dos seus métodos. Cobrava unicamente 5\$000 pelo livro de sua autoria intitulado Paz, Amor e Fraternidade. Era o “*professor*” Pasqual de Luca, com a grafia do nome ainda um pouco mais alterada, mas, aparentemente, no mesmo endereço paulistano e com ocupações idênticas. As ações do Serviço Sanitário tinham seus limites, algumas vezes inconfessáveis.²⁶⁵

dicionários de medicina popular. As chapas medicinais, que utilizavam os estudos realizados por Luigi Galvani sobre os efeitos da eletricidade nos nervos e músculos de animais, já eram anunciadas na cidade do Rio de Janeiro antes da metade do século XIX, enquanto Pedro Luiz Napoleão Chernoviz ensinava aos leitores do seu dicionário: “*O galvanismo é empregado pelos médicos nas enxaquecas e outras moléstias nervosas, nas dores reumáticas, asma, gastrite crônica, paralisia. Nesta última moléstia muitos fatos provam a virtude da corrente galvânica, que parece excitar o princípio vital amortecido.*” CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular ... v. 1, p.336-338, p.337 Veja ainda : v. 2, p. 73, 301. Em 1920, o artigo “A eletricidade nutrieute”, relatando as experiências de um clínico francês, era publicado em São Paulo. Cf.: A Platéia São Paulo, 7 de junho de 1920, nº 280, p.1.

²⁶⁴ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 1º de outubro de 1917, item E. Fundo Arthur Neiva. O Parafuso. São Paulo, 3 de novembro de 1917, nº 72, ano III, p.11. O grifo é meu.

²⁶⁵ “O professor Pasqual de Luca” A Gazeta São Paulo 7 de dezembro de 1917, nº 3.564, ano XII, p. 4

Um ano depois, quando a gripe espanhola ainda atemorizava os paulistanos, encontramos o “*professor*” de Luca mais uma vez oferecendo seus dotes curativos aos moradores de São Paulo. Anunciava, sem maiores detalhes ou constrangimentos, seu Gabinete de Massagem na rua Antonio de Godoy, nº 4, esquina do Largo de Santa Efigênia, onde “*garante-se a cura de grande número de moléstias*”. Atendia nas residências.²⁶⁶

Quanto ao Farador, que Madame Virgínia aparentemente manejava muito bem, os seus fabricantes também prometiam a cura ou alívio de grande número de enfermidades e até mesmo de “*doentes desenganados*”. Bastava adquirir e usar o singular aparelho vendido pela The Brazilian Farador Company (rua São Bento, nº 14, 1º andar, sala 28 ou Caixa Postal 224). Pagamento pela preciosidade só depois da cura, pois a eficiência do produto era garantida. Recomendado por “*sumidades médicas mundiais*” não nomeadas, o Farador poderia ser usado em casa tornando desnecessários remédios e outros tratamentos. Curava pela oxigenação do sangue. Mais detalhes, só para quem pedisse o prospecto ou solicitasse o produto.²⁶⁷ Desta forma, nada mais natural que em momento aflitivo como o da epidemia de gripe espanhola o uso do Farador ser uma alternativa mais que sedutora. Madame Virgínia parecia saber disso. Colocava assim à disposição dos enfermos de influenza seus dotes em manipular um aparelho muitas vezes anunciado como infalível pelos jornais de maior circulação da Capital.

Misturando em seu enunciado a credibilidade científica dos tratamentos relacionados à eletricidade com o fascínio das curas milagrosas, o linguajar utilizado nas propagandas do Farador, como nos anúncios de diversos outros produtos, era dúbio,

²⁶⁶ “Gabinete de massagem” A Gazeta São Paulo, 16 de dezembro de 1918, nº 3.878, ano XIII, p. 4

²⁶⁷ “Doentes Desenganados” Correio Paulistano São Paulo, 13 de janeiro de 1917, nº19.221, p.7

“Doentes Desenganados” A Gazeta São Paulo, 7 de fevereiro de 1917, nº3.309, ano XI, p.4. “Enfermos Desenganados” Jornal do Commercio São Paulo, 14 de fevereiro de 1919, nº106, ano III, p.7

traduzindo a permeabilidade das falas de diferentes universos de cura. Anunciar um aparelho para doentes desenganados (pela medicina ?) como a mais importante descoberta da ciência médica (aquela mesma que desenganara os doentes ?), expressava a interpenetração de discursos e práticas, onde a idéia do conhecimento científico, enquanto sinônimo de verdade, eficácia e poder, era combinada com a eficiência de noções fantásticas de cura. Mas, será que um saber, o da ciência, apresentado muitas vezes como irrefutável, porque fruto de considerações racionais; estaria tão distante em seus procedimentos daquele que advogava curas espetaculares e imediatas, e portanto também indiscutíveis ?

Certamente muitos achavam que não, ou pelo menos faziam desta possível proximidade um campo fértil para alardear seus produtos com um misto de observações médicas e promessas extraordinárias. A epidemia, expondo até as últimas conseqüências as limitações da alopatia em curar, proporcionou um argumento a mais. Argumento utilizado até mesmo para tentar vender produtos contra a calvície, na esteira dos padecimentos causados pela gripe espanhola.

Questão real, segundo alguns clínicos: a queda de cabelo após grave enfermidade não representaria novidade e seria decorrência da debilidade do organismo abatido pela moléstia. Um tratamento adequado resolveria o problema, como afirmava, em dezembro de 1918, o dr. Ulysses Paranhos ao escrever sobre essa incômoda conseqüência da influenza.²⁶⁸ Mas muitos prometiam mais:

*“A Melhor Maravilha
Assegura e faz nascer os cabelos caídos em conseqüência da
gripe espanhola, cura dores de cabeça e estingue a caspa,*

²⁶⁸ “A queda de cabelos e a gripe” Archivos de Biologia São Paulo, dezembro de 1918, nº30, ano III, p.508-509

encontra-se à rua Joaquim Carlos, nº11. Frederico J. Horn, químico. Vidro 250g 3\$000”²⁶⁹

Parangaba, Petróleo Americano, Vigor do Cabelo do dr. Ayer (usado desde o século XIX), o preparado homeopata Capillinum, além do composto de plantas Bizon, foram também oferecidos a todos os ex-gripados desesperados com o fim próximo de sua cabeleira. Vendidos nas drogas, nas casas de seus fabricantes ou pela caixa postal os preparados faziam sucesso entre homens e mulheres preocupados em recuperar a beleza dos cabelos que a influenza parecia ter roubado. E o Vanadiol, o mesmo que restituía as forças perdidas durante a gripe espanhola, prometia também evitar a iminente calvície graças ao fosfato de sua fórmula.²⁷⁰

Considerações sobre produtos que asseguravam curas extraordinárias, tanto quanto histórias e comentários sobre seus manipuladores, faziam parte do cotidiano dos paulistanos. Bastava abrir os jornais ... ou ler os relatórios do diretor do Serviço Sanitário.

Exacerbado com as atividades e impunidade de José de Vasconcellos, a quem chamava de charlatão, Arthur Neiva questionava, alguns meses antes da epidemia de influenza, a disposição do governo do Estado de efetuar uma campanha eficaz contra todos os indivíduos que diziam possuir um remédio excepcional que garantiria curas espetaculares. Prometendo curar a lepra, o câncer e a tuberculose, entre outros prodígios, Vasconcellos gozaria da proteção de dois clínicos (doutores Hygino Asprino e Pedro de Alcântara de Araújo) e teria até sido alvo de discussões no Congresso Nacional que visavam conferir-lhe uma régia recompensa pelas descobertas que supostamente realizara.

²⁶⁹ “A Melhor Maravilha” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25 de fevereiro de 1919, nº14.667, ano XLV, p.8

²⁷⁰ Cabelo e Gripe” Jornal do Commercio São Paulo, 21 de fevereiro de 1919, nº113, ano III, p.7. “Queda de Cabelo” O Estado de S. Paulo São Paulo, 16 de fevereiro de 1919, nº14.658, ano XLV, p.1; “A Queda do Cabelo”, 17 de fevereiro de 1919, nº14.659, p.1; “A maravilha do cabelo de “Bizon”” 18 de fevereiro de

Tendo seus medicamentos apreendidos por ordem do Serviço Sanitário, Vasconcellos solicitara a nomeação de uma comissão para investigar e aprovar seus métodos de cura. Ocorrência que, para Neiva, mostrava “*o grau de habilidade e a requintada finura do charlatão*”. Fato é que o citado senhor continuava agindo e parecia já ter freqüentado inclusive as páginas da imprensa operária: em 20 de julho de 1912 o jornal A Lanterna agradecia convite para a conferência de um “*especialista*” que tematizaria o câncer — seu nome, José de Vasconcellos.²⁷¹

Arthur Neiva queria uma ação rápida e decisiva para afastar de vez aquele indivíduo das terras paulistas, pois São Paulo, “*a bem de seus créditos de centro civilizado, deve o mais rapidamente que puder impedir que | Vasconcellos | continue a exercer sua atividade em seus domínios*”.²⁷² Para o diretor do Serviço Sanitário o mais grave, entretanto, parecia ser o fato de que José de Vasconcellos não era um caso isolado, e a questão se complicava ainda mais com a profusão de diplomas emitidos por escolas nacionais e estrangeiras carentes de reconhecimento oficial no Brasil: os seus portadores poderiam ser considerados charlatães. O problema ocupava muitas das horas de trabalho dos homens do Serviço

1919, nº 14.660, p.10 e 7 de abril de 1919, nº14.707, p.10. “...Capillinum dr. Alberto Seabra” A Cigarra São Paulo, 1º de abril de 1919, nº 109, ano VI, p.49

²⁷¹ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 5 e 16 de janeiro de 1917, item 3º e 10º. Fundo Arthur Neiva. BERTUCCI, Liane Maria. *Op.cit.*, p. 127

²⁷² Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 5 de janeiro de 1917, item 3º. Veja como exemplo de casos semelhantes: Relatório da Directoria do Serviço Sanitário 16 de abril de 1918, item 2. Fundo Arthur Neiva. Em 1918, quem mobilizou a polícia foi Antonio Euzébio de Assumpção, chamado de “charlatão” e conhecido como Catimbau (nome que lembrava os rituais indígenas e africanos ligados à cura). Era diretor de uma revista, O Mentalismo. Dava consultas com hora marcada para clientela variada e, muitas vezes, endinheirada. Fugiu do cerco policial, para reaparecer dois anos depois em anúncios de jornais. Cf.: O Estado de S.Paulo São Paulo, 3, 7 e 11 de novembro de 1917, nº 14.191, 14.195 e 14.431, ano XLIII, p. 11, 12 e 5. O Combate São Paulo, 21 de maio de 1918, nº 908, ano IV, p.3. A Platéia São Paulo, 26 de outubro de 1920, nº 100, ano XXXIII, p.3

Sanitário, preocupados em legitimar ou impedir a atividade de vários profissionais que atuavam em São Paulo.²⁷³

Mas durante a epidemia de gripe espanhola quem, com certeza, enfureceu Arthur Neiva foi Moura Lacerda, a quem denominava “*pseudo doutor*”. Várias vezes processado, chamado de “*chantagista*”, mas realizando concorridas conferências até no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o dr.Moura Lacerda colecionou clientes, de quem cobrava publicamente pelos serviços prestados, e desafetos, dos quais se defendia afirmando ter clínica similar aos institutos fisioterápicos ou de hidropatia que existiam em São Paulo. Dizendo que “*doutor*” era seu nome de batismo e não significava o uso indevido de um título acadêmico, Moura Lacerda, “*clínico espontâneo*”, anunciava seu método de trabalho para os aflitos paulistanos atacados pela influenza: “*Gripe pneumônica reinante – “espanhola” ... : todos saram*”. Bastava que seguissem as recomendações, certamente muito bem remuneradas, de sua “*autocura física*”, uma mistura de reeducação

²⁷³ Entre os relatórios, desde a posse de Arthur Neiva no Serviço Sanitário até dias antes da influenza, veja, entre outros: Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 16 de janeiro de 1917, item 2. 23 de janeiro de 1917, item 11. 6 de fevereiro de 1917, item 1. 13 de fevereiro de 1917, item 3. 27 de fevereiro de 1917, item 3. 9 de março de 1917, item 1. 16 de maio de 1917, item 2. 13 de julho de 1917, itens 1 e 2. 21 de agosto de 1917, item 8. 28 de agosto de 1917, itens 6 e 7. 2 de outubro de 1917, item 1. 9 de outubro de 1917, item C. 16 de outubro de 1917, itens 3 e C. 22 de janeiro de 1918, item 1. 1º de fevereiro de 1918, item 1. 29 de fevereiro de 1918, item E. 5 de março de 1918, item 1. 8 de março de 1918, item 1. 7 de agosto de 1918, item C. 27 de agosto de 1918, item 1. 11 de outubro de 1918, item 3. Fundo Arthur Neiva

A questão esteve presente nos jornais e foi tema de diversas discussões entre médicos. Mas anúncios de doutores e farmacêuticos “suspeitos” e de medicamentos, inclusive elaborados por leigos – como o colírio Cosenza contra o tracoma - carentes de aprovação oficial, eram uma constante na imprensa e movimentavam o Serviço Sanitário e o governo do Estado. Importante lembrar que nesse período, depois da revogação pelo governo federal, em 1915, da Lei Rivadávia (de 1911) que havia proporcionado grande autonomia de ensino, a Universidade de São Paulo, onde funcionava a Escola de Medicina, organizada em 1912, acabou sendo extinta, permanecendo em funcionamento a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo que, prevista pelo governo paulista desde o final do século XIX, também havia sido instalada em 1912, provocando celeuma entre médicos. Os debates sobre atuação profissional (inclusive dos homeopatas), criação e oficialização do ensino na área da saúde (como no Instituto de Higiene, em 1922, sob o patrocínio Fundação Rockfeller) eram grandes em São Paulo no final da década de 1910 e continuariam pelos anos seguintes. Sobre o Congresso Nacional dos Práticos, realizado em 1922 no Rio de Janeiro, que discutiu os interesses profissionais dos médicos, veja: PEREIRA NETO, André de Faria. Ser médico no Brasil Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2001

alimentar, uso de plantas medicinais, helioterapia, balneoterapia e enigmáticos “agentes físicos” e “agentes purificadores”.²⁷⁴

Se algum gripado foi curado por Moura Lacerda, é uma questão sem resposta, mas não parece ser muito difícil constatar as dificuldades do Serviço Sanitário em suas tentativas de acabar com indivíduos a quem imputava a pecha de “charlatão”. E como pretender realizar tal façanha quando, em todos os jornais da Capital, remédios oficialmente aprovados pelo Serviço Sanitário apareciam lado a lado com poções, fórmulas e inventos milagrosos das mais diversas, e “obscuras”, autorias ? E mais, quando este espaço em comum significava muitas vezes a partilha de uma linguagem que parecia eficiente para atingir os prováveis clientes ?

Em 1918, esta situação ganhava contornos especiais com a profusão de medicamentos que era apresentada como a resposta para o fim da epidemia e não causava espanto ler nos matutinos paulistanos propagandas como: “A Grande Maravilha”, contra a gripe espanhola, preparada na Farmácia Silveira da Avenida Tiradentes, nº 30. Haveria diferença entre Vasconcellos e os respeitáveis proprietários da Farmácia Silveira ? Pouca, se considerarmos a promessa de cura e as palavras usadas como nome do remédio.²⁷⁵

Durante o final da década de 1910 e início dos anos 20, produtos com fórmulas reconhecidas cientificamente recorriam a frases que induziam ao mundo das curas

²⁷⁴ Confira entre vários: “Autocura-física” A Capital São Paulo, 11 de setembro de 1917, nº 103, ano VI, p.4. “Nossa cura” Jornal do Commercio São Paulo, 2 de novembro de 1917, nº 2, ano II, p.9 (conferência). “Dr. Moura Lacerda. Gripe pneumônica reinante – “espanhola”” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 14.551, ano XLIV, p. 8. “Autocura física” A Platéia São Paulo, 20 de agosto de 1918, nº 51, ano XXXI, p.2. “A tal autocura do “doutor”” A Capital São Paulo, 11 de fevereiro de 1920, nº 266, ano VIII, p.1. “A autocura física ...” Correio Paulistano São Paulo, 31 de maio de 1924, nº 21.876, p.8

Veja: Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 10 de maio de 1918, item A. Fundo Arthur Neiva. Em 1918 Moura Lacerda mostrava preocupações com a saúde nacional que foram encaminhadas ao governo: “Pró-saneamento do Brasil” O Estado de S.Paulo São Paulo, 4 de setembro de 1918, nº 14.494, ano XLIV, p.9. SÃO PAULO, Anais da Câmara Municipal de 1919 (3º ano da 9ª legislatura) São Paulo: Typ. Piratininga, 1919. Ofício nº 19, p.8

²⁷⁵ “A Grande Maravilha” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº14.552, ano XLIV,p.5

espetaculares, manipulando comercialmente uma fala que procurava atingir de maneira direta os leitores dos jornais, da mesma forma que o apelo à ciência, incluindo a referência a títulos como “especialista”, “doutor” ou “professor”, serviam para dar credibilidade a produtos e produtores que afirmavam curar a lepra, a tuberculose e o câncer, liquidar a influenza através reeducação alimentar ou acabar com a gripe espanhola pela oxigenação do sangue.

“Dois Milagres !! Os dois melhores remédios do mundo !!” Uterina e Regulador Gesteira, a cura dos problemas do útero. *“Pomada Manoelina - O milagroso remédio para curar as doenças das hemorróidas ... ”*. *“Prodígio Maravilhoso”*, o Peitoral de Angico Pelotense para cura da bronquite e outros males do pulmão. *“O Segredo da Felicidade !”* preparado *“magnífico”* do farmacêutico Francisco Perez da Farmácia e Drogaria São Bento.²⁷⁶

A variedade e quantidade de anunciantes que corriqueiramente se valiam deste tipo de linguagem para fazer propaganda das virtudes de seus medicamentos, marcava uma época em que não causava admiração encontrar ao lado de um remédio, que tinha sua fórmula elaborada e aprovada segundo as normas ditadas pela legislação sanitária, a propaganda de um preparado secreto manipulado por um indivíduo que dizia ser dotado de poderes excepcionais de cura. Com a influenza, que estimulou as especulações (e poções) para o combate eficaz da gripe epidêmica, o que ficou evidente foi a convivência íntima

²⁷⁶ “Dois Milagres !!” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de julho de 1918, nº 14.429, ano XLIV, p.9. “O Segredo da Felicidade !” O Parafuso São Paulo 22 de setembro de 1920, nº214, ano VI, p.3 e “Pomada Manoelina”, 17 de março de 1921, nº239 ano VII, p.1. “Prodígio Maravilhoso” A Platéia São Paulo, 7 de dezembro de 1921, nº136, ano XXXIV, p.7

entre os preparados miraculosos e os remédios “oficiais”, tanto quanto a grande quantidade dos medicamentos e métodos de cura fantásticos.²⁷⁷

Cada um anunciava como podia ... ou queria. O jornal Fanfulla estampava em suas páginas: “*Cura. Com um meio infalível, trata-se de moléstias crônicas sem remédios*”.²⁷⁸ Um pouco de mistério parecia ser uma boa estratégia de venda, principalmente para indivíduos sem grandes recursos financeiros para propagandas bem elaboradas ou entre aqueles com produtos que careciam de teste e patente oficial. Charlatanices ? Questão que parecia pouco ocorrer à população da Capital. Os preparados estavam em todos os lugares.

Fórmulas de cura elaboradas em São Paulo, vindas do interior ou de outros estados, faziam do segredo um elemento importante de suas propagandas: tuberculose, indicavam gratuitamente os meios “*científicos e modernos*” de cura; problemas com o estômago, seriam resolvidos de maneira radical e de graça — cartas para a redação do jornal A Abelha da Vila Nepomuceno em Minas Gerais. Para obter ensinamentos sobre como conseguir a cura definitiva e econômica da bronquite bastava entrar em contato com Peixoto de Andrade em São João da Boa Vista - São Paulo. Anúncio de produto contra a enterite crônica sentenciava, sem maiores detalhes, “*Enviae envelope selado a Firmo de Lima*

²⁷⁷ Em muitas das inúmeras “fórmulas” publicadas nos jornais no final dos anos 1910, vindas ou não de outros países, incríveis “coincidências” aconteciam:

“*Tuberculose e anemia*

Pessoa curada na Suíça com fórmula de um grande sábio, e já no terceiro grau, com febre, tosse, dor no peito, magreza, dispepsia, envia a receita a quem mandar endereço e 200 réis em selos ao coronel Sylvestre Casanova. Caixa Postal nº 1728 - Rio de Janeiro.”

“*Moléstias do utero.*

Senhora curada de grave enfermidade uterina, com cólicas, hemorragias, corrimentos, dor nas cadeiras, ventre sempre inchado, ovários doloridos e com a saúde abalada por grave anemia, tendo-se curado completamente com a descoberta de um sábio sueco, envia as informações de tão útil remédio. Enviar endereço e 200 réis em selos a madame Albertina de York. Caixa Postal nº 1728 - Rio de Janeiro.”

O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de setembro de 1917, nº 14.128, ano XLIII, p.11 e Idem 25 de novembro de 1917, nº 14.213, p.16. Os grifos são meus. Entre muitos exemplos de 1918: O Estado de S. Paulo São Paulo, 19 de outubro de 1918, nº 14.539, ano XLIV, p.8 e Idem 7 de dezembro de 1918, nº 14.588, p.10.

²⁷⁸ “Cura”Fanfulla São Paulo, 17 de julho de 1917, nº 7.961, ano XXV, p.6

Ribeiro, em Monte Azul (E. de São Paulo) que recebeis informações sobre a cura desta moléstia”.²⁷⁹

Promessas não faltavam para os paulistanos, acostumados com o grande e variado número de indivíduos que afirmavam conseguir não apenas saúde, mas felicidade e bons negócios para aqueles que os procurassem. Astrólogos, grafólogos, quiromantes, cartomantes, ocultistas, especialistas em horóscopos, buscavam sistematizar o acaso, diminuir a margem do desconhecido, propiciar alguma segurança às pessoas.²⁸⁰ Conquistar um bom marido ou um amante fiel, desvendar o destino, ganhar no jogo ou acabar com alguma moléstia, tudo era oferecido por pessoas que se diziam dispostas a ajudar infelizes e necessitados. Na disputa pela atenção dos aflitos alguns extrapolavam: “cego vê, mudos falam, tudo é possível”, dizia A. Nogueira, que enviaria gratuitamente o seu segredo a quem mandasse 100 réis em selo para a Praça Onze de Julho - Rio de Janeiro. Enquanto a “telepatista ocultista” Mme Belláagh declarava ser formada em medicina e usava o título de doutora antes de seu nome, o que poderia ou não seduzir os leitores de seus anúncios, mas certamente deixava furiosos os doutores do Serviço Sanitário de São Paulo.²⁸¹

Muitos eram os nomes. Alguns conseguiam mais fama, como o “ilustre e célebre” quiromante McAndor’s, outros apelavam para a nacionalidade estrangeira, como o grafólogo Severin, que afirmava ser belga justamente na época da visita dos reis da Bélgica

²⁷⁹ “Aos doentes do estômago” O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de setembro de 1918, nº 14.493, ano XLIV, p.12 ; “Vª Sª sofre de bronquite asmática” 3 de junho de 1920, nº 15.122, ano XLVI, p.14 e “Tuberculose” 5 de outubro de 1920, nº 15.246, p.12. A propaganda “aos doentes do estômago” apareceu ainda nos jornais: A Gazeta, Correio Paulistano e Jornal do Commercio. “Catarro intestinal” Jornal do Commercio São Paulo, 29 de agosto de 1918, nº 290, ano II, p.11

²⁸⁰ Utilizo aqui, em sentido amplo, palavras de Ecléa Bosi em sua análise sobre horóscopo que está no livro: Cultura de massa e cultura popular. Leituras operárias Petrópolis: Vozes, 1972, p.117-119

²⁸¹ A. Nogueira: “Felicidade! Amor! Saúde!” Jornal do Commercio São Paulo, 19 de março de 1921, nº 137, ano V, p.9. Mme Belláagh: Correio Paulistano São Paulo, 26 de agosto de 1923, nº 21.600, p.3 e Jornal do Commercio São Paulo, 6 de setembro de 1923, nº 304, ano VII, p.7

ao Brasil em 1920.²⁸² O cosmopolita conde Zadias Mataram atendia muitos moradores de São Paulo com seus poderes extraordinários, realizando “*curas verdadeiramente milagrosas*”. Durante a gripe espanhola residia no Rio Grande do Sul, onde afirmava ter sido diplomado médico segundo as leis gaúchas, passando a usar também o nome de dr. Marcolino Antonio da Silva, para “*tratar pela medicina aos incrédulos que não tenham fé nos insondáveis mistérios da ciência oculta*”.²⁸³

Entre todos, Jubal Tavares era o único que repetidamente anunciava “*preços populares*”, a grande maioria procurava associar seu nome a um suposto conhecimento científico, muitas vezes adquirido em outros países, ou a uma clientela de renome nacional e até internacional. Diversas vezes alertavam: “*não confundir com anúncios semelhantes*” ou “*não confundir com assuntos de exploração*”.²⁸⁴ Várias eram as mulheres: Madames Maria Helena Mataram (esposa de Zadias ?), Magdar, Ferreira, Queiróz, Bellot, Nadir, Hermeritta, Ismênia, Maria, Aditya, Ida ... Mudavam de endereço constantemente, atendiam em hotéis ou anunciavam viagens iminentes, para apressar seus possíveis clientes ou, quem sabe, confundir a polícia.²⁸⁵

²⁸² Mc' Andor: A Capital São Paulo, 8 de janeiro de 1917, nº 193, ano V, p.3 e 26 de janeiro de 1917, nº 208, p.3. Severin: O Estado de S. Paulo São Paulo, 6 de outubro de 1920, nº 15.247, ano XLVI, p.12

²⁸³ Para ficarmos em alguns anúncios dos últimos seis meses de 1918, em apenas um jornal: “Ocultismo científico” O Estado de S. Paulo São Paulo, 14 de junho de 1918, nº 14.412, ano XLIV, p.11; “Ocultismo científico” Idem 1º de setembro de 1918, nº 14.491, p.16 (diploma); “Misterioso poder” Idem 14 de setembro de 1918, nº 14.504, p.9 e “Milagre verdadeiro” Idem 23 de outubro de 1918, nº 14.543, p.9. Como tantos outros naquela época (entre eles o famoso Luiz Costa), o conde vendia talismãs e os chamados radiadores: os acumuladores astrais, para “energizar positivamente” seus devotos. Referências a Deus e a misteriosa Índia eram constantes.

Um estudo que aborda a medicina no Rio Grande do Sul do início do século XX e a questão da “liberdade profissional” entre os positivistas gaúchos, é o de Beatriz Teixeira Weber As artes de curar Santa Maria; Bauru: Ed. UFSM; EDUSC, 1999, p.31-132

²⁸⁴ Jubal Tavares: “A ciência dos profetas” Correio Paulistano São Paulo, 5 de novembro de 1924, nº 22.010, p.9. “Quer felicidade ?” O Estado de S. Paulo São Paulo, 12 de outubro de 1919, nº 14.892, ano XLV, p.15; “Milagres !” 27 de abril de 1921, nº 15.446, ano XLVII, p.8. “Aos Infelizes!” 30 de abril de 1921, nº 15.449, p.10 “Prodígios ?” A Gazeta São Paulo, 14 de abril de 1922, nº 4.879, ano XVI, p.2 e “Assombro nunca visto !!” 29 de dezembro de 1922, nº 5.095, ano XVII, p.5

²⁸⁵ Madames: Maria Helena Mataram, O Estado de S. Paulo São Paulo, 23 de abril de 1918, nº 14.360, ano XLIV, p.13. Magdar, Correio Paulistano São Paulo, 8 de janeiro de 1917, nº 19.216, p.6 e A Capital São

Em 1918 a prisão do professor Casnot, que afirmava ser inglês, revelava um pouco da história dessas pessoas. As autoridades policiais haviam chegado até o cidadão através de um anúncio publicado repetidamente pelos jornais de São Paulo e que prometia ensinar como conseguir a felicidade a quem procurasse ou escrevesse para o professor. Com o endereço nas mãos policiais disfarçados foram fazer uma consulta com Casnot e descobriram que ele cobrava 5\$000 por seus inspirados conselhos. O homem foi preso em flagrante. No posto policial da avenida Tiradentes descobriu-se que o inglês era de fato um ex-sub-delegado do Brás chamado Pedro dos Santos Boemer, que já havia sido preso por cobrar 10\$000 para ensinar as pessoas a ganhar no jogo do bicho. Forma de aumentar os parques ganhos mensais? Estratégia de sobrevivência de um desempregado? A única resposta que todos obtiveram foi que contra Casnot ou Boemer foi instaurado inquérito e ele teve que pagar fiança para ser posto em liberdade.²⁸⁶ Até quando?

Paulo, 24 de abril de 1917, nº 278, ano v, p.4. Ferreira, Diário Popular São Paulo, 15 de outubro de 1917, nº 11.342, ano XXXIII, p.6. Bellot, O Estado de S.Paulo São Paulo, 14 de novembro de 1920, nº 15.286, ano XLVI, p.22 e Hermeritta, 14 de fevereiro de 1922, nº 15.736, ano XLVIII, p.11. Nadir, Correio Paulistano São Paulo, 14 de outubro de 1921, nº 20.933, p.10; Maria, 13 de fevereiro de 1922, nº 21.054, p.6 e Aditya, 7 de dezembro de 1922, nº 21.345, p.10. Queiróz, A Platéia São Paulo, 5 de outubro de 1923, nº 84, ano XXXVI, p.4 e Ismênia, 3 de novembro de 1924, nº 90, p.6. Como exemplo das mudanças de endereço: Mme Ida: Correio Paulistano São Paulo, 27 de outubro de 1922, nº 21.304, p.9 (alameda Eugênio de Lima) e 5 de março de 1923, nº 21.429, p.4 (rua Bela Cintra). O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de dezembro de 1923, nº 16.379, ano XLIX, p.13 (rua Frei Caneca)

²⁸⁶ “A campanha contra os charlatães” A Capital São Paulo, 7 de março de 1918, nº 246, ano VI, p.1. Confira também: “Quereis ser feliz ?” O Estado de S.Paulo São Paulo, 3 de setembro de 1917, nº 14.130, ano XLIII, p.11 e 4 de novembro de 1917, nº 14.192, p. 12

Os paulistanos poderiam, sozinhos, consultar as brumas de seu destino e manipular sua sorte, bastava ter o material certo nas mãos. A livraria Quaresma, do Rio de Janeiro, por exemplo, enviava pelo correio o Livro do Feiticeiro ou o Livro da Bruxa conhecido como Manual da Cartomante. Em São Paulo, na livraria O Pensamento (sede do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento), os moradores da Capital podiam encontrar, além do Almanaque d’“O Pensamento” com “informações” sobre corridas de cavalo, dias felizes do ano e alta e baixa do câmbio entre outras utilidades, o Livro da Vida para os que queriam saber os segredos do passado, presente e futuro. Na livraria Magalhães, também de São Paulo, estava à venda a famosa obra de feitiçaria O Livro de São Cipriano, cuja fama atravessou os anos e muitos lugares, e o Oráculo de Napoleão, o verdadeiro livro dos destinos. Confira, entre outros: Jornal do Commercio São Paulo, 5 de fevereiro de 1917, nº 96, ano I, p. 15. A Capital São Paulo, 9 de julho de 1918, nº 46, ano VII, p. 2; 26 de dezembro de 1919, nº 226, ano VIII, p. 4 e 15 de setembro de 1921, nº 105, ano XI, p. 2 O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de setembro de 1918, nº 14.491, ano XLIV, p.14 e 2 de julho de 1924, nº 16.589, ano L, p.9. A Platéia São Paulo, 11 de dezembro de 1919, nº 212, ano VIII, p. 3

A manipulação do desconhecido e da fé, que fazia alguns serem presos e outros gozarem de fama, dependendo da atividade ou, quem sabe, da clientela, representava, como há séculos, ingrediente importante para atrair a atenção do paulistano. Nas circunstâncias singulares da epidemia esse universo ganhava uma nitidez excepcional, pois a medicina fracassava em suas tentativas de curar os gripados ou deter a propagação da doença e vários daqueles que afirmavam ser agraciados com dotes prodigiosos aproveitavam para ganhar adeptos e dinheiro. Não era pois sem razão que um certo “*doutor*” José de Almeida, em novembro de 1918, audaciosa e laconicamente oferecia um meio para cura radical de qualquer doença enquanto a gripe espanhola, indiferente, matava os paulistanos.²⁸⁷

Mas a exposição e diversidade deste arsenal “paralelo” de cura, que muitos chamavam charlatanismo, não ficou sem combate. Em 1918 o Composto Ribott, que durante a epidemia foi tido como eficaz para o restabelecimento dos gripados, temendo a concorrência ou insinuando mudanças, era anunciado em jornais e revistas da Capital com a frase: “*Proteja sua vida e não tome V.S. um remédio secreto, cuja fórmula desconheça*”. Era a intenção declarada de separar os vários medicamentos que disputavam a preferência popular — os com fórmula conhecida e aprovada pelas autoridades sanitárias e os outros. Tarefa difícil, especialmente naquele ano em que diferentes medicamentos oficialmente aprovados do Serviço Sanitário foram, instantaneamente, “transformados” em eficazes remédios contra a influenza espanhola, como repetiam as propagandas que infestavam a imprensa.²⁸⁸

²⁸⁷ “Quer ser feliz e ter saúde ?” Diário Popular São Paulo, 15 de novembro de 1918, nº 1.704, ano nº 11.762, ano XXXIV, p.6 . Muitos jornais que anunciavam madames ou especialistas de reputação duvidosa, aderiam a campanhas, mais ou menos discretas, contra a atividade daqueles indivíduos. Tudo era uma questão de convicção dos articulistas, oportunidade jornalística ou financeira.

²⁸⁸ Correio Paulistano São Paulo, 4 de abril de 1918, nº 19.662, p.7. O Estado de S.Paulo São Paulo, 7 de maio de 1918, nº 14.374, ano XLIV, p.8. Revista Feminina São Paulo, junho de 1918, nº 49, ano V, p. 35

Mas, passada a epidemia, que expôs de forma cristalina esse universo onde alopatias e charlatanices tantas vezes se confundiam, os sinais de uma empreitada que se processava de maneira quase imperceptível ganharam um pouco mais de visibilidade. Eram ações pontuais, mas que sinalizavam mudanças: um artigo do A Capital aplaudia o movimento iniciado no Rio de Janeiro que atacava as “*drogas para todos os males, remédios para todas as doenças*”. A campanha, que atingira São Paulo e outros estados, estaria fazendo desaparecer dos anúncios de medicamentos aprovados pelo Serviço Sanitário palavras como “*cura*”, substituída por “*indicado*” ou “*recomendado*”. Meses depois, no jornal Diário Popular o remédio Uterogenol chamava a atenção de suas consumidoras com a frase: “*Não é um cura-tudo. Não é uma maravilha*”, enquanto a revista Archivos de Biologia, publicação mensal de medicina, lembrava aos farmacêuticos a importância da propaganda, afirmando:

*“Os industriais farmacêuticos entre nós são, em geral, inimigos do anúncio e quando o fazem é de maneira pouco eficiente, socorrendo-se dos veículos leigos e, portanto, visam mais o doente que o clínico.”*²⁸⁹

Transformação sutil e aviso importante, um dos possíveis resultados: a separação dos remédios “oficiais” daqueles outros preparados que freqüentavam as páginas dos jornais diários de São Paulo. Diferenciação na maneira de apresentar o medicamento ao público — sem promessas de cura. Separação mais incisiva entre produto e consumidor, com a concentração ainda maior da escolha dos remédios nas mãos dos médicos — o apelo em favor das publicações especializadas não deixava dúvidas. Tudo em nome da saúde da população.

Renato Kehl, fundador da sociedade eugênica de São Paulo, grande divulgador das idéias de melhoria racial, afirmava:

*“(...) a cruzada contra os anúncios de especialidades farmacêuticas estampados nos jornais, revistas e cartazes, preconizando curas maravilhosas, as quais só servem para embair os ingênuos, roubar-lhes o dinheiro e o tempo precioso; o combate (...) a esses “especialistas” e “sábios”, bem assim a tais anúncios falaciosos, tem a maior importância para o público.”*²⁹⁰

Assim, passada a borrasca representada pela gripe espanhola, que contribuiu para a percepção do imbricamento, em propagandas e práticas diárias, dos mundos da ciência e das curas espetaculares, o que se assistiu foi uma tentativa, ainda mais veemente, e em nome daqueles que chamavam de “*público*”, de cisão entre as fórmulas elaboradas pelos homens que olhavam através de microscópios, ou clinicavam com a ajuda desses instrumentos, e as “habilidades curativas” dos outros: as Madames Virgínicas, os “*professores*” de Lucca, “*especialistas*” como José de Vasconcellos ou “*doutores*” como Moura Lacerda. Distinção e separação de universos, de cura e também de comércio, calcada no apelo à cientificidade, na “especialização” das propagandas, no mesmo discurso vago e impreciso usado por Carlos Seidl e pelo Serviço Sanitário de São Paulo durante a gripe espanhola, que imputava à ciência médica a única possibilidade, parcial mas progressiva, de cura — o apelo para o uso das palavras “*indicado*” ou “*recomendado*” nos anúncios de medicamentos é emblemático.

²⁸⁹ “Os charlatães e a medicina” *A Capital* São Paulo, 20 de abril de 1921, nº284, ano X, p.1. *Diário Popular* São Paulo, 2 de março de 1923, nº13.034, ano XXXIX, p.5. “O Apelo dos Farmacêuticos e Droguistas” *Archivos de Biologia* São Paulo, setembro-outubro de 1921, nº 63-64, ano VI, p.953-954

²⁹⁰ KEHL, Renato. *Bíblia da saúde (higiene)* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926, p.111-112. Idéias sobre melhoria da raça estavam presentes na sociedade brasileira das mais diferentes formas desde o final do século XIX. Entre outros: BERTUCCI, Liane Maria. Op.cit.,p.125-168. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças* São Paulo: Companhia das Letras, 1993. MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça* Campinas: Ed.UNICAMP, 1994

2. Medicina dos sintomas: a epidemia e a ciência homeopática

Como havia feito em outras edições, desde que a epidemia de influenza era uma triste realidade para os paulistanos, o jornal O Estado de S. Paulo publicava, em 21 de outubro, os “Conselhos ao Povo”, reproduzindo as indicações do Serviço Sanitário para combater a gripe espanhola. Entre cuidados higiênicos, proibição de visitas e aglomerações, havia a série de medicamentos indicada para prevenir, minimizar ou tentar liquidar a epidemia. Muitos seguiam os conselhos, alguns por convicção, outros por aparente falta de opção. Mas, naquele dia algo mais chamava a atenção do leitor.

Estrategicamente colocado abaixo dos “Conselhos”, ocupando espaço similar e diagramado de maneira semelhante, estava um texto cujo título jamais passaria despercebido naqueles dias: “Cura da gripe espanhola”.²⁹¹ (Figura 7) Eram relatos de pessoas que haviam feito uso da Grippina, remédio formulado pelo médico homeopata dr. Alberto Seabra. Parece que a homeopatia oferecia uma alternativa para acabar com a epidemia, bastava confiar no *simila similibus curantur*, ou os semelhantes curam-se com os semelhantes, princípio do sistema médico elaborado pelo alemão Cristiano Frederico Samuel Hahnemann.

O método de Hahnemann era tributário das especulações vitalistas da Escola de Montpellier sobre os poderes ocultos do corpo. Em linhas gerais, a tese homeopática postulava a existência de uma força vital, imaterial e dinâmica, intermediária entre o corpo físico e o espírito. Princípio que animaria o organismo, esta força vital intuiria e dirigiria a

²⁹¹ “Conselhos ao povo” e “Cura da gripe espanhola” O Estado de S. Paulo São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p. 3

A EPIDEMIA REINANTE

CONSELHOS AO POVO

(Extrahidos pelo "Estado" do communicado do
Serviço Sanitario, já publicado)

Evitar aglomerações, principalmente á noite.

Não fazer visitas.

Tomar cuidados hygienicos com o nariz e a garganta:
inhalações de vaselina mentholada, gargarejos com agua
e sal, com agua lodada, com acido citrico, tannino e infu-
sões contendo tannino, como folhas de golabeira e outras.

Tomar, como preventivo, internamente, qualquer sal
de quinino nas doses de 25 a 50 centigrammos por dia, e
de preferencia no momento das refeições.

Evitar toda fadiga ou excesso physico.

O doente, aos primeiros symptomas, deve ir para a
cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complica-
ções e contagio. Não deve receber, absolutamente, nenhu-
ma visita.

Evitar as causas de resfriamento, é de necessidade tan-
to para os sãos, como para os doentes e os convalescentes.

A's pessoas edosas devem applicar-se com mais rigor
ainda todos esses cuidados.

CURA DA GRIPPE HESPANHOLA

DOCUMENTOS E ATTESTADOS

CARTA DO DR. AUGUSTO MILITÃO PACHECO. ATTESTADO DO SR.
EDOUARD BENAIN, ATTESTADO DO SR. ARISTIDES DE ALMEIDA
LEITE. ARTIGO ENTHUSIASTICO DO "DIARIO HESPANHOL". ESTE
ULTIMO, PELA SUA EXTENSÃO, NAO SERA REPRODUZIDO.

Seabra.

Fiz uso, bem como todos de minha casa, já em numero de QUATORZE,
atacados da "hespanhola", como remedio, da "Grippina". O seus resultados são
MARAVILHOSOS, quer nos casos benignos, quer nos de manifestação mais grave.
A tua "Grippina" é uma boni remedio. Deves procurar tornalo conhecido de to-
dos os que soffrem.

AUGUSTO PACHECO. Firma reconhecida.

Sr. dr. Alberto Seabra.

Para maior tranquillidade da população, venho communicar-lhe o seguinte:
Em minha casa têm cahido successivamente atacadas da grippe até esta data seis
pessoas. Destas, tres estão em convalescência e as outras em excellentes condições.
Tomaram exclusivamente "Grippina". É, portanto, um remedio boni, pratico e
no alcance das classes pobres. Pode v. a fazer desta o uso que lhe convier, etc.
ARISTIDES DE ALMEIDA LEITE. Firma reconhecida.

En reconnaissance des resultats immediats que j'ai obtenu moi et les person-
nes de ma famille avec le prodigieux medicament la "Grippina" contre le grippe
espagnol, je tiens au benefice du peuple a vous le communiquer et a vous expri-
mer toute ma reconnaissance.

Veuillez agréer, etc.

EDOUARD BENAIN. Firma reconhecida.

"GRIPPINA", preservativo e curativo — Formula do DR. ALBERTO SEABRA.

Para a convalescência da grippe: "VIGORINA"

Remedio da fraqueza geral e da convalescência (N. 24) — Preço do vidro, 37000

COMPANHIA PAULISTA DE HOMEOPATHIA

30, Marechal Deodoro. — Telephone Central 2798 — Depositarios em Santos: Dro-
garia A. Leal & Cia. — Pharmacia Colombo

Figura 7 - "Conselhos ao Povo" e "Cura da gripe espanhola"

Fonte: O Estado de S. Paulo São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p.3

matéria ligando corpo e espírito, portanto dela dependeria a vida. A doença seria a tradução do desequilíbrio no sistema vital de um indivíduo.²⁹² Segundo Hahnemann:

“Quando o homem adoece, essa força vital imaterial de atividade própria, presente em toda parte no seu organismo (princípio vital), é a única que, inicialmente, sofre a influência dinâmica hostil à vida, dum agente morbigeno, é somente o princípio vital, perturbado por uma tal anormalidade, que pode fornecer ao organismo as sensações desagradáveis e impeli-lo, dessarte, a atividades irregulares a que chamamos doença; pois essa força invisível por si mesma e apenas reconhecível por seus efeitos no organismo, torna conhecida sua perturbação mórbida apenas pela manifestação de doença nas sensações e funções (as partes do organismo acessíveis aos sentidos do observador e médico), isto é, por sintomas mórbidos, e não pode torná-lo conhecido de outra maneira.

*É somente a força vital morbidamente afetada que produz moléstias, de modo que os fenômenos mórbidos que são perceptíveis aos nossos sentidos expressam, ao mesmo tempo, toda a mudança interna, isto é, toda a perturbação mórbida do dinamismo interno.(...)”*²⁹³

Restabelecer a saúde equivaleria a reconquistar o equilíbrio da força vital do organismo, através da eliminação do conjunto de sintomas apresentados pela pessoa enferma (resultado, visível, do processo de adoecer). Para conseguir tal feito seria necessário o emprego do medicamento adequado, em dose correta, para cada doente em particular, pois cada um teria uma história singular. A eficiência do remédio estaria em produzir uma doença artificial semelhante à enfermidade real: o organismo mobilizado para reagir contra a nova (e controlada) moléstia acabaria liquidando as duas. Para Hahnemann, uma substância seria considerada um medicamento apenas depois de diluída (isto é,

²⁹² DAMAZIO, Sylvia F. Da elite ao povo. Advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.82-84. WARREN, Donald. “A medicina espiritualizada: a homeopatia no Brasil do século XIX” Religião e Sociedade Rio de Janeiro: v. 13, nº 1, p.88-107, 1986, p. 91-93

²⁹³ HAHNEMANN. Exposição da doutrina homeopática ou Organon da arte de curar 2ª reimpressão. São Paulo: Grupo de Estudo Homeopáticos “Benoit Mure”, 1984, p. 5, parágrafo 11. *Força dinâmica*, p.5- 8

desdobrada em sua capacidade terapêutica) e testada em homens sadios, neles produzindo reações semelhantes a sintomas mórbidos apresentados por indivíduos enfermos.²⁹⁴

A homeopatia, divulgada na Europa a partir de 1796, teve sua grande síntese no Organon da Medicina Racional, de 1810, intitulado nove anos depois, em sua segunda edição, Organon da arte de curar. Revisado e reeditado várias vezes, o livro foi traduzido para o português em 1846 por um dos pioneiros da homeopatia nacional, o cirurgião, nascido em Portugal, João Vicente Martins. O texto, publicado pela Tipografia Niteroiense, procurava concorrer para a maior difusão do sistema hahnemanniano em terras brasileiras.²⁹⁵

Quanto à Grippina, elaborada em 1918, anos depois da chegada das idéias homeopáticas ao Brasil, os atestados procuravam confirmar sua eficácia. Escritos em português e francês, assinados por chefes de família e doutores, com firma reconhecida e explícitos elogios ao medicamento, os atestados afirmavam que, além de curar e preservar da influenza, o remédio do dr. Seabra tinha uma virtude extra: estava ao “*alcance das classes pobres*”, como escrevia o sr. Aristóteles de Almeida Leite. Comparações não eram fáceis, mas a escolha era livre: um vidro de Grippina custava 3\$000, valor equivalente ao de dez cápsulas de sulfato de quinino de 0,50 mg cada. O sulfato estava tabelado pelo Serviço Sanitário, na tentativa de controlar sua venda na Capital, enquanto a Grippina podia ser facilmente encontrada na Companhia Paulista de Homeopatia, da rua Marechal Deodoro, nº 30, cujo diretor científico era o dr. Seabra.²⁹⁶

²⁹⁴ HAHNEMANN. Op. cit., p. 8-18, parágrafos 13 a 35. LUZ, Madel T. A arte de curar versus a ciência das doenças São Paulo: Dynamis, 1996, p. 51-58

²⁹⁵ “Resumo bibliográfico de Samuel Hahnemann”, “Preâmbulo”, “Prefácio da tradução portuguesa ...” HAHNEMANN. Op. cit., p. V, VII-X, XXI-XXIII.

²⁹⁶ “Conselhos ao povo” e “Cura da gripe espanhola” O Estado de S. Paulo São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p. 3

O medicamento comercializado pela Companhia era anunciado como “o remédio da gripe espanhola” desde que os primeiros casos da doença epidêmica em São Paulo começaram a assustar os paulistanos. Para fazer propaganda do produto o seu criador havia distribuído Grippina, em glóbulos e tintura, nas redações de vários jornais de São Paulo, que reproduziam algumas palavras do médico sobre o preparado e agradeciam a oferta feita pelo “*distinto clínico*”.²⁹⁷

Os remédios homeopáticos eram conhecidos dos moradores da Capital. No final da década de 1910, os “específicos” estavam à disposição daqueles que preferiam encontrar o medicamento já manipulado para tratar de seus padecimentos. Associando em doses corretas vários produtos, os “específicos” ganhavam um número ou um nome especial e eram indicados para acabar com diferentes doenças, entre elas: asma e tuberculose, doenças da bexiga, problemas do útero, sífilis, tumores, enxaqueca, ataques histéricos, doenças do coração, epilepsia, coqueluche, nevralgias e cáries dentárias. Havia os preparados de João Thomaz de Mello Senra, que dirigia o Laboratório Homeopático, em São Paulo, os “específicos” de J. F. de Pinho Filho & Cia, da rua da Quitanda, nº 135, Capital Federal, e os da farmácia homeopática Indiana, também da rua da Quitanda, nº 17. A Indiana era propriedade de Raul Hargreaves & Cia e o principal produto que oferecia aos seus clientes era o Sexuol, para homens e mulheres, que combatia a impotência e o esgotamento nervoso e senil. Era só optar pelo medicamento e seu fornecedor.²⁹⁸

²⁹⁷ Entre outros: “Grippina. O remédio da gripe espanhola” Diário Popular São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº 11.734, ano XXXIV, p. 9. Entre os jornais que receberam amostras do medicamento: “Medicamentos homeopáticos” A Capital São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº129, ano VII, p.1. “Do dr. Alberto Seabra ...” A Platéia São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 108, ano XXXI, p. 6

²⁹⁸ Entre muitos outros: “Homeopatia. João de Mello Senra” A Platéia São Paulo, 2 de abril de 1917, nº 270, ano XXIX, p. 3. “Grande Laboratório Homeopático. J.F. de Pinho Filho & Cia” Jornal do Commercio São Paulo, 20 de julho de 1917, nº 260, ano I, p. 12. “Sexuol” Correio Paulistano São Paulo, 31 de outubro de 1917, nº 19.510, p.13. “Laboratório Homeopático” O Estado de S. Paulo São Paulo, 12 de abril de 1918, nº 14.349, ano XLIV, p. 12; “Curem-se” Idem 5 de setembro de 1918, nº 14.495, p. 14; “Cura ...doenças da

Para combater a gripe de todos os anos os habitantes de São Paulo havia tempos dispunham do Sanagripe e do Allium Sativum, ambos importados do Grande Laboratório e Farmácia Homeopática de Almeida Cardoso & Cia, Rio de Janeiro. Também a Companhia Paulista de Homeopatia oferecia o seu preparado nº 19 que prontamente liquidaria a gripe ou influenza que anualmente incomodava os moradores da Capital. O medicamento foi anunciado no final de setembro de 1918 com as frases: “*Cura certa da influenza ou gripe. Cura rápida, suave e econômica*”.²⁹⁹ Seria Grippina um outro, e oportuno, nome desse “específico”? Difícil saber.

Fácil porém era para a população encontrar folhetos, artigos e livros sobre homeopatia. Provavelmente, o primeiro trabalho impresso sobre medicina em terras paulistas tenha sido uma obra de 1866 sobre o tratamento homeopático da febre tifóide de autoria do médico e literato Pedro Ernesto Albuquerque de Oliveira.³⁰⁰ Ao longo do tempo o número de textos editados cresceu. Em 1918, em meio a outras publicações, o Guia de Medicina Homeopática, uma das obras do dr. Nilo Cairo, com sua edição aumentada, era anunciado durante a epidemia de gripe espanhola com uma frase polêmica: “*Não consulte médico. Tenha sempre em sua casa o Guia de Medicina Homeopática ... ele lhe poupará médico e farmácia e o transformará em médico da família*”. Tudo isto por apenas 8\$000.³⁰¹

pele” Idem, 5 de outubro de 1918, nº 14.525, p. 8; “Cura da asma” Idem, 6 de outubro de 1918, nº 14.526, p. 11; “Cura das nevralgias” Idem 8 de outubro de 1918, nº 14.528, p. 10

²⁹⁹ “Grande Laboratório e Farmácia Homeopática de Almeida Cardoso & Cia” Jornal do Commercio, 16 de agosto de 1917, nº 287, p. 12. “Cura certa da influenza ou gripe” e “Curem-se” O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26 de setembro de 1918, nº 14.516, p.7 e 13. “Sanagripe” A Gazeta São Paulo, 3 de maio de 1917, nº 3.686, ano XII, p. 3

³⁰⁰ FARINA, Duílio Crispim. Medicina no planalto de Piratininga São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1981, p.112-117. O livro era Da febre tifóide e enfermidades subvientes no Brasil e seu tratamento homeopático São Paulo: Typ. Litteraria, 1866. Veja também: GIFFONI, O. Carneiro. Dicionário bibliográfico brasileiro de escritores médicos São Paulo: Nobel, 1972, p. 183

³⁰¹ “Não consulte médico!” O Estado de S. Paulo São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 14.560 ano XLIV, p. 7 e 16 de novembro de 1918, nº 14.567, p. 8. Entre outros trabalhos anunciados só em 1918: “Cura pela homeopatia, Médico dos pobres” O Estado de S. Paulo São Paulo, 11 de agosto de 1918, nº 14.470, ano XLIV, p. 17; “Cura pela homeopatia” Idem 7 de setembro de 1918, nº 14.497, p.13; “Clínica médica homeopática ...”

Prática científica ao alcance de todos, economia garantida: “*Sem arruinar a bolsa do público. A homeopatia cura mais. A homeopatia cura melhor. A homeopatia cura mais barato*”, repetia a Companhia Paulista de Homeopatia em suas propagandas, sintetizando idéias que impregnavam o discurso homeopático. O jornal operário Folha do Povo, em 1909, reproduzia comentários do dr. Seabra, onde o médico afirmava: “*em homeopatia não há remédio secreto e, por isso, industrialismo não a pode explorar; estando pela sua barateza ao alcance dos proletários, a ninguém arruinando o tratamento.*”³⁰²

Anos depois, os anúncios de remédios homeopáticos continuavam associando medicamentos alopatas com o segredo, portanto com a exclusão daqueles que não compartilhavam de suas fórmulas, e com o “*industrialismo*”, isto é com a exploração, e controle, de poucos iniciados sobre as receitas de cura. A idéia do secreto aqui ganhava uma nova dimensão, estratégica, na disputa entre homeopatas e alopatas por adeptos e clientes. Mesmo sendo algumas vezes mais discurso que prática.

Em meio às mortes contabilizadas durante a epidemia, dia 30 de outubro, o “*eminente pedagogo*” Carlos Escobar, com palavras que tornariam irados até os mais pacatos alopatas, chamava os médicos de “*mercenários diplomados*”, fazendo uma ressalva: “*guardando as velhas tradições, felizmente, dedicam-se com fervor ao seu sacerdócio raros médicos (...)*”, entre eles o dr. Alberto Seabra “*invicto apóstolo da homeopatia*”. E sem poupar sua pena, ou revelar a fórmula, Escobar concluía: “*sua Grippina, uma combinação inteligente de medicamentos adaptados a sintomas vários, como depressão nervosa, perturbações gástricas, alterações brônquicas, não é uma*

Idem, 7 de novembro de 1918, nº 14.558, p. 5. “O médico dos pobres” A Capital São Paulo, 15 de abril de 1918, nº 277, ano VI, p. 4

³⁰² Entre outros: “Curem-se e não se envenenem” O Estado de S.Paulo São Paulo, 15 de outubro de 1918, nº 14.535, ano XLIV, p. 9. Folha do Povo: BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: arma revolucionária. São Paulo, 1891-1925 Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 209

fórmula secreta preconizada pelos doutores da quarta página dos jornais a toque de clarim, ignorantes das leis biológicas.”³⁰³

Mas, nos jornais, na quarta página ou não, era comum homeopatas e alopatas compartilharem o mesmo espaço para anunciarem suas especialidades. Ao lado de alopatas como Ulhôa Cintra, Luiz Pereira Barreto, Synésio Rangel Pestana, Arnaldo Vieira de Carvalho ou Penido Burnier, o cidadão facilmente poderia encontrar a oferta dos serviços dos doutores Olyntho Dantas e Nery Gonsalves, especialistas em moléstias de crianças, e da doutora Ângela de Mesquita. Os três, além do consultório particular, atendiam na “Clínica Popular”, que ficava no mesmo endereço do Laboratório Paulista de Homeopatia. Os doutores da clínica, com seu “*serviço humanitário*”, cobravam módicos 5\$000 por consulta e medicamentos e tinham como colega o dr. Seabra que curava gratuitamente o tracoma ou a opilação (ancilostomíase) dos doentes que procuravam a instituição. Havia ainda o dr. Nilo Cairo, que além de escrever seus livros, atendia chamadas diurnas e noturnas na rua Major Sertório, nº 35, e o dr. Murtinho Nobre que receitava em sua Farmácia Homeopática, montada na rua Boa Vista, nº 10.³⁰⁴

E foi em seu “*elegante e sóbrio*” consultório da rua Boa Vista que o dr. Murtinho recebeu para uma entrevista um jornalista enviado pela A Gazeta dia 5 de novembro 1918. Preocupados com as proporções da epidemia de gripe espanhola os redatores do jornal

³⁰³ “Seção livre. Cura da gripe espanhola” A Capital São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 40, ano VII, p. 4. Membros da Sociedad Hahnemann mexicana, no final do século XIX início do XX, denunciavam que os alopatas pretendiam “*conservar incólume os direitos adquiridos pela força do costume e da tirania absoluta da rotina*”. Cf.: CARRILLO, Ana Maria. “La Sociedad Hahnemann (1893-1913)” La Homeopatia de México Ciudad do México, Mayo-Junio 2000, p. 88-91, p.90

³⁰⁴ Entre outros: “Indicações úteis” Jornal do Commercio São Paulo, 6 de janeiro de 1917, nº 66, ano I, p. 10. “Dr. Olyntho Dantas” Diário Popular São Paulo, 10 de outubro de 1918, nº 11.728, ano XXXIV, p. 3; “Consultório homeopático” Idem 28 de agosto de 1919, nº 11.997, ano XXXV, p. 3. “Médico homeopata ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de outubro de 1918, nº 14.528, ano XLIV, p.9; Idem 10 de outubro de 1918, nº 14.530, p. 11; “Indicações úteis” Idem 14 de outubro de 1918, nº 14.534, p. 6; “Consultas e medicamentos” Idem 17 de agosto de 1919, nº 14.836, ano XLV, p. 10; “Médicos homeopatas” Idem 24 de

buscavam com as palavras do médico informar e acalmar os moradores da Capital. Notícias vindas do Rio de Janeiro e diversos casos de cura em São Paulo, teriam redobrado a curiosidade de todos sobre os processos homeopáticos que pareciam estar dando bons resultados no combate à influenza. Interpelado, dr. Murtinho não escondia sua satisfação pela oportunidade de divulgar as receitas que usava em sua clínica para combater a epidemia. Afirmava que a homeopatia não tratava doenças mas doentes, por isso variava seus tratamentos conforme o paciente, entretanto, devido as características da enfermidade, três eram as fórmulas mais utilizadas nos gripados:

“1º — Gelsemium e Eupatorium porf., 1 gota em meio cálice de água, de hora em hora, alternando - contra febres altas, dores pelo corpo e abatimento. Forma mais generalizada. 2º — Gelsemium e Baptista, para a forma intestinal. 1 gota de hora em hora, alternando. 3º — Antimonium tart. 30 e Phosphorus 30, para a forma pneumônica. 1 gota de hora em hora, alternando.”

Além das receitas o dr. Murtinho relacionava para os leitores do jornal os produtos gerais que empregava no combate à epidemia:

*“Arsênico iodado - para grande prostração, coriza;
Gelsemium - para a febre com grande abatimento;
Aconitum - para a febre alta, medo de morrer e eretismo nervoso;
Eupatorium - para dores pelo corpo, sobretudo nas pernas e nas costas;
Bryonia - para o tifo pulmonar, com catarro pleuris, etc.;
Rhus - para dores reumáticas nas extremidades e para a forma tífica;
Antimonium iod. - para a bronquite com expectoração muco-purulenta;
Antimonium tart. - para a bronco-pneumonia;
Cuprum ars. - para o tifo gastro-intestinal de forma maligna;
Quininum ars. - para a convalescença.”*³⁰⁵

fevereiro de 1920, nº 15.025, ano XLVI, p.8; “Clínica Popular” *Idem* 30 de maio de 1921, nº 15.478, ano XLVII, p. 8 e “Médicos homeopatas” *Idem* 22 de novembro de 1924, nº 16.711, ano L, p.9

³⁰⁵ “A homeopatia e a gripe” *A Gazeta* São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº 3.843, ano XIII, p. 1

Tal como a Grippina do dr. Seabra, o Gelsemium (feito a partir da raiz do jasmim amarelo), amplamente empregado pelo médico para o combate à influenza, era também recomendado como preventivo, bastava tomar 2 gotas todas as noites. Propagandas da Farmácia Homeopática destacavam as virtudes do medicamento. Segundo o dr. Murtinho Nobre:

*“A homeopatia não conhece segredos na gripe, (...) e nem perde casos. Apenas enfermidades crônicas ou incuráveis é que não podem ter cura quando atacados (sic) pelo atual gênio epidêmico.”*³⁰⁶

A cura parecia assim ao alcance de qualquer cidadão. Medicar-se de forma eficaz e econômica seria uma prática perfeitamente possível durante a epidemia. Enquanto no caso da gripe espanhola, o discurso alopata colocava a possibilidade de cura em um futuro a ser atingido via ciência médica alopática, a homeopatia oferecia saúde no presente. Como afirmava Bruckner, anos antes, em O médico homeopata da família, na aplicação dos medicamentos a homeopatia utilizaria um princípio fixo, que a experiência repetida milhares de vezes, através da observação de muitos casos, confirmava. Na epidemia não seria diferente, a fórmula do tratamento correto apenas poderia ser um pouco retardada porque nesta situação singular os sintomas da moléstia se revestiriam de uma forma pouco determinada, vaga e genérica. A homeopatia era ciência positiva, baseada na previsão (sem a qual não existiria ciência), como seus adeptos não cansavam de repetir. A eficácia de seus tratamentos demonstraria a incontestável superioridade homeopática sobre a “velha

³⁰⁶ Idem. Veja: “Tratamento da gripe epidêmica ... Gelsemium” O Estado de S.Paulo São Paulo, 24 de novembro de 1918, nº 14.544, ano XLIV, p. 9

medicina”.³⁰⁷ Durante a epidemia de influenza, pelo menos para os que haviam lido o jornal, as palavras de Murtinho Nobre ali transcritas não deixavam dúvidas.

Poder de curar sempre, parece que homeopatas e alopatas tinham em comum a mesma pretensão, com uma diferença: a fluidez do discurso alopático, pronunciado em momento crítico como o epidêmico, acabaria colaborando para uma maior facilidade na administração, interna e externamente, de seus fracassos. Apontando o futuro como o tempo da plena realização de sua ciência, uma época em que a enfermidade hoje insolúvel seria facilmente resolvida. Mas os gripados de 1918 queriam saúde e a homeopatia era um caminho.

Dois dias depois das declarações do dr. Murtinho, falando ao mesmo jornal, o dr. Alberto Seabra incrementava as informações sobre a ciência de Hahnemann para os interessados leitores de A Gazeta. Discorria sobre a forma harmoniosa como a homeopatia conhecia e interpretava as leis da patogenia, atenta aos sinais e sintomas das enfermidades em cada doente em particular, indicando o remédio com base na semelhança entre aquilo que era observado no enfermo e a “*patogenesia*” do medicamento. Era o semelhante curando o semelhante, lei natural, científica por excelência, a única que existia na arte de curar, afirmava o médico. E as curas feitas pela alopatia ? Havia uma explicação simples, segundo o dr. Seabra: “ *Sim, certamente a alopatia também cura algumas vezes, muitas vezes, digamos. Mas isso só se dá quando ela aplica consciente ou inconscientemente a lei dos semelhantes. (...) Nesses casos a cura se realiza apesar das doses.* ”³⁰⁸

³⁰⁷ BRUCKNER, O médico homeopata da família 4ªed.portuguesa.Leipzig: Farmácia Central Homeopática, 1912, p. 1-2. Veja também: GALHARDO, José Emygdio R. “A homeopatia é ciência positiva” In: Conferências Rio de Janeiro: Liga Homeopática Brasileira, 1933, p. 37-55, especialmente, p.47. ORIARD, T. A homeopatia ao alcance de todos Rio de Janeiro: Typ. e Lyth.de Almeida Marques & Cia, 1905, p. 3-4 SEABRA, Alberto. Higiene e tratamento homeopático das doenças domésticas São Paulo: Editora Pensamento, s.d., p.114

³⁰⁸ “A influenza e a homeopatia” A Gazeta São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 3.845, ano XIII, p. 1

Perguntado sobre a Grippina, o médico era direto mas pouco esclarecia, o remédio havia sido elaborado de propósito para acudir as necessidades populares, àqueles que não tinham dinheiro para consultar médicos homeopatas e os que mesmo tendo em casa manuais e formulários homeopáticos não conseguiam obter os remédios indicados para os males que sentiam. Para Seabra, entretanto, a grande maioria das pessoas não queria saber de homeopatia ou alopacia, mas apenas conseguir um medicamento para acabar com a doença, completando: *“Grippina é o remédio que satisfaz a essas necessidades: barato, acessível a todas as bolsas e mais, remédio que cura.”* E o paulistano também tinha à sua disposição Vigorina *“o remédio da convalescença da gripe”*, outro medicamento com fórmula do dr. Alberto Seabra, vendido pela Companhia Paulista de Homeopatia.³⁰⁹

Mas, preços baixos e conhecimento médico ao alcance de todos não foram idéias unânimes entre os homeopatas. O farmacêutico Mello Senra, do Laboratório Homeopático, era explícito: *“ a homeopatia não é tão fácil como dizem; a sua farmacopéia não é facilmente compreendida (...)”*. Quanto ao preço dos remédios, afirmava: *“Os medicamentos homeopáticos não podem ser baratos por vários motivos: o primeiro, a dificuldade que se tem de obter medicamentos de eficiência comprovada e com títulos verdadeiros.... Segundo, que o valor dos medicamentos não pode ser material e sim estimativo, devido aos cuidados e meticulosidades que exigem....”* Concluindo: *“São estes os motivos de eu não vender os meus medicamentos baratos e estou certo que assim pensam todos os homeopatas criteriosos e honestos.(...)”*³¹⁰

³⁰⁹ Idem. “Grippina (...) Vigorina” O Estado de S.Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p. 5

³¹⁰ “Laboratório Homeopático” Jornal do Commercio São Paulo, 4 de abril de 1918, nº 153, ano II, p. 11 e “Laboratório Homeopático” O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de maio de 1918, nº 14.286, ano XLIV, p. 12. Frequentemente associado aos alopatas, poder econômico e político não foram prerrogativas exclusivas daquele grupo, no final do século XIX e início do XX, como indica estudo sobre Joaquim Murtinho. Veja: FARIA, Fernando Antonio. Os vícios da re(s)pública São Paulo: Notrya, 1989

Caros e bem feitos, assim deveriam ser os remédios. O Laboratório Homeopático enfatizava a pureza de suas matérias primas e o cuidado no preparo dos remédios. Feitos pela escala decimal, eram manipulados pelo próprio Senra, que usava, com ótimos resultados, as diluições utilizadas desde o final do século XIX pelo dr. Magalhães Castro. Médico com seletos clientes em São Paulo, o dr. José Ferraz de Magalhães Castro durante anos teve em sua própria casa os medicamentos que indicava aos seus pacientes, todos meticulosamente etiquetados e arrumados em armários que forravam um cômodo de sua residência especialmente destinado para aquele fim.³¹¹

Alardear cuidado na elaboração dos remédios foi uma estratégia comum quando o objetivo era atingir o consumidor. A Homeopatia Coelho Barbosa, anunciava para cariocas e paulistanos, que em glóbulos e tinturas era “*a mais escrupulosa e perfeita*”. Os fabricantes do Sexuol eram incansáveis em repetir que seu medicamento era elaborado, cuidadosamente, conforme os trabalhos científicos de Brown-Sequard, que sem deixar de seguir a lei dos semelhantes, introduziu o uso de extratos de produção orgânica nos medicamentos — opoterapia.³¹²

Especialização e qualidade, as propagandas procuravam seduzir o leitor apostando na exigência daqueles que recorriam à homeopatia para tratar de suas enfermidades, da mesma forma que, investindo em outra direção, muitos homeopatas tinham nos pequenos preços de seus produtos e na “*democratização do saber*” homeopático as armas para atrair compradores e adeptos. Mais que estratégias comerciais, tantas vezes presentes e

³¹¹ “Laboratório Homeopático” Jornal do Commercio São Paulo, 4 de abril de 1918, nº 153, ano II, p. 11. “Medicamentos Homeopáticos” O Estado de S. Paulo São Paulo, 19 de maio de 1918, nº 14.386, ano XLIV, p. 17. Confira: OCTÁVIO, Laura Oliveira Rodrigo. Elos de uma corrente seguidos de novos elos 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p.86 a 88

³¹² “Sexuol” Jornal do Commercio São Paulo, 15 de março de 1918, nº 133, ano II, p. 12. “Sexuol” O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de setembro de 1918, nº 14.491, ano XLIV, p. 16; “Homeopatia Coelho Barbosa” Idem 20 de março de 1920, nº 15.050, ano XLVI, p. 14.

combinadas de formas singulares, estas diferenças lembravam uma cisão entre os adeptos da homeopatia que remontava ao século XIX e que havia contribuído para os rumos desta ciência no Brasil nos anos seguintes.

Enquanto o primeiro grande divulgador da prática homeopática no país, dr Benoit Jules (Bento) Mure e alguns de seus mais famosos seguidores, defendiam que qualquer pessoa poderia ser um homeopata, bastando para isso aprender os ensinamentos de Hahnemann, outros, como o dr. Domingos de Azevedo Coutinho Duque-Estrada, entendiam que era homeopata apenas o médico com formação em uma faculdade regular que adquirisse os conhecimentos homeopáticos. Para o segundo grupo era inadmissível a presença de entalhadores de madeira ou pintores de paredes entre os que se denominavam portadores de saberes de cura.³¹³

Cismas à parte, a homeopatia ainda sustentava, no início do Novecentos, polêmicas com a alopatia. Preocupado com a disputa capitaneada pelo conhecido dr. Nilo Cairo e pelo alopata dr. Jorge Pinto, o dr. Floriano Lemos, professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, publicou em 1910 trabalho onde procurava demonstrar como a disputa entre os dois grupos não passava de rivalidade estéril, em nada contribuindo para minorar o sofrimento dos enfermos. Lemos fazia considerações que buscavam destruir as barreiras

³¹³ O francês Émile Germon, radicado no Brasil antes de Mure, durante toda a vida reivindicou a primazia na divulgação da homeopatia no país, entretanto, a maioria dos estudiosos do assunto atribui a Bento Mure o papel de primeiro grande divulgador das idéias de Hahnemann.

Em 1847 as diferenças entre os dois grupos citados ganharam mais nitidez quando, paralelamente as organizações homeopáticas já existentes (Instituto Homeopático do Brasil e Escola Homeopática do Brasil), foi fundada, no dia 4 de outubro, a Academia Médico-Homeopática do Brasil, em oposição às idéias e ações das pessoas lideradas por Bento Mure. Nesta ocasião Mure pretendia implementar seu Instituto Panecástico. A nova escola seria inspiradas nas idéias de Jean Joseph Jacotot, criador da filosofia panecástica, segundo a qual, todo ser humano tinha idêntica capacidade mental e que, portanto, o indivíduo iniciado nas "linhas certas" do saber poderia, se quisesse, educar a si próprio através de um processo de associação de idéias e memorização. Resumindo, querer era poder, independente de ensino formal ou oficial.

Cf.: NOVAES, Ricardo Lafeté. O tempo e a ordem. Sobre a homeopatia São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, USP, 1986 (Tese de doutoramento), p. 214-228. SILVEIRA,

que separavam o *similia similibus curantur* de Hipócrates, utilizado por Samuel Hahnemann como base da homeopatia, e o *contraria contrariis* hipocrático utilizado na era de Galeno, princípio da alopatia:

*“Autoridade incontestada em matéria terapêutica (L. Brunton), prova que o método do Similia similibus é o mesmo, em essência, do Contraria contrariis: e é, porque, segundo Hahnemann, “si um medicamento produz sintomas semelhantes ao de uma doença, esta doença será curada por este medicamento, administrado em doses mais fracas do que aquelas que provocam os sintomas da mesma doença”. Ora, no Contraria contrariis, ninguém ignora que as fracas doses dos medicamentos produzem efeito oposto aquele efeito produzido pelas doses fortes ou pela doença. (...) Para que a alopatia e a homeopatia formem um só corpo, vê-se bem que apenas falta uma circunstância: é que os homeopatas provem, com experiências científicas e observações clínicas bem feitas, que “todos os medicamentos em dose infinitesimal são ativos”. Assim se eliminariam os dois fatores que separam homeopatas de alopatas: o misticismo que anda na terapêutica dos primeiros, no explicar os efeitos extraordinários de todas as suas miraculosas diluições e a intolerância formal dos segundos em aceitar os resultados que os hahnemannistas afirmam colher.”*³¹⁴

Mas, crises entre homeopatas e alopatas atravessaram os anos e cruzaram fronteiras. Em Campinas, no final do século XIX, João Baptista Morato do Canto foi acusado de concorrer para a morte do oficial de fogueteiro José Luís de Souza, ao ministrar-lhe mezinhas na tentativa de acabar com a febre amarela que o rapaz havia contraído. Intimado pelo delegado de higiene da cidade a prestar declaração sobre o caso, Morato do Canto foi severamente advertido e multado em 100\$000. O chefe da comissão médica, dr. C. Dutra, havia prometido não dar tréguas àqueles que exerciam ilegal e criminosamente a medicina, e Morato do Canto parecia um caso exemplar. Chamado de curandeiro na primeira página

Gláucia Regina. *Utopia e cura: a homeopatia no Brasil Imperial (1840-1854)* Campinas: Departamento de História, IFCH, UNICAMP, 1997 (Dissertação de mestrado), p.54-88. LUZ, Madel T. Op. cit., p. 70

do jornal Diário de Campinas de 25 de abril de 1890, ele foi proibido de exercitar seus dotes de curar.³¹⁵ Três dias depois, o condenado encaminhava ofício à Intendência de Campinas:

“Ilustríssimos senhores Presidente e Membros da Intendência.

*João Baptista Morato do Canto, vendo-se proibido de exercer com liberdade a sua profissão, precisa recorrer a algum outro meio de sustentar sua família. Quer mandar um filho vender bilhetes de loteria, não pode pagar os direitos [ou seja, impostos], pois pode apenas comprar 50 mil réis de bilhetes, por isto pede a vossas senhorias sirvam-se aliviá-lo do pagamento do direito à licença de vender, não em chalé, mas ambulante.”*³¹⁶

Sabemos que a Intendência tomou ciência do ofício, mas se o filho de Morato do Canto conseguiu ou não vender seus bilhetes é outra história. Em 1892 João Baptista Morato do Canto pedia *“licença para exercer a profissão de curar pela homeopatia, visto ter-lhe sido proibido há tempos”*. Pedido solenemente negado.³¹⁷ O homeopata acabou morrendo anos depois em situação financeira precária.

Mas não foi sempre assim. Autor dos livros Regras de diagnóstico segundo a doutrina homeopática e Clínica homeopática ou coleção de autênticos atestados de curativos feitos nesta cidade...,³¹⁸ Morato do Canto aparentemente gozava de respeito e clintela. Padres e fazendeiros comprovavam, com seus atestados, as curas que havia realizado em Campinas, salvando livres e escravos da tísica, de problemas do coração ou da hidropisia, entre outros males.

³¹⁴ LEMOS, Floriano de. “Alopatas e homeopatas”. In: Medicina e médicos Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1910, p.38-42

³¹⁵ “Curandeiro” Diário de Campinas Campinas, 25 de abril de 1890, nº 4.306, ano XV, p. 1

³¹⁶ Câmara Municipal de Campinas, caixa C 6/7, pasta 1890, 28 de abril de 1890

³¹⁷ Atas da Câmara Municipal. Campinas, 25 de julho de 1892 e 22 de agosto de 1892

³¹⁸ MORATO DO CANTO, João Baptista. Clínica homeopática ou coleção de autênticos atestados de curativos feitos nesta cidade por João B. Morato do Canto – Homeopata de Campinas, 1863 à 1879.

As palavras finais do livro sobre diagnóstico do “*médico hahnemanniano*”, espelhavam um tipo de discurso que, em parte, a homeopatia carregaria para as primeiras décadas do século XX. Morato do Canto escrevia sobre exames de pacientes e administração de medicamentos e fazia expressivos comentários sobre as possíveis causas de insucesso do tratamento homeopático:

“Se tendo sido dada a dose em vidro novo, e não havendo dúvida quanto a pureza do vidro de medicamento de onde se tirou a gota, nem da água e nem da colher, com que se deu o remédio, então a dúvida provém do mesmo doente. Ou este lhe ocultou alguma coisa de maior importância, ou não respeita a dieta. Neste caso declare-lhe decididamente, que exponha tudo que falta: e se nada ocultou, ou sujeite-se a dieta, ou então procure um outro médico de sua maior confiança.

Se porém a tenacidade da moléstia não está nem no vidro do medicamento, nem no vidro da dose, nem na água, e nem no doente ... saiba que aí há mistério; suspeite que haja insídias, que é tentada a vida do doente.

E neste caso exponha a necessidade de nova devassa, não já do doente, mas dos escravos da casa.

Se não for atendido, e não vir providências, o médico consciencioso deverá declarar a sua sentimentalidade de ver-se obrigado a desistir do tratamento por impraticável.”³¹⁹

Deixando de lado acertos e malogros de homeopatas, na Campinas daquela época, onde alopatas, como Ricardo Daunt, gozavam de grande prestígio, os embates entre aqueles que se arvoravam em portadores de conhecimentos de cura eram acirrados, e parece que João Baptista Morato do Canto foi uma das vítimas dessas disputas, apesar de suas curas comprovadas e livros publicados. Certamente ele não viveu para constatar que, anos depois,

Campinas: Typ. Do “Diário”, 1879. MORATO DO CANTO, João Baptista. Regras de diagnóstico segundo a doutrina homeopática Campinas: Typ. Do “Commercio”, 1883.

³¹⁹ MORATO DO CANTO, João Baptista. Op.cit., 1883, p. 75-76. O “*médico hahnemanniano*” criou uma “Tábua” para facilitar a combinação dos dados coletados sobre o doente com o “repertório homeopático”, onde estavam as descrições de sintomas e circunstâncias das moléstias, bem como os medicamentos já utilizados para seu tratamento. Dessa reunião comparativa resultaria terapêutica adequada para cada enfermo.

seu nome foi dado a uma rua da cidade, aliás, como o do dr. Ricardo. Outros tempos ? Talvez.

Em 1918, apesar das diferenças sempre lembradas, a convivência entre homeopatas e alopatas algumas vezes parecia marcada por uma conveniente cordialidade, possivelmente motivada pela necessidade ainda sentida por vários homeopatas de um amplo reconhecimento de sua ciência. O respeito pela alopatia poderia proporcionar, em contrapartida, opiniões favoráveis à homeopatia, tanto de especialistas quanto de leigos. Pouco depois de instalar seu laboratório homeopático em São Paulo, João Thomaz de Mello Senra escrevia:

“Faço um convite especial a todos os Srs. médicos homeopatas desta Capital, sem distinção, e também aos Sr. médicos alopatas, porque todos os homeopatas têm saído da alopatia. Convido também as Exmas. famílias e o público em geral que o queiram visitar. (...)

Feita a comunicação da instalação do laboratório à Diretoria Sanitária, foi enviado por ela o seu inspetor técnico, Sr. Farmacêutico Romeu Teixeira, que fez uma demorada inspeção, tudo pedindo, observando e perguntando (...), toda essa busca muito meagradou, porque veio demonstrar o quanto é zeloso no cumprimento de seus deveres, que estão em franca intimidade com os benefícios que todos nós temos obrigação de prodigalizar à humanidade.

Segundo sou informado, é devido a falta de escrúpulo por parte de muitas pessoas que exercem a farmácia homeopática que a Diretoria está tendo maior atenção.

A admiração que causou ao Sr. Inspetor Sanitário a limpeza, a ordem e o escrúpulo do meu laboratório, se confraternizou com a minha admiração de ver um funcionário ainda tão jovem, ser tão cumpridor de seus deveres, tão singelo e tão reto na suas exigências.

*Funcionários assim são sempre recebidos com agrado pelas partes e honram as repartições a que pertencem.”*³²⁰

³²⁰ “Laboratório Homeopático” Jornal do Commercio São Paulo, 4 de abril de 1918, nº 153, ano II, p. 11

Meses depois, o dr. Murtinho Nobre, falando sobre as formas de combater a epidemia de gripe espanhola, não poupava elogios às medidas tomadas na cidade de São Paulo pelo Serviço Sanitário. Pronunciadas em momento excepcional, sinceras ou não, suas palavras sinalizavam uma tentativa de convívio mais afável entre os seguidores das duas escolas médicas em um período crítico — o epidêmico. Por serem colegas doutores, situação importante para os homeopatas brasileiros que prezavam a formação acadêmica? Tentativa de dividir dificuldades e fracassos durante a gripe espanhola que, apesar dos discursos, também eram da homeopatia ? Impossível descartar tais hipóteses. Era o médico homeopata que dizia, em novembro de 1918:

*“(...) não se pode acrescentar uma vírgula ao que o ilustre dr. Neiva fez como organização. A divisão, a cooperação de esforços é espantosa e é modelar a formação dos hospitais provisórios. Aliás, é o único meio de debelar a epidemia: hospitalizar os doentes que, sem isso, não teriam recursos suficientes para a cura. Além disso, a dieta aconselhada aí pode ter outra realidade.”*³²¹

Inaugurado dia 9 de novembro o Dispensário Homeopático Vicentino do Brás, funcionava na Avenida Rangel Pestana, nº 79, junto com o Posto de Socorro São Vicente de Paulo, onde atendiam os doutores Orenco Vidigal e Luis Gonçalves. Eram os homeopatas integrando e reforçando as medidas para tentar debelar a influenza. O Dispensário ficaria a cargo dos doutores Alberto Seabra e Ângela de Mesquita, atendendo

³²¹ “A homeopatia e a gripe” A Gazeta São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº 3.843, ano XIII, p. 1. A situação não parecia ser a mesma no Paraná. Um texto assinado pelo dr. Heraclides de Araújo, intitulado “Combate à gripe”, continha o seguinte aviso: “a homeopatia, o espiritismo e as ervas, não curam a gripe, como nenhuma outra moléstia infecciosa ou parasitária”. A reação foi imediata. Com o título “A homeopatia também cura” frases do dr. Saturnino Soares de Meireles, de Allan Kardek e até do Livro do Eclesiástico foram publicadas defendendo os homeopatas, os espíritas e a utilização das ervas. Cf.: XAVIER, Valêncio. O mez da grippe Curitiba: Fundação Cultural; Casa Romário Martins, 1981, p.32 e 38

os gripados e distribuindo remédios homeopáticos gratuitamente a todos os doentes que chegassem ao local. O importante era tratar os enfermos e tentar acabar com a epidemia.³²²

Com seu nome significativo, o Dispensário procurava aliviar o sofrimento dos que padeciam com a gripe espanhola, seguindo uma das principais lições dos pioneiros na divulgação da doutrina homeopática no Brasil: a do auxílio aos pobres e necessitados. “Foram os homeopatas os responsáveis pela introdução das irmãs de caridade nos hospitais do Brasil, por iniciativa do dr. João Vicente Martins, que promoveu o estabelecimento da congregação das irmãs de caridade, a Irmandade de São Vicente de Paulo. As primeiras irmãs começaram a chegar ao Brasil a partir de 1849.”³²³

Esta relação dos homeopatas brasileiros com a caridade e os valores espirituais (religiosos) tinha sua origem nas idéias do dr. Bento Mure, um adepto do socialista “utópico” Charles Fourier, preocupado em minorar o sofrimento dos mais pobres. Idéias que foram implementadas pelos mais famosos discípulos de Mure, os doutores João Vicente Martins e Alexandre José de Mello Moraes. A maneira como enfatizavam a existência da força vital, *espiritual*, e as propriedades das doses infinitesimais, *imateriais*, nortearam o caminho trilhado pela homeopatia nos primeiros anos e tiveram vários desdobramentos que parecem ter adentrado o Novecentos. Era imediata a empatia dessas concepções com a medicina popular, dos chás, ervas e raízes, com as “*energizações*” herdadas dos africanos e com a grande devoção (e orações) aos santos do catolicismo

³²² “A gripe espanhola. Dispensário homeopático” A Platéia São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 132, ano XXXI, p. 6. “Posto Vicentino do Brás” O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 e 10 de novembro de 1918, nº 14.560 e 14.561, ano XLIV, p. 4 e 3

Compartilhar o mesmo espaço sem abdicar de suas idéias, não era prática estranha ao dr. Alberto Seabra, atuante no Instituto Pasteur e membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o criador da Grippina ministrava aulas junto com vários alopatas na Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo, entre eles os doutores Vital Brazil, Ulysses Paranhos e Franco da Rocha.

³²³ PORTO, Ângela. “A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático” Papéis Avulsos Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, nº 7, 1988, p. 16

brasileiro. Uma medicina “*espiritualizada*” que foi facilmente identificada com uma medicina espírita.³²⁴

Colaborou também para esta noção de medicina espiritualizada a teoria do médico Franz Mesmer, denominada magnetismo animal ou mesmerismo, idealizada na segunda metade do século XVIII. Utilizado inclusive por Samuel Hahnemann em tratamentos homeopático-magnéticos, o magnetismo afirmava a existência de um “*fluido curador, o elo impalpável entre matéria e espírito, que emana de um agente humano, o operador ou magnetizador.*” Cultuado como grande sábio, Franz Mesmer acabou repudiado por seus colegas, mas a hipnose que utilizava em suas sessões motivou discussões acadêmicas e ganhou as ruas, e a existência de um fluido magnético ainda suscitou debate. Combinações variadas surgiram. O magnetismo/hipnotismo aportou em terras brasileiras pouco depois da homeopatia.³²⁵

Em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, existia o Instituto Magnético de São Paulo e multiplicavam-se os casos de mulheres e homens que ofereciam seus dotes magnéticos para amenizar o sofrimento alheio e proporcionar saúde e felicidade às pessoas: um indivíduo chamado dr. E.A.Wollitz prometia eliminar a doença da maioria daqueles que

³²⁴ Confira, além do citado trabalho de Ângela Porto, WARREN, Donald. Op. cit. 1986, p. 88-107. Sobre o conhecimento da doutrina de Allan Kardec pelos pioneiros da homeopatia no Brasil há controvérsia. Alguns, como Madel Luz, afirmam ser tal fato pouco provável, enquanto Ubiratan Machado relata o contato e as experiências de Mello Moraes com o espiritismo pelo menos desde o início da década de 1860. Veja: MACHADO, Ubiratan. Os intelectuais e o espiritismo Rio de Janeiro: Antares, 1983, p.62-65. LUZ, Madel T. Natural racional social. Razão médica e racionalidade científica moderna Rio de Janeiro: Campus, 1988, p.139. Elementos africanos e católicos ligados à questões saúde/doença, bem como “remédios populares”, serão um pouco mais analisados no item 3 deste capítulo.

³²⁵ Citação: WARREN, Donald. Op.cit., p. 102. Veja, p.103

Confira: DARNTON, Robert. O lado oculto da revolução. Mesmer e o final do Iluminismo na França São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 13-47. MACHADO, Ubiratan. Op.cit., p. 39-55

Mesmer trabalhava com cubas cheias de limalha de ferro e água (mesmerizada) que transmitiriam “*fluido*” através de hastes de ferro móveis ou cordas. Utilizava varinhas magnetizadas, a imposição das mãos e objetos hipnotizantes. Durante suas sessões de magnetismo, muitas pessoas caíam em sono profundo (algumas dizendo receber comunicados dos mortos ou de espíritos distantes) e outras sofriam ataques convulsivos, sendo conduzidas à “*sala de crises*”, cômodo forrado de colchões.

havia perdido todas as esperanças de cura, o massagista e magnetizador-curador Emílio Wagner ia a domicílio curar moléstias do sistema nervoso e madame Dina Braun, magnetopata, tratava com eficiência doenças crônicas e agudas da pele e acabava com paralisias. Existiam os que, além do magnetismo, prometiam ensinar as artes do hipnotismo como forma de alcançar os maiores desejos: ter saúde ou ganhar no jogo, ser clarividência ou “*vencer as dificuldades da vida*”. Aristóteles Itália era um desses indivíduos, oferecendo o seu Mensageiro da Fortuna aos interessados, “*adultos e não analfabetos*”, que escrevessem para a Caixa Postal 602, Rio de Janeiro, enviando 100 réis em selos.³²⁶

No correr dos anos, paralelamente a esta difusão e combinações variadas do hipnotismo e do magnetismo, o fenômeno “*fluidico*” do mesmerismo foi, em diferentes situações, chamado de ocorrência espírita e o magnetismo acabou sendo utilizado, em diversos momentos, como eufemismo para espiritismo.³²⁷

Darnton destaca como Charles Fourier, o “mais importante adversário místico do capitalismo”, inspirador de Bento Mure, foi influenciado pelas idéias de Mesmer na elaboração de suas teses. Op.cit., p. 123 e ss.

³²⁶ Confira: “Reumatismo” O Estado de S. Paulo São Paulo, 20 de junho de 1917, nº 14.054, ano XLIII, p. 13; “Instituto Magnético de São Paulo” Idem 21 de outubro de 1917, nº 14.178, ano XLIII, p. 17 e “Cura radical” Idem 30 de outubro de 1917, nº 14.187, p. 16. “Instituto de Beleza ...Dina Braun” Correio Paulistano São Paulo, 23 de outubro de 1924, nº 21.997, p. 9. Da revista A Cigarra ao jornal O Estado de S. Paulo, Aristides Itália anunciava em diversos periódicos paulistanos. Entre outros: “Grátis” O Estado de S. Paulo São Paulo, 9 de setembro de 1918, nº 14.499, ano XLIV, p. 12 e “Mensageiro de Fortuna” A Cigarra São Paulo, nº 133, ano VIII, 1º número de 1920, p.13

³²⁷ WARREN, Donald. Op.cit., p. 102-104

Diversas propagandas indicam a popularidade, combinação e empregos variados do magnetismo e hipnotismo, entre elas, as de Milton & Cia e Lawrence & Cia. que vendiam, no Instituto Elétrico Federal, Rio de Janeiro, o Acumulador Ódico Mental, para desenvolver poder psíquico ou magnético, hipnotismo e muito mais; as do prof. Hockner, que teria presidido o Instituto “Raios de Od” na Alemanha, e dava consultas de “astrologia ocultista”. Cf.: “Ganhar dinheiro ...” Correio Paulistano São Paulo, 30 de abril de 1917, nº 19.326, p. 9. “Quer ganhar!” A Capital 5 de maio de 1920, nº 333, ano VIII, p.4. “O ocultismo. Prof. Hockner” Diário Popular São Paulo, 28 de junho de 1924, nº 13.453, ano XL, p. 7

Existiam ainda os teosóficos, que falavam em “vibrações do magnetismo humano”, em reencarnação e em carma; a Benfeitora Espiritualista Mundial, da Capital Federal, cuja caixa postal, nº 1734, era a mesma da Federação Teosófica carioca, onde Milton & Cia. vendia as Pastilhas Eletro-Magnéticas e o Livro das Influências Maravilhosas. Veja a “Coluna Teosófica” publicada no A Capital de outubro a dezembro de 1921. “Um capital” O Estado de S. Paulo São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 14.563, p. 7; “Caridade Mental. Benfeitoria ...” Idem 15 de fevereiro de 1919, nº 14657, ano XLV, p. 10 e “Saúde! Dinheiro ! Federação Teosófica” Idem 4 de maio de 1920, nº 15.092, ano XLVI, p. 8. “Irradiação...Pastilhas ...” A Cigarra São Paulo, 30 de março de 1918, nº 88, ano V, p.2

Os primeiros centros espíritas nacionais datariam de 1877, organizados dois anos depois de o Livro dos Espíritos, de Allan Kardec, o organizador da doutrina espírita, ser editado em português, pela Casa Garnier do Rio de Janeiro.³²⁸ Em São Paulo, no final dos anos 1910, existiam vários centros, entre eles, o Centro Espírita Batuíra, o Centro de São Gabriel, o Centro Espírita de São Paulo, a Sinagoga Espírita São Pedro e São Paulo e a Sinagoga Espírita Nova Jerusalém.³²⁹

Alguns mais conhecidos, outros com poucas pessoas, assim eram os centros paulistanos. Corriqueiras e nem sempre abonadoras eram as notícias (e disputas) envolvendo esses locais, seus freqüentadores e dirigentes.³³⁰ A Sinagoga Espírita São Pedro

³²⁸ Sobre a formulação da doutrina espírita: DAMAZIO, Sylvia F. Op. cit., p.9-51. AUBREÉ, Marion; LAPLANTINE, François. La table, le livre et les esprits Paris: J.C.Lattès, 1990, p.15-99

Allan Kardec publicou o Livro dos Espíritos pela primeira vez na França em 18 de abril de 1857. A doutrina por ele organizada, a qual deu o nome de Espiritismo, partia do pressuposto da existência de Deus, da imortalidade da alma, das manifestações e reencarnações dos espíritos (para que, superando provações e limitações — que muitos chamavam carma — pudessem se aperfeiçoar e “*progredir*” até um estágio de “*iluminação*” superior que continuaria eternamente), além da pluralidade de mundos habitados. Oficialmente, a primeira sessão espírita no Brasil aconteceu dia 17 de setembro de 1865, realizada pelo Grupo Familiar do Espiritismo, em Salvador na Bahia, sob a direção de Luís Olímpio Teles de Menezes. Veja: MACHADO, Ubiratan. Op.cit., p. 68 e 114 (sessões haviam acontecido antes desta data, mas de forma clandestina ou particular). Sobre os primeiros centros espíritas brasileiros : LUZ, Madel T. Op.cit. 1988, p.147, nota 29

³²⁹ Veja algumas notícias dos centros publicadas no jornal O Estado de S.Paulo: “Centro Espírita Batuíra” O Estado de S.Paulo São Paulo, 11 de março de 1917, nº 13.954, ano XLIII, p. 14; “Centro Espírita de São Paulo”, 10 de janeiro de 1918, nº 14.258, ano XLIV, p. 9; “Aos católicos, protestantes ... Sinagoga Espírita São Pedro e São Paulo”, 10 de maio de 1918, nº 14.377, p. 9; “Queixas e reclamações-Centro São Gabriel”, 13 de agosto de 1918, nº 14.472, p. 7 e “Sinagoga Espírita Nova Jerusalém” 12 de março de 1919, nº 14.681, ano XLV, p. 8. Sobre o espiritismo em São Paulo: AUBREÉ, Marion e LAPLANTINE, François. Op. cit. p. 134-145. Os autores citam como pioneiro Antonio Gonçalves da Silva, o Batuíra (p.134), que teria aderido ao kardecismo em 1872 e propagava o espiritismo fazendo caridade e confortando todos que o procuravam. Batuíra fundou em 1890 a revista Verdade e Luz e, em 1908, participou ativamente da fundação da União Espírita do Estado de São Paulo. A memória paulistana guardou histórias, envolvidas em mistério, sobre o homem que distribuía remédios e morava no antigo “caminho do Cambuci”, também chamado de “rua do Espírita”. Veja: MARQUES, Gabriel. Ruas e tradições de São Paulo São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966, p. 195-203

³³⁰ Raul Silva, Diretor do Centro Espírita Batuíra, por exemplo, tinha seu nome constantemente nas colunas dos jornais. Intitulado professor, Silva possuía uma “*consultoria espírita*” na rua Fortunato nº 78 onde, em novembro de 1917, anunciava consultas gratuitas aos que sofressem provações morais ou físicas. Em fevereiro de 1918, entretanto, Raul Silva cobrava pelo atendimento, com hora marcada ou por carta. Em poucos meses Silva exerceu diversas funções: dirigiu o Centro Batuíra, onde aconteciam, semanalmente e com entrada franca, sessões sobre espiritismo e a realização de atendimentos aos necessitados; comandou, junto com Arthur Lafont, a Sociedade Brasil Esotérico, “*consagrada à divulgação dos conhecimentos do mundo visível e invisível*”; administrou a Instituição Cristã Beneficente “Verdade e Luz”, esteve ligado a

e São Paulo, que participou ativamente do socorro aos gripados durante a epidemia de influenza, distribuindo remédios homeopáticos e colaborando no atendimento aos necessitados, teve seu nome estampado nas colunas dos jornais graças ao suposto comportamento imoral, envolvendo uma menor de 16 anos, de Antonio José Trindade, seu diretor espiritual. Foi no início de 1919, Trindade foi desligado da Sinagoga, mas reagiu, rechaçou a exclusão, afirmando que tudo não passava de intriga que seria resolvida na justiça. Antonio José Trindade teve sua prisão preventiva decretada, mas recorreu e logo foi posto em liberdade. Menos de um ano depois do rumoroso caso, Trindade atendia na rua Voluntários da Pátria nº 490 e na rua do Gasômetro (provavelmente, na Sinagoga Espírita Nova Jerusalém, que em 1918 alguns haviam chamado de filial da Sinagoga São Pedro e São Paulo), distribuindo receitas e remédios e fazendo sessões que, segundo um repórter do O Combate, não tinham nada de uma “*verdeira sessão espírita*”.³³¹

Mas, nessa época, quem fez sucesso foi Carlos Mirabelli. Chamado de o “*homem misterioso*”, suas qualidades eram descritas pelo jornal A Platéia :

“ Assim é que, além da vidência, da audição e da escrita, que o médium Mirabelli recebe e escreve pelos espíritos, vendo, ouvindo e conversando com eles, ainda tem outros dons como o de poder transportar objetos de diferentes lugares para

publicação dos fascículos Vida Misteriosa, que ensinavam os conhecimentos do mundo invisível, e a práticas curativas com o uso de raios ultravioletas, eletricidade e massagem. Diante de tanta atividade poderíamos perguntar: haveria mais de um Raul Silva ? Parece que não. Veja: “Centro Espírita Baturá” O Estado de S. Paulo São Paulo, 11 de março de 1917, nº 13.954, ano XLIII, p. 14; “Vida misteriosa” e “Consultório espírita” Idem 18 de novembro de 1917, nº 14.206, p. 16; “Aos espíritos” Idem 7 de dezembro de 1917, nº 14.225, p. 13; “Força misteriosa”, Idem 7 de fevereiro de 1918, nº 14.286, ano XLIV, p.12 e “Vida misteriosa” Idem 15 de abril de 1918, nº 14.352, p.10. “Curam-se” A Platéia São Paulo, 11 de fevereiro de 1920, nº 184, ano XXXII, p.4

³³¹ Veja: “Sinagoga Espírita” A Capital São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 140, ano VII, p.1. Confira alguns dos principais acontecimentos do caso Trindade: “Sinagoga Espírita São Pedro e São Paulo” O Estado de S. Paulo São Paulo, 11 de março de 1919, nº 14.680, ano XLV, p.9 e “Sinagoga ...” 12 de março de 1919, nº 14.681, p. 9. “Não há lugar para imorais ...” A Capital São Paulo, 19 de março de 1919, nº 252, ano VII, p.1 e “Sinagoga Espírita” Idem 30 de outubro de 1918, nº 140, p.1. “Sob a capa do espiritismo...” Correio Paulistano São Paulo, 25 de março de 1919, nº 20.016, p. 2 e 3. Sobre a ação de Trindade no final de 1919: O Combate São Paulo, 13, 15, 16, 17, 19, 27 de dezembro de 1919, nº 1.365, 1.366, 1.367, 1.368, 1.370, 1.376, ano V, p. 1, 1 e 3, 1 e 2, 1, 1, 1. Sinagoga Espírita Nova Jerusalém: O Estado de S. Paulo São Paulo, 15 de abril de 1919, nº 14.715, ano XLV, p. 10 (um dos oradores da noite era Antonio José Trindade)

junto de si ou para fora; materializar, por meio de fluidos e atrações mediúnicas, os espíritos que se querem mostrar em corpo físico; tem, também, a particularidade de se tornar invisível ou de se transportar sem ser observado em corpo físico.”³³²

Alvo de elogios apaixonados e denúncias repetidas, Carlos Mirabelli aparecia na imprensa ora como embusteiro ora como grande médium, que prometia curar as pessoas com seus passes, utilizando a imposição das mãos como faziam em muitos centros espíritas.³³³ Para o leitor dos jornais paulistanos, não era fácil decidir em que acreditar. O tema espiritismo dividia opiniões e motivava debates. Alguns periódicos possuíam colunas especializadas no assunto. Muitos alertavam para os perigos do charlatanismo: *“Espíritas. Existem indivíduos perversos que se dizem espíritas para bem iludir a boa fé dos incautos. Acautelem-se”*.³³⁴

A União Espírita do Estado, órgão que pretendia ser responsável por tudo que dissesse respeito a doutrina espírita em São Paulo, durante a gripe espanhola chamava a atenção dos paulistanos, condenando a atitude de vários centros que, em momento tão aflitivo, estavam aconselhando aos seus adeptos e a população em geral a ingestão de *“certas beberagens”* como eficientes no combate e prevenção da influenza. Em nome da

³³² “O espiritismo e as mediunidades do sr. Carlos Mirabelli” A Platéia São Paulo, 24 de abril de 1921, nº 230, ano XXXIII, p. 6

³³³ Entre os jornais, A Platéia multiplicou o número de textos enaltecendo Carlos Mirabelli, entre eles, “O ocultismo”; “Carlos Mirabelli”; “O Espiritismo” e “Carlos Mirabelli. O maior de todos os médiuns !” A Platéia São Paulo, 12 de agosto de 1920, nº 37, ano XXXIII, p. 2; 15 de março de 1921, nº 199, p. 6; 21 de julho de 1921, nº 18, ano XXXIV, p. 6 e 22 de junho de 1922, p. 2

O jornal A Capital foi um dos periódicos que publicou artigos combatendo Mirabelli: “O “homem misterioso” em Santos” e “O sr. Mirabelli em maus lençóis” A Capital São Paulo, 19 de março de 1917, nº 249, ano V, p. 1 e 20 de outubro de 1924, nº 88 ano XIV, p. 1. Veja também: “Em Santos. O sr. Carlso Mirabelli exerce a medicina” A Nação São Paulo, 15 de fevereiro de 1917, nº 216, ano II, p. 4

³³⁴ “Espíritas. Existem ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 6 de junho de 1917, nº 14.041, ano XLIII, p. 13

Vários textos discutiam o espiritismo, o jornal A Platéia publicou entre o final dos anos 1910 e início dos 20 colunas intituladas “Coletânea Espírita” e “Espiritismo”, entre outras. Denúncias sobre exploração em nome do espiritismo eram feitas em série de artigos, como “Espiritismo e charlatanismo”, publicados também no A Platéia durante o segundo semestre de 1921, ou em textos avulsos, como “Os charlatães” A Nação São Paulo,

União, o seu secretário geral, Henrique Macedo declarava que tais fórmulas não obedeciam as “*instituições verdadeiras do “além”*” e nem tampouco à ciência da terra, mas eram obras obscuras da superstição.³³⁵

Continuando suas observações, Henrique Macedo denunciava aqueles que, por pura ignorância, aconselhavam o uso da pinga com limão para acabar ou barrar a gripe epidêmica e elogiava as medidas tomadas pelo governo de São Paulo para o isolamento dos doentes. Destacava então, como eficiente, o fechamento de todos os locais públicos de reunião como importante medida para prevenir a moléstia. Os medicamentos seriam meios com menor valor preventivo, apesar de possuírem algum poder curativo. Entre os remédios, Macedo aconselhava os homeopatas, da medicina dos sintomas, para a busca da cura. Na homeopatia, lembrava, cada caso era um caso, moldado com as características do indivíduo doente, não podendo, portanto, haver fórmula geral para acabar com a moléstia. Apesar da eficiência relativa, Henrique Macedo arriscava a sugestão de alguns produtos que poderiam ajudar na prevenção da influenza: chininum sulfuris, 1ª dinamização, 1 comprimido pulverizado antes das refeições e ao meio dia e a canfora, 1ª dinamização. Quanto a Grippina do dr. Alberto Seabra, era cauteloso, afirmando que a União Espírita não conhecia o remédio, mas que não o combatia devido a credibilidade científica de seu autor. Finalizando, colocava a União a disposição para colaborar no tratamento dos doentes da epidemia.³³⁶

22 de julho de 1918, nº 48, ano IV, p.3 e “O que faz o espiritismo” A Capital São Paulo, 31 de dezembro de 1920, nº 194, ano X, p. 1

³³⁵ “União Espírita do Estado de São Paulo” A Platéia São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 117, ano XXXI, p.2

³³⁶ Idem. Henrique Macedo colocava a União Espírita a disposição de todos os doentes, principalmente dos pobres, e oferecia às autoridades sanitárias o salão de sua sede, onde caberiam no mínimo 200 leitos que poderiam ser utilizados para o tratamento dos gripados. Informava também a suspensão dos trabalhos da União para evitar aglomeração, convidando suas co-irmãs a fazerem o mesmo.

O estreitamento das relações entre homeopatas e espíritas, que as palavras do secretário geral da União Espírita do Estado de São Paulo expressavam, aconteceu a partir da virada do século XX, tendo na figura de Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, que presidiu a Federação Espírita Brasileira, figura de destaque. O dr. Bezerra de Menezes era um desencantado médico alopata que aliou a homeopatia à suas convicções espíritas. Bezerra de Menezes, que nunca estudou a doutrina de Hahnemann mas, como Allan Kardec, conheceu o magnetismo de Franz Mesmer, não foi o primeiro espírita a receitar homeopatia, entretanto sua atuação foi decisiva para um cisma entre os kardecistas, divididos entre os que acreditavam que a fé tinha prioridade sobre a doutrina e aqueles chamados “*espíritas científicos*”, que postulavam a instrução doutrinária como algo primaz. Segundo esses últimos, “*sem uma prévia cura moral, (...) nem mesmo um remédio homeopático poderia trazer de volta a saúde, a partir de uma doença de base cármica que parecia abranger tantos males humanos.*”³³⁷

Nos seus anos de atuação, Bezerra de Menezes foi grande incentivador dos dispensários homeopáticos e criou uma escola para médiuns “*receptistas*”, homens que recebiam às vezes o nome de “*sonâmbulos*”, denominação aparentemente derivada das transformações do mesmerismo. Chamado por grande parte dos espíritas de “*o médico dos pobres*”, Bezerra de Menezes dizia ser a homeopatia a “*medicina dos espíritos*”,

³³⁷ WARREN, Donald. Op. cit., p. 104-105. WARREN, Donald. “A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900” *Religião e Sociedade* Rio de Janeiro, v. 11, nº 3, p. 56-83, 1984. DAMAZIO, Sylvia F. Op. cit., p.44-46, 79-99, 101-147

Sobre as singulares relações do espiritismo com o catolicismo no Brasil e suas grandes disputas, veja: MACHADO, Ubiratan. Op. cit. A revista *Santa Cruz*, espelhando o pensamento oficial da Igreja Católica, combateu o espiritismo no final dos anos 1910 e anos 20. Confira os números VI de junho de 1919, V de maio de 1920 e I de janeiro de 1924

colaborando decisivamente para a tendência de muitas pessoas denominarem médiuns os médicos homeopatas.³³⁸

Muitos adeptos de Hahnemann reagiram; para cientistas positivos tal denominação (e prática) era intolerável. Mello Senra, pouco antes das primeiras notícias sobre a gripe espanhola serem lidas pelos paulistanos, dizia que a homeopatia não era água que curava pela fé, como alguns afirmavam. Anos depois, o dr. José Emydgio Rodrigues Galhardo, sem tecer qualquer consideração sobre Bezerra de Menezes ou acerca dos primeiros homeopatas que atuaram no Brasil, procurava elucidar os motivos que haviam conduzido “o povo a um lamentável erro”: o de julgar médiuns os médicos homeopatas, assertiva que, segundo ele, não resistiria a uma investigação inteligente. Buscando as raízes desta crença, acreditava encontrá-las na forma como os homeopatas faziam seus diagnósticos e prescreviam medicamentos: depois de longo e minucioso interrogatório e de momentos de concentração para escolha dos remédios — *“a concentração empregada pelo médico é julgada como sendo a concentração espírita. Não a tomam como um trabalho cerebral”*. Outro motivo para o equívoco seria a atenção aos sintomas dada pelos seguidores de Hahnemann, pois ela muitas vezes capacitaria o homeopata a descrever detalhadamente, com um simples olhar, uma moléstia (com base nos casos anteriores devidamente

³³⁸ WARREN, Donald. Op. cit. 1986, p. 103-105. Segundo Ubiratan Machado, o sonambulismo, surgido das transformações populares do magnetismo no século XIX, “(...) apregoava o dom de leitura de pensamento, a vidência, o poder de atuar sobre os espíritos perturbadores e de combater os fluidos maléficos que persigam a pessoa.” Para Bezerra de Menezes, mesmo respeitando e utilizando o magnetismo, o mesmerismo era força natural, cega, empregada à vontade do homem, enquanto a força espírita era “inteligente, livre, independente da vontade do homem”. Op. cit., p. 41 e 163

O nome Bezerra de Menezes foi dado pelo menos a um laboratório e farmácia homeopáticas de São Paulo, veja: O Estado de S. Paulo São Paulo, 17 de agosto de 1919, nº 14.836, ano XLV, p.11 e Correio Paulistano São Paulo, 4 de março de 1920, nº 20.356, p. 10

O jornal A Capital, nas primeiras semanas de 1924, publicou artigos intitulados “A exploração do além”. Combatendo o “*espiritismo mania, obcesão*” ou “*fanatismo espírita*”, os textos elogiavam aquilo que era chamado de ato “*bem intencionado e científico*”. Entre eles, o publicado dia 22 de janeiro (n.º 213, ano XIII, p.1 e 4) trazia uma longa reportagem sobre o cotidiano da Federação Espírita Brasileira, a atuação de seus médiuns receitistas e de passes, a leitura da Bíblia e as orações.

registrados), o que conduziria muitos enfermos a afirmarem a mediunidade do médico. Galhardo concluía: “ *o povo julga serem espíritas os homeopatas, porque a homeopatia é realmente um conhecimento positivo, resolvendo com absoluta segurança os problemas subordinados à sua finalidade, isto é, a escolha do remédio e o prognóstico do caso. É a previsão da homeopatia que torna espírita a homeopatia no conceito popular. Não há ciência sem previsão, como não há arte sem ação: a homeopatia é ciência e o homeopata artista.* ” ³³⁹

Mas, malgrado as tentativas dos homeopatas “não espiritualizados” e dos espíritas “científicos”, o que o século XX assistiu foi a proliferação daqueles que se diziam espíritas curadores que faziam da homeopatia poderosa aliada contra os males humanos. Vários eram os endereços que ofereciam à população paulistana a chave para o fim de seus problemas: em muitos casos era necessário apenas entrar em contato com aqueles senhores que, mesmo à distância, diagnosticavam e tratavam os padecimentos da matéria e do espírito. Entre eles, os Homeopáticos Videntes, a Sociedade Beneficente Médiuns Homeopáticos e a Sociedade Beneficente Espíritas Homeopáticos. ³⁴⁰

Bastava enviar nome, idade, endereço e profissão, e todos faziam o diagnóstico gratuito de qualquer doença. Textos curtos e muito parecidos para oferecer um serviço à população que, mesmo combatido como charlatanismo, foi anunciado em mais de uma

³³⁹ “Laboratório Homeopático” Jornal do Commercio São Paulo, 4 de abril de 1918, nº 153, ano II, p. 11 GALHARDO, José Emygdio R. “Por que o povo julga serem espíritas os homeopatas”. In: Conferências Rio de Janeiro: Liga Homeopática Brasileira, 1933, p.249-268. Citações, p. 249, 264 e 268. Veja também: GALHARDO, José Emygdio R. “Homeopatia no Brasil” In: Annaes de medicina homeopathica Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, nº 1, ano XXIX, p.41-46, janeiro e fevereiro de 1930.

³⁴⁰ Além das “sociedades” mencionadas existiam muitas outras, entre elas: “Humanitários Videntes” O Estado de S.Paulo São Paulo, 28 de julho de 1917, nº 14.093, ano XLIII, p.13; “Invisíveis S.B.H. Deus e N.S.Aparecida” Idem 4 de maio de 1919, nº14.731, ano XLV, p.15 e “Os Viajantes ! ... S.B.P. dos doentes” Idem 15 de abril de 1921, nº 15.434, ano XLVII, p.14. “Invisíveis S.B.Caridade e Virgem Maria” Correio Paulistano São Paulo, 3 de setembro de 1918, nº 19.814, p. 11 e “Centro Humanitário d’ “Os Videntes” Jesus, Caridade, Maria, José” Idem 12 de junho de 1923, nº 21.525, p.8. “C.H. Amor e Fé em Deus. Médiuns Invisíveis” A Cigarra São Paulo, setembro de 1920, nº 143, ano VII, p. 56

língua na cosmopolita São Paulo. Em janeiro de 1917 o jornal Fanfulla fazia a propaganda dos Omeopatici Videnti para todos aqueles da colônia italiana que quisessem tentar acabar com algum sofrimento. Oferecendo cura em momento especialmente difícil, os Médiuns Homeopatas faziam questão de frisar em setembro de 1918 que sua sociedade além de beneficente, era humanitária, palavra valiosa: a gripe espanhola matava no Rio de Janeiro e as notícias da epidemia assustavam os paulistas, todos precisavam de ajuda. Meses depois da influenza, era a vez dos “*médiuns sonâmbulos invisíveis*” da Sociedade Beneficente Espíritas Homeopáticos ganharem destaque na imprensa da Capital. Foram chamados de charlatães mesmo depois de terem publicado para todos lerem os estatutos, registrados em cartório, de sua sociedade. Parece que era necessário mais, para a alegria de muitos homeopatas e diversos espíritas, desgostosos com as apropriações e utilizações (desabonadoras) daquilo que consideravam suas idéias e práticas.³⁴¹

“Personagem” de comédias requintadas, como Os três médicos de Martins Pena, onde a ciência do dr. Miléssimo era um dos destaques, ou de trovas e piadas pouco inspiradas publicadas nos jornais de São Paulo,³⁴² a homeopatia penetrou a sociedade

³⁴¹ Confira, entre outros: “Omeopatici Videnti” Fanfulla São Paulo, 5 de janeiro de 1917, nº 7.768, ano XXV, p. 8. “S.B. Médiuns Homeopáticos” O Estado de S.Paulo São Paulo, 6 de setembro de 1918, nº 14.496, ano XLIV, p. 12. “S.B. Espíritas Homeopáticos” Correio Paulistano São Paulo, 27 de julho de 1921, nº 20.858, p. 10 e “S.B. Espíritas Homeopáticos-registro, estatutos” Jornal do Commercio São Paulo, 18 de janeiro de 1921, nº 78, ano V, p. 9. Veja: “Os charlatães” e “Os charlatães em foco” A Capital São Paulo, 16 de fevereiro de 1921, nº 232, ano X, p.1 e 17 de fevereiro de 1921, nº 233, p.3

³⁴² PENA, Martins. “Os três médicos”. In: Comédias Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d., p. 156-170
O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de junho de 1917, nº 14.044, ano XLIII, p. 10:

“Sou pela homeopatia (...)

Qual dos males o mais atemorizador

Que apresenta os sintomas mais cruéis ?

—É o amor. —Qual o remédio para o amor ?

—É o amor somente, as gotas, noite e dia ...

É o “similia similibus” ... sabeis

Que é o princípio que rege a homeopatia”

A Cigarra São Paulo, 1º de novembro de 1921, nº 171, ano VIII, p. 31:

“Um médico homeopata recebe, em paga de dez visitas, dez tostões.

—O senhor enganou-se, diz ele ao cliente. —Que conta é esta ?

—Homeopática. Pago pelo seu sistema”

brasileira combinando crenças e práticas diferentes, ganhando muitos adeptos e poderosos desafetos. Difícil era estabelecer os limites entre o que era o saber e o fazer homeopático e o que não era, como queriam os doutores hahnemannianos, eles mesmos muitas vezes divididos quanto ao uso do que podemos chamar de “tradições da homeopatia brasileira”: de um lado, a ligação com a caridade, a democracia do saber; de outro, a idéia da formação acadêmica, da especialização para o preparo dos medicamentos. Tradições tantas vezes combinadas.

Em meio às mortes causadas pela epidemia de gripe espanhola, a Associação Comercial do Rio de Janeiro divulgava um tratamento para os gripados que logo seria reproduzido nos jornais de São Paulo: purgantes, freqüentemente empregados pelos alopatas, eram combinados com doses homeopáticas de gelsenium, briônia, vômica, veratum, beladona e phosphurus entre outros preparados, todos diluídos segundo a gravidade do caso. Tanto homeopatas quanto alopatas convictos desaprovavam a mistura da receita.³⁴³ Mas, para os que sofriam com a doença, o importante era por fim a influenza, o resto era discussão para acadêmicos. Como afirmara o dr. Alberto Seabra, homeopatia ou alopatia, pouco importava para as pessoas atormentadas pela gripe espanhola, o que elas queriam era a cura, viesse de onde fosse. Assim, a Cruz Vermelha Brasileira distribuía, na cidade de Santos, vidros de Grippina, remédios (alopatas) para tosse e mel de abelha, entre “*outros auxílios*”, que os gripados levavam para casa sempre com a esperança de acabar com a moléstia.³⁴⁴

³⁴³ “Tratamento da gripe” Jornal do Commercio São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº 364, ano III, p. 1. Sobre a condenação dos purgantes pela homeopatia: BRUCKNER. Op. cit., p.2

³⁴⁴ Dr. Seabra: “A influenza e a homeopatia” A Gazeta São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 3.845, ano XIII, p.1. “Santos” O Estado de S.Paulo São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 14.558, ano XLIV, p.4

Por coincidência, ou não, “receitas”, das mais diversas procedências, foram oferecidas aos paulistanos (aliás, como havia chamado a atenção Henrique Macedo, da União Espírita do Estado de São Paulo), todos ávidos por se prevenir ou eliminar a gripe espanhola de suas vidas. Um chá, onde o limão era um dos destaques, indicado pelo Centro Espírita Redentor, do Rio de Janeiro, foi uma delas:

“Flor de sabuqueiro, 5 gramas; folhas de caroba, 5 gramas; casca de limão galego, um, dos pequenos; tudo para uma xícara de água bem quente, tomando seis noites seguidas uma xícara de cada vez, já morno, e não como suadouro, que o não é, e, além disto, que ponham água ao sereno, em vasilhas destampadas, durante a noite, retirando-a de manhã cedo, bebendo só desta água quando tiverem sede, juntando-lhe 5 gotas de limão no copo, cada vez, tudo como preventivo contra o terrível mal.”³⁴⁵

3. Saberes de cura: mezinhas, curandeirias e orações

Reunião no palácio do Catete. O senhor presidente da República preocupado com a gravidade da epidemia de gripe espanhola conferenciava com pessoas do governo sobre as medidas que estavam sendo tomadas naquela situação calamitosa. Na pauta de discussões, o limão.³⁴⁶ Em São Paulo o Serviço Sanitário do Estado recomendava o ácido cítrico para gargarejos dos gripados, enquanto a população, ciosa de seu saber sobre espirros e tosses, buscava desenfreadamente na preciosa fruta alívio contra a terrível influenza. Tomado em gotas misturadas na água, sorvido puro ou com sal, o limão ganhou a preferência das pessoas e a atenção das autoridades médicas e estatais desde os primeiros dias da epidemia.

³⁴⁵ “A peste da guerra já no Brasil” O Estado de S. Paulo São Paulo, 7 de outubro de 1918, nº 14.779, ano XLIV, p. 9 e A Platéia São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 114, ano XXXI, p. 2
Sobre questões de cura do Centro Espírita Redentor do Rio de Janeiro, veja: MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 205-222

Parte dos remédios populares, o limão havia muito freqüentava os livros de medicina também como ácido cítrico. A fruta estava, de uma forma ou de outra, incorporada aos dois universos de cura.³⁴⁷

O Diccionario de medicina popular, de Chernoviz, publicado no século XIX, enumerava as virtudes do *limão azedo*: uma fruta muito empregada na medicina e na arte culinária, de cuja casca era feito um chá usado em várias moléstias para provocar a transpiração. Enquanto o Formulario e guia medico do mesmo autor, indicado para médicos (o dr. Carlos Chagas possuía um em sua biblioteca) e consultado por leigos, assim descrevia o ácido cítrico e suas propriedades:

*“Existe no limão, laranja e muitas outras frutas azedas. É branco, cristalizado em prismas romboides, inalteráveis ao ar, inodoros, de sabor muito ácido, solúveis em 3 partes de água fria, e em muito menos de água fervendo. Emprega-se em lugar de sumo de limão para a preparação das limonadas, atua então como temperante.”*³⁴⁸

³⁴⁶ “No Catete ” O Estado de S.Paulo São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 14.536, ano XLIV, p.4. Alguns artigos procuravam relativizar o valor terapêutico do limão, enquanto outros exageravam suas virtudes: “As vantagens do uso do limão” A Gazeta São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 3839, ano XIII, p.5

³⁴⁷ A definição de “remédio popular” está, em geral, associada à chamada “medicina popular”, expressão tão controversa e de difícil definição quanto “cultura popular”. Neste trabalho, “medicina popular” e “remédio popular” são as práticas de cura realizadas, utilizadas ou indicadas por pessoas “especializadas” (curandeiros, ervanários etc.) ou não (como as donas-de-casa) que a medicina oficial desqualifica. Práticas de cura que integram universos culturais dinâmicos (muitos deles religiosos), podendo constituir uma forma de perceber e se relacionar com o mundo, até mesmo com a medicina oficial. Afasto-me aqui dos estudos, sobretudo realizados antes de 1960, que enquadravam a medicina popular como parte das ações arcaicas, “folclóricas”, da sociedade brasileira, com tendências ao desaparecimento devido ao desenvolvimento urbano, e também daqueles que consideram tais práticas apenas uma “vingança de classe”, para usarmos expressão de Luc Boltanski (p.62). Confira: BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. LAPLANTINE, François e RABEYRON, Paul-Louis. “A medicina popular”. In: Medicinas Paralelas São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 49-54. LOYOLA, Maria Andréa. Médicos e curandeiros. Conflito social e saúde Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1984 e “Medicina popular”. In: GUIMARÃES, Reinaldo (org.) Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.225-232. NEVES, Delma Pessanha. As “curas milagrosas” e a idealização da ordem social Niterói: UFF-CEUFF/PROED, 1984. Entre os estudos pré-1960, veja: KRUG, Edmundo. “Deus e os santos na superstição brasileira” Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo São Paulo, 1927, vol. XXIII, 1925, p.157-207; CABRAL, Oswaldo, : “A medicina teológica e as benzeduras”. Separata da Revista do Arquivo São Paulo, nº CLX, p.1-204, 1958 e ARAÚJO, Alceu Maynard “Alguns ritos mágicos”. Revista do Arquivo Municipal São Paulo, 1958, vol. CLXI, p.39-148

³⁴⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular Op.cit., v.2, p. 477

A medida que o século XX avançava, as definições de ácido cítrico e limão nos chamados “dicionários de medicina” procuravam separar o consultório da cozinha, o científico do popular, mas as palavras algumas vezes revelavam a união inegável:

*“Ácido cítrico - H3 C6 H5 O7 H2 O.
Ácido tribásico encontrado no suco de vários frutos e em vários tecidos animais. Em forma de cristais translúcidos ou pó cristalizado branco solúvel na água.*

“Limão - A árvore ou o fruto da Citrus Médica. A casca é usada em conserva.”³⁴⁹

O uso do limão como panacéia contra epidemias tinha história, quando o coléra flagelou norte e nordeste do país e ameaçava o Recife em 1856, foram publicados versos nos jornais da cidade louvando o valor da fruta no combate à doença, e a Comissão de Higiene de Pernambuco indicou o suco de limão como antídoto à terrível moléstia. Na Belém do Grão-Pará médicos empregaram o sumo do limão, puro ou diluído em água, às colheradas, na tentativa de curar seus pacientes. As propriedades terapêuticas do produto teriam sido descobertas por “*pobres índios pescadores*” que tiveram um companheiro atacado pela forma fulminante do cólera. Diziam que o pescador ribeirinho ficara curado graças a ingestão do suco da fruta. As notícias das virtudes do limão se espalharam.³⁵⁰

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão Formulário e Guia Médico 15ªed.Pariz:A.Roger &F.Chernoviz,1892, p.160. O prólogo da décima quinta edição começava com a frase: “Apresentamos às classes médicas brasileira e portuguesa esta nova edição do Formulário Chernoviz (...)”.

CHAGAS FILHO, Carlos. Meu Pai Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; Editora Fiocruz,1993, p.59-60

³⁴⁹ HOERR, N.L. Osol, A. (org.) Dicionário médico ilustrado Blakiston São Paulo: Andrei, s.d, p. 29 e 585

³⁵⁰ DINIZ, Ariosvaldo da Silva Cólera: Representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil) Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997, 2v. (Tese de doutorado), p.233-234. BELTRÃO, Jane Felipe. Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999 (Tese de doutorado), p.151-155

Em São Paulo, em 1918, a procura pela fruta se intensificava a medida que a epidemia de gripe espanhola se disseminava. A lei da oferta e da procura funcionou e o preço do limão aumentou desenfreadamente. O governo teve então que incluir em sua pauta de discussões aquela pequena fruta que nem originária do Brasil era. Como suprir o mercado e controlar o preço do limão passou a ser questão crucial, e não apenas na Capital da República. Na cidade de São Paulo notícias informavam que os comerciantes podiam adquirir uma caixa de limão no interior do Estado até por 12\$000 revendendo o produto na Capital por 30\$000 o cento, o que fazia o valor da caixa saltar para 150\$000. Entre os ambulantes a situação era pior e o preço ainda mais absurdo. Mas a fruta rareava e as previsões de alta eram cada vez maiores. Preocupação geral. Nos jornais, considerações justificavam a necessidade de manter a oferta de limão para a população, inclusive devido à esperança de imunidade e cura que trazia para as pessoas.³⁵¹

Anos depois, lembrando aqueles dias, o senhores Amadeu e Ariosto afirmavam:

“Foi uma gripe tão agressiva que já não davam conta de fazer remédios. Só limão. Numa certa hora acabaram também os limões em São Paulo. Eu comia muito pouco, só tomava água com limão.”

*“As pessoas caíam que nem moscas. Eu fui atingido, mas muito fraco, porque me aconselharam a chupar limão. Meus pais procuravam, estava tudo fechado, quando abria uma venda, uma quitanda, eles corriam. O limão de um tostão passou a quinhentos réis.”*³⁵²

A escassez e o desaparecimento da fruta, mais as notícias que corriam de boca em boca, foram progressivamente abatendo o ânimo das pessoas e o pavor começou a rondar

³⁵¹ “É crença ...” A Capital São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 134, ano VII, p.1. Como já foi lembrado no capítulo I, a preocupação, mais que secular, com os efeitos do abatimento e do desespero foram reeditadas e atualizadas nesse período.

³⁵² BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembranças de velhos São Paulo: T.A. Queiroz, 1983, p.81 e 112

os paulistanos — muitos procuravam fugir, mas para onde ? A doença estava em toda a parte.³⁵³

Em meio à situação catastrófica que se esboçava, a firma de produtos químicos L. Queiroz, que já se prontificara a ajudar no combate à influenza em São Paulo, rapidamente passou a produzir o ácido cítrico. Como propaganda do produto de laboratório a lembrança do alto valor que a fruta estava atingindo em São Paulo. Amostras da substância também foram remetidas para vários jornais da Capital que comentavam, em meio a outras informações sobre a gripe espanhola, que 10 gramas do produto correspondiam a 12 limões. O Licor Puxa-Puxa, preparado pelo senhor José Inerofer, também foi colocado à disposição dos consumidores. À base de limão galego, prometia preservar e combater a influenza. Esperança para a população, ganho para os fabricantes.³⁵⁴

E à medida que o temor de contrair a doença crescia em São Paulo o movimento de pessoas em alguns pontos da cidade também aumentava, despertando a curiosidade de transeuntes desavisados. Decidido a desvendar o mistério, um desses curiosos entrou em um pequeno estabelecimento comercial do largo da Sé, onde a concentração humana era das maiores. Não foi necessária grande pesquisa, um cidadão que estava ao seu lado foi logo sentenciando: “*Pinga com limão cura a urucubaca*”. Estava resolvido o enigma. Se a pinga curava a urucubaca ou gripe de todo ano também seria eficiente contra a gripe espanhola. O raciocínio que fazia a alegria dos donos de bar e dos fabricantes de

³⁵³ Id. *ibid.*, p. 136, 225. Veja, entre outros: “L’esodo dei cittadini verso l’interno” Fanfulla São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº14.426, ano XXVI, p.4. Muitos paulistanos procuraram primeiro chácaras, sítios e fazendas ou cidades do interior do Estado, depois localidades dos estados vizinhos. Trens partiam lotados.

Sobre a questão do medo individual e coletivo e sobre a fuga durante as epidemias: DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.22-31 e 119. O medo coletivo seria “o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)”, p.24

³⁵⁴ “Contra a gripe” O Estado de S. Paulo São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 14.544, ano XLIV, p.10. “Ácido cítrico” A Platéia São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 117, ano XXXI, p.6. “Influenza espanhola. O estabelecimento ...” Jornal do Commercio São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 344, ano II, p.7

aguardente, era por muitos interpretado como pretexto dos apreciadores do destilado de cana para beber, mas estava arraigado em uma população que tinha a aguardente como remédio eficaz contra muitos males, inclusive contra outra peste, a temida variola. Durante anos a cachaça foi “*uma espécie de remédio santo que curava tudo*”, como afirmou Raul Duarte.³⁵⁵

Com a influenza ameaçando de morte cada vez mais pessoas, a união feliz da pinga com o limão (e o açúcar), além de tornar a existência mais alegres dias tão difíceis, trazia a promessa de manter a saúde e combater a doença com um doce remédio. As ofertas de cachaça eram variadas, como a Caninha do Ó e do Inferno que em seus anúncios prometiam mais que curar a moléstia, prometiam preservar contra a doença. Enquanto os jornais procuravam destacar os desastres físicos acontecidos com aqueles que abusavam da bebida pensando se defender da gripe espanhola, os produtores e vendedores de aguardente elaboravam textos para seduzir seus consumidores, conjugando muitas vezes o uso da bebida com limão e considerações clínicas duvidosas:

*“Influenza espanhola.
Todos os médicos aconselham como o melhor preservativo a
caninha do Ó com limão, mais conhecida como batida.
A melhor e a mais pura caninha do Ó é a marca Caipira, da
qual são únicos depositários Fratelli Guidi, telefone 1837,
Central, a quem devem ser feitos os pedidos imediatamente,
afim de evitar de serem atacados desta terrível influenza.”*

*“A Influenza espanhola entrou em Niterói
O que aconselham os médicos
Rio,9.*

³⁵⁵ “A “influenza espanhola - Uma nota curiosa” e “A gripe em S.Paulo - Aguardente e limão” A Gazeta São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº 3.828, ano XIII, p.1 e 3
ARAÚJO, Alceu Maynard. Medicina rústica 3ªed. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p.127-128.
SANT’ANNA, Nuto. São Paulo histórico. São Paulo: Gráfica da Prefeitura, 1944. v.VI, p.19. DUARTE, Raul. São Paulo de ontem e de hoje ... São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1941, p.173

É fora de dúvida que a influenza espanhola está grassando em Niterói. Os clínicos daquela cidade aconselham à população, como preservativo, paraty com limão e açúcar. (De “A Platéia” de 9 de outubro de 1918)

Por conseguinte, toda a gente sabe que a melhor caninha é a mais bem preparada com limão é só na RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 51”³⁵⁶

Acostumados a combater a gripe que periodicamente os visitava sem ser convidada, os paulistanos pareciam dispor de um estoque de “fórmulas” para acabar com a impertinente moléstia. Entre as mezinhas, além do limão (com ou sem sal) e da cachaça, estavam a canela, prontamente industrializada, a cebola, o alho e folhas de eucalipto. Cinco folhas de eucalipto fervidas em um litro de água resultavam em substância apropriada para “*uma balsâmica lavagem intestinal, afastando a gripe*”. Para conseguir a preciosa criação do reino vegetal bastava ir ao Parque Jabaquara, era grátis. Quanto a canela, utilizada do litoral ao interior no combate à gripe espanhola, em São Paulo ela foi transformada em pastilhas para uso dos gripados pelos industriais Zanotta, Lorenzi e Companhia. Os fabricantes mereceram elogios esfuziantes do jornal A Platéia, devido ao preço irrisório que prometiam cobrar pelo produto e pelo compromisso assumido de reverter o montante de dinheiro das vendas para instituições de caridade empenhadas no tratamento de enfermos carentes. Outros, mal disfarçando o desejo de lucro, aconselhavam aos convalescentes o uso da canela adicionada ao Chá de Cacau. Prometiam magníficos efeitos reconstituintes para os que pagassem pelo chá.³⁵⁷

³⁵⁶ “Prevenindo-se contra a influenza” A Nação São Paulo, 19 de outubro 1918, nº 122, ano IV, p.3. “A influenza espanhola entrou em Niterói” A Platéia São Paulo, 11 de outubro de 1918, nº 103, ano XXXI, p. 6. “Influenza espanhola” e “Influenza ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 17 e 19 de outubro de 1918, nº 14.537 e 14.539, ano XLIV, p.10 e 6 (1ªpropaganda citada).

³⁵⁷ “As pastilhas de canella” A Platéia São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 122, ano XXXI, p.3. “Eucaliptus” Diário Popular São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 11.753, ano XXXIV, p.5. “Aos convalescentes da gripe” O Estado de S.Paulo São Paulo, 24 de novembro de 1918, nº 14.575, ano XLIV, p.9

No final do mês de outubro, um morador da Penha escrevia a vários jornais da Capital fornecendo a receita que durante anos o havia resguardado, bem como sua família, das gripes que anualmente atormentavam os moradores de São Paulo. Afirmava o solícito habitante da Capital que há tempos ninguém em sua casa ficava gripado devido ao uso do alho e cebola crus, mastigados durante as refeições. Dois ou três dentes de alho ou um pedaço grande de cebola eliminavam nos adultos o risco de contrair a doença ou acabavam com a moléstia dos enfermos de gripe depois de algumas “doses”. As considerações do senhor Adhemar Marques Teixeira, este era o nome do morador da Penha, não se limitavam entretanto à reprodução de uma prática provavelmente herdada de outros homens, tempo e lugar e julgada eficiente por sua utilização cotidiana. Finda a prescrição dos vegetais, o paulistano passava a tecer comentários científicos sobre a prática que divulgava. Escrevia sobre o sulfureto que o alho e a cebola continham, uma substância volátil, microbicida e cicatrizante, que seria absorvida com rapidez pelo organismo e era eficaz no combate até da tuberculose — como indicava artigo que lera em revista médica sobre a experiência de doutores americanos. O próprio Teixeira afirmava ter indicado com sucesso o uso do alho a um tísico, morador da cidade de Bebedouro, interior do estado de São Paulo. Recomendava pois a utilização do alho e da cebola por julgar prestar um serviço à causa pública no período funesto da epidemia de gripe espanhola que a cidade vivia.³⁵⁸

Na década de 1940, o limão e o alho ainda representavam parte fundamental da terapêutica popular contra a gripe em diversos bairros da cidade de São Paulo. Veja: FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo Petrópolis: Vozes, 1979, p.367

³⁵⁸ “O alho e cebola” A Platéia São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 116, ano XXXI, p.2. “Uma receita útil - o alho e a cebola” A Capital São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 137, ano VII, p.3

Fora das fronteiras do Brasil, tratamentos médicos para combater a influenza foram feitos tendo como base o alho: “The treatment of influenza” The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Nov. 9 1918, p.644

Na história da humanidade, comida e temperos foram constantemente associados à saúde, sua manutenção e restauração. Entre os textos que citam o alho, veja: FLANDRIN, J.-L. “Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI”. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. História da Alimentação São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 478-495. Confirma também, no mesmo livro, MAZZINI, I. “A alimentação e a medicina no mundo antigo”, p. 254-265

O uso da cebola e do alho fez parte da dieta terapêutica de vários moradores da Capital durante a influenza, extrapolando as fronteiras dos bairros e a renda de seus moradores, como recordam muitas “lembranças de velhos”. Anos depois da epidemia, ao publicar suas memórias, o médico Eduardo Etzel, na época morador do Jardim da Luz, atribuiria à ingestão da cebola o fato da família ter sido poupada da calamidade epidêmica de 1918. O pai do jovem Eduardo teria lido que cebola crua ajudava a evitar doenças infecciosas e todos na casa seguiram a prática recomendada. O menino imitava o pai, comia salada de cebola diariamente. O doutor Etzel procuraria, anos depois, uma “explicação científica” para aquilo que o garoto sequer suspeitava: teria sido a vitamina C presente no tubérculo a causa da imunidade familiar.³⁵⁹

Mas, conhecimentos científicos já estavam presentes em muitas prescrições feitas pelos moradores de São Paulo em 1918, como na indicação do uso da cebola e do alho feita pelo senhor Adhemar Marques Teixeira. A ciência tanto quanto o costume pareciam garantir a eficácia de sua proposta terapêutica. O saber científico aparecia como fiador da mezinha indicada e se, para alguns, durante a gripe espanhola médicos e leigos falavam muito sobre uma doença e seus possíveis remédios sem conhecer as características básicas da moléstia,³⁶⁰ foi na epidemia que o discurso científico apareceu de maneira mais esplêndida como aquele que poderia proporcionar ao longo do tempo o saber sobre a doença e a sua cura. A opacidade da epidemia de gripe espanhola mais que reduzir a igualdade (impotente) a fala de doutores e não-doutores, revelou a própria natureza do

³⁵⁹ BOSI, Ecléa. op.cit., p. 225 e 248. A utilização em São Paulo durante a gripe espanhola de “medicinas populares cotidianas” (para usarmos expressão de Laplantine e Rabeyron) parecia extremamente difundida por toda a cidade, apesar do destaque, dado por Cláudio Bertolli Filho, para o fato de vir de um distrito sem médicos, a Penha, a “receita” do senhor Adhemar Marques Teixeira. Op.cit.,p.158-159

ETZEL, Eduardo. Um médico do século XX. Vivendo transformações São Paulo:Nobel: Edusp,1987,p.80-81

³⁶⁰ Veja as considerações de Cláudio Bertolli Filho. Op. cit. p. 167-168

discurso científico: aquele ao qual se atribui o poder de decifrar pelas operações intelectuais do entendimento um dado objeto (a doença), mesmo que este entendimento seja gradual.³⁶¹

O recurso à ciência por homens, como o senhor Adhemar Marques Teixeira, possuidores de fórmulas caseiras para combater muitos dos males que atormentavam a população, era incentivado, de maneira mais ou menos direta, desde a segunda metade do século XIX, pela publicação e reedições dos dicionários de medicina doméstica e formulários médico-farmacêuticos. A divulgação que faziam de termos científicos concorreu para a assimilação por diferentes grupos de pessoas de uma linguagem especializada e para a normatização do emprego terapêutico de diversos produtos de cura, como as ervas e raízes usadas no preparo das mais variadas mezinhas. Durante a epidemia de cólera em Pernambuco no século XIX, relatos informam sobre a incorporação até mesmo pelo pensamento mágico terapêutico dos negros de alguns elementos da medicina oficial. Em momentos menos afluídos, freqüentes são as descrições sobre indivíduos que recorriam ao citado Chernoviz, ou ao Diccionario de medicina domestica popular do dr. Theodoro Langgaard, para preparar remédios e tratar enfermos.³⁶²

“|Seu Jeremias| era homem baixo, moreno, barba aparada, olhos miúdos e apertados pelo esforço contínuo de esmiuçar.

³⁶¹ Confira o texto de Marilena Chauí “Crítica e Ideologia” In: Cultura e Democracia São Paulo: Moderna, 1980, p.15-38, especialmente, p.31-35

Michel Foucault afirma que toda sociedade tem sua “política geral” de verdade, isto é, tipos de fala que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiras, centradas na forma do discurso e nas várias instituições que o produzem. A verdade entendida como um “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder.” O poder delimita, desta forma, o que é verdadeiro e, concomitantemente, aquilo que é gerado dentro destes parâmetros o alimenta, uma vez que tem o status de correto, tendo, assim, força. A verdade desta maneira estaria circularmente ligada a sistemas de poder. Cf.: “Verdade e Poder” In: Microfísica do Poder 4º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.1-14

³⁶² Luiz Otávio Ferreira arrola algumas hipóteses sobre a relação entre os “dicionários médicos” e a institucionalização da medicina no Brasil. Veja: “Medicina impopular. Medicina acadêmica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos 1830-1840”. Texto inédito, agosto 1999

Sobre as práticas dos negros: DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Op.cit., p.342-343. Sobre a utilização dos dicionários e formulário Chernoviz e Langgaard, veja: DUARTE, Paulo. Memórias. As raízes profundas 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1975, vol.1, p. 106-107. NAVA, Pedro. Chão de Ferro 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Memórias 3, p. 144

Falava pausadamente, usando os termos do Chernoviz, mesmo quando se dirigia aos leigos (...), tinha grande prática de farmácia e enfermagem. No fundo de sua casa havia um laboratório que mais parecia lura de alquimista. Ali se encontravam almofarizes, bastões de louça, bocais de vidro contendo substâncias coloridas e séries de vidros de tinturas com rótulo escrito a mão. Passava horas inteiras mergulhado na leitura do grosso Chernoviz e fabricava umas famosas pilulas contra as bexigas que nhá Trindinha dizia manipuladas com “jasmim do campo”. (...)

“Seu Jeremias tratou de nhô João Redondo. Fê-lo com um devotamento que parecia acima das forças humanas. Passava horas a cabeceira do enfermo. E — segundo o testemunho de nhá Trindinha — chegara mesmo a levar para a casa do Chagas aquele livro grosso ao qual a população de Santo Amaro, em 1847, se referia com reverência.” ³⁶³

Ao escrever sobre a vida do poeta Paulo Eiró, Affonso Schmidt assim nos informa sobre a popularidade e grande respeito que envolviam os dicionários e formulários médicos e aqueles que deles faziam uso, revelando formas de sua utilização, muitas vezes combinada (pelo menos segundo alguns indivíduos, como nhá Trindinha), com práticas de cura muito antigas, como o emprego dos excretos como medicamento — jasmim do campo era o nome dado a excremento de cachorro.³⁶⁴

Na São Paulo do século XX, enquanto a manipulação de excretos cada vez mais era considerada prática suspeita, o uso de vegetais para preparar medicamentos caseiros e a

³⁶³ SCHIMIDT, Affonso. *A vida de Paulo Eiró* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p.53-56

³⁶⁴ ANDRADE, Mário de. *Namoros com a medicina* 3ª ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972, p. 79-80. A utilização em medicamentos do que era expelido, excretado, por homens e animais atravessou séculos e continentes. Como escreve Márcia Moisés Ribeiro, elemento essencial para o corpo e para a terra, os excretos eram considerados elementos regeneradores e propulsores de vida, mas sua utilização poderia também ter um sentido de “cura punitiva”, quando a doença era associada a ira de Deus. Assim, só através do sofrimento e da dor seria possível alcançar a cura: a utilização de excretos seria um amargo remédio, o que explicaria a utilização de urina e fezes em casos complicados de cicatrizações. Como afirma Vera Regina Beltrão Marques, muitos remédios no Brasil setecentista tinham sua eficácia associada ao uso de excretos: “as “Pirolas” contra a gota coral, dores de cabeça e asma, por exemplo, para produzirem efeito, o paciente deveria beber “em cima quatro onças de urina de menino, que fosse fresca.”” Cf.: RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII* São Paulo: Hucitec, 1997, p.71-72. MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista* Campinas: Ed. da UNICAMP / Centro de Memória - UNICAMP, 1999, p. 248

consulta aos dicionários de medicina doméstica eram procedimentos corriqueiros. Em 1922, ganhava sua segunda edição O medico no lar. Diccionario popular de medicina de urgencia de Renato Kehl e Eduardo Monteiro, doutores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membros da Academia Paulista de Medicina. Destinado aos leigos, o livro aconselhava o que fazer em casos de acidentes ou moléstia até a chegada do médico. Em linguagem “*acessível a qualquer leitor, mesmo pouco letrado*”, davam a definição, etiologia, sinais clínicos e tratamento de cada enfermidade. Livro para os “*chefes de familia*”, que procurava acabar com a ação daquelas pessoas que, “*por ignorância (...) julgam de médico ter um pouco, e não hesitam em ministrar as mezinhas de antanho com todo o seu empirismo*”. Kehl e Monteiro afirmavam:

*“Não podemos, entretanto, deixar de considerar o seguinte: este livro absolutamente não foi feito para charlatães, nem para que se dispense a assistência médica. O facultativo deverá sempre ser chamado e um pai ou uma mãe praticará uma séria inadvertência se, confiado nas explicações dadas neste livro, quiser, sem mais, tratar um doente seu. Não se julgue que a medicina, ciência-arte difficilima, possa ser aprendida com a leitura das páginas que se seguem.”*³⁶⁵

Em 1843, no prólogo da primeira edição em português de seu Diccionario de medicina popular, Chernoviz escrevia:

“Bem que o pleno exercicio da medicina exija estudos aprofundados e atilado critério, não é menos verdade que existem muitas coisas relativas à arte de curar, cujo conhecimento pode ser facilmente adquirido por todos os homens, e em que podem noções simples po-los em estado de serem úteis à sociedade.

“(...) não haverá quem negue que se possam difundir pelo povo conselhos para conservar a saúde e prevenir as moléstias; inculcar os preceitos relativos ao clima, às habitações, aos vestidos, aos alimentos, às bebidas, aos

³⁶⁵ KEHL e MONTEIRO. O medico no lar. Diccionario popular de medicina de urgencia 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922, p.5-6

exercícios, às profissões, ao sono, à vigília, às paixões, à idade, às diferentes funções; combater erros nocivos à saúde que reinam nas diferentes classes da sociedade, e acautelar o público contra o charlatanismo.

“É preciso somente saber fazer a distinção entre o que as pessoas estranhas à arte de curar devem conhecer, e o que é inútil e até perigoso querer ensinar-lhes.(...) | Ministar | as luzes que lhes podem ser úteis, sem contudo pretender iniciá-las em todos os dogmas de uma ciência difícilima. Descrevo igualmente a preparação dos remédios caseiros, e noto as substâncias medicamentosas que se devem ter em casa.”

Na segunda edição daquela obra, oito anos depois, Chernoviz afirmava:

“ Todos sabem que o médico, em uma simples visita, não pode dar todos os conselhos sobre mil particularidades que os doentes devem saber: este livro lhes servirá de guia em várias circunstâncias da vida; nele acharão preceitos e consolações. Esta obra é útil portanto, não só para os habitantes da roça que moram longe dos médicos, como também para os moradores das grandes cidades.” ³⁶⁶

Chernoviz, Kehl e Monteiro, entre os autores o mesmo respeito pela chamada “ciência médica” (“difícilima”, foi o adjetivo utilizado), o mesmo ataque ao “charlatanismo”. Mas, para o autor do final do século XIX, compartilhar conhecimentos (básicos) da “verdadeira arte de curar” significava dotar de relativa autonomia a população, da roça ou da cidade, quando o tema era saúde e doença, inclusive normatizando hábitos e práticas populares de cura — o que combateria os charlatães. Enquanto para Kehl e Monteiro, décadas depois, ensinar tratamentos em casos de moléstias e os mais adequados procedimentos em casos de acidentes, era principalmente uma forma de indicar como esperar de maneira correta a presença, sempre necessária, de um doutor em medicina, o único detentor do saber efetivo sobre a saúde e a doença — isto combateria o “charlatanismo”.

O Chernoviz continuou sendo lido e utilizado pelas pessoas no início do século XX, mas a cisão entre aqueles que detinham o saber científico da cura e os outros, anunciada de maneira sutil nas páginas iniciais de O medico no lar, espelhava uma outra época: aquela em que a vulgarização de conhecimentos científicos sobre a saúde estará ligada a segregação contundente de seus formuladores e legítimos manipuladores.

Nesse processo a questão do “*charlatanismo*” ganhou diferentes nuances.³⁶⁷ Em 1920 o botânico F.C. Hoehne, do Instituto Butantan, publicou o resultado de um estudo feito por determinação do diretor do Serviço Sanitário. Arthur Neiva pedia informação urgente sobre o que vendiam os ervanários da cidade de São Paulo.³⁶⁸ Era a ciência médica querendo entender, avaliar e enquadrar outros saberes de cura. Comerciantes, curandeiros, mezinheiros: distinguir os homens, controlar seus atos.

A utilização de ervas e raízes nas primeiras décadas do século XX era comum na Capital. São Paulo possuía diversos vendedores destes produtos, fornecedores de matéria prima para o preparo de uma poção (de médico ou outro “especialista” da cura) e de mezinhas contra os achaques que mais afligiam os moradores da cidade. Instalada durante anos na rua São João nº 140, a ervanária Paulista era um destes locais. Nas propagandas, o estabelecimento se autodenominava o “*mais bem montado do Brasil*” e em sua pretensiosa afirmação revelava a prática de muitos moradores da Capital ao comentar: “*ai se*

³⁶⁶ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de medicina popular ... p.IX-XI e 7-8

³⁶⁷ Veja a definição concisa de curandeiro e charlatão feita por Oswaldo Cabral, onde a grande diferença entre ambos seria a incredulidade do charlatão em seus próprios artificios. Op. cit., p.71.

A dificuldade, ou inutilidade prática, de separar curandeiros e benzedores, bruxos e feiticeiros é sentida por vários autores. Cf.: LOYOLA, Maria Andréa. Op. cit., p.94-95; MAGGIE, Yvonne. Op. cit., p. 22 (nota nº 2); SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.154-156

³⁶⁸ HOEHNE, F.C. O que vendem os hervanarios da cidade de S.Paulo São Paulo: Casa Duprat, 1920

Ana Maria Carrillo mostra procedimento semelhante, e em escala nacional, no México, quando foi criado o Instituto Médico Nacional que em 1888 pretendeu estudar a flora medicinal indígena. Cf.: CARRILLO, Ana Maria. “Profesiones sanitarias y lucha de poderes en el México del siglo XIX” Asclepio Madrid, v. L, nº 2, p. 149-168, 1998, p.163

encontram todas as plantas medicinais que careceis em vossas casas para um medicamento de urgência.”³⁶⁹ Os homens da ciência estavam cada vez mais atentos.

Mas estes estabelecimentos comerciais revelavam mais. As ervanárias da cidade de São Paulo vendiam folhas e raízes variadas, muitas diretamente chegadas do sertão; mel, azevim de Lisboa e sabão da Costa (o melhor para a pele) importado da África. Anunciavam balas de limão bravo e de mel da abelha jataí, para combater a tosse e as dores do peito; banha de capivara, quati e raposa para unguentos; além dos chás: de erva tostão para doenças do fígado e dos rins, das cinco folhas que curava gonorréia, doenças da bexiga e do útero, de erva grossa contra reumatismo e de catuaba que combatia a impotência, entre tantos outros.³⁷⁰ Havia o comércio de figas de arruda e guiné, pimenta da Costa (utilizada em adivinhações e na comida dos Orixás), ori (manteiga vegetal do óleo de babaçu usada nos pratos de Oxalá), orações, santos e defumações completas (onde não faltava o misterioso pó egípciano), que denunciavam a presença de elementos das crenças e práticas de cura africanas na Capital. Propagandas do guaraná dos índios Maués, do Chá da Campanha, que continha a (não nomeada) planta sagrada dos índios, e do preparado Bororo contra inchações, eczemas e outros males, revelavam aspectos da cultura indígena sobre os males do corpo e da alma que sobreviviam na cidade.³⁷¹ Manipuladas comercialmente

³⁶⁹ “V. Excia. já visitou ...” A Capital São Paulo, 29 de maio de 1923, nº 16, ano XIII, p.4. Veja: “Ervanária Paulista” A Platéia São Paulo, 29 de dezembro de 1917, nº 181, ano XXX, p.3 e “Ervas medicinais” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de janeiro de 1918, nº 14.249, ano XLIII, p. 14

Neste estudo mezinha é entendida como qualquer remédio caseiro, enquanto a poção, um medicamento líquido, podia ser preparada por “especialista” (médico ou curandeiro) ou leigo.

³⁷⁰ Confira: Diário Popular São Paulo, 1º de maio de 1917, nº 11.258, ano XXXIII, p.3 e 14 de março de 1918, nº 11.548, ano XXXIV, p. 5. O Estado de S.Paulo São Paulo, 23 de outubro de 1919, nº 14.903, ano XLV, p.11; 1º de março de 1920, nº 15.031, ano XLVI, p.8 e 1º de agosto de 1920, nº 15.181, p.19 e 21 de maio de 1921, nº 15.469, ano XLVII, p.10. Produtos vindos da Índia foram poucas vezes mencionados.

A Garrafada do Sertão, composta de 20 ervas (entre elas salsaparrilha, sassafrás e cabeça-de-negro), um dos mais famosos produtos associado ao interior do país, era anunciada como preparada por um farmacêutico do sertão de Pernambuco e comercializada nas farmácias e drogarias para a cura da sífilis e “sangue viciado”.

³⁷¹ Confira: A Platéia São Paulo, 9 de janeiro de 1917, nº 189, ano XXIX, p.6 e 7 de fevereiro de 1917, nº 218,p.3. Diário Popular São Paulo, 7 de janeiro de 1918, nº 11.492, ano XXXIV, p. 5 e 27 de julho de 1921,

pelos donos de ervanárias essas heranças eram por eles compartilhadas, havendo uma singular combinação quando se tratava de ervas e raízes, suas propriedades, as crenças que envolviam e os negócios que possibilitavam:

“Aproxima-se a época mais propícia (sábado de Aleluia, ao meio dia) para proceder a uma defumação completa em sua casa, livrando-a dos males de inveja, mau olhado e de quaisquer outras influências maléficas a que todo ser humano está sujeito — e para tal fim está naturalmente indicado o único, afamado e verdadeiro DEFUMADOR AFRICANO (de Tehivona), conjunto fortíssimo que produzirá uma atuação de sorte e tranqüilidade. Quem não quiser ser “embrulhado”, comprando uma coisa por outra, adquira diretamente em nossa casa Ervanária do Guaraná (...).Viajante para o interior do Estado: A. Muccli”

“... é excusado a concorrência andar de olho grande “rondando” o movimento de nossa casa [a ervanária do Guaraná], porque, diz a sabedoria do provérbio: o que tiver de ser nosso às nossas mãos vira! Portanto esses “trouxas” podem continuar no ridículo papel de montar guarda à nossa casa, pois nada conseguirão, mormente aqui em casa ... especialista em artigos africanos, indígenas (...)”³⁷²

Entre os nomes dos proprietários de estabelecimentos comerciais de ervas e raízes estava o de Cecílio Lopes e Companhia. As ervanárias Santa Isabel e Paulista, lojas do grupo de Lopes, forneciam, segundo os anúncios, as plantas medicinais utilizadas por

nº 12.574, ano XXXVII, p.5. O Estado de S.Paulo São Paulo, 21 de dezembro de 1920, nº 15.323, ano XLVI, p.10 e 4 de junho de 1922, nº 15.840, ano XLVIII, p.12. O Combate São Paulo, 10 de julho de 1922, nº 2131, ano V, p.2. Entre os estudos sobre plantas e práticas afro-brasileiras, veja: CAMARGO, Maria Thereza L.de A. Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros São Paulo: ALMED, 1988. Os conhecimentos indígenas eram lembrados, entre outros, em anúncios da Farmácia Vegetariana de Santana e do remédio homeopático Sexuol. Confira : O Estado de S.Paulo São Paulo, 15 de março de 1917, nº 13.958, ano XLIII, p. 14 e 1º de setembro de 1918, nº 14.491, ano XLIV, p. 16

³⁷² “Aleluia ! ... Aleluia ! ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de abril de 1924, nº 16.506, ano L, p.10 (Tehivona era uma marca registrada) e “Praga de urubú ! ...”, Idem 11 de dezembro de 1923, nº 16.389, ano XLIX, p.10. Várias propagandas da ervanária do Guaraná tinham como título “ Siga o bugre ! ...”

Sobre as noções de “sincretismo”, veja: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. A história do feiteiro Juca Rosa. Cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial Campinas: Departamento de História, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2000 (Tese de doutorado), p. 230-237

Sidney Chalhoub, estudando o Rio de Janeiro do final do século XIX, resgatou tradições africanas, eminentemente religiosas, quanto a varíola, variolização e seus desdobramentos relacionados a vacinação.

várias farmácias e drogarias da Capital, distribuíam catálogos aos seus clientes e remetiam o produto desejado para quem não morasse na cidade de São Paulo, aliás como também fazia a ervanária do Guaraná. A disputa pelo mercado, “especializado” ou não, parecia acirrada e era fácil entender o porquê: bastava abrir as páginas dos jornais.³⁷³

Farmácias e drogarias, para satisfazer seus exigentes clientes, anunciavam comprar plantas medicinais para revendê-las, enquanto alguns farmacêuticos entravam no ramo do comércio desses produtos para atender um mercado que parecia lucrativo e promissor. A Farmácia Globo, do “*naturalista*” Euclides de Carvalho, que se dizia seguidor da homeopatia, buscava atrair freguesia fazendo a propaganda: “*vegetais brasileiros*”, “*flora medicinal*”, “*cura pelos vegetais*”. Em outubro, enquanto os casos de influenza aumentavam em São Paulo, Carvalho afirmava “*tratamento de todas as enfermidades por meio das plantas brasileiras*” e oferecia ao público Hygieno-Aseptol, preparado segundo fórmula importada de Paris: “*preservativo do mal reinante e combate o bacilo Pfeiffer, quer ele se encontre localizado na mucosa nasal, quer se encontre nos bronquios.*”³⁷⁴

Confira: CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 97-185

³⁷³ Ao longo dos anos a organização do grupo de Lopes e sócios aparentemente mudou e outros nomes surgiram: F. Molino, M. Moreno ocuparam espaço nas propagandas das ervanárias e o de Cecílio Lopes foi desaparecendo para ressurgir ligado a ervanária Bahiana, da avenida Rangel Pestana nº 352, onde um certo Plácido Lopes também havia atuado. Veja: O Estado de S. Paulo São Paulo, 18 de dezembro de 1917, nº 14.236, ano XLIII, p.13; 5 de abril de 1921, nº 15.424, ano XLVII, p.12; 7 de março de 1922, nº 15.755, ano XLVIII, p.9; 22 de dezembro de 1923, nº 16.400, ano XLIX, p.14 e 6 de abril de 1924, nº 16.503, ano L, p.18. A Platéia São Paulo, 30 de março de 1919, ano XXXI, p.4. O Combate São Paulo, 5 de maio de 1923, nº 2.373, ano IX, p.4 e 4 de agosto de 1924, nº 2.736, ano X, p.2. Jornal do Commercio São Paulo, 18 de outubro de 1924, nº 348, ano VIII, p.7

³⁷⁴ “Plantas medicinais” O Estado de S. Paulo São Paulo, 26 de abril de 1917, nº 14.000, ano XLIII, p. 12; “Plantas medicinais. Compra-se ...” Idem 28 de agosto de 1922, nº 15.925, ano XLVIII, p. 5
Farmácia Globo: “Cura pelos vegetais” O Estado de S. Paulo São Paulo, 30 de dezembro de 1917, nº 14.247, ano XLIII, p. 15; “Flora medicinal” Idem 28 de setembro de 1918, nº 14. 518, ano XLIV, p. 11; “Cura pelos vegetais” Idem 14 de outubro de 1918, nº14.534, p.7; “A epidemia reinante” Idem 19 de outubro de 1918, nº 14.539, p. 8 e “Vegetais brasileiros” Idem 16 de janeiro de 1919, nº 14.627, ano XLV, p. 10. “Evolução da medicina” e “Que é curar” A Capital São Paulo, 26 de janeiro e 2 de fevereiro de 1920, nº 251 e 258, ano VIII, p.4 e 4. “A flora brasileira” A Gazeta São Paulo, 17 de setembro de 1923, nº 5.311, ano XVIII, p. 4

Nessa época também parecia fazer sucesso o “Remédio Vegetariano do dr. Ornhann”, um fortificante cujos anúncios abusavam do medo da tísica para tentar sensibilizar o consumidor. Usando expediente comum naquele tempo, as propagandas utilizavam atestados de satisfeitos usuários do remédio que induziam a crença na cura da temida tuberculose pulmonar pelos vegetais. Uma delas, publicada em 18 de novembro de 1918, falava sobre as conseqüências que poderiam resultar de uma gripe mal curada. Certamente não era muito difícil seduzir pessoas apavoradas com os resultados das recaídas da influenza. As vendas devem ter sido boas.³⁷⁵

Entretanto, em época de epidemia, havia quem não cobrasse para ensinar sua fórmula para acabar com a influenza: da estação da Piedade no Rio de Janeiro, o senhor João de Escobar enviava a receita que havia aprendido com um brasileiro “filho de cigano”, bastava assar e chupar a fruta madura do gravatá e tomar chá de carqueja, os resultados eram imediatos. Pedia então a publicação da mezinha para ajudar a humanidade e a pobreza.³⁷⁶

Diversificados foram os tratamentos “naturais” durante a epidemia. Afirmando ser formado pela Real Universidade de Nápoles, com diploma reconhecido pelo governo federal brasileiro desde 1913, o dr. Carlo Paladino tinha consultório na Lapa, rua Clemente

³⁷⁵ “Conseqüência da tosse. Doença grave-tuberculose” O Estado de S.Paulo S.Paulo, 18 de novembro de 1918, nº 14.569, ano XLIV, p.4. Entre vários outros anúncios do remédio publicadas no mesmo jornal: “Homens, mulheres e crianças” O Estado de S.Paulo São Paulo, 15 de setembro de 1918, nº 14.505, ano XLIV, p.7; “Remédio ...Para todas as moléstias pulmonares.” Idem 28 de janeiro de 1921, nº 15.360, ano XLVII, p. 5. Na propaganda publicada no jornal dia 12 de dezembro de 1918, nº 14.593, ano XLIV, p.6, a promessa de cura da tuberculose era textual.

³⁷⁶ “O gravatá e a carqueja ...” A Platéia São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 135, ano XXXI, p. 1. Em 1919, Pedro Costa anunciava possuir um segredo da flora brasileira que curava a morfêa e a tuberculose, bastava escrever para a caixa postal 1.410, Rio de Janeiro. Em 1921, para acabar com a tuberculose, alguém, que assinava “um que fez uso”, indicava a ingestão, por longo tempo, de cálices diários da seiva da bananeira de São Tomé. Pura ou com açúcar, a substância deveria ser ingerida associada a abstenção de carne de porco, peixe e “outros alimentos de natureza depurativa ou emoliente”. Era preciso crer. Veja: O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de setembro de 1919, nº 14.858, ano XLV, p.12. “Tuberculose” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de dezembro de 1921, nº 15.691, ano XLVII, p. 15

Álvares, nº 43. Especialista em “*moléstias de senhoras*”, da pele, sífilis e outras enfermidades venéreas, durante a gripe espanhola Paladino garantia cura completa e prevenção da influenza seguindo o que chamava de axiomas “*naturistas*” ou do “*naturalismo*”. Seu método “*iatralectico*”, que podemos traduzir para iatraléptico, prometia a cura da doença por meio de aplicações externas: unturas e fricções. Segundo folheto que havia publicado sobre a epidemia: “*o estado anterior do paciente parece ter uma grande influência na localização da gripe neste ou naquele órgão. Assim, é importantíssimo conhecer o terreno em que assentou o agente infectuoso; o prognóstico será mais seguro no que concerne ao tratamento e ao auxílio do organismo na sua luta contra a infecção*”.³⁷⁷ Desta forma, para o dr. Carlo Paladino, “*naturalismo*” parecia ser principalmente a forma (natural) com que o organismo dos enfermos deveria ser auscultado e o desenvolvimento da doença observado para intervenções precisas, com unguentos e fricções.

Mas eram as plantas que despertavam grande interesse e muita preocupação. Ingrediente de medicamentos vendidos em farmácias e drogarias³⁷⁸ e extremamente

³⁷⁷ Citação: “Um folheto de atualidade” *O Combate* São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 1.034, ano IV, p.1. Confira: “Influenza – Gripe” *O Combate* São Paulo, 26 e 28 de outubro de 1918, nº 1.037 e 1.038, ano IV, p.3. “Dr. Carlo Paladino. Médico” *Idem* 11 de novembro de 1918, nº 1.047, p.3. “Influenza – Gripe” *Idem* 30 de dezembro de 1918, nº 1.062, p.2

Pelos jornais da Capital, diversos eram os anúncios de pensões vegetarianas em São Paulo (e de pessoas que publicavam notas nos jornais procurando esse tipo de estabelecimento), de grupos com idéias “*naturistas*”, como a “*Sociedade Renascença Naturista*” e de periódicos como “*O Naturista*”. Muitos faziam uso comercial destas idéias, como a propaganda “*Petits-Pois Leal Santos*”. Várias também eram as notícias sobre os adeptos da vida vegetariana que passavam por São Paulo, dentre eles um mereceu destaque, Eliezer Kamenetzky ou Kaminsky, “*o homem da natureza*”. Vestia túnica branca, usava sandálias e tinha barbas e cabelos longos, era seguido por alguns e chamado de charlatão, e até espião alemão, por outros, chegou a ser preso. Durante a epidemia de gripe espanhola tentou sensibilizar os médicos com seu discurso que pregava a saúde através dos benefícios de uma existência longe do álcool, do fumo, e da carne evidentemente. Confira sobre Eliezer Kamenetzky: ““*O homem da natureza*” não passa de espião ...” *A Capital* São Paulo, 18 de abril de 1917, nº 273, ano V, p.1; “*Nomes do dia*” *A Gazeta* São Paulo, 27 de janeiro de 1917, nº 3.300, ano XI, p.1; “*O homem da natureza. Kamenetzky está detido no Rio*” *Idem* 6 de abril de 1918, nº 3.663, ano XII, p.1 e “*O homem da natureza ...*” *Idem* 27 de novembro de 1918, nº 3.862, ano XIII, p.1

³⁷⁸ Medicamentos “*puramente vegetal*” eram uma constante na imprensa e prometiam curar da sífilis (sem as péssimas conseqüências do mercúrio) a distúrbios intestinais. Entre eles: Juruá de Alfredo de Carvalho,

difundidas entre a população, as plantas com fama curativa escapavam do controle dos doutores do Serviço Sanitário. Elas eram comercializadas em lojas grandes e bem arrumadas, como as das ruas General Carneiro, Santa Efigênia e Conselheiro Crispiniano, em pequenos cômodos do Mercado Velho ou entre os transeuntes do Largo do Arouche. Os vendedores de raízes e ervas estavam presentes por toda a São Paulo e para cada enfermidade tinham a cura. Quando a influenza castigou os moradores da Capital a marapuama ou marapuana, como a fórmula do morador da Piedade ou a daquele paulistano morador da Penha, foi certamente utilizada para tentar acabar com a doença. Com seu nome de origem tupi, a planta aparecia na relação elaborada por F.H. Hoehne como aquela que entre os ervanários era a indicada contra a gripe.³⁷⁹

Hoehne tinha o intento declarado de identificar, organizar e classificar nos moldes que considerava científico, aquilo que afirmava ser uma rica herança deixada por índios e negros (tarefa para muitos anos e diversos homens, segundo suas palavras). Durante a realização de seu trabalho, o botânico havia contado com a “*amabilidade e prontidão*” de Cecílio Lopes, que abriu as portas da casa comercial Santa Isabel onde foram analisados vários dos produtos comumente encontrados nos estabelecimentos que comercializavam ervas, raízes e outras especialidades.

Dizendo reconhecer o saber daqueles que lidavam com os produtos que pretendia estudar, o botânico detinha-se na análise da figura do curandeiro, nome pelo qual também eram conhecidos alguns dos comerciantes que se especializavam em curas naturais e sobrenaturais do corpo e do espírito. Buscando explicações para o curandeirismo em épocas

Sucupirol, Pílulas Vegetaes da Fármacia e Drogaria Santos, Gotas Vegetais de Riseiro, Taraktogenol e o preparado do farmacêutico J.F., caixa postal 1.601 - São Paulo.

³⁷⁹ HOEHNE, F.C. Op. cit., p.224

e locais distantes e lembrando a importância do conhecimento empírico que nosso povo recebera das diferentes raças que viviam no Brasil, Hoehne afirmava:

*“(...) o |curandeirismo| praticado aqui pelos nossos curandeiros é uma coisa herdada dos costumes africanos e daqueles dos nossos indígenas. Que nesta prática nem tudo deve ser condenado, é coisa óbvia. Olhando especialmente para a terapêutica vegetal praticada por estes homens, e considerando a grande e sempre crescente procura e aceitação que ela vai tendo por parte do público, somos obrigados a confessar que cremos na sua utilidade.”*³⁸⁰

Continuando suas considerações, declarava a utilidade das casas que faziam o comércio criterioso e consciente dos vegetais usados como remédio e perguntava quem poderia efetivamente censurar a venda de amuletos, figas, rezas, benzeduras (que chamava de “bugigangas”) feita pelos ervanários em um país onde as crenças, ao contrário do que acreditavam alguns, estavam presentes em todas as classes sociais, até nos grupos que se diziam mais cultos. Segundo o botânico, não havíamos ainda chegado a um grau de adiantamento capaz de avaliar a nulidade destas práticas e a abundância nos grandes centros de curandeiros e charlatães refletia essa realidade. Para Hoehne, os próprios médicos teriam uma parcela de culpa por esse estado de coisas, ao desqualificarem, por desconhecimento ou falsas idéias, todas as ervas e raízes que eram vendidas pelas cidades.³⁸¹

³⁸⁰ Idem, p.13. Em recenseamento sobre a flora brasileira, realizado em 1920, Hoehne dedicava um capítulo as “riquezas medicinais da flora indígena”. Confira: Hoehne, F.C. A flora do Brasil Rio de Janeiro: Typ.da Estatística, 1922

³⁸¹ HOEHNE, F.C. O que vendem os hervanarios da cidade de S.Paulo ... p. 14 e 15. No trabalho Vegetaes anthelminticos ou enumeração dos vegetaes empregados na medicina popular como vermífugos São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920, Hoehne já lastimava o desprezo dos médicos pela chamada terapêutica indígena e popular e defendia o estudo científico, especializado e sistemático, dos vegetais do país, algo fundamental para a utilização dos recursos nativos e para reassegurar a independência do Brasil enquanto nação. Entre os estudos sobre as plantas terapêuticas da terra, um foi realizado por Theodoro e Gustavo Peckolt Historia das plantas medicinaes uteis do Brazil Rio de Janeiro:Typ. Laemmert & Cia, 1888. Sobre as plantas tóxicas do país Joaquim Monteiro Caminhoá escreveu a tese Das plantas tóxicas do Brasil Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1871

Em sua persistência em assinalar a necessidade de se conhecer os ervanários de São Paulo, Hoehne tentava mostrar respeito por aquele universo de cura desde que expurgado das crenças que o compunham, como se fosse possível tal deslindamento . Procurava distinguir e valorizar o comércio “asséptico” de produtos tidos como medicamentosos feitos com honestos (e lucrativos) fins, sem o que denominava as enganações daqueles que misturavam a venda de drogas, pedras e beberagens com as crenças que muitas vezes as acompanhavam. Afirmando serem *“muito raras as casas deste gênero que negociam conscientemente”*, o pesquisador do Instituto Butantan descrevia algumas ervanárias da Capital. O botânico falava com particular reprovação dos pequenos cômodos dos vendedores de ervas do Mercado Velho de São Paulo; neles o controle parecia ainda mais difícil e necessário:

“Se tentássemos penetrar sob uma daquelas meias águas de telha de zinco em que os ervanários do Mercado Velho expõem as suas mercadorias verificaríamos ser isto uma empresa de difícil execução. Por entrada possuem uma espécie de porta formada por amarrados de ervas, cestos com sementes, vidros sebertos com óleos ainda mais repugnantes, e de cobertura pendem resequidos ramos ou feixes de cipós em mistura com estorricadas peles de cobra, jacarés, lagartos, tatius e molhos de cebolas, entre os quais teríamos de nos esgueirar, evitando ainda as cestas diversas, vidros de óleos, pastas de cera da terra etc., em profusão no assoalho, com o risco de furarmos o chapéu de encontro as muitas couraças de tatú ou derrubar uma daquelas pilhas mal fixadas (...). E, chegando lá dentro, encontrar-nos-íamos em um ambiente quase completamente escuro, impregnado pelo odor das ervas empilhadas em molhos e sacos, em mistura com o das peles frescas dos tamanduás ou das caveiras de jacarés que ainda completam a exsicação, e pouco poderíamos ver neste acanhado corredor, formado com a própria mercadoria, que só permite a passagem de uma pessoa.”

“Muito conviria que o Serviço Sanitário dirigisse as suas vistas para este ramo de negócio, evitando assim o perigo que representa uma tal falta de higiene, e que se regulamentassem não só a colheita, preparo, acondicionamento e conservação,

*mas ainda a venda destas ervas e cascas medicamentosas, prevendo ao mesmo tempo a impossibilidade de ser o público enganado ou ludibriado por indivíduos pouco escrupulosos que se entregam por vezes a esta indústria. E si nesse regulamento fosse ainda prevista a necessidade de indentificação científica de cada espécie vegetal exposta à venda, fácil seria à Polícia e a Saúde Pública controlar a ação dos ervanários e curandeiros e muito teria o País a lucrar com um serviço desta natureza.”*³⁸²

Avaliação e proposta de um doutor da ciência. Entretanto, vendedores das ervas e raízes, nas grandes lojas ou nas ruas da Capital, freqüentemente mudavam o nome dos produtos que comercializavam, e muitas vezes, se recusavam a fornecer informações sobre suas mercadorias. Segundo Hoehne, na tentativa de resguardar um negócio lucrativo.³⁸³ Mas tais atitudes poderiam ser também uma estratégia, muitas vezes inconfessável, para manter vivo, e longe de controle, valores e práticas que, combinando e reordenando tradições, haviam atravessado gerações.

Preocupação das autoridades sanitárias na época da gripe espanhola, as ações de pessoas que afirmavam ter a capacidade de curar, quer pelos produtos que conheciam ou pelo *dom* que possuíam, muitas vezes ganhou a imprensa e foi associada à pouca instrução da grande maioria dos brasileiros. Artigo da Revista Feminina, em dezembro de 1918, afirmava:

“Não é de admirar (...) que, no Brasil, com os seus vastos latifúndios quase despovoados, com os seus sertões de vida inóspita, com a sua espantosa porcentagem de analfabetos, ainda se conservem quase intactas as velhas superstições que para aqui trouxeram os seus colonizadores. O nosso país é uma grande caldeira de raças. As práticas de bruxaria

³⁸² HOEHNE, F.C. O que vendem os hervanarios da cidade de S.Paulo ... p. 24, 6 e 7. Citações: p. 214 e 215, 24 e 25

³⁸³ Idem, p. 7

européias juntam-se aqui as do negro e as do índio, que cooperaram para a formação da raça brasileira atual.”³⁸⁴

Representando para alguns uma “concorrência indébita e desleal a profissionais competentes”, além de um desafio inominável à lei, homens e mulheres que diziam curar os males físicos e espirituais estavam por toda a São Paulo, atuando da Consolação a Santana, do Brás a Penha, com clientela por vezes numerosa. As denúncias eram muitas e vários eram os nomes: Fortunato, Angelina, “São” Roque, Filomena de Jesus, João Rocha, Thomaz Vicenzi, Benedicto Fabiano, João Manoel e muitos outros.³⁸⁵ As histórias povoavam a imaginação dos paulistanos: “Nhá” França Camargo, afirmavam, havia invocado satã ao ser presa em 1918. Chamada de “feiticeira” e “médium” era conhecida “pela pretensão de saber a arte de curar moléstias incuráveis”. Quando foi detida tinha em seu poder a planta tóxica chamada acônito, além de cascas de cobra e tatu, água benta, cruz de madeira e cabelo. Segundo o popular dicionário Chernoviz, as folhas e raízes do acônito eram indicadas para o tratamento da asma (complicações da gripe ?), hidropisia e reumatismo, mas se ingeridas em grande quantidade podiam até causar morte por asfixia.³⁸⁶

Com prática um pouco diferente, Vicente Rodrigues Vieira, o “São” Vicente, atendia ricos e pobres em São Caetano, motivando verdadeiras romarias ao local. Vieira curava “doenças incuráveis” com suas rezas. Em 1917, foi processado e absolvido, pela

³⁸⁴ “ Superstições dos Selvagens” Revista Femina São Paulo, dezembro de 1918, nº55, ano V, p.40-44

Veja comentário sobre o filme “O Curandeiro” A Capital São Paulo, 9 de janeiro de 1918, nº 200, ano VI, p.3

³⁸⁵ “O sr. Paula Souza merece aplausos” A Capital São Paulo, 14 de março de 1923, nº245, ano XII, p.1

Sobre curandeiros e charlatães na cidade de São Paulo: “A praga dos curandeiros” A Capital São Paulo, 10 de maio de 1917, nº290, p.1; “Feitiçaria campeia”, 7 de agosto de 1919, nº87, ano VIII, p.1

Sobre Rosa Divina: “Outra do mesmo tipo ...” A Rolha São Paulo, 9 de julho de 1918, nº18, ano I, p.14. “Os charlatães” A Nação São Paulo, 29 de julho de 1918, nº54, ano IV, p.3. “No reino dos curandeiros” O Parafuso São Paulo, 6 de maio de 1919, nº43, ano V, p.16

³⁸⁶ “Os charlatões ...” A Nação São Paulo, 29 de julho de 1918, nº54, ano IV, p.3. Indicações terapêuticas da planta : CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Op. cit., vol. 1, p.16 e 17. Segundo o mesmo dicionário (vol.2, p.110) os envenenamentos causados pela acônito podiam ser tratados com vomitórios, purgantes ou um cálice de vinho quente, dependendo da situação. Depois, xícaras de “limonadas de vinagre”.

ausência do acusador na audiência decisiva; em 1918 agia com liberdade, certamente “tratando” muitos gripados. Segundo comentários mais ou menos confiáveis, o “santo” gozaria da proteção de Washington Luis, por ter salvo da morte uma sua parente (ou um de seus filhos, dependendo da versão), e de outros políticos. Para alguns era milionário, para outros vivia em “santa” pobreza. (Figura 8) Contemporânea de “São” Vicente, Rosa Divina ou Rosa Divina dos Anjos, “*enviada do Céu*”, também fazia orações e pagava promessas em nome daqueles que a procuravam, com o dinheiro oferecido pelos devotos seguidores. Aliviava o sofrimento alheio “*ungindo*” com sua saliva a testa e o queixo dos crentes.³⁸⁷

O uso da saliva como remédio foi prática corrente entre os *saludadores* (curadores) espanhóis nos séculos XV e XVI, que ofereciam pão umedecido na saliva aos seus pacientes, e esteve associado as mencionadas ações terapêuticas que tinham nos excretos de homens e animais meios para acabar com as doenças, graças à força vital que possuíam. Prática também presente no Brasil, dos tempos coloniais ao século XX — quando cuspir sobre uma ferida, de manhã e antes de dizer qualquer palavra, ainda era remédio poderoso em terras nordestinas. Mas a forma de utilização da saliva por Rosa Divina (e nesse caso o nome que usava era revelador) lembrava o ato do próprio Cristo, que com a mistura de terra e cuspe untou os olhos do cego que depois recuperou a visão, e remetia ao entrecruzar de crenças e ritos que marcou tanto a Europa, até pelo menos o século XVIII, quanto a

³⁸⁷ Sobre “São” Vicente: BERTUCCI, Liane Maria. Op.cit., p. 76-80. Veja ainda: “No domínio da magia” A Capital São Paulo, 31 de março de 1917, nº 260, ano V, p.3; 2 de abril de 1917, nº 261, p.3. “Charlatão Processado” O Combate São Paulo, 4 de abril de 1918, nº 870, ano III, p.2. “Queixa crime” O Estado de S.Paulo São Paulo, 4 de janeiro de 1918, nº 14.252, ano XLIV, p.10
Sobre Rosa Divina: “Outra do mesmo tipo ...” A Rolha São Paulo, 9 de julho de 1918, nº18, ano 1, p.14. “Os charlatães” A Nação São Paulo, 29 de julho de 1918, nº54, ano IV, p.3. “No reino dos curandeiros” O Parafuso São Paulo, 6 de maio de 1919, nº43, ano V, p.16



Vicente, o «santo» de S. Caetano



Figuras 8 e 9 - “Vicente, o “santo” de S. Caetano” e “A charlatanice, a impostura, a cartomancia, a nigromancia e o vegetarianismo de feira”

Fontes: A Capital São Paulo, 31 de março de 1917, nº 260, ano V, p.3 e A Gazeta São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 3.833, ano XIII, p.1

América portuguesa, com o contato do índio local com o branco que chegava e o negro trazido da África.³⁸⁸

Em São Paulo os relatos sobre curandeiros eram muitos e diversificados. Rezas, xaropadas, folhas, cascas de animais, velas, cruzeiros, água benta, eram alguns de seus instrumentos. A diversidade de opiniões sobre aqueles indivíduos também era variada: enquanto alguns incrédulos contavam que antes de ser preso o mulato Manuel de Freitas, o “*curandeiro das Perdizes*”, havia extorquido 200\$000 de um “*ingênuo*” para auxiliá-lo na cura de um suposto mal secreto; outros acreditavam que “*tio*” Dicto, conhecido como “*feiticeiro do Belém*”, teria feito um alferes da Força Pública expelir do estômago uma porção de cabelo de mulher, fios de linha e uma quantidade enorme de vermes.³⁸⁹

“ — *Negro sabe ler nas feições de branco ...*” dizia o “*feiticeiro do Belém*”. Conhecimento (e poder) pessoal, orgulho da raça, imbricados quando a questão era detectar e solucionar o mal físico ou espiritual que afligia as pessoas. Era a insinuação da competente manipulação de tradições africanas, revalorizadas, para distinguir um indivíduo, colaborando, concomitantemente, para a vitalidade e dinamismo de costumes e crenças presentes na sociedade havia anos.

Nos jornais, constante era a tentativa de associar ignorância e pobreza quando o tema era curandeirismo: uma velha mulata cozinheira ou uma dona de pensão, eram algumas das pessoas descritas como seduzidas por curandeirias que propalavam os dotes extraordinários

³⁸⁸ Sobre os *saludadores*: BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.130. Também usavam velas e, nas regiões católicas, hóstias consagradas. Sobre os excretos (e o corpo) veja: RIBEIRO, Márcia Moisés. Op. cit., p.69-87. BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento 2ªed. Brasília; São Paulo: Ed Unb; Hucitec, 1993, p.265-383. ARAÚJO, Alceu Maynard. Medicina rústicap.119-121. Uso da saliva no século XX, p.121 Europa e América, sagrado e profano: SOUZA, Laura de Mello e. Op. cit., p.181e 328. THOMAS, Keith. Religião e o declínio da magia São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.35-54, 155-167, 214-234. Também aqui aparece o uso da saliva, p.173

³⁸⁹ “Mais um ...” A Capital 14 de maio de 1918, nº 2, ano VI, p.1

de cura de alguns indivíduos que conheciam. E enquanto o jornal anarquista A Plebe relacionava a questão com a exploração econômica, o preconceito despontava em outros periódicos, como A Capital:

*“Onde se viu jamais um povo culto e civilizado deixar-se levar, dócil, pelas manhas de um negro retinto e beijudo, de um galego burro como uma porta ou de um pária afugentado lá da Itália, sujo, ignorante e mal se sustendo de pé, tão violento lhe vai o delirium tremens ? ”*³⁹⁰ (Figura 9)

Entretanto, resultado da diversidade, trocas e novas criações de aspectos culturais entre as pessoas, os valores e crenças presentes em uma sociedade são incorporados e reorganizados de forma singular por indivíduos de classes e grupos sociais diferentes, em um movimento contínuo de idéias que ganham assim significados diversos e inéditos. Criação de novos sentidos para elementos culturais herdados, a existência de permutas e recriações entre pessoas não traduziria ignorância, pouca civilidade (como afirmava o indignado autor da citação) ou a existência de uma “mentalidade coletiva”, interclassista, homogênea na sociedade, mas assinalaria o permanente e diferenciado dinamismo da própria cultura — entendida como o conjunto de valores, crenças e práticas diversas de uma sociedade que estão em permanente transformação.³⁹¹

Desta forma, e para espanto de quem escrevera aquele artigo no jornal A Capital, a ação dos curandeiros não se limitava aos mais pobres e supostamente ignorantes. O articulista havia ficado inconformado, como muitos outros, com a atração que exerciam os que chamava de “*embusteiros*” sobre gente letrada, “*vestida com os últimos modelos da*

³⁹⁰ Citação: “Feitiçaria Campeia ...” A Capital São Paulo, 7 de agosto de 1919, nº 87, ano VIII, p.1. Veja também: “No domínio da magia...”, 29 de março de 1917, nº 258, ano V, p.1 e 2 de abril de 1917, nº261, p.3 Sobre o jornal A Plebe: BERTUCCI, Liane Maria Bertucci. Op. cit., p.78-80

³⁹¹ Cf.: GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem São Paulo: Companhia das Letras, 1990; História noturna São Paulo. Companhia das Letras, 1991; O queijo e os vermes São Paulo: Companhia das Letras, 1993. CHARTIER, Roger. A história cultural Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Especialmente, p.121-139. Veja também as idéias de Peter Burke sobre “popular” e “cultura”. Op. cit. pp.16-23

moda mais refinada". Perplexo, pedia atenção redobrada das autoridades no combate às pessoas que afirmavam possuir poderes de cura e que se apresentavam de "*múltiplas formas e por mil disfarces*" para iludir a população, exceto a parcela "*sábida*" dos paulistanos que rejeitava credices e superstições.

Explicado como resultado da miscigenação e do pouco conhecimento, o curandeirismo foi problematizado, antes e depois da influenza, por cientistas e diversos cidadãos e seus praticantes muitas vezes estigmatizados como portadores de tipos particulares de loucura, o que justificou ainda mais as tentativas de controle sobre aquelas pessoas no início do século XX. Objeto de legislação específica, as práticas ligadas ao curandeirismo ganharam formas variadas de combate, dependendo da época e das mudanças sociais, que a lei procurava mediar.³⁹²

Mas, outras práticas ligadas ao universo religioso da enfermidade e da saúde precisavam também ser combatidas, segundo leigos e médicos. Uma delas eram as publicações feitas na imprensa como formas de agradecimentos pelos "milagres" de cura: ações dos pagadores de promessas.

Quando a gripe espanhola começava a assustar os paulistanos com as notícias que chegavam do Rio de Janeiro, "*um senhor*" da Capital da República publicava anúncio no

³⁹² Cf.: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ritos de magia e sobrevivência. Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890/1940) São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997 (Tese de doutorado), p.104 e ss. Sobre loucura, CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquerv. a história de um asilo Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.57-80, especialmente p. 77

Edward Thompson, no livro Senhores & caçadores Petrópolis: Vozes, 1987, escreveu sobre a lei: "(...) a lei é por definição e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma "superestrutura" que se adapta por si às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção. (...) A lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado" (p. 349 e 358). Enquanto Robert Storch, em seu texto "O policiamento cotidiano na cidade vitoriana" Revista Brasileira de História São Paulo: Marco Zero, 1985, v. 5, nº 8/9, p. 7-33, afirma: "Ao tentar impor e manter o "padrão básico" de ordem urbana, as autoridades policiais vitorianas logo entenderam o que era possível, bem como o que não era, e tentaram definir o que seria tolerado (e sob que condições) e o que não seria." (p.28). Veja também a tese de MAGGIE, Yvonne. Op.cit.

jornal O Estado de S.Paulo em agradecimento pela cura da tuberculose. Em consequência de um voto, o cavalheiro prometia ensinar o nome do fabuloso remédio que também era eficiente contra outras moléstias do sistema respiratório. Nada mais adequado em dias de terrível expectativa, com as notícias sobre a influenza e suas complicações pneumônicas publicadas diariamente pelos jornais. As cartas deveriam ser remetidas para Eugênio Avellar, posta restante, Rio de Janeiro.³⁹³

Era para este tipo de anúncio que, em 1918, a revista A Rolha procurava chamar a atenção das autoridades sanitárias, aproveitando para combater tudo o que não fosse oficialmente reconhecido pela ciência médica:

*“Acreditamos que, em certos casos especialíssimos, se trate de uma pessoa generosa e boa que, curada, tenha feito o voto de ensinar a humanidade sofredora o remédio salvador. Mas, em nove décimos dos casos esses anúncios não passam de uma exploração, tanto assim que os tolos que escrevem recebem pelo correio reclames do Elixir de Nogueira, da Saúde da Mulher e de outros produtos farmacêuticos. Há ainda o perigo nesses anúncios. Muitas vezes trata-se de remédios secretos, não aprovados pela Inspeção Geral de Saúde Pública, e que dessa forma são vendidos clandestinamente. O sr.dr. Arthur Neiva precisa recomendar aos seus subordinados que leiam os anúncios dos jornais para cada vez que descobrirem os do gênero de que nos ocupamos, escrevam uma cartinha e verifiquem qual a receita remetida com a resposta. Não custa nada, e pode ser um grande serviço à saúde pública.”*³⁹⁴

O voto no cumprimento de uma promessa feita em momento de angústia, devido a uma enfermidade pertinaz, um grave acidente ou uma calamidade epidêmica, marcava há

³⁹³ “Um senhor” O Estado de S.Paulo São Paulo, 21 de setembro de 1918, nº 14.511, ano XLIV, p.10. Entre os muitos anúncios do gênero publicados na imprensa, veja: “Tuberculose” O Estado de S.Paulo São Paulo, 28 de maio de 1922, nº 15.833, ano XLVIII, p.10. Veja ainda, receitas de cura de outras moléstias: “Promessa” Jornal do Comercio São Paulo, 17 de novembro de 1923, nº 17, ano VIII, p. 9 e “Milagre” A Gazeta São Paulo, 25 de setembro de 1924, nº 5.601, ano XIX, p.4

³⁹⁴ “Uma exploração ?” A Rolha São Paulo, 14 de maio de 1918, nº10, ano 1, p.11

séculos a relação do homem com seu corpo e as doenças. No Brasil existiram as tábuas votivas, trazidas pelos portugueses no século XVIII. Pinturas, em têmpera sobre madeira, com singelas cenas que lembravam uma doença (ou um pedido), a intercessão do santo da devoção e o agradecimento do suplicante pela graça alcançada.

Feitos na maioria das vezes por artistas anônimos esses ex-votos, abundantes em Minas Gerais, expressão da fé e da arte popular, foram apenas uma das práticas religiosas ligadas as questões da saúde/doença que permearam o cotidiano dos brasileiros. Os pastores metodistas Kidder e Fletcher relatavam horrorizados aquilo que chamavam de um misto de cristianismo e paganismo que existia na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Dedicando especial atenção à Igreja da Glória descreviam as placas votivas, com suas inscrições, e os artefatos de cera, representado partes do corpo humano, que os fiéis depositavam no local em agradecimento pelas bençãos que haviam recebido. José Vieira Fazenda, em texto publicado em 1923, escreve sobre a devoção a São Roque e a antiga capela em louvor ao santo que existiu na ilha de Paquetá. Descreve as placas de madeira, penduradas do teto ao chão e nas paredes da sacristia, e as “*promessas de cera*”, existentes no local. Tetemunhas da gratidão dos fiéis pelos pedidos alcançados. ³⁹⁵

No início do século XX a religiosidade continuava intermediando, em muitos momentos, a percepção que os homens tinham de seu corpo e das doenças que os

³⁹⁵ Sobre os ex-votos no Brasil: CASTRO, Márcia de Moura. Ex-votos mineiros. As tábuas votivas no ciclo do ouro Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994. Para Philippe Ariès, ao contrário do que escreveu Castro, ex-votos são apenas as tábuas votivas: “ não se trata de objeto reproduzido e oferecido à divindade em tetemunho de gratidão: órgão curado (...), navio de onde se escapou de um naufrágio, cadeias de um prisioneiro ou de um galeriano liberado. Esses costumes são muito antigos, muito anteriores à era cristã, e sempre praticados em outros lugares. O que aparece então | final do século XVI início do XVII |, é o quadro pintado e suspenso no santuário do santo invocado nos momentos de perigo, em ação de graças pela sua proteção.” ARIÈS, Philippe. O homem diante da morte Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, v.I, p.303-305, p.303 FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Rio de Janeiro, 1927, tomo 93, vol. 147, 1923, p. 393-405, p. 394. KIDDER, D.P.; FLETCHER, J.C. O Brasil e os brasileiros São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, vol. 1, p.107-109

acometiam. Ensinar um remédio para cumprir uma promessa ou um voto ainda era prática corriqueira, da qual muitas pessoas se aproveitavam para tentar vender suas poções.

E a manipulação da devoção poderia estar presente mesmo em propaganda de medicamento distribuído pela famosa Casa Baruel. Em abril de 1918 um comerciante do Rio de Janeiro publicava no jornal O Estado de S.Paulo uma declaração: agradecia a cura do filho tuberculoso de 14 anos graças ao remédio vegetariano de Orhmann, vendido pela Casa. A declaração/propaganda estava diagramada em forma (proposital?) de cruz, lembrando a redação de orações carregadas pelos homens em patuás: uma súplica pela intercessão dos santos na proteção contra desgraças cotidianas. Durante a gripe espanhola, nos jornais de Curitiba, oração “cruzada” ensinava os homens a implorarem pelo fim “*da peste, de todo o mal*”.³⁹⁶

Prática comum na cidade de São Paulo era a invocação dos santos e da misericórdia divina nas calamidades epidêmicas. Na Capital, como em outras partes do Brasil, o advogado contra as pestes era São Sebastião, seguindo uma tradição que havia chegado ao país com os europeus, desdobrara seus significados ao chegar no Novo Mundo e se espalhara por uma sociedade de muitas raças.³⁹⁷ “*Antepassados distantes e eventuais*” dos

³⁹⁶ “Menino tuberculoso”. O Estado de S.Paulo São Paulo, 21 de abril de 1918, nº 14.673, p. 7. Existiam outras propagandas em formato semelhante. Alguns anúncios apelavam explicitamente para a religiosidade: “Só Deus” ou “Perdeu a esperança ? (...) Vinde a mim ...” Veja ainda: ARAÚJO, Alceu Maynard. “Alguns ritos mágicos” ... op.cit, p.127. XAVIER, Valêncio. O mez da gripe Curitiba: Fundação Cultural: Casa R. Martins, 1981, p.64

Ainda hoje, os patuás, como as bolsas de mandinga e os talismãs, usados para a realização dos mais diferentes desejos, devem ser mantidos longe do olhar dos curiosos para não perder sua eficácia, o que não acontece com os amuletos, como as figas e santinhos bentos, usados para proteger quem os carrega e que raramente são escondidos.

³⁹⁷ KRUG, Edmundo. Op.cit., p.18

Maria Cristina Cortez Wissenbach resgata aspectos do catolicismo no Brasil e sua relação íntima e caseira com o culto aos santos. Op. cit., p. 40-44. Mary C. Karasch, escreveu sobre as heranças religiosas e de cura dos negros “cariocas” assinalando a identificação que algumas vezes faziam entre santos católicos ligados a questões de saúde/doença (como são Benedito) e as divindades africanas que ora puniam ora distribuíam benesses. Veja: KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850 São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 370-375

semideuses ou heróis, os santos, durante a Alta Idade Média, eram maltratados por não atenderem uma oração suplicante. Entretanto, na Europa do século XV santos poderosos (e vingativos) foram associados às doenças que se conheciam e temiam. A peste bubônica era então conhecida como o mal de São Sebastião ou de São Roque. Pobre daquele que desrepeitasse ou não cumprisse o que havia prometido a um santo, poderia ser eternamente condenado por sua falta !³⁹⁸

“*Fatalidade, desidia dos homens, castigo de Deus ?*”, quando o medo da gripe espanhola cresceu e os saberes humanos cada vez mais pareciam insuficientes, a religião, como em outros tempos, surgiu como recurso salvador. A pergunta que iniciava artigo de A Gazeta, publicado em outubro de 1918, repetia assim uma indagação milenar. O texto traçava os contornos nada animadores da doença chamada de “*a peste vinda de longe*”. Os responsáveis pela calamidade: os pecadores. Era a reedição de antigos culpados, e neste caso católicos e protestantes haviam concordado há séculos.³⁹⁹

Louvando os esforços de todos no combate ao “*inimigo estrangeiro*”, o artigo de A Gazeta conclamava os homens a se voltarem para Deus rogando sua intercessão para que “*um sol radiante brilhe sempre nos altos e faça, ele só, o papel de grande microbicida que é. Que lave a terra das impurezas que a infestam, que nos traga envolto em seus raios alourados a purificação mesma da vida, sem epidemias e enfermidades.*” Formidável atualização de temores ancestrais, onde o conhecimento científico, que se pretende racional, era combinado e subjugado pelo medo e pela fé:

³⁹⁸ LE GOFF, Jacques. “Cultura erudita e cultura popular”. In: Para um novo conceito de Idade Média Lisboa: Estampa, 1980. Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia, nota nº 22, p.214-215
DELUMEAU, Jean. Op.cit., p.71, 149 e THOMAS, Keith. Op.cit., p.36-38

³⁹⁹ “Fatalidade e fé” A Gazeta São Paulo, 31 de outubro de 1918, ano XIII, nº 3.840, p.2
Veja: BELTRÃO, Jane Felipe. Op. cit., p.228-234. Sobre católicos e protestantes: DELUMEAU, Jean. Op.cit.,p. 144-147 e THOMAS, Keith. Op.cit., p.82-85. A questão da doença como castigo divino é

*“Deus, Deus ! Para a vossa misericórdia se voltam os homens. Quando o perigo ameaça, o espírito o mais indiferente, a alma a mais incrédula se dirige para a vossa força e para o vosso poder. Erguem-se as preces a vossa Bondade. Invocam-se as vossas bênçãos, pede-se a vossa clemência, espera-se tudo da vossa generosidade.”*⁴⁰⁰

Dias antes, o arcebispo metropolitano de São Paulo, em audiência pública, havia determinado, para “chamar as bênçãos de Deus”, que todos os sacerdotes rezassem nas missas a oração “Pro vitanda mortalitate, vel tempore pestilentiae” e que, logo após a conclusão do culto principal, fosse recitada com o povo a ladainha de todos os santos e as orações respectivas. Dom Duarte recomendava ainda aos fiéis católicos a recitação do terço e que evitassem as práticas supersticiosas, “que em tais ocasiões continuam ser inspiradas pela ignorância e pela má fé de verdadeiros inimigos de Deus.”⁴⁰¹

Mas não foram apenas os católicos que apelaram para os céus. A Associação dos Pastores Evangélicos da Capital não se furtou em buscar ajuda celeste. Reunida dia 28 de outubro, a Associação tomava a resolução:

*“ para manter e desenvolver uma corrente de simpatia e solidariedade na oração e para cumprimento do ministério intercessório da igreja, os pastores de S.Paulo recomendam, com insistência, a todos os crentes evangélicos, que elevem, todos os dias ao meio-dia em ponto e onde quer que estejam, súplicas em favor dos indivíduos e famílias de seu conhecimento que se achem em aflição nesta capital e em todo o Brasil, devido às dificuldades atuais.”*⁴⁰²

constantemente reeditava, confira: BERLINGUER, Giovanni. “ A Aids como castigo de Deus”. In: Questões de vida. São Paulo: APCE: HUCITEC: CEBES, 1993, p.186-188

⁴⁰⁰ “Fatalidade e fé” A Gazeta São Paulo, 31 de outubro de 1918, ano XIII, nº 3.840, p.2

⁴⁰¹ “Movimento religioso-Culto católico.Cúria metropolitana” O Estado de S.Paulo São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 14.542, ano XLIV, p.5

⁴⁰² “Associação...”O Estado de S.Paulo São Paulo,29 de outubro de 1918,nº14.549,ano XLIV,p.4,resolução 2ª. Hélinand de Froidmont escreveu, no século XII:

*“ Dize que sabes em que trilhas
Vão os jovens se perder,
Assim que Deus lhes dê saúde;
Que Ele lhes tire. Eles vão rezar !
É louca maneira de apostar*

Como lembra Georges Duby: “Diante de um mal desconhecido, o terror é imenso. O único recurso é o sobrenatural.”⁴⁰³ Desde os primeiros casos de gripe a fé foi para muitos o lenitivo durante o período desesperador. Para tentar evitar as contagiosas aglomerações de fiéis, muitos templos foram fechados e as funções religiosas reduzidas ao mínimo, o que não impediu que a crença dos paulistanos no poder de cura representado pela devoção se manifestasse. A capelinha do Bom Jesus do Monte existente no afastado Carandiru passou a ficar aberta diariamente para que os “*verdadeiros crentes*” pudessem fazer suas preces ao glorioso São Sebastião. E São Paulo só fez repetir o que vinha sendo feito em várias localidades brasileiras. Em Curitiba, no final de outubro, missas na catedral eram celebradas a São Sebastião e São Roque para que a influenza poupasse a capital paranaense. Enquanto no Recife todas as noites orações eram oferecidas a São Sebastião na igreja de Nossa Senhora do Terço: pedidos pelo fim da “*terrível moléstia*”. No Rio de Janeiro, a cidade do santo, as orações ao padroeiro eram redobradas, e quando o grande medo começou a passar, apesar da gripe espanhola continuar matando, procissões com muitas pessoas foram feitas percorrendo as ruas da localidade ainda traumatizada pela calamidade epidêmica. Nelas São Sebastião era muitas vezes acompanhado por outras imagens, de santos ou de Nossa Senhora.⁴⁰⁴ “Remédio para toda a cidade, a procissão é uma súplica de toda a cidade”⁴⁰⁵.

Não temer a Deus a não ser que Ele ameace.”

Confira: Os versos da morte São Paulo: Ateliê Editorial: Imaginário, 1996, p.19

⁴⁰³ DUBY, Georges. Ano 1000 ano 2000: na pista dos nossos medos São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p.80

⁴⁰⁴ “Forte epidemia ...”, “Telegramas.Gripe espanhola” e “Movimento religioso” O Estado de S.Paulo São Paulo, 16 de outubro de 1918 e 21 de outubro de 1918, ano XLIV, nº 14.536 e 14.541, p.4, 4 e 5. “Avisos Religiosos” Diário Popular São Paulo, 23 de outubro de 1918, ano XXXIX, nº11.739, p.4. XAVIER, Valêncio. Op.cit., p.27

⁴⁰⁵ DELUMEAU, Jean. Op.cit., p.148

Em São Paulo, no final de novembro, os prestativos membros da Sociedade de São Vicente de Paulo na sua primeira reunião ordinária desde a epidemia, com esperanças redobradas de que a influenza começava a ser coisa do passado, marcaram romaria penitente até a Penha para o dia 15 de dezembro. Ato de fé realizado anualmente que em 1918 seria acrescido com os agradecimentos pelo fim da guerra e da peste, a gripe espanhola. A romaria só de homens, que partiria da Catedral da Sé às 6:00 horas, acabaria com uma missa campal. Seria acompanhada pelo arcebispo metropolitano de São Paulo e aberta àqueles que não fizessem parte da Sociedade.⁴⁰⁶

A devoção a Nossa Senhora da Penha entre os paulistanos remontava ao final do século XVII, quando o distante bairro da Penha ainda relutava em integrar-se à pequena vila de São Paulo que surgia no planalto. A fama dos milagres ocorridos no alto da colina atraía romarias e pagadores de promessas. A paróquia guardava os sinais da fé e gratidão dos aflitos que haviam recorrido à Nossa Senhora. Vários eram os objetos de cera e as mortalhas ali deixados em cumprimento de um voto. A fé era grande, a igreja foi até mesmo chamada de a *“meca das promessas e dos milagres”*.⁴⁰⁷

Nas epidemias que assolaram São Paulo nos séculos XVIII e XIX, principalmente de varíola, fazer com que a Virgem da Penha fosse levada da igreja onde estava para a Sé foi muitas vezes uma questão de estado: os pedidos para o traslado da imagem faziam parte das discussões dos vereadores e eram oficialmente encaminhados às autoridades eclesiásticas. Esterco e perfumes para tentar “desinfetar” o ar ou vacina para imunizar contra a varíola. Os anos passaram, as práticas de cura mudaram; entretanto, durante muito

⁴⁰⁶ “Socorros ao pobres” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25 de novembro de 1918, ano XLIV, nº 14.576, p.4 Sobre a participação só de homens em atos religiosos muitas vezes ligados às crenças populares : MELO MORAES FILHO Festas e tradições populares do Brasil Rio de Janeiro: H.Garnier, s.d., p.237-246, p.243

⁴⁰⁷ BOMTEMPI, Sílvio. O bairro da Penha São Paulo: Gráfica Municipal, 1969, p.81-83. BERTONI, Armando. No velho São Paulo. São Paulo: Tip. Irmãos Giorg (...), 1942, p. 74

tempo a melhor terapêutica contra as desgraças epidêmicas, para os paulistanos, foi a prece. Eram pedidos desesperados de compaixão. Olhar e tocar a santa ali no centro de São Paulo parecia ser a diferença entre a vida e a morte.⁴⁰⁸

Como nos séculos anteriores, durante a gripe espanhola as devoções se multiplicaram por todo o país e sua manifestação pública foi maior ou menor dependendo do quanto a epidemia castigava o local, ou da angústia das pessoas. Na Bahia, como ocorria na São Paulo de outros tempos, os fiéis haviam conseguido, com pedidos insistentes, que as autoridades eclesiásticas descessem a imagem do Senhor do Bonfim do trono em que estava na Catedral de Salvador. Instalada na nave central daquela igreja diariamente uma verdadeira multidão rezava aos seus pés pelo fim da gripe espanhola. Foi a segunda vez que a mudança ocorreu, a primeira aconteceu durante a epidemia de cólera que flagelou a Bahia em 1855.⁴⁰⁹

Assim, como remédios e mezinhas ou as ações de doutores, curandeiros e até de charlatães, a religião surgia como “recurso terapêutico”, como esperança de cura. A crença na vontade divina, que salva ou condena, forneceu aos desalentados paulistanos de 1918, resposta àquilo que atormentava o homem doente desde tempos imemoráveis. O remédio então era rezar e esperar pelas bênçãos ou o perdão: a cura, o fim do flagelo epidêmico. Certamente, como em outras épocas e circunstâncias semelhantes, muitas pessoas estavam se colocando a mesma pergunta: por quê?⁴¹⁰

⁴⁰⁸ BOMTEMPI, Sílvio. *Op.cit.*, p.83-84. SANT’ANNA, Nuto. *Op.cit.* p. 20. A vacina jennariana chegou a São Paulo em 1798, introduzida pelo capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Veja: MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. “Memória econômica política da Capitania de São Paulo”. *Anais do Museu Paulista* São Paulo, tomo XV, 1961, p.180

⁴⁰⁹ “Telegramas.Bahia” *O Estado de S.Paulo* São Paulo, 30 de outubro de 1918, ano XLIV, nº14.550, p.2

⁴¹⁰ Veja: BOTTÉRO, Jean. “A magia e a medicina reinam na Babilônia”. In: LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, s.d., p.11-37, p.37. PORTER, Roy. “The patient in England, c.1660-c.1800”. In: WEAR, Andrew (ed.) *Medicine in society* Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 91-118, p. 95-96.

CAPÍTULO III - MUITAS INTERROGAÇÕES, POUCAS EXPLICAÇÕES. A EPIDEMIA ACABOU

“São Paulo precisa manter as suas tradições de vencer e esmagar, em pouco tempo, sem desorganizar, antes melhorando serviços, os seus inimigos quer visíveis, quer invisíveis — Non ducor duco”

**Trecho da carta de Eugenio Egas para Washington Luís,
30 de outubro de 1918**

“Nada é tão perigoso como a certeza de se ter razão”

**François Jacob, ex-diretor do Instituto Pasteur (Paris)
Nobel de Medicina 1965**

Apresentação

Quando o mês de novembro chegou, entre xaropes, mezinhas e orações, os paulistanos começaram a constatar os limites da hospitalização no tratamento, cura e prevenção da epidemia. Apelos para uma reordenação em todo o aparato montado pelo governo e por particulares, para cuidar dos gripados e ajudar seus familiares, tornaram-se uma constante na imprensa. Os pedidos veiculados pelos jornais sugeriam: divisão clara de funções e dos locais de atuação dos grupos de ajuda e uma direção unificada para os envolvidos nas diferentes tarefas de combate à gripe espanhola. Algumas pessoas e instituições (como membros da colônia portuguesa e a Liga Nacionalista) que haviam se mobilizado para socorrer as vítimas da influenza começaram a debater a questão. A primeira parte do Capítulo III acompanha esse momento: quais as transformações que

ocorreram e seus significados para o Serviço Sanitário do Estado e seu diretor Arthur Neiva. Assim, quando o número de enfermos novos ultrapassou os 7.000 em apenas um dia e o medo da falta de médicos, remédios e comida começou a rondar os paulistanos, a reorganização aconteceu. Sob as ordens do Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, as mudanças, discretamente, alijavam Neiva das novas funções de comando e três nomes ganharam destaque: Frederico Vergueiro Steidel, que seria o grande responsável pelos postos de socorro; Arnaldo Vieira de Carvalho, dirigindo os hospitais para gripados, e Dom Duarte Leopoldo e Silva, responsável pelo socorro domiciliar. Entretanto, menos que falta de prestígio oficial, o discreto afastamento do adoentado diretor do Serviço Sanitário — ele próprio atingido pela “espanhola” — concorreu para poupar a imagem do homem público e cientista em um momento de muitas críticas e particularmente delicado: enquanto alguns apostavam na difusão da epidemia, pois o número de mortos era enorme; o Serviço Sanitário apontava o começo do declínio da influenza, já que a quantidade de casos novos, depois de atingir números altíssimos, era cada dia um pouco menor.

Pouco mais de uma semana depois da reorganização efetuada nos serviços de assistência às vítimas da epidemia, a tendência de queda no número de gripados havia se firmado, parecendo anunciar o fim da influenza. Diversos paulistanos, ainda perplexos, se perguntavam como uma gripe poderia ter se transformado em uma epidemia tão letal. Acompanhar estudos e debates realizados em São Paulo sobre esta questão, as análises sobre as manifestações da doença, bem como, as propostas terapêuticas indicadas e mais estudadas pelos alopatas, é o objetivo da segunda parte do Capítulo III. Destacando o municioso trabalho dos doutores Galeno de Revoredo, Rubião Meira e Eduardo Monteiro (da Academia Paulista de Medicina), com diagnóstico, prognóstico e tratamento da influenza, procuro resgatar a maneira como as discussões de algumas teses a respeito da

influenza foram feitas por diversos médicos de São Paulo: através de um discurso singular, de pares, onde a discordância de idéias não significava a contestação do “discurso competente” do grupo, mas sua permanente reavaliação e manutenção. Neste sentido destaco as análises e o tratamento do dr. Paula Peruche, que propunha a utilização do óleo cinzento (solução com 40% de mercúrio purificado) para liquidar a moléstia e prevenir contra a influenza. Defensor de teorias muito discutidas o dr. Peruche mereceria o repúdio de seus colegas muito mais pela forma com que expressou suas opiniões sobre a enfermidade e seu combate em São Paulo, do que pelo tratamento que propunha. Fazendo comentários desabonadores sobre seus pares, para publicações leigas — os jornais diários da Capital, e procurando sensibilizar um publico não acadêmico, o dr. Paula Peruche, aparentemente, nunca foi perdoado pelos seus colegas. A academia parecia excluir “traidores”, tanto quanto vedava o discurso médico aos não iniciados.

E assim, com muitas interrogações e poucas explicações, a gripe espanhola acabou. Pouco a pouco, foi sendo desativado o aparato montado para socorrer os gripados e as famílias mais pobres da Capital e, entre agradecimentos, comemorações e prestação de contas de entidades públicas e particulares, a cidade de São Paulo foi recuperando a vida que havia desaparecido com a epidemia. A terceira parte do Capítulo III enfoca esse período, marcado por discordâncias quanto ao número de mortos pela gripe espanhola, por denúncias sobre deficiência no atendimento aos enfermos e de extorsões realizadas em nome dos gripados, além de tenebrosas suspeitas sobre pessoas que teriam sido enterradas vivas no período agudo da influenza. E foi nesse momento que o nome de Arthur Neiva ressurgiu, como o grande homenageado do final de 1918. Depois da reorganização dos serviços de atendimento aos gripados, que acabara poupando Neiva de uma maior

exposição pública e do seu, pouco noticiado, afastamento da direção do Serviço Sanitário do Estado, por haver contraído gripe espanhola, Arthur Neiva reaparecia como o grande e dedicado cientista e homem do governo que tudo fizera para debelar a epidemia. O seu prestígio sairia ileso da devastadora gripe espanhola. E assim 1919 chegou, entre alegrias, desconfianças e esperança; entretanto, mais um surto de gripe espanhola castigaria São Paulo, felizmente pouco fatal e rápido, mas nos anos seguintes, periodicamente, o medo da terrível influenza atordoaria os paulistanos, tanto quanto instigaria a comunidade científica em todo o mundo a pesquisar sobre a gripe espanhola. Com o passar do tempo, os debates acadêmicos do início da década de 1920 centraram-se na questão bacilo de Pfeiffer *versus* vírus filtrável, na tentativa de esclarecer qual era o agente causador da gripe, e a moléstia que até 1918 despertara interesse relativo na comunidade científica ganhou atenção especial em diferentes países, inclusive no Brasil e na capital do estado de São Paulo. Mas em terras brasileiras ou não, as discussões que aconteceram acabaram, de uma forma ou outra, por afirmar que o conhecimento efetivo sobre a gripe estaria no futuro das pesquisas científicas, nas descobertas que poderiam proporcionar e, desta maneira, o saber alopata continuaria não apenas se apresentando como merecedor de respeito, como proporcionando credibilidade aos seus doutores.

1. O começo do fim

E o mês de novembro chegou, com muitos espirros, algum remédio e inúmeras rezas. O número de mortos crescia. Os hospitais, saudados como a solução para o tratamento dos enfermos e como forma de tentar deter a propagação da influenza não estavam correspondendo às expectativas insufladas nos paulistanos por declarações de médicos, do

governo e de artigos da imprensa diária: a pretensão de acabar com medos seculares em poucos dias evidentemente não estava funcionando, muitos recusavam a internação; e, como afirmou Luc Boltanski: “[o hospital] regulamenta os contatos entre o doente e seus médicos, as famílias e o doente, aumenta a solidão e a ansiedade (...)”.⁴¹¹ Somava-se a isso casos de pessoas que, por deficiência do serviço ou má informação, encontravam dificuldades para conseguir um leito hospitalar e a constatação, óbvia, de que os hospitais não realizavam o milagre da cura de todos os enfermos ou do fim da gripe espanhola. Poucos, como o da Cruz Vermelha Brasileira, instalado no Palestra Itália, tiveram, temporariamente, todas as camas ocupadas por gripados. No início de novembro, apenas metade dos 5.000 leitos disponíveis na Capital para internação estavam sendo utilizados.⁴¹² Diante dessa situação, os renitentes apelos e propostas para deter a gripe espanhola foram associados aos pedidos para uma reordenação de todos os serviços que haviam se estruturado durante a epidemia. Era imperioso barrar a influenza.

Mais uma vez sugeriam, a inspeção constante e desinfecção de todos os meios de transporte coletivo, dos lugares de grandes aglomerações e, principalmente, das casas dos doentes; “irrigação” das ruas com água e desinfetantes; combate às moscas nos mercados e, novidade, o uso de máscaras pelo menos pelos médicos, como nos Estados Unidos e Europa. Era a mistura do antigo com o moderno, de práticas arraigadas de combate à

⁴¹¹ BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 43

⁴¹² Veja: “Cruz Vermelha Brasileira” O Estado de S. Paulo São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 14.553, ano XLIV, p. 4. “A influenza “espanhola” Jornal do Commercio São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 355, ano III, p. 3. “Porque o povo foge dos hospitais” O Combate São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 1.048, ano IV, p.3. O número de leitos chegaria a 9.370, 11.136 gripados seriam internados, 10,91% (1.222) faleceriam, confira: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidêmica no Brasil e especialmente em São Paulo São Paulo: Casa Duprat, 1920, p.6

epidemias e doenças de outros tempos, com práticas mais recentes, importadas de outras terras.⁴¹³

Sem regatear “*agradecimentos e aplausos*” às autoridades sanitárias, como escrevia leitor do jornal A Platéia, pedia-se então uma reorganização: a divisão efetiva das funções e direção única dos envolvidos no combate à gripe espanhola, juntamente com o ataque às possíveis causas da propagação da influenza. Nos dois casos o modelo recorrente era o passado, mas um passado devidamente ordenado: aquele que apresentava como coerentes e vitoriosas as ações de homens que a própria ciência nacional louvava e popularizava como sábios.⁴¹⁴

Da mesma forma que os doutores faziam questão de lembrar os feitos gloriosos de Oswaldo Cruz e Emílio Ribas ou as “brilhantes conquistas” científicas contra a peste bubônica, a febre amarela ou a varíola, para justificar muitas medidas médico-sanitárias que empreendiam, as críticas sofridas por Neiva e o Serviço Sanitário, através da pena de jornalistas ou de cidadãos paulistanos, eram calcadas em comparações, nada favoráveis naquele momento, desses mesmos feitos com o que estava acontecendo em São Paulo. Singulares combinações aconteciam quando eram sugeridos procedimentos para o combate à gripe espanhola: lembrando as ações contra a tuberculose e a febre tifóide, a luta para tentar acabar com a febre amarela e até o medo do terrível vômito negro dos “amarementos”,

⁴¹³ “O policiamento sanitário” O Combate São Paulo, 28 e 29 de outubro de 1918, nº 1.038 e 1.039, ano IV, p.1 e 1. “A gripe epidêmica” A Platéia São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 122, ano XXXI, p. 6.

Uma das pessoas que defendeu o uso de máscaras por médicos e todos os envolvidos no socorro aos doentes, foi o dr. Otávio de Carvalho. Segundo o clínico, membro da Academia Paulista de Medicina, a máscara não evitava, mas diminuía a probabilidade de contágio. Veja: “A gripe espanhola” Jornal do Commercio São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 354, ano III, p. 3. Confira o relato do uso de máscaras em San Francisco e comentário sobre seus limitados efeitos: ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. La gripe española. La pandemia de 1918-1919 Madrid: Siglo Veintiuno, 1993, p.37

⁴¹⁴ “A “espanhola” O interior ...” e “A “espanhola”. A divisão do trabalho” O Combate São Paulo, 26 e 28 de outubro de 1918, nº 1.036 e 1.038, ano IV, p. 1 e 3. “A gripe epidêmica” A Platéia São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 122, ano XXXI, p. 6. Veja: BRITTO, Nara. Oswaldo Cruz. A construção de um mito na ciência brasileira Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995

julgado inofensivo pela medicina do século XX mas aterrador para os homens do século XIX, as solicitações clamavam por higiene e, indiretamente, por um salvador:

“Não se pensou, entretanto, em proceder-se à desinfecção dos escarros, da saliva, dos vômitos e fezes dos “espanholados”, mesmo quando expectoram ou dejetam na via pública.

“Pois não é sabido por todos que a extinção da febre amarela, no Rio, foi o resultado da profilaxia inteligente do grande e saudoso Oswaldo Cruz ? Por que não confiar-se “essa parte da campanha” a médicos competentes que organizem o “ataque” à epidemia, quando o ilustre e digno diretor de higiene está tão nobremente se dedicando e multiplicando-se em benefício dos que caem doentes ?” ⁴¹⁵

O Combate afirmava:

“Não temos ocultado a nossa admiração pela atividade pessoal desenvolvida pelo sr. dr. Arthur Neiva, nesta emergência. (...) Do diretor do Serviço Sanitário, o que devemos reclamar é profilaxia e combate às causas indiretas do flagelo. Disto não se cogitou antes e, mesmo agora, nada demonstra que disso se esteja cogitando.” ⁴¹⁶

Segundo o jornal, o que se assistia, devido a postura de Neiva, era a falência da organização sanitária existente em São Paulo, pois seu diretor tinha por único objetivo cuidar dos doentes enquanto sua real função devia ser prevenir e eliminar a possibilidade da doença. Bastaria então alterar a ordenação dos serviços ?

A medida que o tempo passava, questões aparentemente mais simples, como o melhor uso de carros oficiais e de particulares para o socorro aos enfermos,⁴¹⁷ cresceram

⁴¹⁵ “A pandemia da “espanhola”” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.1. “A gripe espanhola” A Platéia São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 122, ano XXXI, p.6

⁴¹⁶ “A pandemia da “espanhola”” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.1

⁴¹⁷ Entre outros: “A questão dos automóveis oficiais” e “Os automóveis oficiais” O Combate São Paulo, 28 e 29 de outubro de 1918, nº 1.038 e 1.039, ano IV, p. 1 e 1. Com o passar dos dias, cada vez mais paulistanos puseram seus automóveis à disposição das organizações de atendimento aos doentes. Algumas pessoas sugeriam: “requisitar de particulares carros fechados para o serviço dos clínicos ao cair da tarde, em que a temperatura baixa, favorável aos resfriados, pode acometê-los ao sair dos quartos dos enfermos, onde é

juntamente com uma preocupação cuja solução era bem mais complexa: a alimentação de uma população cada vez mais gripada. O temor havia aumentado depois do comunicado de Arthur Neiva, que, em 28 de outubro, apelara para que a população dos bairros mais distantes e pobres de São Paulo organizassem cooperativas alimentares devido ao risco de desabastecimento. Recebida com ironia, chamada de “*platônica*” por significar uma mudança nos hábitos de consumo da população em um momento tão delicado, a proposta teve como resposta a cobrança de que às autoridades competia zelar pelos estoques de alimentos da população. A idéia de que os transtornos causados pela epidemia estavam relacionados a organização da própria sociedade e não apenas à gripe espanhola ganhava cada vez mais consistência. Comentário sobre o Rio de Janeiro afirmava:

*“ a mortalidade colossal do Rio não é uma consequência da gripe. É consequência do desgoverno em que vivemos. É consequência da politicagem celerada que tudo emporcalha, tudo perverte, tudo desorganiza, tudo arruina (...). ”*⁴¹⁸

Dia 30 de outubro, o prefeito Washington Luis enviava comunicado à imprensa afirmando que a cidade de São Paulo dispunha, “*para alimentação farta*” de todos os moradores da Capital, de gêneros de primeira necessidade para, no mínimo, três meses e que o risco da fome, por falta de mercadorias, inexistia. Alertava o prefeito,

“se se desorganizar a vida em São Paulo, o que não se deve temer, em vista das providências oportunas que têm sido tomadas pelos poderes públicos, não será por falta de

quente e deletério o ambiente”. Dom Duarte apelou para o bom coração dos moradores da Capital para que cedessem veículos aos exaustos vigários que atendiam aos enfermos. Além dos carros, motos passaram a ajudar nos socorros mais urgentes. Veja, entre outros: “Sugestões a considerar”; “Liga Nacionalista” e “Socorros aos pobres” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 1918, nº 14.551, 14.552 e 14553, ano XLIV, p.3 (citação), 4 e 4

⁴¹⁸ MEYER, Carlos Luiz; TELXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit., p.98. “A pandemia ... O abastecimento da cidade” O Combate São Paulo, 29 e 30 de outubro de 1918, nº 1.039 e 1.040, ano IV, p.1 e 1. Quatro dias depois o prefeito, visitando mercados e o matadouro, afirmava que tudo estava funcionado normalmente, veja: “Prefeitura” O Estado de S.Paulo São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 14.555, ano XLIV, p.4. A prefeitura publicaria regularmente informes sobre o abastecimento da cidade. Sobre o Rio de Janeiro: “Notas e informações” O Estado de S.Paulo São Paulo, 28 de outubro, nº 14.548, ano XLIV, p.3

*mercadorias, poderá dar-se por falta de pessoal, porque a ninguém é dado saber, para prevenir, quais os que vão ser atacados pela epidemia.”*⁴¹⁹

Os jornais não perdoaram: quais eram as providências oportunas ? Aquelas que não correspondiam aos esforços que exigiam de todos ?

*“(...)Estamos aqui a clamar, há dias e dias seguidos, por medidas mais enérgicas e sobretudo, mais coordenadas, lembrando, com insistência, que, se não é possível evitar a propagação da epidemia, se pode e se deve, entretanto, diminuir, por todos os meios úteis, a sua velocidade desapoderada, principal fator da desordem e confusão.”*⁴²⁰

Vencidos pela epidemia e, indiretamente, reproduzindo o discurso médico da inevitabilidade da gripe epidêmica, artigos passaram assim a clamar pela necessidade de, pelo menos, retardar o ritmo da doença que ameaçava com o caos social. Tarefa difícilíssima. Depois da Capital a epidemia fazia inúmeras vítimas pelo interior e o Serviço Sanitário, lembrando a possibilidade do uso de pessoal e recursos locais, admitia sua impotência em organizar o combate à gripe espanhola nas diversas cidades do Estado. As localidades não deveriam de modo algum limitar-se a requisitar e esperar a ação exclusiva do órgão estadual de saúde. Críticas na imprensa: *“o dr. Neiva pode ser o discípulo dileto de Oswaldo Cruz mas absolutamente não é o homem que nós precisamos à frente do nosso Serviço Sanitário.”*⁴²¹ E mais uma vez reordenar o que até então estava sendo feito parecia uma solução. Mas como ?

⁴¹⁹ “Notas e informações. Em comunicado ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 14.551, ano XLIV, p.3

⁴²⁰ Idem. Veja também: “A pandemia ... O abastecimento da cidade” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.1

⁴²¹ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.89. Várias foram as cidades do interior que recorreram a ajuda do governo estadual, entre elas, Santos, Franca e Campinas. No telegrama que respondia a solicitação desta última localidade, o presidente do Estado afirmava ao presidente da Câmara de Vereadores de Campinas, dr. Antonio Lobo, que havia determinado ao Diretor do Serviço Sanitário que os pedidos de

Ainda em 21 de outubro, artigo do jornal A Gazeta afirmava: “Julgamos que, na atual emergência, o Serviço Sanitário deveria exigir mais, prevalecendo-se de providências excepcionais para ser atendido (...). A profilaxia da gripe é difícil, senão impossível; isso não justifica, entretanto, que se prescindia de lançar mão de todos os meios cabíveis para entrar o desenvolvimento da moléstia.” Quatro dias depois, ao relatar as medidas que estavam sendo implementadas para tentar debelar a influenza, o jornal O Estado de S. Paulo comentava: “urge que todos os particulares e com eles todas as instituições filantrópicas, todas as fábricas e mais estabelecimentos procurem organizar por sua conta o combate ao mal, sob a chefia suprema do dr. diretor do Serviço Sanitário(...)”⁴²² Assim, se a necessidade de uma reordenação nas medidas contra a influenza já era unanimidade, os juízos desfavoráveis sobre o Serviço Sanitário não representavam a maioria das opiniões, muito pelo contrário.

A idéia estava em toda parte, dos apelos para que se declarasse *estado de epidemia* às sugestões e críticas, mais ou menos veladas, para melhorar e diversificar os meios de combate à gripe espanhola. Como estampava, com todas as letras, o jornal A Capital: “Insistimos em reclamar poderes ditatoriais para o sr. diretor do Serviço Sanitário” . Dia 3 de novembro, era publicado nos jornais um quadro demonstrativo dos meios implementados para socorrer os gripados, informar sobre a doença e procurar barrar sua expansão. O nome de Arthur Neiva ocupava o centro, posição de onde partiam (ou para

ajuda dos campineiros fossem atendidos “(...)na medida do possível”. Cf.: Correspondência – Telegramas 24 de outubro de 1918, do presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, ao presidente da Câmara Municipal de Santos. 12 de novembro de 1918 do presidente ... ao prefeito municipal de Franca; do presidente ... para Braulio Junqueira, Franca; do presidente ... para Torquato Caleiro, Franca. 27 de outubro de 1918, do presidente ... para o presidente da Câmara de Vereadores de Campinas, dr. Antonio Lobo. Fundo Altino Arantes. Veja: “A “espanhola”. O interior desamparado! ” O Combate São Paulo, 26 de outubro de 1918, nº 1.036, ano IV, p.1

onde convergiam), como raios, todos os serviços que tentavam por fim à epidemia. Era explícita a pretensão de apresentar o diretor da saúde pública como o grande idealizador ou como catalisador das iniciativas que tentavam liquidar a gripe espanhola.⁴²³ (Figura 10)

A sugestão para que o chefe do Serviço Sanitário tivesse “*poderes ilimitados, sob todos os pontos de vista, para agir de acordo com seus auxiliares, nas medidas presentes e futuras, sem outra interferência que a de querer, refletir e resolver imediatamente*” que havia aparecido em uma das páginas do O Estado de S. Paulo em 31 de outubro⁴²⁴, ganhou diferentes nuanças, e até o jornal O Combate, que temia a “*ditadura do Serviço Sanitário*”, afirmava ser imprescindível a centralização em algumas superintendências, dos esforços administrativos que estavam sendo realizados em São Paulo, pois só desta forma o trabalho seria executado de maneira eficiente.⁴²⁵

E as sugestões para tornar mais eficaz esse trabalho eram diversas, repetitivas, mas sempre muito interessantes. Entre elas estavam: a subdivisão dos bairros em pequenos distritos, que teriam seu hospital e médico próprios; a convocação das tropas do exército para colaborar no socorro doméstico dos gripados; a criação de um serviço de entrega de sopa e outros alimentos aos enfermos pobres em suas casas e de cooperativas de alimentos nos bairros; o custeio integral de postos de socorro por milionários, grandes casas

⁴²² “A influenza ... A clínica particular” A Gazeta São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 3.831, ano XIII, p.1. O grifo é meu. “Notícias Diversas. A influenza espanhola” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 14.545, ano XLIV, p. 4. O grifo é meu.

⁴²³ Citação: “A “influenza espanhola”. A Gripe-algumas idéias” A Capital São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº143, ano VII, p.1. O grifo é meu. Confira: “Epidemia de gripe, organização de serviços” O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p. 4. Veja também: “A “influenza espanhola”” A Gazeta São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 3.841, ano XIII, p. 1. “Notas e informações” O Estado de S. Paulo São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 14.553, ano XLIV, p. 3

⁴²⁴ “Sugestões a considerar” O Estado de S. Paulo São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 14.551, ano XLIV, p.3. Artigo do jornal A Capital com elogios a atuação oficial, especialmente a direção do dr. Oscar Rodrigues Alves, falava em “*um governo supremo dirigido sabiamente*”. Veja: dia 6 de novembro de 1918, nº 144, ano VII, p.2

comerciais e bancos; a organização de postos com automóveis e ciclistas para o recebimento de receitas sua equitativa distribuição pelas farmácias e entrega dos medicamentos a domicílio.⁴²⁶

Algumas idéias chamavam atenção pela singularidade: “*abolir o uso das bandeiras da Cruz Vermelha nos veículos, o que mais alarma a população (...)*” ou “*abolir o uso de medicamentos quer internos quer externos, antes de adoecer, limitando-se aos conselhos sugeridos pelo diretor do Serviço Sanitário, os quais se baseiam em rigorosa higiene espiritual e alimentar.*” Indicações de um médico e inspetor sanitário, as propostas remetiam para as crenças seculares dos malefícios do medo e para a questão das interdições alimentares, constantemente reelaboradas e atualizadas. Mais significativo: traziam a constatação de que nenhuma prevenção medicamentosa barrava a influenza.⁴²⁷ Em um momento em que a falta de derivados da quina era reconhecida pelo Serviço Sanitário, nada melhor do que desaconselhar o uso, e abuso, da substância como preventivo. Dia 28 de outubro, Arthur Neiva havia sinalizado o problema. Em seu ofício a F.M. Bonilha, que servia como diretor geral da Secretaria do Interior, afirmava:

“Em referência ao pedido constante do ofício dessa Repartição, s/n, de 25 do corrente, solicitando o fornecimento de preventivos contra o mal reinante, tenho a honra de informar a V.S. não ser possível atender porque, na previsão de alastrar-se a epidemia, deve o Serviço Sanitário economizar o estoque de quinina que possui, que não é grande, para empregá-lo como meio curativo, motivo esse

⁴²⁵ Sobre o protesto contra a possível ditadura do Serviço Sanitário: “A fiscalização dos preparados ...” O Combate São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº1042, ano IV, p.1. Veja ainda: Idem 28 de outubro de 1918, nº 1.038, ano IV, p.3

⁴²⁶ Entre outros: O Combate São Paulo, 28 de outubro de 1918, nº 1.038, ano IV, p.3. “As medidas tomadas e as medidas a tomar” ; “Notas e informações. Em comunicado ... e Sugestões a considerar” e “Nossa correspondência. Escrevem-nos ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 30 e 31 de outubro, 1º de novembro de 1918, nº 14.550, 14.551 e 14.552, ano XLIV, p.4, 3 e 4

⁴²⁷ “Sugestões a considerar” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 14.551, ano XLIV, p.3. Questão alimentar durante a influenza, veja: “Coisas a ponderar” Idem 28 de outubro de 1918, nº 14.548, ano XLIV, p.4

*que já determinou a suspensão do fornecimento de preventivo ao próprio pessoal desta Diretoria. Tenho a honra de apresentar a V.S. os protestos de minha distinta consideração.”*⁴²⁸

Se por um lado a utilização desenfreada do quinino preocupava o Serviço Sanitário, por outro a constatação de que muitas pessoas estavam simplesmente abandonando o tratamento com base naquela substância alarmava os homens da saúde pública em São Paulo:

*“Levamos também ao conhecimento da população que a QUININA é, no conceito competente dos especialistas que têm estudado as manifestações pandêmicas anteriores na Europa, o medicamento mais adequado e de nenhum modo deve ser desprezado pela circunstância apenas de não modificar rapidamente o estado febril e as dores que experimenta o doente.”*⁴²⁹

As mortes pela epidemia atingiam cifras aterradoras, ultrapassando os 550 óbitos só nos quatro primeiros dias de novembro. Os paulistanos, cada vez mais descrentes de tudo, começavam a cair em uma prostração que atordoava as pessoas que tinham, oficialmente, sob sua responsabilidade a incumbência de resolver uma situação que se mostrava insolúvel. Esperar e tratar dos gripados aparentemente era o único remédio eficaz que o Serviço Sanitário vislumbrava: segundo o cálculo daqueles que se julgavam entendidos no

⁴²⁸ SÃO PAULO. Secretaria do Interior. Serviço Sanitário do Estado de Diretoria Geral. Correspondência oficial. 28 de outubro de 1918

O abuso do quinino, poderia levar a tolerância naqueles que o usavam de maneira descontrolada e em doses cada vez maiores. Outras conseqüências seriam a irritação da mucosa da boca com a alteração de paladar e perda do apetite, o que provocava fraqueza e até desmaios. Outros medicamentos cujo uso excessivo poderia resultar em problemas semelhantes eram purgantes a base de mercúrio (os calomelanos), que as vezes causavam diarreia descontrolada. Cf.: “Nossa correspondência” O Estado de S. Paulo 26 de outubro de 1918, nº 14.546, ano XLIV, p.4. “Contra l’abuso dei sali di chinino” Fanfulla São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 14.426, ano XXVI, p.4. Veja também: NAVA, Pedro. Memórias 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Chão de Ferro, v. 3, p. 202

⁴²⁹ A informação do boletim diário do Serviço Sanitário foi repetida em vários jornais, entre eles: “Noticiais Diversas. Comunicado do Serviço Sanitário” O Estado de S. Paulo São Paulo, 29 de outubro de 1918, nº 14.549, ano XLIV, p. 3

assunto, a gripe, doença de ciclo conhecido, estava atingindo seu ápice e deveria começar a diminuir de intensidade em poucos dias.⁴³⁰ Mas o pânico rondava. Os médicos, enfermos, rareavam cada vez mais; farmácias fechavam por falta de pessoal sadio para manipular remédios (bairros inteiros ficavam sem um estabelecimento); voluntários adoeciam em serviço (das anônimas irmãs de caridade do Hospital da Imigração até nomes que se tornariam mundialmente famosos, como Anita Malfatti). Os vicentinos estavam ficando gripados e a Igreja apelava para os membros de todas as associações católicas para substituí-los no trabalho, lembrando: “*Charitas Christi urget nos*” .⁴³¹

Muitos desconfiavam do número de enfermos e mortos anunciado pelo Serviço Sanitário. Para alguns, tornar a “*influenza espanhola*” moléstia de notificação obrigatória, ajudaria a solucionar o problema, pois só assim a totalidade dos doentes seria efetivamente cadastrada e seus dados pessoais anotados, o que, além de tornar possível a soma de todos os gripados, acabaria com o risco de um mesmo enfermo, ao procurar atendimento em vários lugares, ser computado em mais de um momento: as informações seriam checadas, o que eliminaria o risco de duplicação. A questão, que de fato não alterava a tragédia epidêmica, só teve uma solução satisfatória quando o diretor do Serviço Sanitário anunciou:

“ Esta Diretoria está convencida de que o número de casos novos não exprime mais a verdade e nesse sentido está organizando um serviço de estatística para poder afirmar com maior segurança o número exato de pessoas atacadas, pois muitos clínicos, ou por excesso de trabalho ou por não terem o necessário tempo, deixam de fazer a notificação. Esse serviço será feito por intermédio da Associação Brasileira de Escoteiros, sob a direção do Coronel Pedro Dias de Campos, que destacará diversas pessoas, diariamente, à casa dos srs.

⁴³⁰ A idéia de um ciclo da gripe, divulgada pelos médicos desde o início da epidemia, era corrente em São Paulo, veja, por exemplo: “Influenza espanhola. O desenvolvimento da epidemia” A Gazeta São Paulo, 4 de novembro, nº 3.842, ano XIII, p. 1

⁴³¹ “Socorros aos pobres” e “Cruz Vermelha Brasileira” O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p.3 e “Socorros aos pobres” e “Apelo da Liga Nacionalista” Idem 5 de novembro de 1918, nº 14.556, p.4 e 5

Epidemia de gripe, organização de serviços

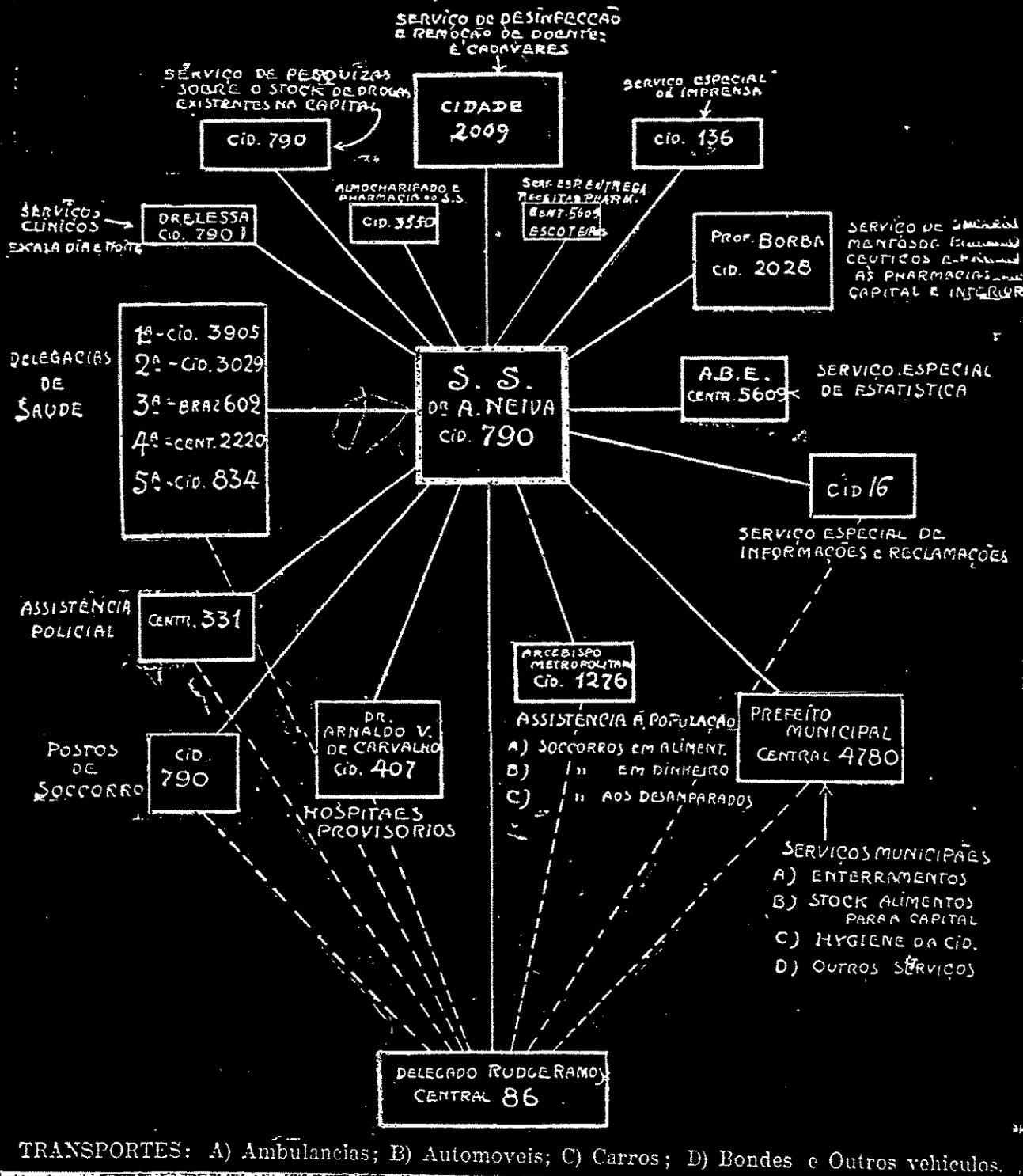


Figura 10 - "Epidemia de gripe, organização de serviços"

Fonte: O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p.4

Clinicos afirmam de que eles notificarem o número exato de casos que tiveram durante o dia, não lhes dando isso o mínimo incômodo.

Para obtermos também o número exato de óbitos será feito idêntico serviço junto aos cartórios civis e cemitérios, de modo que dentro de alguns dias poderemos ter dados seguros sobre a marcha da epidemia.”⁴³²

Os escoteiros iriam também colaborar com outros serviços, entre eles, a entrega dos medicamentos manipulados pelas farmácias nas casas dos doentes. Enquanto isso a mobilização crescia. O laboratório da Cruz Vermelha Brasileira, produzia, de maneira desenfreada, cápsulas de sulfato e bisulfato de quinino, sulfato de sódio e aspirina para doar aos que não podiam pagar. E cada vez mais pessoas distribuíam sopa e outros alimentos aos que não tinham o que comer: sob as bênçãos de Dom Duarte, a comissão organizada pela sra. Maria da Conceição Alvarenga da Cunha oferecia sopa, café e mantimentos aos pobres que se dirigissem ao Teatro São Paulo e, na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, a sra. Paulina de Sousa Queiroz ofertava 100 pratos de sopa diariamente aos necessitados que procurassem aquele endereço. Os srs. Cafalli & Scaciota doavam à Comissão de Socorro Estado-Fanfulla 30 vales que davam direito a um quilo de carne cada um (a Comissão faria a distribuição dos “bilhetes” como julgasse mais conveniente). E a firma Macdonald & Cia, também por intermédio daquela Comissão, se comprometia a oferecer, todos os dias, 80 litros de caldo de carne aos pobres do Brás.⁴³³

⁴³² “A marcha da epidemia” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.1. Os escoteiros ganhavam, depois de alguma reclamação, passagem gratuita nos bondes da Light, desde que estivessem fardados. Computariam ainda os casos novos e altas nos consultórios médicos e sua ação se estenderia aos hospitais provisórios. Veja: “Nossa correspondência” e “Várias notícias”; “Comunicado de ontem ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 2 e 4 de novembro de 1918, nº 14.553 e 14.555, ano XLIV, p.4 e 5, 4. Comunicado do Serviço Sanitário: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.103

⁴³³ “ A contribuição dos escoteiros” O Estado de S.Paulo São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 14.551, ano XLIV, p.3. “Notícias diversas. Socorros aos pobres. Cruz Vermelha Brasileira. Sopas aos pobres” Idem 5 de novembro de 1918, nº 14.556, ano XLIV, p.4 e 5

A colaboração era grande, o que não impedia a ocorrência de fatos, no mínimo, incoerentes: a Fábrica de Louças Santa Catarina, de Fagundes Ranzini e Cia, mereceu efusivos agradecimentos do Serviço Sanitário por haver doado àquela repartição estadual 300 jarros, 200 bacias, 1.000 urinóis, 250 travessas, 100 sopeiras, 5.000 canecas, 10.000 tijelas e 2.000 pratos, quantia que seria suficiente para equipar a maioria dos hospitais que estavam sendo criados para atender os gripados. Mas, espanto, o mesmo jornal que trazia a notícia dos agradecimentos comentava: *“Operários da Fábrica de Louças Santa Catarina trazem ao nosso conhecimento os seguintes fatos, realmente deplorabilíssimos: É o caso que, sábado último, foram suspensos, por motivo da epidemia, e por tempo indeterminado, mais de duzentos operários da referida fábrica, os quais, com suas famílias ficaram ao Deus dará ...”* Provavelmente, algum deles foi parar em um hospital provisório e teve arrepios extras ao olhar a louça que era colocada à sua disposição.⁴³⁴

Amparo e assistência aos seus empregados parecia não ser uma preocupação dos empresários de São Paulo. Artigo publicado no Jornal do Commercio arrolava donos de fábricas, industriais e ricos comerciantes entre os grandes culpados pela propagação da influenza. A causa seria a não organização, por aqueles senhores, de comissões de empregados para visitar e, dependendo do caso, socorrer os funcionários gripados que se ausentavam do trabalho.⁴³⁵

Percorrer a cidade fazendo visitas e ajudando os doentes sem recursos, acabou sendo uma função da solidariedade, da caridade, primeiro dos vicentinos e depois de outros grupos sociais e religiosos: membros das congregações marianas, da União de Santo Agostinho, dos legionários de São Pedro, dos beneditinos, entre outros. Os protestantes

⁴³⁴ “Notícias diversas. A influenza espanhola. Comunicado de ontem ... Nossa correspondência” O Estado de S. Paulo São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 14.552, ano XLIV, p. 3 e 4

colaborariam através da União Paulistana de Esforço Cristão. Criadas dia 1º de novembro, as Patrulhas de Socorro foram instituídas pelo jornal O Estado de S.Paulo e a Liga Nacionalista visando suprir as carências do serviço de assistência domiciliar: eram formadas por jovens voluntários e percorreriam os bairros da Capital para verificar as necessidades e providenciar ajuda aos mais pobres. Chegaram a somar 10.000 moças e moços. Notícias sobre pessoas e famílias inteiras que padeciam sem auxílio, pontuavam as páginas dos jornais; além disso, bairros, como Vila Mariana e o longínquo distrito de Santo Amaro, mesmo passados tantos dias de epidemia, ainda continuavam sem pelo menos um posto de socorro, e eles não eram uma exceção.⁴³⁶ Mais uma vez, a epidemia expunha o abandono e miséria de uma parcela da população da Capital.

Ainda no primeiro dia de novembro, ampliando esforços, a Cruz Vermelha Brasileira começou a entregar gêneros alimentícios a domicílio. Solicitava aos paulistanos de bom coração, e algum recurso financeiro, principalmente, arroz, feijão, fubá, açúcar, sal, pão, leite (fresco e condensado), farinhas, bolachas, biscoitos, galinhas e ovos. Os produtos seriam levados aos que mais precisavam. Dia 3, a Cúria Metropolitana criava a distribuição diária de leite aos pobres, que seria feita no Colégio Arquidiocesano, avenida Tiradentes, nº 8, às 14:00 horas. O serviço tentaria amenizar uma situação que em alguns lugares começava a beirar a insanidade: no Brás e “*outros arrabaldes*”, leiteiros estavam sendo

⁴³⁵ “A influenza “espanhola” Jornal do Commercio São Paulo, 2 de novembro de 1918, nº 355, ano III, p. 3

⁴³⁶ “Nossa correspondência” e “Socorros aos pobres”; Patrulhas de Socorro”; “União Paulistana ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º, 2 e 7 de novembro de 1918, nº 14.552, 14.553 e 14.558, ano XLIV, p.4, 4 e 3. Os voluntários para o trabalho nas Patrulhas começaram a se inscrever dia 3, à rua São Bento nº 28, com o sr. João Baptista de Almeida Prado, da Liga Nacionalista. Entre vários: “A gripe em São Paulo. Sem assistência médica” A Gazeta São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 3.835, ano XIII, p.3

cercados e coagidos a venderem seu produto para pessoas que queriam, desesperadamente, o precioso líquido recomendado pelos médicos para doentes e convalescentes.⁴³⁷

Dois dias depois, os jornais anunciavam que os membros da Comissão Estado-Fanfulla reuniam-se para mudar o método de trabalho que estavam usando na distribuição dos alimentos que arrecadavam: o grande número de indivíduos que procurava o escritório da comissão (rua Direita, nº 7) para solicitar auxílio tornava os abusos inevitáveis. A comissão deliberava então apenas socorrer as pessoas em suas casas ou em postos que começava a estabelecer pela Capital — na Penha, Vila Deodoro, Brás e Bexiga. A instalação de cozinhas no Bexiga e Cambuci, para acudir aqueles que não podiam preparar sua comida, viria em seguida. Organizadas em parceria com a Loja Maçônica Grande Oriente Autônomo e auxiliadas pelo governo, as cozinhas distribuiriam caldo, sopa, carne e pão, graças a donativos que vinham de toda a parte: pequenos negociantes, como o senhor Ricciotti Pettinati, que fornecia carne de primeira a preço de custo; o proprietário da Padaria Siciliana, cujo pão foi *“julgado ótimo por quantos o experimentaram”*, ou as Indústrias Matarazzo e a Companhia Puglisi — sempre era conveniente fazer caridade, principalmente em uma época em que grandes empresários eram freqüentemente acusados de não socorrer seus funcionários e lucrar com o açambarcamento dos produtos de primeira necessidade.⁴³⁸

⁴³⁷ “Cruz Vermelha Brasileira” e “Socorros aos pobres”; “Nossa correspondência” O Estado de S.Paulo São Paulo, 2, 3 e 5 de novembro de 1918, nº 14.553 e 14.554, ano XLIV, p.4 e 3

A regularização do serviço de distribuição de alimentos da Cruz Vermelha Brasileira aconteceria dia 2, no armazém oferecido pela Casa Mappin Stores, rua Direita, nº 34. Sobre o abastecimento de leite, fresco e condensado, na cidade, veja: “Notas e comentários” A Gazeta São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº 3.844, ano XIII, p.3. Outro caso de disputa pelo leite, está em: “A gripe em S.Paulo. Por causa do leite.” A Gazeta São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 3.845, ano XIII, p.3

⁴³⁸ “Comissão de Socorros Estado-Fanfulla” e “Maçonaria” O Estado de S.Paulo São Paulo, 5 e 12 de novembro de 1918, nº 14.556 e 14.563, ano XLIV, p.4 e 3. “La relazione della Commissione di Soccorso “Estado-Fanfulla”” Fanfulla São Paulo, 3 de dezembro de 1918, nº 14.467, ano XXVI, p.3. A Comissão usaria inclusive as ambulâncias do serviço de socorro organizado pela colônia portuguesa, que levariam mantimentos, além de médico e remédios

Muitos temiam a paralisação econômica da cidade e a miséria: o número de pessoas doentes e dependentes de ajuda crescia. Outras cozinhas foram organizadas, entre elas, as da Associação dos Pastores Evangélicos, que em apenas um dia chegaram a distribuir 1.600 refeições em suas três unidades.⁴³⁹ A distribuição de alimentos se intensificou e a Cruz Vermelha Brasileira apelou aos lavradores e negociantes para que doassem produtos que seriam divididos entre os que não tinham condições de comprar ou preparar sua comida. Foram organizados os chamados Trens de Socorro: caminhões, automóveis, carroças, que com mantimentos e remédios percorriam os pontos mais afastados e carentes de São Paulo.⁴⁴⁰ (Figura 11)

No final da primeira semana de novembro de 1918, apesar de todo esse aparato que efetivamente pouco devia ao Serviço Sanitário ou outro órgão governamental, o número de doentes de gripe espanhola não diminuiu; pior, os casos de “pneumônica” começaram a crescer. Os apelos aos cuidados individuais continuavam e a hospitalização dos enfermos era, repetidamente, lembrada como a melhor solução para os doentes, em especial para os que apresentavam problemas pulmonares. Mas as dificuldades, como as desconfianças da

⁴³⁹ “Associação dos Pastores Protestantes” O Estado de S.Paulo São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 14.558, ano XLIV, p.3. As cozinhas estavam instaladas nas ruas Joly, Monsenhor Andrade e Piratininga, e serviam refeições diferenciadas para gripados e pobres sadios. Para receber um prato de comida era necessário possuir um vale ou indicação das autoridades civis, policiais ou eclesíásticas. Pastores, voluntários e senhoras da Cruz Vermelha Britânica atuavam nos locais.

As cozinhas que foram instaladas lembravam um tipo de mobilização que, em escala bem menor, havia acontecido em São Paulo poucos anos antes, quando *cozinhas econômicas* foram organizadas pela Secretaria da Justiça e Segurança Pública no Brás para tentar amenizar os efeitos da crise e desemprego na São Paulo da Primeira Guerra Mundial: serviam refeições a preços módicos. Na mesma época, foi criada a *comissão de socorros*, que dividiu a cidade em comissões distritais e distribuiu, com o concurso de vigários e senhoras das Conferências de São Vicente de Paulo, alimentos para os mais necessitados da Capital. Veja: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., nº 14, ano IV, p. 33-34, 1º trimestre de 1915.

⁴⁴⁰ O apelo para doação de alimentos se prolongou por todo o mês de novembro, veja: “Cruz Vermelha Brasileira” Jornal do Commercio São Paulo, 15 de novembro de 1918, nº 15, ano III, p.2. Trem de Socorro: “Ao povo do estado...” Correio Paulistano São Paulo, 27 de fevereiro de 1919, nº 19.991, p.5.

Dia 5 de novembro, o Secretario da Agricultura solicitava aos prefeitos do interior de São Paulo que, na medida do possível, autorizassem a remessa para a Capital de cereais, frangos, ovos e outros gêneros, sem

população, se avolumavam como o número de mortos. Como relatava indignado o sr. José Soares de Arruda:

“Com a singeleza própria da verdade, desejo contar-lhe o seguinte fato: rua Ana Nery, 207, de cuja casa já saíram 2 enterros às minhas expensas, existe ainda um menor de 10 anos atacado de gripe. Desejando removê-lo pra um dos muitos hospitais amucados, mandei ligar para o posto nº 3 da Cruz Vermelha (aparelho 336, Brás) e pedi providência. Responderam que me dirigisse à Assitência. De lá me responderam ser impossível a remoção, visto não haver mais vaga nos hospitais, “salvo se eu a descobrisse”. Mande, então, ligar para o hospital de Santa Inês. Responderam-me haver lugar, mas que só recebiam senhoras e menores de 10 anos! Liguei, em seguida, ao colégio das Missionárias, à rua Consolação. Responderam-me não ter vaga. Liguei, em seguida, para o colégio de Sion. Informaram-me haver vaga e que eu podia pedir a remoção do doente pelo aparelho 2.009, cidade. Sabe v.s. o que me responderam desse posto ? Que não podiam garantir a remoção, visto o acúmulo de trabalho! E é desta forma que está organizado o serviço de socorro aos enfermos em S.Paulo.”⁴⁴¹

Para alguns a situação era caótica. A Liga Nacionalista publicava o número de casos que havia deixado de atender por falta de quem pudesse prestar socorro aos gripados: 354, só dia 6 de novembro, mais que o total dos que haviam recebido a visita de um médico: 337. O trabalho era estafante, o número de casos atendidos pelos médicos era enorme: Nicolau Moraes de Barros, 24; Ferreira dos Santos, 36; Francisco Lyra, 52; Caiado de Castro, 132; Reneé Barreto Filho, 59 e Edmundo Xavier, 34. Insólitas situações ocorriam: um clínico, que fora atender uma família de gripados no Brás, retirava-se apressado da casa dos enfermos, quando foi abordado por um cidadão que solicitava sua visita aos parentes

prejuízo do abastecimento de suas cidades. Cf.: “Governo do Estado” O Estado de S.Paulo São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº 14.556, ano XLIV, p.4

⁴⁴¹ “Nossa correspondência” O Estado de S.Paulo São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 14.555,ano XLIV,p.5

atacados pela epidemia. O médico relutava alegando outros compromissos, o transtornado paulistano sacou um revólver e ameaçou o clínico. Diante de tamanho “argumento” foi finalmente atendido.⁴⁴² O desespero caminhava lado a lado com a moléstia.

Em visita à sede da Liga Nacionalista, menos de uma semana antes desse desusado acontecimento, o arcebispo de São Paulo, entre palavras elogiosas aos esforços daquela associação, havia oferecido os préstimos da Cúria Metropolitana para a distribuição, de remédios e alimentos, feita pela Liga e propunha a realização de um trabalho harmônico das Patrulhas de Socorro com os serviços da igreja de auxílio aos necessitados.

*“ | E | após uma ligeira troca de impressões | com os membros da diretoria | referentes ao movimento de solidariedade humana que a nossa cidade está realizando neste instante, e sobre a urgente necessidade de uma unificação completa de todos os esforços, s. exa., retirou-se da sede da Liga reiterando suas palavras de elogio à sua ação”*⁴⁴³

Apenas solidariedade humana não bastava, era preciso mais, e rápido. Como reclamavam os vicentinos que atuavam no Brás, o trabalho que faziam, em diversas ocasiões era inútil, porque realizado de forma isolada. Lembravam o caso da rua Caetano Pinto, a mais extensa do bairro, com seus cortiços onde moravam, muitas vezes, mais de duzentas pessoas. Em todas as casas haviam enfermos que necessitavam de atendimento médico e, nos casos mais graves, do transporte adequado para um hospital: era imprescindível a ação conjunta da Assistência Policial com seus clínicos e ambulâncias,

⁴⁴² “Liga Nacionalista” O Estado de S. Paulo São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 14.558, ano XLIV, p.4. O que estava acontecendo na Liga Nacionalista se repetia nas outras organizações, que começavam a não dar conta dos pedidos de socorro médico. Nessa situação, muitos doentes apelaram para farmacêuticos e outras pessoas que atendiam aos gripados, que acabavam reutilizando receitas que haviam sido elaboradas por médicos. Porém, isso está longe de significar o fim da “resistência da comunidade médica à prática da medicina aos não portadores de diploma legal”, como afirmou BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e sociedade. A gripe espanhola no município de São Paulo São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986 (Dissertação de mestrado), p.362

“Um incidente curioso” A Gazeta São Paulo, 7 de novembro de 1918, , nº 3.845, ano XIII, p. 1

mas isso não existia e toda a atenção dispensada ao local era, em muitos casos, improficua. Os auxílios tinham que ser solicitados e demoravam a chegar ou não apareciam.⁴⁴⁴

Além de uma desorganização que ficava cada vez mais patente, essa situação era resultado das poucas altas e do aumento de casos novos, que se juntavam aos já existentes, elevando o número de pessoas que precisavam de atenção médica, o que, somado à grande quantidade de doutores enfermos, resultava na deficiência do atendimento. Aumentando a confusão, havia o caso de mais de um médico acorrer a um mesmo endereço, enquanto outros lugares ficavam sem a devida atenção. Os episódios se repetiam: o desespero e a demora, causados pela proporção da epidemia, faziam com que o doente ou seus familiares recorressem a vários postos de diferentes instituições de ajuda. Sem comunicação entre si, todas as entidades enviavam, quando possível e as vezes ao mesmo tempo, o auxílio solicitado. A situação era complicada e começou a ser discutida pela Liga Nacionalista, a Cruz Vermelha Brasileira e membros da colônia portuguesa. Com aprovação do Serviço Sanitário, aqueles grupos estariam tentando estabelecer uma espécie de “câmara de compensação” de solicitações de ajuda, o que poderia se estender aos demais voluntários que atuavam no auxílio aos gripados e necessitados.⁴⁴⁵

Dia 7 de novembro, foram mais de 7.000 novos doentes e as altas pouco passaram dos 1.200 casos. Para piorar, como um triste agouro, as propagandas de remédios, sistematicamente, lembravam das recaídas:

⁴⁴³ “Liga Nacionalista” O Estado de S.Paulo São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº 14.556, ano XLIV, p.4. O grifo é meu.

⁴⁴⁴ “Socorros aos pobres” O Estado de S.Paulo São Paulo, 3 de novembro de 1918, nº 14.554, ano XLIV, p.3. A dificuldade de comunicação telefônica era outro problema constantemente denunciado durante a epidemia.

⁴⁴⁵ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., 27-28

Cruz Vermelha Brasileira

— — — — — **SOCORRO ALIMENTAR** — — — — —

RUA DIREITA N. 34

A epidemia de grippe castiga horrorosamente a população pobre de S. Paulo.

Muitas fabricas estão fechadas e os operarios sem emprego! Muitas familias têm os seus chefes doentes, nada ganhando para o sustento das mesmas!

HA FOME!!

A Cruz Vermelha Brasileira organizou seu serviço de Socorro alimentar e distribue gratuitamente generos alimenticios ás familias pobres, contra vales que são dados aos pobres pelos medicos da Cruz Vermelha Brasileira e por autoridades, por ocasião das visitas feitas ás casas dos doentes e depois de verificado no lugar a situação dos necessitados.

Este serviço está aparelhado a fornecer 2.000 rações diariamente!

Para ampliar este serviço a Cruz Vermelha Brasileira precisa com urgencia de:

250 saccas de arroz beneficiado; 150 saccas de farinha de trigo; 500 saccas de feijão; 1.000 kilos de bolachas communs; 50 saccos de farinha de mandioca; 1.000 kilos de macarrão ou massas; 5.000 kilos de sal; 200 saccas de batatas; 100 saccas de assucar. Ovos, galinhas, leite em quantidades illimitadas.

A Cruz Vermelha Brasileira apella para a generosidade dos Srs. **NEGOCIANTES** e **AGRICULTORES** e pede sempre novos donativos.

Dai! Dai aos pobres por intermedio da Cruz!

Figura 11 - "Cruz Vermelha Brasileira"

Fonte: Jornal do Commercio São Paulo, 15 de novembro de 1918, nº 15, ano III, p.2

*“Cuidado com as recaídas da influenza
Fortificae vossos pulmões e bronquios tomando as
CÁPSULAS COGNÉT, de Eucalyptol Creosotado, soberanas
também contra a tosse.
Vendem-se em todas as drogarias e farmácias.”⁴⁴⁶*

Artigo do O Combate afirmava, de maneira sombria, que São Paulo estava entrando no período agudo da influenza: a quarta semana da moléstia, época crítica de expansão das epidemias de gripe. Esperavam o pior. O número de mortos, que triplicara entre dia 31 de outubro e o final da primeira semana de novembro, parecia dar razão ao jornal. O texto, repetindo outras falas, lembrava a sistematização de esforços para tentar debelar a gripe espanhola e propunha uma organização única para os serviços médicos a domicílio e para a distribuição de alimentos. Sugeria mais atenção com o atendimento noturno aos enfermos, agilidade no transporte de clínicos e a divisão da cidade em setores: as entidades já empenhadas em auxiliar os “espanholados” repartiriam o trabalho, agilizando o serviço. Uma direção central controlaria todos os esforços (cogitavam o nome do dr. Emílio Ribas para o cargo, ou “outro que já houvesse demonstrado a mesma capacidade de organização”).⁴⁴⁷

Idéias radicais também não faltaram. Um médico, que não informava seu nome, escrevia:

“(...) o sistema de socorros está perdendo muito de sua eficácia. O que o governo devia fazer é lançar mão de uma medida qualquer, mesmo que não fosse legal, para o fim de isolar toda a população nos seus domicílios, doentes e sãos, com aviso prévio para se abastecer por alguns dias; proibir a

⁴⁴⁶ Idem. Op. cit., p.116. “Cuidado ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 14.558,ano XLIV, p.4

⁴⁴⁷ “A “espanhola”. Para que não se percam...esforços” O Combate São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 1.044, ano IV, p. 1. O artigo propunha a criação de 4 novos postos de atendimento noturno, nos depósitos da Limpeza Pública, para colaborar com o socorro já realizado pela Assistência Policial. Número de mortos de gripe, compare os dias 31 de outubro e 7 de novembro: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.50-51. Há uma pequena disparidade entre os dados finais do registro civil e os dos boletins diários, veja: p. 104 e 116

*saída ou a entrada nos domicílios de pessoas não encarregadas dos serviços de socorros; organizar esses serviços sob a direção de uma só pessoa ou de uma junta; estabelecer distintivos, por exemplo, bandeiras arvoradoras nas casas para pedidos de socorros, que seriam atendidos por patrulhas distritais que percorreriam os respectivos distritos o maior número de vezes possível durante o dia; e outras muitas medidas de simples detalhes subordinadas ao plano principal — isolamento, mais rigoroso e absoluto quanto possível”*⁴⁴⁸

No mesmo dia em que a carta do anônimo doutor era publicada, o jornal A Gazeta editava um artigo na primeira página que fazia aumentar as desconfianças sobre o combate à influenza em terras paulistas. O texto, que certamente deixou Arthur Neiva furioso, comparava a situação da Capital do Estado com o Rio de Janeiro, concluindo que o perigo da mortalidade em São Paulo era maior que na Capital Federal. Segundo os dados apresentados, no Rio de Janeiro, onde a doença estava em declínio, seriam 13.000 os mortos, isto é, *menos* de 4 em cada 200 gripados, enquanto que em São Paulo, onde os enfermos eram aproximadamente 70.000 e a doença entrava em fase aguda, os mortos já somariam pelo menos 1.000, ou seja, em cada 200 gripados *mais* de 4 teriam morrido.⁴⁴⁹

Cálculos e previsão corretos ou irrealis, a discussão poderia atravessar semanas. O pânico

⁴⁴⁸ “Nossa correspondência” O Estado de S.Paulo São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 14.558, ano XLIV, p.4. Menos radiciais, alguns sugeriam que a distribuição de alimentos aos gripados e pobres fosse feita exclusivamente a domicílio, pois isso evitaria, especialmente no centro da cidade, a disseminação da epidemia causada pelo acúmulo de “*espanholados*” que superlotavam os postos de entrega dos mantimentos: os enfermos conversavam, tossiam e escarravam. Além disso, indo nas casas os voluntários que prestavam esse serviço poderiam verificar, no local, quais as pessoas que realmente necessitavam de auxílio, evitando os abusos tão freqüentes nesses momentos. Cf.: “A “influenza... Medidas a adotar”O Combate São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 1.044, ano IV, p. 3

⁴⁴⁹ “A influenza espanhola. Cerca de 70 mil ...” A Gazeta 7 de novembro de 1918, nº 3.845, ano XIII, p. 1. O jornal A Gazeta desde pelo menos 4 de novembro não recebia mais o boletim oficial sobre a epidemia que era distribuído pelo Serviço Sanitário. Segundo, polidamente, comentava artigo do periódico, acreditavam que a ordem havia sido emitida não por seu diretor, mas por funcionários menos graduados que não se conformavam com quem procurava ser o mais fiel possível aos fatos e não se limitava a elogiar o governo. Cf.: “A influenza ...” A Gazeta São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 3.842, ano XIII, p.1.

Interessante que o periódico, no dia anterior a publicação da matéria sobre as mortes em São Paulo e no Rio de Janeiro, havia editado, também na primeira página, artigo desaprovando a posição do O Estado de S.Paulo

que pode ter provocado naqueles que leram a matéria foi impossível de avaliar, mas o texto foi mais um argumento em favor de uma iminente reordenação no tratamento que estava sendo dado à epidemia de gripe espanhola e suas terríveis conseqüências.

Dia 8 de novembro, apesar do número de óbitos crescer, os casos novos diminuíram pelo segundo dia seguido, foram 6.703, 527 a menos que no dia anterior; dia 7 haviam sido 7.230 casos, número menor que os 7.496 do dia 6. Arthur Neiva declarava “*a epidemia declina*” e afirmava que o número de mortos não deveria ser motivo de angústia: como mostravam as cidades do Rio de Janeiro e Santos era justamente no período de declínio da doença que o número de falecimentos crescia e não seria diferente em São Paulo, com muitos enfermos em estado grave.⁴⁵⁰

Mas, no mesmo dia 8, pressionado pelos jornais, por reclamações da população e por palavras abalizadas como as de Dom Duarte, o Secretário do Interior, que poderia até concordar com as opiniões do diretor do Serviço Sanitário, convidou para uma reunião representantes dos principais grupos que atuavam no socorro aos doentes e suas famílias e ajudavam o governo durante a epidemia. Arthur Neiva também compareceu ao encontro convocado por seu chefe. A reorganização aconteceu.

O motivo declarado da reunião foi “*tratar sobre o melhor modo de se dar combate à epidemia reinante*”. A idéia, que vinha circulando havia dias, era unificar, congregar, os diversos esforço privados que haviam surgido com o intuito do combater a gripe espanhola. Estavam presentes, além de Oscar Rodrigues Alves e do diretor do Serviço Sanitário, o Arcebispo Metropolitano; Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor do serviço de hospitalização;

que, em algumas de suas colunas, criticava os procedimentos e declarações oficiais relativos à influenza. Veja o artigo: “O “Estado” e a Prefeitura”, dia 6 de novembro de 1918, nº 3.834, ano XIII, p.1

⁴⁵⁰ “Notícias.A gripe espanhola” *A Platéia* São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 131, ano XXXI, p.6. Nas páginas dos jornais, há dias estavam tanto a idéia oficial de que o crescimento do número de doentes, mortos

Frederico Vergueiro Steidel, presidente da Liga Nacionalista; Alfredo Pujol, da Comissão Estado-Fanfulla; José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Brasileira de Escoteiros; Oscar Thompson, diretor geral da Instrução Pública; tenente Genserico de Vasconcellos, da 6ª Região Militar, e as senhoras Eleonora da Silveira Cintra e Rosina Nogueira Soares, diretoras da Cruz Vermelha Brasileira.⁴⁵¹ O resultado da reunião foi publicado em vários jornais. Instituiu-se coordenadorias que seriam responsáveis pela condução dos esforços para debelar a influenza. Oficialmente, os trabalhos seriam realizados de acordo com o Serviço Sanitário, mas muitos comentavam que Neiva, mais que poder, perdera seu prestígio. Será ?

Ficou determinado que os hospitais continuariam sob a direção geral do dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, que também seria responsável pelo seu corpo clínico. As enfermeiras seriam responsabilidade da Cruz Vermelha Brasileira e a remoção dos doentes seria determinada pelo Desinfectório Central. A administração econômica dos hospitais ficava sob as ordens do dr. Alfredo Pujol, da Comissão Estado-Fanfulla. Ao dr. Oscar Thompson foi solicitada a obtenção do concurso dos professores públicos que seriam enviados aos hospitais para realizar funções burocráticas e de almoxarifado. Comandar a maioria dos postos de socorro tornou-se ocupação do dr. Vergueiro Steidel e, desta forma, indiretamente, da Liga Nacionalista; Steidel teria como incumbência distribuir melhor pela cidade os postos e os serviços médicos neles prestados, além de atender os pedidos de socorro. O serviço de estatística (obtuário, casos novos, movimento hospitalar, número de leitos vagos) continuaria a ser realizado pelos escoteiros, que ainda faziam o serviço de

e, depois, casos novos era resultado do trabalho eficaz dos escoteiros, quanto o boato do aumento da intensidade da influenza.

⁴⁵¹ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.118. A presidente da Cruz Vermelha Brasileira em São Paulo era dona Antonia de Queiroz, que adoeceu de gripe durante a epidemia

estafetas para as farmácias, telégrafo etc.; os jovens tinham no dr. Macedo Soares o coordenador de suas atividades. A assistência à população ficava a cargo de Dom Duarte, que cuidaria da organização dos socorros aos enfermos em alimentos e em dinheiro, da assistência aos órfãos da epidemia (preocupação crescente) e das visitas domiciliares. A Cruz Vermelha Brasileira, fazia ainda serviços de enfermagem a domicílio e manteria a direção de seus postos de socorro.⁴⁵²

Assim, o serviço particular até então organizado pelas pequenas e grandes associações, fábricas e indústrias, pelas diferentes colônias representadas em São Paulo, por mulheres e homens de todas as crenças e raças, ficou sob as determinações de três homens: Arnaldo Vieira de Carvalho, Vergueiro Steidel e Dom Duarte Leopoldo e Silva, e da Cruz Vermelha Brasileira, cuja direção, em atitude pouco explicada, se recusou a perder o comando direto de seus postos.⁴⁵³ Desta maneira, alguns dias depois de terem cogitado poderes ditatoriais para o diretor do Serviço Sanitário e de sua apresentação como figura central de tudo o que era efetuado no combate à gripe espanhola, Arthur Neiva era desobrigado de qualquer papel mais significativo no combate à influenza.

As reações foram instantâneas. O Combate louvava a iniciativa, que, segundo o jornal, se não era a ideal, pelo menos significava um pouco de ordem no caos que a cidade vivia, “*graças as falhas de organizador do dr. Arthur Neiva (...)*”. Complementando: “*o sr. secretário do Interior teve a coragem de reconhecer a falência do Serviço Sanitário...*”

⁴⁵² MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.118-119. “A espanhola. Afinal faz-se um pouco de ordem” O Combate São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 1.046, ano IV, p.1. Sobre a questão dos órfãos da gripe epidêmica, entre outros: “Liga Nacionalista” O Estado de S.Paulo São Paulo, 10 de novembro de 1918, nº 14.561, ano XLIV, p.3 e “Coisas da cidade” Idem 11 de dezembro de 1918, nº 14.592, p.6. Aparentemente, a presença do tenente Vasconcellos foi para que ficasse ciente daquilo que estava sendo realizado e colaborasse no que fosse possível.

⁴⁵³ MEYER, Luiz Carlos; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit. p. 28-30. A explicação corrente para o ato da direção da Cruz Vermelha Brasileira é a recusa a se submeter às ordens da Liga Nacionalista, instituição que, aparentemente, contava com as maiores simpatias do diretor do Serviço Sanitário, seu filiado.

A maior crítica do periódico, que “esquecia” a decisão da diretoria da Cruz Vermelha Brasileira, era a não inclusão na reordenação dos postos de socorro “governamentais” que funcionavam nas delegacias de saúde e os da Assistência Policial, que continuavam sob a responsabilidade última do Serviço Sanitário, o que, mais uma vez, poderia gerar confusão e superposição na hora de atender chamados e prestar auxílio.⁴⁵⁴

O jornal O Estado de S.Paulo foi mais comedido: nenhuma observação crítica ou comentário questionador sobre as transformações ou o Serviço Sanitário e seu diretor. Mas, ao relatar como os participantes da reunião ofereceram ao Secretário do Interior a direção dos serviços particulares de combate à epidemia e como este, aceitando a incumbência, fez a distribuição das tarefas, sem mencionar a menor intervenção de Arthur Neiva, revelavam mais que muitas palavras inflamadas.⁴⁵⁵

O nome do diretor do Serviço Sanitário continuou a aparecer pontualmente na imprensa mas, nos dias seguintes, o destaque era a ação de Vergueiro Steidel, que depois de dividir a cidade em pequenos distritos, cada um com seu posto de socorro, resolvia separar esses postos em dois grupos: o dos postos de socorro propriamente dito, com médicos o dia todo, e os postos de socorro auxiliares, que poderiam tanto ter clínicos algumas horas do dia como realizar a distribuição de gêneros alimentícios e dinheiro aos necessitados.⁴⁵⁶

Entretanto, como a fazer eco às palavras de Arthur Neiva pronunciadas naquele 8 de novembro, a diretoria dos hospitais provisórios anunciava que não organizaria mais outros estabelecimentos em virtude da parada do surto epidêmico e que pretendia apenas

⁴⁵⁴ “A espanhola. Afinal faz-se um pouco de ordem” O Combate São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 1.046, ano IV, p.1.

⁴⁵⁵ “Notícias diversas. A influenza espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 14.560, ano XLIV, p. 3

⁴⁵⁶ Entre outros: “Comunicado de ontem do Serviço Sanitário” O Estado de S.Paulo São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº 14.562, ano XLIV, p. 4. “A divisão da cidade em setores” O Combate São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 1.048, ano IV, p.1

aperfeiçoar o serviço existente. A epidemia estaria declinando, como anunciara Neiva ? Muitos não acreditavam e desaprovaram a medida de Vieira de Carvalho: as vagas nos hospitais seriam resultado da incompetência do serviço de internação, inclusive dos pneumônicos, e não do declínio da moléstia. Caso o atendimento fosse eficiente faltariam leitos.⁴⁵⁷

As opiniões se dividiram. O Combate insistia em denunciar a expansão da epidemia, questionando, mais uma vez, a veracidade do total de óbitos divulgados pelo Serviço Sanitário, uma vez que os dados da Prefeitura sobre os enterros realizados eram outros, sempre maiores. A explicação não tardou, a diferença representaria os mortos enterrados no dia seguinte ao de seu falecimento. Mas as desconfianças continuaram. Feitas as contas, comparando vários dias com diferença sempre a favor da Prefeitura, haveria “cadáveres em excesso”, mesmo descontando os possíveis enterros realizados no dia seguinte ao da morte do gripado. Apostavam que o governo ocultava a verdade, escamoteando o número real de mortos de gripe espanhola.⁴⁵⁸ O Serviço Sanitário declarava em nota oficial:

*“Essa Diretoria insiste em afirmar que os dados (...) são fornecidos ao público com a máxima lealdade, não tendo sido até hoje sonogado nem um óbito, porquanto esse serviço é feito junto aos cartórios de paz de onde retiramos o número de mortes registrados durante o dia até às 18:00 horas. Quanto ao número de casos, como desde o princípio comunicamos, não exprimem exatidão absoluta, o que é de se explicar em tal emergência, devido ou a esquecimento ou falta de tempo dos srs. clínicos em nos transmitirem suas observações. Atualmente esse serviço de notificações é feito com a perfeição possível, sendo executado com toda a dedicação pela Associação Brasileira de Escoteiros.”*⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ “A hospitalização” O Combate São Paulo, 9 de novembro de 1918, nº 1.046, ano IV, p.3. Caso houve de hospital organizado que jamais funcionou e de outros pouco utilizados, por falta de recurso material e/ou humano.

⁴⁵⁸ “A marcha da epidemia” O Combate São Paulo, 9, 10, 11, 12 e 13 de novembro de 1918, nº 1.046, 1.047, 1.048, 1.049, ano IV, p.1

Quais eram os dados apresentados nos boletins diários do Serviço Sanitário ? Dos 6.438 casos novos notificados até às 18:00h do dia 9 de novembro, o número caía para 4.826 no dia 10, 4.801 dia 11, para atingir as marcas de 3.565 e 2.857 gripados novos nos dois dias seguintes. Com o total de óbitos, a situação oscilava: dia 9, 231 mortos; 272 dia 10; 241 dia 11 e 244 e 219 dias 12 e 13. Os números poderiam até sofrer alguns ajustes oficiais, mas a idéia de que a epidemia realmente declinava ganhou sentido concreto para várias pessoas.⁴⁶⁰ Em poucos dias, de maneira tão fulminante quanto as críticas (e a própria epidemia), alguns jornais começaram a tecer elogios à ação de Arthur Neiva e do Secretário do Interior, fazendo novamente comparações com o Rio de Janeiro mas agora falando em competência e eficiência de São Paulo, inflamando o nada modesto orgulho paulistano. Outros lembravam jubilosos o trabalho voluntário de grande parte dos moradores da Capital, que se empenhavam para debelar a gripe espanhola.

Assim, para o Jornal do Commercio, o diretor do Serviço Sanitário e Oscar Rodrigues Alves poderiam “*estar na certeza de já terem vencido*” a epidemia com suas acertadas e oportunas medidas; enquanto artigo publicado na A Gazeta comentava o possível declínio da influenza como um “*raio de esperança*”, lembrando as “*providências enérgicas tomadas com antecedência [pelo governo], e principalmente a iniciativa particular*”. O Estado de S.Paulo ao começar seus informes sobre “*a marcha da epidemia*”, sem as terríveis perspectivas da catástrofe epidêmica, fazia uma pequena e otimista crônica. Certamente a assinatura do armistício de 11 de novembro, que pois fim a Primeira Guerra Mundial, contribuiu para a alegria.

“A cidade apresentou ontem | dia 11 |, um aspecto mais animado, notando-se pelas ruas, durante todo o dia, e

⁴⁵⁹ “A “espanhola”. A epidemia declinou” A Nação São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 128, ano IV, p.4

⁴⁶⁰ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p. 120-125. Veja: p. 50-57

*principalmente à tarde, um movimento a que, faz já quase um mês, não estávamos acostumados. Os bondes viajaram sempre repletos de passageiros (...). Em toda a parte parecia ver-se mais animação, mais vida e mais confiança, sendo crença geral que a epidemia entrou em declínio.”*⁴⁶¹

Os hospitais provisórios começaram a fechar e o instalado no Mackenzie, inovando, inaugurou um pavilhão dos convalescentes. Atenção ainda maior foi solicitada para os pneumônicos, que deveriam ser hospitalizados separadamente o mais depressa possível (de preferência em enfermarias especiais) ou, pelo menos, isolados em casa. O grande número de casos preocupava. Máscaras foram, então insistentemente, indicadas para os que cuidavam daqueles enfermos e no Instituto Butantan eram preparadas muitas ampolas de “soro anti-pneumocócico” para o tratamento dos doentes.⁴⁶²

Entre o alerta para o cuidado com as recaídas e, mais uma vez, conselhos para evitar aglomerações, grande esforço físico e atenção para uma alimentação leve e saudável, a diretoria do Serviço Sanitário anunciava a desinfecção das casas onde teriam ocorrido óbitos de gripe espanhola, priorizando os prédios em que haviam morrido três ou mais gripados. Os escritórios de Cartórios de Paz da Penha, Mooca, Brás, Lapa, Bom Retiro, Bela Vista e Belenzinho, significativamente locais de pobres e operários por excelência, estavam

⁴⁶¹ “A influenza “espanhola”. A situação em S. Paulo” Jornal do Commercio São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº 364, ano III, p. 2. “Notas sociais. Início de coluna” A Gazeta São Paulo, 11 de novembro de 1918, nº 3.848, ano XIII, p.2. “Notícias diversas. A Influenza Espanhola. A marcha da epidemia” O Estado de S.Paulo São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 14.563, ano XLIV, p.2

⁴⁶² “Associação de pastores evangélicos” e “Comunicado de ontem do Serviço Sanitário. Fechou-se...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 12 e 14 de novembro de 1918, nº 14.563 e 14.565, ano XLIV, p.3 e 3. MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.117 e 120-121

Os integrantes da Missão Rockefeller atuaram no hospital provisório do Mackenzie: dr.Hydrick ficou encarregado da enfermaria masculina, dr.Darling da enfermaria feminina e infantil e dr.Smüllie do pavilhão dos convalescentes. A direção do hospital (incluindo a terapêutica) ficou a cargo do dr. Lemos Torres. Especulações sobre a inovadora ala especial para convalescentes: “racionalidade protestante” ou novas premissas de organização sanitária da Comissão Rockefeller ? Hipóteses para estudo. Dado significativo: o número de óbitos do hospital Mackenzie não diferiu muito da porcentagem de vários outros nosocômios. A possibilidade de pacientes que receberam alta em outros hospitais terem morrido em suas casas é mais uma questão, uma vez que isso pode ter acontecido também com os ex-internos do “hospital dos protestantes”. Cf.:

colaborando, oferecendo listas dos domicílios onde a influenza fora fatal.⁴⁶³ Em nome de uma doença pseudo-democrática, que escolhia muito bem suas vítimas preferidas, o governo fazia intervenções na vida do paulistano com o argumento da manutenção da saúde de toda a coletividade. A epidemia, período em que o cotidiano enfermo e miserável de uma grande parcela dos trabalhadores da cidade era exposto de maneira visceral, era também momento privilegiado para implementação de práticas controladoras sobre a população mais pobre, “perigosa”, da Capital, que estava abatida pela doença, paralisada diante de uma catástrofe.

*“ O comunicado do dr. Neiva vem anunciando há dias o declínio da pandemia e só agora se lembra de proceder ao expurgo dos prédios infeccionados”, criticava O Combate, que parecia ter olvidado o alerta que fizera aos seus leitores, sobre os perigo da “ditadura do Serviço Sanitário”. O jornal chamava atenção para o que seriam as “reais funções” do Serviço Sanitário. Em tom impositivo, inclusive quanto aos enfermos, apontava as obrigações daquele Serviço: a desinfecção das habitações, o policiamento sanitário, a higiene da cidade, o fornecimento de medicamentos, a remoção obrigatória dos pneumônicos para os hospitais e o socorro a outras cidades do Estado. Tudo visando deter a epidemia. “ Volte pois, o dr. Neiva ao seu principal afazer. Cuide agora dos serviços que mais propriamente lhe incumbe (...) Não poderá o sr. diretor do Serviço Sanitário alegar que lhe falta tempo.”*⁴⁶⁴

Mas a lógica que movia o Serviço Sanitário parecia muito mais embasada pela avaliação, e esperança, de que o período/ciclo da gripe espanhola estava próximo do fim do

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op.cit.242-244. Estatística : MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit., p.5 e 6

⁴⁶³ “Notícias diversas ... Comunicado de ontem ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 13 de novembro de 1918, nº 14.564, ano XLIV, p.3

que impulsionada pela convicção de realizar um “*serviço que mais propriamente lhe incumbe*”, como queria o jornal. Com um aparato particular razoável e cada vez menos enfermos novos, ficava mais fácil liberar alguns dos profissionais da saúde que ainda não haviam adoecido (ou tinham se restabelecido) para a realização de tarefas que visavam, não deter a “marcha natural” da epidemia, mas amenizar suas conseqüências e “desinfetar” seu rastro.

Era, pois, com satisfação que o Serviço Sanitário anunciava que, finalmente, poderia socorrer o interior de São Paulo diante do declínio da epidemia na Capital. Muitos não acreditaram. Mas, dia 12 de novembro, a nomeação de um desinfector, em comissão, para a cidade de Bauru, parecia sinalizar, timidamente, a concretização da intensão anunciada e assim também a previsão feita de decréscimo da epidemia em terras paulistanas. O ato foi anunciado como de responsabilidade de Arthur Neiva.⁴⁶⁵ Entretanto, boatos especulavam sobre o estado de saúde do diretor do Serviço Sanitário e diziam que ele nada mais fazia na direção dos serviços de saúde do Estado.

Para os que se questionavam a respeito da veracidade do falatório, a resposta chegou rápida. Dois dias depois, em nota discreta, o jornal O Estado de S.Paulo relatava:

“ O sr. Altino Arantes, presidente do Estado, visitou ontem em companhia do seu ajudante de ordens, major Afro Marcondes de Rezende, o sr. dr. Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário, que se acha enfermo de influenza no Hospital de Isolamento.

Em nome do sr. dr. Oscar Rodrigues Alves, secretário do Interior, o seu oficial de gabinete, sr. Mario Reys, visitou ontem no Hospital de Isolamento o diretor do Serviço

⁴⁶⁴ “A “espanhola”. Acodem os desinfectores...” O Combate São Paulo, 13 de novembro de 1918, nº 1.049, ano IV, p.1. “A “espanhola”. Afinal, faz-se um pouco de ordem” Idem 9 de novembro de 1918, nº 1.046, p.1

⁴⁶⁵ “Notícias diversas ... Várias notícias” O Estado de S.Paulo São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 14.563, ano XLIV, p.4

*Sanitário, dr. Arthur Neiva que está enfermo, atacado de gripe.”*⁴⁶⁶

Teriam os sintomas da doença de Neiva contribuído para as decisões de Oscar Rodrigues Alves naquele 8 de novembro ? Estaria o Secretário do Interior poupando com seus atos o diretor do Serviço Sanitário, desgastado com uma crise que não conseguia controlar ? Estaria preservando o homem e cientista que, enfermo e debilitado, pouco poderia fazer além de esporádicas visitas aos hospitais para gripados ? A forma como Rodrigues Alves determinou a reordenação do socorro às vítimas da epidemia e seus familiares, alijando Neiva das mais importantes decisões sobre a epidemia, poderiam assim ter concorrido muito mais para resguardar a imagem do diretor do Serviço Sanitário, em situação pessoal e profissional delicada, alvo de incontáveis críticas, do que para indicar descrédito de Arthur Neiva junto ao seu chefe.⁴⁶⁷

Neiva lembraria anos depois o período em que estava com influenza. Em carta ao amigo Affonso de Taunay, com bom humor que não conseguia disfarçar a gravidade do seu caso, recordava:

“ o nosso bom Celestino, por ocasião da gripe, quando conseguiu fazer-me uma visita e auscultar-me, disse: Neiva, V. já fez seguro ? e eu de olhos enviezados respondi: Não, por que ? É porque V. está com uma dilatação | arterial | e há necessidade de examinar as urinas. Por mais um pouco e ele estaria me convencendo que devia acreditar no céu, no vale de Jericó e na harpa que deveria dedilhar nas regiões serenas

⁴⁶⁶ “Governo do Estado” O Estado de S.Paulo São Paulo, 14 de novembro de 1918, nº 14.565, ano XLIV, p.4. A comissão de socorro da loja maçônica Grande Oriente manifestaria seu pesar pela enfermidade de Neiva em carta enviada ao diretor do Serviço Sanitário, veja: Gr.:Or.:Estadual de S.Paulo, São Paulo [novembro de 1918]. Fundo Arthur Neiva. O Serviço Sanitário ficaria sob as ordens de Joaquim Rabello Teixeira.

⁴⁶⁷ Cláudio Bertolli Filho afirma: “a última medida tomada por Neiva durante a epidemia, à frente do Serviço Sanitário, foi a de ordenar que todas as farmácias localizadas no município aviassem gratuitamente as receitas previamente carimbadas com o selo da Diretoria que chefiava, o que garantiria o posterior reembolso do valor das drogas.” Op.cit. p.214-215. Interessante observarmos que tal ato foi publicado no comunicado do Serviço Sanitário de 27 de outubro, portanto os sintomas da enfermidade de Neiva poderiam datar dos dias seguintes, pelo menos uma semana antes das mudanças do dia 8 de novembro. Cf.: MEYER, Luiz Carlos; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit.p. 96

onde reina a Eternidade (...), é verdade que em fins de novembro, quase que levo o Diabo ...”⁴⁶⁸

Nem todos do Serviço Sanitário tiveram a sorte de ficar no “quase”. No mesmo dia que eram anunciadas as visitas a Neiva, o boletim oficial sobre a epidemia começava de forma fúnebre:

“A classe médica, que já tem pago tão largo tributo à epidemia, no Rio, nesta Capital e localidades do interior, tem hoje, assim como o Serviço Sanitário, a deplorar com grande magua mais uma perda na pessoa do Dr. Theodoro Bayma, ilustre Diretor do Instituto Bacteriológico e um dos seus membros mais esforçados, que cai vítima da sua abnegada dedicação à causa pública.

Contraiu a moléstia quando se achava à testa do Hospital de São Luiz, ao qual dedicava toda a sua atividade e competência. A morte colheu-o, pois, no exercício do seu sacerdócio, em plena luta contra o mal insidioso que nos assola.”⁴⁶⁹

Na imprensa e nas associações médicas, palavras de elogio e saudade do cientista e dedicado homem público que havia combatido a peste bubônica e a febre amarela, exercido a função de inspetor sanitário e chefe da Comissão Sanitária em Campinas, substituindo Emílio Ribas. Lembravam que, depois de Campinas, Bayma transferira-se para a Capital, onde se tornaria assistente do Instituto Bacteriológico por dez anos e, desde 1916, seu diretor. A consternação pela morte do médico atravessou fronteiras. Do Paraná, chegavam condolências e notícias de luto oficial, em homenagem ao especialista em febre tifóide que, segundo todos, colaborara, decisivamente, para o saneamento de Curitiba. O presidente daquele Estado mandaria representante para o funeral. Na Câmara Municipal de São Paulo,

⁴⁶⁸ Correspondência. Carta de Arthur Neiva (Rio de Janeiro) a Affonso de Taunay (São Paulo), 14 de março de 1932. Fundo Arthur Neiva

⁴⁶⁹ “Comunicado de ontem do Serviço Sanitário” O Estado de São Paulo São Paulo, 15 de novembro de 1918, nº 14.567, ano XLIV, p.2

que voltava a se reunir depois da debandada motivada pela epidemia, e no Senado Federal, vereadores e senadores decidiram pela inclusão em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento de Theodoro Bayma.⁴⁷⁰

Grande tristeza pela morte do médico. Mas a epidemia em São Paulo parecia se aproximar do final, os casos novos e de mortes diminuam. Especulava-se até sobre a reabertura dos teatros e o Serviço Sanitário enviava para interior do Estado número crescente de profissionais para tratar os gripados e tentar combater a influenza. Assim, enquanto Bayma morria, artigo de O Combate declarava: “*não nos custa reconhecer que a pandemia entrou francamente em declínio*”.⁴⁷¹ Era o dia 14 de novembro.

2. Labirintos da ciência

A segunda quinzena de novembro parecia, efetivamente, anunciar o fim da epidemia de gripe espanhola: até o números de mortos diminuia a medida que os dias passavam. O pesadelo poderia estar chegando ao fim. Mas homens, ainda atordoados, não entendiam como uma simples gripe poderia ter sido letal. Foram muitas as tentativas de explicitar e solucionar o mistério de uma moléstia em geral inofensiva, mas que havia matado de forma descomunal. Seria mesmo gripe aquela doença epidêmica de 1918 ?

⁴⁷⁰ “As vítimas do dever. Dr. Theodoro Bayma” e “Dr. Theodoro Bayma. Uma homenagem do Senado Federal” O Combate São Paulo, 16 e 19 de novembro de 1918, nº 1.051 e 1.053 ano IV, p.1 e 1. “Câmara Municipal” O Estado de S.Paulo São Paulo, 17 de novembro de 1918, nº 14.568, ano XLIV, p.3. “Dr. Theodoro Bayma”, “Homenagem ...” e Sociedade de Medicina e Cirurgia” Jornal do Commercio São Paulo, 18 e 19 de novembro e 3 de dezembro de 1918, nº 18, 19 e 34, ano III, p. 2, 2 e 3. “Dr. Theodoro Bayma” Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia São Paulo, ano VI, volº IX, nº 11, p. 256-259, novembro de 1918

⁴⁷¹ Citação: “A “espanhola” ” O Combate São Paulo, 14 de novembro de 1918, nº 1.050, ano IV, p. 1. Veja também: “A reabertura dos teatros”, 13 de novembro de 1918, nº 1.049, p. 1 e “Comunicado de ontem ...” , “Notícias diversas. Sabendo ... teatros” e “Comunicado de ontem ...” O Estado de São Paulo São Paulo, 14, 15 e 16 de novembro de 1918, nº 14.566, 14.567 e 14.568, ano XLIV, p.3, 2 e 4. “Os teatros não serão reabertos já” O Combate São Paulo, 19 de novembro de 1918, nº 1.053, p.1.

As discussões haviam começado assim que chegaram as notícias sobre os brasileiros adoecidos e mortos depois de aportar na África. Na Academia Paulista de Medicina, em reunião do dia 25 de setembro, *“assunto de palpitante atualidade”* era investigar a *“verdadeira entidade mórbida que, sob a denominação de “influenza espanhola” tem ceifado as preciosas vidas de nossos pobres e abnegados colegas que para a Europa partiram no duplo dever de médicos e patriotas”*.⁴⁷² Incertezas. Faltavam descrições clínicas detalhadas da enfermidade. Mas as especulações começaram e uma profusão de citações de autores estrangeiros foi alinhavada nas sugestões de diferentes teses sobre a doença. Ou seriam doenças ?

O dr. Cunha da Motta descartava a hipótese de ser a moléstia de 1918 a, hoje esquecida, febre de três dias ou febre de pappataci, de caráter absolutamente benigno, própria da bacia do Mediterrâneo e da Índia. A idéia de que era essa a moléstia epidêmica que estava grassando na Europa, apareceu na imprensa paulistana quando foram transcritas considerações de um médico português datadas de 10 de junho. O clínico descrevia a enfermidade que então prostava os seus patrícios: início súbito com dores de cabeça, febre de até 40° por 2 ou 3 dias, dores musculares, perturbações gastrintestinais. Suores acompanhariam a convalescença. O dr. Carlos França, esse era o nome do médico, descartava a possibilidade de ser gripe porque não havia em geral catarro nasofaríngeo, lesões broncopulmonares ou temperatura elevada por muitos dias. Outra doença desconsiderada pelo doutor lusitano era a dengue, pois não existiria erupção na pele dos

⁴⁷² “Sessão ordinária de 25 de setembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p.34-36

doentes e a temperatura dos enfermos quando baixava não voltava a se elevar. Apostava na benigna febre dos três dias.⁴⁷³

Muitos discordariam e o dr. Cunha da Motta era apenas um deles.⁴⁷⁴ Analisando as recentes informações que desde o início do mês de setembro começavam a chegar em grande quantidade da Europa e os relatos sobre os brasileiros que haviam partido com a Missão Médica, o doutor paulistano descartava a possibilidade dessa nova epidemia ser a febre de pappataci, pois o número de mortes e a rapidez com que os doentes faleciam eram características estranhas àquela moléstia. Pedindo a palavra, o dr. Eduardo Monteiro discordava em parte do colega e propunha outra questão: a moléstia que flagelava a Europa era a mesma que causara a morte dos brasileiros em Dakar ou tratava-se de enfermidade diferente? Para Monteiro a segunda hipótese era mais racional, pois considerava que, crer fosse gripe, dengue ou febre dos três dias (todas doenças detectadas em solo europeu naqueles meses), seria pouco provável que qualquer dessas moléstias, que em casos excepcionais poderiam sim matar, vitimasse em tão poucos dias homens jovens e robustos como os nossos conterrâneos mortos longe da pátria.⁴⁷⁵

Aproveitando o debate, o dr. Campos Seabra defendia sua tese singular: não acreditava que nossos heróicos médicos e marinheiros haviam sido vítimas de uma doença infecciosa. A insolação os teria matado. A tragédia os teria acometido devido a combinação do sol tropical com circunstâncias peculiares, como a tensão da disciplina militar em tempo de guerra, saudades do Brasil, alimentação e acomodações insatisfatórias. A discussão

⁴⁷³ “A “influenza espanhola”” O Estado de S. Paulo São Paulo, 24 de setembro de 1918, nº 14.514, ano XLIV, p.5

⁴⁷⁴ Veja a discussão publicada pela revista The Lancet “Influenza and the differential diagnosis of sandfly fever” The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Nov. 9 1918, p.645-646

⁴⁷⁵ “Sessão ordinária de 25 de setembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p.34-36. O dr. Eduardo Monteiro era autor, com Renato Kehl,

prosseguiu animada. O dr. Otávio de Carvalho, pedindo a palavra, afirmava: qualquer moléstia pode ser fatal desde que, em períodos epidêmicos, seus microrganismos patogênicos passem repetidamente de um indivíduo para outro. A passagem “avivaria” a periculosidade. As desfavoráveis condições de vida dos tempos de guerra tornariam ainda mais fácil essa reprodução e, conseqüentemente, o agravamento de qualquer moléstia. Assim todas as enfermidades citadas pelos seus distintos colegas poderiam se ocultar sob o nome de “gripe espanhola”. A insolação havia sido, discretamente, esquecida.⁴⁷⁶

Com a chegada de um telegrama do dr. Nabuco de Gouvêa, chefe da Missão Médica Brasileira, os debates começaram a tomar um novo rumo. Nele havia a afirmação de que era gripe ou influenza a moléstia que matara os brasileiros que aportaram na África a caminho da Europa, muitos ainda estariam doentes. A informação foi divulgada em 26 de setembro e a classe médica, de posse de tão valiosa opinião, foi deixando na penumbra outras enfermidades e passou a tematizar cada vez mais a gripe em suas discussões.

A gripe em 1918, como hoje, ocupava “o primeiro lugar entre as doenças de distribuição universal”.⁴⁷⁷ Pandêmica, epidêmica ou endêmica, era idêntica a impotência humana em liquidar a moléstia considerada benigna. As origens das denominações mais comuns da doença lembravam o caráter ao mesmo tempo avassalador e indecifrável da enfermidade: influenza, palavra de origem italiana, utilizada desde aproximadamente 1500, estava relacionada às condições meteorológicas que *influiriam* na ocorrência de epidêmicas da doença. A denominação havia se popularizado depois da pandemia de 1889-1890. A

de O medico no lar. Diccionario popular de medicina de urgencia editado e reeditado pela Melhoramentos em São Paulo.

⁴⁷⁶ “Sessão ordinária de 25 de setembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p.34-36. A idéia de que a transmissão da doença, de uma pessoa para outra, pudesse aumentar a virulência da moléstia, foi debatida, sem conclusões positivas, durante a epidemia.

palavra gripe, do francês *gripper* (ou *agripper*) isto é *agarrar*, remontava ao século XVIII e lembrava a forma como a moléstia se apossava do homem e só o deixava depois de cumprir seu ciclo, independente dos esforços de médicos, curadores ou do próprio doente.⁴⁷⁸

Assim, com um parecer abalizado do dr. Gouvêa, os debates científicos sobre a gripe, tão familiar e enigmática doença, ocuparam as reuniões médicas e suas preleções. No início de outubro, como já havia declarado em outras ocasiões, o dr. Carlos Seidl, então Diretor Geral da Saúde Pública, afirmava julgar ser preciso distinguir os casos de influenza importados da África ou do Velho Continente daqueles que começavam a ocorrer no território nacional.⁴⁷⁹ Para o médico carioca tratava-se de duas manifestações distintas da gripe, a primeira excepcionalmente virulenta e até mortal e a outra moléstia benigna e corriqueira. A relação entre a virulência da epidemia européia (e africana) e as terríveis condições impostas aos seres humanos pela guerra estava implícita nas idéias de Seidl e de outros doutores que debatiam a grave questão epidêmica. Artigo do O Estado de S. Paulo, resumindo o pensamento desses homens, afirmava: *“Tudo indica que a moléstia não tomou no Brasil a feição de que se tem revestido na Europa”*.⁴⁸⁰ Mas, em meio a seriedade da situação, muitos com certeza sorriram ao se depararem com a hipótese, publicada nos

⁴⁷⁷ LACORTE, J. Guilherme, VERONESI, Ricardo. “Influenza (Gripe)”. In: VERONESI, Ricardo. Doenças infecciosas e parasitárias 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1972, p.22

⁴⁷⁸ Veja: ANDRÉ, G. La grippe ou influenza Paris: Masson & Cia Editeurs, 1908, p.3-4 e 43-69. OLDSTONE, Michael B.A. Viruses, plagues, and history Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 177-178

⁴⁷⁹ “A gripe espanhola. Resposta” O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de outubro de 1918, nº 14.523, ano XLIV, p.4. “Gripe espanhola. Boatos...” Idem 8 de outubro de 1918, nº 14.528, p. 4. “Gripe espanhola” Idem São Paulo, 9 de outubro de 1918, nº 14.529, p. 4

⁴⁸⁰ “A gripe espanhola. A opinião dos médicos” O Estado de S. Paulo São Paulo, 13 de outubro de 1918, nº 14.533, ano XLIV, p. 5 (citação). Alguns artigos de jornal associavam micróbios com “*fluido atmosférico*” modificado pelos anos de guerra para explicar a epidemia. Era mais uma combinação de idéias miasmáticas e teoria microbiana que circulava na sociedade daquela época. Cf.: “A “razzia” da peste” O Combate São Paulo, 27 de novembro de 1918, nº 1.060, ano IV, p.1

Estudos recentes apontam que não a guerra em si, mas as conseqüências do conflito, como fadiga e privações, o deslocamento da população, o esgotamento da mão-de-obra, deterioração das condições de alojamento e precariedade de serviços médicos, teriam contribuído para o contágio durante a epidemia de 1918. Veja: “La grippe ... *via* la guerre”. In: MURARD, Lion et ZYLBERMAN, Patrick. L’Hygiène dans la République. La santé publique en France, ou l’utopie contrariée (1870-1918) Paris: Fayard, 1996, p.567-571, p.571

jornais, de que a gripe espanhola teria sido astuciosamente espalhada na América por agentes alemães, que infectavam o Novo Mundo depois de terem feito adoecer a Europa, em uma tática de luta que carecia de provas, mas vendia jornais e incendiava a imaginação das pessoas.⁴⁸¹

Entre as diversas considerações apresentadas sobre a enfermidade, uma que, com certeza, mereceu especial atenção dos paulistanos, foi anunciada pela imprensa na primeira semana de outubro: a descoberta do “*micróbio da influenza espanhola*” pelo médico italiano Ciauri: “*um germe completamente novo na patologia humana*”. Seguiram-se considerações de seu conterrâneo, o dr. Ciancio, com alguns detalhes relacionados a esse novo micróbio: morfologia, métodos de coloração, meios de cultura, os sintomas que a enfermidade provocava — febre alta, problemas digestivos, intolerância à luz, olhos injetados, boca e gengivas muito vermelhas.⁴⁸²

O alento que a descoberta pode ter causado naqueles que buscavam uma explicação para a virulência de uma doença aparentemente comum, com certeza não foi maior do que as objeções que o feito despertou: o tempo entre as investigações efetuadas pelo dr. Ciauri e os resultados anunciados era, no mínimo, pequeno demais para conclusão tão extraordinária.⁴⁸³ Os médicos mantiveram uma distante curiosidade e aguardaram novas informações, baseadas em pesquisas e discussões científicas.

⁴⁸¹ “A gripe espanhola foi espalhada por agentes alemães ?” O Combate São Paulo, 7 de novembro de 1918, nº 1.044, ano IV, p. 1. Veja : “As obras ...Palavras do professor Brunetti à “Gazeta”” A Gazeta São Paulo, 12 de novembro de 1918, nº 3.849, ano XIII, p. 3 (a causa da epidemia seriam miasmas importados da Europa)

⁴⁸² “O professor Ciauri...” A Capital São Paulo, 4 de outubro de 1918, nº 119, ano VII, p.3. “Decobriu-se o micróbio da influenza espanhola ?” O Combate São Paulo, 27 de novembro de 1918 nº 1.060, ano IV, p.1.

⁴⁸³ “O professor Ciauri...” A Capital São Paulo, 4 de outubro de 1918, nº 119, ano VII, p.3

A hipótese de a doença de 1918 ser uma enfermidade nova atravessou os meses e os continentes. Confira, por exemplo: ROBERTS, D. “The unidentified pandemic disease (influenza ?)” The American Journal of the Medical Sciences (New Series) Philadelphia; New York: Lea & Febiger, v. CLVIII, p.397-407, 1919

E seria através dessas mesmas pesquisas e debates acadêmicos, mas tendo sempre como referência os conhecimentos, vagos, sobre uma moléstia chamada gripe, que deveriam ser aplainadas as divergências das outras teses sobre a enfermidade. Se a gripe espanhola era diferente da gripe que estava fazendo os cariocas adoecerem, como queriam Seidl e outros médicos do Rio de Janeiro ainda na primeira quinzena de outubro ou se, como iria propor o dr. Victor Godinho, a influenza era a reedição da pandemia de 1889, os estudos um dia responderiam.

A tese do dr. Godinho sobre a epidemia apareceu nos jornais de São Paulo na última semana de outubro. O respeitado clínico, diretor do Hospital de Isolamento da Capital, começava suas palavras reproduzindo uma carta que enviara em 1907 ao jornal O Estado de S.Paulo onde fazia consideração sobre a gripe de 1889 e os estudos que se seguiram a pandemia, cujo resultado mais significativo foi a descoberta por Pfeiffer, em 1892, do *Haemophilus influenzae* ou bacilo de Pfeiffer. Para Victor Godinho (e vários outros médicos), em 1918 como no final do século XIX, era aquele bacilo que determinava a natureza da moléstia. Segundo o médico, a mesma pandemia gripal de 1889 grassava no século XX, ambas causadas pelo *Haemophilus influenzae*. Para o diretor do Hospital de Isolamento, algumas vítimas da gripe epidêmica poderiam até não apresentar o bacilo de Pfeiffer, porque ele teria a capacidade de atuar em conjunto e como um “facilitador” de agentes de outras moléstias, como o da pneumonia, o que muitas vezes tornava impossível ao pesquisador detectar o bacilo de Pfeiffer, por exemplo, no organismo de um pneumônico. Tratamento: purgativo de calomelano (solução a base de mercúrio diluído),

por sua propriedade anti-séptica, que o dr. Godinho aconselhava inclusive como preventivo, advertindo: “a prescrição deve ser feita sempre por médico”⁴⁸⁴

Dia 5 de novembro, os jornais da Capital publicavam comentário do respeitável dr. Arnaldo Vieira de Carvalho sobre tese que já provocava grande celeuma quando o tema era a epidemia:

*“ Os exames necroscópicos sucessivos procedidos na Faculdade de Medicina desta capital, autorizam a suposição de estarmos a braços com duas entidades mórbidas na presente epidemia: a gripe e a pneumonia. A gripe predispõe organismo para a implantação da pneumonia. Assim sendo, é necessário haver a maior cautela na hospitalização dos enfermos, não se devendo expor simples gripentos fáceis de curar, as vizinhanças de pneumônicos. Sendo, naturalmente, nossos hospitais provisórios muito defeituosos quanto ao isolamento, seria prudente, quanto possível, a eles só se recolherem pneumônicos, no interesse dos doentes e mais no interesse da higiene, absterem-se as numerosas pessoas sãs, que com nobres intuitos caridosos, freqüentam tais casas, de entrar nas enfermarias. ”*⁴⁸⁵

O dr. Victor Godinho estaria certo ? A gripe espanhola tornaria os corpos mais vulneráveis e a pneumonia mais violenta e contagiosa ? Seria mesmo o bacilo de Pfeiffer o causador da moléstia epidêmica ? Estariam ocorrendo duas epidemias distintas ? As palavras de um médico carioca expressavam bem a “postura científica” frente a uma

⁴⁸⁴ “A gripe” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 14.545, ano XLIV, p.3.

⁴⁸⁵ “A natureza da moléstia reinante” O Estado de S. Paulo São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº 14.556, ano XLIV, p.4. “Duas entidades mórbidas” A Platéia São Paulo, 5 de novembro de 1918, nº128, ano XXXI, p.6. As considerações, diagramadas no formato dos avisos de urgência, seriam repetidas nos dias seguintes em vários periódicos. Cf.: “Gripe e pneumonia” A Gazeta São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 3.846, ano XIII, p.1 O tema havia irritado aqueles que queriam um isolamento eficiente das vítimas da epidemia: “*puerilmente, os médicos discutem se o mal reinante é gripe ou não é. Não vemos a razão de ser desta contenda sem assento em estudos experimentais e quando é certo que, em qualquer caso, é desconhecida a terapêutica específica da moléstia. Seja gripe ou pneumonia infecciosa, do que não resta a menor dúvida é que estamos em face de uma enfermidade eminentemente contagiosa.*”. Mas a questão acabou sendo utilizada para, mais uma vez, denunciar a ineficiência do Serviço Sanitário. Veja: “A “influenza espanhola”” O Combate São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 1.040, ano IV, p.1 (citação). “O isolamento dos pneumônicos” e “A “espanhola”” Idem 7 e 8 de novembro de 1918, nº 1.044 e 1.045, p.1 e 1

doença que desorientava a população e colocava os médicos diante do limite de seu conhecimento. Perguntado se a enfermidade era apenas gripe, o dr. Eduardo Meirelles afirmava:

“Ao certo não lhe posso afirmar. O que há é uma moléstia polimorfa, com quadros clínicos diversos que se não fora a epidemia reinante desorientaria totalmente o médico. (...) |Constato| uma verdadeira balburdia em nosologia médica ...” Indagado se o diagnóstico era duvidoso, dizia: *“Seria se não fosse a epidemia reinante ...”*⁴⁸⁶

Assim, a ciência nocauteada pela epidemia procurava eclipsar sob a denominação “gripe” as divergências e perplexidades que sobressaltavam os doutores durante aquela influenza que chamavam de espanhola. As pesquisas feitas na Faculdade de Medicina de São Paulo, sob o comando de Arnaldo Vieira de Carvalho, ou as investigações realizadas em uma enfermaria especial, instalada por Arthur Neiva, no hospital provisório da Escola de Farmácia, eram exemplos da busca de explicações e tratamento para uma doença que mais dúvidas que certezas trazia a cada dia.⁴⁸⁷

E essas teses e impasses chegavam aos ouvidos dos moradores de São Paulo de maneira fragmentada e ainda mais nebulosa. Os paulistanos deviam ficar atordoados com notícias que, anunciadas com alarde, eram pouco depois esquecidas ou desmentidas: *“anuncia-se que o dr. Carlos Chagas, diretor do Instituto de Manguinhos, descobriu o micróbio da gripe”* era nota de primeira página no O Combate em meados de outubro; enquanto o Ministro das Relações Exteriores, para desalento dos crédulos, mandava reproduzir nos jornais a afirmação: *“(...) tenho a honra de comunicar que o dr. Roux, que apresentou à Academia de Medicina |de Paris| a descoberta de um médico de Túnis,*

⁴⁸⁶ “O que disse um médico ...” A Platéia São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº123, ano XXXI, p.1

*informou-me não haver ainda serum contra a gripe (...)*⁴⁸⁸ E, quando os casos de gripe começaram a diminuir, todos, ainda perplexos, continuavam sem respostas para as principais indagações que haviam surgido durante a epidemia. Tentativas de solução não faltaram.

Aristides Marques da Cunha, Octavio de Magalhães e Olympio da Fonseca, do Instituto Oswaldo Cruz, depois de vários estudos realizados em Manguinhos (que certamente concorreram para a notícia de que Chagas havia descoberto “*o micróbio da gripe*”) e com base em analogias observadas por diversos patologistas entre a gripe e outras moléstias humanas (como o sarampo) e de animais, formularam a hipótese de ser a influenza causada não pelo bacilo de Pfeiffer, mas por um vírus filtrável, isto é, por um agente patogênico que não teria “vida independente” (como bacilos ou outras bactérias) mas que, sendo uma grande molécula de nucleoproteínas, sobreviveria apenas no interior de células vivas, como as do sangue e as existentes no escarro dos enfermos. Sangue e escarro devidamente filtrados resultariam em substâncias contendo o vírus, substâncias que podiam ser tratadas de diversas formas (aquecidas ou misturadas a produtos químicos) e servir para estudos e testes.⁴⁸⁹

⁴⁸⁷ “Notícias diversas. A Influenza Espanhola. Liga Nacionalista” O Estado de S.Paulo São Paulo, 13 de novembro de 1918, nº 14.564, ano XLIV, p.7

⁴⁸⁸ “A descoberta do micróbio da gripe” O Combate São Paulo, 17 de outubro de 1918, nº 1.029, ano IV, p.1. “Telegramas. Gripe espanhola. A cura da gripe” O Estado de S.Paulo São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 14.543, ano XLIV, p.2. As notícias ainda continuaram nos meses seguintes, entre elas uma dizia que um médico inglês havia descoberto que o bacilo da influenza espanhola era “*parente próximo do bacilo da peste e (...) igualmente propagado pelos ratos*”. Cf.: “Exterior. Inglaterra” O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de dezembro de 1918, nº 14.589, ano XLIV, p. 2

⁴⁸⁹ CUNHA, Aristides Marques; MAGALHÃES, Octavio de; FONSECA, O. da. “Estudos experimentais sobre a influenza pandêmica” Memorias do Instituto Oswaldo Cruz Rio de Janeiro: Manguinhos, tomo X, fascículo II, p. 174-191, ano 1918. Cunha, Magalhães e Fonseca realizaram pesquisas depois de estudos bacteriológicos comandados pelo dr. Carlos Chagas e continuados pelos doutores Astrogildo Machado e Costa Cruz que detectaram, na garganta dos gripados e em hemocultura, a presença freqüente de um tipo de diplococo (reunião de duas bactérias de forma arredondada) que durante um tempo se pensou ser o agente causador da gripe. Inoculações em animais de laboratório foram, entretanto, negativas. Vacinas com aquele diplococo foram testadas, bem como com o bacilo de Pfeiffer, com resultado também negativo. Vacinas, veja capítulo II, item I.

Questões sobre a gripe, suas diferentes manifestações, e o bacilo de Pfeiffer existiam havia anos,⁴⁹⁰ e a idéia da enfermidade ser causada por um vírus filtrável não foi privilégio desses três médicos: na França, Nicolle, Lebailly e Violle; na Alemanha, Selter e no Japão, Yamunuchi estavam entre os cientistas que faziam pesquisas semelhantes na mesma época. No Brasil, em Manguinhos, Henrique Baurepaire de Aragão também trabalhou sobre a hipótese da gripe ser causada por um vírus e, ao relatar os esforços realizados no Butantan para combater a gripe espanhola, o dr. Oscar Rodrigues Alves escrevia: “*algumas tentativas foram feitas de aproveitamento do vírus da gripe, admitindo-se ele filtrável.(...) O filtrado* [feito a partir de escarro e tratado com éter e soro fisiológico] *foi injetado em vários animais sem reação alguma aparente.*”⁴⁹¹ O que, se não demonstrava o sucesso da tese, indicava a existência de pesquisadores no Brasil, como em várias partes do mundo, que em meio ao socorro às vítimas da influenza procuravam entender a origem e o processo da gripe, elucidando e testando as idéias até então sustentadas sobre a enfermidade.⁴⁹²

⁴⁹⁰ Veja: GALLIARD, L. La grippe Paris: Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1898, p. 13-16. BEZANÇON, Fernand; JONG, S.I. de. “Grippe”. In: Traité d’hygiène Paris: Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1912. Vol. XVIII Étiologie et prophylaxe des maladies transmissibles, p. 320-360

⁴⁹¹ FONSECA, FILHO, Olympio da. “A pandemia de gripe de 1918 e as primeiras demonstrações da filtrabilidade do respectivo vírus” Oswaldo Cruz. Monumenta Historica. São Paulo: [s.n.], 1973. Tomo II (A escola de Manguinhos), p. 37-39, 1973. Brasiliensia Documenta, p. 39. FONTENELLE, J.P. Compendio de hygiene elementar Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, [1923?], p.427-428

Nota prévia de Henrique de Aragão sobre a gripe foi publicada no Brasil-Médico de 9 de novembro de 1918, nº 45, p.354, com o título “A proposito da gripe”. Veja: Archivos Brasileiros de Medicina Rio de Janeiro, ano IX, maio 1919, p.448

Relatorio apresentado ao Exmo.Snr.Dr.Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves. Anno 1918 Instituto Sôrotherapico, p. 149

⁴⁹² Entre outros: BROWN, James H.; ORCUTT, Marion L. “A rapid differential method for the isolation of bacillus influenzae” The Journal of Experimental Medicine New York: The Rockefeller Institute for Medical Research, 1918, vol. 28, p.659-663. TEISSONNIÈRE; BÉGUET; JOLLY. “Mémoires. Observation d’une épidémie de grippe à Armée d’Orient (mai-juin 1918)” Bulletin de la Société de Pathologie Exotique Paris: Masson & Cie, Tome XI, 1918, p. 738-745. McINTOSH, James; ABERD, M.D. “The incidence of bacillus influenzae (Pfeiffer) in the present influenza epidemic” The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Nov. 23, 1918, p.695-696. HARRIS, D.T.; MANCH, C.B.; LOND, B.S. “Some observations on the recent influenza epidemic” Idem Dez. 28, 1918, p.877

Assim, em meio aos experimentos e debates que marcaram os meses da epidemia de 1918, os três doutores ligados ao Instituto Oswaldo Cruz realizaram uma série de pesquisas utilizando inclusive seres humanos, mas principalmente macacos e cobaias, concluindo:

*“A gripe é uma infecção produzida por vírus filtrável
O vírus da gripe existe no sangue, pelo menos em certas fases da moléstia
O vírus da gripe existe no escarro dos doentes
O sangue e o escarro dos gripados continuam geralmente virulentos após filtração em vela; os casos de perda de virulência correm por conta da capacidade de retenção das velas já conhecida para outros germens filtráveis (...)
Os filtrados virulentos [de escarro], aquecidos ou fenicados [ou seja, tratados com ácido fênico], parecem dotados de poder curativo para os casos da moléstia
A autohemoterapia [isto é, a reintrodução no gripado de uma parcela de seu próprio sangue] é um tratamento muitas vezes eficaz parecendo seu êxito depender da existência do vírus no sangue
Uma primeira inoculação de filtrado de escarro imunizou um macaco que não mais reagiu a segunda inoculação feita dentro de certo prazo (...)”*⁴⁹³

Apesar de entusiasmados com as reações em animais conseguidas com a inoculação de escarro e de sangue filtrados (*“reações febris não obtidas com material análogo de outra proveniência”*⁴⁹⁴), os médicos eram cautelosos. Quando o tema era o tratamento que testavam contra a gripe, afirmavam: *“não devemos retirar conclusões do pequeno número de casos, 6 apenas, em que pudemos empregar a vacinoterapia por filtrado de escarro (...)”*. Quanto a autohemoterapia, realizada em 49 gripados com resultados *“favoráveis e não raro ótimos”* e mencionada por Carlos Chagas ao relatar os trabalhos feitos em Manguinhos durante a influenza, os doutores também eram cuidadosos:

⁴⁹³ CUNHA, Aristides Marques; MAGALHÃES, Octavio de; FONSECA, O. da. Op. cit., p. 191. Veja um pequeno relato das experiências feitas pelos franceses em: “A causa da gripe” *Archivos de Biologia* São Paulo, nº 30, ano III, p. 500-501, dezembro de 1918

⁴⁹⁴ FONSECA, FILHO, Olympio da. Op. cit., p.39

“dado o acúmulo enorme de trabalho durante esta fase aguda da epidemia não nos foi possível reunir dados numéricos acerca dos resultados da autohemoterapia. (...) Parece-nos que os resultados da autohemoterapia na influenza dependem da existência ou não no sangue circulante do vírus causador da moléstia (...) Ela seria um processo eficaz em certa fase | a septicêmica | ainda não bem determinada da infecção gripal.”⁴⁹⁵

Anos depois, com o filtro da memória, Olympio da Fonseca escreveria sobre as experiências:

“Estava melhorando a situação |epidêmica no Rio de Janeiro|, quando fomos visitar Aristides Marques da Cunha, ainda convalescente da gripe, em sua casa da rua Ipiranga, nas Laranjeiras. Manifestou-se Marques da Cunha pela necessidade de se proceder a estudos sobre a verdadeira etiologia da doença, já que o papel representado pelo bacilo de Pfeiffer, geralmente considerado como seu agente produtor, nos parecia muito duvidoso.(...) Octavio Coelho de Magalhães, já então destacado experimentador de Manguinhos, que trabalhava na filial do Instituto em Belo Horizonte, propôs-se ele ou lhe propusemos nós, não mais nos lembramos, que fosse também nosso colaborador, uma vez que, na capital de Minas Gerais, era ainda tempo de se observarem casos recentes de gripe.(...) Tentamos também associar Ezequiel Dias, ilustre diretor daquela filial que passara a ter seu nome, Instituto Ezequiel Dias. Excusou-se ele ... continuava a admitir o papel etiológico do Haemophilus influenzae, o então famoso bacilo de Pfeiffer, na produção da gripe.”⁴⁹⁶

E em 1918, mesmo com muitas reticências, inclusive de Fonseca e seus dois colegas, injeções subcutâneas de sangue feitas logo depois do líquido ser retirado do próprio doente, aparentemente, foram uma prática de “larga aplicação”⁴⁹⁷ no Rio de

⁴⁹⁵ CUNHA, Aristides Marques; MAGALHÃES, Octavio de; FONSECA, O. da. Op. cit., p. 180 e 181-182. A informação que na França cientistas estavam realizando pesquisa semelhante animava os pesquisadores. “Telegramas.Rio.Gripe espanhola” O Estado de S.Paulo São Paulo, 28 de outubro de 1918, nº 14.548, ano XLIV,p.2. Cf.: “Autotherapy in influenza” The Lancet London,vol. CXCIV,vol. I for 1918, Dez.28,1918,p.889

⁴⁹⁶ FONSECA, FILHO. Olympio da. Op. cit., p. 38-39

⁴⁹⁷ CUNHA, Aristides Marques; MAGALHÃES, Octavio de; FONSECA, O. da. Op.cit., p. 181

Janeiro, e a vacina de escarro filtrado foi considerada uma possível opção para aqueles que buscavam a cura da gripe espanhola. Mas em novembro a influenza começou a diminuir de intensidade e mais pesquisas foram adiadas. Faltava material para outros estudos.

Foi também quando a epidemia de gripe dava sinais de que estava terminando na cidade de São Paulo, que a Academia Paulista de Medicina voltou a se reunir depois do recesso forçado pela epidemia. Entre comentários sobre o “*ciclone maldito*” e lembranças dos colegas mortos enquanto tentavam tratar os gripados e debelar a epidemia, o dr. Galeno de Revoredo propôs a elaboração pela Academia de um estudo que expusesse a melhor terapêutica da influenza para uso dos médicos do interior do Estado, onde a gripe espanhola ainda fazia muitas vítimas. O dr. Rubião Meira sugeriu que ao tratamento se juntassem o diagnóstico e o prognóstico das diferentes formas e complicações da moléstia. Propostas aceitas, comissão designada. Além de Revoredo e Meira, o dr. Eduardo Monteiro, que se interessara pelo tema desde os primeiros dias da epidemia.⁴⁹⁸

No dia 30 de novembro, eram apresentadas à Academia as conclusões da comissão. O trabalho, que foi o mais completo “diagnóstico oficial” sobre a epidemia de influenza feito pelos médicos de São Paulo, merece ser analisado em detalhes. Aprovado por unanimidade, o texto começava por fazer o diagnóstico da doença: “*A gripe, que acaba de nos visitar, espalhando-se pelas cidades do interior, tem características clínicas que não permitem confusão com outras entidades mórbidas.*”⁴⁹⁹ Uma moléstia inédita, como queria o dr. Ciauri? Uma modalidade mais virulenta de gripe? Um alerta para os clínicos não confundirem a influenza com, por exemplo, pneumonia? As palavras seguintes não se

⁴⁹⁸ “Sessão ordinária de 25 de novembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p. 40-41

⁴⁹⁹ Cf.: “Diagnóstico, prognóstico e tratamento da gripe” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p. 1-10

ocuparam com a elucidação da primeira afirmação, o que ficaria patente era a dificuldade do diagnóstico, prognóstico e tratamento da doença epidêmica.

Revoredo, Meira e Monteiro dividiam as manifestações da doença em duas categorias: a “*forma ligeira*”, mais freqüente, e as “*formas complicadas*”, multiplas e quase sempre fatais. A primeira geralmente evoluiria sem complicações, caso não encontrasse o organismo já afetado por moléstia anterior. Se houvesse enfermidade prévia o caso deveria sempre ser arrolado com os mais difíceis. Além dos tuberculosos, os diabéticos e nefríticos estavam entre eles.

Os principais sintomas do primeiro grupo eram: “*Temperatura elevada, podendo atingir a 39.5° —raramente indo a 40° —pulso em relação com a temperatura —catarro nasal, traqueobrônquico, inapetência, prostração, língua branca ligeiramente azulada, olhos brilhantes, dores de cabeça e no corpo, sensação de mal-estar, urinas escuras.*”⁵⁰⁰

A moléstia duraria em média 5 ou 6 dias, com alterações bruscas de temperatura. Havia casos em que, mesmo sem qualquer complicação, a doença durava mais tempo e outros que em 2 ou 3 dias a pessoa estava sã. Recomendavam: observação da correlação pulso e temperatura — a disparidade poderia indicar colapso cardíaco; atenção com a quantidade de urinas emitidas em 24 horas — a diminuição do volume (oligúria) poderia preceder a uremia (intoxicação orgânica por deficiência de excreção urinária); cuidado com o grau de debilidade geral do gripado (adinamia), comum na gripe mas não em excesso. A realização de exames diários nos pulmões era essencial: a prevenção era o melhor remédio contra graves complicações.

⁵⁰⁰ Idem, p.1. Veja algumas das primeiras descrições epidêmicas em: BRADBURY, Samuel. “An influenza epidemic in soldiers” The American Journal of the Medical Sciences Philadelphia; New York: Lea & Feibiger, 1918, New Series, vol. CLVI, p.737-740. War Medicine. AVERILL; YOUNG; GRIFFITHS.

Para os doutores essa manifestação da influenza, que chamavam “*benigna*”, raramente evoluiria para as “*formas complicadas*”, aquelas sim extremamente perigosas para a vida do gripado. Segundo os membros da comissão, salvo irregularidade no tratamento e pequenos descuidos do enfermo, a “*forma ligeira*” não oferecia maiores riscos.

Quanto as manifestações complexas da gripe, as principais eram as que acarretavam congestão pulmonar e complicação gastrintestinal, a pneumônica, a broncopneumônica e a toxêmica. Tosse freqüente e seca, escarros hemópticos, dores torácicas, caracterizariam a primeira variação da enfermidade. Mal estar geral, pontada do lado, temperatura elevada, grande prostração, rubor nas faces, tosse com cuspidas avermelhadas ou cor de ameixa, seriam próprios da pneumônica. O doente com a forma broncopneumônica apresentaria alterações auditivas (“*bruit de tempête*”), dificuldades respiratórias (dispnéia) além de sintomas parecidos com a pneumônica. A complicação gastrintestinal revelava-se pelos vômitos, primeiro alimentares e aquosos depois biliosos, dores no estômago e ventre e diarréia, o que poderia acarretar confusão com a febre tifóide. A forma toxêmica era julgada a mais séria por Revoredo, Meira e Monteiro. Seus principais sintomas eram pulso e temperatura em descompasso, estado de profunda adinamia, dispnéia, urinas parcas com muita albumina e cilindróides (estruturas alongadas e sem cor que poderiam resultar de processos inflamatórios), inapetência completa, fases intercaladas de delírio e lucidez, agitação, ligeira congestão nas bases do pulmão, volume do fígado aumentado, pele e mucosas azuladas. Os doutores concluíam: “*com esses elementos cremos ter tocado nos*

“Influenza Epidemic in a Camp” and GOTCH; WHITTINGHAM. “Report on the “Influenza” Epidemic of 1918” *Idem*, p.757-758. Progress of Medical Science

principais pontos capazes de permitirem o diagnóstico exato da gripe e suas principais manifestações clínicas.”⁵⁰¹

O prognóstico vinha em seguida: na forma comum ou ligeira a gripe espanhola seria por natureza benigna, mas surpresas não faltavam. Um paciente poderia ter alta e poucas horas depois apresentar uma terrível complicação pulmonar que o médico sequer havia suspeitado, mesmo tendo realizado os mais minuciosos exames. “*É esse um sucesso inesperado que ninguém se livra ...*”.⁵⁰²

As “*formas complicadas*” tinham todas uma grande probabilidade de óbito, principalmente quando havia uma profunda adinamia, a desidratação própria da complicação gastrointestinal, a demora no diagnóstico de problemas causados pela congestão pulmonar e a falência orgânica daqueles que contraíam a variedade toxêmica. Os médicos chamavam a atenção para o coração, que em qualquer forma clínica poderia ser irremediavelmente afetado. Uma intervenção imediata, com algum medicamento (“*tônico*”) cardíaco, poderia ser a diferença entre a vida e a morte do gripado.⁵⁰³

Em seguida, Revoredo, Meira e Monteiro, procuravam fazer o que chamavam de uma síntese do que era mais indicado para o tratamento da gripe: repouso, pouca comida, cuidados com o bom funcionamento do aparelho digestivo, purgantes (com calomelano, sulfato de sódio ou magnésia, limonada purgativa etc) e depois sudoríficos, em suas fórmulas científicas ou caseiras. Uma das receitas para provocar suores era: tintura de acônito, acetato de amônio, infusão de jaborandi, xarope de cognac e de tília. Entre os chás, o de canela concorria para a transpiração e também teria “*propriedades estimulantes de*

⁵⁰¹ “Diagnóstico, prognóstico e tratamento da gripe” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p. 1-10, p. 2-3

⁵⁰² Idem, p. 3

⁵⁰³ Idem, p.4-5

primeira ordem”. Para tonificar o coração após as primeiras, e básicas, providências indicavam o álcool: cognac, rum, vinho do Porto, Champagne e a administração de uma poção que misturava acetato de amônio, quina, tintura de canela e xarope de cascas de laranjas amargas.⁵⁰⁴

Apontavam a necessidade de cautela com os antitérmicos, pois a gripe era moléstia depressiva com tendência ao colapso. Era necessário poupar o coração. Afirmavam que no início da doença os antitérmicos deveriam ser utilizados em pequenas doses. A preferência recaía sobre a aspirina, que tinha a vantagem de combater as dores pelo corpo, próprias do início da gripe. Para corrigir a ação depressiva da aspirina, aconselhavam associá-la a cafeína. O melhor era evitar os antitérmicos, afinal eles combateriam *“apenas o efeito e não a causa”*. O necessário era recorrer ao uso de medicamentos para agir contra uma infecção ou estimulando as defesas do organismo contra a gripe espanhola o que determinaria, indiretamente, a baixa da temperatura. Partindo dessas premissas a quina, a substância mais indicada durante os piores dias da epidemia, era discretamente mencionada, figurando em apenas três das diversas sugestões de tratamento feitas pela comissão acadêmica: além da citada fórmula para tonificar o coração, a substância fazia parte de uma das receitas para manifestações nervosas e de outra para convalescentes.⁵⁰⁵

“Sendo a gripe uma moléstia em que o principal papel do médico é o de saber prevenir, com inteligência, as

⁵⁰⁴ Idem, p.5-6. Tentativas de controle do uso do álcool no tratamento da influenza: “Alcohol for influenza patients” *The Lancet* London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Dez. 28, 1918, p. 890

⁵⁰⁵ Havia ainda alguns remédios manipulados com quinino que eram sugeridos aos gripados sem menção àquela substância, entre eles o Ionase, que mereceu abordagem destacada do farmacêutico Orlando Rangel. Cf.: “Pneumonias e broncopneumonias” *O Estado de S. Paulo* São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 14.573, ano XLIV, p.5. *Boletim da Academia Nacional de Medicina* Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, sessão de 8 de maio de 1919, 90º ano, p.51-57, 1919. Veja ainda: Sessão de 21 de agosto de 1919, p. 425-428. Pontuavam na imprensa os artigos criticando o uso exagerado da quina ou a dosagem utilizada nas tentativas de prevenir e/ou combater a influenza. Cf.: ““Influenza espanhola” e sais de quinina” *A Gazeta* São Paulo, 19 de outubro de 1918, nº 3.830, ano XIII, p.1. “Mais receita ao alcance do povo – Contra o quinino ?” e “Tratamento da gripe pelo sulfato de quinino” *A Platéia* São Paulo, 23 de outubro e 2 de novembro de 1918, nº 115 e 125, ano XXXI, p. 1 e 6

*complicações que a acompanham, e considerando, por outro lado, a acentuada freqüência com que se mostram as formas pulmonares na atual epidemia, parece-nos de grande utilidade a aplicação precoce e sistêmica de cataplasmas ... duas vezes por dia (peito e costas)”*⁵⁰⁶

Para combater tosses de vários tipos e intensidades, xaropes que misturavam em diferentes dosagens e combinações substâncias como benzoato de sódio, flor de laranjeira, água de louro-cereja, codeína e cognac, e gargarejos com água oxigenada (1 colher de sopa) ou água morna com 15 gotas de um remédio chamado Phenosalyl. Aconselhavam também “*compressas quentes em volta do pescoço*”. Concluíam:

*“Esse tratamento, que acabamos de esboçar contra a gripe comum, atendendo a várias manifestações, evitará, na grande maioria dos casos, as temíveis complicações causadoras de tantas e tantas mortes.”*⁵⁰⁷

Quanto aos tratamentos para as “*formas complicadas*”, a profusão de procedimentos e substâncias era enorme. Junto com poções e medicamentos usados nos chamados casos benignos, outros remédios eram apresentados aos gripados “com complicações”, tudo dependia do tipo e gravidade do caso e do histórico do paciente: os preparados hemostático e anti-pneumocócico do Butantan, injeções de óleo canforado, éter ou estriquinina, xarope de terebintina, adrenalina, digitalina (tida como um dos melhores tônicos cardíacos), as então conhecidas poções de Rivière (ideal para alterações gástricas) e de Todd (utilizada para combater problemas nos pulmões) e o poderoso Ionase considerado um grande aliado contra as infecções. Além das seculares ventosas usadas em várias complicações pulmonares, sangrias para os casos mais graves de uremia, bicarbonato de sódio para os

⁵⁰⁶ “Diagnóstico, prognóstico e tratamento da gripe” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p.6

⁵⁰⁷ Idem, p.7

diabéticos (podendo chegar a 100g dia, “segundo a tolerância do doente”), banhos mornos e gelo na cabeça para as manifestações nervosas dos gripados, sanguessugas no tórax e clísteres purgativos para quem apresentasse casos de meningismo, ou seja, casos frustrados de meningite. Tudo nas mais variadas apresentações, doses e combinações. Lembravam ainda, o tantas vezes recomendado, cuidado com as recaídas e portanto atenção na convalescença, pois a debilidade orgânica era a regra tanto na “forma ligeira” quanto nas “complicadas”.⁵⁰⁸

Apesar da grande quantidade de “complicações”, medicamentos e práticas de cura, que deixariam qualquer cidadão atônito, Revoredo, Meira e Monteiro defendiam a tese de que a gripe tinha características inconfundíveis (conforme estava escrito na primeira frase do relatório que fizeram) e que não era uma doença que justificasse tanto medo se o médico agisse prontamente contra infecções oportunistas (a atenção com os pulmões era fundamental) e estimulasse as defesas do organismo, ficando atento ao histórico de seus pacientes, redobrando o cuidado com o coração, procurando evitar grandes depressões ou ataques de euforia descabida. Atento aos sintomas dos doentes os doutores deveriam fazer aquilo que a comissão considerava o principal papel de um clínico em qualquer caso de gripe: a prevenção contra complicações e quando essas existissem, o atendimento imediato baseado em diagnóstico competente.

Desta forma, para os três clínicos, a doença, que nunca chamavam de “espanhola”, só acarretaria maiores complicações ou o óbito caso o gripado já fosse portador de enfermidades graves ou houvesse descuido durante o período gripal. Descuido que

⁵⁰⁸ Idem, p.7-10. O número de substâncias medicamentosas e remédios selecionados e indicados pelos três médicos aproximava-se dos 100 e várias eram as combinações sugeridas.

Dor de cabeça, febre, vômito, complicações pulmonares, cuidados com o coração e os nervos, atenção com os antitérmicos, eram questões mundiais: HORDER, Thomas. “General principles in the treatment of influenza”.

favoreceria o desenvolvimento ou instalação de outras doenças que não teriam se manifestado, agravado ou atacado o indivíduo caso ele não estivesse debilitado pela gripe ou tivesse se descuidado dos tratamentos iniciais contra a moléstia (quando, mais uma vez, o grande culpado parecia ser a própria vítima).⁵⁰⁹

Os membros da Academia Paulista de Medicina concederam um voto de louvor ao trabalho dos colegas. Chamado de “*trabalho perfeito*” pelo dr. Deolindo Galvão, o estudo mereceria outros comentários do médico:

“ [A princípio] achava-o desnecessário, atendendo ao conhecimento que todos os profissionais têm sobre o assunto, hoje porém, penitencio-me do meu erro e proclamo-o brilhante e útil, não só na parte referente ao tratamento da gripe, como na divisão das formas clínicas dessa moléstia polimorfa.

Assim falo porque nunca compartilhei da opinião dos que pensaram ter-se desenvolvido entre nós, paralelamente, duas moléstias: gripe e pneumonia (...). Nunca considerei, em nossa situação atual a pneumonia uma moléstia à parte, isolada, mas uma forma clínica da gripe, despertando o pneumococo pelo bacilo primitivo — o de Pfeiffer —, com organismo adrede preparado para a dupla infecção.”⁵¹⁰

Na sessão do dia 9 de dezembro da Academia, o dr. Deolindo Galvão pedia novamente a palavra para esclarecer algumas considerações que fizera no final do mês de novembro. Havia opinado

“ (...) sem visar com minhas palavras ofender a quem quer que seja, muito menos a ilustres colegas a quem rendo o preito da minha admiração. Apenas, veterano do estudo, expus aqui as minhas idéias sobre o assunto em debate, prevalencendo-me da liberdade que temos, e devemos ter, em

The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Nov. 23, 1918, p. 694-695. VINING, C.W. “Treatment of influenza” Idem Nov. 30, 1918, p.757

⁵⁰⁹ Idem, p.1-2

⁵¹⁰ “Sessão extraordinária de 30 de novembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 41-43, agosto – dezembro de 1918, p.42

nossas confabulações científicas. Era um direito meu: exerci-o.”⁵¹¹

A quem se referia o dr. Galvão ? Certamente não aos três médicos do estudo que havia comentado. O alvo mais provável era o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho e sua afirmação que gripe e pneumonia grassavam de forma epidêmica em São Paulo. Não seria o dr. Arnaldo o alvo da frase escrita por Revoredo, Meira e Monteiro: “*a gripe (...) tem características clínicas que não permitem confusão com outras entidades mórbidas*”⁵¹² ? É possível. Outra questão poderia, entretanto, ter inspirado a sentença: a necessidade de uma definição da epidemia como de gripe, mesmo que o conhecimento desta moléstia fosse tão fluido como, a revelia do que pretendiam os três, ficava patente no próprio texto dos três membros da Academia Paulista de Medicina.⁵¹³

Epidemia de gripe ou de gripe e outra enfermidade, como pneumonia, talvez fossem questões que apenas os estudos microscópicos nos laboratórios pudessem algum dia decifrar. Poucos, entretanto, foram os doutores que, como Ciauri, aventaram a hipótese, esquecida em pouco tempo, de ser a gripe espanhola “*uma entidade mórbida única e nova*

⁵¹¹ “Sessão ordinária de 9 de dezembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, vol. 1, nº 1, p.43-48, agosto – dezembro de 1918, p.43

⁵¹² “Diagnóstico, prognóstico e tratamento da gripe” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, 1919, vol. 1, nº 1, agosto – dezembro de 1918, p.1

⁵¹³ As dificuldades para a realização do diagnóstico da enfermidade epidêmica atordoavam a todos. No Instituto Oswaldo Cruz, o anatomopatologista B.C.Crowell dizia: “*houve uma notável semelhança nos casos [estudados] e achamos justificado descrevê-los como exemplos de uma entidade. De outro lado, temos consciência de que um conhecimento mais preciso da etiologia poderá demonstrar que estivemos tratando com mais de uma entidade. Sabemos, assim que alguns de nossos casos mostram como complicação uma verdadeira pneumonia lobar*”. Cf.: “A gripe” O Estado de S.Paulo São Paulo, 2 de dezembro de 1918, nº14.583, ano XLIV, p.4. Para alguns pesquisadores, como o dr. Julio Mendez, a patologia era o único caminho para se entender a gripe (cujos sintomas eram conhecidos havia séculos) porque dissiparia a confusão que envolvia vírus filtrável, bacilo de Pfeiffer, pneumococo, estreptococos etc. Gripe que seria, em última análise, causada por pneumococo. Cf.: MENDEZ, Julio. Estudios sobre la gripe de 1916 y 1918 Buenos Aires: Demble, 1923, especialmente p.53-54

na história epidemiológica da humanidade” e esse não parece ter sido o caso de Revoredo, Meira e Monteiro.⁵¹⁴

No último trimestre de 1918 o grande empenho era estudar a presença ou não do bacilo de Pfeiffer nos gripados, a busca do melhor tratamento para os enfermos e de mais conhecimento sobre as “*múltiplas modalidades*” de uma moléstia que intrigava o homem havia séculos. Durante as discussões da Academia Paulista de Medicina que se seguiram a apresentação do relatório dos três médicos, comunicações sobre manifestações e seqüelas da gripe espanhola e suas complicações davam idéia do tipo de debate que ocorreu na comunidade médica quando o tema era a influenza: observação, experimentação, resultados, relato, opinião dos pares. O procedimento seguia os moldes das pesquisas de laboratório, eram “assépticos”. Procurando escamotear diagnósticos e condutas conflitantes com expressões como: “*os melhores resultados*”, “*é de grande vantagem*”, “*dá quase sempre bons resultados*”, “*acha interessante a observação*”, “*um caso interessante*”, “*deseja ouvir a opinião da Academia*”.⁵¹⁵

Assim, quando o dr. Cunha Motta citou o caso “*curioso*” de um gripado que havia tido hematuria mesmo não tendo qualquer antecedente urinário, o que levou o médico a concluir que se tratava de uma “*cistite dolorosa e hemorragia gripal*”, o dr. Rubião Meira, cientificamente, achou “*interessante a observação, porquanto todas as hematurias observadas na gripe são de origem renal (...)*”. Em outro momento, o mesmo Cunha Motta, preocupado com as diarréias e cólicas intestinais na convalescença da gripe, que

⁵¹⁴ Tese contrária é defendida por Cláudio Bertolli Filho no trabalho Epidemia e sociedade. A gripe espanhola no município de São Paulo São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986 (Dissertação de Mestrado), p. 134

Entre os que discutiram a possibilidade da influenza de 1918 ser uma nova doença: COLLIER, W. “A new type of influenza”. The Lancet London, vol. CXCIV, vol. I for 1918, Oct. 26, 1918, p. 567. LANDMAN, M.D.; HILL, H.B. “Influenza, or a new disease” Idem Nov. 9, 1918, p.644-645

cediam facilmente apenas com o emprego da adrenalina, desejou ouvir os colegas sobre a causa de tão singular ocorrência. Depoimentos de vários médicos assinalaram que haviam constatado a mesma coisa. Alguns arriscavam vagos palpites: para Eduardo Monteiro tal ocorrência *“poderia ser interpretada por uma enterocolite, mas |era| mais propenso a atribuí-la a uma insuficiência suprarenal frustra, o que explicaria o fato da adrenalina ser o seu melhor remédio...”* E tudo se encerrava o mais academicamente possível: *“atendendo à importância do assunto, o snr. presidente entregou o problema ao estudo da comissão de biologia”*.⁵¹⁶

“Sobre o mercúrio como profilático da influenza falam diversos acadêmicos”. Unanimidade: todos os que pediram a palavra foram contra. Rubião Meira dizia que seus clientes que fizeram uso de injeções de mercúrio *“não se livraram da gripe, sendo que um faleceu”*. O dr. Galeno de Revoredo era de opinião de que *“talvez”* o arsênico, defendido pelo dr. Luiz Pereira Barreto como a mais vantajosa substância contra a epidemia e suas complicações, possuisse virtude profilática, mas o mercúrio não, havia observado resultado desastroso devido ao uso do licor de Van Swieten (ou Swieten), preparado com a substância em questão: um paciente com colite violenta. O dr. Alcides Leal da Costa lembrava-se de *“um paciente em uso do óleo cinzento |solução com 40% de mercúrio purificado| e que contraiu a gripe”* e Eduardo Monteiro chamava de *“irracional”* o uso do mercúrio como profilático, porque, quando utilizado via oral, a irritação que provocava nas vias digestivas era uma *“porta de entrada para o germe |da gripe|”*. Certeza singular em se tratando de uma moléstia tão controversa como gripe espanhola e de tratamento tão

⁵¹⁵ “Sessão ordinária de 9 de dezembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, vol. 1, nº 1, p.43-48, agosto – dezembro de 1918. O grifo é meu.

⁵¹⁶ Idem

diversificado quanto incerto.⁵¹⁷ Haveria alguma causa extraordinária para tamanha unidade de opinião sobre tema tão difícil como a utilização do mercúrio como uma possível terapêutica para a gripe? Mercúrio que diluído, como calomelano, era fartamente utilizado pelos médicos, entre eles o dr. Victor Godinho? Se houve essa causa seu nome foi dr. Paula Peruche.

No final de outubro, o jornal A Capital publicava em sua primeira página comentários sobre o “Tratamento pelo mercúrio” preconizado pelo dr. Peruche, médico que vinha fazendo uso da imprensa para divulgar suas idéias de como acabar com a propagação da influenza. O texto começava com telegráficas informações sobre um “*importante comissário*” de Santos. Nas poucas palavras, escritas em negrito, diziam que o cidadão estava com toda sua família gripada, com exceção de uma senhora que fizera o tratamento mercurial. Os comentários de dois médicos eram apresentados depois. Mas esses depoimentos, tão comuns naqueles anos como forma de comprovar as virtudes de um produto, de uma reza ou de uma pessoa, tinham linguajar um pouco diferenciado, “científico”: eram relatos de experiências pessoais que interferiam no cotidiano profissional daqueles clínicos, experiências cujas conclusões estariam condicionadas ao julgamento de outros doutores.⁵¹⁸

O primeiro testemunho médico era o do dr. Cenobelino de Barros Serra, clínico em Rio Preto, que aconselhava a utilização do mercúrio por ter constatado suas propriedades imunizantes quando socorria soldados enfermos durante a guerra. Fazendo uso daquela

⁵¹⁷ Idem, p. 46. As teses do dr. Luiz Pereira Barreto foram publicadas nos jornais da Capital, que repetiram em várias edições o resumo de seu tratamento para combater a gripe pneumônica. Para Pereira Barreto, o licor de Fowler, a base de arsênico, era o medicamento ideal para todos os gripados, mesmo considerando outras substâncias, como o mercúrio sublimado, relativamente eficientes na epidemia. Cf.: “A gripe epidêmica” O Estado de S. Paulo São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 14.559, ano XLIV, p. 3. “O tratamento ideal da gripe pneumônica” A Gazeta São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 3.846, ano XIII, p. 1

⁵¹⁸ “Tratamento pelo mercúrio” A Capital São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 140, ano VII, p. 1

substância, fora o único médico de seu grupo a não adoecer das febres que grassavam entre os combatentes. Em Rio Preto, estava indicando a medicação por via oral (sob a forma de licor de Van Swieten ou pílulas de Ricord) para tentar barrar a gripe espanhola. Concluía dizendo: *“acredito que esta observação pessoal possa ser de imenso interesse no momento angustioso que atravessamos, colaborando observação ilustre colega sobre a eficácia dos sais mercuriais.”* Em seguida, publicada sob o título “Importante documento” estava a carta do dr. Gama Rodrigues, de São Paulo, que por intermédio do dr. Paula Peruche, *“muito prezado amigo e colega”*, oferecia ao *“público e ao juízo de nossos colegas”* um exemplo que se prestava a reflexões: exposto durante cinco dias ao contato com gripados e nas mais adversas condições climáticas e sanitárias na cidade de Cachoeira (extremo norte do estado de São Paulo), o médico teria permanecido imune à influenza: *“seria por especial resistência minha, ou porque no momento estou “mercurializado” por uma série de injeções de óleo cinzento que iniciei há 15 dias ? Sua idéia | dr. Peruche | de uma possível imunização pelo mercúrio me parece de todo o ponto aceitável, se quisermos atender apenas ao seu grande poder anti-séptico (...).”* Para Gama Rodrigues o mercúrio era muito superior a quinina, então largamente empregada inclusive como preventivo da gripe espanhola.⁵¹⁹

Encerrado o último depoimento, sem maiores comentários o dr. Peruche fazia publicar com destaque: *“O dr. Paula Peruche pede à todas as pessoas que façam uso do tratamento mercurial que sejam atingidas pela gripe, a fineza de comunicar o Posto | de socorro | da A Capital”*. Durante semanas vários atestados de satisfeitos usuários dos sais de mercúrio ocuparam as colunas dos jornais: lembravam os *“dotes científicos”* de Peruche

⁵¹⁹ Idem

e a inexistência de óbitos entre os submetidos ao tratamento proposto pelo clínico.⁵²⁰ O arguto observador do cotidiano, Miguel Meira, não poupou a pena:

*“Você quer não ter Gripe ? — Venha cá ...
O Licor de Van Swieten vá tomar,
Dez gotas n’água fria: veja lá,
A farmácia está ali: entre, comprar ...*

*A Espanhola, garanto, não terá,
Faça isto no almoço e no jantar,
Espalhe a todo o Povo, corra, vá,
Rouco estou de dizer e aconselhar ! ...*

*Foi o Dr. Peruche que acertou:
Não há outro remédio pra Espanhola ...
Qual Barreto, Barreto sempre errou !*

*Agora que o Prefeito diz ter Pão,
E, em lugar de o baixar, — Já dá de esmola,
Só tenho a receitar: — Água e sabão ! ...⁵²¹*

Morador da elegante avenida Paulista e com consultório na rua Libero Badaró nº12, membro da prestigiosa Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (foi seu segundo secretário em 1911),⁵²² o dr. Paula Peruche teria trabalhado em Paris e se especializado em moléstias de crianças. Nos dias finais da epidemia, foi convidado a colaborar no socorro das meninas e meninos que fossem atendidos pela recém-instalada Creche da Liga Nacionalista. A creche deveria socorrer menores, órfãos ou não, e encaminhar os doentes para os hospitais. O dr. Paula Peruche se prontificara “ *a fazer todas as observações clínicas relativas às crianças da creche, prestando assim generosamente o seu*

⁵²⁰ Idem. Entre os atestados publicados mais de uma vez: “Ao exmo. Sr. Dr. Paula Peruche. Agradecimento” de Daniel Camera A Capital São Paulo, 2 de dezembro de 1918, nº 164, ano VII, p.4. Idem O Estado de S. Paulo São Paulo, 10 de dezembro de 1918, nº 14.591, ano XLIV, p.10

⁵²¹ “Infalível (ao povo)” O Estado de S. Paulo São Paulo, 10 de novembro de 1918, nº 14.561, ano XLIV, p.5

⁵²² Cf.: TEIXEIRA, Luiz Antonio. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo 1895-1913 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de doutorado), p. 71 e 241. É pouco provável que o Peruche citado por Teixeira seja outro médico.

concurso”.⁵²³ Agradecimentos o dr. Peruche recebeu pela assistência médica que prestou, com os colegas Arthur Fajardo, Jesuíno Maciel e Maria Renotte, no posto de socorro que A Capital havia instalado para colaborar no atendimento aos gripados. Mas o nome do médico ganhou destaque nos jornais quando, depois de publicar suas teses sobre o uso do mercúrio e reproduzir alguns depoimentos sobre o assunto, foi convidado a depor sobre a epidemia. Paula Peruche atacou então, sem meias palavras, seus colegas médicos. Como nos idos do século XIX, quando doutores se degladiavam pelas páginas dos periódicos defendendo suas idéias sobre uma doença ou o tratamento mais adequado para uma enfermidade, o dr. Peruche, em tom que pouco lembrava as palavras lacônicas, as discordâncias polidas, do debate científico da Academia Paulista de Medicina, era direto, ofensivo e pior, fazia suas polêmicas declarações a um leigo e para uma publicação laica: imperdoável.⁵²⁴ Assim, naquela sessão do início de dezembro de 1918, o que os membros da Academia poderiam estar querendo desqualificar era menos o mercúrio e mais o dr. Paula Peruche. A comparação entre as teses do médico e as experiências narradas pelos acadêmicos é significativa.

⁵²³ “Notícias diversas. Influenza espanhola. Liga Nacionalista” O Estado de S.Paulo São Paulo, 10 de novembro de 1918, nº 14.561, ano XLIV, p.3

A preocupação com a gripe infantil esteve presente durante todo o período epidêmico e o tema mereceu estudo de um especialista em crianças, o dr. Clemente Ferreira. Ferreira defendia a tese da quase completa imunidade dos lactentes entre 0 e 6 meses de idade durante a gripe de 1918, quando as crianças só adoeciam depois de toda a família e de forma mais branda. Cf.: FERREIRA, Clemente. “A gripe nos lactantes” Archivos Brasileiros de Medicina Rio de Janeiro, ano IX, maio 1919, p. 322-324. Entre os estudos realizados em outros países, veja por exemplo: LA FÉTRA, L.E. “Some clinical manifestations of influenza in children” The American Journal of the Medical Sciences (New Series) Philadelphia & New York: Lea & Febiger, v. CLVII, p.770-775, 1919

⁵²⁴ “A “Influenza...O trabalho de nosso Posto de Socorro” e “A “Influenza ... Extraordinária descoberta ...” A Capital São Paulo, 5 e 6 de novembro de 1918, nº143 e 144, ano VII, p.1 e 1. Na inauguração do posto de socorro do A Capital outros nomes estavam na lista daqueles que atenderiam no local: Alberto Seabra, Ulysses Paranhos e Randolpho Margarido. Cf.: “A “Influenza ... O posto da socorro da A Capital” A Capital São Paulo, 1º de novembro de 1918, nº 141, ano VII, p.1

Sobre as diputas públicas entre médicos no século XIX, veja: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995 (Dissertação de mestrado)

O dr. Peruche propunha a utilização do mercúrio sublimado, isto é, cristalizado (os sais de mercúrio), com alto grau de pureza, tanto como preventivo como curativo da gripe espanhola, inclusive da pneumônica. Para os adultos, injeções de mercúrio purificado a 40%, o chamado óleo cinzento, para crianças e pessoas nervosas, gotas diárias do licor Van Swieten em doses variadas. Aconselhava a lavagem da boca repetidas vezes com uma solução de clorato de potássio enquanto o uso do sublimado fosse feito. Tempo de duração do tratamento preventivo, vinte dias. Em muitos casos uma única injeção curava gripados até da forma pneumônica. Perguntado se acreditava ter encontrado o remédio preventivo da gripe espanhola, o médico respondia: *“não presumo tanto (...), a gripe é ainda uma moléstia cujo bacilo não se conhece, mas só os sintomas. A ciência agora é que procura investigar. O que sabemos, entretanto, é que o micróbio está no sangue e que o sublimado, ainda mesmo numa solução de 1.100.000, é o mais poderoso anti-séptico.”*⁵²⁵

E o dr. Peruche havia começado a exposição de suas idéias sobre a influenza como fizeram tantos outros médicos, todos muito solicitados no período epidêmico a opinarem sobre a gripe espanhola, sua prevenção e tratamento. Como um pedido de diálogo para a comunidade científica e demonstrado ser um membro daquele grupo, ele reproduziu depoimentos de colegas que também faziam uso do mercúrio e solicitavam a opinião abalizada doutores sobre tal procedimento. Como um cientista que experimenta um novo tratamento, Peruche pediu que aqueles que estivessem fazendo uso do mercúrio entrassem em contato imediatamente caso ficassem gripados. Mas, por convicção ou emoção exacerbada pelo assédio dos jornais e pelas reticências da comunidade médica, o dr. Peruche teve um comportamento imperdoável para com seus pares. Além de ter seu nome e

⁵²⁵ “Seção livre. O dr. Paula Peruche e a cura mercurial preventiva” O Estado de S. Paulo São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº 14.557, ano XLIV, p. 7 (transcrito do Fanfulla)

o tratamento que propunha citados pelos jornais em meio a saraivada de críticas disparada sobre o Serviço Sanitário, em novembro o dr. Paula Peruche, contrariando as opiniões médicas que começavam a circular sobre o declínio da epidemia, fazia declarações usando argumentos que uma comunidade científica não perdoaria.⁵²⁶ A entrevista feita pelo redator do A Capital foi reproduzida em vários jornais de São Paulo:

“Repórter — V.s. o que nos diz sobre a marcha da epidemia reinante ?

Dr. Peruche — Acho que a epidemia ainda não chegou ao ápice. Que temos em S.Paulo mais de trezentas mil pessoas atacadas pelo mal.

R.— Dizem os competentes officiosos que não é isso e que a epidemia só subsistirá, daqui por diante, em franco declínio.

Dr. P. — É certo. Eles falam do alto de suas cadeiras e poltronas de gabinete. Para se ter uma idéa exata sobre esta terrível epidemia é preciso que se faça o exaustivo trabalho que estou fazendo, diariamente, sem descanso, dia e noite, com acréscimo de só repousar três horas por dia, e isso em altas horas da noite. A grande maioria dos colegas não está notificando os novos casos, por falta de tempo, basta dizer que até hoje não notifiquei um único caso (...)

R. — ... Mas dr. um professor de nossa Faculdade, declarou ontem que a moléstia estava em declínio ...

*Dr.P. — Naturalmente esse clínico faz parte do número dos que não atendem a chamados e que talvez por medo, não só não saem de seus gabinetes, como as vezes que o fazem é em autos hermeticamente fechados.” (...)*⁵²⁷

Para o dr. Paula Peruche a epidemia estava no início e quando o declínio da moléstia realmente chegasse o número diário de mortos atingiria a aterradora cifra de mil ou dois mil óbitos. Mas, esses números poderiam ser reduzidos a zero caso o tratamento

⁵²⁶ “Tratamento pelo mercúrio” A Capital São Paulo, 30 de outubro de 1918, nº 140, ano VII, p. 1. “A “Influenza ... Extraordinária descoberta ...” Idem 6 de novembro de 1918, nº 144, ano VII, p.1. “Entrevista do redator d’ “A Capital” com o dr. Paula Peruche” O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 14.559, ano XLIV, p.7 (transcrito do A Capital)

com mercúrio fosse feito maciçamente. O médico afirmava, que a observação que fazia daqueles que usavam a droga de forma preventiva ou curativa e opiniões acadêmicas (uma delas de um professor “*por concurso*”) vindas do exterior não deixavam dúvidas quanto a eficácia da chamada “*mercurialização*”. Segundo Peruche, nenhum de seus pacientes tinha morrido de gripe espanhola. Perguntado por que os médicos de São Paulo continuavam confusos e atônitos, sem método, no combate à influenza, o dr. Paula Peruche, ironicamente, dizia que muitos clínicos usavam o tratamento (principalmente no interior do Estado onde, devido ao mercúrio, o número de gripados e de óbitos era menor) e só aqueles que o interrompiam antes do período adequado não tinham bons resultados. Mais uma vez fustigava seu pares: “*Um deles, segundo noticiou um vespertino, confessa que nem leu as notícias sensacionais sobre a descoberta em questão. Que valor pode ter a opinião de um clínico, professor, que não lê e não escreve ?*” Com pouca modéstia, continuava: “*não quero com isso dizer que as virtudes imunizantes dos sais de mercúrio sejam absolutas. A própria vacina jenneriana tem suas falhas.*” Prometia apresentar o resultado de seu tratamento em uma academia de medicina (de Paris ?) assim que a epidemia acabasse. E, sem poupar o fôlego, concluía chamando o quinino, indicado pelo Serviço Sanitário, de panacéia cuja utilização (assim como de outras substâncias) estava deixando o povo perecer.⁵²⁸

Se todos os pacientes do dr. Peruche atacados pela influenza de 1918 ficaram curados é possível duvidar,⁵²⁹ mas parece certo que ele jamais foi perdoado pelas palavras

⁵²⁷ “Influenza ... Extraordinária descoberta ...” A Capital São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº 144, ano VII, p.1. “Entrevista do redator d’ “A Capital” com o dr. Paula Peruche” O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de novembro de 1918, nº 14.559, ano XLIV, p.7 (transcrito do A Capital)

⁵²⁸ Idem

⁵²⁹ Bertolli, ao considerar a existência de pelo menos uma dezena de atestados de óbitos assinados por Paula Peruche, afirma: “número que pode ser considerado significativo já que este médico não atuou, durante o flagelo, em nenhum órgão de socorro público”, esquecendo que o clínico atendeu no posto de socorro do

nada polidas dirigidas aos seus pares. Pronunciadas em momento singular e para “pessoas indevidas”, suas frases foram utilizadas pela imprensa para fustigar a organização sanitária montada para combater a gripe espanhola, epidemia que fugia de todo o controle que tentavam impor à sua propagação. As palavras de Peruche atingiam principalmente dois homens: Arnaldo Vieira de Carvalho e Arthur Neiva, um “o professor” o outro o responsável pelo Serviço Sanitário, médicos que a Academia Paulista de Medicina, ainda no mês de novembro, faria questão de homenagear pelos serviços realizados durante a epidemia. Passada a influenza, o dr. Paula Peruche continuaria clinicando em São Paulo, mas sua relação com os médicos paulistanos nunca mais seria marcada por cordialidade e reconhecimento mútuo.⁵³⁰

Entretanto, naqueles que seriam os últimos dias da influenza em São Paulo, amedrontadas e inseguras, muitas pessoas haviam buscado, entre as frases ásperas, as palavras dúbias e as indicações médicas do dr. Peruche, uma explicação para a terrível gripe espanhola e aquilo que parecia ser a possibilidade da cura, tanto quanto haviam feito com as declarações e indicações terapêuticas de outros clínicos. Mas perplexidade e ignorância continuaram, assim como o desejo de ver decifrada a moléstia e conhecer seu remédio. E foi este intento que, certamente, motivou vários paulistanos a aceitarem um convite publicado nos jornais de São Paulo ainda em 22 de outubro:

jornal A Capital, o que não significa que os pacientes de Peruche não tenham morrido de gripe. Cf.: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op.cit., p. 151

⁵³⁰ Cf.: “As providências urgentes do S. Sanitário” A Capital São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 142, ano VII, p.1. “Moléstias das crianças. Dr. Paula Peruche” Diário Popular São Paulo, 27 de dezembro de 1918, nº 11.793, ano XXXV, p. 3

“Sessão ordinária de 25 de novembro de 1918” Annaes da Academia Paulista de Medicina São Paulo, vol. 1, nº 1, p.40-41, agosto – dezembro de 1918. Outro homenageado foi o dr. Oscar Rodrigues Alves.

O dr. Rubião Meira escreveu um livro rememorando os médicos da São Paulo do início do século XX, nele o contemporâneo dr. Paula Peruche não é sequer mencionado. Veja: MEIRA, Rubião Médicos de outrora São Paulo: [s.n.], 1937. Com sobrenome que poderia indicar a nacionalidade italiana, o dr. Paula Peruche entretanto não consta da relação de clínicos estudados por Maria do Rosário R. Salles no livro Médicos italianos em São Paulo (1890-1930) São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1997

*“Uma confênciã sobre a gripe
realiza amanhã, às 9 horas e meia, no salão nobre da Santa
Casa, o professor Rubião Meira, da Faculdade de Medicina.
O tema é o seguinte: “ A epidemia da gripe e a sua cura”
Essa conferência é pública, a ela podendo comparecer todos
quantos se interessem pelo assunto”*⁵³¹

O público compareceu, formado por muitos médicos, representantes da imprensa e estudantes de medicina. Segundo comentário de uma pessoa que assistiu a preleção, o dr. Meira *“desenvolveu admiravelmente o assunto, estudando a gripe, com as conseqüentes complicações, passando então a relatar os meios para a sua cura”*.⁵³² Mas nem todos pensavam desta maneira. Sem contestar ou compartilhar as idéias do professor, havia os que se sentiam excluídos ao se depararem com a barreira representada pelas palavras utilizadas pelo doutor: o universo da linguagem médica era vedado aos que não dominavam o vocabulário da fala científica da cura. Era preciso muito mais do que interesse e disposição para ouvir, ou saber ler, para entender o significado de expressões lingüísticas e frases que, principalmente durante a epidemia, eram repetidas em palestras ou publicadas nos jornais com o intuito de divulgar uma tese ou rebater uma idéia sobre a gripe. Palavras que, antes de traduzir “consenso”, eram exemplos dos meios usados por um grupo, o médico-científico, para pensar e dialogar. “Discurso instituído”⁵³³ que permitia o debate

⁵³¹ “A gripe ... Uma conferência sobre a gripe” A Gazeta São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 3.832, ano XIII, p.4. O convite também estava em outros jornais.

⁵³² “A epidemia de gripe e sua cura – A conferência do prof. Rubião Meira” A Capital São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 135, ano VII, p. 1

⁵³³ Como afirma Marilena Chauí: “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sobre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida e autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.” Cf.: “O discurso competente”. In: CHAUI, Marilena. Cultura e democracia São Paulo, Moderna, 1980, p.3-13, p.7

entre pares, sendo por estes constantemente atualizado e reformulado: não por acaso a maioria do público do dr. Meira parecia ser formada pelos seus colegas ou discípulos.⁵³⁴

Assim, é pouco provável que as transcrições feitas pelo O Estado de S.Paulo de sessões realizadas pela Academia Paulista de Medicina, estivessem entre as colunas mais lidas do jornal ou a reprodução de conferências nacionais e internacionais sobre a influenza despertassem grande interesse entre os leitores, quando não anunciavam um novo “remédio” para curar a gripe espanhola ou relatassem, de maneira didática, a trajetória da doença através da história da humanidade.⁵³⁵ O diagnóstico, prognóstico e a terapêutica da gripe elaborados por Revoredo, Meira e Monteiro, eram tão impenetráveis para um leigo quanto as considerações sobre a quantidade de óleo cinzento que, segundo o dr. Paula Peruche, um gripado deveria utilizar. A “popularidade” que a ciência ia conquistando, desde o final do Oitocentos, não se traduzia, portanto, no compartilhar efetivo do discurso, cada vez mais hermético, da medicina alopata e sua prática peculiar, mas apenas na veiculação de feitos tidos como gloriosos, como o combate à febre amarela por Oswaldo Cruz, e noções esparsas (como o que seria uma infecção) e termos (como micróbio) que, de fato, pouco esclareciam os “não iniciados” sobre sua própria saúde, as doenças e seus tratamentos.

⁵³⁴ A questão aqui, portanto, não são as reais divergências internas da “medicina letrada e erudita”, assinaladas por estudos como o de Beatriz Teixeira Weber, mas como a fala da medicina alopata foi, pouco a pouco, se estruturando, inclusive ao apontar aquilo que era o “não-médico” (como sugeriu Lilia Schwarcz), por meio da elaboração de um tipo de discurso compartilhado por um grupo que procurava deter os meios de cura. Cf.: WEBER, Beatriz Teixeira. As artes de curar Santa Maria; Bauru: Ed.UFSM; EDUSC, 1999, especialmente capítulo II. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.222

⁵³⁵ Entre outras: “Movimento associativo. Academia Paulista de Medicina.” O Estado de S.Paulo São Paulo, 28 de setembro; 27 de novembro; 4 de dezembro de 1918 nº 14.518; 14.578 e 14.585, ano XLIV, p.3, p.5, p.6 HECKEL, Francis. “A gripe e o seu tratamento” O Estado de S.Paulo São Paulo, 2 de dezembro de 1918, nº 14.583, ano XLIV, p. 3. Veja, entre outras: “A história da gripe...” A Platéia São Paulo, 23 de outubro de 1918, nº 115, ano XXXI, p. 1. “Epidemia e profilaxia” e “Influenza ou gripe” A Gazeta São Paulo, 26 de outubro e 4 de novembro de 1918, nº 3.836 e 3.842, ano XIII, p.1 e 1. VIEIRA DE MORAES. “É de gripe e

Desta maneira, ao se aproximar os últimos dias de novembro, a única convicção que a maioria das pessoas parecia ter era do enigma que a influenza ainda representava e do abismo, que a gripe espanhola acabara expondo, entre a fala especializada dos doutores e a dos outros. Um cidadão paulistano escrevia:

*“Em nome do público, de que faço parte, emprazo os nossos cientistas a dizerem algo sobre a matéria, [a origem e desenvolvimento da influenza], mas servindo-se de linguagem comum, sem a complicada terminologia da medicina. Li há dias uma substanciosa preleção do dr. Rubião Meira acerca da epidemia reinante. Digo substanciosa porque foi esse o qualificativo que mais lhe deram entre os apanhados pelos meus ouvidos; em realidade, porém, ainda ignoro si a tal preleção era ou não substanciosa — porque, francamente, a não compreendi ...”*⁵³⁶

3. “Ecos da gripe”

Em meio a palestras e debates sobre a influenza, sua causa e possíveis tratamentos, o número de hospitais provisórios continuou diminuindo, postos de socorro encerravam suas atividades em um ritmo cada vez mais rápido e foi suspensa a distribuição de gêneros alimentícios e medicamentos. Dia 22 de novembro Dom Duarte Leopoldo e Silva cessou a celebração “Pro vitanda mortalitate, vel tempore pestilentiae”, substituída pela chamada “Missa dos enfermos” e orações pelas almas dos mortos.⁵³⁷ Comunicado do Serviço Sanitário determinava, em 28 de novembro:

“dado o rápido declínio da epidemia e os poucos casos novos que são agora verificados nesta Capital, esta Diretoria

tão somente desta doença a atual epidemia” O Estado de S.Paulo São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 14.580, ano XLIV, p. 3 e 4

⁵³⁶ “De tudo um pouco ...” A Gazeta São Paulo, 31 de outubro de 1918, nº 3.840, ano XIII, p. 2.

⁵³⁷ “Notícias diversas. Cúria Metropolitana” O Estado de S.Paulo São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 14.573, ano XLIV, p.4

resolveu suspender, de hoje em diante, a concessão dada às farmácias para aviarem as receitas gratuitas formuladas em memorando do Serviço Sanitário. Neste sentido pede a todos que possuírem os talões numerados e rubricados, o obséquio de recolherem os mesmos a esta repartição, e às farmácias que apresentem as faturas respectivas, juntamente com as receitas, afim de ser providenciado o seu pagamento”.⁵³⁸

Alguns, ainda céticos, aconselhavam cautela. “*Não sejamos otimistas demais...*”, diziam, pois a própria diminuição dos serviços de atendimento aos enfermos poderia colaborar para a persistência e difusão da gripe espanhola na Capital e até no interior do Estado: doentes sem amparo e atendimento adequado tenderiam a ter seu estado agravado e espalhariam a doença.⁵³⁹

⁵³⁸ Entre outros: “A “espanhola”” O Combate São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 1.056, ano IV, p.1. “Posto de socorro da A Capital” A Capital São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 157, ano VII, p.1. “Notícias diversas ...Hospitais provisórios. Socorros aos pobres” O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de novembro de 1918, nº 14.578, ano XLIV, p. 4. “Notícias diversas ...Hospitais provisórios. Socorros aos pobres. Comissão de Socorro Estado-Fanfulla” Idem 29 de novembro de 1918, nº 14.580, p.3. “Notícias diversas...Liga Nacionalista. Hospitais provisórios. Grande Oriente do Estado” Idem 1º de dezembro de 1918, nº 14.582, p.5. Comunicado do Serviço Sanitário: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit., p.138. Ficava revogada, a partir de 1º de dezembro, a dispensa das farmácias registrarem diariamente o receituário em livro próprio. p.139 (boletim de 29 de novembro)

Os hospitais provisórios da Santa Casa de Misericórdia, o Militar, o da Caridade do Brás foram dos últimos a fechar. O hospital do Grupo Escolar Regente Feijó, por precaução, permaneceu aberto na segunda quizona de dezembro por ordem do Serviço Sanitário. O hospital da Santa Casa de Misericórdia (que iniciou o atendimento aos gripados depois de internar mulher e filha com doença desconhecida que depois descobriram ser gripe espanhola) ficou sob a responsabilidade do dr. Arnaldo Vieira de Carvalho (seu diretor clínico), de quintanistas da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e das Irmãs de São José. O trabalho de assistência teve no mordono da instituição, Alberto da Silva e Souza, figura capital. Foram atendidos 1.042 gripados e aviadas 51.365 receitas na farmácia local, muitas repassadas a outras entidades que atendiam os gripados. Cf.: CARNEIRO, Glauco. O poder da Misericórdia. A Santa Casa na história de São Paulo São Paulo: Press Grafia, 1986, 2 v. Vol.1, p.455-458. BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p.233-235. Segundo Bertolli seriam 12.000 as receitas aviadas para o Serviço Sanitário.

⁵³⁹ “Teremos recrudescência da epidemia ?” O Combate São Paulo, 16 de novembro de 1918, nº 1.051, ano IV, p.1. “A “espanhola”. Não sejamos otimistas demais ...” Idem 23 de novembro de 1918, nº 1.057, p.1. “A gripe espanhola. O declínio ...” A Platéia São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 144, ano XXXI, p.6.

Nesse período, o prefeito de São Paulo criou a Diretoria de Salubridade Pública, aumentando a confusão de muitos paulistanos. A nova repartição iria concorrer com o Serviço Sanitário do Estado e com a Limpeza Pública Municipal ? Existiria uma disputa política, prefeito *versus* presidente do Estado ou *versus* Neiva, determinando essa criação ? Em poucos dias Washington Luis enumerava as incumbências, nada ambiciosas ou competitivas, do novo órgão. A Salubridade Pública cuidaria exclusivamente da fiscalização do serviço funerário, do serviço de fornecimento de caixões e de transporte de cadáveres de indigentes e dos serviços relativos aos cemitérios de São Paulo. A nova repartição municipal teria existência provisória, enquanto persistisse a emergência epidêmica. Críticas não faltaram. Confira, entre outros: “A nova diretoria de Salubridade Pública” O Combate São Paulo, 20 de novembro de 1918, nº 1.054, ano IV, p.1. “Diretoria de

Para a maioria dos paulistanos, que pouco entendia de debates clínicos ou das considerações oficiais para o encerramento das atividades de atenção aos gripados e seus familiares, foi o consentimento do Serviço Sanitário para reabertura de teatros e cinemas, a partir de 1º de dezembro, o sinal definitivo de que o pesadelo da gripe espanhola estava no fim. O paulistano pode então resgatar algo desaparecido havia quase dois meses, a vida de cidadão, membro atuante de uma comunidade, o que praticamente havia deixado de existir quando a grande maioria dos moradores de São Paulo, por opção ou falta de escolha, se transformou em indivíduo isolado, tutelado (e desta forma controlado) por serviços médicos e de assistência, organizados na tentativa de combate à influenza. A sensação de que a vida cotidiana voltava a São Paulo tomou conta de ruas ainda há pouco quase desertas: famílias da “*melhor sociedade*”, senhoras em trajes “de domingo”, sóbrios cavalheiros, alegres moleques e meninas, belas senhoritas e muitos rapazes lotaram as casas de diversão e as calçadas, devolvendo brilho e agitação ao centro da Capital. É certo que com a autorização do Serviço Sanitário havia o alerta: *esta diretoria (...) aconselha a todos os recém-curados da gripe e aos que não foram por ela atingidos, a abstenção, por mais algum tempo, da freqüência a essas casas de diversões, como medida de precaução, para evitar que recaiam ou adquiram a doença*”.⁵⁴⁰ Poucos devem ter seguido a recomendação.

Como se a gripe espanhola já fizesse parte do passado, médicos começaram a utilizar os supostos feitos realizados durante a epidemia para atrair clientes:

Salubridade Pública” O Estado de S. Paulo São Paulo, 22 de novembro, nº 14.573, ano XLIV, p.4. “Coisas da cidade” Idem 23 de novembro de 1918, nº 14.574, p.5. “A tal diretoria da Salubridade Pública” A Nação São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 135, ano IV, p.1. “Diretoria de Salubridade Pública” A Capital São Paulo, 22 de novembro de 1918, nº 157, ano VII, p.3

⁵⁴⁰ Comunicado do Serviço Sanitário de 29 de novembro: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op.cit., p.139 (citação). “A influenza espanhola. O aspecto da cidade foi ontem festivo ...” A Gazeta São Paulo, 2 de dezembro de 1918, nº 3.866, ano XIII, p.1. Outros centros de diversões, como o hipódromo, também haviam sido reabertos. Em poucos dias, os jogadores voltaram aos gramados e as escolas ensaiaram o reinício das aulas, o que acabou não acontecendo pois todos foram aprovados por decreto do Senado Federal.

*“Entrou em convalescença da grave pneumonia gripal a professora exma.sra.d. Anna de Queiros Armando, viúva do sr. Cicero Armando, há pouco falecido. Foi seu médico assistente o sr. dr. Spinola e Castro.”*⁵⁴¹

O único problema era algum leitor, distraído ou descrente nos dotes do clínico, julgar que o dr. Spinola e Castro havia sido médico do marido e não da viúva que se recuperava. Riscos de um estilo de propaganda que aproveitava o momento singular do final da influenza — os resultados às vezes poderiam não ser os esperados. Nessas semanas muitos agradecimentos foram feitos: vários operários expressavam gratidão aos seus patrões pelo perdão, total ou parcial, dos dias parados devido à gripe espanhola. Eram trabalhadores que diziam “obrigado” por livre e espontânea vontade, pelo menos segundo queriam fazer supor os que pagaram pela publicidade nos jornais.⁵⁴² Para os que integraram o esforço do governo de combate à influenza, os agradecimentos vieram em forma de “benesses” sugeridas pelo Senado do Estado, discutidas na Câmara e depois transformadas na lei nº 1.640, de 31 de dezembro de 1918:

“O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta:
Art. 1º Os funcionários do serviço sanitário que efetivamente exerceram seus cargos durante o período da epidemia de gripe que ultimamente assolou o Estado, ou que, vítimas da mesma, estiveram deles afastados naquele período, gozarão do acréscimo de um ano de serviço na contagem de tempo de sua aposentadoria.
Art. 2º Os empregados do serviço sanitário, que houverem efetivamente prestado serviço durante o período da referida epidemia, ou que, vítimas da mesma, não puderam prestá-los, terão direito às vagas que forem ocorrendo e que constituem promoção na classificação dos serviços que desempenham.
Art. 3º Os funcionários contratados ou em comissão e os estudantes da Faculdade de Medicina que houverem prestado

⁵⁴¹ “Enfermos” O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de dezembro de 1918, nº 14.584, ano XLIV, p.6. Veja, entre outros: “Gratidão” Idem 8 de dezembro de 1918, nº 14.589, p.11

⁵⁴² Entre outros: “Agradecimentos” O Estado de S. Paulo São Paulo, 3 de dezembro de 1918, nº 14.584, ano XLIV, p.8. “A situação aflitiva ...” O Combate São Paulo, 16 de dezembro de 1918, nº 1.075, ano IV, p.3

serviço no período mencionado, bem como os empregados a que se refere o art. 2º, gozarão do benefício do art.1º, se vierem a fazer parte do quadro de funcionalismo do Estado.

Art. 4º As disposições desta lei abrangem também os médicos e enfermeiros da Assistência Policial; os médicos e enfermeiros da força pública, farmacêuticos, auxiliares de farmácia da mesma corporação, os médicos legistas e delegados de polícia da capital; os professores, assistentes e preparadores da Faculdade de Medicina, que houverem efetivamente prestado serviços e bem assim os médicos da inspeção médico-escolar e os professores que houverem servido nos hospitais.

Art. 5º O governo fará desde já anotar em folha de assentamento de serviço de cada uma das pessoas beneficiadas o favor que esta lei concede, e publicará no Diário Oficial do Estado, pelo expediente da Secretaria do Interior, a lista completa das mesmas, não podendo alterá-la.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7ª Revogam-se as diposições em contrário.”⁵⁴³

Mas não foi apenas isso. Ainda em 29 de novembro, a diretoria do Serviço Sanitário enviava ofício ao Secretário do Interior solicitando pagamento de vencimentos dobrados para diversos médicos e funcionários ligados àquela repartição que haviam trabalhado horas em dobro durante a epidemia de gripe.⁵⁴⁴ Semanas depois outra solicitação era enviada a Oscar Rodrigues Alves:

“Vieram (...) a esta Diretoria os srs. Juvenal Ferreira, René Barretto Filho e José Guimarães, todos estudantes do 5º ano da Faculdade de Medicina. O assunto que os trouxe foi o seguinte: tendo trabalhado durante a epidemia de gripe, pretendem esses estudantes serem gratificados com alguma coisa por parte do Governo, pelos serviços que prestaram. No caso de V. Exc. aquiecer a esse pedido, lembraria a V.Exc. que no Rio de Janeiro todos os estudantes foram gratificados, o que mostra que já há precedentes.”⁵⁴⁵

⁵⁴³ SÃO PAULO. Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo: Typ. do “Diario Oficial”, 1919, tomo XXVIII, p. 117-118. Cf.: SÃO PAULO. Senado do Estado de Anais de 1918 (3º ano da 10 legislatura) São Paulo: [s.l.] 1919, p.320, 370, 375, 388, 404-406 (redação final). SÃO PAULO. Câmara dos Deputados do Estado de Anais da Sessão Ordinária de 1918 São Paulo, Typ. Official, 1919

⁵⁴⁴ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 29 de novembro de 1918, item 1º e 7 de dezembro de 1918, item 2. Fundo Arthur Neiva.

⁵⁴⁵ Relatório da Directoria do Serviço Sanitário, 25 de fevereiro de 1919, item 6. Fundo Arthur Neiva

Pedir nunca foi demais e, se algumas solicitações caíam no esquecimento, outras eram saudadas pelos jornais como importantes conquistas. Foi este o caso do pedido para que funcionários públicos estaduais e municipais, tivessem suas faltas abonadas e as licenças não consideradas para efeito de suspensão de pagamento e de contagem de tempo, se o motivo fosse a epidemia de influenza. Eram os “*ecos da gripe*”, como chamavam os jornais, embasando reivindicações e resoluções administrativas.⁵⁴⁶

Em dezembro, os números continuavam apontando para um rápido declínio de enfermos e mortos de gripe espanhola. Contrariando previsões que alertavam para um possível aumento de casos novos, como as do dr. Paula Peruche, cada vez menos indivíduos contraíam a enfermidade. Mas foram quase trinta dias entre a primeira notificação que apontava mais pessoas curadas do que casos novos de gripe (dia 22 de novembro, 532 novos gripados e 557 altas) e o encerramento dos comunicados diários do Serviço Sanitário sobre a influenza, dia 19 de dezembro, selando oficialmente o término do período epidêmico de 1918.⁵⁴⁷ No dia seguinte o jornal A Gazeta saudava na primeira página, o fim da gripe espanhola:

“Apenas um caso novo de gripe ontem se deu nesta capital. Em seu comunicado à imprensa, informa o Serviço Sanitário que se pode considerar definitivamente extinta a epidemia que durante dois meses infestou S.Paulo. Essa declaração corresponde dizer, oficialmente, que a cidade se acha de novo normalizada quanto à sua situação sanitária, tão profundamente alterada por ocasião da terrível pandemia que

⁵⁴⁶ “Ecos da gripe. A situação dos operários municipais” O Combate São Paulo, 7 de dezembro de 1918, nº 1.068, ano IV, p.1. “A Prefeitura...” Idem 10 de dezembro de 1918, nº 1.070, p.1. “O funcionalismo e a gripe” Idem 13 de dezembro de 1918, nº 1.073, p.3

⁵⁴⁷ Comunicados do Serviço Sanitário: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p. 132-133, 154-156. O número de mortos de influenza, oscilou desde o final de novembro e decresceu mais rapidamente em dezembro: 1º dez. 30; 8 dez. 14; 15 dez. 11; 22 dez. 8; 29 dez. 6. O número de mortos por outras enfermidades foi, respectivamente: 67, 54, 40, 32 e 36. Dados do registro civil de São Paulo. Cf.: Idem. Op. cit., p. 52

a avassalou. Congratulamo-nos com toda a população paulistana por esse auspicioso fato e a ela nos juntamos para expressar votos sinceros de agradecimentos pela ação enérgica, prudente, criteriosa e eficaz de todas as autoridades que se esforçaram, sob a sábia direção do dr. Arthur Neiva para a eliminação do mal que a tantas e tão dolorosas provações nos submeteu.(...)”⁵⁴⁸

Antes mesmo que o Serviço Sanitário declarasse “*finda (...) a calamidade sem exemplo que pesou sobre nós*”⁵⁴⁹, o nome de Arthur Neiva ressurgia com o destaque dos primeiros dias da epidemia. Doente desde meados de novembro, internado no Isolamento durante alguns dias, as informações sobre o diretor do Serviço Sanitário foram, todavia, envolvidas em um significativo silêncio. Poucos devem ter percebido que não era Neiva que dirigia o Serviço Sanitário no final do período da gripe espanhola: os comunicados e as notícias da repartição estadual olvidavam nomes e fatos que pudessem informar sobre quem dirigia o local e porquê. Os jornais pouco escreveram sobre o fato e a estratégica divisão de funções de coordenadorias, realizada pelo Secretário do Interior na reunião de 8 de novembro, deslocava o foco de atenções de Neiva, ou da direção do Serviço Sanitário, principalmente para Vergueiro Steidel, Arnaldo Vieira de Carvalho e Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Assim, como se em nenhum momento tivesse deixado a diretoria do Serviço Sanitário e a direção geral dos serviços de combate à gripe espanhola, Arthur Neiva (ou seria alguém utilizando seu nome ?) agradecia em 25 de novembro a cooperação do Secretário de Justiça, dr. Eloy Chaves; do delegado geral de São Paulo, dr. Thyrsó Martins e do diretor da Assistência Policial, dr. Raul de Sá Pinto. Eram agradecimentos pela pronta ação para o fechamento das casas de diversões e outros locais de reunião pública, pelo

⁵⁴⁸ “Influenza... A extinção da epidemia” A Gazeta São Paulo, 20 de dezembro de 1918, nº 3.882, ano XIII, p.1

atendimento aos enfermos realizado pela Assistência Policial em conjunto com o Serviço Sanitário, pela fabricação extra de caixões na Penitenciária e Instituto Disciplinar, pelo fornecimento de vários colchões aos hospitais provisórios e uniformes ao pessoal extraordinário do Desinfectório Central. Quinze dias depois, Arthur Neiva ia a redação do O Estado de S.Paulo agradecer em pessoa o auxílio do jornal durante a epidemia. Ao noticiar a visita, que não foi a única feita pelo diretor do Serviço Sanitário aos que colaboraram no combate à influenza, o periódico chamava Neiva de “*ilustre cientista*” e afirmava que “*toda a população de S.Paulo foi testemunha da inexcelsa dedicação do diretor do Serviço Sanitário no esforço de debelar a terrível pandemia, opondo a sua tenacidade e rara têmpera aos inúmeros obstáculos que surgiram de todos os lados, menos do próprio mal em si, do que da superficialidade otimista de uns, da ignorância pretenciosa de outros e do criminoso egoismo de muitos*”⁵⁵⁰ As críticas estavam cada vez mais longe do diretor de saúde.

Agradecimentos e homenagens a Arthur Neiva começaram muito antes do último gripado receber alta do médico que o atendia. Ao encerrar as atividades que realizaram durante a epidemia, os membros da Liga Nacionalista, em concorrida cerim nia realizada dia 30 de novembro em sua sede, fizeram questão de convidar o diretor do Serviço Sanitário para arriar a bandeira hasteada na institui o durante todo o período em que foi prestada assistência aos gripados. Foi uma das poucas ocasiões em que Neiva,

⁵⁴⁹ MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p. 154

⁵⁵⁰ “Ecos da gripe. Os agradecimentos ...” A Na o São Paulo, 25 de novembro de 1918, n  151, ano IV, p.1. “Notas e informa es. Tivemos ontem” O Estado de S.Paulo São Paulo, 11 de dezembro de 1918, n  14.592, ano XLIV, p.3. A primeira parte da coluna era uma crítica ao jornal Correio Paulistano, “*folha essencialmente governista*”, por declarar que o combate à epidemia tivera três “heróis”: o governo do Estado, Washington Luis e o arcebispo de São Paulo. Lembrando a colabora o de muitos, sem citar nomes, o artigo afirmava que “*houve um só herói: o povo paulista...*”.

discretamente, mencionou a gripe que o havia prostrado e os problemas enfrentados no período: *“Lamento que as condições especiais de minha saúde me impeçam de melhor dizer o quanto sou grato à Liga Nacionalista, pelo apoio sem reservas a mim proporcionado e em circunstâncias decisivas e difícilimas da minha carreira pública (...).”*⁵⁵¹

Semanas depois, um banquete foi oferecido por médicos de São Paulo a Arthur Neiva. Vital Brazil e seus subordinados do Butantan não aderiram à festa: a epidemia não fora suficiente para apagar desavenças anteriores. Para os que ofereciam o jantar, os elogios a Neiva iam além da *“grande campanha em que se empenhou S.S. na defesa da saúde da nossa população e em que se firmou de modo positivo a sua admirável capacidade de higienista”*. Lembravam que a atuação de Neiva vinha desde o início de sua direção do Serviço Sanitário de São Paulo, em trabalhos de grande importância *“que ficarão como um brilhante atestado de seu extraordinário valor”*.⁵⁵² Palavras ufanistas, com as quais Vital Brazil não concordaria, e que pareciam de despedida. E, segundo muitos, eram.

Comentários afirmavam que Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da República recém-eleito, pretendia que Neiva assumisse a Diretoria Geral de Saúde Pública e assim dirigisse os destinos da saúde nacional. É possível que Oscar Rodrigues Alves tenha influenciado a decisão de seu pai. No fim do período epidêmico, ao se referir ao

Além de visitas, Neiva enviou cartas e telegramas de agradecimento a diversos colaboradores do combate à influenza. Veja, como exemplo: “Influenza espanhola. O sr. Arthur Neiva, Diretor ...” Jornal do Commercio São Paulo, 20 de dezembro de 1918, nº 50, ano III, p.2

⁵⁵¹ “Encerramento dos trabalhos ...” Jornal do Commercio 1º de dezembro de 1918, nº 31, ano III, p.3. A Liga Nacionalista cuidou de 9.909 enfermos, dos quais 9.287 a domicílio e 622 em hospitais. Angariou 45:711\$100 e recebeu vários donativos de gêneros diversos. Gastou com os serviços diretos aos gripados: 43:287\$100. Cf.: MEYER, Luiz Carlos; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.30.

Oscar Rodrigues Alves também recebeu inúmeros ofícios de agradecimentos pelos auxílios prestados durante a influenza: de organizadores de hospitais provisórios da Capital a prefeitos do interior do Estado, todos diziam obrigado por medicamentos e envio de pessoal para atendimento aos doentes. Entre outros: “Ofícios de agradecimentos...” Jornal do Commercio São Paulo, 17 e 18 de dezembro de 1918, nº 47 e 48, ano III, p.3 e 3

Secretário do Interior, Neiva dizia: *“Nada mais fiz senão o meu dever, acatando e pondo em execução as ordens recebidas do meu colega, amigo e chefe dr. Oscar Rodrigues Alves (...).”*⁵⁵³ A amizade de Arthur Neiva e Rodrigues Alves era notória e o prestígio do cientista e administrador, aparentemente, saíra ileso da gripe espanhola.⁵⁵⁴ Mais uma vez, é possível suspeitar que a forma como foi realizada a reordenação e divisão de comando do atendimento aos gripados, na primeira semana de novembro, contribuiu decisivamente para poupar a figura do diretor do Serviço Sanitário e seu reconhecimento profissional.

Em meio às especulações sobre a ida de Arthur Neiva para o Rio de Janeiro e quem o substituiria na direção do Serviço Sanitário em São Paulo, começaram a aparecer nos jornais os relatórios daqueles que haviam colaborado com o socorro aos gripados e seus familiares e foram publicados números que indicavam a soma de óbitos por gripe espanhola.⁵⁵⁵ Protestos novamente, as cifras seriam muito maiores ! Depois de contar e recontar, 5.331 mortos de influenza foi o total oficialmente anunciado pelo Serviço Sanitário, ou seja, o governo de São Paulo admitia que em torno de 1% da população da Capital desaparecera em dois meses de influenza, sem contar as possíveis seqüelas e

⁵⁵² “Registro. Dr. Arthur Neiva” Jornal do Commercio São Paulo, 20 de dezembro de 1918, nº 50, ano III, p.3 (citações). “O Butantan não adere...” O Combate São Paulo, 31 de dezembro de 1918, nº 1.087, ano IV, p.1

⁵⁵³ “Encerramento dos trabalhos ...” Jornal do Commercio 1º de dezembro de 1918, nº 31, ano III, p.3

⁵⁵⁴ Sobre a amizade e afinidade científica existente entre Neiva e Oscar Rodrigues Alves, confira a correspondência oficial e particular existente no Fundo Arthur Neiva.

⁵⁵⁵ “Quem substituirá o dr.Arthur Neiva” O Combate São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 1.061, ano IV, p.1. “O dr. Neiva vai para o Rio...” Idem 11 de dezembro de 1918, nº 1.071, p.1.

Entre os relatórios das maiores organizações privadas: “Comissão de Socorros “Estado-Fanfulla” O Estado de S.Paulo São Paulo, 3 de dezembro de 1918, nº 14.584, ano XLIV, p.3. Recebeu 137:875\$600 além de ofertas de gêneros alimentícios, roupas etc. Socorreu aproximadamente 18.640 famílias com 103.209 pessoas, além auxílios individuais. “Assistência domiciliar e hospitalar....Cúria Metropolitana de S.Paulo” Idem 14 de dezembro de 1918, nº 14.595, p.10. “A.A.C.M. e a gripe” O Combate São Paulo, 28 de dezembro de 1918, nº 1.085, ano IV, p.1. A Cúria Metropolitana receberia 342:359\$600, além de doações em espécies, atendendo só em visitas domiciliares 33.772 famílias e 85.492 enfermos. Distribuiu pelo menos 120.000 pratos de sopa.

complicações. O número de gripados somaria pelo menos 116.777.⁵⁵⁶ Um pesadelo impossível de esquecer.

Enquanto os paulistanos discutiam os dados oficiais sobre a influenza, alguns grupos anunciavam que parte da assistência aos necessitados continuaria ainda por algumas semanas. Várias colônias estenderam sua ajuda aos patrícios carentes, castigados, desde antes da epidemia, pelo aumento do custo de vida e com mais dificuldades para pagar as contas, pois semanas na cama resultaram em ausência de salário para muitos trabalhadores. Como afirmava Dom Duarte, “*não parecia prudente, nem humano, suspender de chofre todo auxílio aos convalescentes e enfermos que ainda restavam.*” Meses depois, o arcebispo receberia carta do papa Bento XV elogiando sua atuação durante a gripe espanhola, socorrendo material e espiritualmente os moradores de São Paulo.⁵⁵⁷

Já no dia 7 de dezembro, Washington Luis apresentava ofício à Câmara Municipal prestando contas daquilo que fizera com os amplos poderes que aquela Casa Legislativa havia outorgado ao prefeito de São Paulo. Procurando explicitar os cuidados redobrados que teria observado com todos os chamados “serviços municipais” e agradecendo aos que colaboraram no combate à influenza, com especial ênfase aos funcionários da prefeitura,

⁵⁵⁶ “As estatísticas demografo-sanitárias...” O Combate São Paulo, 21 de dezembro de 1918, nº 1.080, ano IV, p.1. “Ainda a mentira da demografia oficial” Idem 26 de dezembro de 1918, nº 1.083, p.1
Número oficial do Serviço Sanitário: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.53. Contabilizados separadamente, os mortos por pneumonia gripal somariam 1.192; pneumonia, 273; broncopneumonia gripal, 125 e broncopneumonia, 257. Veja, p.57. O número de gripados, calculado entre 16 de outubro e 19 de dezembro, foi considerado relativo pelo próprio Serviço Sanitário, confira, p. 48-49.

⁵⁵⁷ “Assistência domiciliar e hospitalar. Relatório apresentado ao Exm.Sr.Dr. Presidente do Estado pela Cúria Metropolitana de S.Paulo” Boletim Ecclesiastico São Paulo, nº 6, ano X, p. 237-243, nov.e dez. 1918, p.243 (citação). Notícias sobre o socorro prestado pelas colônias pontuavam nos jornais. O trabalho especial de estatística feito pelos escolteiros foi suspenso dia 20 de dezembro. Cf.: Correspondência carta de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Brasileira de Escoteiros para Arthur Neiva, 20 de dezembro de 1918. Fundo Arthur Neiva

Carta de Sua Santidade o Papa Bento XV para Dom Duarte Leopoldo e Silva, XXIV maji ano MCMXIX. O Papa solicitava ainda auxílio aos imigrantes europeus (operários ?), cuidando para que não abandonassem o catolicismo. Documentos-Gripe Espanhola Pasta Suspensa – Identificação: Gripe espanhola (carta em latim, tradução anexa). Cúria Metropolitana de São Paulo

Washington Luis buscava demonstrar o bom uso que fizera da autoridade que possuía graças ao aval dos vereadores. Substituição imediata dos servidores do município que estiveram enfermos, sem “*as delongas burocráticas, prazos regulamentares de comunicações, formalidades...*”; contratação extra de pessoal; salários dobrados para funções especiais (coveiros passaram a receber 10\$000 por dia), estavam entre os atos do prefeito diretamente relacionados com os empregados do governo da cidade. Em cada frase do relatório, Washington Luis procurava demonstrar agilidade, criatividade e autoridade no gerenciamento das questões públicas para tentar manter São Paulo funcionando regularmente, mesmo em condições tão adversas. A repercussão do relato apresentado foi instantânea. Reproduções do texto ocuparam várias colunas dos jornais. Elogios na imprensa: o prefeito respeitava a opinião pública prestando contas de seus atos. Desconfianças e questionamentos sobre o trato dos problemas da cidade durante a gripe espanhola deslizaram para segundo plano. Assim, mesmo não acrescentando muito àquilo que os periódicos publicavam esparsamente desde outubro e adiando o balanço final dos gastos com a epidemia, o relatório do prefeito à Câmara Municipal recebeu aplausos generalizados.⁵⁵⁸ Nada melhor para um político que sonhava com a presidência de São Paulo e, quem sabe, do Brasil.

⁵⁵⁸ SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de. Offício nº 477. Apresentado à Camara pelo sr. Prefeito Municipal dr. Washington Luis, relativamente às providencias tomadas pela Municipalidade durante a epidemia da gripe, e de acordo com a resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, da Camara São Paulo: Typographia Piratininga, 1918, p. 399-452, especialmente, p. 401(citação) e 413 (salário dos coveiros. Os coveiros recebiam normalmente 4\$500 por dia e mesmo com aumento de salário muitos desistiram do serviço temendo o contágio). O governo da cidade de São Paulo gastou, aproximadamente, 500:000\$000 com a gripe epidêmica. Grande parte dos gastos do governo do Estado estiveram atrelados ao Serviço Sanitário, apesar de Altino Arantes ter autorizado “*o Sr. Prefeito a despendar, por conta do Estado, fossem elas quais fossem, as quantias necessárias para desempenho [dos serviços municipais durante a epidemia], mas a cidade de São Paulo não teve necessidade (...)*”. Veja: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. Op. cit., p.15 Entre os jornais que publicaram e/ou comentaram o relatório de Washington Luis: Jornal do Comércio São Paulo, 8 de dezembro de 1918, nº 39, ano III, p.3. O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de dezembro de 1918, nº 14.589, ano XLIV, p.10 e 11. O Combate São Paulo, 10 de dezembro de 1918, nº 1.070, ano IV, p.1 e 2

Quando começava toda essa mobilização para contabilizar o que havia sido feito para tratar dos gripados e contar os que haviam sucumbido de gripe espanhola, a Cruz Vermelha Brasileira publicava comunicado à população que turvava as frases de elogios que começavam a ser fartamente distribuídas para o corpo clínico, as autoridades e os moradores de São Paulo:

*“ao conhecimento da diretoria da Cruz Vermelha Brasileira tem chegado a notícia de abusos praticados por alguns dos seus auxiliares, cujos serviços foram aceitos durante a epidemia, ou por gente que, abusando dos distintivos dessa instituição, procurou ilaquear a boa fé de pessoas menos avisadas. Todos esses casos foram resolvidos com a dispensa dos acusados ou com queixa à polícia.”*⁵⁵⁹

A diretoria da organização apelava “Ao Público”: *“pedimos às pessoas que tiverem queixas documentais contra qualquer serviço prestado por esta associação durante a epidemia, o favor de notificá-las à sede, rua de São Bento, 66-A”*.⁵⁶⁰ As notícias estavam na imprensa desde pelo menos o início de novembro. Indivíduos se ofereceriam como voluntários para acompanhar os médicos da Cruz Vermelha Brasileira em suas visitas domiciliares e, sem nenhum escrúpulo, longe dos olhos dos clínicos, aceitavam ou exigiam pagamento pelos serviços prestados. Outros tinham um pouco mais de trabalho e muito mais cinismo, como Henrique Ripper Chairés: com aspecto contrito e uma carroça, Chairés pedia donativos em casas comerciais de São Paulo usando o nome daquela associação beneficente. Vendia os produtos angariados para reverter o dinheiro em proveito da única

⁵⁵⁹ “A gripe epidêmica. Os espertalhões” A Platéia São Paulo, 28 de novembro de 1918, nº149, ano XXXI, p.6. O texto também estava em outros jornais. O relatório das atividades da Cruz Vermelha Brasileira foi publicado em partes, como fez o jornal A Capital de fevereiro a maio de 1919, ou na íntegra: Correio Paulistano São Paulo, 27 de fevereiro de 1919, nº 19.991, p.5. A entidade beneficente angariou 158:598\$750 e gastou com seus diversos serviços de assistência 158:367\$800, na Capital e interior do Estado. Recebeu inúmeros outros donativos em alimentos, roupas, remédios, móveis etc.

⁵⁶⁰ “Cruz Vermelha Brasileira” O Estado de S.Paulo São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 14.580, ano XLIV, p. 3

pessoa que julgava necessitada: ele próprio. A polícia não gostou e prendeu Henrique, as mercadorias encontradas em seu poder foram finalmente enviadas à Cruz Vermelha Brasileira, destino que, segundo diziam, “... o espertalhão nunca pensou que tivessem.”⁵⁶¹

Mas os “*reprováveis gestos*” não se limitariam a extorsão praticada por indivíduos que se aproveitavam de momentos de desespero ou da solidariedade dos paulistanos durante a gripe espanhola. Alguns jornais eram discretos em seus comentários, não citavam a Cruz Vermelha Brasileira ao lamentar o que chamavam de “*namoros e suas fitas vergonhosas*” entre voluntários de postos de socorro. Afirmavam apenas que a população mais pobre seria a grande prejudicada com a pouca assistência que esses indivíduos dispensavam aos necessitados: moços e moças estariam interessados em “*exibições sem outro fim a não ser a satisfação de sua vaidade pessoal*”.⁵⁶² Entretanto, em meados de novembro, A Nação usava o nome da Cruz Vermelha Brasileira como uma das maneiras de chamar a atenção dos leitores do jornal: “A epidemia só começou a declinar depois que a Cruz Vermelha deixou de prestar socorros médicos aos doentes...”. O artigo sobre a influenza pouco acrescentava àquilo que a leitura do cabeçalho de notícias informava. Uma nota no final do texto pouco esclarecia:

*“Um fato que tem sido objeto de comentários e que merece registro: a epidemia só começou a declinar depois que foram retirados da Cruz Vermelha os serviços de socorros médicos domiciliares ... Esta história, que é muito interessante, merece ser contada. E havemos nós de contá-la. Mas depois, quando a epidemia nos favorecer com a sua ausência.”*⁵⁶³

⁵⁶¹ “Visitas gratuitas...” A Capital São Paulo, 6 de novembro de 1918, nº 144, ano VII, p.2. “Um espertalhão” O Estado de S.Paulo São Paulo, 27 de novembro de 1918, nº 14.578, ano XLIV, p. 5

⁵⁶² “A influenza. Reprováveis gestos” A Capital São Paulo, 4 de novembro de 1918, nº 142, ano VII, p.4

⁵⁶³ “A espanhola. A epidemia em rápido declínio. Ontem ... A epidemia só começou a declinar ...” A Nação São Paulo, 16 de novembro de 1918, nº 131, ano IV, p.1

O tempo passou e dezembro chegou. O número de gripados era cada vez menor e todos pareciam só ter palavras de gratidão para os que de uma forma ou de outro haviam colaborado para socorrer São Paulo durante a influenza. Mas, a revista “*independente*” A Rolha, que primava pela polêmica, não deixou passar mais essa oportunidade de apontar problemas que os paulistanos pareciam querer esquecer. Fez o que o jornal A Nação havia prometido. Artigo publicado em 3 de dezembro era longo e mordaz:

“ A epidemia está em pleno declínio. Já podemos, portanto, intervir com a nossa crítica (...). A falta de uma direção competente e inteligente, foi sem dúvida o campo fértil para a proliferação do abuso, em que prejudicou a eficiência de iniciativa em prol de uma população como a que constitui a “cidade industrial” do Brás.

As queixas que recebemos contra a Cruz Vermelha foram, uma a uma, averiguadas. Todas eram procedentes.

Só quem presenciou as cenas de que fomos espectadores, pode afirmar categoricamente que a população do Brás foi sacrificada, devastada, pela inépcia dos “médicos” que, sem nenhum conhecimento do seu improvisado sacerdócio, andavam de cima para baixo, sem resultado positivo.

Os automóveis invariavelmente passavam de um lado para outro, sempre cheios de mocinhas de fita no braço e de pseudos médicos de barrete branco na cabeça.

A impressão era boa. O espetáculo melhor. O que era prejudicial é que nada faziam. Passeavam.

Quando visitavam os doentes era uma lástima. O médico receitava da porta, sem ver o gripado. As enfermeiras prescreviam o modo de usar os remédios. E de rua em rua, sempre a mesma troça.

Enquanto a “gripe” se alastrava o namoro e o deoboche tomavam proporções assustadoras. Era lastimoso ver-se tanta miséria !

As horas de almoço e jantar, então nem se fala. Banqueteavam-se. Embriagavam-se. Entregavam-se à bolina, aos beliscões, às apalpadelas. Terminando as refeições, que papel poderiam desempenhar ? Nenhum, é claro.(...)

E dizer-se que toda uma população esteve à mercê de um bando de piratas e de moçoilas levianas, que se aproveitaram da situação para andar de automóvel dia e noite, banqueteadando-se, em esbornias licenciosas !

E enquanto tudo isso se passava, pobre (sic) operários aguardavam resignados a hora que chegasse o “médico”

solicitado. Era a miséria em toda a sua nudez. A tantas ele chegava e, sob o estado de inconsciência, quando sabia receitar, errava na fórmula e quando era nescio, receitava porcarias, que se não matavam, pioravam o estado do enfermo.(...)

E o artigo prosseguia:

“A distribuição de víveres também merece uma referência. Como foi feita, pouco ou quase nada adiantou. Os necessitados passaram pelo vexame de exhibir-se horas e horas, a espera do prometido alimento, e os que, combalidos pela moléstia abandonaram a enxerga, tiveram que retroceder de mãos limpas.

Para a entrega de uma miséria era necessário mil e uma formalidades. Um pobre operário, morador na Mooca, sobrecarregado de filhos, trôpego, esquelético veio à rua Direita, mandaram-no à rua de São Bento afim de que o vale fosse carimbado. Da rua São Bento remeteram-no para o distrito em que residia. Do distrito voltou o pobre homem sem ter conseguido que lhe carimbassem o vale ! Durante três dias o pobre homem andou de um lado para outro, sem conseguir coisa nenhuma.(...)

Arregimentemo-nos pois, para não sermos colhidos de surpresa por outra calamidade mais mortífera que a “espanhola” alastrada na terra pela inépcia do Serviço Sanitário.”⁵⁶⁴

Falta de direção, incompetência, irresponsabilidade, miséria. Mesmo abusando das palavras e descrições chocantes e do tom catastrófico, próprios para causar impacto, o texto expunha aspectos da realidade de desestruturação causada pela gripe espanhola, não apenas na organização oficial de saúde pública (que faziam questão de criticar para concluir o artigo) mas, nas diferentes associações que tentavam colaborar com o atendimento aos gripados: privilegiavam a Cruz Vermelha Brasileira para lançar suas farpas.

⁵⁶⁴ “Ecos da “espanhola”. Os escândalos da Cruz Vermelha no Brás” A Rolha São Paulo, 3 de dezembro de 1918, nº 38, ano I, p. 13. Veja também, “A Cruz Vermelha em Itú”, p.15. Outros artigos descrevendo cenas de miséria e falhas de atendimento médico foram publicados pelos jornais, muitos deles contestados pelos acusados, como o posto de socorro “A Capital”, cujos responsáveis afirmavam ser caluniosas as informações sobre omissão de prestação de serviços clínicos. Cf.: “Notícias. Uma reclamação” A Platéia São Paulo, 21 de novembro de 1918, nº 143, ano XXXI, p.6.

As palavras escritas, ao procurarem retratar a influenza em tons fortes, possibilitavam flagrantes da situação da penúria cotidiana dos trabalhadores de São Paulo, as maiores vítimas da epidemia, expondo mais uma vez, para o leitor atento, uma realidade que extrapolava o período excepcional da gripe espanhola. Frases como “*era a miséria em toda a sua nudez*”, exprimiam muito mais que uma situação momentânea.

Mas não apenas críticas veladas ou explícitas embaçavam o brilho de uma festa que, primeiro com agradecimentos e elogios, os paulistanos começavam a fazer pelo fim iminente da influenza. Fantasmas povoavam o sono de muitos moradores de São Paulo, que jamais conseguiriam esquecer aquelas terríveis semanas de 1918. Uma luz acesa em casa repentinamente desabitada era motivo para especulações assustadoras, mesmo que em poucos dias acabassem solucionando o mistério: a família, como muitas outras, havia viajado para o interior tentando fugir da gripe espanhola e esquecer de apagar a lâmpada.⁵⁶⁵ Entretanto, algumas vezes, os pesadelos pareciam se materializar. Foi no final de novembro, mas ainda no mês seguinte, as notícias corriam de boca em boca e, como diz o ditado popular, quem conta um conto aumenta um ponto ... O pavor se apossou de muitas pessoas que souberam das dantescas histórias de pessoas (quase) enterradas vivas.

Um desses indivíduos teria sido o sírio João Antonio Jorge, o João Turco, morador de um “*miserável cômodo nos fundos do prédio nº 70 da rua Barra do Tibagy*”, no Bom Retiro. João Turco, ainda gripado, abandonara o tratamento que fazia no hospital provisório do Colégio Diocesano por não suportar a dieta hospitalar e, de volta para casa, se empanturrou de comida imprópria para alguém em seu estado de saúde, abusando inclusive dos pepinos. De volta ao hospital seu quadro clínico se complicara, tinha agora gripe

⁵⁶⁵ Veja: “Os casos misteriosos. Uma casa fechada ...” *O Combate* São Paulo, 4 de dezembro de 1918, nº 1.065, ano IV, p. 1 e 3. “O pavor da gripe. Ainda o caso...” *Idem* 5 de dezembro de 1918, nº 1.066, p. 1

pneumônica. João Antonio Jorge piorava a cada dia até que foi declarado em estado terminal e levado desacordado para um local que seria a capela do hospital, de onde certamente seguiria para o cemitério. Teria escapado de ser enterrado porque acordou subitamente e pediu um copo de água. Indignado com a história que se popularizara, o emérito dr. Emílio Ribas, diretor daquele hospital, declarou que João Turco se equivocara e que estava em uma enfermaria especial, de isolamento dos pneumônicos... mas, para a maioria dos que leram os jornais, a vida do sírio teria mesmo sido salva pelo copo de água que matara *apenas* sua sede.⁵⁶⁶

Outro caso: seu nome era Eugenio Benzana, italiano, mais ou menos 55 anos, pedreiro, morador do Bom Retiro, rua Anhaia, nº 64-fundos. Viúvo havia poucos dias, devia andar especialmente triste desde que a esposa morrera de gripe espanhola. O cidadão sofria de epilepsia mas gostava de uma cachaça; quando bebia os ataques eram certos, o que se repetia muito mas, aparentemente, sem maiores problemas. Entretanto, em época de grande mortandade cair desacordado, gelado e enrijecido nas proximidades da rua Augusta, no centro de São Paulo, poderia ter conseqüências muito sérias, e foi o que aconteceu. Depois de um dia de trabalho e do costumeiro “matar o bicho”, Eugenio Benzana acabou estirado na calçada. O policial que fazia a ronda do lugar julgou que estivesse morto, tal a aparência cadavérica e a falta batimentos cardíacos e pulso. Benzana foi removido para o necrotério do Araçá sem exames médicos mais detalhados e tudo parecia pronto para enterrá-lo, o que, parece, só não foi feito devido as chuvas torrenciais que desabaram sobre a cidade. As horas passaram e Eugenio acordou encerrado em um caixão. Apavorado e quase asfixiado arrebentou a tampa da urna e saiu em pânico, correndo em meio aos

⁵⁶⁶ “Cenas dantescas” A Platéia São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 150, ano XXXI, p.6. “O caso de João Turco” O Combate São Paulo, 30 de novembro de 1918, nº 1.062, ano IV, p.1. “Hospital diocesano” O Estado

cadáveres que aguardavam o coveiro que os levaria para a morada final. Para Eugenio Benzana, quase tão difícil quanto pular o muro do cemitério foi convencer a família de que não havia morrido, pois alguém avisara seus parentes do (suposto) passamento. O caso foi denunciado ao dr. Alarico Silveira, encarregado pela prefeitura da supervisão dos serviços de enterramentos. Pessoas foram ouvidas, registros vistoriados, mas pouca coisa mudou na história do pedreiro.⁵⁶⁷

A tétrica desconfiança de que pessoas haviam sido efetivamente enterradas vivas durante a gripe espanhola tomou conta da mente de muitos paulistanos. A revista A Rolha insuflou ainda mais o temor, e as desconfianças, dos seus leitores ao comentar o caso Benzana:

“Quantas vítimas não faleceram nos hospitais e casas particulares e, após verificado o óbito, foram incontinentemente, transportadas para os cemitérios sem mais exames? Quantos infelizes não sucumbiram só aparentemente, por fraqueza, e não foram aos cinco ou seis direitinhos para a cova ou para a “vala”? (...)

Há culpados pela calamidade que, senão vitimou até agora 10.000 pessoas, também é falso que tenha ceifado apenas a irrisória cifra de 5.000.

*O número de mortos nas condições em que Eugenio Benzana teria sido enterrado, é enorme, deve ser mesmo enormíssimo”.*⁵⁶⁸

Entretanto, naquele dezembro, apesar dessas denúncias sobre os serviços de enterramentos aos gripados e até da insinuação da existência de sepulturas coletivas para gripados mortos, as “valas”, o importante era estar vivo: *“As festas de fim de ano e de ano novo poderão ser, assim, celebradas com redobrada alegria. 1918 nos foi tremendo:*

de S. Paulo São Paulo, 30 de novembro de 1918, nº 14.581, ano XLIV, p.3

⁵⁶⁷ “Enterrado vivo!” O Combate São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 1.061, ano IV, p. 1. Idem 2 de dezembro de 1918, nº 1.063, p. 1. Idem 3 de dezembro de 1918, nº 1.064, p.1. “Cenas dantescas” A Platéia São Paulo, 29 de novembro de 1918, nº 150, ano XXXI, p.6

⁵⁶⁸ “Um quase enterrado vivo” A Rolha São Paulo, 3 de dezembro de 1918, nº 38, ano I, p. 3-5. p.5

consola-nos a segurança que 1919 nos decorrerá propício".⁵⁶⁹ A frase procurava expressar alívio e otimismo, entretanto, a persistência de casos de influenza e a morte do presidente eleito, Francisco de Paula Rodrigues Alves, dia 16 de janeiro, depois de um longo padecimento devido a gripe espanhola, pareciam tristes presságios. Passadas as festas, em poucos dias a alegria evocada havia desaparecido. *"O mês de janeiro de 1919 parecia uma continuação de 1918"*, como lembraria anos depois Paulo Duarte.⁵⁷⁰

A gripe espanhola continuava fazendo adoecer paulistanos e pessoas do interior do Estado morriam de influenza:

"A gripe é ainda uma incógnita para os homens da ciência. Eles podem remediar mas não evitar. Não há profilaxia para a insidiosa moléstia da qual se não conhecem sequer os meios de propagação. Quando se constitui uma ameaça, não há como fugir. Triste exemplo tivemos disso em dias bem recentes, de que uma parte da população se recorda com lágrimas e luto.

*Estejamos, pois, alertas. Vele sobretudo o serviço sanitário. Ainda é cedo para depor as armas que vitoriosamente ele empunhou nos dias trágicos de outubro e novembro.(...)"*⁵⁷¹

Muitos paulistanos, por devoção ou medo, pagaram então suas promessas:

"Tendo na ocasião em que se manifestou a grande epidemia que grassou em S. Paulo, feito uma promessa a São Roque e São Sebastião de que se eu e minha família não tivéssemos a doença mandar rezar uma missa aos ditos santos e anunciar por este jornal; ficando livre da moléstia as 9 pessoas de que

⁵⁶⁹ "Influenza espanhola. A extinção da epidemia" A Gazeta São Paulo, 20 de dezembro de 1918, nº 3.882, ano XIII, p.1. Depois de pesquisar nos Livros de Cemitérios, Cláudio Bertolli Filho afirmou que vários gripados pobres foram enterrados em valas comuns. No cemitério de Vila Mariana teriam ocorrido "sepultamentos sobrepostos, isto é, em uma única cova se depositavam 2 ou até 3 caixões". Op.cit. p.190-191

⁵⁷⁰ DUARTE, Paulo. Memórias São Paulo: HUCITEC, 1977. Vol.5 Apagada e vil mediocridade, p. 297

⁵⁷¹ "A gripe epidêmica..." A Gazeta São Paulo, 7 de janeiro de 1919, nº 3.894, ano XIII, p.1. O texto afirmava que a gripe voltara a castigar as cidades de São José dos Campos e Espírito Santo do Pinhal, podendo portanto vitimar novamente a Capital.

No início de 1919, alguns ofícios enviados de cidades do Estado à Secretaria do Interior ainda solicitavam medicamentos para tratar dos enfermos de gripe espanhola, como o do prefeito de Ribeirão Branco; enquanto outros, agradecendo a ajuda recebida, anunciavam o fim da influenza em cidades até há pouco castigadas pela doença, como Botucatu e Jambuí. Cf.: SÃO PAULO. Secretaria do Interior. Câmaras Municipais caixa 70, ordem 6675, maço 69, ano 1918. Ofícios com data errada, atenção para carimbo de recebimento. Alguns desses ofícios foram publicados pelo jornal O Estado de S.Paulo

se compõe a minha família graças a Deus e a promessa que fiz venho cumpri-la fielmente.
S. Paulo, 20-1-1919.
Isidoro Trigo”⁵⁷²

Mas fevereiro chegou e a influenza parecia ter efetivamente acabado. O paulistano, aliviado, caiu na folia ! Era o carnaval: confete, serpentina, fantasias, alegria ! Zabumbas, charangas e o corso. A Avenida Paulista colorida por uma festa que celebrava muito mais que Momo. O fim da guerra e da peste — a gripe espanhola, agitava os paulistanos em um frenesi que alguns, polidamente, qualificaram de “*imoderado*”. Repetindo o que acontecia no Rio de Janeiro, a animação foi incomum, avassaladora. Nos bailes ou nas ruas, a festa agitou São Paulo.⁵⁷³

Passada a folia, em plena quaresma, tosses e espirros voltaram a ser ouvidos na Capital. Como a reprise de um filme que todos tentavam esquecer, começaram a falar de navios vindos da Europa com gripados a bordo e notícias de gripe na Espanha, Inglaterra, Itália e depois em Portugal. Não demorou muito e vários cariocas ficaram gripados. E, tragédia, em São Paulo e cidades do interior paulista casos de gripe espanhola também foram detectados. Em poucas semanas a doença havia se espalhado por vários estados brasileiros.⁵⁷⁴

⁵⁷² “O milagre” O Estado de S. Paulo São Paulo, 21 de janeiro de 1919, nº 14.633, ano XLV, p.10

⁵⁷³ Cf.: SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.24-29. BRITO, Nara de Azevedo. “La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro”. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v.IV, nº1, p.11-30, mar./jun. 1997, p. 26. Sobre o carnaval, particularmente as discussões sobre a festa nas primeiras décadas do século XX, veja: CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920 São Paulo: Companhia das Letras, 2001, especialmente, p. 240-303

⁵⁷⁴ Já no final de janeiro era publicado “A “influenza” voltará ?” A Capital São Paulo, 30 de janeiro de 1919, nº 1.110, ano IV, p.1. A terceira vaga mundial da epidemia, menos letal que a anterior, iniciou-se em finais de fevereiro e durou até maio de 1919, veja: BEVERIDGE, W.I.B. Op. cit. p. 31
Cf.: “A “espanhola” voltará ao Brasil ?” Idem 26 de fevereiro de 1919, nº 235, p.2. “Ameaçados de nova epidemia ?” A Platéia São Paulo, 6 de março de 1919, nº 231, ano XXXI, p.1. “Notícias do interior” O Estado de S. Paulo São Paulo, 14 de março de 1919, nº 14.683, ano XLV, p. 5. “Telegramas. Itália” Idem 22 de março de 1919, nº 14.691, p.6. “Alguns casos de gripe ..Curitiba” e “A gripe. Rio” Idem 25 de março de 1919, nº 14.684, p.2 e 4. “Notícias diversas” Idem 28 de março de 1919, nº 14.697, p. 4. “Saúde pública” Idem 29 de

Na Capital, novamente foi solicitada atenção com estoques de medicamentos e a lembrança dos conselhos do ano anterior alertavam os paulistanos: a profilaxia individual era, mais uma vez, apontada como o melhor preventivo contra a gripe. O Serviço Sanitário do Estado sob as ordens de Arthur Neiva que, com a morte de Rodrigues Alves, não se transferira para o Rio de Janeiro, anunciava o isolamento de todo gripado de São Paulo.⁵⁷⁵

“*Onde está o hospital ?*” perguntava o jornal A Capital, insistindo:

*“É necessário que a Diretoria do Serviço Sanitário aja neste momento à luz meridiana, esclarecendo tanto quanto possível o povo sobre o que realmente se passa com respeito à marcha da epidemia e às providências tomadas. Só assim voltará a reinar em muitos lares sossego e confiança.”*⁵⁷⁶

Entre notícias sobre as providências para isolar e desinfetar navios que aportavam na Capital Federal e mais casos da doença em São Paulo, Neiva instalava novamente um hospital provisório na Hospedaria dos Imigrantes para receber os gripados de 1919. Pequeno edital, assinado pelo diretor da secretaria do Serviço Sanitário, dr. Joaquim Rabello Teixeira, informava: “*de ordem do sr. dr. diretor geral faço público que a gripe epidêmica passa a ser considerada moléstia de notificação obrigatória, nos termos do art.563 do Código Sanitário em vigor.*”⁵⁷⁷

março de 1919, nº 14.698, p.4. “Notícias diversas” Idem 30 de março de 1919, nº 14.699, p.5. “Saúde pública” Idem 2 de abril de 1919, nº 14.702, p.5. “Telegramas” Idem 14 de maio de 1919, nº 14.741, p.2

⁵⁷⁵ “A gripe em S.Paulo” A Capital São Paulo, 20 de março de 1919, nº 253, ano VII, p.1. “A gripe” Idem 22 de março de 1919, nº 255, p.1. “A gripe espanhola” A Platéia São Paulo, 21 de março de 1919, nº 244, ano XXXI, p.1

⁵⁷⁶ “A gripe” A Capital São Paulo, 22 de março de 1919, nº 255, ano VII, p.1.

⁵⁷⁷ “Telegramas” O Estado de S. Paulo São Paulo, 6 de março de 1919, nº 14.675, ano XLV, p.4. “Telegramas” Idem 12 de março de 1919, nº 14.681, p.4. Entre outros: “Serviço Sanitário. Edital” Idem 20 de março de 1919, nº 14.689, p.10 (notícia aparecia no O Combate de 15 de março (nº 1.1.46, ano IV, p.1). Cf: “Artigo 563. O Diretor Geral do Serviço Sanitário poderá, quando julgar conveniente, propor ao Governo que seja considerada doença de notificação compulsória outra qualquer não incluída no artigo antecedente. Publicada a resolução no Diário Oficial e outros jornais e em editais afixados na Diretoria Geral do Serviço Sanitário e no Desinfectório, serão postas em prática as medidas de profilaxia necessárias. Tais medidas cessarão, sob proposta do Diretor Geral, quando houver cessado o motivo que as determinou.” SÃO

A crença que a gripe espanhola era uma doença insidiosa e poderia irromper de maneira devastadora de um momento para outro, era idéia corrente pelas ruas de São Paulo. A questão do isolamento, da vigilância sanitária rigorosa, mais uma vez despontava como a única forma de tentar salvar São Paulo da epidemia que se anunciava.⁵⁷⁸ Entretanto o número de gripados da Capital, apesar da expectativa assustadora, não aumentou em grandes proporções: o hospital provisório passava dias sem receber um único enfermo novo. Na reabertura, dia 22 de março, 11 doentes ocuparam seus leitos, sendo 3 de gripe pneumônica.⁵⁷⁹

Mas os fabricantes de remédios e “produtos medicinais” não perderam mais essa oportunidade de auferir lucro. Os anúncios de produtos que pretendiam prevenir ou curar a gripe espanhola voltaram a disputar a preferência dos paulistanos: as tradicionais Pílulas de Luiz Carlos, a vacina do dr. Ulysses Paranhos, a fórmula homeopática Grippina, diversos desinfetantes, poderosos fortificantes e alguns “instrumentos médicos”, que ficavam cada vez mais populares:

*“A gripe
Todas as famílias devem prevenir-se com um bom termômetro
nas ocasiões de epidemia; para isso, dirijam-se à casa “Ao
Boticão”, onde encontrarão um grande e variado sortimento.
Rua 15 de novembro, nº 7
Jamuário Loureiro & Comp.”*⁵⁸⁰

“O estado sanitário da capital, com referência à epidemia de gripe continua estável, quase não se notando recrudescimento da moléstia...” informava a imprensa ainda

PAULO. Decreto nº 2.918 - 9 de abril de 1918. Dá Execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XXVII, 1919, p. 35-144, p.113-114

⁵⁷⁸ “O estado sanitário” O Combate São Paulo, 19 de março de 1919, nº 1.149, ano IV, p.1 “O hospital de isolamento ...” Idem 21 de março, nº 1.151, p.1

⁵⁷⁹ “A gripe” A Capital São Paulo, 24 de março de 1919, nº 256, ano VII, p.1.

⁵⁸⁰ “A gripe” O Estado de S. Paulo São Paulo, 25 de março de 1919, nº 14.694, ano XLV, p.5. Propagandas de medicamentos lembrando o nome “gripe espanhola” continuaram, esparsamente, durante algumas semanas.

no mês de março.⁵⁸¹ E fugaz como veio, a gripe foi, naqueles primeiros meses de 1919, mas a lembrança permaneceu, assim como propagandas, artigos e informes estatísticos que periodicamente rememoravam o perigo de um surto epidêmico causado por uma moléstia “corriqueira”, a gripe. Durante os anos seguintes uma nova e terrível epidemia da doença foi possibilidade que assombrou os paulistanos. Comparada à febre amarela e a peste bubônica, em alguns momentos o medo da influenza foi mais contundente. Enquanto algumas notícias falavam em grande número de gripados na Europa, o jornal A Capital de 30 de janeiro de 1920 era categórico: “*Já não é possível negar. A “gripe”, a terrível “influenza espanhola”, de horrível memória está de novo entre nós*”. Médicos poderiam confirmar, receitas para gripados estariam sendo aviadas.⁵⁸² A questão continuaria entre sustos e desmentidos e, dia 4 de fevereiro, poucas semanas antes de Arthur Neiva deixar a direção do Serviço Sanitário aquele órgão estatal ensaiou uma resposta à imprensa, que nunca foi publicada, mas que teria causado furor se viesse a público:

*“ Se a gripe epidêmica, novamente, invadir o Estado de S.Paulo, dever-se-a isso exclusivamente à incúria das autoridades sanitárias federais e à deficiência dos seus recursos em aparelhos de defesa no porto de Santos [responsabilidade federal] (...) Podemos garantir (...), até a data de hoje, não existe |em São Paulo| a gripe epidêmica, cuja ausência foi comprovada aqui pela inspeção do receituário das farmácias ... ”*⁵⁸³

⁵⁸¹ “A gripe” A Capital São Paulo, 25 de março de 1919, nº 257, ano VII, p. 1(citação). O total de óbitos por gripe em todo o ano de 1919 foi, oficialmente, 354; 203 do sexo masculino e 151 do feminino. Veja: Anuário estatístico de São Paulo – 1919 São Paulo: Typ. do “Diário Oficial”, 1923, vol. 1, p. 164-181

⁵⁸² “A gripe em S.Paulo” A Capital São Paulo, 30 de janeiro 1920, nº 256, ano VIII, p.1 (citação). Veja: “Os óbitos de um ano” A Gazeta São Paulo, 10 de janeiro de 1920, nº 4.199, ano XIV, p.1. “A gripe em S.Paulo” A Capital São Paulo, 5 de fevereiro de 1920, nº 261, ano VIII, p.1. “A gripe em S.Paulo. Pregoeiros...” Idem 7 de fevereiro de 1920, nº 263, p.1. “A amarela, a bubônica e a gripe” Idem 10 de fevereiro de 1920, nº 265, p.1. “Telegramas.Exterior. A gripe...” O Combate São Paulo, 4 de fevereiro de 1920, nº 1.407, ano V, p.3. “A invasão da gripe” Idem 2 de março de 1920, nº 1.429, p.1. “O estado sanitário” O Estado de S.Paulo São Paulo, 8 de fevereiro de 1920, nº 15.010, ano XLVI, p.3

⁵⁸³ “Sr. Redator” 4 de fevereiro de 1920. Anotação manuscrita: “*Não foi dado à publicidade*”. Fundo Arthur Neiva

A resposta àqueles que afirmavam a existência de uma nova epidemia de gripe na Capital podia não ser muito convincente, mas atingia diretamente quem dirigia a saúde pública nacional, alguém escolhido para um lugar que Arthur Neiva teria ocupado caso Rodrigues Alves não tivesse morrido. Era Carlos Chagas, o cientista com quem Neiva mantinha disputa nos últimos anos, disputa agravada pelas pretensões do diretor do Serviço Sanitário de São Paulo de transformar o Butantan em um novo Manguinhos e, também, pelos seus planos frustrados para a saúde pública nacional.⁵⁸⁴

Mas os dias passaram e, como haviam começado, as notícias sobre uma nova epidemia de influenza, mais uma vez foram desaparecendo. Entretanto, durante algum tempo, os alertas seriam periódicos: em 1922, “*A gripe espanhola. O terrível mal dia a dia se aproxima...*”; em 1923, “*A gripe. Estaremos ameaçados de uma nova invasão...?*”⁵⁸⁵ Muito mais que os jornais, que atordoavam os paulistanos noticiando uma nova gripe espanhola, o mundo científico, nacional e internacional, foi agitado por estudos que queriam decifrar a influenza espanhola.

Alguns trabalhos publicados em 1919 já apontavam o território dos Estados Unidos, seus campos de treinamento de soldados, como o primeiro local onde teria sido detectada a moléstia que chamavam gripe espanhola. Com o movimento das tropas pelo interior do país e para a Europa em guerra a doença teria se espalhado, causando um primeiro surto da enfermidade a partir de março de 1918. Guthrie Mc Connell, chefe de laboratório em Camp Devens, Massachusetts, escreveria: “[A influenza] *chegou ao leste dos Estados Unidos e se espalhou rapidamente*”. No final de agosto nova vaga da doença

⁵⁸⁴ Comentário sobre os planos de Neiva para a Diretoria Geral de Saúde Pública, onde os portos mereceram destaque: HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento* São Paulo: HUCITEC; ANPOCS, 1998, p. 228-232

⁵⁸⁵ Entre outros, de outros anos. Cf.: “A gripe espanhola.” *A Capital* São Paulo, 9 de fevereiro de 1922, nº 229, ano XI, p.1. “A gripe. Estaremos ...” *O Combate* São Paulo, 26 de fevereiro de 1923, nº 2.318, ano VIII, p. 4

teria sido detectada e com uma virulência desconhecida. Mc Connell afirmaria: “(...) durante as duas semanas, entre 28 de agosto e 11 de setembro de 1918, surgiu uma forte epidemia de influenza que se espalhou muito rápido. (...) A doença foi levada para Boston provavelmente por pacientes e portadores da doença”. Em meados de 1918, Boston, nos Estados Unidos; Freetwon, em Serra Leoa, local de trânsito de soldados, onde parte da esquadra brasileira a caminho da França havia feito uma parada técnica, e Brest, porto francês por onde haviam passado militares americanos meses antes; começaram a acusar uma alarmante quantidade de casos novos de influenza.⁵⁸⁶ Em poucas semanas a gripe espanhola se espalharia pelo mundo com uma violência desconhecida e apavorante.

Relatos de análises bacteriológicas e patológicas realizadas nos pacientes dos campos de treinamento dos Estados Unidos (só em Camp Beauregard, Los Angeles, foram 7.500 doentes em um total de 15.000 homens estacionados, 427 morreram⁵⁸⁷) e em gripados na Europa ganharam as páginas das revistas especializadas ainda durante o surto epidêmico. Em 1919, os tratamentos utilizados, as variações da doença e suas conseqüências e, grande mistério, o que teria transformado uma gripe em doença tão mortal, foram temas recorrentes de artigos médicos e discussões acadêmicas. Tanto quanto a “espanhola”, os debates invadiram comunidades médicas no mundo inteiro. Muito se discutiu sobre o papel do bacilo de Pfeiffer na epidemia de 1918. Cautela na maioria das

⁵⁸⁶ MC CONNELL, Guthrie. “The relation of the bacillus influenza to the recent epidemic” The American Journal of the Medical Sciences (New Series) Philadelphia & New York: Lea & Febiger, vol. CLVIII, 1919, p. 47-56. p. 48-49. Alguns estudos afirmam que a gripe espanhola teria se originado na Europa ou na Ásia (especialmente China), mas a possibilidade que isso tenha ocorrido é remota. Cf.: ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. Op.cit., p.18 -29. BEVERIDGE, W.I.B. Influenza: the last great plague London: Heinemann, 1977, p.39-44

⁵⁸⁷ FRICK, Donald J. “A review of the epidemic of influenza at the Base Hospital, Camp Beauregard, L.A., with special reference to symptoms and sequelae” The American Journal of the Medical Sciences (New Series) Philadelphia & New York: Lea & Febiger, vol. CLVIII, 1919, p. 68-80. p. 68. Segundo Michael B. Oldstone, cerca de 80% das mortes de soldados americanos na I Guerra Mundial teria como causa a influenza, veja: OLDSTONE, Michael B. Op. cit., p. 173

conclusões: “ *O bacilo da Pfeiffer é a causa aparente da doença epidêmica, mas sua relação causal não está provada conclusivamente* ”. ⁵⁸⁸

No Brasil, a revista Archivos Brasileiros de Medicina, dirigida pelo doutores Juliano Moreira e A. Austregesilo, publicou em 1919 número especialmente dedicado à gripe espanhola. O volume, de quase duzentas páginas, trazia “Trabalhos Originais” sobre várias manifestações clínicas da doença e descrições detalhadas de diversos casos da moléstia. Muitos artigos destacavam as complicações da enfermidade e seus possíveis tratamentos, de maneira muito semelhante a sugerida por Revoredo, Meira e Monteiro em São Paulo ainda em 1918. Os que folheassem a revista poderiam encontrar: considerações internacionais sobre a epidemia (resumos de prescrições e de publicações de especialistas estrangeiros sobre as tentativas para deter ou acabar com a gripe espanhola), informações sobre a história das gripes, bibliografia que pretendia listar as publicações nacionais sobre a doença (eram 77 trabalhos, de 1830 ao texto de Cunha, Magalhães e Fonseca), transcrições

⁵⁸⁸ Mac Neal, Ward J. “The influenza epidemic of 1918 in the American Expeditionary Forces in France and England” Archives of Internal Medicine Chicago: American Medical Association Publishers, vol. 23, 1919, p.657-688.p.687 (citação). Nos Estados Unidos, entre vários: SOPER, A. “Influenza – Pneumonia pandemic in American Army Camps”; PALMER, G.T.“Influenza infection” e GROVE, C.C. “Influenza epidemic” Science New Series. New York: The Science Press, vol. XLVIII, July-December 1918, p. 451-476. MC CLELLAND, J. E. “Bacteriological observations on the epidemic of influenza at Camp Beauregard, L.A.”; LEVIN, M.B.GOODMAN, D.A.PANCOAST,F.J. “Relationship of the streptococcus hemolyticus to “influenza” and pneumonia”; EDGERLY, E.T. MANSON, F.M. CARR, J.G.“The influenza-pneumonia epidemic at Camp Dodge, Iowa, 1918”; DWINELL,W.G.“Laboratory report on epidemic pneumonia”; CARR, J.G.“Clinical aspects of pneumonia following influenza, Camp Dodge, Iowa, 1918”; MANSON, F.M. “Report of the surgical service, U.S. Army Base Hospital, Camp Dodge, Iowa, on the epidemic of influenza of 1918” e MEADER,F.M. MEANS,J.H. HOPKINS,M.D.”Account of an epidemic of influenza among american troops in England” The American Journal of the Medical Sciences (New Series) Philadelphia & New York: Lea & Febiger, vol. CLVIII, 1919, p.80-87; 202-211; 212-216; 216-232; 232-243; 244-254 e 370-397. RACKEMANN, Francis M.; BROCK, Samuel. Archives of Internal Medicine Chicago: American Medical Association Publishers, vol. 23, 1919, p.582-602. “The epidemic of influenza at Camp Merritt, N.J.” LUCKE, Baldwin; WIGHT, Toynbee; KIME, Edwin. “Pathologic anatomy and bacteriology of influenza” Idem vol. 24, 1919, p. 154-237

e comentários de casos de influenza ocorridos de norte a sul do Brasil no ano anterior e a discussão bacilo de Peiffer *versus* vírus filtrável.⁵⁸⁹

Vacinas e suas dosagens, prevenção, quinino e diferentes tratamentos, gripe e outras moléstias, estatísticas: o debate continuou em diferentes partes do mundo no final dos anos 1910 e início dos 20.⁵⁹⁰ Livros destacando a epidemia de 1918, discutindo suas características e causa, começaram a ser publicados.⁵⁹¹ Algumas vezes questões nada agradáveis eram ventiladas: “The next epidemic of influenza” foi um texto publicado em novembro de 1919 pela The Lancet. Qual o intervalo entre as epidemias de gripe? Cálculos feitos, com base nas ocorrências mundiais da doença, e a constatação de que 33 semanas parecia o intervalo mais plausível, mas “*é preciso lembrar que os intervalos entre as epidemias nunca são exatos (...)*”. A suspeição de que uma nova epidemia como a de 1918 pudesse ocorrer pairava nos primeiros anos que se seguiram à gripe espanhola e

⁵⁸⁹ Archivos Brasileiros de Medicina Rio de Janeiro, ano IX, maio 1919, p. 283-479. O volume também trazia estatística demógrafo-sanitária do Rio de Janeiro 1918 e destacavam-se do conjunto de artigos aqueles sobre as “*perturbações mentais*” entre gripados e da gripe entre os considerados “*alienados*”, temas da predileção dos diretores científicos da publicação e questões que tanto medo causaram nos paulistanos ao serem associadas a suicídios e assassinatos que se cometeriam no “*delírio de febre*”, como então se dizia. O conjunto de trabalhos e informes foi publicado como número especial dos Archivos com o título A pandemia gripal de 1918 Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, 1919

⁵⁹⁰ Entre vários: PALMER, G.T. “Infection” Science New Series. New York: The Science Press, vol. XLIX, January-June 1919, p. 288-310. “Influenza and pneumonia” Science New Series. New York: The Science Press, vol. LI, January-June 1920, p. 162. PRITCHETT, Ida W.; STILLMAN, Ernest G. “The occurrence of Bacillus Influenzae in throats and saliva” The Journal of Experimental Medicine New York: The Rockefeller, vol. 29, 1919, p.259-267. “Lessons of a great epidemic: the pathology of Influenza” The Lancet London: Offices of “The Lancet”, vol. CXCVI, 1919, p.25-26. BAKWIN, Harry. “Gross pathology of influenzal pneumonia in France” e SMITH, James H. “Prognostic factors in pneumonia during the influenza epidemic”, The American Journal of the Medical Sciences New Series. Philadelphia and New York: Lea & Febiger, vol. CLIX, 1920, p.435 e 561-572. FISHBERG, Maurice; BOAS, Ernst P. “Influenza in the tuberculous”; RADIN, Morris J. “Chronic lung disease following the influenza pandemic of 1918-1919”; JOHN, Henry J. “Pneumonia at a Base Hospital, 1918-19” e ALEXANDER, M.E.; MACDONALD, E.I. “Observations on the latest (1920) recrudescence of influenza: a detailed clinical study of 100 consecutive cases” Idem vol. CLX, 1920, p.214- 222; 233-244; 244-258 e 674-687. “Influenza” The British Medical Journal London: Office of “The British Medical Journal”, vol.I, January to June de 1924, p.207, 249, 338, 393, 540 entre outros informes estatísticos.

⁵⁹¹ Entre outros livros internacionais: PIGA, Antonio y LAMAS, Luis. Infecciones de tipo gripal Madrid: Talleres Tipográficos de “Los Progressos de la Clínica” y de “Plus-Ultra”, 1919. No Brasil, foram publicadas três “memórias” sobre a gripe espanhola. As obras, já citadas, de Seidl, Moncorvo Filho e Carlos Luiz Meyer e Joaquim Rabello Teixeira.

impulsionou estudos sobre uma doença que até então despertava interesse “secundário” na comunidade científica.⁵⁹²

Pouco a pouco, como a grande epidemia não se repetia, o debate sobre a gripe espanhola concentrou-se na questão do papel do bacilo de Pfeiffer nas gripes, especialmente na de 1918.⁵⁹³ Em 1923, a Pathological Section of the Sheffield Medical-Chirurgical Society, na Inglaterra, afirmava: “1. Um agente, e somente um, era o principal responsável pelos casos da pandemia [de 1918]. 2. Este agente foi o bacilo de Pfeiffer. 3. Na maioria dos casos outros organismos atacaram os pulmões e foram responsáveis por muitas das condições encontradas nos casos fatais.”⁵⁹⁴ No mesmo ano, o dr. Magarinos Torres fazia resenha para o Instituto Oswaldo Cruz de um estudo do dr. M. Hall, publicado no Archives of Internal Medicine, onde “os resultados obtidos [vinham] em apoio da teoria do vírus filtrável, como agente etiológico da influenza”, e assim desqualificavam a importância do *Haemophilus influenzae*.⁵⁹⁵ Até a Conferência Internacional sobre

⁵⁹² BROWNLEE, John. “The next epidemic of influenza” The Lancet London: Offices of “The Lancet”, vol. CXC VII, vol. II de 1919, p. 856-857. Veja: “Paris” e “Preparations for an influenza epidemic [England]” The Lancet London: Offices of “The Lancet”, vol. CXC VIII, vol. I de 1920, p. 170 e 270-271

⁵⁹³ Entre outros: KLOTZ, Oskar “The occurrence of Bacillus Influenzae in the normal throat”; “Observations on the Bacteriology of Influenza” The American Journal of the Medical Sciences New Series. Philadelphia and New York: Lea & Febiger, vol. CLIX, 1920, p. 151-152; 155. “Grouping of Bacillus Influenzae by Specific Agglutination” e “The experimental production of pneumonia with the Influenza Bacillus of Pfeiffer” Idem vol. CLX, 1920, p. 309; 467. “Experimental studies of the nasopharyngeal secretions from influenza patients” Idem vol. CLXIII, 1922, p.309-310. “Bacteriology of pneumonia and influenza” The British Medical Journal London: Office of “The British Medical Journal”, vol. II, July to December de 1922, p. 388-389. “Danish studies of the influenza bacillus of Pfeiffer”; “The virus of influenza” e “Influenza and the lay press” Idem vol. I, January to June de 1923, p. 117-118, 200 e 249. BRANNAN, Dorsey; GOODPASTURE, Ernest W. “The pathology of pneumonia caused by Bacillus Influenzae during an inter-epidemic period” Archives of Internal Medicine Chicago: American Medical Association, vol. 34, 1924, p.739-756. “Influenza” The Lancet London: Offices of “The Lancet”, vol. CCVI, vol. I de 1924, p.343

⁵⁹⁴ “The influenza pandemic, 1918” The British Medical Journal London: Office of “The British Medical Journal”, vol. I, January to June de 1923, p.560. Um dos partidários da importância do bacilo de Pfeiffer foi o dr. Mc Intosh, que teve seu trabalho amplamente debatido: “The cause of influenza” e “The bacteriology of influenza” The British Medical Journal London: Office of “The British Medical Journal”, vol. II, July to December de 1922, p.137-138 e 234; 315-316.

⁵⁹⁵ HALL, M. “A study of the lesions produced by filtrates of influenza sputum”. Resenha Magarinos Torres. Boletim do Instituto Oswaldo Cruz Suplemento das Memórias. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, Janeiro de 1921, fascículo 1, p.25. p. 756

Problemas de Saúde na América Tropical, de 1924, realizada com o patrocínio da “humanitária” United Fruit Company, abordou o tema mas não ousou conclusões.⁵⁹⁶

No Brasil, o interesse pela gripe, sua causa e possíveis conseqüências também permaneceram. Miguel Couto, na Academia Nacional de Medicina, em maio de 1924, defendia idéias que lembravam os doutores de Sheffield: “*Realmente parece que os germes da gripe têm por função exaltar a virulência dos outros que já a têm ou emprestar virulência aos que a não possuem habitualmente. (...) Nas epidemias vê-se a gravidade da gripe quase que só depender dessa circunstância, isto é, o micróbio da gripe [de Pfeiffer] associado a outros germes. (...)*”. Paralelamente, publicações internacionais sobre a questão do vírus filtrável como agente da gripe continuavam sendo acompanhadas por estudiosos brasileiros e várias medidas terapêuticas usadas no tratamento da moléstia despertavam o interesse da comunidade científica nacional, entre elas o “*Tratamento da gripe pelas injeções subcutâneas de sangue total de convalescentes*” publicada pelo dr. Simici no Paris Médical e resenhada pela revista Archivos Brasileiros de Medicina. Enquanto isso o dr. Ulysses Paranhos, escrevendo sobre o medo que a possibilidade de uma nova epidemia despertava nos moradores de São Paulo, comentava na Archivos de Biologia a tese da gripe ser “*causada por um agente específico, provavelmente, um vírus filtrável.*”⁵⁹⁷

Refletindo toda a preocupação e debates impulsionados pela moléstia, na Capital, no início dos anos 1920, a gripe foi uma das enfermidades que mereceu considerações

⁵⁹⁶ OLIVER, Thomas. “Influenzal Pneumonia in some of its pathological aspects”. In: Proceedings of the International Conference on Health Problems in Tropical America Boston: United Fruit Company, 1924, p.821-833

⁵⁹⁷ “Sessão de 22 de maio de 1924. O sr. Miguel Couto” Boletim da Academia Nacional de Medicina Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1924, p. 119. “Analyses. Medicina Geral, nº 116. Archivos Brasileiros de Medicina Rio de Janeiro, ano XII, p.433, 1922. PARANHOS, Ulysses. “A gripe em S.Paulo” Archivos de Biologia São Paulo, nº 59-60, ano VI, maio-junho 1921, p.933-935. Veja também, entre outros, Boletim do Instituto Oswaldo Cruz Suplemento das Memórias. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, Janeiro de 1921, fascículo 1. Resumos de estudos internacionais, p. 33-34, 39-40, 53.

detalhadas quando as condições sanitárias da cidade foram analisadas, dividindo atenções, por exemplo, com a febre tifóide e a tuberculose. O estudo “panorâmico”, feito pelo dr. Borges Vieira e publicado no Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo de 1923, lembrava a epidemia de 1918 e fazia comentário sobre o aumento dos casos fatais de gripe desde 1900.⁵⁹⁸

Mas, em terras brasileiras ou além-mar, entre o *Haemophilus influenzae* e o suposto vírus filtrável, as discussões acabavam por espelhar a impotência da ciência médica frente a uma doença supostamente conhecida e benigna — a gripe; que continuavam a denominar microbiana, endêmica, mundial, como fizera Carlos Seidl naquele agora distante início de outubro de 1918: o futuro, como nas tenebrosas semanas da influenza, ainda era o tempo em que o mistério da gripe poderia ser decifrado e a enfermidade controlada e prevenida. Gripe, que desde 1918, tornou-se moléstia temida por aqueles que sobreviveram à “espanhola”, doutores ou leigos. Todos irremediavelmente marcados pela doença.

Com o passar dos anos e uma nova comoção social, a rebelião de Isidoro Dias Lopes em 1924, que paralisou a vida da cidade de São Paulo, desorganizou o cotidiano de seus moradores e matou paulistanos, a gripe espanhola começou a dividir espaço na memória dos habitantes da Capital com outros acontecimentos traumáticos.⁵⁹⁹ Afinal, apesar de assustadoras previsões, a influenza espanhola não se repetiu. Entretanto, cada vez

⁵⁹⁸ BORGES VIEIRA “Alguns índices das condições sanitárias da cidade de São Paulo”. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo São Paulo, vol. VI – 3ª série, nº 1 / 2, p. 36-43, março de 1923, p. 37 e 39. A influenza foi também lembrada para enaltecer mudanças sanitárias que se processaram no pós-“espanhola”, como a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920, sob o comando de Carlos Chagas. Veja: MEDEIROS, Amary de. “Discursos. Sessão inaugural” Annaes do 2º Congresso Brasileiro de Hygiene Belo Horizonte, 1924, p. 41-51, p.45-46

⁵⁹⁹ Altino Arantes, ao proferir discurso nas comemorações dos vinte e cinco anos de sagração episcopal de Dom Duarte Leopoldo e Silva, lembrou a atuação do arcebispo em períodos de transtornos da vida da Capital e de morte de vários de seus moradores, não por mera coincidência, citou Isidoro Dias Lopes imediatamente depois da gripe espanhola, começando com a frase : “*Depois ... sobreveio a revolta de 1924*”. Cf.: Bonum opus São Paulo: Typ. Casa Garraux, 1930, p. 50-63

mais diluída entre lembranças ou histórias de outrora, a epidemia de 1918 estará, de alguma forma, sempre presente quando uma pessoa tossir, espirrar ou chamar aquela moléstia aparentemente comum, de todos os anos, de gripe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) as análises não mostram diferenças essenciais entre o vírus da gripe espanhola e os que circulam hoje em dia ”

Luc Montagnier – “Perigos e consciência”, 30 de janeiro de 2000

Londres 1933, durante a primeira epidemia de influenza pós-gripe espanhola, um grupo de pesquisadores, liderados pelos doutores Christopher Andrew, Wilson Smith e Patrick Laidlaw, identificou um vírus filtrável como agente etiológico da doença em seres humanos. A partir de então, diversas cepas (raças da espécie) *Myxovirus Influenzae* foram apontadas como causadores da moléstia. Há dezenas de cepas do vírus da gripe, classificadas em A, B e C, segundo as diferenças entre as proteínas mais importantes de seus núcleos. Cepas do tipo A seriam as responsáveis pelas grandes epidemias.⁶⁰⁰

O vírus da gripe teria uma capacidade excepcional de sobrevivência e grande mutabilidade graças a hemaglutinina (HA) e a neurominidasa (NA), antígenos que existem na sua parte externa. Esses antígenos, ou substâncias que provocam a formação de anticorpos no homem, variam muito e por isso podem vencer a imunidade adquirida pelas pessoas em antigas infecções gripais. Essas mutações podem ser graduais, quando o “novo” vírus, um subtipo, conserva as características principais da “cepa mãe”; ou radicais, que resultariam em um subtipo potencialmente pandêmico, devido sua grande diferença da “cepa original” a que as pessoas seriam resistentes devido exposição anterior. Para que

⁶⁰⁰ Cf.: BEVERIDGE, W.I. B. Influenza: the last great plague London: Heinemann, 1977, p. 7-10, 68-79. ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. La gripe española. La pandemia de 1918-1919 Madrid: Siglo Veintiuno, 1993, p.7-11. OLDSTONE, Michael B.A. Viruses, plagues, and history Oxford: Oxford University Press, 1998, p.179-186

ocorra transformação tão grande, uma das explicações é que há uma combinação, parcial, do vírus da gripe humana com o vírus da gripe animal (aves, sobretudo patos selvagens, são grandes “reservatórios” do vírus animal, que afeta diversas outras espécies).⁶⁰¹ Teria sido essa a causa da gripe espanhola ?

Enigma que intriga os cientistas desde 1918, a causa da influenza espanhola para muitos é um segredo que jamais será decifrado, enquanto para outros é motivo de busca que, em 1997, conduziu cientistas ao Ártico, à uma pequena ilha norueguesa, na esperança de encontrar conservado em corpos enterrados sob a tundra gelada o misterioso vírus causador da devastadora moléstia.⁶⁰² No mesmo ano, estudos em fragmentos preservados de tecido pulmonar de soldados americanos mortos de gripe em 1918, feitos no Instituto de Patologia das Forças Armadas dos Estados Unidos, indicaram que o vírus da gripe espanhola seria, como muitos suspeitavam, um subtipo, resultado de fusão parcial, que afetou tanto homens como porcos no final da década de 1910.⁶⁰³ Muitas especulações, inclusive sobre conseqüências de uma contaminação direta de homens pelo vírus da gripe animal. Meses depois, o medo: mais de um milhão de frangos, além de outras aves, foram sacrificados em Hong Kong, em apenas 72 horas, quando uma gripe que atingia aqueles animais teria passado a afetar seres humanos: 14 pessoas ficaram doentes e 4 morreram. Divergência, vários cientistas julgavam remota a possibilidade de a enfermidade de origem animal, depois de se instalar em um homem, ser transmitida de pessoa para pessoa; entretanto, para alguns doutores, poderia haver uma “adaptação” desse vírus no corpo humano que assim passaria facilmente entre os homens. Algumas semanas depois, foi

⁶⁰¹ Idem

⁶⁰² “Caçadores de vírus” *Veja* São Paulo: Editora Abril, 5 de novembro de 1997, n. 44, ano 30, p. 62-65

⁶⁰³ PENNISI, Elizabeth. “First genes isolated from the deadly 1918 flu virus” *Science* New York: The Science Press, n.º 275, p. 1739-1740, 1997. Research News. TAUBENBERGER, Jeffery K.; REID, Ann H.;

constatado que houve efetivamente alteração do vírus mas, contrariando terríveis expectativas, o número de infecções entre os seres humanos foi pequeno.⁶⁰⁴ Alívio, mas até quando ?

Em 2001, os cientistas australianos Mark J. Gibbs, John S. Armstrong e Adrian J. Gibbs publicaram na revista Science resultado de novos estudos realizados na Universidade Nacional da Austrália sobre o vírus da gripe espanhola. Segundo os pesquisadores, em 1918 teria ocorrido uma combinação total entre o vírus humano da gripe e o da gripe porcina, daí a virulência da doença, pois a resistência do organismo das pessoas contra esse “novo” vírus seria, em tese, nula.⁶⁰⁵

Luc Montagnier, o descobridor do vírus da AIDS em 1983, escreveu que a gripe espanhola era a última epidemia de tipo clássico, ou seja, com estrutura anatômica e sintomas próprios.⁶⁰⁶ Mas, se considerarmos a definição literal de Edwin Kilbourne, segundo a qual pandemia é uma epidemia que envolve todo o povo por um período relativamente breve de tempo,⁶⁰⁷ não haveria, pelo menos até o início do século XXI, doença pandêmica como a influenza espanhola. A gripe seria mesmo “a última grande

KRAFFT, Amy E.; BIJWAARD, Karen E.; FANNING, Thomas G. “Initial genetic characterization of the 1918 “Spanish” influenza virus” Idem n° 275, p. 1793-1796, 1997. Reports

⁶⁰⁴ Veja: “Risco de epidemia de gripe divide cientistas” Folha de S.Paulo São Paulo, 20 de dezembro de 1997, p.17. Caderno Mundo. REIS, José. “Os desafios na pesquisa sobre a gripe das aves” Idem 22 de março de 1998, p.15. Caderno Mais ! “Morte às aves” Veja São Paulo: Editora Abril, 7 de janeiro de 1998, n. 1, ano 31, p.42-43. Confira entre os estudos científicos: SUBBARAO, K. et al. “Characterization of an avian influenza A (H5N1) virus isolated from a child with a fatal respiratory illness” Science New York: The Science Press, n° 279, p. 393-396, 1998. Report

Ao longo dos anos muitas pesquisas foram feitas sobre a gripe animal e suas relações com a humana, como mostrou W.I.B. Beveridge. Op. cit., p.54-67

⁶⁰⁵ GIBBS, Mark J.; ARMSTRONG, John S.; GIBBS, Adrian J. “Recombination in the hemagglutinin gene of the 1918 “Spanish Flu”” Science New York: The Science Press, n° 293, p. 1842-1845, 2001. Reports

Existe ainda a tese sobre a possibilidade de subtipos do vírus da gripe, inclusive o da gripe espanhola, permanecerem “escondidos” (onde ?) durante vários anos para depois reaparecerem. Veja: ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. Op. cit., p.10. OLDSTONE, Michael B.A. Op. cit., p.183

⁶⁰⁶ MONTAGNIER, Luc. Vírus e homens Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.91

⁶⁰⁷ KILBOURNE, Edwin D. Influenza New York: Plenum, 1987, p 270

praga”, como escreveu W.I.B. Beveridge,⁶⁰⁸ pois nada pode garantir que não se repita uma epidemia de gripe tão letal como a de 1918.

Em 1898, no seu livro La grippe, o dr. Galliard chamava a doença de caprichosa e incompreensível.⁶⁰⁹ Passados mais de cem anos, e depois de uma profusão de estudos e novas informações sobre a moléstia, essa definição da gripe ainda parece atual, desafiando os cientistas. Mas, longe dos laboratórios de hoje, como teria sido o impacto da gripe espanhola sobre os homens que viveram no tempo da epidemia de 1918 ? Afinal a influenza espanhola desestruturou a organização da sociedade e colocou em xeque o saber científico sobre o sadio e o enfermo. Foi para resgatar e discutir um pouco da história do período da mais terrível manifestação da gripe, doença tão familiar quanto misteriosa, que este estudo foi feito. Tendo como eixo a epidemia na cidade de São Paulo, o trabalho procurou recuperar a mobilização popular e governamental diante da catástrofe epidêmica e, principalmente, como médicos agiram (e reagiram) diante da gripe espanhola que desafiava seu saber, resgatando aspectos de uma época em que os doutores da medicina científica buscavam, pouco a pouco, se diferenciar e distanciar, de maneira mais contundente, daqueles que exerciam outras práticas de cura, “especializando” seus pronunciamentos e indicando o local onde eles deveriam ser feitos, tornando-os cada vez mais opacos aos leigos. Período em que, gradativamente, as diferentes teses de médicos e estudiosos sobre um mesmo tema se apresentarão não como embates, mas como *debates científicos*, cujo resultado final, muitos acreditavam, seria um tipo peculiar de consenso, produtor de mais saber e menos doença. Uma época em que a ignorância médico-científica, como a evidenciada pela epidemia de gripe espanhola, aparecerá, cada vez mais, como algo

⁶⁰⁸ BEVERIDGE, W.I.B. Op. cit.

⁶⁰⁹ GALLIARD, L. La grippe Paris: Librairie J.-B. Baillièrre et Fils, 1898, p. 36

parcial e passageiro, pois, para muitos, a ciência sempre acumularia saber e, um dia, chegaria a cura da gripe, como de outras moléstias.

Passada a influenza de 1918, que “iluminou” com sua presença avassaladora todo esse processo, a medicina continuaria se apresentando e se consolidando em São Paulo, apesar da atuação na Capital de diferentes “curadores”, como o saber hegemônico da sociedade sobre a doença e a cura.⁶¹⁰ Nesta perspectiva, a gripe espanhola foi vencida pelo conhecimento médico. A medicina científica sobreviveria ao fracasso estrondoso representado pela influenza, ao manipular a duras penas sua própria falência.

Passados tantos anos, podemos nos perguntar: teria o discurso médico sobre a gripe, apesar das novas pesquisas e descobertas da ciência, mudado essencialmente desde a época da gripe espanhola ?

⁶¹⁰ Sobre o conceito gramsciano de hegemonia, veja: CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.21-25. “Uma hegemonia viva é sempre um processo. Não é, senão do ponto de vista analítico, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações, atividades com pressões e limites específicos e mutáveis. Na prática, a hegemonia nunca pode ser singular.” WILLIAMS, R. Marxism and literature Oxford: Oxford University Press, 1977, p.112, apud CHAUI, Marilena. Op. cit. p. 22

FONTES

ANAIS, ANUÁRIOS E BOLETINS

Anais da Academia Paulista de Medicina - BFM

Annes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Câmara e Senado) - APESP / CCLA

Annaes da Câmara Municipal de São Paulo - AMSP

Annaes da Faculdade de Medicina de São Paulo - BFM

Annaes de Eugenia – 1919 - AEL

Annaes de Medicina Homeopathica - BFM

Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene – 1923 - ANM

Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene – 1924 - ANM

Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene – 1926 - ANM

Annaes do Quarto Congresso Brasileiro de Hygiene - 1928 (Archivos Brasileiros de Medicina - 1928) - ANM

Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene – 1929 - ANM

Annaes do VIII Congresso Brasileiro de Medicina – 1918 - ANM

Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia - BFM

Annales de L'Institut Pasteur (Paris) - BFSP

Anuario Estatistico de São Paulo – 1917-1926 - APESP

Boletim da Academia Nacional de Medicina - BFM

Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo - BFM

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho – AEL / APESP

Boletim do Instituto Oswaldo Cruz – BFM

Boletim do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene – 1923 - BFM

Boletín Panamericano de Sanidad de la Oficina Sanitaria Internacional / Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana - IB

Bulletin de la Societé de Pathologie Exotique. Paris, 1918 - BFSP

Segundo Boletim do VIII Congresso Brasileiro de Medicina - ANM

ARTIGOS, CONFERÊNCIAS E LIVROS

“A peste negra” Almanach litterario de S.Paulo para 1884 São Paulo: Typ. da “Provincia de São Paulo”, 1883, p.165-166 - CMU

AMORIM, José Pimentel de. “Medicina popular em Alagoas” Revista do Arquivo Municipal São Paulo, v. CLXII, p.129-240, 1959 - AMSP

ANDRÉ, G. La grippe ou influenza. Paris; Toulouse: Masson; Ch Dirion, 1908 - BFSP

ARANTES, Altino. Bonum opus São Paulo: Typ. Casa Garraux, 1930 - BMMA

ARAÚJO, Alceu Maynard. “Alguns ritos mágicos”. Revista do Arquivo Municipal São Paulo, v. CLXI, p.39-148, 1958 - AMSP

BARLET, F.H. O occultismo. São Paulo: Ed. O Pensamento, 1916 - BMMA

BARROSO, Sebastião M. O medico, na sciencia, na profissão, na sociedade. Rio de Janeiro: Marisa, 1934 - BMMA

BEZANÇON, F. et DE JONG, S.I. “Grippe”. In: BROUARDEL et MOSNY (org). Traité d’hygiène - XVIII Étiologie et prophylaxie des maladies transmissibles. Paris: Librairie J.B. Bailliére et Fils, 1912 - IB

BONTEMPO, José Maria. Compendios de medicina pratica feitos por ordem de sua alteza real. Rio de Janeiro: Reggia Offcina Typographica, 1815 - BCRAROS

BRITO, Saturnino de. Obras completas - Urbanismo (traçado sanitário das cidades). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. XX - BFAU

BROUARDEL, P. L’exercice de la médecine et le charlatanisme. Paris: Librairie J.B. Bailliére et Fils, 1899 - BFM

BROUARDEL, P. La responsabilité médicale. Paris: Librairie J. B. Bailliére et Fils, 1898 - BFM

BROUARDEL, P. Le secret médical. Paris: Librairie J.B. Bailliére et Fils, 1887 - BFM

BRUCKNER. O medico homeopatha da familia. Leipzig: Pharmacia Central Homeopathica, 1912 - BMMA

CABRAL, Oswaldo. “A medicina teológica e as benzeduras”. Separata da Revista do Arquivo São Paulo, nº CLX, p.1-204, 1958 – BIBIFCH

CAIRO, Nilo. Elementos de pathologia geral. 3ªed. Curityba: Typ.João Haupt & C, 1931 - CMU

- CAMARGO, Mauro Alvaro de S. Hospitales. São Paulo: s.c.p., 1930 - CMU
- CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Das plantas toxicas do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1871 - BCRAROS
- CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Elementos de botanica geral e medica. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1877. 6 v. - BCRAROS
- CASTRO, Carlos Pereira de. Exercicio illegal da medicina em São Paulo. [s.l.]: Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1908 - BMMA
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias . 2ª ed. Rio de Janeiro:Eduardo & Henrique Laemmert, 1851. 3 v. - BN
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Formulario e guia medico 15ªed. Pariz: A.Roger & F.Chernoviz,1892 - BN
- Coletânea - Secção de Propaganda e Educação Sanitária. São Paulo: Imprensa Ofical do Estado, 1941 - CMU
- “Curandeiro” Diário de Campinas Campinas, 25 de abril de 1890, nº 4.306, ano XV, p. 1 - CMU
- DIAS DE BARROS. “Conquistas da medicina brasileira”. Annes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, nº 35, p.147-163, 1916 - BIBIFCH
- DORIA, Pedro. Curar pela homeopathia .4ª ed. Campinas: Cia Stella Ltda., 1929 - CMU
- DUCLAUX, E. Le microbe et la maladie. Paris: G. Masso, Éditeur, 1886 - BN
- FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro” Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro Rio de Janeiro, 1927, t. 93, v. 147, p. 393-405, 1923 - BIBIFCH
- FONTENELLE, J.P. Compendio de hygiene elementar. Rio de Janeiro: Livr. Ed. Leite Ribeiro, s.d. - BMMA
- FREIRE, Victor da Silva. “Melhoramentos de S.Paulo” (conferência). Revista Polythecnica, São Paulo, v.6, nº 33, p. 91-145, fev./mar. 1911 - BFAU
- FUCCIO, Francisco. Cultura médica popular. s.l.: Atena Editora Popular, s.d. - BMMA
- GALHARDO, José Emygdio R. “Homeopatia no Brasil” In: Annaes de medicina homeopathica Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, nº 1, ano XXIX, p.41-46, janeiro e fevereiro de 1930 - BFM

GALHARDO, José Emygdio R. "A Homeopathia é sciencia positiva". In: Conferencias - Liga Homeopathica Brasileira. Rio de Janeiro: L.H.B., 1933 - BFM

GALHARDO, José Emygdio R. "Por que o povo julga serem espiritas os homeopathas". In: Conferencias - Liga Homeopathica Brasileira. Rio de Janeiro: L.H.B., 1933 - BFM

GALLIARD, L. La grippe. Paris: Librairie J.B. Baillièere et Fils, 1898 - BFSP

GOMES, Bernardino Antonio. "Plantas medicinais do Brasil". In: Coleção Brasiliensia Documenta São Paulo: s.n., 1972 (Reprodução facsimilada) - IB

HAHNEMANN. Doenças crônicas, sua natureza peculiar e sua cura homeopática. São Paulo: Grupo de Estudos Homeopáticos "Benoit Mure", 1984 - BMMA

HAHNEMANN. Exposição da doutrina homeopática ou Organon da arte de curar. São Paulo: Grupo de Estudos Homeopáticos "Benoit Mure", 1984 - BMMA

"Hygiene da cidade do Rio de Janeiro em 1808". Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, v. 1, p. 187-190, 1876. Variedades - BIBIFCH

HOEHNE, F.C. A Flora do Brazil - Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1922 - BMMA

HOEHNE, F.C. O que vendem os hervanarios da cidade de São Paulo. São Paulo: Casa Duprat, 1920 - BMMA

HOEHNE, F.C. Vegetaes anthelminticos ou Enumeração dos vegetaes empregados na medicina popular com vermifugos. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920 - BMMA

International conference on health problems in Tropical America. Boston: United Fruit Company, 1924 - BFSP

KEHL e MONTEIRO. O medico no lar - Diccionario popular de medicina de urgencia. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922 - BMMA

KEHL, Renato. Biblia da saude (Hygiene). Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves, 1926 - BMMA

KRUG, Edmundo. "Deus e os santos na superstição brasileira" Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo São Paulo, 1927, v. XXIII, p.157-207, 1925 - BIBIFCH

LANGGAARD, Theodoro J. H. Diccionario de medicina domestica e popular 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873, 3 v. - CMU / BCRAROS

LAURIE, J. Medicina domestica homeopathica Rio de Janeiro: J.F. de Pinha e M. F. de Pinha, 1874. 2 v. - BCRAROS

LEMOS, Floriano de. Medicina e médicos. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1910 - APESP

“Liga Homeopathica Brasileira - sua fundação”. In: Conferencias - Liga Homeopathica Brasileira. Rio de Janeiro: L.H.B., 1933 - BFM

MELLO MORAES, Alexandre J. de. Diccionario de medicina e therapeutica homeopathica, ou A homeopathia posta ao alcance de todos. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1872 - BCRAROS

MELLO MORAES FILHO. Festas e tradições populares do Brasil. Rio de Janeiro: H.Garnier Livreiro-Editor, s.d. - BIBIFCH

MEYER, Carlos Luiz e TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo. São Paulo: Casa Duprat, 1920 - BMMA

MONCORVO FILHO. O pandemonio de 1918. Rio de Janeiro: Depart. da Creança, 1924 - ANM

MORATO DO CANTO, João B. Clinica homeopathica ou Collecção de authenticos attestados de curativos feitos nesta cidade por João B. Morato do Canto - Homeopatha de Campinas, 1863-1879. Campinas: Typ.do “Diário”, 1879 - CMU

MORATO DO CANTO, João B. Regras de diagnostico segundo a doutrina homeopathica. Campinas: Typ. do “Commercio”, 1883 - CMU

NEIVA, Arthur. “Condições sanitárias do estado de São Paulo”. In: Conferência Internacional de Emigração 1924, Roma. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941 - BFSP

NEIVA, Arthur. Daqui e de longe... São Paulo: Melhoramentos, [1926?] - BIFFLCH

NICOLLE, Charles. Destin des maladies infectieuses. Paris: Librairie Félix Alcan, 1937 - BFSP

ORIARD, T. A homeopathia ao alcance de todos. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Almeida Marques & C., 1905 - BMMA

PECKOLT, Th. Analyses de materia medica brasileira dos productos que forão premiados nas exposições nacionaes e na Exposição Universal de Paris em 1867. Rio de Janeiro: Laemmert, 1868 - BCRAROS

PECKOLT, Theodoro. Explicações sobre as collecções de pharmacognosia e chimica organica etc. enviada à Exposição Nacional. Rio de Janeiro: Cantagallo, 1861 - BCRAROS

PECKOLT, Theodoro e PECKOLT, Gustavo. Historia das plantas medicinaes e uteis do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & Cia., 1888 - IB

PECKOLT, Waldemar. Monografia das falsas quinas brasileiras. Rio de Janeiro: s.n., 1916 - IB

PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918 - IB

PIGA, Antonio y LAMAS, Luis. Infecciones de tipo gripal. Madrid: Talleres Tipográficos de "Los Progressos de la Clínica" y de "Plus-Ultra", 1919 - BFSP

REGO, José Pereira. Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1872 - BN

"Retrospecto historico. Serviço de Hygiene e Saúde Pública" Revista Arquivos de Saúde Pública São Paulo, ano 1, p. 87-142, 1936 - BFSP

ROCHAR, Jules. Traité d'hygiène sociale. Paris: A. Delahaye et E. Lecrosmier E., 1888 - BCRAROS

SEABRA, Alberto. Higiene e tratamento homeopático das doenças domésticas. 9 ed., São Paulo: Editora Pensamento, s.d. - BMMA

SEIDL, Carlos. A proposito da pandemia de gripe em 1918. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1919 - ANM

SEIDL, Carlos. "A função governamental em materia de hygiene". Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, nº 35, p.175-190, 1916 - BIBIFCH

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA Estudos sobre a gripe asiática Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958. Série Informes Técnicos – BFSP

SUSVIELA GUARCH, F. La gripe en Rio de Janeiro Buenos Aires: Spinelli, 1919 - BN

TEIXEIRA MENDES, R. Ainda as cruéis e absurdas monstruosidades do despotismo sanitário. Rio de Janeiro: IAPB, Tip. Jornal do Commercio, 1917 – AEL

VIEIRA ROMEIRO. Therapeutica clinica - Manual de medicina pratica. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & C., 1927 - BFM

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência - Telegramas. Altino Arantes - APESP

Correspondência. Arthur Neiva - CPDOC

Correspondência. Washington Luís - APESP

CRÔNICAS E MEMÓRIAS

AMERICANO, Jorge. São Paulo neste tempo - 1915-1935. São Paulo: Melhoramentos, 1960 - BIFFLCH

ARANTES, Altino. Passos do meu caminho. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958 - BIFFLCH

BARROS, Gilberto Leite de. A cidade e o planalto São Paulo: Livraria Martins, 1967, 2 v. - BIFFLCH

BELLO, José Maria. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958 - BIBIFCH

BERTONI, Armando. No velho São Paulo. São Paulo: Tip. Irmãos Giorg(...), 1942 - CMU

BROCA, Brito. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968 - BIBIFCH

BRUNO, Ernani da Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 3 v. - BIBIFCH

CARNEIRO LEÃO, A. S. Paulo em 1920. Rio de Janeiro: Anuario Americano, 1920 - APESP

DUARTE, Paulo. Memórias. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC; Paz e Terra, 1975, 1979; 1980. 10 v. - BIBIFCH

DUARTE, Raul. São Paulo de ontem e de hoje ... São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1941 - APESP

ETZEL, Eduardo. Um médico do século XX - Vivendo transformações. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987 - BIFFLCH

FERNANDES, Cléa A. Figueiredo. Jackson de Figueiredo - uma trajetória apaixonada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989 - BIBIFCH

FREYRE, Gilberto. Tempo morto e outros tempos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975 - BIBIFCH

- GASPAR, Byron. Fontes e chafarizes de São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970 - BIFFLCH
- GATTAI, Zélia. Anarquistas, graças a Deus. Rio de Janeiro: Record, 1979 - BIBIFCH
- KIDDER, D.P. e FLETCHER, J.C. O Brasil e os brasileiros. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 2 v. - BIBIFCH
- LIMA, José Augusto de. Augusto de Lima - seu tempo, seus ideais. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil/MEC, 1959 - BIBIFCH
- MARKIS, Victor. São Paulo e a sua evolução. Rio de Janeiro: Typ. Gazeta da Bolsa, 1927 - APESP
- MARQUES, Gabriel. Ruas e tradições de São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966 - BIFFLCH
- MARTINS, Antônio Egídio. São Paulo antigo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973 - BIFFLCH
- MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. "Memória econômico política da Capitania de São Paulo". Anais do Museu Paulista São Paulo, t. XV, p.83-247, 1961 - BIBIFCH
- NAVA, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, 1976, 1978, 1979 e 1987.5 v. - BIBIFCH
- NOGUEIRA, Paulo de Almeida. Minha vida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955 - BIBIFCH
- OCTÁVIO, Laura Oliveira Rodrigo. Elos de uma corrente. Seguidos de novos elos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994 - BIBIFCH
- PARANHOS DE SIQUEIRA. Se não me falha a memória. São Paulo: Saraiva, 1970 - BIBIFCH
- PENTEADO, Jacob. Belénzinho, 1910. São Paulo: Martins, 1962 - BIFFLCH
- PINTO, Alfredo Moreira. A cidade de São Paulo em 1900. 2ªed. São Paulo: Governo do Estado, 1979 (Edição facsimilada) - BIFFLCH
- PORTO, Antonio Rodrigues. História da cidade de São Paulo através de suas ruas 2ª ed. São Paulo: Carthago, 1996 - BIFFLCH
- RICARDO, Cassiano. Viagem no tempo e no espaço - Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 - BIBIFCH

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo São Paulo: EDUSP, 1976 - BIBIFCH

SANT'ANNA, Nuto. São Paulo histórico - aspectos, lendas e costumes. São Paulo: Gráfica da Prefeitura, 1944. 6v. - BIBIFCH

SCHMIDT, Augusto Frederico. O galo branco - Páginas de memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 - BIBIFCH

SESSO JÚNIOR, Geraldo. Retalhos da velha São Paulo. São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1983 - CMU

FUNDOS

Altino Arantes - APESP

Arthur Neiva - CPDOC

Washington Luís - APESP

JORNAIS da cidade de São Paulo

A Capital - 1917-1924 - APESP

A Nação - 1917-1918 - APESP

A Platéia - 1917-1924 - APESP

Correio Paulistano - 1917-1924 - APESP

Diario Popular - 1917-1924 - APESP

Fanfulla - 1917-1924 - IIC

Jornal do Commercio - 1917-1924 - APESP

O Combate - 1917-1924 - APESP

O Estado de S. Paulo - 1917-1924 - AEL

LEIS E DECRETOS

Coleção das Leis e Decretos de São Paulo - 1917-1924 - AMSP

Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1917-1924 - APESP

OFÍCIOS, PAPÉIS AVULSOS E RELATÓRIOS

Câmara Municipal de Campinas, caixa C 6/7, pasta 1890, 28 de abril de 1890 - BCMC

Atas da Câmara Municipal. Campinas, 25 de julho de 1892 e 22 de agosto de 1892 - BCMC

Carta de Sua Santidade o Papa Bento XV para Dom Duarte Leopoldo e Silva, XXIV maji ano MCMXIX - ACM

Directoria Geral da Prefeitura do Municipio de São Paulo. Concorrença de Projectos para Casas Proletarias Economicas - Edital, 1916 e Projectos Premiados (relatorio do Jury e plantas), 1917 - AEL

Documentos-Gripe Espanhola. Cúria Metropolitana de São Paulo – ACM

Escola de Medicina e Cirurgia. Universidade de São Paulo. Prontuários dos alunos 1912-1919 - APESP

Escola de Medicina e Cirurgia. Universidade de São Paulo. Prontuários de 1911 a 1919. Requerimentos de Matrícula, de Exames, de Transferência, de Cursos (...), Requerimentos para defesa de tese, tese de doutorado - APESP

Exposição apresentada pelo Presidente de São Paulo ao passar a administração do Estado para seu sucessor - 1890 – 1925 - AEL

Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo pelo presidente do Estado - 1917 – 1924 - AEL

Officio nº 477. Apresentado à Camara pelo sr. Prefeito Municipal dr. Washington Luís, relativo às providencias tomadas pela Municipalidade durante a epidemia da gripe, e de accordo com a resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, da Camara - APESP

Relatório ao Prefeito Municipal da Directoria de Obras do Municipio de São Paulo do ano de 1923 - AEL

Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo da Silva Duprat, 1911. São Paulo: Vanorden, 1912 - BFAU

Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Souza - 1916-1919 - AMSP

Relatório apresentado ao dr. José Cardoso de Almeida, Secretario dos Negocios do Interior e da Justiça, pelo dr. Emílio Ribas, director do Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typ. Official, 1905 - APESP

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes, presidente do Estado, pelo Secretario do Interior Oscar Rodrigues Alves - 1916, 1918, 1919 - CPDOC (Fd. A. Neiva)
Relatório da Diretoria Geral do Serviço Sanitário - 1916-1919 - APESP
Saneamento. Relatório de Viagem ao Exterior pelo aluno Remigio de Cerqueira Leite. São Paulo: Bibliotheca da Escola Polythecnica, 1910 - BFAU
Secretaria da Agricultura. Directoria de Viação – 1918 - APESP
Secretaria do Interior. Assumptos Diversos - 1916-1919 - APESP
Secretaria do Interior. Camaras Municipais – 1918 - APESP
Secretaria do Interior. Officios – 1918 - APESP
Secretaria do Interior. Officios da Agricultura – 1918 - APESP
Secretaria do Interior. Serviço Sanitário – 1918 - APESP

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Archivos Brasileiros de Medicina - BFM
Archivos de Biologia - BFM
Archivos de Hygiene - BFM
Collectanea dos Trabalhos - Instituto Butantan - IB
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz - CMU
Revista de Medicina - BFM
Revista Medica de São Paulo - 1903, 1906 e 1908 - AEL
Science – BESALQ / BFCM
The American Journal of the Medical Sciences - IB
The Archives of Internal Medicine - IB
The British Medical Journal - IB
The Journal of Experimental Medicine - IB
The Lancet - IB
The Rockefeller Foundation - Annual Report - BFSP

REVISTAS da cidade de São Paulo

A Cigarra - 1916, 1917-1924 - BMMA
A Rolha - 1918 - AEL
A Vida Moderna - 1918 - 1920, 1924 - BMMA

Annaes Sanitarios – 1918 - AEL

Boletim Ecclesiastico – novembro e dezembro 1918 - ACM

Il Pasquino Coloniale - 1917 – 1924 - BMMA

O Echo - 1917-1918 - BMMA

O Parafuso - 1917, 1919 – 1921 - AEL

Paulicéia Moderna - 1917 – 1919 - BMMA

Pirralho - 1917 – 1918 - BMMA

Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo - 1894-1932 - BIBIFCH

Revista Feminina - 1917-1924 - BMMA

Santa Cruz - 1919-1920,1924 - BMMA

REVISTAS nacionais

Anais da Biblioteca Nacional - 1876-1992 - BIBIFCH

Revista do Instituto Histórico do Brasil - 1917-1924 - BIBIFCH

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Janete Silveira. A “espanhola” em Porto Alegre, 1918 Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995 (Dissertação de mestrado)

ACKERKNECHT, Erwin H. “Anticontagionism between 1821 and 1867”. Bulletin of the history of medicine nº 22, p.562-593, 1948

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Alagoas no tempo do cólera São Paulo: Escrituras, 1996

ALMEIDA, Marta de. República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917) São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998 (Dissertação de mestrado)

ALVES, Odair Rodrigues. Os homens que governaram São Paulo São Paulo: Nobel/Edusp, 1986

AMARAL, Antonio Barreto do. Dicionário de história de São Paulo São Paulo: Governo do Estado, 1980

ANDRADE, Carlos Roberto M. de. A peste e o plano São Paulo: Faculdade de Arquitetura de Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992. 2 v. (Dissertação de Mestrado)

ANDRADE, Margarida Maria de. Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991 (Tese de doutorado)

ANDRADE, Mário de. Namoros com a medicina 3ª ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira, et al (org.) Instituto Adolfo Lutz. 100 anos do laboratório de saúde pública São Paulo: Letras & Letras, 1992

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Medicina, leis e moral São Paulo: Ed.da UNESP, 1999

ARAÚJO, Alceu Maynard. Medicina rústica 3ªed. São Paulo: Editora Nacional, 1979

ARIÈS, Philipp. O homem diante da morte 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.v.1 e Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.v.2

AUBREÉ, Marion; LAPLANTINE, François. La table, le livre et les esprits Paris: J.C.Lattès, 1990

AYRES, José Ricardo de C.M. Epidemiologia e emancipação São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC; ABRASCO, 1995

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento 2ªed. Brasília; São Paulo: Ed.Unb; Hucitec, 1993

BANDECCHI, Brasil. Liga Nacionalista São Paulo: Parma, 1980

BASAGLIA, Franca Ongaro. Salute / Malattia Torino: Einaudi, 1982

BEGUIN, François. “ Les Machineries Anglaises du Confort” Recherches. Fontenay Sous Bois: nº 29, p.155-186, 1978

BELTRÃO, Jane Felipe Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999 (Tese de doutorado)

BENCHIMOL, Jaime L. Dos micróbios aos mosquitos.Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora UFRJ, 1999

BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). Manguinhos-Do sonho à vida. A ciência na Belle Époque Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990

BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luís Antonio. Cobras, lagartos & outros bichos Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993

BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. Lisboa; São Paulo: Editorial Presença; Martins Fontes, 1981

BENJAMIN, Walter “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987

BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do século XIX" Espaço & Debates S.Paulo, v.11, nº 4, ano IV, p. 5-13, 1984

BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas de Baudelaire”. In: Os Pensadores São Paulo: Abril Cultural, 1975, v. XLVIII

BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975

BERARDI, Maria Helena P. Santo Amaro São Paulo: Gráfica Municipal, 1969

BERLINGUER, Giovanni. A Doença S.Paulo: HUCITEC; Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, 1988

BERLINGUER, Giovanni.Questões de vida São Paulo: APCE; HUCITEC; CEBES, 1993

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e sociedade. A gripe espanhola no município de São Paulo São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986 (Dissertação de Mestrado)

BERTOLLI FILHO, Cláudio. História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993, 2 v. (Tese de doutorado)

BERTOLLI FILHO, Cláudio. "A gripe espanhola no município de São Paulo". In: SPÍNOLA, Aracy W. de P. et al (coord.) Pesquisa social em saúde São Paulo: Cortez, 1992, p. 280-291

BERTOLLI FILHO, Cláudio. "Anunciando a gripe". In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, III Encontro, 1984, São Paulo. *Anais ...* São Paulo, p. 167-169, 1984

BERTUCCI, Liane. "São Paulo: mudanças sociais, transformações na organização sanitária" In: LEMOS, Maria Teresa T.B.; BAHIA, Luiz Henrique N. Percursos da memória: construções do imaginário nacional Rio de Janeiro: UERJ; NUSEG, 2000, p.411-421

BERTUCCI, Liane Maria. "A ameaça iminente. As epidemias - Um momento: varíola, 1908". In: BRESCIANI, Stella (org.) Imagens da cidade. Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ANPUH-SP/FAPESP, 1994.p.77-91

BERTUCCI, Liane Maria. "As transformações urbanas na imprensa operária: São Paulo na virada do século XX". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. e PECHMAN, Robert (org.) Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 81-94

BERTUCCI, Liane Maria. "Casa e comida. Aspectos do cotidiano operário em São Paulo, no início do século XX". Cadernos de História Social Campinas: nº 2, p. 43-57, out. 1995

BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: arma revolucionária. São Paulo - 1891/1925. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997

BEVERIDGE, W.I.B. Influenza: the last great plague London: Heinemann, 1977

BLOCH, Marc. Los reyes taumaturgos México: Fondo de Cultura Económica, 1993

BLOUNT, John A. "A administração da saúde pública no estado de São Paulo: O Serviço Sanitário, 1892-1918". Revista de administração Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 12, nº 4, p. 40-48, out/dez 1972

BOCCACCIO, Giovanni. Decamerão São Paulo: Abril Cultural, 1971

BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989

BOMTEMPI, Sílvio. O bairro da Penha. São Paulo: Gráfica Municipal, 1969

BONDUKI, Nabil. "Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo". In: VALLADARES, Nícia do P.(org.). Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.135-168

BOSI, Ecléa. Cultura de massa e cultura popular. Leituras operárias Petrópolis: Vozes, 1972

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembranças de velhos São Paulo: T.A. Queiroz, 1983

BOTTÉRO, Jean. "A magia e a medicina reinam na Babilônia". In: LE GOFF, Jacques. As doenças têm história. Lisboa: Terramar, s.d., p.11-37

BRAGA, José Carlos de S. PAULA, Sérgio Góes de. Saúde e previdência. Estudos de política social São Paulo: HUCITEC, 1981

BRESCIANI, Maria Stella M. "A algaravia das pequenas memórias encontrando-se com a linguagem especializada: estética moderna e cidadania em São Paulo de 1890 a 1940" Communication au Seminaire "Les Mots de la Ville" Atelier 3 "Registres sociolinguistiques et production langagière urbaine", décembre 1997-Versão em português (mimeo)

BRESCIANI, Maria Stella M. "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). Revista Brasileira de História São Paulo, v.5, nº 8/9, p.35-68, set./1984-abr. 1985

BRESCIANI, Maria Stella M. (org.) Imagens da cidade. Séculos XIX e XX S.Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994

BRESCIANI, Maria Stella M. "Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária." Revista Brasileira de História. São Paulo: v.6, nº11, p.7-44, set.1985/fev.1986

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza S.Paulo: Brasiliense, 1982

BRESCIANI, Maria Stella M. Permanência e ruptura no estudo das cidades. Campinas: DH/IFCH/UNICAMP, 1990, mimeo

BRESCIANI, Stella. "La rue: entre histoire et littérature". Separata Littérature/Histoire: regards croisés. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, p. 145-157, 1994

BRITO, Nara de Azevedo. "La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro". História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v.IV, nº1, p.11-30, mar./jun. 1997

BRITTO, Nara. Oswaldo Cruz. A construção de um mito na ciência brasileira Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995

BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

“Caçadores de vírus” Veja São Paulo: Editora Abril, 5 de novembro de 1997, n. 44, ano 30, p. 62-65

CAMARGO, Maria Thereza L.de A. Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros São Paulo: ALMED, 1988

CAMUS, Albert. A peste 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973

CANDEIAS, Nelly Martins F. “Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1918-1945” Revista de Saúde Pública São Paulo, v. 18, número especial, p. 2-60, 1984

CARNEIRO, Glauco. O poder da Misericórdia. A Santa Casa na história de São Paulo São Paulo: Press Gráfica, 1986. 2 vol.

CARPINTÉRO, Marisa V. T. “O urbanismo no Instituto de Engenharia: São Paulo, 1920-1940”. In: RIBEIRO, Luiz César de Q. e PECHMAN, Robert (org.). Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.227-244

CARPINTÉRO, Marisa V. T. A construção de um sonho Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997

CARRILLO, Ana Maria. “La Sociedad Hahnemann (1893-1913)” La Homeopatia de México Ciudad do México, p. 88-91, Mayo-Junio, 2000

CARRILLO, Ana Maria. “Profesiones sanitarias y lucha de poderes en el México del siglo XIX” Asclepio Madrid, v. L, nº 2, p. 149-168, 1998

CASCUDO, Luis da Câmara. Superstições e costumes Rio de Janeiro: Antunes, 1958

CASTIGLIONI, Arturo. História da medicina São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, 2 v.

CASTRO, Márcia de Moura Ex-votos mineiros. As tábuas votivas no ciclo do ouro Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994

CAVALCANTI, Pedro. A presidência Wenceslau Braz (1914-1918) Brasília: Ed. UnB, 1983

CHAGAS FILHO, Carlos. Meu Pai Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; Editora Fiocruz, 1993

- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- CHALHOUB, Sidney. A Guerra Contra os Cortiços: Cidade do Rio, 1850-1906 Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990. Primeira versão nº 19
- CHALHOUB, Sidney. Febre Amarela e Ideologia Racial no Rio de Janeiro do Século XIX. Campinas: DH/IFCH/UNICAMP, 1992, mimeo
- CHALHOUB, Sidney. Medicina, Tradição e Protesto Popular: o problema da vacina antivariólica no Rio de Janeiro (1804-1904) Campinas: DH/IFCH/UNICAMP, 1993, mimeo
- CHARTIER, Roger. A história cultural Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990
- CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994
- CHAUI, Marilena. Crítica e ideologia São Paulo: Moderna, 1980
- CHEVALIER, Louis. Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXème siècle Paris: Librairie Générale Française, 1978
- CHOAY, Françoise. A regra e o modelo São Paulo: Perspectiva, 1985
- CHOAY, Françoise. O urbanismo 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992
- CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. Dictionnaire d'urbanisme et de l'aménagement Paris: PUF, 1996
- COOTER, Roger. "Anticontagionism and history's medical record". In: WRIGHT, Peter and TREACHER, Andrew. The problem of medical knowledge: examining the social construction of medicine Edinburgh: Edinburgh University Press, 1982, p. 87-108
- CORBIN, Alain. Saberes e odores São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. A rebelião de 1924 em São Paulo São Paulo: HUCITEC, 1976
- CORREIA, Fernando da Silva. Origens e formação das misericórdias portuguesas Reedição. Lisboa: Livros Horizonte; Misericórdia de Lisboa, 1999
- COSTA, Jurandir Freire Ordem médica e norma familiar 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983
- COSTA, Nilson do R. - Lutas urbanas e controle sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil Petrópolis, Vozes, 1985
- COUQUELIN, Anne. Essai de philosophie urbaine Paris: PUF, 1982

- CROSBY JR., Alfred. W. Epidemic and Peace 1918 Westport: Greenwood, 1976
- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Constiuição, princípios e finalidades. Disponível em [www.oca.org.br.CruzVermelha/index.htm/CruzVermelhaBrasileira](http://www.oca.org.br/CruzVermelha/index.htm/CruzVermelhaBrasileira). Acesso em: 30 out. 2000
- CUETO, Marcos. El regreso de las epidemias. Salud y sociedad en el Perú del siglo XX Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1997
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880-1920 São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão. Ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997
- DAMAZIO, Sylvia F. Da elite ao povo. Advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. “Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX”. In: DANTES, Maria Amélia M. et al (org.) A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950) São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996, p.49-63
- DARNTON, Robert. O lado oculto da revolução. Mesmer e o final do Iluminismo na França São Paulo: Companhia das Letras, 1988
- DEAN, Warren - Industrialização de São Paulo 2.ed. S.Paulo: DIFEL, 1976
- DEBES, Célio. Washington Luis São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994
- DECCA, Maria Auxiliadora G. - A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo - 1927/1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- DEFOE, Daniel. Um diário do ano da peste Porto Alegre: L&PM, 1987
- DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Cólera: Representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil) Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. 2v. (Tese de doutorado)
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias Rio de Janeiro: Global, 1980
- DUBY, Georges. Ano 1000 ano 2000: na pista dos nossos medos São Paulo: Ed. UNESP, 1998

ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. La gripe española. La pandemia de 1918-1919 Madrid: Siglo XXI, 1993

EDLER, Flavio Coelho. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico” Asclepio Madrid, v. L, nº 2, p. 169-186, 1998

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra S.Paulo:Global, 1986

EVANS, Richard J. “Blue funk and yellow peril: cholera and society in nineteenth-century France” European History Quarterly London: Sage, v. 20, p.111-126, 1990

EVANS, Richard J. :“Epidemics and revolutions: cholera in nineteenth-century Europe”. In: RANGER, T.; SLACK, P. (org.) Epidemics and ideas. Essays on the historical perception of pestilence Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.149-173. Ver também: “Epidemics and revolutions: cholera in nineteenth-century Europe” Past & Present Oxford, nº 120, p.123-146, 1988.

FARIA, Fernando Antonio. Os vícios da re(s)pública Rio de Janeiro: Notrya, 1993

FARINA, Duílio Crispim. Medicina no planalto de Piratininga São Paulo: Pannartz, 1981

FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo Petrópolis: Vozes, 1979

FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular. Medicina acadêmica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos 1830-1840”. Texto inédito, agosto 1999

FERREIRA, Luiz Otávio “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)” História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v. VI, nº 2, p. 331-351, jan./out.1999

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996 (Dissertação de mestrado)

FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.) Um olhar sobre o passado. História das ciências na América Latina Campinas: Ed.da UNICAMP; São Paulo: Imprensa do Oficial, 2000

FLANDRIN, J.-L. “Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI”. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. História da alimentação São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 478-495

FONSECA, FILHO, Olympio da. “Arthur Neiva” Anais da Academia de Ciências Rio de Janeiro: t. XVI, nº 2, p. 152-162, 30 de junho de 1944

FONSECA, FILHO, Olympio da. "Oswaldo Cruz - Monumenta Historica". In: Coleção Brasiliensia Documenta (A escola de Manguinhos) . São Paulo: s.n., 1973. Tomo II

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 4ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1984

FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica 2.ed. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1980

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1984

FRAGA, Clementino. Vida e obra de Osvaldo Cruz Rio de Janeiro: José Olympio, 1972

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Rodrigues Alves. Apogeu e declínio do presidencialismo Brasília: Senado Federal, 2001, 2 v.

FROIDMONT, Hélinand de. Os versos da morte São Paulo: Ateliê Editorial; Imaginário, 1996

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. A marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial Rio de Janeiro: Capemi, 1982

GAMBETA, Wilson Roberto. Soldados da saúde. A formação dos serviços de saúde pública em São Paulo, 1889-1918 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988 (Dissertação de mestrado)

GIFFONI, O. Carneiro. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de escritores médicos São Paulo: Nobel, 1972

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Beltrand Brasil, 1991

GINZBURG, Carlo. História noturna São Paulo: Companhia das Letras, 1991

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes São Paulo: Companhia das Letras, 1993

GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GREENFIELD, Gerald Michael. "The development of the underdeveloped city: public sanitation in São Paulo, Brazil, 1885-1913" Luso-Brazilian Review Madison: Wisconsin University Press, v.17, nº 1, p.107-118, 1980

GRMEK, Mirko. "Géographie médicale et histoire des civilisations" Annales E.S.C. Paris: v. 18, p. 1071-1097, 1963

GRMEK, Mirko. "Préliminaires d'une étude historique des maladies". Annales E.S.C. Paris: v. 24, n° 6, p. 1473-1487, 1969

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Ciência e Serviço São Paulo, 1994. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado), 1994

GUERRAND, Roger-Henri "Guerra à tuberculose !". In: LE GOFF, Jacques As doenças têm história. Lisboa, Terramar, s.d., p.187-201

GUTMARÃES, Reinaldo (org.) Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984

GUMPART, Martin. História da Cruz Vermelha Rio de Janeiro: Ocidente, 1944

HOBSBAWM, Eric. Sobre história São Paulo: Companhia das Letras, 1998

HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento São Paulo: HUCITEC; ANPOCS, 1998

HOERR, N.L. Osol, A.(org.) Dicionário médico ilustrado Blakiston São Paulo: Andrei, s.d.

IYDA, Massako. Cem anos de saúde pública São Paulo: Ed. UNESP, 1994

JONES, Gareth Stedman. Outcast London. A study in the relationship between classes in vitorian society Oxford: Oxford University Press, 1971

KAPLAN, Martin M. e WEBSTER, Robert G. "The epidemiology of Influenza" Scientific American v. 237, n° 6, p.88-106, December 1977

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850 São Paulo: Companhia das Letras, 2000

KILBOURNE, Edwin D. Influenza New York: Plenum, 1987

KOGURUMA, Paulo. Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na metrópole do café, 1890-1920 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998 (Dissertação de mestrado)

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 1995

LABRA, Maria Eliana. O movimento sanitarista nos anos 20. Da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 1995 (Dissertação de mestrado)

LAPLANTINE, François e RABEYRON, Paul-Louis. Medicinas paralelas São Paulo: Brasiliense, 1989

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913 São Paulo, HUCITEC, 1996

LATOUR, Bruno. Pasteur Paris: Perrin, 1994

LE CORBUSIER. Planejamento urbano. 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 1984

LE GOFF, Jacques. "Cultura erudita e cultura popular". In: Para um novo conceito de Idade Média Lisboa: Estampa, 1980, p.205-310

LE GOFF, Jacques. As doenças têm história. Lisboa: Terramar, s.d.

LE GOFF, Jacques."Memória e história". In: Enciclopédia Einaudi - Memória/História Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v.1

LE GOFF, Jacques; LE ROY LADURIE; DUBY, Georges e outros - A nova história Lisboa: Edições 70, 1983

Livro dos conselhos de el-rei D.Duarte (Livro da Cartuxa) Lisboa: Estampa, 1982

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia de Carneiro. Fotografia e cidade - Da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1945) São Paulo: Mercado das Letras/FAPESP, 1997

LOBO, Manoel Bruno. Gripe asiática Rio de Janeiro: Instituto de Microbiologia, Universidade do Brasil, 1958

LOPES, Helena de Q.F.; TOLEDO, Vera L. V. de. Itaim-bibi São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988

LOPES, Myriam B. - Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro - 1890/1920 Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1988 (Dissertação de mestrado)

LOPREATO, Christina Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917 São Paulo: Annablume, 2000

LÖWY, Ilana. "Les métaphores de l'immunologie: Guerre et paix".História, Ciências, Saúde - Manguinhos Rio de Janeiro: v.III, nº1, p.7-23, mar./jun.1996

LOYOLA, Maria Andréa. Médicos e curandeiros. Conflito social e saúde Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1984

LUZ, Madel T. - Medicina e Ordem Política Brasileira Rio de Janeiro: Graal, 1982

LUZ, Madel T. A arte de curar versus a ciência das doenças São Paulo: Dynamis, 1996

LUZ, Madel T. Natural racional social. Razão médica e racionalidade científica moderna Rio de Janeiro: Campus, 1988

MACHADO, Roberto et al. Danação da norma Rio de Janeiro: Graal, 1978

MACHADO, Ubiratan. Os intelectuais e o espiritismo Rio de Janeiro: Antares, 1983

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.) Raça, ciência e sociedade Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996

MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992

MALLOY, James M. "A política da previdência social no Brasil: paternalismo e participação". DADOS Rio de Janeiro: Campus, nº 13, p.93-115, 1976

MANDROU, Robert. Magistrados e feiticeiros na França do século XVII São Paulo: Perspectiva, 1979

MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista Campinas: Ed. da UNICAMP / Centro de Memória - UNICAMP, 1999

MARTINO, Ernesto de. Sud e magia 3ª ed. Milano: Feltrinelli, 1993

MARX, Murillo. Cidade brasileira São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1980

MASCARENHAS, Rodolfo dos S. Contribuição para o estudo da Administração Sanitária Estadual em São Paulo. São Paulo: Faculdade de Higiene e Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1949 (Tese de livre-docência)

MASCARENHAS, Rodolfo dos S. "História da Saúde Pública no Estado de São Paulo" Revista de Saúde Pública São Paulo: nº 7, p. 433-446, 1973

MAZZINI, I. "A alimentação e a medicina no mundo antigo". In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. História da alimentação São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 254-265

MEIHY, José Carlos Sebe; BERTOLLI FILHO, Cláudio. "História social da saúde. Opinião pública *versus* poder, a Campanha da Vacina 1904" Estudos CEDHAL São Paulo, nº 5, 1990

MERHY, Emerson Elias. A saúde pública como política. São Paulo: HUCITEC, 1992

- MERHY, Emerson Elias. O capitalismo e a saúde pública. Campinas: Papyrus, 1985
- MESGRAVIS, Laima. A santa casa de misericórdia de São Paulo (1599 ?-1884) São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976
- MONTAGNIER, Luc. “Perigos e consciência” Folha de S.Paulo São Paulo, 30 de janeiro de 2000. Caderno Mais !, p. 8-9
- MONTAGNIER, Luc. Vírus e homens Rio de Janeiro: Zahar, 1995
- MORSE, Richard M. Formação histórica de São Paulo São Paulo: DIFEL, 1970
- “Morte às aves” Veja São Paulo: Editora Abril, 7 de janeiro de 1998, n. 1, ano 31, p.42-43
- MOSSÉ, Claude. “As lições de Hipócrates”. In: LE GOFF, Jacques. As doenças têm história Lisboa: Terramar, s.d., p.39-55
- MUMFORD, Lewis. A cidade na história Belo Horizonte: Itatiaia, 1965
- MURARD, Lion et ZYLBERMAN, Patrick L’hygiène dans la république. La santé publique en France, ou l’utopie contrariée (1870-1918) Paris: Fayard, 1996
- NEVES, Delma Pessanha. As “curas milagrosas” e a idealização da ordem social Niterói: UFF-CEUFF/PROED, 1984
- NOVAES, Ricardo Lafetá. O tempo e a ordem. Sobre a homeopatia São Paulo: Depart. de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 1986 (Tese de doutorado)
- Novo Dicionário Aurélio 1ª ed. 5ª impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- OLDSTONE, Michael B. A. Viruses, plagues, and history New York; Oxford: Oxford University Press, 1998
- OTTONI, Dacio A. São Paulo - Rio de Janeiro, séculos XIX-XX. Aspectos da formação dos seus aspectos urbanos S.Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1972 (Tese de Doutorado)
- PARK, Katharine. “ Medicine and society in medieval Europe, 500-1500”. In: WEAR, Andrew (ed.) Medicine in society Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 59-90
- PEIXOTO, Afranio. Clima e saúde 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975
- PEIXOTO, Afranio. Higiene 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931
- PEIXOTO, Afranio. Noções de Higiene Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935

- PENA, Martins. "Os três médicos". In: Comédias Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d., p.156-170
- PEREIRA NETO, André de F. Ser médico no Brasil Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001
- PERROT, Michelle. "Les Classes Populaires Urbaines" Histoire Économique et Sociale de la France Paris: PUF, t. IV, n° 1, p. 454-534, 1990
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- PESSÔA, Samuel. Ensaio médico-sociais Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1960
- PETER, Jean-Pierre; REVEL, Jacques. "O corpo: o homem doente e sua história". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 141-159
- PORTER, Roy. Disease, medicine and society in England, 1550-1860 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995
- PORTER, Roy and WEAR, Andrew (ed.). Problems and methods in the history of medicine New York: Croom Helm, 1987
- PORTER, Roy. "The patient in England, c.1660-c.1800". In: WEAR, Andrew (ed.) Medicine in society Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 91-118
- PORTER, Roy. "The patients views. Doing medical history from below". Theory and Society v.14, n° 2, p.175-198, March 1985
- PÔRTO, Ângela e NASCIMENTO, Dilene R.do. "Tuberculosos e seus Itinerários" História Ciências, Saúde - Manguinhos Rio de Janeiro: v.I, n° 2, p. 129-141, nov.1994/fev.1995. Depoimentos
- PORTO, Ângela. "A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático" Papéis Avulsos Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, n° 7, 1988
- PORTO, Antonio Rodrigues. História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988) São Paulo: Carthago, 1992
- PORTOCARRERO, Vera (org.) Filosofia, história e sociologia das ciências Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994
- PRADO, A. de Almeida. As doenças através dos séculos São Paulo: São Paulo Médico Editora, 1944
- PRANDI, Reginaldo. Os camdomblés de São Paulo São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1991

PULLAN, Brian. "Plague and perceptions of the poor in early modern Italy". In: RANGER, T.; SLACK, P. (org.) Epidemics and ideas. Essays on the historical perception of pestilence Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 101-123

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar, 1891/1930 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

RAGO, Margareth. Os prazeres da noite Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

RANGER, Terence; SLACK, Paul (ed.) Epidemics and ideas. Essays on the historical perception of pestilence Cambridge: Cambridge University Press, 1995

REIS, João José. A Morte é uma Festa São Paulo: Companhia das Letras, 1991

REIS, José. "Os desafios na pesquisa sobre a gripe das aves" Folha de S.Paulo São Paulo, 22 de março de 1998. Caderno Mais !, p.15

REIS FILHO, Nestor Goulart. Evolução urbana do Brasil São Paulo: Pioneira, 1968

RENZI, Salv.de. Napoli nell'anno 1656 Napoli: Celi Editore, 1968

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. "O corpo: o homem doente e sua história." In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 141-159

RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII São Paulo: Hucítec, 1997

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. História sem fim...Inventário da saúde pública. São Paulo: Ed.da UNESP, 1993

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. História, ciência e tecnologia - 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura, 1927-1997 São Paulo: [s.l.], (1997?)

"Risco de epidemia de gripe divide cientistas" Folha de S.Paulo São Paulo, 20 de dezembro de 1997. Caderno Mundo, p.17

RISSE, Guenter. "Medicine in the age of Enlightenment". In: WEAR, Andrew (ed.) Medicine in society. Historical essays Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.149-195

ROLNICK, Raquel - Cada um no seu lugar. São Paulo, início da industrialização, geografia do poder São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, s.d. (Dissertação de mestrado)

ROLNIK, Raquel. "De como São Paulo virou a capital do capital". In: VALLADARES, Lícia do P. (org.) Pensando a habitação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.109-134

ROMERO, Mariza. Do bom cidadão. As normas médicas em São Paulo 1889-1930 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995 (Dissertação de mestrado)

ROSEN, George Da polícia médica à medicina social Rio de Janeiro: Graal, 1979

ROSEN, George. Uma história da saúde pública São Paulo: Ed.UNESP; Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade São Paulo: Martins Fontes, 1995

RUFFIÉ, J.; SOURNIA, J.-C. Les épidémies dans l'histoire de l'home Paris: Flammarion, 1993

SALDAÑA, Juan José. "Ciência e identidade cultural: história da ciência na América Latina". In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.) Um olhar sobre o passado. História das ciências na América Latina Campinas: Ed.da UNICAMP; São Paulo: Imprensa do Oficial, 2000, p. 11-31

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Médicos italianos em São Paulo (1890-1930) São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1997

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. A história do feiticeiro Juca Rosa. Cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2000 (Tese de doutorado)

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995 (Dissertação de mestrado)

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. "Medicina no Período Imperial". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) História Geral da Civilização Brasileira São Paulo: DIFEL, t.II, v.III, pp.463-484

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História Geral da Medicina Brasileira. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1991. 2v.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES, José Nogueira. A febre amarela em Campinas, 1889-1900 Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1996

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915 São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998

SANTOS, Luiz A. de C. - "Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930)" DADOS Rio de Janeiro: Campus, v.23, nº 2, p. 237-249, 1980

SANTOS, Luiz A. de C. "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade" DADOS Rio de Janeiro: Campus, v.28, nº 2, p.193-210, 1985

SANTOS, Wanderley dos. Lapa São Paulo: Gráfica Municipal, [s.d.]

SAUNIER, Annie. "A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média". In: LE GOFF, Jacques (org.) As doenças têm história Lisboa: Terramar, s.d., p.205-220

SCHIMIDT, Affonso. A vida de Paulo Eiró São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCLIAR, Moacyr. Do mágico ao social. A trajetória da saúde pública Porto Alegre: L&PM, 1987

SELBY, Philip (ed.) Influenza: virus, vaccines, and strategy New York: Sandoz Institute; Academic Press, 1976

SENNET, Richard. O declínio do homem público São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina - Mentis insanas em corpos rebeldes São Paulo: Brasiliense, 1984

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole São Paulo: Companhia das Letras, 1992

SHORSKE, Carl. Viena: fin-de-siècle São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SILVA, Eduardo. As queixas do povo Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975

SILVA, Victor Deodato da - A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média São Paulo: s.n., 1976

SILVEIRA, Gláucia Regina. Utopia e cura: a homeopatia no Brasil Imperial (1840-1854) Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997 (Dissertação de mestrado)

SINGER, P.; CAMPOS, O. e OLIVEIRA, E.M.de. Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços de saúde 2.ed. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1981

SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos São Paulo: Ática, 1992

- SLACK, Paul. "The response to plague in early modern England: public policies and their consequences". In: WALTER, John; SCHOFIELD, Roger (ed.) Famine, disease and the social order in early modern society Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p.167-187
- SOARES, Pedro Paulo. "A Dama Branca e suas faces: a representação iconográfica da tuberculose". História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro: v.I, nº 1, jul./out. 1994. Imagens, p. 127-134
- SOLOMON-BAYET, C. S. (org.) Pasteur et la revolution pasteurienne Paris: Payot, 1986
- SONTAG, Susan. A doença como metáfora. Rio de Janeiro: Graal, 1984
- SOUZA, Laura de Mello e. Inferno Atlântico. Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- SPOSATI, Aldaiza de Oliveira e outros. A Secretaria de Higiene e Saúde da cidade de São Paulo - história e memórias São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985
- STEPAN, Nancy. Gênese e evolução da ciência brasileira Rio de Janeiro: Artenova, 1976
- STORCH, Robert. "O policiamento cotidiano na cidade vitoriana" Revista Brasileira de História São Paulo: Marco Zero, v. 5, nº 8/9, p. 7-33, 1985
- STUART-HARRIS, Charles H.; SCHILD, Geoffrey C. Influenza. The viruses and the disease London: Edward Arnold, 1976
- TEIXEIRA, Luiz Antonio. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo 1895-1913 São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de doutorado)
- TEIXEIRA, Luiz Antonio. Ciência e saúde na terra dos bandeirantes. A trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916 Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995
- TEIXEIRA, Luiz Antonio. "O Instituto Pasteur de São Paulo: uma contribuição a história das instituições biomédicas no Brasil" Physis Rio de Janeiro: IMS-UERJ; Relume Dumará, v.III, nº1, p. 147-180, 1993
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Poder e saúde São Paulo: Ed. da UNESP, 1996
- THIELEN, Eduardo Vilela. Imagens da saúde do Brasil. A fotografia na institucionalização da saúde pública São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992 (Dissertação de mestrado)

- THOMAS, Keith. Religião e o declínio da magia São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- THOMPSON, Edward P. A Miséria da teoria Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- THOMPSON, Edward P. Costumes em comum São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- THOMPSON, Edward P. La formación histórica de la clase obrera. Inglaterra: 1730-1832 Barcelona: Laia, 1977. 3 v.
- THOMPSON, Edward P. Senhores & caçadores Petrópolis: Vozes, 1987
- THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y consciencia de clase Barcelona: Crítica, 1979
- TORRES, Maria Celestina T.M. O bairro de Santana São Paulo: Oficina Bisordi, 1970
- TORRES, Maria Celestina T.M. O bairro do Brás São Paulo: Gráfica Municipal, 1969
- TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso 2ª ed. São Paulo; Brasília: HUCITEC; Ed.UnB, 1982
- VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- VEYNE, Paul M. "Como se escreve a história. Foucault Revoluciona A História". Cadernos da UnB Brasília: Ed.UnB, 1986
- VEYNE, Paul M. Como Se Escreve A História Porto: Edições 70, 1983
- VITAL BRAZIL, Lael. Vital Brazil. Vida e Obra 1865-1950 Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001
- XAVIER, Valêncio. O mez da gripe Curitiba: Fundação Cultural; Casa Romário Martins, 1981
- WARREN, Donald. "A medicina espiritualizada: a homeopatia no Brasil do século XIX" Religião e Sociedade Rio de Janeiro: v. 13, nº 1, p.88-107, 1986
- WARREN, Donald. "A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900" Religião e Sociedade Rio de Janeiro, v. 11, nº 3, p. 56-83, 1984
- WEAR, Andrew (ed.) Medicine in society. Historical essays Cambridge: Cambridge University Press, 1996
- WEBER, Beatriz Teixeira. As artes de curar Santa Maria; Bauru: Ed.UFSM; EDUSC, 1999

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ritos de magia e sobrevivência. Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890/1940) São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997 (Tese de doutorado)

ANEXOS

POSTOS DE SOCCORRO

N.º	Postos	Local
1	1.ª Delegacia de Saúde . . .	R. Santa Efigenia, 94.
2	2.ª Delegacia de Saúde . . .	Largo Coração de Jesus, 7.
3	3.ª Delegacia de Saúde . . .	Av. Rangel Pestana, 288-A.
4	4.ª Delegacia de Saúde . . .	Av. Brig. Luiz Antonio, 42-C.
5	5.ª Delegacia de Saúde . . .	R. Araujo, 10.
6	Assistencia Policial . . .	Policia Central.
7	Liga Nacionalista . . .	R. São Bento, 28-sob.
8	Posto da Cruz Vermelha n.º 1 .	R. do Gazometro, 130.
9	Posto da Cruz Vermelha n.º 2 .	Av. Celso Garcia, 131.
10	Posto da Cruz Vermelha n.º 3 .	R. da Moóca, 218.
11	Posto da Cruz Vermelha n.º 4 .	R. da Graça, 89.
12	Posto da Cruz Vermelha n.º 5 .	Av. Rangel Pestana, 341.
13	Posto da Cruz Vermelha n.º 6 .	Largo do Riachuelo, 56.
14	Grupo Escolar de São João . .	Rua de São João.
15	União Espírita de São Paulo . .	R. Quirino de Andrade, 31.
16	Posto da Colonia Portuguesa n.º 1	R. Marechal Deodoro, 2.
17	Posto da Colonia Portuguesa n.º 2	R. da Penha.
18	Porto da Colonia Portuguesa n.º 3	R. Vasco da Gama, 12.
19	Colonia Syria, n.º 1	Rua 25 de Março, 175-sob.
20	Soc. Hesp. de Soccorros Mutuos	Largo da Sé, 9.
21	Cruz Vermelha Hespanhola . . .	R. do Gazometro, 49.
22	Associação Christá de Moços . .	Praça da Republica, 50-2.º.
22	Soc. H. Empreg. do Commercio	R. do Carmo, 12.
24	Liga Paulista Contra a Tuberc.	R. da Consolação, 117.
25	Synagoga Espir. S. Pedro.S. Paulo	R. José Bonifacio, 41.
26	Synagoga Espir. S. Pedro.S. Paulo	R. do Gazometro, 160.
27	S. I. B. dos Chauffeurs	R. Líbero Badaró, 128-2.º
28	Posto de Soc. da Aven. Angelica	Av. Angelica, 39.
29	Posto Dispens. N. S. de Lourdes	R. Cesario Motta, 4.
30	Posto n.º 1 do Grande Oriente . .	R. Tabatinguera, 74.
31	Posto n.º 2 do Grande Oriente . .	R. Luiz Gama, 137.
32	Posto do Gr. Oriente Autonomo	R. José Bonifacio, 39.
33	Posto da Cruz Vermelha n.º 8 . .	R. Pires da Motta, 68.
34	Posto S. Vic. de Paulo do Braz	Av. Rangel Pestana, 79.
35	Posto da Soc. "A Internacional"	Largo S. Francisco.
36	Posto Pharmacia São Geraldo . .	R. das Palmeiras, 217.
37	Posto da Associação Commercial	Rua Direita, 27-1.º
38	C. N. Tecidos de Juta	Av. Celso Garcia, 455.
39	Cotonificio Rodolpho Crespi . . .	Rua Javry, 89.
40	Fabrica Penteado (C. P. A.) . . .	Moóca.
41	Crystalleria Italia	Rua Passos, 73.
42	Companhia Antartica Paulista . .	Moóca.
43	C. P. Tecidos de Juta, N.º 2 . . .	R. Rodrigues dos Santos, 2.
44	Fabrica de fumos "Progredior" . .	Av. Celso Garcia, 93-A.

Postos de Socorro - cidade de São Paulo

Fonte: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo São Paulo: Duprat, 1920, p.7

Numero	NOME DO HOSPITAL	Numero de leitos	LOCAL	DIRECTOR	MEDICOS ASSISTENTES	Doentes entrados	Doentes saídos	Doentes falecidos	Taxa de letalidade	Observações
1	Santa Casa de Misericórdia	1.000	R. Cesario Motta	Dr. Arnulfo V. de Carvalho	Corpo clinico e academicos de medicina	1.003	763	144	14,95%	Removidos 96
2	Hospital Militar	360	R. João Theodoro	Dr. Amarante Cruz	Drs. Francisco Tibiriçá Manoel Gonçalves Theodoro, Thomaz de Aquino Monteiro da Barros, Arlindo de Carvalho Pinto, José Gomes Teixeira, Riccolotti Alegratti, Lauro Gonçalves Theodoro, Joaquim Martins Cesar de Amorim	880	741	29	3,49%	Removidos 60
3	Hospital de Imigração	1.000	R. Vis. de Parahyba	Dr. Mario Graccho	Drs. Brito Pereira, Branno Munkiz de Souza, Eugenio Campi, Garcia Braga, Almeida Prado, Xavier da Silveira, Olympio Fortugal, Oswaldo Portugal, Anfrasio de Gouvêa, Academicos João Alfredo Varella, Francisco de Assis Leme, Eduardo Manso, José Ferreira Gomes e Antonio Souza Cunha	1.890	1.539	297	16,02%	
4	Hospital de Caridade do Brax	50	Av. Celso Garcia, 506	Dr. Carlos Brunetti	Dr. Domingos Raphael Picerni e Mario Louzã	296	261	45	15,01%	
5	Hosp. da Cruz Vermelha (Piedade Italia)	36	R. Libero Baduró, 91	Dr. Valentim Sola	Dr. José Zachira	80	59	18	22,05%	Removidos 3
6	Hosp. da Liga Nacion. Alb. Nocturno	130	R. Asdr. do Nascimento	Dr. Ayres Netto	Dr. Messias Ayres da Fonseca e tres academicos	199	172	21	10,08%	
7	Hosp. da Liga Nuc. G. E. de Sant'Anna	400	R. Voluntar. da Patria	Dr. Pedro Dias da Silva	Acad. Juvenal Hudson, José Braga, João Brasileiro, Franklin do Moura Campos e Juvenal Maxuel	311	266	45	14,07%	
8	Hospital da Colonia Italiana	250	R. Piratinings, 3	Dr. Carlos Comenlle	Drs. Marcello Biffano, Jeronymo de Cunto, Carlos Julio Sporn e Sebastião Companso	244	198	46	18,04%	
9	Hospital do Collegio Missionarias	80	R. da Consolação, 35	Dr. J. O. de Macedo Soares	Drs. Alvaro Camera Aloyalo Nogueira e academicos Fernando Fonseca e Mario Maren.	119	103	9	7,09%	O Dr. Alvaro Camera só serviu um dia
10	Hospital do Collegio Santa Ignaz	250	R. Tres Rios, 82	Dr. Rezende Pucel	Drs. Jayme Rosemberg e Raul Margarido	355	287	69	19,88%	Removidos 17
11	Hospital do Collegio de São	100	Av. Hygienopolis, 49	Dr. Carlos Botelho	Dr. Francisco Figueira de Mello	109	101	8	7,95%	
12	Hospital do Collegio Diocesano	400	Largo do Jardim, 6	Dr. Emilio Ribas	Academicos Miguel Doria, Benedicto P. N. Tolosa Brasilio Rodrigues dos Santos, Francisco de Assis Leme e Paulo Ribas	391	298	33	10,00%	
13	Hospital do Monestiro de S. Bento	100	R. Anhangababú	Dr. Walther Seng	Dra. Maria Renotte	140	139	7	5,00%	A Dra. Renotte só serviu um dia
14	Hospital da Polyclinica	250	R. do Carmo, 6	Dr. Sergio Meira Filho	Drs. Garcia Braga, Giacomo Define, Cautilio de Moura Campos e Pinheiro Clutra	216	167	32	14,07%	Removidos 17
15	Hosp. do Grupo E. da Barra Funda	500	R. Albuquerque Lima, 1	Dr. Luiz do Rego	Drs. Edgard de Souza, Gilberto de Andrade, Roberto Oliva e Maria Whitacker	473	429	34	7,07%	Removidos 9
16	Hosp. do 2.º Batalhão da F. Publica	800	R. Jorge Miranda	Dr. Luciano Gualberto	Drs. Porchat de Bellegarde, Raul Whitacker, Joaquim Feres Fleury e Roberto Dias de Oliva	960	997	29	3,08%	
17	Hospital do C. A. Paulistano	120	R. Colomblin, 1	Dr. Schmidt Sarmento	Dr. Mario Ottoni de Azevedo	49	44	5	10,20%	
18	Hospital Irmelita	200	R. Cap. Mattaroz, 18	Dr. Candido Camargo	Dr. Pedro Américo de Brito	390	372	18	4,40%	

Hospitais Provisórios - cidade de São Paulo

Fonte: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo São Paulo: Duprat, 1920

Numero	NOME DO HOSPITAL	Numero de leitos	LOCAL	DIRECTOR	MEDICOS ASSISTENTES	Fontes de entrada	Doentes habilitados	Fontes fallidas	Porcentagem de mortos	Observações
19	Hospital do Gymnasio do Carmo	300	R. do Carmo	Dr. Corte Real	Drs. Renigio Guimarães, Eml Briquet, Aloysio Figueiredo, David Cavalheiro e Evaristo Bacellar.	195	169	26	19%.	
20	Hospital do Machenzie College	300	R. Pinhyr, 4	Dr. Lemos Torres	Drs. Hydrick, S. Darling, W. Billie e S. How	359	326	33	8,4%.	
21	Hospital de H. Vicente de Paulo	—	R. Barros	Não funcionou	Academico Austim Ribeiro Viella	—	—	—	—	
22	Hospital do Corpo Escola	300	Av. Tiradentes	Dr. Bomfim de Andrade	Drs. Vieira Marcondes, Martins Passos e Horacio Figueiredo	259	249	10	3,9%.	
23	Hospital da Maternidade	100	R. Frei Caneca	Dr. Sylvio Maia	Drs. Aloysio Fagundes e Eduardo Rodrigues Alves	300	178	25	12,3%.	
24	Hospital do Collegio S Luiz	100	R. Bella Cintra, 189	Dr. Theodoro Bayma	Drs. Desiderio Stapler, Hans Ruttimann e Walther Eberfeld	197	128	12	8,75%.	
25	Hospital Germanica	60	R. D. José de Barros, 9	Dr. Walther Saug	Jorge de Moraes e outro academico	39	37	2	6,12%.	
26	Hosp. n. 3 da L. Nacion. (Esc. de Pharm)	300	R. Tres Rios	Dr. Ribeiro de Almeida	Dois academicos	118	104	14	11,8%.	
27	Hospital S. Gerardo	60	R. Cardozo de Almeida	Dr. Gumerindo de Godoy	Dr. Almino Antunes e Dra. Otete Antunes	48	39	9	18,7%.	
28	Hospital do G. E. do Ypiranga	100	R. Patriotas, 23	Dr. José Lemos M. da Silva	Dr. Antonio Pinheiro de Ulhoa Cintra	64	60	4	6,25%.	
29	Hospital do G. E. da Lapa	150	Lapa	Dr. Ayres Netto	Drs. Adhemar Nobre, Alvaro de Sá, Valeriano de Souza e Ulysses Rocha	131	106	25	19%.	
30	Hospital dos Padres Passionistas	100	Villa Cerqueira Cesar	Dr. Sampaio Corrêa	Drs. Olindo Chiffarelli e Margarido Filho	43	36	6	18,9%.	Removidos 24
31	Hospital da Beneficencia Portuguesa	110	R. Brig. Tobias, 93	Dr. Americo Brasiliense	Acad. Flaminio Favero e Henrique Dante de Castro	284	229	31	10,9%.	Removidos 169
32	Hospital do Collegio des Oiseaux	150	R. Coto Prado	Dr. Finheiro Cintra	Drs. Raphael Valentim e Alvaro Camera	78	46	28	35,87%.	
33	Hospital do G. E. Prudente de Moraes	200	Av. Tiradentes, 9	Drs. Edmundo de Carvalho e Campos Moura	Dr. Roberto Oliva	425	249	17	4%.	
34	Hospital do G. E. Regenta Feijó	60	Av. Tiradentes, 90	Dr. Luciano Galberto	Jorge de Moraes e outro academico	28	27	1	3,57%.	
35	Hospital da Maternidade Santa Maria	60	Av. Lacerda Franco, 3	Dr. Nunes Cintra	Dr. Benjamim Reis	65	61	4	6,15%.	
36	Hospital n. 4 da Liga Nacionalista	300	R. Tres Rios, 71	Dr. Ribeiro de Almeida	Academicos Jairo Ramos e Ulysses de Louza e Silva	118	104	14	11,8%.	Removidos 4
37	Hospital das Irmãs Vicentinas	100	Penha	Dr. Benjamim Reis	Drs. Gumerindo de Godoy, Horacio Figueiredo, Urbano Silveira, Ernesto Moreira, Mario da Costa e Antonio Alves	78	66	8	10,3%.	Removidos 3
38	Hospital do G. E. da Penha	100	Penha	Dr. Arnaldo de Campos		50	36	11	22%.	
39	Hospital dos Salesianos	300	Campos Eliseos	Dr. Ayres Netto		228	198	35	17,09%.	
40	Hospital da Santa Casa de Santo Amaro	34	Santo Amaro	Dr. Brenha Ribeiro		263	265	8	3,04%.	
	Total	3.370				11.138	9.532	1.222	10,31%.	375

Hospitais Provisórios - cidade de São Paulo

Fonte: MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. A gripe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo São Paulo: Duprat, 1920